

Jadir de Moraes, Pessoa †

A REVANCHE CAMPONESA

Cotidiano e história em assentamentos de Goiás

Este exemplar corresponde
à redação final da tese
defendida e aprovada pela
Comissão julgadora em:
19/06/97

Tese apresentada ao Departamento de
Ciências Sociais do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob
a orientação do Prof. Dr. Carlos
Rodrigues Brandão. 1997

Junho de 1997

UNICAMP
BIBLIOTECA GERAL

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
TIPO	Unicamp
P.	P.439r
V.	E.
FOLIOS	31213
PREÇO	281,97
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	25.07.97
N.º CPD	

CM-00099435-7

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

P439r

Pessoa, Jadir de Moraes

A revanche camponesa: cotidiano e história em assentamentos de Goiás / Jadir de Moraes Pessoa.- - Campinas,SP: [s.n.], 1997.

Orientador: Carlos Rodrigues Brandão.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Questão agrária - Goiás. 2. Assentamentos humanos. 3. Camponeses. 4. Pequenos produtores - Goiás. I. Brandão, Carlos Rodrigues, 1940- . II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

2

*Para
Maria Alice
que, mesmo indiretamente, sempre acompanhou
com muito carinho as dores e as alegrias de
incontáveis trabalhos desta natureza.*

*Para os
trabalhadores rurais,
dos quais aqui se fala, que estão dando a nós
brasileiros a oportunidade de reescrevermos
nossa história.*

AGRADECIMENTOS

* Seo Dimas e Da. Maria sempre compreenderam a importância dos meus estudos e, para esse fim, nunca pouparam recursos, estímulos e orações. Tal como meus irmãos, sobrinhos, cunhados e sogra, eles sempre tiveram paciência nos muitos momentos de ausência.

* A esposa Aparecida Daniel soube ser companheira em todos os momentos, mesmo quando os trabalhos de pesquisa e de tese lhe pareciam ser "a outra".

* Os parceiros nos assentamentos (especialmente no Mosquito, Rancho Grande, Lavrinha, Retiro e Velha e Rio Paraíso), os acampados da Fazenda Santa Rosa e os membros de entidades afins (como CPT, FETAEG, IDAGO, INCRA), sempre foram muito acolhedores nas minhas buscas de informações.

* De 03/90 a 02/92 contei com bolsa do CNPq e de 03/92 a 02/94 com bolsa CAPES.

* De 09/94 a 09/95 estive pesquisando na França com "Bolsa Sanduíche" da CAPES.

* Na França fui muito bem acolhido por pesquisadores e funcionários do laboratório então chamado "Groupe de Recherches sur les Mutations des Sociétés Européennes" e hoje "Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces", da Universidade de Paris X em Nanterre. Merecem menção especial, Hugues Lamarche, Statis Damianakos e Marie-Laure Marduel.

* Márcio e Marli sempre foram pródigos no "apoio logístico" em Campinas.

* O Galego foi um importante interlocutor, por estar no trabalho popular e também na academia.

* As atividades junto aos colegas do NEAPRA (Núcleo de Estudos e Apoio ao Processo de Reforma Agrária - UFG/UCG) deram-me um pouco mais de "pés-no-chão" nos últimos meses do trabalho.

* Dentre os virtuosos e competentes professores do período de créditos, Maria de Nazareth teve um papel importante nesse tempo de formação, tratando sempre minhas indagações, com zelo e perspicácia. Rose-Marie Lagrave, da EHSS, em Paris, também contribuiu enormemente com seus incisivos questionamentos.

* Por fim, Carlos Brandão foi o orientador confiante e exigente, paciente e provocador.

A todos vocês, enquanto pessoas, grupos e instituições, os meus mais sinceros agradecimentos.

S U M Á R I O

<u>INTRODUÇÃO</u>	01
-------------------	----

Primeira Parte

A PRODUÇÃO SOCIAL DA REVANCHE

<u>INTRODUÇÃO</u>	20
-------------------	----

<u>1. FORMAÇÃO FUNDIÁRIA</u>	23
------------------------------	----

1.1 Ciclos econômicos e ocupação	23
----------------------------------	----

1.2 A Lei de Terras em Goiás	30
------------------------------	----

1.3 A Marcha para o Oeste	36
---------------------------	----

<u>2. TERRA E TRABALHO NA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA</u>	39
---	----

2.1 Usos rurais da crença	42
---------------------------	----

2.2 Ruralização do PC	46
-----------------------	----

2.3 Associações e Ligas	48
-------------------------	----

2.4 Estado e Colonização	51
--------------------------	----

2.5 Crise política e sindicalismo rural	53
---	----

<u>3. RECOMEÇA SÍSIFO</u>	56
---------------------------	----

3.1 A CONTAG entra na onda	58
----------------------------	----

3.2 Brechas do enquadramento	59
------------------------------	----

3.3 Congressos nacionais: reforma gradual x reforma radical	62
---	----

3.4 Queixar-se do bispo	66
-------------------------	----

3.5 Raposa no galinheiro	73
--------------------------	----

<u>4. DO ARRENDAMENTO À PROPRIEDADE</u>	76
4.1 Posse e resistência	77
4.2 Estiva e Serra Branca	79
4.3 Caminho aberto	83
4.4 Ocupar, resistir, produzir	88
4.5 Assentamentos da contra-reforma	91

Segunda Parte

VIDA COTIDIANA E PRODUÇÃO ENTRE OS COM TERRA

<u>INTRODUÇÃO</u>	97
<u>5. DA OCUPAÇÃO AO ASSENTAMENTO</u>	101
5.1 Ô-de-casa, ô-de-fora	103
5.2 Sertão, trabalho, memória	111
5.3 Parceleiros "virtuais"	122
5.4 Mediadores e ocupantes: o jogo (re)velado	128
<u>6. O DIFÍCIL APRENDIZADO</u>	143
6.1 Tornar-se dono	145
6.2 Ocupar, resistir, vender	148
6.3 O que e como produzir	152
6.4 No jogo do mercado	160
6.5 A organização jurídico-política	170
6.6 O coletivo e o individual	176
<u>7. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DOS ASSENTAMENTOS</u>	191
7.1 O "causo" e a escola	192
7.2 Os deuses ocupantes	201
7.3 Ócios do ofício	209
7.4 Reprodução camponesa e familiar	212

Terceira Parte

A SIGNIFICAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DAS OCUPAÇÕES

<u>INTRODUÇÃO</u>	227
<u>8. RECONSTITUIÇÃO BIOGRÁFICA E SOCIAL</u>	229
8.1 Reconciliação entre o homem e a terra	230
8.2 Saudade da lona preta	234
8.3 Os assentados e os outros	239
8.4 Distintos iguais	245
8.5 O real e o imaginário	248
<u>9. UM NOVO CAMPONÊS EM GOIÁS ?</u>	258
9.1 Depois da cerca: saberes	261
9.2 Direito e avesso	268
9.3 Concepção patronal da terra	275
9.4 A "cor" dos assentados	285
9.5 Assentamento e estabilização	291
9.6 Camponês: camponeses	294
<u>RETROSPECTIVAS E PROSPECTIVAS:</u>	
<u>Uma Antropologia do Projeto, como quem conclui</u>	308
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	317
<u>ANEXOS:</u>	
1. Entrevista concedida por Damázio Rodrigues da Silva	
2. Estatuto da Assoc. dos Peq. Produtores do Assentamento Mosquito	
3. Relação dos assentamentos goianos, de acordo com o INCRA	
4. Dados sócio-econômicos do Estado de Goiás	
5. Uma Ação de Reintegração de Posse	
6. Cópia de questionário aplicado	

S I G L A S

ABAG - Associação Brasileira de Agribusiness
ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
A C - Ação Católica
ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural
A C R - Ação Católica Rural
ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
A P - Ação Popular
ASSOGRAN - Associação dos Pequenos Produtores do Projeto Rancho Grande
CANG - Colônia Agrícola Nacional de Goiás(1941, hoje Ceres e Nova Glória)
CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos(Goiânia)
C E Bs - Comunidades Eclesiais de Base
CEPAIGO - Centro Penitenciário Agro-Industrial de Goiás
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina ((Nações Unidas)
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
C L T - Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEG - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
C G T - Central Geral de Trabalhadores
C P G - Centro dos Professores de Goiás(depois SINTEGO - Sindicato dos Trabalhadores no Ensino do Estado de Goiás)
C P T - Comissão Pastoral da Terra
CUMA - Coopératives d'Utilisation du Matériel Agricole (França)
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DEIC - Departamento Especial de Investigações Criminais
D R T - Delegacia Regional do Trabalho
E F A - Escola Família Agrícola
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMGOPA - Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária
EMCIDEC - Empresa de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico-Social(Goiás)
FAGO - Frente Agrária Goiana (Arquidiocese de Goiânia, 1962)
F A O - Food and Agriculture Organisation (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)
F C O - Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FERAESP - Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETAEG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás
FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural
GAEC - Groupement Agricole d'Exploitation en Commen (França)

IBAMA - Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACE - Instituto Brasil Central (Goiânia)
IDAGO - Instituto do Desenvolvimento Agrário de Goiás
IFAS - Instituto de Formação e Assessoria Sindical (Goiânia)
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
J A C - Juventude Agrária Católica
J E C - Juventude Estudantil Católica
J I C - Juventude Independente Católica
J O C - Juventude Operária Católica
J U C - Juventude Universitária Católica
L A C - Liga Agrária Católica
MARA - Ministério da Reforma Agrária
M E B - Movimento de Educação de Base
MIRAD - Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
M S T - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
O A B - Ordem dos Advogados do Brasil
O E A - Organização dos Estados Americanos
O I T - Organização Internacional do Trabalho
ONGs - Organizações Não-Governamentais
PIPSA - Associação do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE)
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar
S A R - Serviço de Assistência Rural
SINTEGO - Sindicato dos Trabalhadores do Ensino de Goiás
SPAR - Secretariado da Pastoral Arquidiocesana(Goiânia)
S T R - Sindicato de Trabalhadores rurais
SUPRA - Superintendência da Reforma Agrária
U C G - Universidade Católica de Goiás
U D R - União Democrática Ruralista
U F G - Universidade Federal de Goiás
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
U F P - Universidade Federal do Pará
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
U N B - Universidade Nacional de Brasília
UNESP - Universidade Estadual Paulista
U S P - Universidade de São Paulo

RESUMO

Depois de quase dois séculos de exclusão do trabalhador rural em Goiás, agravada pela "modernização conservadora" dos anos 50 e 60, a década de 70 foi marcada pelas primeiras resistências individuais ou coletivas ao processo de grilagem, pela retomada da sindicalização e pela formação da oposição ao sindicalismo permitido pelo Estado. Mas, isso ainda não atendia plenamente às exigências da reprodução camponesa da época. Na década de 80 emergiram então os primeiros conflitos caracterizados como luta organizada pela posse e manutenção na terra. Em meados da década, as primeiras ocupações de fazendas já tinham desfecho favorável com o surgimento dos assentamentos rurais no Estado.

O presente estudo quer, num primeiro momento, reconstituir e compreender a trajetória histórica dos sujeitos aí envolvidos, bem como as condições sociais que possibilitaram a sua emergência. É, pois, numa perspectiva histórica, social e política, um estudo das ocupações de terra enquanto movimento social rural. Mas, os primeiros assentamentos constituídos, comemorando seus primeiros dez anos de organização e trabalho, já possibilitam ir além dessa análise. Por isso, num segundo momento, numa perspectiva mais antropológica, procura-se compreender também o cotidiano de produção de objetos, e de símbolos e significados. Nessas duas esferas de observação, numa inevitável tensão entre rupturas e continuidades, podem ser encontrados elementos significativos para se afirmar a existência de um "novo campesinato" em Goiás. Ainda é muito prematuro pretender afirmar a sua estabilização definitiva. Mas, pelo menos, o modo como ele está se constituindo e as contradições que esse processo engendra, podem ser aqui encontrados.

ABSTRACT

After the fast two centuries of rural worker exclusion in Goiás, worsened by the conservative modernization from the 50ths and 60ths, the 70ths was marked by the first individual or collective resistances to the "grilagem" process, by the sindacalization retake and by the opposition formation to the State permitted sindacalism. But, this hadn't even granted fully to the rural reproduction exigences of this period. In 80ths, came up then the first conflicts characterized as organized fight for the land possession and maintenance. Around the decade the first farm occupation had ever a suitable end with the appearance of the rural settlements in the State.

The present study wish, in a first moment, reconstitute and understand the historical path of the subjects included there, as well as the social conditions that made possible its appearance. That's, therefore, in a historical, social and political outlook, a study of the land occupation, while rural social movement. But, the first settlements constituted, while comemorating your first work and organization ten years, even made possible to go beyond this analysis. Therefore, in a second moment, inside a more antropolological outlook, one's look for understand also the symbols and meanings and objects production day-by-day. Inside these two observation spheres, in a inevitable tension between ruptures and continuities, can be found significant elements to assert the existence of the "new campesinato" in Goiás. It's still very premature to intend assert the definitive settlement. But, at least, the way as it is constituted by itself and the contradictions that this process engender, can be found here.

ERRATA

Página / Linha	ONDE SE LÊ...	LEIA-SE:
53 - L. 3	entevê	antevê
110 - L.17	comprimisso	compromisso
174 - L. 9	por ela	por eles
204 - L. 9	o sorteio	a entrega
205 - L. 25	pode-se-ia	pode-se
207 - L. 11	acontecem	acontece
207 - L. 20	Mosquito,	No Mosquito,
212 - Epígrafe	Vamor	Vamos
244 - L. 13	seriços	serviços
276 - L. 5	reprodução camponesa	estratégias de reprodução camponesa
280 - L. 2	traduze	traduz
289 - L. 12	sôs	são
289 - L. 13	Alguns contam até com a tristeza	Alguns se referem ao extermínio dos animais selvagens, com a mesma tristeza
296 - L. 2	Feitas	Freitas

"Um homem, uma família, expulsos de suas terras, esse veículo enferrujado arrastando-se pela estrada rumo ao oeste. Eu perdi as minhas terras; um trator, um só, tomou-mas. Estou sozinho e apavorado. E uma família pernôita numa vala e outra família chega e estacas são fincadas na terra e tendas surgem. Os dois homens acocoram-se no chão e as mulheres e as crianças escutam em silêncio. Aí está o nó, ó tu que odeias mudanças e temes revoluções! Mantém esses dois homens apartados; faze com que eles se odeiem, receiem-se, desconfiem um do outro. Porque aí começa aquilo que tu temes. Aí é que está o germe. Porque aí transforma-se o "Eu perdi minhas terras"; uma célula se rompeu e dessa célula rompida brota aquilo que tu tanto odeias, o "Nós perdemos nossas terras". Aí é que está o perigo, pois que dois homens nunca se sentem tão sozinhos e abatidos como um só"

(J. Steinbeck, As Vinhas da Ira, Vol. 1, 199. Grifo meu).

INTRODUÇÃO

O presente texto procura dar continuidade (com a devida sistematização e análise) a uma pesquisa realizada nos anos de 1994 a 1996, sobre as ocupações de terra em Goiás na década de 80 e sobre alguns assentamentos rurais delas derivados. Os assentamentos abordados são, principalmente: Mosquito, Rancho Grande e São João da Lavrinha, no município de Goiás; Retiro e Velha, no município de Itapirapuã; e Rio Paraíso, no município de Jataí.

Algumas razões explicam a delimitação cronológica. A primeira, com indiscutível obviedade, é que foi naquela década que emergiu o fenômeno das ocupações de fazendas no Estado, numa espécie de evolução que passou da pura resistência isolada/solitária em posses antigas à ocupação devidamente planejada de áreas previamente escolhidas e sob a orientação de mediadores como sindicatos, CPT, Diocese de Goiás e MST. A segunda é que a década de 80 contempla alguns elementos significativos para uma compreensão da história recente do Brasil.

A alteração demográfica no sentido campo-cidade ultrapassava naquela década os limites do tolerável. A população urbana no país, que em 1940 era de 31%, evoluiu para 36% em 1950, 45% em 1960, 56% em 1970, 68% em 1980 e 76% em 1991¹. Dessa forma, essa mesma população, marcadamente egressa do campo, via-se irremediavelmente jogada na mais absoluta precariedade em termos de atendimento, por parte do Estado, de suas necessidades mínimas. Isso era agravado pela desaceleração da economia que transformou aquele decênio na chamada "década perdida". Entre 1965 e 1980 o Brasil teve uma das maiores taxas de crescimento anual do mundo - 8,8% em média - superando inclusive a taxa média dos Estados Unidos. Apenas para citar um exemplo do setor econômico-produtivo aqui referido, o número de tratores em operação na agricultura aumentou em 209% naquele período. A década de 80, entretanto, conheceu uma queda total desse crescimento. Mesmo na agricultura, em que a queda do crescimento foi bem menor, não houve distribuição de renda. E, muito menos, reforma agrária (Delgado et alii, 1992). Na década anterior, como indica uma comparação

¹IBGE, Folha de São Paulo, 19/05/96, 1-10.

entre os censos agropecuários de 70 e 80, houve uma clara "proletarização dos lavradores" (Martins, 1993: 118).

Estava, portanto, decretado o fim da histórica mobilidade social, ou a possibilidade de ascensão econômica fácil, ou ainda a passagem de um indivíduo de uma classe para outra. Roberto Schwarz fala dessa década como sendo o "nosso fim-de-século".

"Nos anos 80 ficava claro que o nacionalismo desenvolvimentista se havia tornado uma idéia vazia, ou melhor, uma idéia para qual não havia dinheiro"².

José de Souza Martins inclui a década de 80 numa importante análise política do Brasil, com seus "movimentos pendulares". Os governos militares têm sido a versão republicana do absolutismo monárquico, e os governos civis, a continuação dos governos oligárquicos. São marcados pela ideologia liberal e embasados na propriedade fundiária. Por isso, Martins diz não se espantar com a derrota da democracia na Constituição de 88, justamente no capítulo sobre a reforma agrária (Martins, 1993: 83-84).

É que houve, sim, um recrudescimento do movimento popular, especialmente no que diz respeito à luta organizada pela posse da terra, em contrapartida ao agravamento das condições de vida (Almeida, 1993: 232). A "modernização conservadora" (cap. 2) havia desencadeado intenso processo de desmatamentos, grilagem, vendas de terra com o encargo da "limpeza da área", subserviência do serviço policial à grilagem, etc., fatos sobejamente conhecidos via imprensa, estudos acadêmicos sobre o período e até mesmo via literatura, como registrou o regionalista Carmo Bernardes (Bernardes, 1984). Acossados, os trabalhadores rurais não tinham outro caminho além da luta organizada pela conquista da posse da terra, ao que os detentores da propriedade da terra responderam, também, de forma institucionalmente organizada. Os melhores exemplos dessa reação são, sem dúvida, a criação da UDR (Lisita, 1992) e a atuação contundente do setor junto ao Congresso Constituinte. Nesse ponto o raciocínio volta à análise de Martins no parágrafo anterior.

Do ponto de vista do debate sobre mundo rural nas Ciências Sociais até a década de 70, pode-se visualizar uma certa sucessão de abordagens distintas. Vindo de uma perspectiva de "estudo de comunidade", passando por uma espécie de "estudos rurais" (já que a partir dos

anos 50 os conflitos se aguçavam), o debate convergia para uma intensa mescla entre os campos teórico e político (estudo do movimento social rural e da questão agrária). Tratava-se de uma busca de compreensão da "natureza da estrutura agrária brasileira", em que a pergunta pela existência de um feudalismo em nossa formação econômica (a ser, portanto, "modernizada") ou pela marca capitalista desde a sua origem, dominava a cena. Assim, Maria de Nazareth, por exemplo, situava sua tese doutoral em meados da década (Wanderley, 1979).

Resumidamente, esse é o quadro social, econômico, político e teórico brasileiro, no qual emergiram as ocupações de fazendas, pondo em relevo os acampados e assentados "como uma nova categoria social no meio rural brasileiro" (Bergamasco e Norder, 1996: 78). E é, portanto, nesse quadro que podem ser encontrados os sujeitos sociais que, tanto quanto me for possível, ganham voz no presente trabalho. Sobre esse mesmo contexto e sobre essas falas versará a minha análise, que tem a seguir o seu enunciado teórico-metodológico.

Devo dizer de início que partilho com Vera Lúcia Ferrante o sentimento de "aventura" que é pesquisar em assentamentos rurais. Não bastasse constituírem-se eles em um fato social em andamento, portanto em aberto, eles tangenciam diversas áreas do conhecimento, por sua inegável polissemia. Isso define em tal estudo um caráter eminentemente dinâmico, tornando-se realmente "impossível analisar assentamentos a partir de um modelo teórico unívoco" (Ferrante, 1992: 106-107), o que, aliás, já não se constitui mais em uma prática tão inegociável nas ciências sociais. Desta forma, dada a especificidade de alguns itens e capítulos, várias iluminações teóricas, diversificadamente, estarão presentes ao longo do texto. O horizonte fundamental, portanto, não é demonstrar a lógica interna e a aplicabilidade de uma orientação teórica, mas tentar mostrar como se constituem, o que fazem e como se reproduzem os camponeses ocupantes.

Entretanto, não se pode entabular um texto desta natureza totalmente ao sabor dos fatos, falas e elementos etnográficos elencados no seu transcurso. Até para justificar sucessivas inserções teóricas ao longo do texto, há que se fundamentar num horizonte teórico que, inclusive, comporte tal exercício. Nesse sentido, penso que uma sócio-antropologia do cotidiano, numa interface com a história das mentalidades, pode desempenhar tal tarefa³.

³Folha de São Paulo, 04/12/94, 6-9

³Fiz o texto para Exame de Qualificação tentando responder uma questão: de que tipo de cotidiano eu vou estar falando ao longo da tese? Estava claro que eu não trataria do cotidiano como pura localidade, isolamento ou

É facilmente verificável que existe uma certa "entre-ajuda", em que ambas saem beneficiadas, entre Antropologia e História (Sahlins, 1990: 19; Lévi-Strauss, 1996: 9). E essa entre-ajuda ou essa capilaridade entre essas duas ciências do social, acontece, diversamente, indo do macro ao microestrutural ou ao inverso, coisa que não prejudica a sua fecundidade. Para Sahlins, na discussão que faz entre "estrutura e evento", que é para ele uma teoria da história, a estrutura são as "relações simbólicas de ordem cultural" (Sahlins, 1990: 8) ou "categorias culturais" (Idem, 160). Estrutura e história não são alternativas, mutuamente excludentes. "A história havaiana está, toda ela, baseada na estrutura, na ordenação sistemática de circunstâncias contingentes, ao mesmo tempo que a estrutura havaiana provou ser histórica" (Idem, 180). Já os "eventos" são algumas alterações da estrutura, em oposição à estrutura, como a volta de Cook, ou mais precisamente, a interpretação desse acontecimento ("morte de Cook, morte de Lono"- Idem, 143). "Um evento não é somente um acontecimento no mundo; é a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico". Por isso ele não pode ser entendido fora desse sistema simbólico, dos valores que lhe são correspondentes (Idem, 191). São os dois planos de qualquer evento: "como ação individual e como representação coletiva; ou melhor, como relação entre certas histórias de vida e uma história acima e além dessas histórias" (Idem, 143/144). Essa me parece ser a base primeira da relação entre cotidiano e história.

A questão do cotidiano é objeto efetivo das ciências sociais a partir de meados do presente século. Mas teve como nascedouro a obra de Marx e as ciências sociais nascentes no século XIX. Até então, para a filosofia, mestra fundamental do conhecimento, o mundo real sempre foi uma "coleção de objetos fúteis, uma não-filosofia". No século XIX houve um deslocamento da reflexão, passando da pura especulação para a realidade empírica e prática (Lefebvre, 1991: 17-23). É nessa origem histórico-teórica que está a explicação das duas orientações básicas do debate sobre a questão do cotidiano.

A primeira delas (sem que a ordem signifique maior importância), na qual ele próprio se inclui, é chamada por José Carlos de Paula Carvalho de "abordagens

tempos mínimos. Deveria ser um cotidiano constantemente tensionado pela história. Por isso orientei o texto pelo seguinte título: "Cotidiano e História: Para falar de camponeses ocupantes". Retomo aqui o núcleo essencial daquela discussão sobre cotidiano e história das mentalidades. É que a mesma questão permanecia frente ao texto agora apresentado.

fenomenológicas da vida cotidiana"⁴, na perspectiva de uma "sócio-antropologia da cotidianidade". Ainda para Paula Carvalho, citando Claude Javeau, trata-se de um "retorno do sujeito individual" (Paula Carvalho, 1986: 91). E diz "retorno", naturalmente, porque a questão do indivíduo, das biografias, tem sua origem um pouco mais remota, no historicismo de Wilhelm Dilthey, na passagem do século XIX para o século XX, na sua transição para o relativismo. Depois da importante contribuição na distinção entre ciências naturais e ciências sociais, destaca-se, segundo Michael Löwy, a preocupação de Dilthey com a ambivalência (macro e microestrutural) da história. Para Löwy, mesmo percebendo o perigo do relativismo, pois conduz ao ceticismo, seu grande mérito foi o de não cair na tentação da solução fácil, do atalho - a via do ecletismo ("já que todo mundo tem uma parte da verdade, vamos juntar os pedacinhos"), o que viria a acontecer mais tarde com seu discípulo G. Simmel. Na verdade, Dilthey passou a vida inteira não se arriscando a uma resposta. Mas, pelo menos, formulou bem a sua pergunta:

"como é que um conhecimento da história ou da sociedade pode ser, ao mesmo tempo, historicamente limitado, unilateral, relativo, e objetivo, universalmente válido?"(Löwy, 1985: 76).

Na "abordagem fenomenológico-compreensiva" de Maffesoli, o cotidiano não é exatamente um conteúdo. É, antes, uma espécie de "estado de espírito", uma predisposição - "une mise en perspective" - já que a geopolítica, a educação e a burocracia são temas já suficientemente "cobertos" pela sociologia (Maffesoli, 1985: 184). Ou seja, o político e o econômico, em sentido amplo, já são o "lado iluminado" pelos grandes sistemas de interpretação. Ainda que a diferença não seja muito bem percebida, é preciso se enxergar também o "lado de sombra" do social. É preciso estabelecer uma estreita relação entre o dramático e o cotidiano, valorizar o senso comum, considerar o imaginário (Maffesoli, 1984: 66-67; Teixeira, 1990: 98). Não se trata, pois, diz ainda Maffesoli, de nenhuma descoberta da América. Em Ciências Sociais não se descobrem novos mundos. O que pode e deve ocorrer, sempre, é fazer surgir aspectos novos, até então deixados de lado (Maffesoli, 1985: 194). Tal

⁴Diz Paula Carvalho: "Distinguiríamos, como abordagens fenomenológicas da vida cotidiana: 1º o "interacionismo simbólico" ou o "paradigma interpretativo"(Th. Wilson), agrupando autores como C.H.Cooley, G.H. Mead e W.I.Thomas, além das extensões em E. Goffman; 2º a "fenomenologia constitutiva da atitude natural"(A. Schütz), nos seus prolongamentos através de P. Berger e Th. Luckmann; 3º a "sociologia reflexiva" de A. Cicourel; 4º a "etnometodologia" de H. Garfinkel. Sendo todas, no seu todo, uma exploração da temática levantada pelo estigmatizado G. Simmel, em seus prolongamentos pela atuação da Escola de Chicago, deveríamos também engrossar o movimento com a tardia, mas bastante profícua, e profunda, vertente francesa que se congrega em torno da atividade de Michel Maffesoli, Georges Balandier e outros, no CEAQ ("Centre

perspectiva, como advertiu muito bem a Professora Maria Suely Kofes no Exame de Qualificação, não chega a ser uma novidade para os antropólogos. Na prática, de Boas e Malinowski, a Emília de Godoi (Godoi, 1993), é o que eles sempre fizeram e o que eu também procurarei fazer, tanto quanto me for possível, ao longo do texto, especialmente na segunda e terceira partes. O exercício em andamento aqui, é exatamente para justificar teoricamente o meu texto, que é uma tentativa de incorporar o cotidiano à história, na direção do que disse ainda há pouco sobre a teoria histórica de Sahlins. Essa sistematização se faz necessária para evitar o lugar comum que é o uso da palavra cotidiano apenas como título ou subtítulo de trabalho acadêmico ou, no máximo, como descrição da "vida de todos os dias" (Petersen, 1995: 49-56).

Voltando ao Maffesoli, é preciso que se entenda que ele não conduz a sua sociologia da vida cotidiana para o sujeito individual. Ela é, repetindo, não um objeto de estudo, mas uma "leitura transversal dos diversos momentos que estruturam uma sociedade". Mas, quanto mais se assume essa postura epistemológica, mais se percebe que a categoria "socialidade" se torna necessária. O "mundo vivido", que interessa à sociologia compreensiva, é o mundo da experiência coletiva, comunitária (Idem, 213-219). A permanência dessa "socialidade" é garantida pela poética, pelo "surreal" da vida cotidiana, que são as criações minúsculas e imperceptíveis, o comer, o vestir, a apropriação do espaço (Idem, 1984: 72-73), enfim, "a própria banalidade já é o maravilhoso", o fantástico, o surreal (Idem, 75).

Daí deriva, por exemplo, a sua compreensão do fenômeno da comunicação, longe da estrutura econômica ou política. Ela se dá nos lugares mais humildes e banais. O lugar privilegiado em que se dá a comunicação é o bar, o seu famoso "café du commerce".

"...O único lugar onde a comunicação resiste é o bar...É conhecido que, quando num vilarejo ou num bairro um bar fecha suas portas, é um pouco de vida que cessa" (Idem, 61).

Toda a trama social aí está, mesclada de alegrias e desventuras, afetos e conversações. É só a partir da "crônica banal dessa vida diária" que se pode analisar a socialidade. E é também daí que nasce o teatro, da cotidianidade, da rua (Idem, 136-137).

d'Études sur l'Actuel et le Quotidien"), polarizando a cotidianidade em torno das noções de Imaginário e Mentalidades"(Paula Carvalho, 1986: 91).

Como entender, então, Maffesoli, nessa relação entre cotidiano e história ? A sua sociologia compreensiva propõe um "relativismo metodológico". As situações sociais se enraízam no concreto, portanto nas diferenças. Daí a impossibilidade de se chegar a uma visão única, a uma unidade da ciência. Só um relativismo metodológico permite uma abordagem que privilegie os diferentes ângulos a partir dos quais um objeto pode ser analisado. Propõe também que o sociólogo tenha um senso estético ou uma capacidade de "sentir e experimentar". Para ele a sociologia é também uma arte. O dia-a-dia é cheio de situações miúdas, efêmeras, e só com esse senso artístico o sociólogo pode apreendê-las e descrevê-las. O cotidiano é feito de gestos, palavras, teatralidade. A escrita sobre ele também deve ser assim, polifônica, plural (Teixeira, 1990: 106-112). Mas, apesar dessa "pluralidade da vida social", desse "politeísmo de valores", Maffesoli acaba negando a história com o seu "presentismo" - crítica de Roberto Motta, recusada por Maria Cecília (Idem, 157-159). Pois, na definição que dá de vida cotidiana, o que sobressai é, inegavelmente, o micro, o minúsculo, o pontual. Vejamo-lo:

"O que chamamos de vida cotidiana é constituída (sic) de microatitudes, de criações minúsculas, de situações pontuais e totalmente efêmeras. É, *stricto sensu*, uma trama feita de minúsculos fios estreitamente tecidos, onde cada um, em particular, é totalmente insignificante" (Maffesoli, 1984: 146).

Em resumo, mesmo admitindo uma "ordem social", uma experiência coletiva, esta "vida cotidiana" (de criações minúsculas e situações pontuais) de Maffesoli é "o lugar privilegiado que dá sentido à ordem social", como fundador desta ordem" (Teixeira, 1990: 37).

Em linhas gerais, José Carlos de Paula Carvalho trata do cotidiano na mesma perspectiva, mas complementando e enriquecendo a abordagem de Maffesoli, dando profundidade à análise do cotidiano e, ao mesmo tempo, avançando na relação entre os níveis micro e macrossociológico (Idem, 163; 1991: 94-95). Paula Carvalho diz que tem com Maffesoli um "solo comum paradigmático" (Paula Carvalho, 1986: 94), especialmente em relação às categorias da cotidianidade, a saber: aceitação da vida, astúcia e silêncio como meios de existência, solidariedade orgânica e duplicidade (Teixeira, 1990: 142-152).

Seu ponto de partida, segundo ele próprio, é o chamado "paradigma holonômico"⁵ e o "terceiro incluído", opondo-se às simplificações do "paradigma clássico" (Paula Carvalho, 1986: 89), que fundamenta os enfoques macroestruturais ou "da consciência coletiva" (Teixeira, 1990: 33). O "terceiro", apesar de dar origens a múltiplas perturbações, "é a origem de todas as sociedades". Assim, o homem só pode ser visto como "homem contraditorial" (Paula Carvalho, 1986: 93) e, conseqüentemente, a cotidianidade precisa ser entendida como "cotidianidade anfílóbica" ou "cotidianidade oximorônica" (Idem, 97-98)⁶. Maria Cecília explica ainda a cotidianidade de Paula Carvalho como sendo

„...uma "cotidianidade dupla" e, por isso, profunda que, para além das aparências, consiga dar conta dos "determinantes" em profundidade da cotidianidade" (Teixeira, 1990: 164).

Aquí está, ainda para Maria Cecília, a crítica de Paula Carvalho a Maffesoli e o principal ponto de superação do segundo pelo primeiro. A abordagem de Maffesoli fica apenas numa "sociografia do cotidiano"- uma descrição horizontal - por possibilitar apenas uma compreensão das aparências do cotidiano, da "banalidade cotidiana". Já Paula Carvalho pensa em uma dupla abordagem do cotidiano - horizontal e vertical - na qual, além do "aparecer social", sejam apreendidos também os "determinantes" do cotidiano (Idem, Ibidem). Mas, pelo que foi possível compreender até o momento, a "abordagem profunda" de Paula Carvalho avança pouco na direção de uma efetiva interação entre as dimensões micro e macroestruturais, em comparação ao que já postulava Maffesoli.

A segunda orientação teórica, que tem ainda Lukács e Kosik, mas é representada aqui por Henri Lefebvre e Agnes Heller, tem por base, obviamente, a análise marxista. Trata,

⁵"Que articula totalidades". Na perspectiva de E. Morin o termo holonômico é mais adequado que o termo holista que, "ao reduzir as propriedades das partes às propriedades do todo, simplifica o problema da unidade complexa". Citando Bentov, Paula Carvalho faz assim a diferenciação entre "paradigma clássico e paradigma holonômico":

<u>Parâmetros</u>	<u>Paradigma Clássico</u>	<u>Paradigma Holonômico</u>
Ontologia	Dualista/Dicotômica	Monista/Pluralista
Epistemologia	Objetiva/Analítica	Subjetiva/Interativa
Metodologia	Empírica	Fenomenológica/Analógica
Causalidade	Determinista	Teleonômica/Probabilista
Análise	Redutiva	Metafísica/Estrutural
Dinâmica	Entrópica	Nulentrópica/Neg-entrópica

Ver: Teixeira, 1990: 32-33; Paula Carvalho, 1990: 22.

⁶Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, Oxímoro ou Oxímoron significa: "Figura que consiste em reunir palavras contraditórias; paradoxismo. Ex.: silêncio eloqüente; covarde valentia".

portanto, o cotidiano numa perspectiva macroestrutural. O fulcro da análise é a transformação global da sociedade, levando-se em consideração, também e com certa inovação⁷, as "banalidades" da vida cotidiana. Henri Lefebvre trata do cotidiano com bases marxistas, mas numa perspectiva própria, não "marxista", mas "marxiana", no dizer de José de Souza Martins, explicando:

"Lefebvre no fundo retorna ao residual desse Marx, ao irreduzível de sua pessoa e de seu tempo. A um Marx da História, personagem, pensador, homem de luta, de incertezas e não de certezas. E não a um Marx acima da História, supra-histórico. O Marx que Lefebvre encontra em sua minuciosa busca é um Marx mortal, como qualquer um de nós...Não é um Marx messiânico, embora seja utópico e profético" (Martins, 1996: 14).

Nesse sentido, afirma Luciano Marini: "Ele soube ser sujeito da História, não ficando escravo nem do marxismo e nem do próprio Marx" (Marini, 1996: 135). O que baliza a reflexão social para ele, em primeiríssima instância, é a revolução: ter ou não havido revolução ou ter ou não ter sido exitoso o movimento revolucionário. Como não foi, prevalecendo a "Sociedade burocrática de consumo dirigido" (racional, que organiza o consumo e não a produção), o cotidiano é apenas o "plano" em que esta se assenta (Lefebvre, 1991: 68). Como tal, ele é programado por uma estratégia global, de classe. Explica Lefebvre:

"Desse plano, da sua realização, alguns se beneficiam; os outros, a maioria, o suportam mais ou menos. No alto da escala hierárquica, alguns (as personalidades olímpicas) transcendem, em aparência, a cotidianidade. Na parte baixa da escala, na nova pobreza, uma enorme massa suporta o peso, suporta a pirâmide, vive na ambigüidade "satisfação-frustração", experimentando-a até ao conflito" (Idem, 203-204).

Tal é o grau de programação do "homo quotidianus", que Lefebvre chega a se perguntar se ele é ainda um homem. Parece ser mais um autômato (Idem, 204). E essa programação é realizada pela burocracia do Estado, identitário, homogeneizante, que, por isso, oculta a complexidade, as diferenças das relações sociais da vida cotidiana (Nasser e Fumagalli, 1996: 34; Marini, 1996: 139-140). Os benefícios das inovações tecnológicas e científicas, cuja canalização, na prática, passa pelas ações do Estado, não são destinados ao homem, mas, prioritariamente, "à constituição e alimentação dos sistemas de poder". O que

⁷A noção de cotidiano, assim como a noção de urbano, diferença e espaço social, foi introduzida no marxismo por Henri Lefebvre. Ver: Ana Fani A. Carlos, A Mundialidade do Espaço, in: Martins, 1996: 121. Para Agnes Heller, a inclusão da questão do cotidiano no debate dos autores marxistas significa um "enriquecimento do aparato conceitual do marxismo"(Heller, 1994: 7).

chega ao cotidiano das pessoas são apenas seus resíduos (Martins, 1996: 20). A programação do cotidiano se dá pela consolidação da "cotidianidade", que "insiste sobre o homogêneo: sobre o repetitivo, sobre o fragmentário na vida cotidiana: mesmos gestos, mesmos trajetos etc" (Penin, 1989: 19). Entra nessa programação não apenas o "tempo do trabalho" como também o "tempo do não-trabalho", por dois fatores: o repouso, as férias, os lazeres são o tempo privilegiado do consumo e, além disso, tornam-se poderosos setores produtivos via turismo, espetáculos, indústria cultural (Idem, 20).

Mas isso não é o bastante para se falar da inexistência ou do fim da vida cotidiana em Lefebvre. O que parece ficar claro é o seu alargamento espaço-temporal, é a negação da contemporaneidade. Isso aparece na exposição de Martins sobre o método dialético lefebvriano - o "método regressivo-progressivo", que se compõe de três momentos. O primeiro é o da descrição da diversidade de relações sociais. O segundo é o momento analítico-regressivo, em que o pesquisador deve datar cada relação social e cada elemento da cultura material e espiritual. O terceiro é o momento da elucidação, compreensão e explicação do presente. Assim, o que é vivido no cotidiano é na verdade uma combinação de coisas, relações e concepções, enfim, contradições, que são históricas e não contemporâneas. A História como superação intencional do velho pelo novo é uma falsa História (Martins, 1996: 21-22).

Menos abrangente do que a "práxis" (totalidade da prática humana, incluindo atividade objetiva, transformadora da natureza e formação da subjetividade humana), a vida cotidiana é para Lefebvre como "um nível de realidade social" ou dessa "totalidade", assim como o biológico, o fisiológico, o psicológico e o econômico. Nesse nível de totalidade ou de globalidade, ele situa as "atividades superiores", que, mesmo o sendo, não se desligam da vida cotidiana. Pelo contrário, dependem delas, como sintetiza ainda Sônia Penin.

"É do cotidiano que emergem as grandes decisões e os instantes dramáticos de decisão e de ação. Por exemplo, é do cotidiano dos sindicatos ou associações de classe que emerge a greve. Para Lefebvre, as atividades superiores dos homens nascem do germe contido na prática cotidiana" (Penin, 1989: 16).

Com a mesma filiação teórica de Lefebvre, Agnes Heller tem tido recentemente uma importante incidência no debate sobre a questão do cotidiano no Brasil. Também para ela, o ponto de partida são as grandes questões da análise social marxista, como a praxis

revolucionária, trabalho e alienação, reprodução social, etc. E aí, tal como faz Lefebvre, Agnes Heller incorpora ao marxismo a noção de cotidiano. Mas Heller o faz numa perspectiva mais positiva, entendendo-o como imprescindível na própria constituição da sociedade - sem vida cotidiana não há sociedade (Heller, 1994: 9). Para além dos limites do marxismo, o trabalho é não necessariamente alienado. E o cotidiano, espaço de realização do trabalho, não só pode ser visto também como não alienado, como representa para ela uma "perspectiva de transformação revolucionária" (Idem, 16). Vejamos com um pouco mais de detalhes essas duas questões.

O essencial da concepção marxista de trabalho é a sua identificação com a produção de mais-valia, portanto é uma atividade humana em que existe a alienação do trabalhador - atividade "cuja objetivação se aliena do seu produtor" (Idem, 79). Separa o trabalho do "jogo", do não-trabalho. Deriva de Marx uma limitação do trabalho, de que ele requer esforço e seriedade. Citando Kofler - "modelo de trabalho não-alienado" - a autora advoga uma superação dessa diferenciação entre trabalho e jogo, ambos portadores de prazer e alegria, porque são duas atividades livremente escolhidas. Em resumo, o homem não pode ser entendido apenas como força de trabalho, mas como "personalidade total". Isso muda, por exemplo, a relação do homem com a idéia de tempo - "tempo qualitativo" e não apenas "quantitativo" (Idem, 81-88).

Quanto à "perspectiva revolucionária da vida cotidiana", é preciso falar inicialmente da categoria helleriana "condução da vida", a categoria central da vida cotidiana (Idem, 14).

Para isso ela parte de duas características do existir humano: "particularidade e individualidade", ou de dois tipos de homens: o homem particular e o homem individual. O primeiro responde apenas pelas características da espécie, vive espontaneamente em seu mundo. O segundo, ao contrário, dirige a sua vida com uma concepção de mundo, sendo capaz de organizar sua vida cotidiana de acordo com as circunstâncias e as possibilidades determinadas. No entanto, eles não são "tipos extremos", definitivos. Há muitas possibilidades de transição entre eles. Resume Heller:

"O indivíduo é um particular que 'sintetiza' em si mesmo a singularidade casual de sua individualidade e a generalidade universal da espécie...cada um de nós é único e ao mesmo tempo universal, na medida em que é membro de uma espécie..." (Idem, 13).

Quem é capaz de realizar esta "síntese"- e nem todos os homens o são - é apto a realizar a "condução da vida", ou seja, vive uma relação consciente com as objetivações da sua espécie (Idem, 11-15). Em outras palavras, vive uma vida cotidiana não alienada ou é capaz de inserir a sua vida cotidiana no processo de transformação revolucionária (Idem, 16-18). Portanto, ainda que o horizonte último de Heller seja a transformação global da sociedade, clássica no marxismo, para ela, isso tem um requisito fundamental: "a criação de uma sociedade humanizada", a recuperação dos elos de comunidade. Diz ainda a autora sobre a sua concepção de transformação:

"A transformação permanente da vida cotidiana é o objetivo, mas também o requisito prévio para que o socialismo possa cumprir sua missão histórica. E os movimentos marxistas serão revolucionários e terão um valor modélico dentro do capitalismo se e somente se junto ao programa político oferecem uma nova moral, uma nova forma de vida" (Idem, 26-27).

Voltando à orientação fenomenológico-compreensiva do cotidiano, o ponto de partida para Claude Javeau é o recorte de uma unidade de tempo - vinte e quatro horas - que, ainda que seja uma noção ingênua, comporta uma alternância (entre dias e noites) que atinge necessariamente nossa existência. Dentro dessa unidade de tempo estão atividades regulares como levantar-se, comer, deslocar-se, fazer amor e, pelo menos para "um grande número de pessoas", trabalhar. O objeto da sociologia da vida cotidiana seria então a realização dessas atividades pela maioria dos membros de uma dada sociedade, mais ou menos, a cada dia. Mas o fio condutor seria não o economicismo - "um capital a gastar" - mas a história.

"A sociologia da vida cotidiana toma por objeto as manifestações brutas da atividade humana, tal como aparecem de maneira regular e dia após dia no seio dos diversos grupos, majoritários ou não, numa unidade dada. Sua unidade de análise é a atividade de tipo relacional, comportando interações explícitas ou implícitas" (Javeau, 1980: 35).

Baseando-se nas metáforas da "ponte" e da "porta" ("junção/disjunção", "separação/abertura") de G. Simmel, Javeau propõe uma síntese dialética entre os níveis micro e macrosociológicos do cotidiano ou entre o "paradigma do ator" e o da "consciência coletiva". Os dois, tomados unilateralmente, significam uma redução positivista do social. Cada um reduz a sociedade a apenas uma de suas manifestações: o imediato ou mediato. É preciso saber ouvir tanto o "pequeno murmúrio" quanto o "grande ruído do mundo". Vejamos uma citação em que Javeau expressa bem essa integração entre o micro e o macroestrutural.

"Uma sociedade também é um sistema de dominações e de imposições, uma hierarquização nos diversos campos da atividade coletiva. O cotidiano de cada um é afetado pela posição social que ocupa enquanto ator do 'grande jogo' social e do 'pequeno jogo' do cotidiano, simultaneamente" (Apud, Teixeira, 1990: 172-175).

Como acabamos de ver em Claude Javeau, essa perspectiva de "síntese", ou uma ambivalência entre uma visão macro e microestrutural da vida cotidiana, é muito fecunda e de certa forma preferida na condução do presente texto. No seu horizonte último, penso que é nessa perspectiva que teremos condições de nos perguntar se os ocupantes e assentados são ou não portadores de um (novo) projeto de campesinato em Goiás. O cotidiano não é uma categoria "distinta do social" (Javeau, 1980: 39). Independentemente da posição na divisão do trabalho, todos a vivem. Mas, por mais "insubstancial" que alguém possa parecer, jamais viverá somente na cotidianidade - nunca fora dela, jamais somente nela (Heller, 1992: 18). A vida cotidiana é a vida do indivíduo e o indivíduo é ao mesmo tempo ser particular e ser genérico, logo, um "humano-genérico", explicado a seguir numa pequena frase bastante iluminadora do que aqui se quer explicitar:

"A vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social" (Idem, 20).

Também em Lefebvre, o macro e o microestrutural estão perfeitamente sintetizados. A vida cotidiana vai muito além do conhecimento de situações circunscritas. "Estamos, ao mesmo tempo, na vida cotidiana e fora dela", na expressão da comentadora (Penin, 1989: 16). Ou, como diz o próprio autor: "O cotidiano se compõe de ciclos e entra em ciclos mais largos. Os começos são recomeços e renascimentos" (Lefebvre, 1991: 11). Lefebvre faz questão de distinguir radicalmente sua teoria da vida cotidiana das relações interpessoais que sustentam as teorias psicossociológicas, chamando a atenção para o "especificamente social". "A crítica da vida cotidiana implica concepções e apreciações na escala do conjunto social" (Apud: Javeau, 1980: 40). Assim, Lefebvre, Heller e Javeau, mantidas as respectivas especificidades de pensamento, são os autores que melhor iluminam a perspectiva integradora da vida cotidiana - macro e microhistória, aqui perseguida.

Na discussão dessa polaridade, a produção historiográfica indiscutivelmente mais aproximada é o que se fez na França, durante os 60 anos que se seguiram à fundação da revista "Annales d'histoire économique et sociale", em 1929, na cidade de Strasburgo. Por esta razão o movimento historiográfico foi denominado "Escola dos Annales", mas,

recorrentemente, é conhecido como "História Nova". E, dentre todo o movimento, há dois enfoques particularmente especiais para essa interface, que são a "História das Mentalidades" e a "Antropologia Histórica". Vejamos cada um destes elementos, de maneira um pouco mais destringida.

A motivação para a fundação da revista e, portanto, para o nascimento da História Nova foi uma reação contra a história positivista do século XIX (Le Goff, 1995: 28), reação essa, assumida por Lucien Febvre, um de seus fundadores, como um

"...combate contra a história política e diplomática, a história-quadro, a história-manual, a história filosófica e o que ele chama de história historicizante, à base de história fatural, passiva diante dos fatos, sem problemas, encerrada na ruminação dos textos" (Idem, 34-35).

Na verdade, para Le Goff, essa motivação tem antepassados bem mais antigos, como Voltaire, Chateaubriand e outros. O economista François Simiand (1873-1935), seguidor de Durkheim, é lembrado como um provocador direto dessa motivação, ao denunciar os "três ídolos da tribo dos historiadores", que são o "ídolo político" (preocupação com fatos históricos, guerras), o "ídolo individual" (a história como uma história dos indivíduos) e o "ídolo cronológico" (hábito de se perder em estudos das origens e particularidades). E isso foi assumido pelos Annales. Segundo Le Goff, seu objetivo número um foi "destronar a história política", e os outros dois - "desembaraçar-se da história dos grandes homens" e "rever os hábitos cronológicos dos historiadores" - sempre foram também tarefas fundamentais (Idem, 41-42; Burke, 1991: 21).

A base da "História das Mentalidades" é o conceito de "outillage mental" ("utensilhagem mental"/"aparelhagem mental"), presente já em Febvre, na fundação dos Annales. Também já estava na denúncia dos pioneiros contra a história fatural, a mais fecunda das perspectivas historiográficas da História Nova, a "longa duração". Ou seja, tomar como "medida da história", os costumes, as mentalidades, que só mudam muito lentamente ("História das mentalidades, história da lentidão da história" - Le Goff, 1976: 72). "Uma história política que se pauta pelas mudanças de reinados, de governos, não apreende a vida profunda", diz ainda Le Goff (Le Goff, 1995: 45). Muito próximo a esta fala de Le Goff, a distinção de campos na historiografia antiga estava também na seleção dos fatos.

"A história e a etnologia distinguiam-se sobretudo de acordo com os fatos privilegiados por cada uma. À história cabiam as classes dirigentes, as façanhas militares, os reinados, os tratados, os conflitos e as alianças; à etnologia, a vida popular, os costumes, as crenças, as relações elementares que os homens mantêm com o meio" (Lévi-Strauss, 1996: 8).

Mas, no início dos Annales, a antropologia tinha muito pouco peso, ao contrário da economia, da sociologia e da geografia. E só num processo acumulativo, na medida em que a longa duração foi se tornando a chave histórica fundamental, é que a antropologia foi adquirindo o status de "interlocutora privilegiada". Com isso, diz ainda Le Goff:

"A história das mentalidades e das representações, apenas esboçada na primeira fase dos Annales, tornou-se uma das principais linhas de força" (Le Goff, 1976: 53-54).

Peter Burke diz que no início dos Annales a aproximação com a antropologia era apenas no sentido de "sobrevoá-la, de tempos em tempos, em busca de novos conceitos". Já nas décadas de 70 e 80, Erving Goffman, Victor Turner, Pierre Bourdieu e outros passaram a ser inseridos na análise histórica numa perspectiva mais séria, "para construir uma história mais antropológica". Assim é que Le Goff fez um estudo que pode ser descrito como uma história cultural da Idade Média; Emmanuel Le Roy Ladurie fez o mesmo sobre a aldeia de Montaillou do século XIV (Burke, 1991: 94-95). Do lado dos antropólogos essa aproximação tem outros antecedentes, como a antropologia social britânica, especialmente nas pesquisas de Evans-Pritchard, um dos primeiros a utilizar, dentro da pesquisa antropológica, procedimentos e fontes tipicamente historiográficas (Lima e Vianna, 1996: 131-132). A revista de Durkheim - *Année Sociologique* - também está na origem dos Annales, como reconhece Marc Bloch (Idem, 135; Burke, 1991: 26).

Embora o movimento dos Annales em si tenha acabado, ficando sua tradição hoje com os historiadores da *École de Hautes Études en Sciences Sociales*, é justamente aí que está, para Burke, a sua mais importante contribuição - expandir o campo da história. Diz Burke:

"O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las" (Idem, 123-126)

Sobre essa mudança de perspectiva e essa ampliação historiográfica, Jacques Le Goff tem ainda um exemplo prático, falando da hagiografia.

"Os antigos especialistas em hagiografia interessavam-se pelo santo; os modernos preocupam-se com a santidade, com o que a fundamenta no espírito dos fiéis, com a psicologia dos crédulos, com a mentalidade da hagiografia. Assim a antropologia religiosa faz a história religiosa sofrer uma conversão radical na sua maneira de ver" (Le Goff, 1976: 69).

Para Philippe Ariès essa "dilatação do território do historiador" deveu-se sobretudo à introdução do conceito de "mentalidade". Isso significa não só a inclusão de temas negligenciados pela história tradicional, como idades da vida, sexo, morte, alimentação, etc. (Ariès, 1995: 169), mas também uma reconsideração das mentalidades de outrora. A mentalidade anterior deixa de ser inferior. O historiador abandona a sua perspectiva de superioridade e sua preocupação com as semelhanças. Diz Ariès:

"O homem de hoje já não está tão convencido nem da superioridade da modernidade, nem da superioridade da cultura que parece ter preparado a modernidade...desde a época da invenção da escrita. Ele vê culturas diferentes e igualmente interessantes onde o historiador clássico reconhecia uma civilização e barbáries" (Idem, 172).

Com os *Annales*, especialmente na sua fase final, passa a ser, portanto, comum a utilização, dentro do todo da história nova, dos termos "história das mentalidades", "antropologia histórica", ou "história antropológica". Esses termos não significam novas frentes, novos capítulos ou setores da pesquisa histórica, mas um momento (Burguière, 1995: 132-133) que, aliás, movia pesquisadores também fora da França nessa direção, como foram os casos de Huizinga, Norbert Elias, Mario Praz (Ariès, 1995: 155), Pirenne e Carlo Ginsburg. Foi um momento em que a história se deixou guiar não por uma filosofia da história, mas por uma sensibilidade às diferenças. Foi na história do cotidiano que a história nova extraiu a sua melhor inspiração (Le Goff, 1995: 43-44).

Penso que estas são bases fecundas para se abordar o fato social das ocupações e assentamentos. Uma razoável compreensão da vida cotidiana dos assentados está nessa interface entre movimento social rural e cotidiano de símbolos e significados; entre a contestação máxima da concentração da propriedade e a reconstituição cultural do ter um pequeno pedaço de terra de vida e de trabalho. As relações de produção não podem ser

entendidas separadas das relações sociais, políticas, religiosas, de parentesco” (Godelier, 1971: 156), enfim, dos acontecimentos minúsculos, do imaginário e das falas entrecortadas dos camponeses que passaram de ocupantes a assentados rurais. Entretanto, ainda que busquem ardorosamente a recomposição da localidade rural perdida, os ocupantes de fazendas sentem-se também compungidos pelas aspirações de uma causa agrária muito mais abrangente. Assim deve ser também o entendimento da noção de cotidiano a eles aplicada, não apenas no sentido do que Mauro Barbosa de Almeida chama de "ciclo curto de recomposição camponesa", cujo "foco é a escala doméstica" (Almeida, 1986: 71). Pois, como dizem Antônio Lima e Adriana Vianna,

"...é preciso pensar e produzir uma história marcada pela multiplicidade, para se opor à história unificadora que desconhece diferenças mesmo dentro daquilo que concebe como uma unidade relativamente homogênea..." (Lima e Vianna, 1996: 139).

Há que se dizer ainda que uma fonte importante para uma análise do cotidiano nas contingências do presente trabalho é o recurso à literatura, já que uma observação direta do cotidiano dos goianos das primeiras décadas, deste século, não é mais possível, e a história oral também perderia muitos detalhes, além de sofrer uma reelaboração pelos próprios informantes. Há romances e contos de, pelo menos, quatro regionalistas goianos (Hugo de C. Ramos, Bernardo Élis, Carmo Bernardes e Bariani Ortêncio), que oferecem material riquíssimo para a pesquisa, como os costumes, a religiosidade, as relações sociais e de trabalho na fazenda, as festas, o comércio incipiente e a educação sem escola, sertão adentro. Isso não quer dizer que estarei fazendo um estudo sobre literatura. Esses autores aparecerão ao longo de todo o texto, como se fossem, eles próprios, etnógrafos, por mim entrevistados. A primeira justificativa para esse recurso está na sociologia da literatura, caracterizada em um dos capítulos (9.3).

A segunda justificativa é a história das mentalidades. Marc Bloc, fundador dos *Annales* e de convivência e formação durkheimiana, escreveu que "em toda literatura, a sociedade contempla sua própria imagem" (Burke, 1991: 36). E Jacques Le Goff, já na terceira geração daquela escola historiográfica, diz que a arte e a literatura estão mesmo entre suas fontes privilegiadas. Assim diz Le Goff:

"Uma outra categoria de fontes privilegiadas para a história das mentalidades é constituída pelos documentos literários e artísticos.

História não de fenômenos "objetivos", porém da representação desses fenômenos, a história das mentalidades alimenta-se naturalmente dos documentos do imaginário" (Le Goff, 1976: 76).

Restam, por fim, algumas considerações sobre os procedimentos metodológicos. Inicialmente, gostaria de expor sobre dois apontamentos a respeito de coleta de dados. Um é a observação de Bourdieu que, mesmo pregando extrema vigilância na utilização de técnicas e nas condições de seu emprego, recomenda: "Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos" (Bourdieu, 1989: 26). O outro, ainda a propósito da história das mentalidades, é uma última consideração de Jacques Le Goff.

"Fazer história das mentalidades é inicialmente realizar alguma leitura de não importa qual documento. Tudo é fonte para o historiador das mentalidades" (Le Goff, 1976: 75).

Assim, a coleta de dados da pesquisa foi a mais diversificada possível, a começar por demorados trabalhos junto a arquivos de entidades ligadas à questão e à reforma agrária, como CPT, IDAGO, FETAEG, MST e INCRA. Foram realizadas várias entrevistas, tanto com agentes destas entidades como com parceiros nos assentamentos (Anexo 01). Em outubro e novembro de 1995 foram aplicados 30 questionários (Anexo 06) junto aos chefes de unidades de produção de três assentamentos, 10 em cada. Na região do município de Goiás foram escolhidos o Rancho Grande e o Mosquito. Nesses dois assentamentos, com um número menor de parceiros, a seleção foi feita pela ordem alfabética dos parceiros. No Rancho Grande (21 parceiros) saltando-se sempre um nome e no Mosquito (43 parceiros), saltando-se dois nomes. O terceiro assentamento escolhido, para obter uma maior diversificação de dados, devido à sua diferença física e social, foi o Rio Paraíso, em Jataí. Nesse, devido ao alto número de parceiros (176) e ao alto índice de venda de parcelas - atingindo quase a metade delas - o procedimento foi outro. Tomei a lista dos parceiros que estão desde o sorteio dos lotes e a dos adquirentes e fiz um sorteio de cinco nomes em cada uma delas.

Um outro procedimento que foi sempre muito fecundo, utilizado ao longo dos três anos em que foi desenvolvida a pesquisa, foi a observação direta de formas de trabalho, festas, assembléias e outras reuniões e do cotidiano da família. Nesse caso havia sempre um cuidado com a fluidez das informações e materiais coletados, mas, constantemente, esclarecimentos de outros materiais ou mesmo o estabelecimento de relações e cruzamentos eram sempre muito

oportunizados. Houve também uma pequena mas ilustradora contribuição da observação de fontes secundárias como os boletins, "notas oficiais" e outras produções das entidades aliadas aos trabalhadores em luta pela posse da terra.

Dada a especificidade de alguns itens ou capítulos, esses mesmos procedimentos metodológicos foram também aí reforçados na busca de uma melhor expressão dos respectivos conteúdos. A repetição, nesse caso, com as devidas desculpas, é premeditada. No mais, então, é conferir o resultado final desse gratificante trabalho.

A PRODUÇÃO SOCIAL DA REVANCHE

INTRODUÇÃO

A emergência das ocupações de fazendas no Estado de Goiás, durante a década de 80, já requer uma tentativa de análise por sua relevância social e política. Relevância, primeiro porque o Estado de Goiás teve parte de seu território (hoje parte do Estado do Tocantins) incluído na Amazônia Legal, área de intensa privatização de terras devolutas durante as duas décadas anteriores, tornando-se, por isso, área de grandes concentrações de terra, de conflitos e de militarização da questão agrária. Segundo, porque Goiás abriga também agentes frontalmente antagônicos em relação à questão, tais como: sindicalismo rural "autêntico", latifundiários, CPT, UDR e Diocese de Goiás. E terceiro, porque os assentamentos rurais derivados dessas ocupações já apresentam relativos resultados sócio-econômicos, ao menos para mercados locais, sem dizer das modificações culturais por eles introduzidas, levando-se em conta as concepções conservadoras do mundo rural no Estado.

No horizonte último da pesquisa A REVANCHE CAMPONESA, pretendo analisar a face goiana dessa nova postura camponesa, considerando-a imbricadamente fato sócio-político e produção/reprodução cotidiana de símbolos e significados. Importa antes, nos limites desta primeira parte, reconstituir, retrospectivamente, os fatores históricos dessa mudança. Tentando apresentar metodologicamente esta primeira parte, eu diria que ela se constitui numa sócio-história e numa etno-história da ocupação. Mais especificamente, significa resgatar, nestes quatro primeiros capítulos, desde o povoamento efetivo do Estado de Goiás, a atuação do Estado, da Igreja, do Partido Comunista e do sindicalismo rural no processo de luta pela terra. Vale lembrar com Itami Campos que

"não foram essas organizações que criaram o movimento camponês. Ele é fruto do processo de ocupação de terras; da intensa migração havida em Goiás nas décadas de quarenta, cinquenta e sessenta; da

estrutura latifundiária da terra que obriga o homem do campo a se deslocar até encontrar uma terra devoluta que ele ocupa como sua até que apareça o proprietário ou o grilero. Aquelas organizações, em dado momento, foram importantes na direção do processo de organização, de formação de associação ou de sindicato" (Campos, 1985: 253).

Equivocadamente, circula entre as próprias entidades que dão suporte ao movimento camponês em Goiás e até mesmo em trabalhos acadêmicos (Freitas, 1994), uma concepção voluntarista da história. A história do movimento social começa, segundo essa concepção, com o surgimento e/ou atuação das próprias entidades. No caso específico das ocupações de terra, tudo começa, nessa perspectiva, com a criação do MST. Ou, mesmo os estudos que escapam dessa concepção voluntarista, continuam reducionistas quanto ao "locus" histórico da emergência dos sem-terra. Um bom exemplo é o trabalho de Eliane Rapchan sobre os dois assentamentos de Sumaré. Para ela, "o ponto de partida deste grupo que reivindica a terra está na cidade, no espaço urbano. Mais especificamente na periferia". É na passagem pela experiência cruel da periferia que os trabalhadores da terra perdida/perdidos conseguiram se organizar. E também ela diz: "orientados pelo MST" (Rapchan, 1993: 147-148).

Divergindo dessa perspectiva de análise, de base empirista, militante ou cronológica e geograficamente reducionista, aqui se buscará mapear e compreender o sujeito histórico-social em foco, primeiro, numa diacronia mais abrangente - Uma "acumulação de suas lutas passadas" (Gehlen, 1991: 518). Essa foi também a postura da "Análise e Avaliação de Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos no Estado de São Paulo", realizada por pesquisadores da UNESP.

"Se o objeto de estudo é historicizado, exige-se que os assentamentos sejam apreendidos em tempos e espaços diferenciados, sem ser considerados um dado do presente, pois têm seus momentos instituintes em situações do passado" (Ferrante, 1992: 107).

Mas é preciso admitir também que esse sujeito é engendrado em meio a um conjunto de "forças sociais", sejam elas de natureza institucional, religiosa ou partidária, que, numa espécie de "gravidez histórica" ou de culminância na década de 80, constrangeram o movimento social rural goiano (e organizações políticas e religiosas adjacentes) a redirecionar suas práticas em vista do acesso à terra. Para Servolin, o que explica, no caso francês, a evolução da pequena produção, de um modelo aparentemente estável e auto-suficiente a um modelo extremamente evolutivo e produtor em massa de mercadorias, é a existência dessas

"forças". Ele recusa como explicação desse fenômeno na França o que ele chama de "explicação tradicional", da concorrência da produção agrícola capitalista (Servolin, 1972: 54). No caso aqui estudado, a compreensão dessas "forças sociais" deve começar por uma reconstituição da própria ocupação econômica do Estado de Goiás, a partir do final do Sec. XVIII, para se entender a "vocação" latifundiária da região. E, no processo de efetiva formação sócio-econômica do Estado, a trajetória de exclusão do trabalhador rural, perpassada por ações governamentais, políticas e religiosas, vai constituindo lentamente as condições para a ruptura verificada na última década de 80. É o que se pretende mostrar nesta primeira parte.

1. FORMAÇÃO FUNDIÁRIA

"Com as sobras do ouro que possuíram os coronéis do lugar compraram alqueires de onde hoje os filhos e netos expulsam os filhos dos filhos dos peões meeiros, a descendência do camponês do passado a quem os mitos dos pais dos avós disseram que depois do fim do tempo do ouro reinou por ali por muitos anos, a idade do ouro" (Carlos R. Brandão, Diário de Campo, 92-93).

1.1 Ciclos econômicos e ocupação

Depois de incursões de bandeirantes na região, numa perspectiva meramente extrativista, o início da ocupação das terras e do povoamento do Estado de Goiás se deu nas primeiras décadas do século XVIII, a partir de duas "frentes colonizadoras": uma pelo sul do Estado, por iniciativa dos "bandeirantes paulistas" e outra pelo norte, com a entrada de migrantes da Bahia, Pará e Maranhão. Por essas duas portas de entrada se constituem os primeiros núcleos populacionais de Goiás (Guimarães, 1988: 23).

Acompanhando os diferentes ciclos econômicos, costumam-se destacar nesse processo de ocupação e povoamento, pelo menos três fases distintas (Faissol, 1957: 33-34; Carneiro, 1988: 59-75; Guimarães, 1988: 24-26).

A primeira, após expedições esparsas, aconteceu do início do século XVIII até por volta da primeira década do século XX, iniciada com a exploração do ouro. Manifestando-se em aluviões (reunido por enchentes à beira dos rios), o ouro de nossa província era de fácil extração, atraindo rapidamente contingentes migratórios, mas, ao mesmo tempo, apresentando esgotamento brusco. No entanto, o declínio do período aurífero deveu-se também ao uso de técnicas rudimentares de extração, à falta de braços para exploração mais intensa, à carência de capitais e a uma administração preocupada apenas com o rendimento do "quinto" (Chaul, 1995: 11). Isso determinava surgimento e desaparecimento igualmente rápidos de muitas

vilas⁸. Por volta de 1780, o ouro já estava em decadência, retornando a população local ao litoral ou entregando-se a uma agricultura de subsistência e à formação das grandes fazendas pela prática da pecuária extensiva (Brandão, 1977: 49). Era, na verdade, a ocupação econômica mais viável depois do ouro, "por exigir, apenas, pastagens naturais, reduzida utilização de braços, instalações rústicas e pouco capital (Campos, 1985: 6).

Em 1819, a expedição do botânico francês Auguste de Saint-Hilaire encontrou a província de Goiás ainda muito despovoada, com estradas precárias e até mesmo com a atividade pastoril pouco desenvolvida. O comércio de gado que substituíra a extração de ouro ainda era pouco notado. Quando Saint-Hilaire se dirigia a Vila Boa, assim se expressou:

"Depois de Goiabeira encontrei uma numerosa tropa de burros. Era a segunda que eu via desde que deixara Formiga, o que demonstra a pouca atividade do comércio na região" (Saint-Hilaire, 1975: 45).

A segunda fase, que marca efetivamente a ocupação e o povoamento de Goiás, começa com a chegada da estrada de ferro, em 1913. Até então, o Estado era ainda um "vazio demográfico" (Lisita, 1992: 120-121) e a comunicação econômica com o sul e sudeste era apenas para escoamento dos excedentes de gado via estradas boiadeiras. A estrada de ferro trouxe mais migrantes, aumentando a produção, especialmente de arroz, que passou a ser por ela exportada. Ela constituiu-se, ao longo das décadas de 20, 30 e 40, na porta de entrada do capital mercantil em Goiás que, concomitantemente, transformava-se em capital industrial e em capital bancário. Ou seja, nos pontos terminais da estrada de ferro surgiam diferentes casas comerciais, que passavam a beneficiar arroz e a financiar a produção de mais arroz. Logo surgiam as primeiras casas bancárias (Campos, 1985: 26; Chaul, 1995: 87). Verificou-se,

⁸Como Hugo de Carvalho Ramos descreve em seu tempo a cidade de Bonfim (Silvânia, a partir de 1943: "Como Goiás, a Triste, embala-a o mesmo sono de duzentos anos de Bela Adormecida, com as reminiscências da época da descoberta, as aluviões de aventureiros e desbravadores à cata do rico filão, página heróica do esforço extinto da raça, que à memória apraz reviver" (Ramos, 1964: 168). Isso é documentado também nos contos de Bariani Ortêncio, a partir da década de 40 do presente século. No conto "O Patuá", Izidoro era um garimpeiro que, nas secas de todos os anos, ia garimpar no Rio Vermelho, já nas proximidades da barra com o Araguaia. Diz o conto que, a caminho, "passava por diversos povoados-tapera, onde medravam o melão-são-caetano e os cafeeiros agonizantes. Era descendo o rio, deixando Ferreiro, Pilões, o rio da Praia, o Lambari, a serra das Guritas, o rio Bugre e, finalmente, o Caldeirão do Inferno" (Ortêncio, 1965: 68). No conto "Dona Sá Donana", de 1966, Bernardo Élis conta como se deu essa decadência, através da "história" da decadência de uma importante linhagem goiana, os Chaveiros: "Rememorada e discutida a cada instante, a história podia ser assim reconstituída. Descobertas as Minas dos Guaiases, para cá entraram os Chaveiros com numerosa escravaria e se puseram a catar o ouro abundante das grupiaras. Pelo tempo adiante, uniram-se a descendentes do Anhanguera, a comerciantes, a dignitários e altos funcionários da Coroa. O tempo correndo, o ouro escasseando, ficaram os descendentes desses desbravadores insulados em torno das catas, presos pela distância em pequenas povoações isoladas, que pontilhavam o ermo do sertão, sempre em briga com o mato, com as distâncias e os selvagens" (Élis, 1987: 103).

portanto, na história goiana, a interdependência entre a agropecuária e a indústria. A expansão da fronteira agrícola nos estados vizinhos à Região Sudeste não só era requerida como fonte de produtos primários para o seu abastecimento, mas também como mercado para os produtos de uma indústria emergente. A especialização da produção agrária não decorria de uma autonomia da economia goiana. Estava diretamente vinculada à economia paulista (Borges, 1995: 159-161).

Um período especial desta fase é marcado pela Marcha Para o Oeste, a partir de 1938, particularizada adiante (1.3). A terceira fase é marcada pela modernização da grande propriedade, a partir de 1950, também a ser detalhada em seguida (Cap. 2).

José Ricardo Ramalho, estudando sobre posse e uso da terra em um município goiano - Mossâmedes - percebe nas narrativas dos seus informantes uma clara distinção entre essas três fases. Mas a sua chave de leitura não é cronológica e sim representativa. A primeira, o "tempo antigo", era o "tempo da fartura", com uma economia de subsistência. Na segunda, chega a economia de mercado, com as caravanas de mineiros. E a terceira fase, o momento atual, dá continuidade à economia de mercado, com uma agricultura mais racional e mecanizada. Por isso, o esvaziamento do campo foi inevitável (Ramalho, 1986: 90-98).

Na passagem da primeira para a segunda fase efetiva-se uma intensa concentração de terras. A extensão média das 16.000 propriedades, constantes do censo de 1920, era de 1.344 ha ou 280 alqueires (Palacin e Moraes, 1980: 96-97). Não havia um mercado consumidor de produtos alimentícios. Só a grande fazenda dispunha de aparato para vender algum excedente, especialmente gado conduzido por tropeiros para fora do Estado⁹. Pois o boi era o único "produto" capaz de se transportar por si mesmo, superando a maior das dificuldades da época - o escoamento da produção (Campos, 1987: 27). E para gerar esse excedente a fazenda abrigava um pequeno exército de sitiantes, vaqueiros, camaradas e jagunços, vinculados ao proprietário não por um processo de contrato ou assalariamento, mas por uma relação de dependência. Portanto, a substituição da economia mineradora por uma economia agropastoril não significou uma melhoria econômica da população residente. Goiás continuou tão ou mais pobre do que era antes (Lisita, 1992: 116).

⁹O destino das boiadas que saíam do Estado eram os frigoríficos de Barretos ou mesmo da capital paulista. Era viagem para muitos dias, pois, segundo Bariani Ortêncio, o comboio de bois, burros e peões andava a uma velocidade de três léguas (18 km) por dia (Ortêncio, 1965: 229).

Esse proprietário é o coronel, centralizando e privatizando todos os poderes locais (Idem, 156). Mas Francisco Itami, estudando o coronelismo no centro-sul do Estado, entende que o coronel não se refere especificamente ao fazendeiro abastado, "homem de brabeza física", mas a um arranjo político, "a política coronelística". Trata-se de um pacto envolvendo os diversos níveis de poder (federal, estadual e municipal), em que o coronel é o mediador entre as instituições políticas e a população interiorana (Campos, 1987: 50), como o personagem João Galdino, do conto "Benzedor de Cobras", de Bariani Ortêncio.

"Influenciado por políticos, bancava o coronel na zona, tentando eleger sêo Fulano, sêo cicrano, na pura cabala" (Ortêncio, 1965: 134).

E aí, continua Francisco Itami, "quanto pior melhor", como ficou patente na liderança estadual de José Leopoldo de Bulhões Jardim e de seu sucessor, Antônio Ramos Caiado ("Totó Caiado"). O "atraso" era a forma privilegiada de controle (Campos, 1987: 64). Cyro Lisita chama a atenção para um aspecto ambíguo da política na República Velha: embora Goiás fosse à época um dos estados mais pobres e conservadores da federação, "nossos" coronéis não ficavam à margem da "sociedade política", chegando, inclusive, a partir de 1912, a uma sólida reestruturação do Partido Democrata (Lisita, 1991: 158).

Luiz Palacin, estudando o fenômeno no norte do Estado (hoje Tocantins), encontra um coronel - Pe. João - que não tinha nem terras, nem dinheiro, nem família. Entretanto, seu carisma religioso e o controle rigoroso sobre o partido possibilitaram-lhe um controle político regional de 50 anos - 1897-1947 (Palacin, 1990: 115-116). No geral, Palacin admite que as características essenciais do coronelismo em Goiás são: predomínio da vida rural sobre a urbana, grande propriedade auto-suficiente e dificuldades de comunicação. Francisco Rabêlo, ressaltando as nuances, dá a entender que percebe essa mesma compreensão também em Itami, Maria Augusta S. Moraes e Dalísia E. M. Doles, outros estudiosos do fenômeno (Rabêlo, 1993: 236-238).

Desse processo decorre, portanto, a formação de uma nova economia e de uma nova sociedade, assentada na relação entre fazendeiros e lavradores, sendo que com os fazendeiros é que ficou retido o lucro, tal como aconteceu com os comerciantes/financistas do sul, no período aurífero (Brandão, 1977: 52-54). Numa relação entre terra e trabalho ou entre identidade e etnia, com a substituição da mineração pela pecuária extensiva, ocorre também,

naturalmente, uma substituição do escravismo pelo trabalho livre. O negro deixa de ser escravo e passa a ser "servo", agregado da fazenda, recebendo como paga uma parte das crias do gado sob seu cuidado (Campos, 1985: 7; Ramos, 1964: 153; Lisita, 1992: 117-118). Aos poucos isso foi se tornando a forma de trabalho mais adequada na grande propriedade, tanto que, quando a abolição chega a Goiás, havia poucos escravos a serem libertados (Brandão, 1977: 63-68). Mas o pagamento recebido pelo trabalhador livre - o vaqueiro - que era a razão de um bezerro a cada quatro que nasciam ("o quarto", "marca de tala", "quarteação", ou ainda o pagamento "na sorte"), não se constituiu numa melhora das condições de vida do trabalhador das fazendas. Na mesma página de "Gente da Gleba", Hugo de Carvalho diz ainda que o pequeno rebanho que o vaqueiro porventura fosse formando, era - ato contínuo - incorporado ao rebanho do patrão: uma parte por conta das compras do vaqueiro abatidas na sua pequena leva e outra parte na restituição de algum novilho picado de cobra ou qualquer outro acidente do qual era sempre culpabilizado João Vaqueiro. "O seu rebotalho era então pouco para saldar aquela rês perdida, que o senhor encarecia", diz ainda Carvalho Ramos (Ramos, op. cit.), cujo registro literário, no essencial, é confirmado nas etnografias de Carlos Rodrigues Brandão e de José Ricardo Ramalho, em Mossâmedes.

"O pagamento "na sorte" era feito da seguinte maneira: o vaqueiro recebia do fazendeiro um em cada quatro, cinco, depois seis, sete e até nove crias do gado colocado sob sua responsabilidade. Este gado poderia ser criado nas mesmas terras onde pastavam os de seu patrão. Via de regra o vaqueiro vendia para o próprio fazendeiro o gado recebido dele como pagamento. Alguns poucos conseguiam reunir pequenas boiadas com cuja venda compravam alguns alqueires de terra, redefinindo-se como camponeses ou como médios proprietários...Barracões de venda de produtos urbanizados constituídos nas fazendas faziam reverter a ela quase todo o dinheiro ganho com o eventual trabalho de "peões" lavradores ou vaqueiros" (Brandão, 1981: 24).

"Mesmo com a possibilidade de ir formando seu próprio rebanho, o vaqueiro vendia quase tudo que recebia para o próprio fazendeiro. Foram poucos os vaqueiros, segundo depoimento dos entrevistados, que conseguiram melhorar de vida trabalhando com gado" (Ramalho, 1986: 92).

Na sua exemplar capacidade de captar o sentimento e a compreensão do homem do seu tempo, o contista Hugo de Carvalho Ramos o expressa bem, ainda em *Gente da Gleba*, de 1917. A vida no campo girava em torno da fazenda do coronel. Todos eram ali empregados, especialmente na lida de gado. Um dos vaqueiros, Benedito dos Dourados, em época de intensa vaquejada, mal tinha tempo para ir ao povoado para os seus amores com a Chica. E todos ao chegarem perto do patrão o saudavam pedindo-lhe "a bênção". Assim também é o coronel do mundo rural de Bariani Ortêncio. A um coronel todos dizem sempre "sim senhor"

e com ele todos devem concordar sempre. Quando ele chega não faltam "pajens" para cuidar da sua mula e da sela (Ortêncio, 1965: 101-102), mesmo se o título é postiço - "veio da língua do povo" (Idem, 95).

Em Ninho de Periquitos, voltando a Hugo de Carvalho, vem à tona o peso das terras devolutas na economia agrária daquele começo de século em Goiás. O milharal de Domingos, personagem do conto, "estendia-se além, na baixada das velhas terras devolutas..."¹⁰. A historiadora Maria Esperança Carneiro cita o censo de 1920, comprovando a visão de Hugo de Carvalho Ramos. A área ocupada até então representava apenas 38,7% da área total de Goiás, segundo ela, "evidenciando a existência de imensas áreas de terras devolutas" (Carneiro, 1988: 72).

Estudos mais recentes sobre as origens goianas, iniciados um pouco antes com Paulo Bertran e aglutinados, já na década de 90, por Nasr Fayad Chaul, apregoam a necessidade de uma revisão das categorias tradicionais da análise de nossa história sócio-econômica. Particularmente, coloca-se aí, a sucessão do período do ouro pelo período das grandes fazendas de gado, ou a "decadência da sociedade goiana no período pós-minerador" (Chaul, 1995: 17)¹¹, que atravessa o Império e ressurge na Primeira República, "camaleonicamente" vestida de "atraso" (Idem, 61). A matriz desta perspectiva de análise são os relatos dos viajantes europeus Saint-Hilaire, Johann Pohl, Luiz D'Alincourt, George Gardner e Francis Castelanu, que visitaram a Província de Goiás na primeira metade do século XIX. Os ingredientes da "decadência" seriam a precariedade das estradas, a falta de incentivos a novos meios de comunicação e o ócio constante do sertanejo goiano. Os relatos indicavam a necessidade de haver mão-de-obra produtiva, trabalho livre e substituição do ócio pelo negócio (Idem, 18).

¹⁰Ramos, 1964: 69. Josué Montello diz que é exagerado dizer como Sílvio Júlio, que Tropas e Boiadas está nas proximidades de Os Sertões, de Euclides da Cunha. Mas, pelo menos, uma de suas partes, o conto Ninho de Periquitos, é uma "pequena obra prima". PANORAMA, Revista Portuguesa de Arte e Turismo. Lisboa, Nº 6, IIIa. Série, junho de 1957.

¹¹Pesquisando no final da década de 70 junto a camponeses de fronteira no médio Mearim, Maranhão, Leonarda Musumeci também bateu de frente com o que ela chamou de "ideologia da decadência". A historiografia maranhense de até então coloca em todo o período, que vai de meados do sec. XIX a meados do sec. XX, uma estagnação absoluta da produção agrícola de todo o Vale, especialmente na plantation algodoeira escravista. Recorrendo a "fontes alternativas" de pesquisa, como dados estatísticos de exportação de produtos agrícolas, ela constatou que o que houve na região, na segunda metade do sec. XIX, foi o inverso. No final do século, a Província tinha o 3º parque têxtil do país, com 58% do algodão sendo produzido na Zona do Vale do Mearim (Musumeci, 1988: 184-188).

Para Fayad Chaul o que houve foi um choque de visões de mundo. Os europeus estavam muito apegados à racionalidade econômica, absolutamente ausente entre os goianos de então, muito mais entregues aos prazeres e ao ócio (Idem, 38). Entende o historiador que

"Para estes europeus acostumados a sociedade em processo de industrialização, com fábricas em pleno vapor e mundos se interligando através de meios de comunicação mais desenvolvidos, o interior de Goiás, com seus buracos que abrigavam águas das chuvas, com suas intransitáveis estradas para lugar nenhum, não poderiam causar uma sensação diferente senão a de atraso provocado pela decadência das minas" (Idem, 29).

O conceito de "decadência" foi, portanto, "produzido" pelos viajantes e "reproduzido" pelos historiadores. A justificativa mais enfática do historiador é a ausência de documentos, mesmo de natureza arquitetônica, tirando algumas poucas igrejas, que comprovem grandes riquezas dos tempos do ouro em Goiás (Idem, 56). Mas nas transcrições dos relatos dos viajantes, que faz em seu trabalho, a palavra "decadência" aparece uma única vez, num texto de Saint-Hilaire que fala da "decadência" do arraial de Rio Claro. As "justificativas" ou as explicações de Saint-Hilaire para essa "decadência" são: não encontrarem ali víveres para se abastecerem e a falta de interesse do caboclo goiano pelo cultivo - "em meio de tanta riqueza permanecem sempre na miséria" (Idem, 22). Ora, o período dos viajantes já é o período pós-mineratório. Eles não poderiam estar falando estritamente de "decadência" se não conheceram o período anterior, o suposto esplendor do ouro. Portanto, isso quer me parecer muito mais um problema semântico, ou, quem sabe, até de tradução, já que eram observadores estrangeiros. Pois, está claro para o autor que o esgotamento do ouro redundou em perdas sociais e econômicas visíveis. Ele próprio diz que "o rastro do gado deixava para trás o brilho do ouro", cuja passagem se materializava em "Igrejas com seus aspectos desoladores, arraiais em completo abandono, comércio diminuto e uma insistente e rudimentar economia baseada na agropecuária" (Idem, 69). O único problema parece ser a sua compreensão de que o período do ouro não tivesse sido efetivamente um período de esplendor, não havendo porque se falar, portanto, em "decadência".

Já para a questão do "atraso", idéia difundida por Francisco Itami (Campos, 1987) e reproduzida por outros sociólogos e historiadores, segundo Chaul, "sem um questionamento de seus significados" (Idem, 118-125), entendo haver uma crítica muito mais arquitetada e sólida. As discordâncias de Nasr em relação a Itami são, principalmente: 1) Não havia "a presumida descentralização republicana". A federação, no governo Campos Sales, tornou-se

mais centralizada que antes. Tudo passava pela chancela do governo federal. 2) A união entre "coronéis" e governo federal era condicionada ao "projeto político federal", que não conduzia ao "atraso" pois se ligava ao projeto de construir o "progresso dentro da ordem". 3) Após o período mineratório não havia crescimento imediato, mas paulatinamente a pecuária foi tirando Goiás do "isolamento", representando 32% da arrecadação do Estado em fins dos anos 20, mesmo sem grandes investimentos. 4) A representação política no contexto nacional não era desprezível. Leopoldo de Bulhões foi ministro da fazenda por duas vezes. 5) Socialmente havia crescimento populacional e formação dos profissionais liberais de que necessitava o Estado para assimilar idéias e ideais reformadores. 6) Quem queria o "atraso" ? O grupo bulhônico, é complicado dizer. Leopoldo de Bulhões, como ministro da fazenda, dificilmente o queria para seu Estado. Antônio Caiado mandou em Goiás a partir de 1912/13, quando a estrada de ferro já estava sendo implantada (Idem, 125-131). Com isso, entende Nasr Chaul que o "atraso" não é uma visão correta da Primeira República em Goiás, "pois, a seu modo, a seu tempo e lugar, as transformações se operavam" (Idem, 84).

E conclui Nasr Chaul que "decadência" e "atraso" são representações ("siamesas") construídas a partir de modelos externos, em oposição às quais se edifica a idéia de "modernidade", com os arautos da extensão local da Revolução de 1930, capitaneados por Pedro Ludovico Teixeira. A construção de Goiânia viria a ser a sua expressão simbólica maior (Idem, 133-137; 196).

1.2 A Lei de Terras em Goiás

A histórica opção latifundista das sucessivas conjunturas brasileiras, desde a Colônia, não é exclusivamente brasileira. Embora nossos colonizadores não sejam exatamente os mesmos, participamos, em todo o continente latino-americano, de uma mesma lógica de concentração territorial. Fazendo-se uma análise dos contingentes populacionais em todos os países do continente, do antes da conquista ao depois da conquista, percebe-se que houve uma brusca redução dos efetivos populacionais, provocada pelo contato com o colonizador. A consequência fundamental dessa "hecatombe demográfica" é que o trabalho, em vez da terra, passou a ser o fator de produção mais escasso. A solução foi a escravidão negra. Mas foi ainda uma solução parcial. A mão-de-obra continuou escassa, pois as taxas de mortalidade sempre

superavam as de natalidade¹². Conclusão: a área cultivada era sempre reduzida, dando-se origem ao latifúndio improdutivo (Soares, 1976: 16-23).

Uma outra consequência da insuficiência demográfica, combinada com o baixo poder aquisitivo da população, é que a América Latina passou, em seguida, a participar "da expansão do capitalismo internacional fundamentalmente como exportador de matérias-primas e não como mercado" (Idem, 27).

O século XIX provocou um importante impacto nos países latino-americanos, sobretudo, pela recuperação demográfica. Mas essa recuperação não desfez o latifúndio. Ao contrário, intensificou-o. É que nos países hegemônicos também houve expansão populacional e, portanto, aumento de demanda de produtos agrícolas de nosso continente. Cresceram as fazendas para a exportação e mais terras foram privatizadas. Já no presente século, a expansão demográfica exerceu forte pressão sobre a produção para o consumo interno, determinando a incorporação de terras novas (Idem, 28-43). Assim, ainda que genericamente, pode-se dizer que em todos os ciclos econômicos latino-americanos, a opção predominante foi sempre a grande fazenda, da escravidão indígena e negra à agro-industrialização dos tempos atuais.

Particularizando o caso do Brasil, a colonização brasileira precisa ser vista no conjunto do comércio ultramarino europeu a partir do século XV - apenas um seu capítulo. Tudo o que se passa na Terra de Santa Cruz são apenas "incidentes" desta empresa comercial, "destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu" (Faoro, 1989: 114-115; Graziano Neto, 1985: 17-26). A Lei de Sesmarias¹³ também foi transplantada para cá, com esse fim. O pretendente a uma sesmaria tinha que provar ser homem de posses e capaz de cultivar os produtos exportáveis (Faoro, 1989: 126). Formalmente havia a limitação da sesmaria a quatro léguas por uma e a exigência da demarcação judicial. Mas a herança da sesmaria, inegavelmente, foi o latifúndio, e mais: o

¹² Celso Furtado o mostrou bem. Estados Unidos e Brasil começaram o século XIX, ambos com 1 milhão de escravos. Em meados do século havia 4 milhões nos Estados Unidos e 1,5 milhão no Brasil, sendo que o Brasil importou no período três vezes mais escravos que os Estados Unidos. As condições de vida extremamente precárias faziam com que o número de óbitos fosse bem superior ao de nascimentos. Nos Estados Unidos acontecia exatamente o contrário. Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil, 16a. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979, 117-119.

¹³A primeira Lei de Sesmarias foi baixada por D. Fernando I em 1375. Posteriormente várias modificações foram feitas à lei pelas Ordenações e Cartas Régias.

latifúndio não cultivado (Idem, 418). Até se poderia dizer da "vocação" latifundiária da sesmaria (Cirne Lima, 1954: 37).

A Lei de Sesmarias foi extinta pela Independência, por força da Resolução Nº 76 de 17 de julho de 1822 - vitória dos liberais (Gehlen, 1991: 138; Panini, 1990: 27). Daí até 1850 o país ficou sem legislação específica para a questão da terra. Prevalciam as ocupações livres. Em 1850 foi editada a Lei Nº 601, que ficou conhecida como Lei de Terras.

Durante o período das ocupações, aprofundou-se o caos gerado pelo sistema sesmarial. Sem uma regulamentação das atribuições, medições e registros, estimulava-se a "posse ilegal". As ocupações passaram a ser feitas sobretudo pelos grandes proprietários. Na verdade, as ocupações se constituíram em uma certa "reserva", visando a: futuras divisões em herança, posição financeira diante de credores e bancos (terra para hipoteca) e recursos para a compra de novos escravos. Era uma situação de conflitos constantes, sendo que o poder local e a capacidade de influência do demandante sempre garantiam a prevalência na terra (Gehlen, 1991: 484).

João Bosco Feres diz ainda que, 20 anos depois, havia ocupações muito maiores que as antigas sesmarias. Para prevalecer-se na posse, o ocupante, em geral, tinha dois procedimentos: doação de uma parte a uma paróquia ou comarca na vizinhança (para angariar aliados) e/ou emprego de um pequeno exército particular. É que fatalmente acontecia a superposição de ocupações e o litígio era inevitável. E Feres conclui:

"a posse passa a ser a atividade exclusiva de proprietários ricos, em nada diferindo das antigas sesmarias - ou diferindo exatamente nos aspectos menos vantajosos das sesmarias: a limitação das extensões e a obrigação de cultivo" (Feres, 1990: 139).

Cirne Lima vislumbrava no início do processo das ocupações o triunfo do colono humilde, desamparado, sobre o senhor de engenhos; a pequena propriedade agrícola criada pela necessidade. Mas percebe que logo cedo o espírito latifundiário, fomentado pela legislação das sesmarias, sufocava a pequena propriedade (Cirne Lima, 1954: 47-54; Gehlen, 1991: 140). Certamente aconteciam muitas pequenas ocupações, visando somente ao cultivo de gêneros de consumo imediato, já que eram facultadas a todos os trabalhadores livres. Mas, mesmo as pequenas posses eram convertidas em latifúndio (Guimarães, 1968: 118).

Portanto, o latifúndio já estava na essência da política sesmarial para o fornecimento de produtos primários aos mercados europeus (Luz, 1982; Graziano Neto, 1985: 19), mas se consolidou no período das ocupações (Smith, 1990: 304)¹⁴, que pode ser considerado como o período da "formação efetiva do latifúndio na história do país" (Idem, 348). Juntamente com as monoculturas de exportação e a escravatura, a grande propriedade marcou profundamente a agricultura familiar brasileira. Essas três características têm, indiscutivelmente, origens coloniais (Lamarche, 1993: 179). E é interessante notar que o Brasil ficou sem uma regulamentação fundiária, deixando a terra aberta às ocupações, exatamente no momento em que a Inglaterra estava "exportando" a sua "colonização sistemática", sob o figurino intervencionista, antiliberal de Wakefield. Isso, provavelmente, foi o elemento que facilitou a sua assimilação pelo Conselho de Estado (autor do projeto em 1843) e pelos deputados Conservadores, o que culminou na aprovação da Lei de Terras (Smith, 1990: 239).

Retomemos Cirne Lima:

"segundo Wakefield, os postulados do bom regime colonial podiam ser enunciados, do modo seguinte:

- A propriedade das colônias depende principalmente da abundância de mão-de-obra, na proporção do território ocupado, e esta, os capitalistas é que a têm a seu dispor.

- Podem ser, porém, importados, para as colônias, trabalhadores das metrópoles, tomadas as providências necessárias a fim de obrigá-los a servir durante dois ou três anos, pelo menos.

- Para que estes não se possam tornar proprietários demasiado cedo, preciso é, entretanto, que as terras sejam vendidas a preço suficientemente elevado - at a sufficiently price.

O produto total da venda das terras deve ser incorporado a um fundo de imigração, destinado a custear o transporte para as colônias de trabalhadores das metrópoles, e só com o emprego integral daquele produto para esse fim se pode manter o equilíbrio exato, entre a extensão das terras cultivadas, a quantidade da mão de obra e a soma dos capitais.

- O preço das terras deve ser uniforme e fixo, sem distinção de qualidade, variando unicamente segundo a extensão. Deve ser, portanto, vedada a venda em hasta pública"(Cirne Lima, 1954: 81).

Do ponto de vista da formação fundiária, a Lei de Terras não criou nada de novo. Ela apenas ratificou e legitimou o latifúndio, definitivamente estabelecido no período das ocupações. Mas do ponto de vista econômico sim. Até a Sesmaria, a terra conferia prestígio

¹⁴E, pelo que sugere o feeling historiográfico do regionalista Bernardo Élis, o apossamento do período das "ocupações livres" teve incidência importante também em Goiás. No conto "Os Chaveiros", em que sobressai a sua descrição da decadência da Província com o esgotamento do ouro (1.1), assim diz o acadêmico: "Com o ouro cada vez mais vasqueiro, os desbravadores ricos ou empobrecidos permaneceram prisioneiros daqueles

social, do qual derivava o poder econômico. A partir da Lei de Terras, a terra passou a representar poder econômico do qual deriva prestígio social. Além disso o gerenciamento da posse da terra passou do âmbito do privado para o âmbito do público. Mas o latifúndio continuou intocável (Costa, 1977: 129-132; Lisita, 1992: 15). De 1822 a 1850, o Brasil passou por mudanças que desembocaram na passagem do escravismo ao capitalismo. Não foi por mera coincidência que, também em 1850, foi decretada a abolição do tráfico de escravos (Lei Nº 584 ou "Lei Euzébio de Queiróz", de 04 de setembro de 1850). A Lei de Terras estabeleceu o mercado de terras. E a proibição da compra de novos escravos africanos ("sua irmã siamesa") estabeleceu o mercado da força de trabalho (Moreira, 1990: 25-36).

Para Marx este é o tecido básico da "colonização sistemática". Wakefield terá descoberto que dinheiro, máquina e outros meios de produção não transformam o homem das colônias em capitalista. Faltava um complemento - o trabalhador assalariado. A colonização tinha por objetivo, portanto, "fabricar assalariados nas colônias". Para isso a terra tinha que ter um alto preço. Assim o trabalhador não podia comprá-la, mantendo-se sempre na condição de força de trabalho. Esse alto preço da terra, concluímos com Marx,

"não passa de um eufemismo para designar o dinheiro do resgate que o trabalhador paga ao capitalista pela permissão de abandonar o mercado de trabalho e ir cultivar a terra. Primeiro, o trabalhador tem de criar capital para o capitalista, a fim de que este possa explorar mais trabalhadores, e, em seguida, tem de colocar no mercado de trabalho um substituto que o governo faz vir de além-mar, às suas custas, para servir a seu ex-patrão" (Marx, 1980: 883-894).

De modo que a compreensão global desse período da história brasileira ultrapassa nossas fronteiras. O que era interno era só a complexidade de problemas práticos da substituição do escravismo (Smith, 1990: 329-332).

Ocorre que, segundo o historiador José Honório Rodrigues, a Lei de Terras nunca teve uma real execução, embora servisse aos interesses dos latifundiários cafezistas¹⁵. Segundo Maria Amélia de A. Luz, falhou a regularização de títulos, continuou havendo apossamento de terras devolutas, e as vendas foram diminutas, não rendendo o suficiente para o custeio da medição e menos ainda para o financiamento da importação de mão-de-obra livre

núcleos de vida, explorando as terras que lhes foram doadas pela Coroa ou constituindo posses que posteriormente o registro paroquial viria confirmar" (Élis, 1987: 104).

¹⁵Folha de São Paulo, 21/06/85, 3.

(um dos objetivos fundamentais da Lei 601). Se em nível nacional ela foi ineficaz (no Rio Grande do Sul, confirma-o Ivaldo Gehlen - 1991: 216), pior ainda em um Estado periférico como é o caso de Goiás. As duas únicas notícias de venda em hasta pública são de 1873 e 1875, na freguesia de São José de Mossâmedes (Luz, 1982: 45).

Ou seja, as terras devolutas continuaram sendo ocupadas pelos fazendeiros, para fugirem do alto custo do cumprimento da lei, especialmente quanto à demarcação. As elites dominantes do Estado, que praticavam principalmente a pecuária extensiva, não tinham interesse no cumprimento da lei. Emperravam o processo para estarem mais à vontade para o apossamento. Quanto ao camponês (agregado, morador), esse já era eliminado pelo custo da medição e pelo maior lance da hasta pública (Idem, 59).

As mudanças sócio-econômicas do final do século XIX geraram algumas diferenças regionais. Delas originaram vários municípios ao sul do Estado, mas o município de Goiás lhes foi refratário, por ter uma formação ligada ao ciclo da mineração. Apesar de toda a legislação federal e estadual, o acesso à terra continuou muito mais dependente da apropriação do que do aspecto legal. Por isso, sua estrutura fundiária¹⁶ sofreu poucas alterações no pós-Lei de Terras. Houve pouco movimento de compra e venda, e o fracionamento da propriedade ocorreu somente nos casos de herança. Já o município de Rio Verde, emancipado do município de Goiás em 1874, constituiu-se em região de fronteira agrícola com alto grau de mercantilização através de investimentos alienígenas.

Como seu estudo é comparativo, Luz analisa uma outra variante da ocupação goiana, que é o município de Morrinhos, no sudeste do Estado. Morrinhos foi a primeira via de comunicação entre Goiás e MG/SP/RJ, daí ter-se tornado um dinâmico centro econômico: saída de boiadas e chegada de produtos. Com isso, sua formação fundiária se fez em função do comércio, mais disciplinada e com um equilíbrio maior entre latifúndio e pequenas e médias propriedades (Idem, 94-117). No Recenseamento de 1920, Morrinhos já tinha a terceira maior população do Estado (24.502 habitantes), perdendo apenas para Catalão (38.574) e Boa Vista do Tocantins (25.786)(Campos, 1987: 38). Entre 1914 e 1930, o bulhonismo e o xaverianismo foram substituídos por outra composição de poder - o "arranjo

¹⁶Estrutura fundiária está sendo empregado aqui no mesmo sentido da definição de Álvaro de Vita. "Por estrutura fundiária entende-se a forma como se encontra distribuída a propriedade e a posse da terra na sociedade" (Vita, 1989: 117).

democrata". A comissão executiva do Partido Democrata era basicamente composta por fazendeiros do triângulo Goiás, Morrinhos e Porto Nacional (Idem, 81).

1.3 A Marcha Para o Oeste

O pacto agrário-exportador das duas primeiras décadas do presente século, Getúlio Vargas o substituiu pelo pacto populista, compreendido assim pela história, por contemplar interesses tão díspares como a burguesia agrária remanescente, a burguesia urbano-industrial e o operariado urbano emergentes. A bandeira que tornou isso possível foi a industrialização ("Substituição de Importações"). Nesse contexto se explicam, por exemplo, a ambigüidade da posição brasileira frente à segunda guerra mundial, a posterior campanha em torno da questão do petróleo e o próprio fim trágico de Getúlio. Mas é nesse contexto que se explica também a interiorização do Estado - no sentido litoral/interior - efetivada por Getúlio através da "Marcha Para o Oeste".

Ela motivou volumosa campanha publicitária e se materializou sobretudo nas viagens do presidente, na construção de ferrovias e rodovias e na criação das oito colônias agrícolas nacionais, pelo Decreto 3059 de 14 de fevereiro de 1941, das quais a de Goiás foi a primeira a ser implantada¹⁷.

A interiorização do Estado, acrescida da intervenção nos governos estaduais para conter as reações ao seu autoritarismo, tinha justificação de fácil aceitação popular, sobretudo em uma conjuntura de conflito mundial: a segurança. Eram necessárias a contenção do que Getúlio chamou de "richas partidárias estaduais" (os partidos regionais) e a ocupação dos vazios populacionais do Oeste brasileiro, passível de ocupação por deslocados de guerra (Pessoa, 1990: 25-28). Mas as verdadeiras razões da Marcha Para o Oeste, especialmente quanto à criação das colônias agrícolas, eram: a abertura de frentes fornecedoras de produtos alimentícios mais baratos para os centros urbanos emergentes e a contenção de conflitos

¹⁷As demais foram: Amazonas, Monte Alegre(PA), Barra do Corda(MA), General Osório(PR), Dourados(Território de Ponta Porã, hoje MS) e Oeiras(PI). Essas sete foram criadas entre 1941 e 1944. A última, a de Jaíba(MG), foi criada já depois do Estado Novo, em setembro de 1948 (Pessoa, 1990: 28).

sociais já verificados em outras regiões do país, direcionando os excedentes populacionais para os vazios demográficos existentes (Idem, 5).

Portanto, com a Marcha Para o Oeste, Goiás foi incorporado ao processo produtivo nacional como fornecedor de gêneros alimentícios e matérias primas e, principalmente, como absorvedor dos excedentes populacionais de outras regiões do país. E a política estadual, confiada por Getúlio ao interventor Pedro Ludovico Teixeira ("um filho da revolução de 1930"), criou as condições necessárias para a implementação da ocupação do Estado. Leia-se: para a expansão do capitalismo (Carneiro, 1988: 77). A expressão máxima e coroamento da Marcha Para o Oeste se deu com a construção de Brasília. Passar a abrigar a capital federal significou profundas alterações econômicas e políticas para o Estado: aceleração do ritmo migratório; ocupação de novas terras; abertura de estradas; expansão do mercado, novos empregos, e até mesmo o governo planejado de Mauro Borges (1961-1965) se explicam a partir dos desafios da construção de Brasília (Campos, 1985: 36-38).

Esta pequena reconstituição histórica tem muita importância no presente trabalho. Toda a região aqui estudada, mais especificamente os entornos do município de Goiás, ganhou um significativo impulso de povoamento e de desenvolvimento durante os anos 30, 40 e 50. Como já disse acima, é evidente que isso não se devia a uma energia endógena, mas à extensão até Anápolis, em 1935, da Estrada de Ferro Goiás que, por sua vez, trouxe à região as demandas paulistas por produtos alimentícios através de duas outras estradas de ferro: a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que chegava até Barretos e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que ligava Campinas a Araguari (Faissol, 1957: 36). Só então se pode falar de "desenvolvimento agrícola" na região, assim caracterizado pelo eminente geógrafo:

"A partir de 1935, o "Mato Grosso" de Goiás foi teatro de uma das mais ativas frentes pioneiras do Brasil. Entre 1940 e 1950, a população cresceu de 200.000 para 400.000 habitantes. A produção agrícola cresceu de maneira ainda mais surpreendente. Hoje em dia, o "Mato Grosso" de Goiás constitui cerca de 8% da área do estado, produzindo mais de metade de quase todos os produtos agrícolas do estado. A produção de arroz para todo o sudeste do Planalto Central corresponde a cerca de 25% da produção total do Brasil" (Idem, 37).

E assim deu-se início efetivamente à atividade agrícola na região, mas com métodos que não teriam como garantir a fixação do agricultor. A exemplo do que foi a Colônia Agrícola de Goiás, o tipo de agricultura praticada, especialmente por colonos vindos de Minas

Gerais, era "o tradicional sistema de rotação de terras e queimadas" (Idem, 51), que em pouco tempo não deixaria outra alternativa ao agricultor a não ser a retirada para outras regiões.

"O resultado dêste estado de coisas é que, depois de algum tempo, já não mais existirá prosperidade. Os solos estarão esgotados, a produção estará diminuída e não será proveitosa a criação de gado em propriedades de 25 hectares. Ao colono não restará outra alternativa senão emigrar para novas áreas florestais ao norte ou a oeste. Êste é o verdadeiro e dramático resultado desta marcha para o este, mais uma retirada como já se a chamou do que uma penetração organizada" (Idem, 52. Grifo meu).

Esta triste previsão de Faissol é o pano de fundo de toda a etnografia do presente trabalho. Aqui também se estará falando muito de imigrantes mineiros (5.1), que vivenciaram em seu passado de agricultores toda essa experiência de sucessivas buscas de novos "eldorados" agrícolas (5.2) e que, mesmo participando, agora, de um processo político organizado de luta pela posse da terra, continuam praticando uma agricultura rústica (6.3) e predatória (9.4). Mas é nesse contexto também que o agricultor goiano tem buscado constantemente novas formas de reprodução social, quase sempre sob a tutela dos diferentes "agentes externos"¹⁸, com todas as vantagens e desvantagens que isso implica. Mas, isso já é objeto do próximo capítulo.

¹⁸Ou dos "mediadores", conforme se tentará precisar no item 5.4.

2. TERRA E TRABALHO NA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

"A jataizinha vai vivendo por aí, aguentando uma pobreza franciscana, como os de minha gente caipira que, naqueles tempos, andavam alegres, com suas tulhas cheias de mantimento, sua horta de couve, suas criações no terreiro e, hoje, estão amontoados nas pontas de rua, passando necessidade".
(Bernardes, 1985: 57).

A política de substituição de importações ocasionada pelo pacto populista teve novo surto na década de 50, com a entrada massiva de capital estrangeiro. Além dele, ou, até, explicando-o, havia também o clima da "guerra-fria", com a ameaça do comunismo, como pressuposto da necessidade de transformações em toda a América Latina. No diagnóstico da CEPAL era urgente superar o atraso da sociedade camponesa (Medeiros, 1995: 64). Na década de 60, já sob os efeitos do "milagre brasileiro", nossa agricultura atingiu um importante processo de modernização quanto às técnicas de produção. O uso de trator, de insumos, agrotóxicos, sementes selecionadas, medicamentos veterinários, etc., passou a ser acentuado. "É a transformação capitalista da agricultura, sua industrialização, sua modernização", diz Graziano Neto. Mas para ele, modernização não é apenas a substituição do burro pelo trator, do estrume pelo adubo químico, da enxada pelo arado.

"...significa muito mais que isso. Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e a utilização do trabalho modificam-se, intensificando-se o uso do "bóia-fria" ou trabalhador volante; a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais a assalariada; os pequenos produtores, sejam proprietários, parceiros ou posseiros, vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais"(Graziano Neto, 1985: 26).

O binômio industrialização/urbanização, mesmo que pouco presente em Goiás, acabava por provocar transformações ainda maiores em nosso Estado. O crescimento econômico do país requisitava sempre maiores quantidades de produção agrícola. Somavam-se a isso a construção da nova capital a partir de 1956 e a construção da rodovia Belém-Brasília, inaugurada em 1959. Por outro lado, os aventureiros do centro-sul encontravam aqui

uma maior possibilidade de expansão de suas terras, uma vez que por aqui o preço por hectare era muito inferior ao de suas regiões de origem.

Desse modo, na década de 50, passou-se a conhecer em Goiás uma profunda alteração produtiva e populacional. Nem todos, porém, puderam-se fazer comensais do banquete da modernização produtiva e econômica. É por isso que este capítulo se filia ao conjunto das análises que denominam esse período de "modernização conservadora",

"em virtude da repressão às lutas camponesas e aos trabalhadores agrícolas que reivindicavam o acesso à terra, do privilégio dado ao mercado e à difusão tecnológica pelo crédito e subvenções fiscais, instrumentos de transformação do latifúndio em empresa agrícola"¹⁹.

Para Maria de Nazareth, mais que conservadora, a "modernização à brasileira" foi "dolorosa", porque, paradoxalmente, reproduziu o "atraso": feita pelos proprietários numa tensão entre a propriedade e a produção. Foi uma forma de desenvolvimento que resultou de

"um modelo modernizante de tipo produtivista sobre uma estrutura anterior, reacionária do ponto de vista técnico, predatória dos recursos naturais e criadora de exclusão social" (Wanderley, 1995: 116).

Um dos instrumentos da modernização da agricultura e que mostra bem o seu lado "conservador" - a serviço da expansão do capital e não do trabalhador rural - muito bem estudado por Iraíde Marques Barreiro, foi a Campanha Nacional de Educação Rural, efetivada em todo o Brasil, de 1954 ao início da década de 60. Não só as crianças matriculadas nas escolas rurais, como também toda a comunidade eram atingidas pelas "Missões Rurais", nas quais os técnicos e monitores desenvolviam programas de instrução quanto à racionalização das formas de plantio, higiene, lazer, e até sobre a forma de construção das habitações. Não se tratava, entretanto, de uma ingênua prestação de serviço. É que no diagnóstico da Campanha

¹⁹Delgado et alii, 1992: 450. Compreensão igual demonstrou o então deputado federal pernambucano Roberto Freire ao dizer: "A modernização da agricultura brasileira resultou de políticas que não alteraram o sistema de posse e uso da terra. Uso maciço de crédito subsidiado, aumento dos gastos em extensão rural e tratamento preferencial ao setor de insumos. A inserção no mercado mundial operou-se através da concentração dessa política nos produtos agropecuários com melhores condições de mercado e preços para exportação" (Folha de SP, 23/02/93, 1-3). Assim entende também o economista Plínio de Assis Pereira Júnior do IBASE: "Ela é moderna porque utiliza um "pacote" de produção moderna: máquinas, insumos, etc. Ela é conservadora, porque acelera a expulsão do homem do meio rural" (Apud: Adant et Altafin, 1991: 109). O destaque dado a esta categoria sociológica não significa apenas um ingrediente a mais da reconstituição histórica do objeto do presente trabalho. Ela tem uma importância fundamental como preparação de capítulos subsequentes, especialmente o capítulo 9, onde se estará analisando a condição dos assentados no contexto da agricultura familiar ou enquanto pequenos produtores diretos. É aí que se fazem sentir de maneira mais perversa as consequências de nosso discriminatório processo de modernização agrícola.

Nacional, o homem do campo foi julgado muito atrasado para as exigências produtivistas da modernização. Era necessário "desenvolver virtudes racionalizadoras" junto aos camponeses (Barreiro, 1989: 184). O lazer da população rural, que, segundo a Campanha, reduzia-se às missas mensais, festas de padroeiro com baile e algum casamento, era "inadequado e fonte geradora de doença" (Idem, 185). Deveria ser substituído, pelos técnicos, por um "lazer formativo e organizado" que, segundo a autora,

"foi usado como instrumento de inculcação de normas e valores nos camponeses, tais como a obediência, a ordem, a submissão, normas estas condizentes com o processo de trabalho racional requerido pela modernização agrária dos anos 50. O lazer formativo era também disciplinador, na medida em que o corpo transformava-se para a Campanha Nacional em um objeto de investimento, especialmente, por exemplo, no lazer com jogos" (Idem, 188).

A orientação dada pela Campanha era, ainda, de que o lazer não poderia coexistir com o trabalho. Nas instruções dos técnicos não se deveria deixar margem à ociosidade, que possibilitava espaço para o vício. Era preciso que o camponês assimilasse uma concepção moderna que priorizava a produtividade (Idem, 196-197). A metodologia da Campanha incluía, dentre outras, teatro em estilo popular, com ampla exploração do folclore local; reuniões de jovens, com larga margem de formação da subserviência da mulher; recreios dirigidos; etc. Por fim, conclui a autora:

"Verificamos que os objetivos da Campanha se encaminhavam no sentido de construir normas de condutas disciplinares, que serviriam para atender aos interesses da sociedade brasileira dos anos 50, que se modernizava, necessitando redefinir seus hábitos e valores. De modo mais específico, atuou no sentido de adequar às formas racionais de trabalho que requeria a modernização da agricultura desses anos. Tal adequação referia-se, por exemplo, à mecanização da agricultura, estimulada e orientada pela Campanha Nacional, que requeria uma mão-de-obra especializada, desempenhando um serviço mais organizado" (Idem, 233-234).

Como subprodutos inevitáveis, a modernização se fez acompanhar de intensa privatização das terras devolutas e ocupadas e, conseqüentemente, da grilagem (Carneiro, 1988: 82; Guimarães, 1988: 30-36). É por isso que a questão da reforma agrária, mesmo sendo uma questão importante desde a Lei de Terras, é nos anos 50 que ela ganha mais forma e complexidade. Vários interesses de classe se expressam em linha direta com as formas de apropriação da terra. Mesmo as forças conservadoras abrigadas no aparelho estatal fazem da questão da terra sua forma de intervenção social, sobretudo para desarticular e reprimir a luta

pela terra e pela reforma agrária (Gehlen, 1991: 527-528). É, portanto, em meio a essa emergente situação de conflitos sociais que sobressai, nem sempre com projetos claros e com capacidade de unificação das práticas, a ação da Igreja Católica, do Partido Comunista e do próprio Estado, procurando capitanear as reações dos trabalhadores rurais. Em seguida tento reconstituir essa trajetória, mostrando, inclusive, que a modernização do agro em Goiás tem fases e ênfases diferentes, conforme mostram as diferentes formas de inserção desses mesmos agentes externos.

2.1 Usos rurais da crença

A primeira inserção da hierarquia católica na questão agrária terá sido o documento, sobejamente anticomunista, "Conosco, Sem nós ou Contra Nós se Fará a Reforma Rural", de Dom Inocêncio Engelke, bispo de Campanha-MG, de setembro de 1950. O documento resultou da Primeira Semana Ruralista, acontecida em Campanha, de 3 a 10 de setembro daquele ano e promovida pela Ação Católica Brasileira (Martins, 1983: 81; 1989: 26; Amado, 1996: 32; Camargo, 1981: 145). É verdade que o documento não questiona a propriedade agrária nem a estrutura de classes. Condena as condições infra-humanas do camponês e convoca, para sua superação, o governo, a Igreja e os proprietários rurais. Faz um apelo à abnegação dos latifundiários. Mas, a despeito dessa "visão ingênua", "conservadora" do processo de proletarização do trabalhador rural, a carta de Dom Engelke tornou-se não apenas um marco da ação da Igreja do Brasil, mas "um marco na história da questão agrária no Brasil" (Camargo, 1981: 146; Panini, 1990: 152).

Nas reformas católicas da década de 50 e começo da década de 60, há que se considerar ainda a atuação da Ação Católica. Mas não a Ação Católica dos tempos do Cardeal Leme, que seguia o modelo italiano de organização interna segundo a divisão sexual ("União Feminina Católica", "União dos Moços Católicos"). A partir de 1948 a AC passou a seguir o modelo belga e a se organizar segundo as categorias sociais. Dessa mudança surgiram subdivisões para atuação em meios específicos: JAC, JEC, JIC, JOC E JUC. Especialmente JOC e JUC passaram a canalizar os anseios da vanguarda laica, que defendia uma revolução social contra o capitalismo monopolista, numa tensão constante com a cúpula da Igreja, que,

no máximo, aceitava reformas sociais ou uma espécie de "cristianização do sistema capitalista" (Pessoa, 1990: 113-114).

Mas o envolvimento da Igreja com a questão agrária foi definido principalmente pela JAC e pelo SAR, ambos com maior atuação no Nordeste. Em 1958, o SAR introduziu no Rio Grande do Norte o sistema radiofônico de alfabetização, que, posteriormente, estendeu-se a outros estados, originando o MEB. No início dos anos 60, o interesse apenas alfabetizador do SAR se transformou em organização da classe trabalhadora, com a criação do "setor de sindicalismo rural" (Guimarães, 1988: 74-75).

Por mais que se falasse em assistência social, em promoção humana, em despertar os trabalhadores para os problemas sociais, a Igreja, com todos os seus organismos intermediários, chegou ao campo com uma sempre confessada preocupação anticomunista (Amado, 1996: 31) ou de defesa do rebanho. O Partido Comunista parecia mais aparelhado e mais objetivo em termos de organização camponesa e se tornara urgente temperar a campanha pela reforma agrária com o adjetivo "cristã". Na sua preocupação "antecipatória", assim se expressava Dom Inocêncio Engelke no "Documento de Campanha", de 1950:

"Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural...E os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência nem vão ter necessidade de inventar coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais. Longe de nós, patrões cristãos, fazer justiça movidos pelo medo. Antecipai-vos à Revolução. Fazei por espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja" (Apud: Camargo, 1981: 145-146).

Mas não houve possibilidades de fazer frente efetiva ao avanço comunista no campo. Um documento da Comissão Central da CNBB de outubro de 1961 (uma década depois) o expressa bem:

"O fato grave que denunciemos é que os agitadores vermelhos, em várias frentes, preparam-se para a tática de guerrilhas, de acordo com os melhores exemplos cubanos ou chineses... Assim como não podemos parar no mero anticomunismo simplicista e contraproducente, não podemos ser ingênuos a ponto de entregar esses grandiosos planos de recuperação econômica e social dos meios rurais, esquecidos da retaguarda e dos flancos, invadidos por guerrilheiros. Em cada diocese, caberá à perspicácia do pastor

descobrir os meios práticos de defender o rebanho"²⁰.

Apesar disso José de Souza Martins diz que o envolvimento da Igreja com a questão da terra ia além do anticomunismo e do controle do rebanho. Segundo ele

“É verdade que, mais ou menos remotamente, persistiu a motivação anticomunista do episcopado. Mas, se antes a motivação tinha uma raiz conservadora, em defesa da ordem, agora a raiz era outra: tratava-se de promover uma entrada maciça dos trabalhadores rurais no moderno mundo capitalista, basicamente no mundo da igualdade jurídica e dos direitos civis” (Martins, 1989a: 45).

Martins complementa dizendo que a mesma “onda emancipacionista”, eivada do mesmo espírito tutelar, atingia também o PC e setores esclarecidos do próprio governo federal. Mas, tratava-se de uma “tutela esclarecida, iluminística”, que ele resume como

“um amplo movimento, envolvendo diversos grupos e forças sociais, para libertar o país da tutela das oligarquias e do atraso econômico, social e político que elas representavam” (Idem, 46).

O mesmo documento da Comissão Central da CNBB, citado linhas atrás, atribuía à JAC e à LAC a tarefa de “assegurar ao meio rural mística bastante forte para contrabalançar e superar a mística comunista” (Guimarães, 1988: 79). Apesar desse impulso mítico fundante, sob a iniciativa dos católicos do MEB, da JAC, do Setor de Sindicalismo Rural e de muitas dioceses brasileiras, houve um volume expressivo de criação e assessoramento de sindicatos rurais. Em Goiás, além desses espaços, a Arquidiocese de Goiânia criou também a FAGO. A Igreja de Dom Fernando foi um espaço propício para a atuação de todos esses organismos intermediários. Mas a Arquidiocese resolveu sair do discurso e partir para uma experiência prática de reforma agrária, na Fazenda Conceição, no município de Corumbá, a 60 km de

²⁰Revista da Arquidiocese de Goiânia, set/out/61 (Guimarães, 1988: 77-78). Segundo Wolmir Amado, o anticomunismo da Arquidiocese e de seu Arcebispo, Dom Fernando Gomes dos Santos, teve clara influência de dois fatores internacionais: a revolução cubana e a ideologia da Aliança Para o Progresso. A revolução cubana porque a “Carta Aberta” do episcopado cubano opunha-se às restrições do processo revolucionário à educação católica. E a Aliança Para o Progresso foi uma estratégia política norte-americana (de cooperação com os países latino-americanos pobres, visando reforçar o sistema capitalista). Essa “Operação Panamericana” foi possibilitada pela eleição de John Kennedy, amplamente apoiada e difundida no bispado da capital goiana, por ser Kennedy católico e anticomunista (contra as “forças alienígenas que mais uma vez procuram impor o despotismo do velho mundo ao povo do novo mundo”) (Amado, 1996: 44-50). A oficialidade política brasileira da época também trabalhava com esse pressuposto. Em viagem à França como presidente recém-eleito, Juscelino Kubitschek disse em uma entrevista coletiva no Hotel Grillon em Paris (14/01/56): “Le communisme n'est pas dangereux au Brésil car, premièrement, notre pays est profondément catholique et notre philosophie spirituelle lui barre la route. Deuxièmement, le Parti Communiste Brésilien est chez nous interdit, il est l'objet d'une répression policière qui l'empêche de se développer. Le PC du Brésil a été interdit à la suite d'une loi votée par le Parlement. Je n'entends nullement revenir sur cette interdiction”(Est et Ouest (Bulletin de L'Association D'Etudes et d'Informations Politiques Internationales), Paris, No 149, avril 1956, pág. 21).

Goiânia. A propriedade foi doada à Igreja ("ao culto da Imaculada Conceição") no dia 09 de setembro de 1930, por João Antonio de São Boaventura, viúvo, sem pais e sem herdeiros (Amado, 1996: 158). Havia nos propósitos da Arquidiocese uma preocupação em dar o exemplo, como mostra um extrato de sua revista da época.

"Há anos, o Episcopado vem se preocupando com o tema da reforma agrária, considerando, de um lado, a situação infra-humana da maioria das famílias rurais e, de outro, as tentativas de modificação de nossa estrutura rural em termos mais ou menos violentos e contrários à sua doutrina social...Depois que não bastava um esclarecimento teórico dos ensinamentos da Igreja. Seria para desejar pelo menos uma experiência prática capaz de estimular a outros e demonstrar a eficácia da doutrina da Igreja"²¹.

O "Plano Piloto" (porque fazia parte de um plano mais amplo de Dom Hélder Câmara para outras dioceses brasileiras) aconteceu em uma área de 1016 ha. cedidos pela própria Arquidiocese, dividida em 56 parcelas. Inicialmente a distribuição foi feita a 11 famílias que já trabalhavam na propriedade. Em 1961, outras 25 famílias, influenciadas pelas notícias de parentes ou beneficiados, ocuparam a área. Desse modo, até 1964, as 56 parcelas já estavam ocupadas (Guimarães, 1988: 81; Amado, 1996: 193). A Igreja fornecia apoio financeiro, técnico e organizativo (criação de cooperativa e metodologia coletiva de exploração da terra). Mesmo assim, o projeto não apresentou eficiência em nenhum desses setores. Em 1966, com a criação da Diocese de Anápolis, desmembrada da Arquidiocese de Goiânia e englobando a Fazenda Conceição, o projeto chegava ao fim, e os organizadores entregaram a cooperativa a um gerente, sem a necessária experiência e probidade administrativa (Amado, 1996: 211). Maria Rita Loureiro atribui o fracasso da Fazenda Conceição ao paternalismo dos organizadores, à sua excessiva preocupação em concorrer com os comunistas e ao transplante inadequado de modelos. Diz Loureiro:

"A idéia do projeto não partiu das demandas específicas dos próprios trabalhadores, mas, ao contrário, surgiu da preocupação da hierarquia da Igreja com a concorrência que a ação comunista poderia representar à sua liderança junto às classes subalternas rurais. Foi elaborada por técnicos (que, inclusive, buscavam soluções de fora do nosso contexto social, no modelo do Kibutz israelita) e foi levado tudo pronto para os trabalhadores" (Apud Guimarães, 1988: 83).

Wolmir Amado, concordando com a crítica aos exageros anticomunistas, feita por Loureiro, também admite que a experiência fracassou, no sentido de que se pretendia um

²¹Revista da Arquidiocese, nov/dez 61 (Guimarães, 1988: 80; Amado, 1996: 167).

protótipo de reforma agrária que fosse emulador da partilha para o restante da Igreja, para o Estado e até para os latifundiários. E muito antes de se atingir o status de exemplaridade, a experiência se esgotou. Mas entende Amado que a experiência teve o seu lado positivo, servindo de aprendizagem que repercutiu na mudança de postura da Igreja Católica nos anos 70 (3.4), já que a Arquidiocese de Goiânia, com ampla divulgação nacional, esteve durante cerca de uma década "no coração da questão agrária" (Amado, 1996: 215-216).

2.2 Ruralização do PC

Desde a sua criação em 1922, o Partido Comunista tentava em Goiás uma extensão da "revolução brasileira" ao campo. Mas havia muitas dificuldades decorridas do fato de a sua experiência organizativa estar toda ligada aos centros urbanos (Carneiro, 1988: 122; Heller da Silva, 1990: 57), o que é verdade também na história da França (Duby et Wallon, 1977: 565).

Segundo Leonilde Medeiros, desde a sua origem, o PC já punha a reforma agrária entre seus objetivos. Mas isso só teve alcance prático após a redemocratização em 1945. O partido tinha muito pouco conhecimento sobre o meio rural (Medeiros, 1995: 67). Para que se pudesse viabilizar a "revolução brasileira", era necessária uma organização dos trabalhadores rurais, cuja realidade era vista pelos comunistas como sendo de "um atraso no campo" (Guimarães, 1988: 46), ou mesmo como uma situação de resquícios feudais. O Manifesto de Agosto de 1950, com a defesa de uma "revolução a curto prazo", também impulsionou os militantes para as frentes reivindicatórias rurais. Em nível nacional, no transcurso da década, os comunistas atingiram um grande poder de mobilização e até de controle das organizações dos trabalhadores, como a Segunda Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (1954), que desaguou na criação da ULTAB.

Um instrumento muito fecundo para o "trabalho político", como mostra Leonilde Medeiros, amplamente utilizado pelo PC, foi a criação de periódicos nos Estados, como "Hoje" e "Notícias de Hoje" (São Paulo), "Imprensa Popular" (Rio de Janeiro), "Folha de Goyás" (Goiás), "A Hora" e "Folha do Povo" (Pernambuco). Alguns alcançaram circulação nacional, como "Voz Operária" e "Novos Rumos". O jornal "Terra Livre", criado em 1949, era destinado especificamente aos problemas do meio rural. O objetivo dos periódicos, além, é

claro, da denúncia das formas de opressão e exploração, era a socialização de conceitos e de uma nova linguagem frente à situação nacional. E Leonilde Medeiros conclui:

"A ação do PCB durante esse período terá por objetivo apresentar uma linguagem, unificar os discursos dispersos, contribuir para a formação do "nós". Pode-se afirmar que, até o final dos anos 50, ele será o porta-voz exclusivo das reivindicações dos trabalhadores do campo" (Medeiros, 1995: 69).

Em Goiás, desde o final dos anos 40, os comunistas procuravam a mesma aproximação dos camponeses. Após a clandestinidade do partido (1947), Gregório Bezerra percorreu várias regiões do Estado com o nome de "Seo Estêvão", motivando os núcleos para a "organização da classe trabalhadora".

A Colônia Agrícola Nacional de Goiás, que chegou a ter perto de 50 mil colonos, despertava, sem dúvida, a cobiça de qualquer instituição política, como aconteceu também com as instituições religiosas. Era a maior densidade populacional do Estado. E o partido acabou-se transformando na principal organização política na Mata São Patrício. E a atingiu por dois caminhos: alguns militantes se transferiram para lá, como colonos, emigrados da região de Orizona e Pires do Rio, onde o partido tinha conduzido, entre 1948 e 1952, o movimento chamado "luta do arrendo" (Loureiro, 1988); outros foram enviados para lá como "emissários", com a tarefa de fazerem a organização. Houve um caso específico de um militante de 17 anos na época, que foi enviado de Goiânia para a CANG, com um mimeógrafo a álcool e uma máquina de escrever, para elaborar um boletim que veio a se intitular "O Ranca Toco". Em 1954 os comunistas se transferiram para o Formoso. O mesmo redator do boletim explicou que a Colônia não era exatamente um exemplo de luta de classes - todos eram colonos pobres, explorados pelos cerealistas, mas pequenos proprietários - enquanto que a grilagem de Formoso e Trombas avançava e parecia aos comunistas um caso mais específico de luta de classes (Pessoa, 1990: 48-52).

Formoso e Trombas ainda hoje é uma história imprescindível em estudos acadêmicos sobre movimento social rural em Goiás, mas, sobretudo, uma história envolta por certa aura mítica na fala de todo militante de esquerda. Isso se deve não só a uma indignação pela violência com que a área foi invadida pela polícia militar e pelo exército em 1964, como também ao conjunto de experiências organizativas produzido. Os posseiros desenvolveram uma espécie de "autogestão da região libertada". Criaram um eficiente esquema de

autofinanciamento, de atendimento às necessidades médico-hospitalares, de promoção do lazer, de defesa da região, e ainda sobrava fôlego para o fomento de outras associações vizinhas, objetivando o fortalecimento da luta pela posse da terra de modo mais abrangente (Guimarães, 1988: 56-64).

Entre 1958 e 1960 aconteceram mudanças no Partido Comunista, que saiu da "reforma agrária radical", fruto do Manifesto de Agosto, e definiu como prioridade a organização dos trabalhadores rurais (assalariados e semi-assalariados) em sindicatos oficiais. Rendera-se o PC ao volume da propaganda desenvolvimentista e aos seus efeitos concretos em termos de penetração do capitalismo no campo e, conseqüentemente, de aumento do assalariamento agrícola no país (Idem, 69-72).

2.3 Associações e Ligas

A resistência à latifundização no Brasil, bem como a exclusão do camponês de qualquer pacto político, pode ser caracterizada por algumas etapas com características distintas. Até os anos 40, a revolta camponesa aparecia nos movimentos messiânicos e no cangaço; nos anos 50 e em boa parte dos anos 60, através das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais; a partir dos anos 70, através das ocupações de terras devolutas ou aparentemente sem donos (Martins, 1983). A primeira dessas fases tem pelo menos um bom exemplo em Goiás, que é o movimento messiânico de Santa Dica. Foi um movimento acontecido no município de Pirenópolis, a partir de 1923, em torno de Benedita Cypriano Gomes, ou Dica, e depois Santa Dica. Os membros se chamavam de "Comunidade dos Anjos" ou "Calamita dos Anjos", que se localizava na Fazenda Lagoa, hoje Distrito de Lagolândia. Era um ajuntamento de gente em busca da cura e outros milagres. A base territorial não era propriamente um apossamento. A terra era da avó de Santa Dica, Da. Isabel Borges. Mas, por trás da aparência religiosa, o movimento tinha um claro questionamento da propriedade: "A terra é de Deus..." Por isso a comunidade enfrentava reiteradamente a aversão dos fazendeiros e as batalhas judiciais (Vasconcelos, 1991). Essa fusão entre a resistência na terra e o messianismo religioso, como mostra Ivaldo Gehlen sobre a "Revolta dos Mükers" e o "Contestato" (Gehlen, 1991: 163-164), é um componente fundamental da maioria das revoltas

camponesas no Brasil. A terceira dessas fases pensadas por Martins será especificamente o objeto do capítulo 4 e seguintes do presente trabalho e sua principal motivação.

Quanto à segunda fase, as Ligas Camponesas, cabe mais um pequeno apontamento histórico. Quando se fala em Ligas Camponesas, invariavelmente se reporta a 1954/55, em Pernambuco²², à mobilização dos trabalhadores rurais do Engenho Galiléia ("os Galileus"), que culminou com a sua desapropriação pela Assembléia Legislativa em 1959. Destacam-se nesse movimento a liderança de José dos Prazeres e a retaguarda parlamentar e jurídica de Francisco Julião. Foi a partir daí que as Ligas ganharam notoriedade nacional e legitimidade no seio do movimento social. Mas as primeiras "ligas" e "irmandades" surgiram logo após a redemocratização de 1945, na forma de associações civis, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Elas estavam vinculadas à "aliança operário-camponesa", não mais que um apêndice na estrutura do Partido Comunista. Por isso não atingiram, naquela época, relevância nem durabilidade. Com a ilegalidade do PC em 1947, foram totalmente sufocadas (Azevêdo, 1982: 55-57; Bastos, 1984: 18-20).

Tendo ressurgido na resistência do Engenho Galiléia a partir de 1954, as Ligas de Julião chegaram a projetar uma certa perspectiva de organização nacional do meio rural. Estiveram no primeiro Congresso em Belo Horizonte, mas ficaram à margem do processo de criação da CONTAG, o que, segundo Heller da Silva, já indicava o seu esgotamento, devido a três causas: falta de uma organização mais sólida, quase sempre atribuída à desorganização do líder; onda de repressão a seus dirigentes, prisões e CPI no Congresso; (mais importante) intensa investida anti-Ligas da Igreja (Wanderley, 1979: 91-92), com o apoio do governo federal, dos governos estaduais e a cumplicidade do PC (Heller da Silva, 1990: 76-77). É uma prova de que a reforma agrária nos anos 50 e 60 dividia até mesmos as organizações populares que lhe eram declarada e militantemente favoráveis²³.

²²Gehlen, 1991: 166; Vita, 1989: 97; Panini, 1990: 57; Andrade, 1995: 9; Martins, 1989a; Medeiros, 1995: 69; da luta contra o aumento do "foro" em Vitória de Santo Antão-PE (Garcia Jr, 1983: 48).

²³Tomo a idéia do ministro-extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann, embora não concordando com a segunda parte de sua frase, quando ele diz: "Ao contrário do que ocorria nas décadas de 50 e 60, quando a questão fundiária dividia o país, hoje ela é fator de união". Os grandes proprietários rurais só participam dessa "união" pela reforma agrária, desde que ela não seja feita. Para isso, eles controlaram o Congresso Constituinte de 1987/88 e continuam fazendo o mesmo nas sucessivas legislaturas. É o que demonstram na mesma página de jornal, Luiz Inácio Lula da Silva e José Graziano da Silva, como argumento básico na crítica ao editorial da Folha de São Paulo do dia 21/05/96, defendendo uma reforma agrária pela "via fiscal"- "taxando-se, de forma confiscatória, a propriedade improdutiva ao país" (Folha de São Paulo, 02/06/96, 1-3).

As Ligas Camponesas entraram em Goiás em meados dos anos 40 pelo trajeto da estrada de ferro²⁴. Como elas tiveram muita incidência no Triângulo Mineiro, especialmente em Uberlândia, chegaram a ser formadas nos municípios goianos das proximidades do Triângulo: Catalão, Nova Aurora, Urutaí, Pires do Rio, Orizona e Goiandira. A reivindicação fundamental era pela baixa do arrendo (cuja taxa oscilava entre 40 e 70%), encaminhada sempre pelas vias legais. O Departamento Jurídico do PC conduzia os acordos com os fazendeiros. Através da ação de dois deputados do partido - Abrão Isaac Neto e Paulo Alves da Costa - conseguiu-se até mesmo a inclusão da principal reivindicação das ligas, a redução da taxa de arrendo para 20%, na Constituição Estadual. Com a ilegalidade do PC, as ligas tiveram que adotar outras denominações, como irmandade, união camponesa, associação rural, concentração e até time de futebol. Mas com a repressão dos fazendeiros eram dissolvidas rapidamente (Guimarães, 1988: 47-49).

Na década de 50, as associações se constituíram na principal experiência da organização dos trabalhadores rurais do Estado, sob a liderança do Partido Comunista. Ao final dos anos 50 já havia uma dezena delas, chegando-se inclusive a ser fundada uma Federação das Associações de Lavradores de Goiás, sob a liderança de José Porfírio de Sousa. Essa liderança levou, inclusive, Porfírio, a uma cadeira no Legislativo Estadual²⁵.

Dentre essas associações, duas se destacaram pela abrangência da sua organização e pela repercussão, seja na imprensa da época, seja no Legislativo Estadual. A primeira foi a Associação de Lavradores e Trabalhadores Rurais de Formoso, fundada em 30 de janeiro de 1954, propondo-se a "reunir posseiros da região na defesa da terra grilada e no desenvolvimento do cooperativismo e criação de escolas" (Guimarães, 1988: 56). A segunda, Associação Rural de Itauçu, foi fundada em 1956. Ela foi criada em meio a uma crise provocada pela expulsão do trabalhador-arrendatário para novas frentes de expansão (norte). A região era basicamente de pequenas fazendas e muitos arrendatários, especialmente em lavouras de café. A luta pela baixa do arrendo foi, portanto, a principal reivindicação da associação. Houve casualmente um enfrentamento em relação à questão da posse da terra, no caso da Fazenda Lages, que era pertencente ao Estado, adquirida no Governo Coimbra Bueno

²⁴Estrada de Ferro Goiás, que passou a ligar Araguari-MG a Goiandira-GO, em 1911; a Ipameri, em 1913; a Pires do Rio, em 1922; e a Anápolis em 1935 (Loureiro, 1988: 34-39). Com isso, nesse período, Goiás se tornou o Estado que mais recebeu imigrantes no país. Após 1920 o índice de crescimento populacional de Goiás foi superior ao índice médio nacional (Borges, 1995: 163).

(1947-49), para fixação de imigrantes estrangeiros. Tal colonização fracassou e a área foi ocupada por posseiros, os quais o governo tentou expulsar em 1958 (Idem, 66-69).

2.4 Estado e colonização

A aceleração do debate sobre a questão agrária provocou até mesmo ações nesse sentido, por parte do poder público. Isso aconteceu a partir do final dos anos 50, por governos dos estados onde a tensão era mais forte, como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Goiás e Rio Grande do Sul (Medeiros, 1995: 74). Como é o que nos interessa destacar aqui, vejamos o Estado de Goiás.

Durante as décadas de 50 e 60 a divisão social do trabalho apresentava em Goiás um quadro em que o setor primário ocupava mais de 80% da população economicamente ativa, com predomínio da pecuária e agricultura (Palacin e Moraes, 1981: 119-120). E era aí que acontecia a atuação principal do pacto populista, concretizado em Goiás com a eleição de Mauro Borges Teixeira (filho de Pedro Ludovico Teixeira) em 1960. Seu governo, de 1961 a 1964, pode ser assim caracterizado, porque Mauro Borges foi eleito pelos partidos que aglutinavam as forças políticas tradicionais, os grandes proprietários de terras (Coligação PSD/PTB), mas incorporou em seu plano de governo concessões às "classes subalternas" do meio rural. Em torno da bandeira de uma reforma agrária controlada por sistemas de colonização, Mauro Borges conseguiu não só o apoio dos trabalhadores rurais, como também a unificação das forças políticas do Estado, inclusive os opositoristas.

Mauro Borges fundamentava sua "filosofia política" na democracia cristã. Ele mesmo explicava:

"Consideramos da maior necessidade a valorização do trabalho humano. Oportunidade de participação nos destinos das empresas, e quando esta não for possível, pelo menos a consciência de que, como ensina a doutrina social da Igreja, o trabalho humano não podendo ser considerado simples mercadoria, a remuneração dada ao trabalhador deve ser tal que ele possa proporcionar a si e aos seus uma vida digna;

²⁵Pela Coligação PTB/PSP, segundo Carneiro, 1988: 172; pela Coligação PTB/PSB, segundo Campos, 1985: 127 e 243.

são normas a que não se pode furtar uma sociedade que pretende guiar seus passos pelo cristianismo" (Borges, 1965: 31).

Já para a sua política agrária as bases são provenientes da viagem que fez, a convite, a Israel. A inspiração trazida foi o "cooperativismo integral", que ele prefere relacionar ao "moshav shitufi", menos socializado e com maior liberdade de consumo que o "kibutz" (Idem, 43).

Contrariando a própria base partidária, Mauro Borges implementou uma política de moralização da máquina estatal, em lugar da prática tradicional de empreguismo, apadrinhamento e pagamento de favores. Isso o tornou um marco para a história de Goiás, mas não com absoluta originalidade. Sua política de modernização e planejamento das atividades do Estado estava perfeitamente inserida no figurino da CEPAL, já introduzido ao nível federal no Brasil pelos governos Vargas (o segundo) e Kubitschek. Em sua prática de governo assumiu um caráter claramente "centrista" e "centralizador". Ele próprio se orgulhava em dizer que não daria continuidade à omissão de governos anteriores em relação aos "agitadores profissionais", tanto de direita quanto de esquerda. Sua política para a agricultura tinha como suportes discursivos a modernização (pesquisas para novas técnicas, mecanização, emprego de fertilizantes) e aumento de produtividade. Mas não se pode classificá-la como uma política de reforma agrária - "uma redistribuição da propriedade rural" (Lisita, 1992: 130). Era, tão somente, uma continuidade à política de ocupação das terras despovoadas (Oliveira, 1987: 147-177).

A medida estrutural mais expressiva do Governo Mauro Borges, no âmbito agrário, foi o Decreto Nº 77 de 26 de julho de 1963, estabelecendo a venda de terras devolutas, em parcelas, com áreas variando entre 30 e 200 ha. Com esse instrumento se processou a criação de núcleos de colonização (como Tocantinópolis e Araguacema) e dos "combinados agrourbanos" (Como o de Arraias)(Carneiro, 1988: 85-88).

Os "combinados agrourbanos" eram a própria materialização do projeto agrário do governador ou, como ele mesmo dizia, "o verdadeiro instrumento da Reforma Agrária em Goiás". E havia para isso uma justificativa que, inclusive, viria a coincidir com as justificativas dos movimentos organizados em defesa da reforma agrária, já na década de 80 (6.6). Através dos "combinados", organizados em cooperativas, os agricultores deixam de ser

individualizados e, portanto, presas muito mais fáceis dos atravessadores e dos grandes comerciantes. Vejamos a justificativa nas próprias palavras do governador.

"A Reforma Agrária nas bases individualistas que se entevê, será a negação da finalidade a que se destina, será retrógrada e arcaica, pois criará mais alguns milhões de pequenos proprietários, que se agarrarão aos seus poucos hectares isolados, como um náufrago à tábua de salvação que nunca o levará à terra firme da tranqüilidade, da segurança e da realização de si mesmo" (Borges, 1965: 40).

A regularização do processo de vendas das terras devolutas e a criação dos núcleos e combinados motivou a criação do IDAGO em 1962. Mas esse instituto funcionou também

"como uma forma de "enquadrar" os camponeses, ou de se ter um controle sobre eles e sobre sua atuação política, vistos como ameaça aos latifundiários" (Oliveira, 1987: 178).

Em resumo, o Governo Mauro Borges foi marcado pelo cooperativismo, pela contenção da reivindicação do acesso à terra e pelo aumento de produtividade, o que define sua vinculação ao projeto de modernização/consolidação capitalista da agricultura,

"conservando a grande propriedade e o compromisso político com a burguesia agrária" (Carneiro, 1988: 89; Guimarães, 1988: 95-97).

Se, com base nesses comentadores, pode-se falar de Mauro Borges de maneira crítica, com certa negatividade, o período posterior, incluindo nossos dias, não acrescentou nenhuma melhora. O sociólogo Francisco Itami Campos diz que aquele governo foi o último projeto para o Estado de Goiás, e que foi sepultado pelo regime militar. Depois de Mauro Borges, não houve ainda nenhum outro plano que considerasse a diversidade e as potencialidades de nossa economia. Elas são muitas, considerando-se o solo, o sub-solo e a hidrografia, mas o Estado continua irremediavelmente pobre, a julgar pelos índices de desemprego, inchamento urbano, segregação, violência, etc.²⁶.

2.5 Crise política e sindicalismo rural

²⁶Francisco Itami Campos, em artigo em que diz que, por isso mesmo, Goiás é um Estado que tem "um bandido como herói". A referência é a efervescência midiática quando da rebelião de presos do CEPAIGO, em que mais uma vez "estrelou" o sequestrador Leonardo Pareja (O Popular, 14/04/96).

O começo da legislação sobre sindicalismo rural no Brasil foi a Lei Nº 979 de 06/01/1903. O Decreto Nº 1637 de 05/01/1907 autorizava até mesmo a federalização de sindicatos, juntando empregadores e empregados de um mesmo ramo. Foi, portanto, uma legislação altamente favorável à formação de "elites agrárias". Mesmo assim, a legislação pós-30 inviabilizou a sindicalização rural²⁷.

A promulgação da CLT em 1945 (1943, segundo Andrade, 1995: 9) não se aplicava ao campo. Em 1944 a portaria Nº 40 havia regulamentado o sindicalismo rural, mas não foi implementada. Só a partir de 1961 houve um início de abertura para a questão. Em 1962, foi criada a SUPRA e, em 02 de março de 1963, foi sancionada a Lei 4214 ou o "Estatuto do Trabalhador Rural". É no artigo 115 desta lei que está o início do sindicalismo rural no Brasil. No mesmo ano já era grande em todo o país o número de sindicatos criados, tendo surgido também várias federações. Em Goiás foram criados, naquele ano, 34 sindicatos (Guimarães, 1988: 110-111).

Por trás dessa rapidez na criação de sindicatos, estava a atuação do próprio Estado, do Partido Comunista e da Igreja. O Partido Comunista, tendo abandonado a linha da revolução a qualquer custo, passou a praticar uma coexistência com o Estado e a burguesia, enquanto as Ligas ainda mantinham a esperança na revolução camponesa. O MEB saiu da sua tradicional alfabetização radiofônica e passou a atuar decididamente no sindicalismo rural, especialmente nos municípios de Anápolis, Pirenópolis, Jaraguá, Hidrolândia e Nova Veneza. A FAGO teve núcleos em Leopoldo de Bulhões, Cristalina, Jaraguá, Ceres e Itauçu, e se dedicava a organizar a atuação do laicato católico na questão agrária. Mas, segundo Maria Teresa Canesin Guimarães, o que provocou essa mobilização foi uma "corrida aparelhista", ou seja, as entidades aproveitaram a sindicalização rural emergente na legislação e entraram todas na disputa pela criação e controle dos sindicatos. A FAGO tinha ainda um agravante nessa crítica. Além de ser declaradamente anticomunista, preocupada em proteger o trabalhador, já nasceu composta por representantes dos interesses agrários dominantes. Seu primeiro presidente era um fazendeiro de Goiatuba (Idem, 111-118).

²⁷Evaristo de Moraes Filho, Apud. Heller da Silva, 1990: 42-49.

Apesar disso vários sindicatos foram criados e, em outubro de 1963, a Federação dos Trabalhadores da Lavoura de Goiás organizou em Goiânia o Encontro Camponês-Operário-Estudantil. Desse encontro, na mesma perspectiva da ULTAB/PC de organizar a CONTAG, nasceu a Federação de Sindicatos de Produtores Rurais Autônomos de Goiás. Ela foi presidida por Sebastião Bailão, ex-presidente da Associação Rural de Itauçu.

Outro resultado do Congresso Camponês-Operário-Estudantil, foi a realização, dois meses depois, do I Congresso Estadual de Monitores das Escolas Radiofônicas. Com esse evento ficou definida a disputa entre o Setor de Sindicalismo Rural do MEB e o PC. No relatório ao MEB-Nacional, justificando a realização do Congresso, o MEB-GO dizia que, sob a condução do PC, os lavradores estavam sendo manipulados, usados em jogadas políticas. Daí a necessidade de aprimorar a formação política dos monitores (Idem, 143-144).

Para entornar de vez o caldo político, os proprietários rurais, alegando intranqüilidade no campo, desencadearam uma campanha de sindicalização da classe patronal. Mais organizados e rearranjados no sistema de poder, começaram a fazer exigências ao governo de Mauro Borges no sentido da desativação dos processos de desapropriação de terras e de sindicalização dos camponeses (Campos, 1985: 254). Era a munição goiana para o golpe que estava em marcha (Idem, 153-157), como fizeram outros tantos "produtores rurais" de outros estados, pressionando o Congresso contra as reformas, articulando-se com outros setores que também reagiam contra os movimentos camponeses e organizando milícias privadas para o combate direto de suas ações (Medeiros, 1995: 75).

3. RECOMEÇA SÍSIFO

“Modernamente, no esforço de conhecer o Brasil, as pesquisas sociológicas e antropológicas conferiram ao caipira o direito de estar entre seres humanos, nem idealizado nem tratado como animal, mas dotado de consciência, cultura própria e, apesar de explorado, participante do processo social”.

(Enid Yatsuda, professor de Teoria Literária da UNICAMP, O caipira e os outros, in: Alfredo Bosi, Cultura Brasileira, p. 113).

Iniciou-se uma obscuridade de duas décadas. No que diz respeito à questão agrária, o governo militar tratou logo de estabelecer as regras. Editou em 30 de novembro de 64 a Lei 4504 que passou a ser chamada "Estatuto da Terra". Segundo Manoel Correia de Andrade, uma lei destinada a promover uma transformação de forma conservadora da realidade agrária brasileira. Nesse sentido, costuma-se caracterizar essa lei agrária do governo militar como uma providência para a contenção dos movimentos de base que pregavam transformações na estrutura fundiária brasileira (Andrade, 1995: 10), mas uma providência nada endógena. Ela teria o seguinte fio condutor: revolução cubana em 1959 e o medo de "novas Cubas"; Conferência da OEA em Punta del Este (Uruguai) em 1960, quando o Brasil teria se comprometido a implantar um processo de reforma agrária segundo critérios ditados pela geopolítica norte-americana; "decálogo da reforma agrária", um documento do IPES intitulado "Reforma agrária: problemas, base e solução" (Panini, 1990: 70-74).

Para Álvaro de Vita, a definição fundamental da relação do governo militar com a questão agrária foi transformá-la de questão política em mero problema técnico. E o caminho decisivo para isso foi a eliminação de lideranças políticas e sindicais comprometidas com alguma forma de luta dos trabalhadores rurais (cassações, prisões, torturas, assassinatos, etc.). Em uma aparente contradição com essas medidas, aconteceu a decretação do Estatuto da Terra, com o objetivo de dar uma solução técnica para a questão agrária. Mas, mesmo que ele fosse um instrumento que permitia a desapropriação de latifúndios e terras inaproveitadas, não significaria que os militares estivessem dispostos a implantar uma reforma agrária, pretendida exatamente pelas forças que apoiavam o governo anterior, destituído pelo movimento militar.

"Pelo contrário, durante os vinte anos de regime militar acentuou-se ainda mais a concentração da propriedade da terra. O objetivo do Estatuto, como se evidenciou depois, não era abolir o latifúndio e sim modernizá-lo. Seu destinatário não era o pequeno lavrador sem terra (ou com uma quantidade insuficiente de terra) e sim a empresa rural. Tratava-se de incentivar a penetração de empresas capitalistas no campo" (Vita, 1989: 104-105).

"Após duas décadas de vigência do Estatuto, existem no país 12 milhões de camponeses sem-terra; dos 5,2 milhões de proprietários rurais, um reduzido número de 540 mil são donos de 30% das terras do território nacional; 35 milhões de hectares de terra estão nas mãos das multinacionais" (Panini, 1990: 75).

Com efeito. Com a Lei 4504, viria uma alardeada e mentirosa distribuição de títulos de terra. Segundo José Gomes da Silva, o milionésimo título comemorado por Figueiredo - "maior reforma agrária do mundo" - não ultrapassava 117.400 efetivamente catalogados. Mesmo assim, em 1985, José Gomes defendia a validade do Estatuto da Terra: "virgem e intacto", mas válido, porque combate o minifúndio e o latifúndio e possibilita a desapropriação²⁸. Viria pela frente, também, uma "reforma agrária" a favor da grande propriedade e da empresarialização da agricultura. O historiador José Honório Rodrigues comparou o Estatuto da Terra à Lei de Terras: "Mais servia aos proprietários que aos lavradores ou à própria terra"²⁹. Segundo Carmela Panini isso ocorreu porque, embora o Estatuto apresentasse a desapropriação por interesse social como forma de controle da propriedade, ele a impedia pelos casos restritivos. Eram excluídas, por exemplo, empresas rurais e áreas fora de zonas declaradas prioritárias. Ele próprio abandonava a noção de função social estabelecida no seu artigo 2 (Idem, 82).

Uma avaliação dessa clara inoperância do Estatuto da Terra está, para Maria de Nazareth, nos próprios dados cadastrais do INCRA. Decorridos 30 anos da implantação da lei, não foram eliminados nem o latifúndio, ainda com 66,5% da área total, nem o minifúndio. Apenas 11% dos imóveis rurais são classificados como empresas rurais, mesmo assim, englobando mais de 3 milhões de ha de terras que não são exploradas (Wanderley, 1995: 121-122).

Mas não havia outro caminho. A retomada da organização sindical rural teve que se dar nos contornos do Estatuto da Terra, pois era o único instrumento disponível e possível

²⁸Folha de São Paulo, 23/02/85.

²⁹Folha de São Paulo, 21/06/85, 3.

para o encaminhamento político da luta pela reforma agrária³⁰. Vanilda Paiva, com muita propriedade, comentando o eterno recomeço de trabalhadores rurais em áreas de fronteiras (onde os posseiros limpam o terreno para vê-lo tomado em seguida), usa uma imagem da mitologia grega que é útil para o presente exercício de história: o trabalho de Sísifo³¹. Ainda bem que tinha pelo menos uma ponta por onde recomeçar.

3.1 A CONTAG entra na onda

A regulamentação do sindicalismo rural havia provocado grande competição entre AP, PC e Igreja pela criação e controle de sindicatos. Desse processo surgiram as federações estaduais e a CONTAG, fundada no dia 18 de dezembro de 1963³² e reconhecida pelo Decreto 53.517 de 31 de janeiro de 1964. Ainda era governo João Goulart. O pós-golpe foi um período de intensa perseguição aos líderes camponeses, com prisões, mortes, metralhamentos de sedes sindicais, etc. Assim o governo ditatorial suprimiu sumariamente as organizações camponesas "mais perigosas" mas a CONTAG foi mantida. Isso significa que o sindicato, enquanto estrutura organizacional, não foi extinto (Heller da Silva, 1990: 120-150; Delgado et alii, 1992: 459).

Sob intervenção, através de José Rotta, que presidia a "federação de linha cristã de São Paulo", a CONTAG atuava segundo os princípios do Estatuto da Terra, de modernização e empresarialização das atividades agropecuárias. Em 1967, iniciou-se no Nordeste um movimento de oposição a Rotta que, com alianças efetivadas em outros Estados, como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, levou à presidência José Francisco da Silva. A partir daí se pôde retomar e reconstruir o sindicalismo com base nas antigas bandeiras: direitos trabalhistas, reforma agrária e previdência social (Medeiros, 1989b: 90-94).

³⁰Maria Conceição D'Incao, Folha de São Paulo, 23/02/85.

³¹Lenda grega segundo a qual Sísifo, o rei de Corinto havia escapado a Tânatos, o deus da morte, enviado por Zeus para castigá-lo. Por isso foi levado por Hermes ao inferno, recebendo como suplício, a tarefa de rolar uma pedra ao cimo do monte, donde ela despencava, devendo Sísifo recomeçar incessantemente o trabalho.

³²Participaram da assembléia de fundação, 10 federações ligadas ao PC, 8 ligadas à AP, 6 ligadas aos grupos cristãos do Nordeste e duas "independentes". As Ligas ficaram excluídas por se colocarem numa posição de crítica à sindicalização. Com isso a composição de poder da direção ficou assim: 4 membros ligados ao PC, 3 à AP e 2 ligados aos grupos cristãos do Nordeste (Guimarães, 1988: 146; Medeiros, 1989b: 79). A criação da CONTAG foi, portanto, a primeira ação conjunta de católicos e comunistas na questão agrária (Martins, 1989a: 26).

Milton Carmo Rezende, um dos fundadores e ainda diretor do STR de Anápolis, ilustra bem a importância da CONTAG no pós-golpe. Quando pedi a ele que contasse a história do seu primeiro contato com o sindicalismo, deu uma explicação curiosa. Por volta de 1965/66, ele ouvia muito o programa "O Trabalhador Rural em Marcha", feito pela CONTAG e transmitido pela Rádio Record de São Paulo. Disse que era "bem de madrugada" mas ele gostava. O programa falava muito da importância de o trabalhador se sindicalizar para defender seus direitos. Isso o foi entusiasmando. Saiu então à procura do sindicato. Não o encontrando foi à DRT em Goiânia, de onde foi enviado à Delegacia da CONTAG. Lá obteve a informação de que não havia mais sindicatos e que, se ele quisesse, teria que fundar um. Com isso, ele e um outro colega de Anápolis, começaram a mobilizar os companheiros para a criação do sindicato³³

3.2 Brechas do enquadramento

*"E, da maneira que envem, o que fez foi piorar.
O povo vai para a cidade, por falta de lugar.
Quando adocece um filho, não tem condição de tratar.
Quando ele tem um patrão, que fala que vai ajudar,
mas é olhando o que a gente faz, pra depois ele tomar
Aí ele (o velho) me respondeu:
E que vale ir no patrão, que a gente encontra, na chegada,
ele diz assim pra gente: 'eu não posso ti arrumar nada
se você estiver achando a sua vida apertada
disocupa a minha casa, procura outra morada.
Eu sozinho toco a minha roça, porque ela é mecanizada".
(Romário Pimentel da Conceição, lavrador católico, residindo
em Itaberai no final da década de 70, compôs muitas músicas e
muitos poemas, dentre os quais, "História de um velho
lavrador".)*

A retomada da sindicalização se deu já na década de 70. Para Octávio Ianni, o Estado havia sido apropriado pelo capital monopolista externo e era obrigado a praticar uma política de exportação a qualquer custo, com o eufemismo de "economia aberta". Com isso a política agrícola era restrita aos grandes projetos agropecuários e agroindustriais. Para a

³³Milton Carmo Rezende, depoimento na sede do STR de Anápolis, no dia 23 de maio de 1994, em entrevista conjunta, com Nelson de Assis Teles, do STR de Bela Vista e então diretor da FETAEG. A Carta Sindical do STR de Anápolis é datada de 29/12/67.

pequena produção não havia qualquer suporte (Ianni, 1986: 15-36). Em vez de uma efetiva política agrícola, capaz de gerar benefícios à sociedade, o que se montou foi uma roda que corre atrás de si mesma. Diz Ianni:

"Tratava-se de produzir divisas para criar capacidade de importar tecnologia, insumos industriais e know-how, para produzir para exportar para criar capacidade de importar e assim por diante" (Idem, 37).

A intervenção do Estado tinha pelo menos quatro frentes complementares. A primeira foi a criação do FUNRURAL em 1971. Absorvendo antigas demandas dos trabalhadores, o governo transformou o sindicato em repassador de assistência social, médico/odontológica e de requisição de aposentadorias (Tavares dos Santos, 1992: 45-46; Gehlen, 1991: 517; Almeida, 1993: 230). Além da sobrecarga dessa prestação de serviços de saúde, embora o discurso oficial dissesse o contrário, o FUNRURAL teve, na verdade, uma função de esvaziamento dos sindicatos. Pois, essa pretensa eficiente prestação de serviços acabou gerando a idéia de que os sindicatos seriam dispensáveis³⁴. A segunda frente foi a criação de programas de crédito: Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geo-Econômica de Brasília, Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Programa Nacional do Calcário Agrícola, Programa Nacional de Conservação do Solo, Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento da Pecuária Leiteira, Programa Nacional de Pastagens, etc. O que resultou de tudo isso foi um grande contingente de grandes empresários rurais. Uma terceira frente foi a pesquisa, diretamente ligada à modernização/adaptação/geração de novas tecnologias. Regionalizando a EMBRAPA, foi criada em 1973 em Goiás a EMGOPA. E por último, uma continuidade do programa de Extensão Rural, com a criação da EMATER-GO, em 1975, unificando a ACAR-GO com a Secretaria de Agricultura. No discurso, o público preferencial são o pequeno e o médio produtores, mas, na prática, isso não resultou em política agrícola a eles favorável, nem em alteração do sistema de posse da terra (Curado, 1993: 19-31).

A Extensão Rural no Brasil iniciou-se em 1948 e teve três fases distintas: a fase da ACAR-MG, centrada na preocupação com a pequena propriedade no sistema econômico; a fase da ABCAR, evoluindo para processos mais sofisticados e para a média propriedade; e a fase da EMBRATER. Segundo Maria Teresa Lousa o projeto realmente educativo terminou

³⁴Rosa E. Acevedo e Gutemberg Guerra, *Trabalhadores Rurais: A cidadania via seguridade social*. Mimeo, s/d.

na segunda fase, por volta de 1968. A partir daí o Sistema Brasileiro de Extensão sofreu transformações que culminaram na criação da EMBRATER - uma terceira fase - em 06/11/74. Sua implantação estava vinculada à expansão do sistema produtivo brasileiro, visando, fundamentalmente, transferir tecnologia agropecuária para os produtores rurais. Leia-se: aumento de produtividade e, portanto, aumento do lucro, pois o que estava em jogo no período era o avanço do capitalismo no campo e a manutenção da estrutura agrária, em detrimento da participação política, econômica e social das camadas populares rurais. Esta era toda a lógica do projeto educativo da Extensão Rural, exigida pelo capital (Fonseca, 1985), que, na prática, segundo Sônia Bergamasco, acabou excluindo inúmeros pequenos produtores, os de baixa renda, que não conseguiram, de imediato, dar respostas satisfatórias a essa exigência de aumento de produtividade (Apud: Adant et Altafin, 1991: 122)..

Na contramão dessa intervenção do Estado, estava, no entanto, na década de 70, uma expressiva expansão do sindicalismo rural. Em Goiás, a década de 60 se encerrou com 06 STRs. Na década de 70, foram criados outros 43. Mas a expansão continuou na década de 80, quando foram criados outros 57³⁵.

Os próprios sindicalistas e pessoas ligadas à questão agrária em Goiás reconhecem que a recriação do sindicalismo rural em Goiás estava profundamente marcada pelo assistencialismo do pós-FUNRURAL. Divino Goulart, ex-presidente do STR de Morrinhos, presidente da FETAEG por dois mandatos e ainda seu diretor, diz por exemplo:

"Aí começou a década do assistencialismo dentro do movimento. O Regime abre para criar mais sindicatos, mas com essa condição: cria-se o sindicato, desde que bote uma placa lá do FUNRURAL. E aí a assistência lá dentro. Quer dizer, pros trabalhadores que viveram massacrados o período todo, sem ter nada, quando chega aquilo, os trabalhadores pegam aquilo com tudo. Então, na década de 70, até 79, a predominância é assistência mesmo"³⁶.

Além do assistencialismo, muitos sindicatos conduziam as reivindicações e negociações trabalhistas de forma a beneficiar mais os fazendeiros que os trabalhadores. É o "peleguismo" dos primeiros anos de sindicalização em Goiás, segundo a análise de Isidoro

³⁵Estes dados são referentes ao período anterior à criação do Estado do Tocantins e levaram em conta as cartas sindicais encontradas na pasta "Cartas Sindicais", nos arquivos da FETAEG, em maio de 1994.

³⁶Divino Goulart da Silva, em depoimento na FETAEG, aos 05/05/94.

Revers, o "Galego", assessor da CPT-Centro Sul de Goiás³⁷.

3.3 Congressos nacionais: reforma gradual x reforma radical

O fato social aqui estudado - as ocupações de fazendas - não se restringe ao Estado de Goiás ou à Região Centro-Oeste. Ele se originou na Região Sul e conta hoje com fortes incidências também no Sudeste, Norte e Nordeste. Por isso, vale a pena ver, sucintamente, como é que a luta pela terra tem sido tratada nos congressos nacionais dos trabalhadores rurais.

Uma expressão clara das crises políticas vividas pelo movimento social rural do início da década de 60 foi o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte, em 17 de novembro de 1961. Ele foi convocado pela ULTAB e contou com a participação de delegados de várias partes do país, inclusive das Ligas Camponesas. Por considerarem a reforma agrária como a "tarefa primordial no processo de transformação da sociedade" (Wanderley, 1979: 91), elas defendiam a "reforma agrária radical", ou seja, a "liquidação do monopólio dos latifundiários sobre a terra" (Medeiros, 1995: 71); enquanto que o PC, que controlava a maior fatia do movimento, dava andamento a uma política de aproximação com os setores oficiais - "reforma agrária gradual" (Heller da Silva, 1990: 90-93). A posição da ULTAB era assumidamente de realização de um pacto entre os camponeses e a burguesia - "revolução democrático-burguesa" (Medeiros, 1995: 70). Antes de se chegar a uma "reforma agrária radical" era necessário lutar por medidas parciais, como a desapropriação de grandes propriedades incultas e a preços registrados para fins fiscais. A justificativa dos militantes era a necessidade de uma "acumulação de forças" (Panini, 1990: 60-61). Assim agiu no congresso, por exemplo, a delegação de Goiás, liderada por José Porfírio de Sousa. É que na época do congresso, Mauro Borges (então governador de Goiás-2.4) havia feito a entrega de uma parte dos títulos de posse da terra a posseiros de Formoso. Segundo depoimento levantado pela pesquisa de Maria Teresa Canesin, houve intensas disputas entre a "turma do Julião" e a "turma do Porfírio", durante o congresso (Guimarães, 1988: 104-107). Por isso, em meio a essas duas posições, a "Declaração de Belo Horizonte"

³⁷Em depoimento na sede da CPT, no dia 09 de março de 1994.

não teve como evitar a ambigüidade de contemplar duas formas de propriedade: "a privada e a social" (Painini, 1990: 62).

De uma dissidência dentro do PC em 1962, gerada depois do I Congresso em Belo Horizonte, surgiram algumas ações isoladas e mais incisivas no campo. Um foco de guerrilha, na região de Dianópolis e Natividade, tentou recrutar camponeses. Criou-se a Associação Goiana dos Trabalhadores do Campo. Uma dessas ações foi a tentativa de ocupação da Fazenda Saloba, próxima ao Distrito de Salobinha, município de Jussara. Chegaram a fazer trincheiras em Jussara e Salobinha mas a polícia sufocou rapidamente o movimento (Guimarães, 1988: 108-109). Andou muito perto de a Fazenda Saloba ter se tornado a primeira experiência de ocupação de fazendas em Goiás. O sonho foi adiado.

No período pós-64, os congressos nacionais deram ressonância à nova fase do movimento social rural. A mudança começou a ser sentida no II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília, em agosto de 1973. No item "Reforma Agrária e Colonização", das conclusões aprovadas, reafirmou-se basicamente o Estatuto da Terra, propondo fundamentalmente a desapropriação e distribuição de terras³⁸.

A realização do III Congresso Nacional já se inscreveu em uma conjuntura de esgotamento do golpe militar. 1979 foi também o ano de retorno das grandes greves de assalariados rurais como a dos 20 mil canavieiros de Pernambuco, a dos bananeiros em Itanhaém-SP e a dos colhedores de café na Bahia. Por isso, a crítica do Congresso à legislação autoritária e intervencionista, propondo a supressão do título V da CLT e a adoção da Convenção 87 da OIT. O imposto sindical também foi questionado (Heller da Silva, 1990: 151). No que diz respeito à luta pela terra, que é uma questão mais próxima dos interesses do presente trabalho, o item "Reforma Agrária" (nas conclusões) aparece sem a palavra "colonização". O Estatuto da Terra ainda era ponto de referência e sua aplicação ainda era cobrada. A luta pela reforma agrária partia dele. As experiências de ocupações, acampamentos e assentamentos do sul já repercutiram no congresso. Houve uma defesa insistente da propriedade familiar - mais eficaz e mais favorável à dignidade humana. Outra novidade foi a proposta da perda sumária da propriedade que mantivesse ociosos 70% de sua área

³⁸Anais do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, pág. 131-132.

agricultável. Por isso os congressistas incentivaram as ocupações de terras públicas e de terras improdutivas:

“Que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais assuma o compromisso de desenvolver trabalhos de base programados, de organização, motivação e mobilização dos trabalhadores rurais, no sentido de ocuparem as terras públicas, nelas fixando residência e tornando-as produtivas”.

“Que o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais assuma o compromisso de desenvolver trabalhos de base programados, de organização, motivação e mobilização dos trabalhadores rurais no sentido de ocuparem as terras improdutivas, nela fixando residência e tornando-as produtivas”³⁹

O sindicalista Divino Goulart, da delegação goiana, avalia assim o III Congresso:

“Em 79 tiramos uma decisão de que os trabalhadores deveriam agir mais nas ações coletivas. Não daria pra ficar mais na questão do individual, nessa questão da saúde. Deveria ter mais resistência nessa questão da luta pela terra e também na área dos assalariados. E daí começou-se a batalha. Em 79 há essa decisão no Congresso de que os trabalhadores deveriam agir mais coletivamente. Os assalariados mais coletivos, a luta pela terra mais coletiva. E isso pegou. Foi o congresso mais decisivo na luta dos trabalhadores do Brasil. Nessa tomada de atitude dos trabalhadores do Brasil, Goiás não ficou atrás”⁴⁰

O III Congresso apresentou, portanto, um deslocamento fundamental: ao invés de pedir ao Estado o cumprimento da lei, o que o congresso anterior fez em relação ao Estatuto da Terra, por exemplo, o movimento sindical se propunha a promover mobilizações e pressões no sentido de ver atendidas as suas demandas. Para Leonilde Medeiros as proposições aprovadas eram muito avançadas em relação ao grau de organização do movimento sindical da época. Posteriormente, isso viria a ser mais um dos pontos de fragilização do modelo contaguiano, pois se tratava de posições de uma vanguarda do movimento agrário (Apud: Heller da Silva, 1990: 156).

Entre 25 e 30 de maio de 1985, realizou-se em Brasília o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. O terceiro tema debatido, "Questões Agrárias", foi dividido em cinco sub-temas - "Reforma Agrária", "Colonização", "Ocupações de Terras", "Posse e Defesa da Posse" e "Projetos Oficiais" - que, juntos, somaram 156 proposições e recomendações dos delegados. Sete delas ainda estão ancoradas no Estatuto da Terra, logicamente por ser na

³⁹Anais do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, pág. 156-163.

⁴⁰Divino Goulart da Silva, em depoimento no dia 05 de maio de 1994.

ocasião a única base legal para a luta pela terra. Mas isso não acontecia pacificamente. Os congressistas ligados à CUT e MST (4.4) recusavam o Estatuto da Terra por entenderem que ele impedia uma reforma agrária promovida pelos próprios trabalhadores. Os delegados ligados à CONTAG o defendiam como instrumento capaz de possibilitar a desapropriação (Medeiros, 1989b: 169). O pano de fundo dessa disputa era a fundação das duas centrais sindicais - CUT e CGT - que progressivamente foram desenvolvendo duas formas distintas de sindicalismo. A CUT, definindo-se mais como praticante de um "novo sindicalismo" ou um "sindicalismo combativo", e a CGT muito mais impregnada de assistencialismo ou de um "sindicalismo de resultados", coincidindo essa tendência com a prática sindical da CONTAG. O IV Congresso não só expressa isso, como marca também o fim da unidade e da hegemonia da CONTAG (Almeida, 1993: 231-232).

Esse antagonismo aparece claramente nas proposições. A de Nº 6 pede a imediata aplicação do Estatuto da Terra; a de Nº 8 pede a revogação do artigo (da mesma lei) que proíbe a desapropriação das empresas rurais; e a de Nº 56 pede a elaboração de uma nova proposta de reforma agrária, "a partir dos pontos positivos do Estatuto da Terra".

Apesar disso o "caminho novo" foi mantido. O IV Congresso se reportou ao III e confirmou o fato consumado daquela conjuntura brasileira, que eram as ocupações de terras: inexploradas, públicas e as das falsas empresas rurais. Como a própria experiência já estava garantindo resultados em todo o país, a recomendação foi para que as ocupações fossem feitas de forma coletiva.

Por fim, essas mesmas conquistas acabaram carregando no seu conjunto um problema a que ainda vamos voltar (6.2). O trabalhador acampa, ocupa, apanha da polícia, é despejado e, depois que conquista seu lote, vende-o. Esse fato repercutiu no Congresso, que tentou garantir a sua proibição. O lote deve ser repassado a outro trabalhador, e esse deve apenas indenizar o dono anterior pelas benfeitorias⁴¹.

O V Congresso foi realizado em 1991, ultrapassando o recorte cronológico da presente pesquisa. Por isso não foi abordado aqui.

⁴¹Anais do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores rurais, págs 74-111.

3.4 Queixar-se do bispo

A experiência dos militantes católicos nos diversos organismos intermediários, ainda que para fazer frente ao crescimento do protestantismo e à penetração comunista nos meios populares (2.1), provocou mudanças significativas na instituição na década de 60. A CNBB retirou o apoio à JUC no momento de sua maior penetração no movimento estudantil, mas sabia que alguma coisa deveria ser mudada. Surgiu então a fase do planejamento pastoral (Plano de Emergência, Plano de Pastoral de Conjunto). A Igreja sabia-se ineficiente sem uma articulação nacional de suas forças pastorais. Além disso, o aplauso precipitado ao golpe militar começou a ser revisto, tão logo a repressão se fez sentir sobre os setores operário, de comunicação e, inclusive, sobre os seus próprios quadros. Como o movimento popular não tinha possibilidade de manifestação nos seus espaços específicos, a sociedade foi requerendo da Igreja um compromisso político que a alterava enquanto instituição religiosa e até lhe dividia internamente. Desse modo já se podia falar nos anos 70 de uma Igreja Popular, entendendo-se por isso, grupos e práticas católicas que passaram a empenhar a vida e a fé em ações práticas e conjuntas de libertação (Pessoa, 1990: 116-121).

Para José de Souza Martins, o próprio golpe militar teve como base a questão agrária. Fora dado com o apoio das oligarquias para evitar que os trabalhadores rurais, organizados pelo PC e pelas Ligas Camponesas, fizessem a revolução. O geógrafo pernambucano Manoel Correia de Andrade diz também que o golpe fora provocado pela pressão das classes dominantes, amedrontadas pelo que entendiam ser o perigo de os movimentos camponeses estabelecerem uma "república sindicalista" sob a orientação de João Goulart (Andrade, 1995: 10). Também o apoio dos bispos ao golpe, diz ainda Martins, explica-se pela questão agrária. Havia uma convergência entre bispos e militares no sentido de que a reforma agrária deveria ser feita pelo Estado autoritário e centralizado, para evitar a convulsão social. Os bispos ainda se opunham ao pagamento "prévio e justo" e "em dinheiro", para desapropriação de terras, exigido pela Constituição de 1946. Como os militares tinham interesse no apoio da Igreja, trataram de remover essas condições, através da Emenda Constitucional Nº 10 (10/11/64) e do AI-9, em 1969.

Na medida em que se foi tomando canal de expressão das necessidades sociais, a Igreja, naturalmente, foi-se colocando do lado oposto aos militares, especialmente porque a

política agrária destes se voltou para o grande capital. Mas, colocando-se como aliada dos trabalhadores, a Igreja Católica dos anos 70 abandonou a sua fixação anticomunista e a preocupação com o controle das organizações dos trabalhadores rurais. Anunciou-se como suplência, propôs-se como serviço, como instrumento pastoral (Martins, 1989).

Os bispos do Regional Centro-Oeste da CNBB, mais precisamente o da Arquidiocese de Goiânia e os das dioceses de Anápolis, Goiás, São Félix, Marabá e Porto Nacional, deram naquele momento uma contribuição decisiva para o processo de "reorientação institucional"⁴² da Igreja no Brasil. No dia 06 de maio de 1973 (10^o Aniversário da Encíclica *Pacem in Terris* e 25^o da Declaração Universal dos Direitos Humanos), publicaram o documento "Marginalização de um Povo: Grito das Igrejas". É da mesma data o documento "Ouvi os Clamores do Meu Povo", dos bispos e superiores religiosos do Nordeste. Sobre esses dois documentos exclamou o brasilianista Scott Mainwaring:

"Na época, esses dois manifestos eram provavelmente as declarações mais progressistas já emitidas por um grupo de bispos em qualquer parte do mundo"⁴³.

A novidade e a importância do documento do Centro-Oeste estão, principalmente, em três fatores: linguagem popular e não episcopal; utilização de dados sócio-econômicos; e denúncia do sistema capitalista como fonte de todos os males que assolam a vida do povo. Procuro explicar, em seguida, como aparecem esses três aspectos, evidentemente, pela forte presença da Igreja Católica na questão das ocupações de terras do Estado de Goiás, particularmente no bispado de Dom Tomás Balduino. Isso aparecerá ainda em quase todos os capítulos subseqüentes.

⁴²A expressão, bastante apropriada, é de Luiz Gonzaga de Souza Lima, para dizer das modificações ocorridas na Igreja, enquanto instituição, e da sua mudança de posição na estrutura social brasileira. Para Souza Lima, até 1964, a Igreja era integrada ao "modelo de dominação política das classes dominantes". Depois ela foi, dinâmica e gradativamente, sendo transformada internamente. Essa transformação não se deveu a alguma inteligência iluminada e estrategista. Diz Souza Lima: "O que parece ter ocorrido é a hegemonia, dentro da instituição, dos setores da Igreja mais ligados às diversas pastorais populares, que foram transformados cultural, ideológica e politicamente no processo. Ver: Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: Hipóteses para uma interpretação. Petrópolis, Vozes, 1979: 64-70. O documento "Marginalização de Um Povo: Grito das Igrejas", dos bispos do Regional Centro-Oeste da CNBB, que será comentado em seguida, é citado e transcrito no livro de Souza Lima, como um dos componentes fundamentais dessa "reorientação institucional" (Idem, 200-239).

⁴³Scott Mainwaring, Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985. São Paulo, Brasiliense, 1989: 114. Outro brasilianista, Thomas Bruneau, diz entretanto que, devido à forte censura da época, as duas declarações episcopais regionais tiveram pouco impacto. Não só os órgãos de imprensa de modo geral eram censurados, como também a imprensa da própria Igreja, como era o caso do jornal O São Paulo, da Arquidiocese de São Paulo. Thomas C. Bruneau, Religião e Politização no Brasil: A Igreja e o regime autoritário. São Paulo, Loyola, 1979: 92-93.

O texto faz um importante exercício de facilitação da sua compreensão, como que dirigindo-se essencialmente às comunidades de fiéis, na maioria, de pouca ou nenhuma instrução escolar. Emprega os diálogos com personagens do cotidiano concreto do povo, como "seu Zé" e "Da. Maria", que viriam a ser depois a tônica das cartilhas políticas de inúmeras dioceses brasileiras. Emprega também muitas metáforas, que, também, viriam a ser uma constante em textos de conscientização popular (Pessoa, 1990: 136-142). Uma delas, que perpassa todo o texto é a metáfora da árvore, como se pode ver na sua introdução:

"Mas a vida é que nem uma árvore de fruta: quando os frutos não madurecem direito ou quando estragam muito, a gente precisa ver como anda o pé, como andam suas raízes, como está o chão em que está plantada"⁴⁴.

Os dados sócio-econômicos são apresentados ao longo do texto e também em tabelas no final, mostrando, especialmente, as difíceis condições dos trabalhadores em termos de emprego, salário, alimentação, higiene, saúde, habitação e instrução. A principal fonte desses dados é uma pesquisa realizada pela Diocese de Goiás Velha⁴⁵, em 1971 (Idem 125-126), em cujo território está a maior concentração de assentamentos rurais goianos.

Mas a causa dessa queda da qualidade de vida dos trabalhadores é o modelo econômico. O povo não tem onde morar e trabalhar por causa do latifúndio. E o latifúndio é construído pelos meeiros e arrendatários que, em seguida, são empurrados para uma nova fronteira agrícola - "o Norte"⁴⁶. A política agrícola do governo, continua o documento, só favorecia os que já tinham muita terra. As "Empresas Rurais" são apenas um outro nome do latifúndio⁴⁷. O texto denuncia também a manipulação dos sindicatos através do assistencialismo.

"Os sindicatos entram no próprio esquema do Governo: organismo de classe para silenciar aquilo mesmo que a faz classe, suas necessidades básicas. O sindicato cuida de remediar os frutos estragados, não pode mexer na árvore estragada que os produz"⁴⁸.

⁴⁴"Marginalização de Um Povo: Grito das Igrejas", pág. 3.

⁴⁵Cidade fundada por Bartolomeu Bueno da Silva Filho, em 1727, com o nome de Santana. Em 1739 passou a ser chamada Vila Boa de Goiás e em 1818, Goiás. Com a mudança da capital para Goiânia, em 1937, a velha capital ganhou o nome de Cidade de Goiás (Ortêncio, 1983: Verbete Goiás). Entretanto, na linguagem popular, o nome mais costumeiro é "Goiás Velho", termo que não adoto aqui por se tratar da cidade e não do Estado. Se se toma, por exemplo, a forma extensa da adjetivação, tem-se que a cidade de Goiás é velha. O mesmo se pode dizer sobre a cidade mineira de Minas Nova: a cidade de Minas é nova.

⁴⁶Idem, 14-15.

⁴⁷Idem, 24-25.

⁴⁸Idem, 28-29.

A "raiz" de todos esses males, para o documento, é o sistema capitalista, uma "árvore estragada" que precisa ser arrancada para dar melhores frutos⁴⁹. Mas isso não é tarefa de bispos e fiéis, unicamente. Apesar de uma utopia ampla ao final do texto - "queremos um mundo em que haja um povo só, sem a divisão entre ricos e pobres"- o chamamento dos bispos é essencialmente pastoral. Ou seja: o engajamento fundamental da Igreja deve ser no sentido de ajudar a todas as pessoas a descobrirem essa situação de marginalização. Observemos isso na expressividade do texto, que retoma a metáfora da árvore.

"Sabemos que se ficarmos só na ramagem, nunca conheceremos direito a árvore. Mas como ninguém deve ser avaro do que descobre, achamos que também é nossa tarefa tudo fazer para que todos os trabalhadores (e todos os que não têm trabalho) abram os olhos, descubram isso que os marginaliza. Isto é educar e se educar: criar condições para que nosso povo possa tomar atitude em favor da libertação que é uma exigência do Evangelho⁵⁰.

Dois dos principais articuladores de "Marginalização de Um Povo" e que, no Estado de Goiás, expressam essa nova forma de inserção social da Igreja, são os bispos de Goiás e de São Félix. Eles constituíram em torno de si toda uma dinâmica pastoral de grupos e práticas de conscientização e libertação das camadas excluídas e oprimidas. Os dois, como bispos recém-nomeados, assumiram circunscrições eclesiais essencialmente rurais, num momento em que extremavam os conflitos no campo. Dom Pedro Casaldáliga em São Félix do Araguaia, desde outubro de 1971, e Dom Tomás Balduino em Goiás Velha, desde dezembro de 1967. Já na sua "carta pastoral" de posse no bispado, Pedro Casaldáliga dizia que sua igreja "em conflito com o latifúndio" deveria ser uma "igreja de posseiros, peões, índios" (Poletto, 1985: 31; Lisita, 1992: 291-292). Tomás Balduino, mesmo sem um discurso impactante inicial, garantiu, desde o início, plena participação aos leigos em assembleias de planejamento da pastoral, o que provocou um processo rápido de escolhas políticas da "Igreja do Evangelho", particularmente em favor dos trabalhadores rurais. Nas assembleias de 1971 e de 1972, após uma pesquisa da própria Diocese, concluiu-se que no campo estava o maior contingente populacional e também a mais grave situação de expropriação. Como forma de enfrentamento imediato dessa situação, definiu-se pela atuação direta da Igreja na criação de STRs ou por sua tomada, onde já tivessem sido criados (Pessoa, 1990: 122-136).

⁴⁹Idem, 3.

⁵⁰Idem, 41.

Foi, portanto, nesse contexto de transformações sociais e, por isso mesmo, de transformações no interior do catolicismo que foi criada, em 22 de junho de 1975, a Comissão Pastoral da Terra. Há ainda três fatores que contribuíram decisivamente para a criação da CPT. Um, um pouco mais remoto, que é a acumulação de experiências sociais e políticas por parte de organismos no interior do catolicismo. Dentre esses organismos estão, principalmente, o MEB, a JAC e a ACR. Outro fator, um pouco mais imediato, foi a inspiração oferecida pelo CIMI, que já conduzia seu trabalho de evangelização embasado na defesa da terra e da autodeterminação dos povos indígenas. Diz Cláudio Perani que a CPT surgiu buscando aplicar essa mesma orientação no serviço aos trabalhadores rurais (Perani, 1985: 69). O terceiro foi o apoio irrestrito de Dom Fernando Gomes dos Santos, que, embora sendo o Arcebispo da capital (de 1957 a 1985. Lisita, 1992: 336) - sem a questão da terra como questão essencial de sua Igreja Particular - sediou o encontro de criação e respaldou a linha que seria seguida pela CPT (Poletto, 1985: 38). Assim, para Perani, ao lado de um questionamento da estrutura piramidal de poder dentro da Igreja, que considero menos verossímil (Pessoa, 1990: 149-154), a CPT imprimiu uma importante renovação eclesial à Igreja Católica no Brasil. Ele diz isso, sobretudo pelo redimensionamento da idéia de missão. A Igreja Católica é herdeira de uma longa história de ação evangelizadora no mundo rural, das desobrigas às missões populares. Mas o conteúdo dessa evangelização era ainda muito vago, com a pregação de um amor ao próximo, desligado da vida, palavra que prepara o sacramento. Com a criação da CPT, a Igreja traz para o centro da missão o problema da terra e os conflitos vividos pelos trabalhadores rurais (Perani, 1985: 71-72).

Leonilde Medeiros vê na atuação da Igreja Progressista, e mais especificamente na CPT, não tanto um impulso propriamente de mudanças religiosas, mas uma situação de carência de mobilização do trabalhador rural. Em algumas regiões brasileiras, os sindicatos já conseguiam encaminhar questões na justiça. Em outras, os sindicatos sequer existiam ou, quando existiam, não conseguiam enfrentar os conflitos. Por isso, para Leonilde, a CPT se constituiu numa

“Visão alternativa de prática sindical, que passava pela crítica ao encaminhamento administrativo dos conflitos, realizado ao nível do movimento sindical e pelo estímulo às ações de resistência na terra”⁵¹

⁵¹Leonilde Sérvolo de Medeiros, História da CONTAG. Mimeo (infelizmente o texto não contém dados mais precisos).

O estudo de Gutemberg Guerra, sobre posseiros e identidade no Sudeste do Pará, é um bom exemplo do que diz Leonilde Medeiros. Estudando discursos e práticas sindicais nos municípios de Itupiranga, Jacundá, Marabá e São João do Araguaia, Gutemberg constata que o que predominou na região foi o surgimento de "sindicatos colaboradores do Estado". Em seguida, a CPT desenvolveu um "trabalho paralelo" de formação sindical que possibilitou a "tomada desses sindicatos" (Guerra, 1991: 105-106). Em Poção de Pedras, Maranhão, Leonarda Musumeci diz praticamente a mesma coisa, a partir de pesquisa de campo realizada na passagem dos anos 70 para os anos 80, mesmo falando do trabalho pastoral da Igreja de maneira geral ou das CEBs e não especificamente de CPT.

"O sindicato rural de Poção de Pedras, que boa parte dos camponeses considerava "fraco"(isto é, omissos e subservientes aos políticos), começou a se movimentar um pouco mais no período final da nossa pesquisa, pelo fato de os cargos de diretoria terem sido ganhos recentemente (em eleição assaz controversa) por pessoas ligadas ao trabalho pastoral da Igreja Católica de Poção. Nem todos os camponeses esperavam que mudasse para melhor; de qualquer modo, tanto para os partidários, quanto para os oponentes da nova diretoria, o sindicato passou a ser identificado estreitamente com a Igreja, e "o padre" (termo que podia incluir também os agentes pastorais leigos) passou então a resumir a principal instância mediadora de uma possível reforma agrária" (Musumeci, 1988: 141).

É, por fim, imprescindível fazer uma consideração sobre o significado político e cultural dessa mudança de orientação religiosa conduzida pela Igreja Católica no Brasil. Tal consideração poderia ser conduzida em várias direções, como: a relação Igreja-Estado; as conseqüências estético/rituais; as motivações teológico/eclesiológicas; as conseqüências de ordem interna, particularmente em relação aos grupos e práticas pré-existentes; e as implicações da mudança para os setores dominantes. Mesmo entendendo que essas várias possibilidades não são exatamente excludentes, mas imbricadamente complementares, devo abordar aqui apenas o último aspecto. Os demais são mais pertinentes a um estudo especificamente destinado a uma compreensão da inserção social da Igreja Católica, que já mereceu atenção de inúmeros estudos acadêmicos, incluindo-se aí minha própria pesquisa para o mestrado. As estratégias de adesão e rejeição dos agentes e fiéis católicos em relação à nova prática religiosa também já mereceram aí um tratamento privilegiado. "Falar de terra na igreja", entendendo-se por isso a reiterada defesa da reforma agrária durante as missas, era exatamente a crítica mais universalizada, feita não só por adversários rurais e urbanos da "Igreja de Dom Tomás", mas também por integrantes convictos dos "Grupos de Evangelho" (Pessoa, 1990).

Já a significação das novas práticas católicas para os proprietários rurais é uma questão mais latente e intrínseca ao fato social aqui estudado, sobretudo por ter-se tornado a Igreja o principal suporte institucional dos lavradores sem-terra na sua nova etapa histórica, constituída de acampamentos, ocupações e assentamentos. E o que se tenta aqui é mostrar, sobretudo, que essa relação, indiscutivelmente tensa e marcada por ações de violência, significa, em primeiro lugar, uma ruptura com uma tradição de séculos no Estado: a utilização da Igreja, assim como de outras instâncias da organização jurídico/política, como instrumento de controle social, em vista do controle das "vantagens econômicas" (Lisita, 1992: 151), mesmo se, para manterem esse controle, os proprietários rurais precisassem chamar para si alguns encargos como a construção de igrejas e o financiamento das obras sociais religiosas (Idem, 347). De acordo com uma certa "memória social", o auge desse eficiente sistema de trocas terá sido o período do poder absoluto dos coronéis do sertão. Bernardo Élis o registra bem, no conto "André Louco":

"O coronel era quem receitava remédios, mandava no delegado, mandava no juiz, no Promotor, na igreja" (Élis, 1978: 8-9).

Mas, se tudo isso era garantido antes pela legitimação da grande propriedade da terra pela Igreja ("lei divina"), a partir de então o que passou a ser assegurado como sagrado por alguns bispos, padres, religiosos e agentes leigos da pastoral católica foi exatamente a luta de trabalhadores rurais pela conquista da "terra de trabalho". Essa significativa mudança no "campo político" (na perspectiva de Bourdieu) evidentemente seria duramente repudiada pelos proprietários rurais. Para isso, adotaram várias estratégias. Primeiro houve um falso lamento, evocando o tempo em que havia uma convivência harmoniosa e solidária entre fazendeiros e agregados das fazendas. Depois veio a tentativa de desqualificação do clero católico - os "falsos padres" ou os "padres vermelhos" (Lisita, 1992: 349-357). Não satisfeitos com os resultados, muitos fazendeiros passaram à exclusão física, com queimas de ranchos e roças, despejos ilegais, intimidações e mortes encomendadas. O que não adiantava mais nada aos fazendeiros era a aplicação da velha expressão popular "vá queixar-se ao bispo", para indicar a indiferença de alguém em relação às reclamações de outrem.

3.5 Raposa no galinheiro

Na Ata de Fundação da FETAEG, lê-se que a assembléia de fundação foi realizada no dia 20/10/70 e contou com a presença do presidente da CONTAG, José Francisco da Silva. Antônio Ferreira Bueno foi eleito o primeiro presidente. Seis sindicatos foram representados com membros votantes: Caturai, Goianópolis, Nova Veneza, Catalão, Pirenópolis e Anápolis.

Fica claro, portanto, que esses eram os seis STRs goianos da década de 60, após o golpe militar. Mas além dessa constatação há revelações de bastidores. Segundo Nelson Teles, então diretor da FETAEG, o Bueno era um funcionário da CONTAG que veio trabalhar na delegacia de Goiás, como educador sindical. Depois passou a planejar a criação da federação. Para isso necessitava da adesão de cinco sindicatos reconhecidos. E já os havia (Caturai, Goianópolis, Nova Veneza, Pirenópolis e Anápolis). Mas, como candidato a primeiro presidente, Bueno precisava preencher um requisito básico: ser filiado a um dos sindicatos fundadores. Pleiteou então sua filiação junto ao Sindicato de Anápolis e não a obteve, por não ser trabalhador rural. Com isso, o processo foi retardado e ele teve que fundar mais um, o de Catalão, e lá se filiou. Para a assembléia de fundação, ele não convocou Anápolis. Mas seu dirigente Milton Rezende diz que compareceu mesmo assim e fez um protesto, que sequer foi registrado em ata.

Logo nos primeiros anos de existência da FETAEG, os dirigentes dos Sindicatos de Anápolis, Bela Vista e Nova Veneza começaram a questionar a prática da entidade. Com o esquema de articulação da federação com os órgãos do Ministério do Trabalho e do governo estadual, esses militantes não visualizavam perspectivas de alteração da diretoria. A saída foi promover discussões, inicialmente em um grupo pequeno, que depois se transformou em uma Comissão Estadual e posteriormente adquiriu a legitimidade de Oposição Sindical. Isso se dava por volta de 1975/76. Nelson Teles, um dos criadores da Oposição, explica que esse trabalho tinha inevitavelmente um quê de clandestinidade.

"Os dirigentes sindicais que era coordenado pela federação e que era manobrado pelo Bueno, eles tinha nós como comunista. A Igreja como comunista. O Bueno falava abertamente isso nas reuniões. Que nós éramos comunistas, que era um perigo. Quando nós escrevia alguma coisa era difícil até de carregar aquilo, muitas vezes nós queimava. Tinha que gravar na cabeça. Quando nós saía no centro de

Goiânia, nós não conhecia ninguém: eu não conhecia o Milton nem ele me conhecia. Tinha uma perseguição de cima para baixo, do Ministério, do governo e tudo e a federação apoiando"⁵².

E quando perguntei ao Milton Carmo o que os levou a formar a Oposição Sindical, ele respondeu:

"Posso resumir isso: nós constatamos claramente que o presidente da federação não era integrante da categoria. Pior ainda: era de uma categoria oposta. Ele era grande fazendeiro. Proprietário de três propriedades no município de Edéia. Nós chegamos a tirar certidão disso em cartório e provar. Então eu acho que só isso aí já fala tudo. Se o cara não é da categoria e é de uma categoria até oposta, então ele tá agindo de má fé. Na prática a federação desenvolvia um assistencialismo, ela não encaminhava a luta concreta pela terra, a questão da reforma agrária, a questão do assalariado. Aí nós sentimos que precisava mudar. Tinha que por alguém da categoria"⁵³.

Cruzando essa história com a história sindical da área da presente pesquisa, tem-se um dado relevante. A terceira assembleia diocesana da Diocese de Goiás, já sob o bispado de Dom Tomás, realizada em 1970, recomenda a realização de uma pesquisa para conhecimento da realidade (3.4). Os dados da pesquisa, apresentados na quarta assembleia, em 1971, revelaram uma realidade rural de expropriação da terra. Isso provocou uma decisão da assembleia, de a Diocese atuar na criação de sindicatos (Pessoa, 1990: 125).

De fato, os STRs dos municípios da Diocese foram criados a partir desta data, na seguinte ordem: Em 1971, Itaberaí; em 1973, Britânia, Heitorá, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Jussara, Sanclerlândia e Taquaral; em 1975, Carmo do Rio Verde; em 1977, Ceres, Fazenda Nova e Uruana; em 1980, Goiás; e em 1981, Novo Brasil⁵⁴.

Mas, segundo Milton Carmo e Nelson Teles, o Bueno sabia da decisão da Diocese. Por isso, correu a vários dos seus municípios e começou a criar sindicatos, em muitos casos até com apoio dos fazendeiros, antecipando-se à Diocese. Quando a Oposição Sindical e a Diocese perceberam, já havia vários sindicatos criados (a exemplo de Britânia, Sanclerlândia, Itapuranga e Ceres). A ação da Diocese passou então a ser a tomada de sindicatos (como aconteceu em Itapuranga, Ceres, e Carmo do Rio Verde) e não a criação⁵⁵. Já os de Uruana e

⁵²Nelson de Assis Teles, em depoimento na sede do STR de Anápolis, em 23/05/94.

⁵³Milton Carmo Rezende, em depoimento conjunto com Nelson de Assis Teles, na sede do STR de Anápolis, no dia 23/05/94

⁵⁴Segundo dados da pasta "Cartas Sindicais", dos arquivos da FETAEG.

⁵⁵Milton Carmo Rezende e Nelson de Assis Teles, em depoimento já citado.

Goiás foram fundados pela própria Diocese e Oposição.

No final da década de 70, Bueno, percebendo-se inviabilizado, renunciou.

A década de 80 foi a década do embate ideológico dentro do próprio movimento sindical. Com a criação das centrais sindicais em 1982, a FETAEG passou a ser disputada pela CUT/PT e pelo PC do B. Este último, que a controlava durante toda aquela década, abrigava-se na legenda reinante em nível estadual, desde a volta das eleições diretas para governador - em 1982 - atendendo pelo pseudônimo de "Bloco Popular do PMDB", para o qual se empenhava em carrear votos e apoio dos trabalhadores rurais⁵⁶. O grupo que encerrou o mandato no final de 1994 já surgiu de uma composição entre as duas "tendências". A partir de 1992, essa fusão já se tornou natural, com a migração do PC do B, da CGT para a CUT, autodenominando-se Corrente Sindical Classista.

⁵⁶A FETAEG puxa apoio dos trabalhadores rurais à candidatura Santillo (PMDB). Correio Brasiliense, 14/10/86.

4. DO ARRENDO À PROPRIEDADE

“Calou-se uma voz mas o seu grito pela reforma agrária e pela justiça ecoou mais do que o mugido de mil bois, do outro lado”.

(Do jornalista Wanderley Carlos de Faria, O Popular, 01/01/86, sobre Nativo da Natividade, do STR de Carmo do Rio Verde, assassinado em 23/10/85)

Retomando itens anteriores, vê-se que, de 1946 a 1964, nas lutas camponesas goianas mais expressivas, especialmente com a condução do Partido Comunista, a base das mobilizações e das reivindicações era sempre a luta pela baixa do arrendo (Campos, 1985: 126-127). Pelo menos aos olhos de hoje, cabe observar que isso foi uma prática conservadora. Baixa-se o arrendo, mas a agricultura continua sendo patronal.

No apagar das luzes, já havia sinais de descontentamento, dentro dos próprios quadros do PC, com esse encaminhamento de uma reforma agrária nos contornos da lei. O Congresso Camponês-Operário-Estudantil de 1963 e o Encontro de Sindicatos de Camponeses já refletiam essa inquietação. E o principal líder camponês da época, José Porfírio de Sousa, pouco mais de um mês antes do golpe, concedeu entrevista a um jornal de Goiânia defendendo a invasão de toda e qualquer terra não aproveitada economicamente. Maria Teresa Guimarães interpreta essa atitude como um descontentamento e possivelmente até uma ruptura de Porfírio com o partido (Guimarães, 1988: 147-149).

Vinte anos mais tarde, o trabalhador rural pôde retomar sua luta no ponto em que havia parado com o golpe: a ocupação de fazendas. Antônio Baiano, líder da primeira dessas ocupações, a Fazenda São João do Bugre ou Fazenda Estiva, diz que o lavrador perdeu a terra onde trabalhava e teve que tomar uma “atitude”.

4.1 Posse e resistência

Como já assinalai (1.2), a Lei de Terras não teve nenhum efeito palpável no Estado de Goiás. Ou seja, das Capitânicas em 1532 até os anos 50 do presente século, as ocupações livres, não necessariamente legitimadas posteriormente do ponto de vista judicial, foram a forma mais usual de apropriação da terra em todo o país e Goiás não se constituiu em exceção. Leonarda Musumeci, chamando-a de "ocupação primária", lembra muito bem que isso foi uma prática não só de pequenos produtores, mas, principalmente, de latifundiários (Musumeci, 1988: 43).

Como a década de 70 foi marcada por uma massiva intervenção do Estado na agricultura, através de programas de crédito, instituindo a empresarialização e possibilitando nova expansão do latifúndio e privatização das terras devolutas, o preço de tudo isso foi a generalização da grilagem. E os atingidos, evidentemente, foram os pequenos produtores que, nesse processo de "ocupação primária", tornaram-se posseiros.

A década de 80 já começou com uma decidida luta por resistir nas posses já constituídas em direito. Algumas dessas resistências se deram em termos de posses individuais. Benedita Rodrigues, da Fazenda Lages, município de Campinorte, requerida por Deodato Rocha Lemos, veio solitariamente a Goiânia tentando encontrar suporte para fazer valer o direito de permanecer numa área de 29 ha onde dizia residir há mais de 29 anos⁵⁷. Otávio de Souza Santos disse que morava na Fazenda Santa Rita, município de Niquelândia havia vários anos, cultivando arroz, milho e feijão, mas que agora vinha sofrendo agressões do fazendeiro. Até a mobília de sua casa já teria sido retirada pelo fazendeiro⁵⁸. Fato igual acontecia na Fazenda Raizama (município de Niquelândia), na Fazenda Cachoeira (município de Crixás) e na Fazenda Águas de São João (município de Goiás). Certamente, esse mesmo caso se dava com centenas de outras pessoas que sequer tiveram forças para se fazerem contar pela história.

Os casos mais expressivos de resistência, e que serviram para municiar os trabalhadores rurais e as entidades, quer pela repercussão, quer pela capacidade de confronto

⁵⁷Diário da Manhã, Goiânia, 05/05/82, 15.

⁵⁸Idem, 07/12/83.

com os fazendeiros e com o governo, foram as posses coletivas. Elas aconteceram às centenas, especialmente no norte do Estado, hoje Tocantins, por ter sido área de maior incidência de grilagem. Eis alguns exemplos: Fazenda Dois Riachos (município de Arapoema), Fazenda Barra Funda (Planaltina), Fazenda Lages (Luziânia), Fazenda Pouso Alto (Campos Belos), Fazenda Esmeril (Corumbá), Fazenda São João (Montes Claros de Goiás), Fazenda Salobro (Nova Roma) Fazenda Grotta Funda (Araguacema), Fazenda São Mamede ou Santo André (Cavalcante), Fazenda Cabeceira do Rio Vermelho (Niquelândia), Fazenda Prisca (Itapaci), Fazenda Santo André (Mundo Novo), Fazenda São Bento (Goianésia), Fazenda Três Ilhas (Jussara), Fazenda Genipapo (Nova Roma), Fazenda Capão do Boi (Filadélfia), Fazenda Serra Dourada (Corumbá), Fazenda Buriti Queimado (Goiás), Fazenda Penha (Peixe), Fazenda União (Niquelândia), Fazenda Brooklim (Filadélfia), Fazenda Caiçara (Cavalcante), Centro dos Canários (Axixá) e Fazenda Cajueiro (Tocantinópolis).

Na região do município de Goiás, a Fazenda Mamoneira, município de Fazenda Nova, foi uma resistência de projeção que se arrastou por toda a primeira metade da década de 80. Cerca de 40 posseiros, alguns residindo lá desde a década de 40, conquistaram a terra, apesar da grilagem (pela força depois na justiça), de Wellington Seabra Guimarães, Eduardo Bastos da Cunha e Albatênio Caiado de Godoy. O decreto de desapropriação saiu em 30/01/87, sob o Nº 93.986⁵⁹.

Mas o que se poderia chamar de “início do aprendizado” foi a Fazenda Maria Alves (Córrego da Onça), município de Itapuranga. É que as ocupações da Fazenda Estiva/São João do Bugre e Fazenda Mosquito, que aconteceram logo em seguida, foram puxadas pelos trabalhadores rurais de Itapuranga, mobilizados pelo STR, pela Igreja local e pela CPT.

Desde o início da década de 50, duas dezenas de famílias habitavam e cultivavam a Fazenda Maria Alves, de cerca de 167 alqueires. A partir de 1970, Aureliano José Caiado (o “Fiote”), requerente da terra, começou a fazer ameaças e a reivindicá-la na justiça. Os posseiros então constituíram como advogado Warner Carlos Prestes. Este foi acusado pelos posseiros e pelo sindicato de, em vez de ter pedido o Usucapião, ter pedido só a indenização na justiça, sem ter revelado aos interessados. Em 1975, saiu a sentença. Os posseiros não foram instruídos a recorrer, e em 1980 Aureliano requereu a execução da sentença.

⁵⁹Idem, 26/10/80, 11.

Percebendo que não havia nada a ser feito no âmbito do judiciário, o STR passou a reivindicar junto ao Executivo a desapropriação da área, com base no Decreto Lei 554, de 25/04/69, o que acabou acontecendo. Participaram da resistência a CONTAG, FETAEG, CPT-Regional, STR local, Igreja e Partido dos Trabalhadores, através do Deputado Estadual Línio de Paiva⁶⁰.

4.2 Estiva e Serra Branca

Na folhinha de parede de 1994, confeccionada pela CPT - Centro Sul de Goiás, CPT-Nacional, FETAEG, IBRACE e IFAS e amplamente utilizada pelas famílias camponesas, aparece nas datas destacadas: 12 de agosto - “A conquista do MST em Goiás (Fazenda Mosquito)”⁶¹. É preciso que se considerem dois complicadores na análise dessa folhinha. Primeiro, o termo conquista: considera-se conquista a desapropriação, a imissão na posse, ou as fases anteriores de ocupação, despejo, etc.? Segundo, aparece a sigla MST, que, conforme se verá adiante (4.4), foi criado em Goiás em janeiro de 1986. Seis meses depois se consolidaria a conquista da Fazenda Mosquito. Vincular essa conquista à implantação do movimento no Estado era uma forma de justificar/marcar a sua criação, facilitando a sua atuação junto a outros grupos emergentes. Tratava-se, portanto, de uma comemoração dos feitos do movimento/entidade e não das conquistas dos trabalhadores rurais. Até porque, na linha do primeiro complicador, a ocupação da Fazenda Mosquito antecedeu a criação do MST em exatos sete meses.

Apenas uma razão me levaria a concordar com essa primazia histórica do Assentamento Mosquito. É que, não bastasse o fato de ser o grupo que provocou maior repercussão, foi o primeiro a ter uma efetiva consolidação, leia-se aí, um comprometimento do Estado em termos de recursos para uma real implantação de um assentamento. Foi o primeiro a obter o crédito-habitação, recursos do FCO para formação de lavoura e pastagens, recursos do PROCERA, etc. Isso não aconteceu com Estiva, Maria Alves e Serra Branca, por

⁶⁰Idem, 30/08/80; 04/09/80; 05/10/80; 24/10/80.

⁶¹Detalhes da folhinha: uma foto estilizada de um adolescente negro e a frase do cantor e compositor Gonzaguinha: “...a vida devia ser bem melhor e será”. O mesmo destaque quanto ao 12 de agosto, de forma literal e sustentado pelas mesmas entidades, é feito na folhinha de 1995. Na de 1996 mudaram-se as entidades

exemplo. Até então os trabalhadores não haviam conquistado esses recursos para os assentamentos.

Resumindo, para as entidades a história começa com a Fazenda Mosquito, cuja ocupação ocorreu no dia 03 de maio de 1985. Mas, antes disso, houve duas ocupações muito importantes na região: a Fazenda Estiva ou São João do Bugre, município de Goiás, e a Fazenda Serra Branca, conjugada com a Fazenda Boa Vista, município de Itapirapuã. Também, vincular a emergência das ocupações de terras à atuação de uma entidade ou instituição, como fez a dissertação de Enyr de Freitas, colocando o início da “trajetória” da Fazenda Mosquito na atuação da Diocese de Goiás (Freitas, 1994: 107-108), significa um razoável esquecimento de uma certa “gravidez histórica” do movimento social rural. Ou seja: o “combustível” fundamental desse fato social não é a atuação de um grupo de pessoas ou de uma ou mais entidades, mas a insatisfação dos trabalhadores rurais, acumulada em mais de um século, face à latifundização do Estado de Goiás. Em seguida, temos, aí sim, que falar da significativa mediação de entidades sindicais, religiosas, partidárias, etc. Mas, nesse caso, não somente a Diocese de Goiás com o seu “Projeto político-religioso-conscientizador” pós-1968 (Pessoa, 1990). É preciso que se fale também da Arquidiocese de Goiânia, do Partido Comunista, das Ligas Camponesas, do MEB, etc., como tentei fazer nas páginas anteriores.

A Fazenda Estiva não costuma ser citada como a primeira ocupação, porque muitos a consideram não como tal, mas uma posse. Assim se expressaram o STR de Goiás, CDDH, CPT, Associação dos Artesãos de Goiás, Associação dos Moradores da Vila Boa e CUT, na época do conflito, em uma carta aberta à população da cidade de Goiás - uma posse de seis famílias há mais de 30 anos (40 anos, segundo Freitas, 1994: 113). Mas segundo a história contada pelos parceiros, não há como caracterizá-la exatamente como posse. O Sr. Antônio Alves de Sousa - o Antônio Baiano - chegou à terra em 1979, numa parte da área chamada Fazenda Estiva. Lá já morava o Sr. Antônio Vitorino. Na outra parte, chamada Fazenda São João do Bugre, moravam outras cinco famílias, trabalhando mais na condição de agregados, por estarem inclusive mais próximas da sede. Segundo Antônio Baiano, o requerente, Alceu de Barros havia lhe confidenciado que estava tentando documentar a terra e que, quando a documentação saísse, ele, Antônio Baiano, poderia permanecer onde estava. Em março de 1981, Helion Barros de Oliveira, conhecido como “Chané”, começou a fazer pressão para que

subscritores: CPT COIÁS, IFAS, IBRACE e MNLM. O 12 de agosto também foi retirado dos destaques. Há uma tentativa de compreensão dessas mudanças no final do capítulo 5.

todos saíssem da terra porque ele a havia comprado de seu pai, Alceu de Barros. A primeira vez, conta Antônio Baiano, o próprio "Chané" lhe procurou, acompanhado de nove pessoas, fortemente armadas, exigindo sua saída. Em maio os jagunços abriram uma picada e começaram a fazer uma cerca que passava ao lado do seu rancho. Depois disso, vieram várias queimas de rancho, cortes de plantação, tiros a esmo nas imediações do rancho e dois despejos. No primeiro, a ordem judicial data de 28/06/84.

Com as pressões, as cinco famílias saíram e, segundo Antônio Baiano, o Antônio Vitorino foi cooptado pelo Chané (se ele não entrasse em demanda, o Chané o deixaria permanecer na área). De modo que a grilagem passou a se referir especificamente a Antônio Baiano. E se ele estava na terra havia dois anos, ainda não tinha direito real de posse. Juridicamente, os dois anos de moradia poderiam lhe dar, no máximo, o direito a uma saída negociada em termos de prazo e a uma indenização pelas benfeitorias e plantações. Ou seja, ele teria direito de receber pelo trabalho feito na fazenda, mas ainda não era tempo suficiente para Usucapião.

Na narrativa de Manoel Santana da Mata, um parceleiro que nasceu e morava nas imediações, nessa época, o Antônio Baiano o procurou e também a outros vizinhos, contando que o requerente não tinha a documentação da terra, convidando-lhes a irem para lá, para juntos resistirem na terra e assegurarem-na. Conseguiu a adesão dele e de outros dois ou três vizinhos. "Manezão", como é conhecido pelos vizinhos de assentamento, diz que o mais difícil da resistência da Estiva foi não existir ainda naquela época conhecimento político como se tem hoje, que inclui sempre o respaldo de entidades aliadas. Diz Manezão:

"Só que antes a gente não pensava nessas entidades de apoio. Não pensava em sindicato, não pensava na federação dos trabalhadores, CPT, a gente não conhecia. A gente não sabia nem se tinha algum advogado que teria coragem de trabalhar pra uma pessoa que tava naquela situação...um trabalhador pensando no outro trabalhador. Mas pensando que a gente teria a ajuda de Deus, só"⁶².

Em 1983, Pedro Teodoro da Silva (Pedro Minas), do STR de Itapuranga, levou a notícia do sofrimento dos colegas da Estiva e se iniciou uma mobilização rotativa de pessoas para ficarem junto com o grupo, fazendo a resistência, enquanto nas cidades vizinhas era feita uma campanha constante de arrecadação de gêneros alimentícios para a manutenção dos

⁶²Manoel Santa da Mata - "Manezão", em depoimento na casa do Sr. Antônio Baiano, no dia 19/05/94.

acampados⁶³. Contam que a partir daí passaram a morar 18 famílias em um mesmo rancho de folha de bacuri, de 6m x 3m. Em 1984, foi o período mais incisivo da grilagem, com várias trocas de tiro, ferimento do genro do grileiro⁶⁴ num tiroteio e prisão de dois lavradores. Os jagunços amarraram-nos e levaram-nos para a delegacia.

Algumas dessas famílias participaram da resistência por mais tempo e entraram no rateio posterior das parcelas, num total de nove. A desapropriação aconteceu em 10/08/87 (Decreto 94.755) e a imissão na posse em 12/11/87, segundo dados da Superintendência Regional do INCRA.

A ocupação da Fazenda Serra Branca ficou ainda mais relegada pela "história oficial" das entidades. Ela teve a cobertura somente do STR e da Igreja de Itapirapuã. Depois de efetivada, houve o acopanhamento de várias entidades, como CPT, paróquias e sindicatos vizinhos. A área, que fica a 42 km da cidade, consta de duas glebas: Fazenda Boa Vista, de um certo Ritla e Fazenda Serra Branca, de João Marimbondo, ambos de Brasília.

O eixo da história é o Sr. José Medrada, que era agregado na Fazenda Nevada, no mesmo município. Por volta do mês de junho de 1983, a convite de João Marimbondo, transferiu-se para a Fazenda Serra Branca. Depois de dois meses de serviço, o pretense proprietário começou a levar compradores para a terra, vindo um deles a confidenciar a José Medrada que a terra não tinha escritura. Ele já havia feito várias benfeitorias e preparado uma área para plantio.

⁶³Essas campanhas de donativos (principalmente roupas e alimentos), feitas especialmente na rede de agências e serviços da Igreja, viriam a ser uma constante na história de acampamentos e ocupações. Em alguns momentos esse expediente tomou inclusive conotações curiosas. Em dezembro de 1986, aconteceu em Ceres um "leilão de galinhas". Cerca de 1.200 aves foram doadas por trabalhadores rurais de vários municípios da região e foram postas em leilão na feira da cidade. A renda obtida foi doada aos acampados da BR-153, saída para Anápolis. Otacilio Teixeira, então presidente do STR de Ceres explica que a denominação - "leilão de galinhas" - foi uma referência satírica ao "leilão de mil bois" promovido pela UDR. Mas explica que os objetivos são diferentes: "Eles arrecadaram dinheiro para impedir a reforma agrária e nós queremos ajudar a fazê-la" (O Popular, 23/12/86).

⁶⁴Qualquer fazendeiro, comerciante, político ou outros, "especialistas em forjar títulos de propriedade e se assenhorar de terras de posse" (Vita, 1989: 120; Ortêncio, 1983: Verbetes: "Grilo" e "Grileiro"). Mas a ação dos grileiros não é registrada apenas nas prateleiras dos cartórios de registros de imóveis. Teresa Furtado diz que "o ABC da grilagem começa mesmo pelas armas. Revólveres de todos os calibres, espingardas de canos curtos e longos espreitam a vida dos moradores das pequenas comunidades, quando estes se tornam indesejáveis aos grandes grileiros". E aí vem também a ação da polícia, a queima de choças e a destruição de lavouras (Apud: Vita, 1989: 127-128).

José Medrada diz que refletiu bem sobre a notícia da inexistência de escritura da terra e a levou ao presidente do sindicato, na época, Nilson Manoel da Silva. Disse a ele que, se quisesse organizar um grupo para ocupar a terra, poderiam ganhar a causa. O sindicato aceitou organizar o grupo. Um dos diretores, José Angélico, acrescenta que isso foi muito difícil porque a maioria tinha muito medo. Depois de formado o grupo, houve a ocupação, no dia 05 de julho de 1984. Em setembro, foram despejados, mas José Medrada pôde permanecer porque já havia plantado. O sindicato iniciou a negociação junto ao INCRA e, no ano seguinte, saiu a desapropriação. A terra foi dividida em 21 parcelas. José Medrada explica como é que ficou a situação da Serra Branca:

“Hoje somos um pouco desunidos. Houve muita venda de parcela. Com isso os que entram têm idéias diferentes. Não deu para manter aquelas idéias do começo. Dos parceiros só três têm casas. Não há mais nada de lavoura. Alguns plantam uma parcela de arroz mas a maioria prefere o pasto. A região também é muito afetada de barbeiro. A maioria dos parceiros tem casa na cidade e não fica na parcela. Fica dividido por causa dos filhos na escola”⁶⁵.

“Seo Felix”, um dos ocupantes, complementa dizendo que João Marimbondo não tinha nem documento nem terra. Era um aventureiro que tentou fazer uma posse, usando José Medrada para marcá-la com moradia e plantação. Posteriormente, devido à idade e ao estado de saúde, “Seo Felix” diz que cedeu o lote para um filho que lá mora e trabalha. Depois, já aposentado, passou a morar na cidade, totalmente entregue ao trabalho na Igreja e às suas benzeções⁶⁶.

4.3 Caminho aberto

A Fazenda Estiva fica na margem direita do Rio Bugre (que deságua no Rio Vermelho, e este no Araguaia). O grupo que ajudou a fazer a resistência na Estiva conta que de lá se descobriu a Fazenda Mosquito (“Sesmaria São Sebastião do Mosquito”), na margem esquerda, e se começou a planejar a sua ocupação, que aconteceu a partir de dois grupos - de Itapuranga e de Goiás. Os caminhões saíram na madrugada de 01/05/85, mas quando chegaram à Estiva havia a notícia de muitos jagunços na beira do rio. Aguardaram dois dias

⁶⁵José Medrada, em depoimento em sua casa, em Itapirapuã, no dia 24/04/94.

⁶⁶Felix Pires das Neves, em depoimento em sua casa, em Itapirapuã, no dia 15/04/94.

estudando a passagem. Na noite do dia 02 para o dia 03, decidiram atravessar o Rio Bugre e caracterizar a ocupação. Ela não aconteceu, portanto, no dia primeiro de maio, como registra Luiz Antônio Gomes (Gomes, 1995: 49). Segundo Manoel Santana da Mata (Manezão), da Estiva, o grupo ainda precisou de um pequeno “empurrão”. Conta que no começo da resistência da Estiva houve uma grande manifestação religiosa em Goiás, com caminhada e missa. Segundo ele, na pregação, Dom Tomás disse: “eu mandei fazer 18 saias. Se vocês da Estiva não honrarem essas calças, eu vou levar as 18 saias pra vocês usarem”. Segundo Manezão, todos juraram que nunca usariam aquelas saias. Mas também nunca se esqueceram da brincadeira e acabaram repetindo-a depois. Quando o grupo chegou para ocupar a Mosquito, passou primeiro pela Estiva. E com a notícia de que havia muito jagunço, todos começaram a ficar com medo de atravessar o rio. E acrescenta que a uma certa hora disse: “Olha, o Dom Tomás disse que tem as saias lá pra nós, mas nós não precisamos mais delas. Então, se vocês não tiverem coragem de atravessar o rio, nós vamos mandar buscar as saias”⁶⁷. Com isso o Efraim reagiu: “eu não vou usar saia. Se tiver pelo menos um para atravessar o rio, pelo menos pra mostrar o caminho, eu vou dormir lá do outro lado”. Manezão disse que ele e o Antônio Baiano se dispunham a ir mostrar o caminho. Com isso, houve a ocupação da Fazenda Mosquito.

Estava iniciada uma longa batalha policial e judicial, com lances de clara corrupção. No dia 8 de maio de 1985 foram despejados e ficaram acampados em frente à Prefeitura de Goiás. Esse despejo teve mandato expedido no dia 06/05/85 pelo Juiz de Direito da Comarca, João Santana Ramos Jubé, a pedido de Urbano Berquó e esposa, contra Francisco Crisóstomo de Paula e esposa, “que se encontram no imóvel denominado São Sebastião ou Mosquito”. Segundo o líder Damázio Rodrigues, nunca houve Francisco de Paula no grupo de ocupantes, o que, para ele, caracteriza “um despejo arranjado”⁶⁸.

Com o acampamento da Prefeitura de Goiás, o grupo passou das 23 famílias iniciais para 56. O requerente, Urbano Berquó, começou a investir na área. Os posseiros pediram uma vistoria ao INCRA, que a protelava. O requerente colocou tratores na terra, desmatando e fazendo represas. O grupo resolveu parar as máquinas por conta própria. No dia 30 de junho

⁶⁷Manoel Santana da Mata, em depoimento já citado. Conforme registra o regionalista Carmo Bernardes, é muito usual no sertão goiano a proposta de se trocar saias por calças ou calças por saias, para atizar o “brio dos homens”. Como no depoimento a história das saias partiu de D. Tomás, isso pode indicar uma consonância exemplar do bispo com a cultura local (Bernardes, 1984: 9,150).

ocuparam novamente a terra. No dia 07/08, houve novo despejo que envolveu a ação de 80 policiais. Ficaram no aeroporto da cidade durante 65 dias. De lá, o grupo, pretendendo aumentar a repercussão da ação, decidiu transferir-se para a Praça Cívica em Goiânia, chegando no dia 13 de outubro. A mudança do acampamento deu resultado. Durante os 48 dias de permanência em Goiânia, conseguiram angariar apoio de várias instituições como Universidade Católica e entidades da sociedade civil⁶⁹.

Às vésperas do Natal de 85, a Primeira Dama do Estado (Da. Iris Araújo Machado) precisava da praça para a montagem do seu tradicional presépio público. Os acampados avaliam que isso foi positivo. Depois de muita negociação e de ameaça de despejo, o Governo do Estado os transferiu para uma fazenda experimental da EMGOPA, a 20 km de Goiânia, no município de Senador Canedo, com promessa de se empenhar na negociação. Na EMGOPA, fizeram uma colheita de arroz e as negociações realmente foram exitosas. No dia 06 de março de 1986, a fazenda foi desapropriada pelo Decreto 92.445, publicado no Diário Oficial da União do dia seguinte, abrangendo uma área de 1890 ha. No dia 22/04/86, o STF acatou mandato de segurança de Urbano Berquó, suspendendo a desapropriação. No dia 15/07/86 o STF recuou da decisão. No dia 12/08/86, o INCRA se imitiu na posse.

Retomando o fio condutor, entendo que a trajetória da mudança de postura do trabalhador rural goiano, a “Revanche” que aqui se busca compreender, tem, necessariamente, a seguinte trajetória:

Fazenda		Fazenda		Fazenda
Maria Alves	>	Estiva/São	>	Mosquito
		João do Bugre		

A partir daí já existia um *savoir-faire*. No final de 1985 e início de 1986, aconteceram as ocupações da Fazenda Pedregulhos ou Três Pontes e Fazenda Rio Paraíso, no município de Jataí. Entre 12/11/86 e 12/08/87, 64 famílias ficaram acampadas à beira da BR-

⁶⁸Damázio Rodrigues, em depoimento em sua casa, no dia 11/03/94. Ele disse isso mostrando uma cópia do mandato de despejo, muito bem conservada em seu acervo pessoal.

⁶⁹Como pode ser visto no panfleto intitulado “Ao Povo Goiano”, um impresso que se fez circular com a narrativa da história do movimento. O documento é datado de 23 de outubro de 1985, e o assinam: Os Acampados, CPT-Centro Sul, SPAR, CUT, CPG, Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, Comissão de Pastoral da Juventude, UCG - Programa de Direitos Humanos, Pastoral da Universidade Católica de Goiás e Comitê de Solidariedade aos Povos da América Central “Dom Oscar Romero”.

153, saída de Goiânia para Anápolis reivindicando terra. O grupo, formado por lavradores provenientes de Goiânia, Itapuranga, Uruana, Itaberaí, Anicuns, Mossâmedes, Itauçu e Goiás, tomou inicialmente o nome de Fazenda Rio Vermelho. Não encontrando resposta pelas vias da negociação e cadastramento junto ao INCRA, decidiu ocupar e plantar na Fazenda Rancho Grande, município de Goiás. Em junho de 1989, o Decreto 97.867 desapropriou as Fazendas São Felipe, Salvador Bueno, Acaba Vida e Rancho Grande (município de Goiás), num total de 1600 ha. Como a área era insuficiente para todo o grupo, uma parte resolveu ocupar também a Fazenda Vereda Bonita (também no município de Goiás), no dia 11/08/89. Foram despejados e tiveram que voltar para a Rancho Grande. Essas démarches geraram um dos processos mais conflituos no interior de um assentamento em Goiás, que será tratado melhor em um capítulo seguinte (6.5).

Como a parte desse grupo de acampados da BR-153 que veio a ser o assentamento Rancho Grande, integra a delimitação etnográfica do presente trabalho, a partir do capítulo 5, vale a pena incluir, já aqui, alguns dados significativos colhidos em dois dias de observação junto ao grupo, feitas em dezembro de 1986. Algumas poucas barracas, feitas com um plástico preto, eram habitadas por uma família e somente por ela. É que muitos acampados (um dos cônjuges ou um filho) registravam sua presença ali, de acordo com as exigências do regulamento, mas deixavam na sua cidade de origem o restante da família. A maior parte dos acampados dormia em barracas maiores, que funcionavam como dormitórios coletivos. Os colchões - às vezes só a espuma - passavam o dia todo enrolados num canto do chão batido do rancho ou suspensos nas traves e ripas do mesmo. À noite eram estendidos pelo chão. A cozinha também era coletiva, com as refeições sendo preparadas em grandes panelas. No dia em que as mulheres estavam lavando roupa, a comida era preparada pelos homens. Todas as provisões, recebidas das campanhas de alimentos promovidas pelas entidades, eram guardadas e controladas em uma barraca construída somente para essa finalidade. O lazer era essencialmente masculino, num pequeno campo de futebol, no jogo de truco e no jogo de damas. Excetuando raros casos de mulheres "truqueiras", essas eram modalidades de jogos em que os homens atuavam entre si.

Um aspecto que saltava aos olhos do observador era o contraste entre o que viviam os acampados e a rodovia. Ao lado de uma estrada cujo movimento não tem dia nem noite, estava um grupo de pessoas estáticas, à espera de uma solução para suas reivindicações. Por estratégia do próprio grupo ou de seus orientadores, eles tinham que permanecer ali, parados,

pois tinham que demonstrar exatamente que, por falta de terra, não podiam trabalhar. Mesmo que na esperança do grupo aquele tempo fosse essencialmente transitório e que os sacrifícios faziam parte de um percurso voluntariamente assumido rumo à terra, o "banzo" era inegável, como pude documentar em algumas falas:

"Às vezes a gente fica discutindo para não trabalhar. Mas alguns têm que trabalhar mesmo. Porque a gente que é acostumado a trabalhar na roça e ficar o tempo todo sem trabalhar não aguenta de contrariedade"⁷⁰.

"Nós tinha uma vida livre. Aqui nós não temos uma vida livre. Para sair a gente tem que falar pra segurança. Já não é uma vida livre. Mas isso é necessário porque se não for assim, nós não adquire a terra. Muitas vezes a gente até se sente humilhado por um companheiro dando um conselho, mas a gente não tem o dinheiro pra comprar a terra..."⁷¹.

"Tenho lembrança dos filhos, mas o jeito d'eu tirar eles do chicote do fazendeiro é ficar aqui"⁷².

Após seis meses de acampamento à entrada da cidade de Itapirapuã, um grupo de 56 famílias ocupou, no dia 05/04/88, as Fazendas Retiro e Velha, nos municípios de Goiás e Itapirapuã. As duas áreas foram desapropriadas no dia 18 de maio de 1989, num total de 3.694 ha, abrigando 43 parceleiros. No dia 09/04/88 aconteceria também a ocupação da Fazenda Impertinente, município de Fazenda Nova, por 250 famílias, com a articulação do movimento sindical, mas a UDR preparou forte esquema policial e impediu a ocupação⁷³. Em seguida, uma boa parte dessas famílias ficou acampada na FETAEG em Goiânia. A FETAEG pediu vistoria junto ao INCRA e ganhou para elas a desapropriação da Fazenda Três Barras, município de Cristalina, de 11.208 ha, onde foram assentadas 182 famílias. O INCRA se imitiu na posse no dia 21/03/89⁷⁴.

O caminho estava tão aberto que possibilitou até mesmo o surgimento de oportunistas, como foi o caso de João Rosa Dias e sua "Comunidade dos Sem-Terra do Estado de Goiás"⁷⁵, reunindo trabalhadores rurais sem terra em bairros periféricos de Goiânia. Havia

⁷⁰Divino José, em depoimento no próprio acampamento, em dezembro de 1986.

⁷¹João Mariano, idem.

⁷²Maria Antonia, idem.

⁷³O Popular, Goiânia, 09/04/88.

⁷⁴Até o mês de abril de 1977 o INCRA considerava a existência de 66 assentamentos em Goiás, abrangendo uma área de 239.715 ha. e um total de 3.820 famílias. Desses 66, 38 ainda não tiveram a divisão de parcelas, estando os agricultores ainda na condição de "pré-assentamento" (Anexo 03).

⁷⁵Era uma instituição com estatuto de "Associação Civil", que assim se definia: "Art. 1º. A Comunidade Sem Terra do Estado de Goiás constitui associação civil, sem fins lucrativos, fundada em 20.04.90, conforme ata do dia 20.04.90, é constituída para defender, coordenar e representar a categoria ruralista sem terra perante os poderes públicos e as demais entidades classistas, subordinadas aos interesses nacionais e obedecendo a

no movimento um rigoroso esquema de participação em reuniões, pagamento de inscrição, carteirinha e mensalidades. A promessa, logicamente, era a conquista da terra. João Rosa foi denunciado pela FETAEG e implicado em inquérito junto à DEIC, pela extorsão das taxas cobradas⁷⁶. A tal Comunidade dos Sem-Terra foi desbaratada mas, pelo menos para um dos grupos por ela formados, houve efeito positivo. Depois de ocupar e ser despejado da Fazenda Lontra, esse grupo foi deixado por João Rosa à beira da ponte do Rio Uvá, entre Goiás e Itapirapuã. A partir daí, o grupo passou a ser apoiado pelo MST e ocupou, no dia 19/10/91, a Fazenda São João da Lavrinha, também no município de Goiás, de propriedade de duas irmãs de Urbano Berquó. Houve negociação pacífica e desapropriação, em 20/12/93. Um dos 28 assentados da Lavrinha faz até uma analogia bíblica sobre essa história.

“Desde que a gente veio pra cá, que chegou aqui no dia 19 de outubro de 91, nós sentimos igual aquela história bíblica: chegamos na terra prometida. A caminhada foi muito grande, foi muito árdua, mesmo sem o acompanhamento do Moisés que não chegou, mas nós chegamos. Nós estamos aqui hoje graças a ele”⁷⁷.

Assim, seja para trabalhadores rurais que não se deixaram derrotar completamente pelo processo de exclusão social e de expropriação da terra, seja para trabalhadores braçais urbanos, sub-habitados e sub-assistidos de modo geral pelos serviços públicos, o acesso à terra vem possibilitar um suspiro aliviado. As representações da conquista são muitas: terra prometida, uma etapa na construção do socialismo, ou outras. Mas uma necessidade é comum a todos os ocupantes de fazendas: a sua reprodução social (Ferrante, 1994: 130).

4.4 Ocupar, resistir, produzir

*"A vida foi crescendo e a terra ficando menor, não pequena. Cercada, a terra virou coisa de alguém, não de todos, não comum. Virou a sorte de alguns e a desgraça de tantos. Na história foi tema de revoltas, revoluções, transformações. A terra e a cerca. A terra e o grande proprietário. A terra e o sem terra. E a morte".
(Betinho, "Carta da Terra", 1995).*

Constituição e as leis do país". O Art. 2º, que fala dos "deveres" e depois das "prerrogativas" da Comunidade, não dá nenhuma precisão a mais, por exemplo, na direção de ações concretas de luta pela terra, como ocupação ou outra. Nada se fala além desse "defender" e "representar". A primeira diretoria tinha os principais cargos assim preenchidos: Presidente: João Rosa Dias; Vice-Presidente: Josemiro Rodrigues do Prado; Primeiro Secretário: Jorge Carlos de Oliveira; Primeiro Tesoureiro: Francisco Medeiros de Araújo (Diário Oficial/GO, Nº 15.985, de 18 de junho de 1990, pp. 6 e 7).

⁷⁶O Popular, 04/10/90.

⁷⁷Jorge Carlos de Oliveira, o "Barba", em depoimento no rancho do Pedrinho, na Lavrinha, no dia 12/04/94.

João Carlos Torrens faz uma importante distinção entre os sem-terra, enquanto categoria política, atores políticos e o MST enquanto organização de lutas camponesas. E o igualmente importante é que ele coloca o surgimento da categoria sem-terra no bojo de um processo amplo de retomada da organização dos trabalhadores do campo, num contexto de contestação do autoritarismo dos governos militares. Mas, o que venho tentando mostrar ao longo de toda esta primeira parte é que essa contextualização, que implica necessariamente um recuo, é ainda mais abrangente. O que me parece muito claro, não assinalado por João Carlos, é que essa retomada, iniciada como contestação ao golpe militar, só foi possível porque já havia intensa mobilização anterior, que não foi totalmente erradicada. Assim, a resistência de trabalhadores rurais da década de 70, os efeitos perversos do processo de acumulação e integração de capitais na agricultura, com a expulsão de trabalhadores rurais e a construção de hidrelétricas são fatores importantes que compuseram essa retomada, mas ainda insuficientes para a condução do presente estudo. O último fator apontado por João Carlos é uma somatória de mediadores como Igreja Católica, Igreja Luterana, sindicatos, ONGs, etc., possibilitando o surgimento do movimento - MST (Torrens, 1994: 147-148).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi fundado em (29-31 de) janeiro de 1985, em Cascavel-PR, quando foi realizado o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, reunindo mais de 1.500 delegados de quase todos os Estados da federação. Na verdade, o congresso representou a culminância da articulação de vários grupos de resistência e de luta pela terra, como: agricultores desalojados pela construção da barragem de Itaipu; ocupações das Fazendas Macali e Brilhante no Rio Grande do Sul, em 1979; ocupação da Fazenda Primavera em Andradina-SP, em 1980; ocupação da Fazenda Burro Branco, em Santa Catarina, também em 1980; e, principalmente, Acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta-RS, em 1981 (Panini, 1990: 204-205). O movimento se define como

“uma articulação de lavradores dentro do movimento sindical brasileiro, para lutar pela terra e pela reforma agrária”⁷⁸.

A formação do MST, portanto, foi possível graças à emergência da luta concreta de trabalhadores sulistas, no final da década de 70 e início da década de 80, fazendo acontecer a

⁷⁸Folha de São Paulo, 04/10/86.

reforma agrária, pelo menos de forma pontual, e graças também à legitimidade conferida pela Igreja e seus organismos pastorais, como se pode ver na fala do líder José Rainha Júnior:

"Nós somos nascidos da Igreja Católica. A ideologia do movimento é a ideologia da Igreja, a ideologia da Teologia da Libertação"⁷⁹.

Na pesquisa de Noëlle Marie Lechat, junto a assentamentos do Rio Grande do Sul, também foi constatada a presença fundamental da Igreja no processo de legitimação do Movimento, numa espécie de refuncionalização do sagrado. Diz a pesquisadora:

"...sua forma de expressão pública realiza-se através do ritual religioso. A procissão virou "caminhada". A celebração eucarística toma a dimensão de uma manifestação. A reza é um momento de reunião e simboliza a resistência à militarização. A luta pela terra transforma-se no êxodo do povo escolhido em direção à terra prometida, anunciada pelos agentes da Igreja, garantida por Deus" (Lechat, 1993: 116).

Há ainda outros enfoques. Para Leonilde Medeiros, a própria estrutura confederativa e centralizada do modelo contaguiano já vem mostrando-se inadequada desde a década de 70. A categoria "trabalhadores rurais", abrangendo assalariados, parceiros, posseiros e pequenos proprietários, é muito genérica, levando o sindicalismo rural e a própria CONTAG a uma total ineficiência (Medeiros, 1989a). Apesar das inovações do III congresso, a CONTAG não foi capaz de canalizar essa nova forma de pressão do próprio movimento social rural, deixando um vazio sindical, no qual emergiu o MST. Ela diz:

"Foi na luta pela terra que a ambigüidade do sindicalismo sob a hegemonia da CONTAG mostrou-se mais clara, na medida em que se mostrava difícil conciliar a resistência, a ocupação, a mobilização e a luta dentro dos parâmetros legais. Nesse terreno, a CONTAG manteve seus encaminhamentos em relação ao Estado mas não se mostrou eficaz em combiná-los com outras formas de luta. Sem dúvida, não é por acaso que foi da luta pela terra que emergiram novas concepções sindicais e o próprio Movimento dos Sem Terra, enquanto

⁷⁹Em entrevista a O Popular, Goiânia, 05/05/96, 4B; Torrens, 1994: 151. Isso coincide com a análise de Regina Novaes sobre as matrizes do MST. Para ela há duas fontes principais: uma religiosa, combinando elementos judaico-cristãos, especialmente reapropriações da Bíblia à la Teologia da Libertação, cânticos, procissões ("prosseatas") e uma político-ideológica, marcadamente leninista, que explica o centralismo e militarismo da formação e direção e o uso da bandeira vermelha. Ver: Regina Novaes e outros, Debate: A reforma agrária hoje, in: *Estudos Sociedade e Agricultura*, No 6, Rio de Janeiro, julho de 1996, 5-35. A "origem católica" do MST não lhe legou, entretanto, uma vivência ritual da religião. O repórter Luis Henrique Amaral acompanhou um dia da Marcha dos Sem Terra a Brasília, na sua passagem por Jundiá. Após o café da manhã foi anunciada a "mística", que, naquele dia, foi uma pequena "meditação" sobre o vermelho da bandeira ("...representa o sangue dos trabalhadores rurais mortos"). O repórter conclui: "Apesar de a maioria ter entrado no MST pela porta da Igreja Católica, não há orações" (Folha de São Paulo, 23/02/97, 1-6).

organização de perfil definido e concorrendo sobre um determinado segmento dos trabalhadores⁸⁰.

Com base em pesquisa sobre o sindicalismo rural na região de Ribeirão Preto em São Paulo, Vera Botta Ferrante faz exatamente a mesma análise, citando como consequência desse vazio sindical a atuação da CPT na região (Ferrante, 1994: 130-131).

Pelo que assinalei no item 3.5, o raciocínio de Leonilde Medeiros pode ser aplicado com todas as letras em Goiás, à FETAEG, filiada à CONTAG. Na década de 80, embora ela já tivesse entrado com firmeza em lutas importantes como a dos assalariados da cana, em termos de luta pela terra ela estava, na melhor das hipóteses, a reboque dos acontecimentos, como aconteceu nos casos da resistência da Fazenda Maria Alves e da frustrada ocupação da Fazenda Impertinente (4.3). Isso viria a ser superado nos anos 90, quando ela passou a respaldar os assentamentos em suas reivindicações e na organização de cooperativas de assentados.

Enquanto recrudesciam as ocupações e acampamentos em Goiás, a CPT-Centro Sul de Goiás e a Diocese de Goiás promoveram a vinda do MST para o Estado. Primeiro enviaram representantes goianos ao congresso de janeiro de 1985. Depois, em outubro do mesmo ano trouxeram representantes dos Sem Terra do Sudoeste do Paraná para percorrerem as comunidades motivando a articulação do movimento em nível estadual. Iniciou-se então a formação de comissões regionais e municipais. Entre os dias 02 e 05 de janeiro de 1986, foi realizado o Primeiro Encontro Estadual dos Sem Terra de Goiás, com representantes de 22 municípios. A secretaria do movimento foi instalada inicialmente em Goiânia; depois, alegando falta de recursos para manter os custos do movimento na capital, transferiu-se para Itapuranga. Até julho de 1994, o movimento contabilizava 12 assentamentos conquistados sob sua orientação no Estado.

4.5 Assentamentos da contra-reforma

*"A história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato".
(Martins, 1983: 81)*

⁸⁰Leonilde Sérvo de Medeiros, História da CONTAG. Mimeo(sem dados precisos).

Como acontecia desde a década de 60, a tomada de atitude dos trabalhadores rurais da década de 80 também foi respondida com a intervenção do Estado. Primeiro, com a idéia do Comodato⁸¹. Em 1983, em seu primeiro mandato, como Governador (1983-86), Iris Rezende lançou nos meios de comunicação uma campanha pela instituição do Comodato, com o apoio da FETAEG. O partido dos Trabalhadores e entidades como a CPT e os STRs, que criaram a Oposição Sindical, posicionaram-se contra a aplicação desse instituto. Para a CPT, por exemplo,

"o comodato é lei vencida, mas em decorrência da situação econômica e social de miséria em que vivem milhões de goianos, faz com que a ilusória proposta pareça uma prática avançada".

Diz conclusivamente que o comodato é mais prejudicial que o Estatuto da Terra⁸². Nelson Teles explica sua reprovação, como membro da Oposição Sindical:

"A proposta de Comodato apresentada pelo governador é um acerto entre o governo e fazendeiros, sendo que os trabalhadores só entram com a mão-de-obra que valoriza a terra. O resultado do projeto do Comodato é que os fazendeiros serão beneficiados com a valorização da terra, o governo será beneficiado pela propaganda de distribuir terras aos trabalhadores. E os próprios trabalhadores, o que vai sobrar pra eles?"⁸³.

Encontrando resistência entre os camponeses e a maioria das entidades, Iris Rezende partiu para a implantação de projetos de assentamentos rurais, para os quais não destinou dotações para custeio nem infra-estrutura. Sem condições mínimas, os assentados não conseguiram implantar uma produção suficiente, vindo muitos a abandonar ou vender suas parcelas. Tamanho tem sido seu descaso em resolver, pelo menos em termos pontuais, o problema da terra em Goiás, que, em seu segundo mandato, como Governador (1991-94), Iris Rezende desativou o IDAGO e deixou em seu lugar uma Diretoria de Reforma Agrária e Assentamento Rural, sem qualquer recurso e autonomia para ações mais conseqüentes de acompanhamento dos assentamentos já existentes. Nenhum outro novo assentamento foi criado.

⁸¹Termo jurídico aplicado à questão fundiária, que significa "empréstimo gratuito de coisa não fungível (que não se gasta), a qual deve ser restituída no tempo convencionado". Aurélio B.H.Ferreira, Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 2a. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

⁸²O Popular, 27/10/83

⁸³Diário da Manhã, 23/10/83.

Os assentamentos desse primeiro Governo Iris Rezende, muito mais próximos de uma “contra-reforma-agrária”⁸⁴, são os seguintes: Tijuqueiro, município de Morrinhos; Ribeirão do Meio, município de Anicuns; Poções ou Boa Vista, município de Formosa; Águas Claras e Patrimônio/Forte, município de São João da Aliança; Babilônia, município de Mineiros; Paranã I, município de Formosa. Os dois do município de Formosa são derivados de projetos governamentais mal implementados. O de Poções está em uma área onde foi criada a Goiás Hortigrangeiras, visando à exploração do grande mercado consumidor de Brasília. O Paranã I era para ser um projeto de irrigação no Vale do Paranã, com a mesma finalidade. Os dois projetos não se efetivaram e as terras foram desordenadamente ocupadas. O Estado, através do IDAGO, legalizou os assentamentos. Ribeirão do Meio, em Anicuns, tem história semelhante. Iris Rezende destinou 395 ha à realização de um projeto agrícola que seria desenvolvido pela EMCIDEC/depois CODEG. O projeto foi desativado e a prefeitura respaldou os agricultores na reivindicação da área. A legalização da área e a sua divisão em 42 parcelas também foram promovidas pelo IDAGO. Todos esses assentamentos já têm inúmeros processos de transferência de parcelas⁸⁵.

Segundo os dados do IDAGO, os sete assentamentos juntos totalizam uma área de 1.228 hectares e um atendimento a 373 famílias. Por mais vantajoso que eles tenham sido para essas famílias - e não se tem a intenção de negar isso - esses dados indicam que esses assentamentos representam apenas uma estratégia de poder de uma determinada conjuntura e

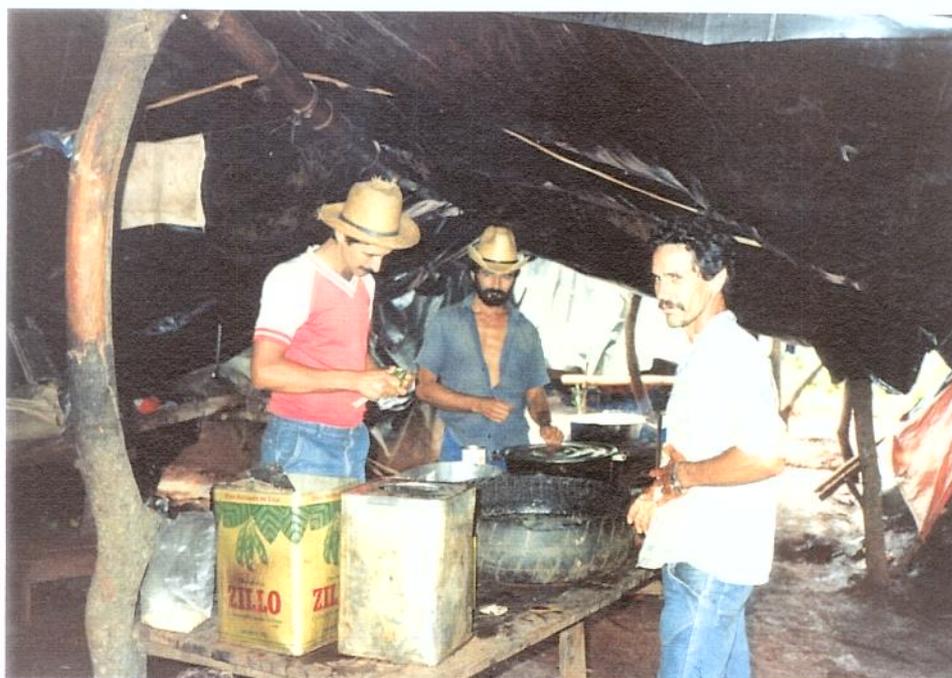
⁸⁴O termo é empregado da mesma forma com que o faz o geógrafo pernambucano Manoel Correia de Andrade, referindo-se ao Estatuto da Terra, que, segundo ele, mesmo que parecesse uma concessão ao movimento socialista, reforçaria a grande empresa. Diz ainda: "Permitiria, assim, o enfraquecimento do latifúndio tradicional, para criar e desenvolver o latifúndio capitalista moderno, bem mais rentável e explorador". Assim também foi a atuação do INCRA, salvo em curtos períodos - "funcionou mais para impedir do que para promover a reforma agrária" (Andrade, 1995: 10-11). Na mesma perspectiva, Carmela Panini fala do discurso do governo militar sobre a questão agrária como uma "anti-reforma agrária". Enquanto o Presidente Figueiredo anunciava "a maior reforma agrária do mundo", centenas de milhares de lavradores estavam sendo expulsos de suas terras (Panini, 1990: 155). Em resumo, o termo "contra reforma agrária" parece ter sido uma criação de Octávio Ianni para sintetizar a política fundiária e agrícola do governo militar, ao dizer: "...a contrapartida do apoio dado pela burguesia rural ao Golpe de Estado de 64 foi a contra-reforma agrária, apresentada como colonização dirigida" (Apud: Bergamasco e Norder, 1996: 20). Assim, mesmo que em alguns dos assentamentos aqui tratados tenha havido uma expressiva melhora nos níveis de vida e de consumo, como atesta Divino Goulart, falando do Tijuqueiro (Munic. de Morrinhos), onde é parceleiro, e como pude observar pessoalmente no Ribeirão do Meio (Munic. de Anicuns), o objetivo político da criação dos mesmos, em meio à conjuntura política do Estado de Goiás, sob o governo de Iris Rezende Machado (1983-86), era claramente o enfraquecimento do emergente movimento de luta pela terra. Trata-se do principal chefe político goiano desta segunda metade de século, que, sabidamente, nunca foi favorável à reforma agrária. Daí a caracterização.

⁸⁵Segundo dados dos arquivos da Diretoria de Reforma Agrária e Assentamento Rural (antigo IDAGO, desativado no segundo Governo de Iris Rezende e reativado no Governo Maguito Vilela), graças à gentileza do chefe do Departamento de Assentamento e Colonização, Haroldo Veloso de Oliveira, e do chefe da Divisão de Extensão, Gilberto Minasi.

não exatamente um programa de governo para o setor. Ao findar o ano de 1996 o INCRA diz que, além das famílias acampadas, existem 4.000 famílias cadastradas no órgão, pedindo terra.



Acampamento da BR-153 (Dez. 1986). Há sempre tempo para muitas conversas.



Se a barrega reclama e as mulheres estão em outra atividade, o recurso é os homens assumirem a cozinha.



O alojamento das mulheres



Os primeiros grupos de acampamento e ocupação tinham sempre dispensa cheia.

VIDA COTIDIANA E PRODUÇÃO ENTRE OS COM-TERRA

INTRODUÇÃO

Os recentes estudos antropológicos e sociológicos sobre mundo rural no Brasil deixam clara a opção dos pesquisadores, alternadamente, por uma entre duas tendências básicas: a regularidade, a rotina da vida social rural, a tradicionalidade do campesinato⁸⁶; ou, o conflito social, a mudança, a mobilização e a modernização político/produtiva⁸⁷. Evidentemente, essa classificação é apenas didática, pois as duas são ininteligíveis, se consideradas de forma absolutamente alternativa. O enquadramento compulsório de um texto, em um dos lados de qualquer classificação, decididamente, não é uma feliz maneira de abordá-lo. O que entra nessa classificação é apenas a dominância. Os estudos aqui referidos, além de conterem as duas "tendências", tratam de muitos outros aspectos.

O fato social aqui abordado - as ocupações de terra e os assentamentos⁸⁸ rurais daí derivados - não comportaria uma opção radical entre as duas tendências. Uma análise das

⁸⁶Ver, por exemplo, Garcia Jr., 1983; José Sérgio Leite Lopes. O Vapor do Diabo: O trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro, Paze Terra, 1976; Moura, 1978; Tavares dos Santos, 1984; Lygia Sigaud. Os Clandestinos e os Direitos: Estudo sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, FFLCH/USP, São Paulo, 1977; Otávio G. Velho. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

⁸⁷Como são os casos de Bastos, 1984; Ralph Della Cava. Milagre em Juazeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; José de Souza Martins. A militarização da Questão Agrária no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1984; Duglas Teixeira Monteiro. Os Errantes do Novo Século: Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado. São Paulo, Duas Cidades, 1974; Soares, 1981. Esta segunda "tendência" tem sido muito mais numerosa e dominante ultimamente. "Em geral, os registros dos movimentos sociais no campo só consideram suas fases mais convulsivas, de maior intensidade e caracterizada por confrontos" (F. Edson Teófilo Filho, "As Organizações da Produção nos Assentamentos: Subordinação ou Autogestão?", in: ROMEIRO, A, GUANZIROLI, C. e LEITE, S. (Orgs.). Reforma Agrária. 2a. ed. Rio de Janeiro, Vozes/IBASE/FAO, 1994, 105).

⁸⁸Bergamasco e Norder têm uma definição razoável e atualizada de assentamento como sendo "a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o (sic) reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra" (Bergamasco e Norder, 1996:

condições sociais, políticas e econômicas da emergência das ocupações de fazendas na década de 80 (depois de décadas sucessivas de exclusão) em Goiás, um Estado de agricultura tradicionalmente patronal, é, não só instigante, como necessária para entender o próprio cotidiano produtivo, organizativo e simbólico. Como entender sem isso, por exemplo, os princípios estritos de uma “educação falando da vida”, no interior dos assentamentos? Por outro lado, o cotidiano de símbolos e significados nos assentamentos se explica pela experiência de uma vida precária, mas comunitariamente estimulante de acampamento, ocupação e despejo. De outra forma, uma certa “identidade político-religiosa” dos assentados soaria como um absurdo.

Na perspectiva da primeira tendência, e no mesmo sentido já assinalado do “lado iluminado” e “lado de sombra” de Maffesoli, Carlo Ginsburg, um dos bons exemplos de historiador das mentalidades fora da França (Le Goff, 1995: 44), traz ao nosso conhecimento no Brasil a analogia entre os métodos de Morelli (identificação de quadros por detalhes tradicionalmente considerados insignificantes), Sherlock Holmes (atenção a mínimos detalhes fisiológicos, como a curvatura do lóbulo da orelha, para identificação de uma pessoa) e de Freud (diagnóstico com base em dados marginais da personalidade, como os “atos falhos”)⁸⁹. É igualmente importante a polaridade encontrada por Klaas Woortmann entre “homo economicus e homo moralis” nas etnografias de mundo camponês no Brasil. E ele entende que o camponês é antes de tudo um “homo moralis”, pois “não vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações” (Woortmann, 1990: 12). Assim, o conhecimento mais seguro dessa história de ocupação de terras não pode negligenciar pequenas “partículas” do cotidiano dos assentados, como as reminiscências, os pequenos rituais, ou até mesmo as expressões jocosas de um dia de mutirão. Mas, para continuar reproduzindo-se enquanto produtor de significados, o camponês assentado precisa se reproduzir enquanto classe e enquanto produtor de mercadorias. Ele passou por um processo de luta política organizada e agora tem que se organizar em associação, cooperativa, para nutrir-se a si e à sua família e para demonstrar a viabilidade da posse da sua pequena propriedade. Portanto, é na interseção do político/econômico e do cotidiano de símbolos e

7). Mas ainda vejo duas lacunas nessa definição. Primeiro, o aspecto familiar (cap. 9) em termos de estruturação social. Segundo, a questão da criação de animais, nas estratégias de produção.

⁸⁹Carlo Ginsburg. Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

significados que se espera ver entendido o significado último de ser ocupante de fazendas em Goiás.

Seguindo a linha dominante da segunda tendência, também se estará tratando de assentados de um "projeto de reforma agrária" (nas palavras deles), que viveram um conflitivo embate pelo resgate da terra perdida. O que eles buscam é exatamente uma possibilidade de recuperação dessa terra, sobre cujo direito têm plena convicção - não a sua propriedade em si, mas a terra para o trabalho. Num horizonte mais amplo, é, portanto uma busca pela efetivação da democracia. O exercício mesmo da democracia supõe a compatibilização de interesses individuais, interesses de grupos ou classes, portanto, de pluralidade de razões. É por isso que "a democracia é inseparável do conflito" (Barcelona, 1992: 170-171). De modo mais preciso, aqui se torna imprescindível um recurso à "teoria dos campos" de Bourdieu. As ocupações de fazendas definem perfeitamente o que se poderia chamar, por exemplo, de "campo agrário" onde estão em jogo interesses fundamentais, específicos e antagonicos (Bourdieu, 1984: 113-120) em relação à utilização da terra: concentração e pequena propriedade; especulação e produção de alimentos; formação de pastagens e moradia; etc. O campo é um lugar de lutas por transformações, lugar de mudanças permanentes (Idem, 1992: 79). Mesmo que na atual conjuntura agrária, as elites vitoriosas no Congresso Constituinte de 1988 tenham se reciclado, passando a adotar uma postura discursiva e organizativa voltada para a questão da política agrícola e da renda agrícola (os "agribusiness" da ABAG), o monopólio da propriedade fundiária continua lhes sendo inegociável (Bruno, 1995).

Essa é, eu diria, uma grande chave de todo este trabalho, particularmente iluminadora desta segunda parte, onde, por isso mesmo, já aparece mais claramente uma assumida mistura de técnicas de pesquisa. Documentos foram procurados e utilizados naquilo que eles têm de riqueza enquanto registros de fatos e de idéias; histórias de vida foram assumidas como parte essencial da construção, partilha e transmissão de significados; através de entrevistas semidirigidas, muitas falas de sujeitos sociais ganharam voz em nosso trabalho. E há também, a partir de agora, referências a um questionário que foi aplicado em três assentamentos, com a preocupação de cercar, da forma mais segura possível, alguns aspectos fundamentais da pesquisa. Não se trata de uma oscilação entre pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa. O presente trabalho não vive esse dilema. Nenhuma pesquisa é só qualitativa nem só quantitativa. Sempre que uma das duas maneiras de acesso ao real é utilizada, ela o é com um claro contrabando da outra. Dizer que 100% dos chefes de unidades de produção têm

como escolaridade máxima o segundo grau - para os que a têm - não significa apenas lidar com uma cifra numérica ou percentual. Isso indica um determinado predicado do campesinato goiano, quiçá, brasileiro. O fundamental, portanto, é entender o contexto goiano em que emergiu o fato social das ocupações de fazendas e como ele reorganiza a vida e as trocas simbólicas num contexto rural.

Em resumo, aqui está fundamentalmente a "porta de entrada"⁹⁰ para o núcleo central de minha tese. Desde as mais remotas ações e movimentos dos agricultores em vista da constituição de um assentamento (como reuniões em igrejas e sindicatos), passando pelo difícil aprendizado em termos de produção e de comercialização, até a relação dos indivíduos com as instâncias de produção de conhecimento e de convivência comunitária como a escola e a religião, tudo isso incide decisivamente na definição da organização interna do grupo e das tramas cotidianas de inclusão/exclusão.

⁹⁰Estou utilizando esta idéia aqui, por sugestão da Professora Maria Suely Kofes, por ocasião do Exame de Qualificação.

5. DA OCUPAÇÃO AO ASSENTAMENTO

*"João Vaqueiro que ali estava, o mais prestimoso servidor da casa, cuja família a vinha servindo de pais a filhos, também tinha as suas queixas, se tinha! a formular contra aquele pé de cousas".
(Ramos, 1964: 153).*

O regionalista goiano de maior expressão em nível nacional, Bernardo Élis, tem como uma de suas principais características literárias, o realismo, a crueza com que fala do cotidiano do homem goiano, no campo e nas pequenas cidades. Em uma de suas obras mais premiadas, Veranico de Janeiro, há um conto, com o mesmo título, em que essa característica ganha o nome de Isidoro. É um trabalhador que percorria os sertões, trabalhando como diarista de fazenda em fazenda. Por último estava encostado na fazenda do Major Chiquinho, na localidade de nome "Barreiro do Meio". A doença o acamou e estava já quase sendo comido pelos urubus em seu miserável rancho, só. Um morador da mesma localidade o colocou no carro de bois e o transportou para a cidade e, com a ajuda do benzedor Liduvino, passou com o carro de casa em casa, procurando uma família abnegada que abrigasse o moribundo trabalhador. O sofrido e longo cortejo terminou na Rua da Palha, na casa de Chiquinha do Amaro, que vivia da renda de uma filha prostituta. O sertão de Bernardo Élis ainda tem os capitães agiotas e os coronéis que, pelo endividamento dos pequenos sitiantes, vão arredondando o seu já grande patrimônio fundiário (Élis, 1987: 4-36). Mesmo que a linguagem literária dê um certo requinte à crueldade da vida no campo, seus personagens não são exatamente personagens de uma ficção. Os sujeitos sociais aqui contemplados provêm todos desse mesmo universo de expropriação e de exclusão. Por isso, antes de falar propriamente de assentados, é bom recuperar essa etapa em suas trajetórias individuais e, em seguida, a etapa de liminaridade que antecede o assentamento.

É nessa perspectiva processual, dinâmica, que está a "especificidade camponesa" (Godói; 1993: 184). Por isso, em vez das tipologias estáticas e já com certo grau de saturação (acampado, ocupante, assentado), é melhor avançar na perspectiva de José de Souza Martins, indagando quanto ao lugar desses mesmos sujeitos "no processo histórico": quem são eles e

como concretamente se fazem sujeitos de um processo de mudança social. E para dizer quem são os camponeses, Martins se apropria do conceito de classes subalternas, legado gramsciano, depurando-o. Ele recusa de Gramsci e De Martino a inclusão de povos coloniais, ao lado de operários e camponeses, na constituição de classes subalternas. A subalternidade é mais ampla. “Não expressa apenas a exploração, mas também a dominação e a exclusão econômica e política”. A subalternização é, portanto, um processo que atinge grupos crescentes nos países pobres, como mulheres, negros, jovens, crianças, etc. (Martins, 1989b: 97-99).

As ocupações de fazendas caracterizam-se como uma tentativa politicamente organizada de interceptação dessa trajetória de subalternização. Em boa medida é isto o que pretendo descrever. Como ocupações bem-sucedidas, os assentamentos passariam a ser um estágio na formação da autonomia política dos trabalhadores rurais, constituindo-se no fim da sua longa trajetória de exclusão política e econômica, que vem, pelo menos, do período das ocupações livres - 1822-1850 (Gehlen, 1991: 141). Devido à intensidade dos conflitos enfrentados e devido também ao quadro de sujeitos aliados, o percurso feito em busca desse objetivo, que é político, tomou também contornos religiosos. Tradicionalmente identificada em nosso país com os setores econômica e politicamente dominantes, a Igreja Católica é a instituição social que tem emprestado o mais significativo volume de ajuda física, material e humana a esse processo de luta pela posse da terra. É evidente que não é toda ela, mas os chamados “setores progressistas”, que têm juntado às lutas dos trabalhadores rurais um importante capital simbólico renovado, gestado na simplicidade de milhares de comunidades eclesiais e proféticas, no sentido em que elas se auto-definem, com uma reiterada preocupação em unir “fé e vida”. Com isso, a identidade dos sem-terra e ocupantes está, inevitavelmente, nesse imbricamento, que não é mera adição, mas uma relação de complementaridade. A ocupação de terras é, pois, uma “ação política sacralizada” (Franco, 1992: 8). Esse “caráter sagrado da terra” é tomado por Cyro Lisita como responsável pela “visão ruralista” da Igreja (todas as relações são reduzidas à terra), responsável por uma enorme desfiguração da problemática dos trabalhadores rurais, ao considerar, por exemplo, assalariado agrícola como sem terra (Lisita, 1992: 328-329).

O presente capítulo limita-se aos antecedentes do assentamento. Por isso, essas questões ligadas à identidade dos assentados deverão voltar, de maneira mais estendida, detalhada, nos capítulos subseqüentes. Também por isso, uma diferenciação de significados

entre o acampamento e o assentamento, nesse processo de identificação (mais que caracterização estática), fica para capítulos posteriores, especialmente o capítulo 8.

5.1 Ô-de-casa, ô-de-fora

*"A existência de um assentamento rural é o resultado de uma complexa, demorada e, por vezes, desgastante mobilização social, na qual se mesclam a reivindicação de direitos básicos do cidadão com elementos ideológicos, organização política, apoios religiosos e institucionais. Uma luta social com opositores, às vezes com inimigos e até com mortes".
(Eugênio Giovanardi⁹¹).*

Antes de apresentar, dentre os assentados já estabelecidos no Estado de Goiás, os que constituem a principal fala do presente trabalho, convém dizer algo mais sobre o próprio Estado de Goiás. No capítulo 1 já se falou bastante mas numa perspectiva reconstitutiva, tentando compreender, na história da formação econômica e populacional desta unidade da federação, a histórica exclusão do trabalhador rural. Agora torna-se oportuno sinalizar, numa perspectiva mais conjuntural, o quadro de miserabilidade em que ainda se encontra o Estado. 26,9% da população percebem renda mensal de até ½ salário mínimo. Esse índice é superior ao da própria Região Centro Oeste, com 23,3% e, numa comparação inter-regional, inferior apenas ao índice da Região Nordeste, que é de 53,7%. Também nos indicadores sociais, como analfabetismo, crianças fora da escola, serviços de água e esgoto, etc., Goiás tem os índices mais baixos do quadro regional brasileiro. Em alguns casos, Goiás é superado apenas pelos Estados do Nordeste. Ainda assim, os índices da miséria goiana são muito altos. Apenas a título de exemplo, 76,8% dos domicílios não têm esgoto adequado e 59,3% da população trabalham sem registro em carteira⁹². Para o caso específico do Estado de Goiás, esse é um dos elementos fundantes da emergência dos ocupantes de fazendas, como, de modo geral, tentei mostrar ao longo da primeira parte do presente trabalho.

⁹¹Boletim "Universidade Aberta", Nº 11, Fundação Demócrito Rocha, Fortaleza

⁹²Dados do IBGE de 1990, constantes de memorável matéria assinada pelos jornalistas Maria José Braga e Marcio Fernandes, em O Popular, Goiânia, 19/05/96, 4B, sob o título: "Os Excluídos"(Anexo 04).

Os trabalhadores rurais que passaram por esse processo de organização e luta pela posse da terra, se foram bem sucedidos, foi justamente porque se associaram a outros, num “movimento” político coletivo. Mas, como ficou claro na primeira parte, eles não surgem desse “movimento”, muito menos de uma sigla. Eles surgem do seu próprio processo de exclusão social, e essa somatória de excluídos é, também, por sua vez, um momento de eclosão da experiência da exclusão. Está-se falando, portanto, de trabalhadores rurais sem-terra, de longas décadas, anteriores à sigla. E sobre eles, José de Souza Martins tem uma classificação muito clara. Um primeiro grupo são os atingidos por construções de barragens, e um segundo são os trabalhadores agrícolas sem terra própria para trabalhar (meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários). Antes de se organizar para as ocupações, esse segundo grupo tinha como única alternativa: proletarizar-se, geralmente como bóia-fria (Martins, 1993: 137-139).

Em termos conceituais, ainda com Martins, não se estará falando especificamente de “classe”. Os ocupantes de fazendas são camponeses, e, sobre índios e camponeses, Martins diz: “estamos falando de grupos humanos e de categorias sociais que têm sido mantidos à margem, excluídos da História” (Idem, 30). Fazendo ainda uma distinção entre luta pela terra e luta pela reforma agrária, diz Martins que a luta pela terra toca mais profundamente a estrutura social e a luta pela reforma agrária expressa uma certa conciliação, um acordo com as outras classes (Idem, 104). Seguindo essa classificação, pode-se dizer que o caso das ocupações de terra se define como uma luta pela terra. Quem entra em um caminhão nas madrugadas, carregando um alicate para cortar uma cerca de arame, é porque já se cansou das conciliações e das promessas políticas.

E para terminar esse preâmbulo que, ainda com um certo tom de assepsia, tenta definir os sujeitos sociais enquanto grupo, organização em busca da terra, é preciso também desmistificar em certa medida esse próprio sujeito. Ele não é síntese nem vanguarda da revolução social. E, ainda que o fosse, a revolução social não é necessariamente uma ruptura total. Ela engendra também forças diversas, contra-revoluções. Assim é a presença do campesinato na revolução social. Ele não se organiza de modo necessariamente revolucionário. São até freqüentes os movimentos de cunho tradicionalista. É que, segundo Ianni, para o campesinato, que nem se reconhece como tal, não se põe a questão da transformação da sociedade nacional. Assim diz Ianni:

“Nem sempre o camponês está pensando a reforma agrária, que aparece nos programas, discursos e lutas dos partidos políticos, na maioria dos casos de base urbana. Pensa a posse e o uso da terra na qual vive ou vivia. Estranha quando o denominam “camponês”. Reconhece que é trabalhador rural, lavrador, sitiante, posseiro, colono, arrendatário, meeiro, parceiro, etc. São os outros que dizem, falam, interpretam, criam, recriam ou mesmo transfiguram as reivindicações e lutas do camponês. Muitas vezes este não se reconhece no que dizem dele, ou fazem por ele, a partir de partidos políticos, agências governamentais, órgãos da imprensa, igrejas” (Ianni, 1988: 101-102).

Terminado esse preâmbulo, vamos aos sujeitos concretos. Em janeiro de 1968, iniciava-se na Diocese de Goiás-GO, o episcopado de Dom Tomás Balduino, recém-nomeado bispo, em meio ao processo de mudanças pós-conciliares da Igreja Católica no Brasil. O novo bispo tinha na sua biografia de padre, em Conceição do Araguaia, no sul do Pará, experiências renovadoras, como a criação do MEB na região. Mas a marca mais determinante do seu mandato viria a ser do ponto de vista metodológico, ou seja, a realização de assembleias diocesanas incluindo os leigos. Daí em diante, mais especificamente a partir de 1972, houve uma total requalificação de grupos e práticas no interior daquela Igreja Particular. Os novos atributos de uma religião ética e política, autodenominada “Igreja do Evangelho”, passaram a ser a reflexão bíblica, a formação de sindicatos de trabalhadores rurais e a denúncia de situações de injustiça, especialmente contra fazendeiros. O que se anunciava como “página virada”, em oposição à “Igreja do Evangelho”, era chamado de “Igreja de Tradição”, configurada sobretudo no consumo descompromissado dos sacramentos (Pessoa, 1990). Por isso mesmo, tal mudança religiosa implicou em mudanças profundas também no quadro das relações da própria Igreja com a sociedade envolvente, muito bem percebidas por Carlos Brandão.

“Até o ano de 1968, quando D. Tomás assume a chefia da igreja local, os seus antecessores, bispos, padres e leigos das irmandades seculares, reproduziram entre eles o pequeno jogo usual de alianças e prestações mútuas de serviços através dos quais os interesses, poderes e símbolos de legitimidade da Igreja Católica, da elite governante e dos grandes senhores de terras perpetuam-se, reforçam-se e mutuamente se auxiliam...”⁹³.

Com essa nova identidade religiosa, a Diocese de Goiás passou a ser o principal pólo de atuação da chamada “Igreja Progressista” no Estado e, em consequência, a principal área de conflitos políticos e religiosos, envolvendo questões como sindicalismo rural, reforma

⁹³Carlos Rodrigues Brandão, *Crença e Identidade: Campo Religioso e Mudança Cultural*. Boletim Trabalhos em Antropologia, IFCH/UNICAMP, No 3, maio de 1988.

agrária, o leigo na Igreja e na Liturgia, etc. Isso, somado ao dado histórico de que o município foi num passado recente, com resquícios ainda no presente, berço de influentes clãs latifundistas do Estado, qualifica significativamente a antiga capital para um estudo sobre problemas rurais. Não foi por acaso que essa mesma região foi o palco das primeiras ocupações de terras no Estado. Em resumo, é por isso que essa região foi escolhida para concentrar as atenções desta pesquisa, priorizando as ocupações bem sucedidas - que se tornaram assentamentos - da década de 80, quando emergiu o movimento de ocupações.

Uma pesquisa de caráter mais exploratório, envolvendo entrevistas, acompanhamento de eventos e fontes secundárias, como arquivos, jornais, etc., foi desenvolvida junto aos assentamentos Estiva, Mosquito, Rancho Grande, São João da Lavrinha (no município de Goiás), Serra Branca e Retiro e Velha (no município de Itapirapuã). Em seguida, foi aplicado um questionário amplo, contendo questões sobre estratégias de organização da produção, do trabalho, da família, do lazer, etc.(Anexo 06), em apenas dois desses assentamentos, escolhidos por conterem uma trajetória de organização mais abrangente, possibilitando, certamente, uma base de informações mais substancial. São eles, Mosquito e Rancho Grande. Mas, buscando estabelecer uma diferenciação de dados com uma outra região do Estado, já que tantas vezes o procedimento comparativo tem dado às Ciências Sociais, aqui e alhures, incluí na aplicação do questionário o assentamento Rio Paraíso, no município de Jataí. Vejamos alguns dados sobre estes três assentamentos.

“São Sebastião do Mosquito”

A área desapropriada é de 1890 ha e abriga 43 parceleiros, restando ainda uma área de 719 ha como área de preservação ambiental. Obedecendo às variações de fertilidade natural, topografia e proximidade de nascentes, os lotes têm uma variação entre 25 e 63 ha. A área está a 35 km da sede do município e a 140 km da capital do Estado (Freitas, 1994: 140-142). Com apenas uma exceção, todos os lotes têm fundo com água corrente, sendo na maioria banhados pelo Rio Bugre ou pelo Ribeirão Mosquito⁹⁴. Quando da criação do projeto de assentamento, o INCRA elaborou as seguintes descrições técnicas da área:

⁹⁴Lembrado por Hugo de Carvalho Ramos, no livro de contos Tropas e Boiadas, pág. 55, como sendo farto em pias (Leporino bimaculatus), curumatãs (ou corimbatá, crumatá, corimba ou ainda papaterra - Proxilodus furniere) e também em sucuris. A localização dos parceleiros é conduzida pelo INCRA, com o seguinte encaminhamento: há um estudo técnico que reúne as principais variáveis como água, condições produtivas, possibilidades de construção de estradas, etc. Com esse estudo o INCRA cria um mapa, com o intuito de criar o

“Solo e relevo. É predominante na área o grupo de latossolos, textura média e às margens do Rio Bugre, apresentam-se manchas de solos aluviais. Junto às encostas há incidência de pedregosidade e afloramento de rochas, caracterizando o grupo de solos litólicos. Cerca de 70% da área, apresentam um relevo suave ondulado; o restante é constituído por montanhas e encostas com declividade bastante acentuada não acima de 45%. Aptidão agrícola. O imóvel apresenta em sua maioria, aptidão agrícola regular, refletindo a participação de um determinado nível tecnológico e a aplicação de capital. Apresenta capacidade para implantação de culturas de ciclo curto e restrição às culturas de ciclo longo”.

Sobre as famílias selecionadas o INCRA as classifica como sendo 36 famílias de “sem-terra” e 7 famílias como caso de regularização fundiária⁹⁵.

Rancho Grande

É uma área de 758 ha, dividida em 21 parcelas, bastante irrigada, tendo em uma das divisas o Rio Vermelho e o Ribeirão Rezende cortando-a. Nas descrições técnicas do INCRA para o seu solo, constam as presenças de várias colorações do grupo de Latossolos, além de Cambissolo e Solo Concrecionário. Quanto à Aptidão Agrícola, o INCRA considera em sua análise, três “níveis de manejo”. A - manejo natural, roça de toco; B - tecnologia simples, como cultivador, arado de bois; C - necessidade de trator, insumos, etc. A maioria das terras do Rancho Grande tem recomendação para o manejo B. No A não existe possibilidade de retorno pela baixa produtividade. No C há boas possibilidades de retorno, mas com custos elevados⁹⁶.

O que se pode deduzir das descrições técnicas é que as terras dos assentamentos da região de Goiás são fracas para agricultura, com muita declividade e incidência de pedras. O caminho seria fazer grandes investimentos em tecnologia corretiva, de preparo e de irrigação.

número de lotes possíveis para atender à demanda do grupo, com uma certa compensação entre eles. Um lote mais fraco precisa ter uma área maior. Feito o mapa o INCRA reúne os agricultores em situação de pré-assentamento, mostra o mapa, justifica a distribuição e solicita a anuência do grupo. Em seguida dá-se o sorteio dos pretendentes, segundo a numeração dos lotes no mapa. O único caso conhecido em Goiás em que não houve o sorteio foi o Assentamento São João da Lavrinha. O grupo ficou em pré-assentamento, ou seja, em um aglomerado de ranchos à beira do Rio Vermelho, da ocupação em outubro de 1991 até abril de 1995. Segundo contam, cada um já foi projetando sua área e, quando o INCRA chegou propondo o sorteio, eles dispensaram. Cada um escolheu o seu lote no mapa, sem nenhuma contenda.

⁹⁵Conforme páginas 7 e 8 da pasta do processo de criação do projeto de assentamento do Mosquito, no arquivo da Divisão de Assentamentos da Superintendência Regional do INCRA.

⁹⁶Conforme páginas de 06 a 13 da pasta do PVT - Plano de Viabilidade Técnica, Divisão de Assentamentos, Superintendência Regional do INCRA.

Segundo Jalcione Almeida, isso é comum também a todos os assentamentos da Região Sul, o que acaba obrigando os assentados a uma produção, prioritariamente, destinada à "auto-subsistência" e secundariamente, à comercialização (Almeida, 1993: 223-224). Por isso, os técnicos do INCRA não recomendam culturas perenes, como café e frutas em geral e defendem a exploração da pecuária mista. A atividade bovina tem a vantagem de possibilitar uma receita básica constante, com importantes componentes alimentares. Mas não se pode tender para a especialização em engorda, o que também exigiria muitos investimentos em nutrição e manejo. Quer dizer: para agricultores descapitalizados, não é região para grandes sonhos econômicos.

Rio Paraíso

Surgiu de uma ocupação, em setembro de 1985, por 139 famílias de trabalhadores rurais sem-terra e bóias-frias de Jataí e região, contando com o apoio apenas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí e da Câmara de Vereadores, também de Jataí. O decreto inicial de desapropriação versava sobre os 11.910 ha da fazenda, de propriedade da Agropecuária Rio Paraíso Ltda, pertencente a um grupo de origem italiana. Com os recursos interpostos pelos proprietários, o processo se arrastou por mais de três anos, consumando-se apenas a desapropriação de 5.548 ha, que foram divididos em 176 parcelas (Freitas, 1994: 153-154). Com os casamentos e inclusões de filhos casados, já se estimam haver no assentamento mais de 200 famílias. Além dos lotes agrícolas, o assentamento recebeu também no seu traçado uma área para a instalação da agrovila. Cada parceleiro terá o direito a um lote na área urbana. Essa "planta", bastante parecida ao modelo de assentamentos do governo do Estado de São Paulo (D'Incao e Roy, 1995: 28), não foi adotada em nenhum outro assentamento dos aqui estudados. O assentamento contém ainda área para 4 centros comunitários (locais de reuniões e celebrações católicas), 4 campos de futebol, 4 escolas, posto médico, posto telefônico, pista de pouso, casa do técnico da EMATER, etc.

Para Ivaldo Gehlen, a presença desses "equipamentos" nos assentamentos não significa apenas níveis mais avançados de prestação de serviços específicos. Eles são, sim, para os assentados, "uma confirmação e um reforço ideológico de sua existência social" (Gehlen, 1991: 493). No Rio Paraíso mesmo, o que está melhor "equipado" dos três, percebi claramente essa forte auto-estima no empenho com que os parceleiros elencam os serviços existentes no assentamento. E ouvi muito por lá a narração da história da visita de uma

delegação de outro assentamento goiano, promovida pela FETAEG, cujos membros, recorrentemente, diziam estar em um nível bem "mais atrasado" do que eles. E várias vezes me pediam para fazer uma comparação entre o que vi nos outros assentamentos e o que vi no Rio Paraíso, naturalmente na expectativa de que eu os superestimasse em relação a outros assentados.

Um questionário foi aplicado, nos meses de outubro e novembro de 1995, junto a 30 chefes de unidades de produção desses três assentamentos. Para os interesses do presente item, vejamos alguns dados significativos, a começar pela idade dos parceiros. Apenas um, dentre os 30 informantes, pertencente ao Mosquito, tem menos de 30 anos. Mas, curiosamente, é do Mosquito a maior média de idade, 48,3 anos. O Rio Paraíso tem a menor média, que é de 44,6 anos, e a do Rancho Grande é de 46,5. Esta é também a média geral dos 30 informantes.

Quanto ao local de nascimento, o questionário possibilita afirmar que o ocupante de fazendas é essencialmente um migrante. 47% dos 30 informantes nasceram em outros Estados (RS, BA, MG, SC, SP). Destes, 13% passaram por um segundo Estado antes de chegarem a Goiás. Minas Gerais é o principal Estado de origem dos imigrantes, com 6 parceiros dos 14 que nasceram fora de Goiás. Essa imigração ainda é nuançada. Nos Assentamentos Rancho Grande e Mosquito, os imigrantes são basicamente mineiros; no Rio Paraíso, predominam os gaúchos e catarinenses. Mas há ainda o fenômeno da migração interna, dentro do próprio Estado. 20% dos informantes nasceram em outra região do Estado e 13% nasceram em um município vizinho. Um detalhe comparativo importante é que esses dois últimos casos, somando 33%, são todos do Rancho Grande e Mosquito. Dos parceiros do Rio Paraíso que responderam ao questionário, nenhum nasceu no município de Jataí ou em município vizinho. Apenas 20% dos 30 informantes nasceram no município onde está implantado seu assentamento.

A propósito, a questão da migração é freqüentemente envolta por uma certa aura de fracassos sucessivos do campesinato na sua constante busca de sobrevivência econômica. Para Ricardo Abramovay, entretanto, o econômico não deve ser o único ângulo de observação. Ele diz que, historicamente, a migração sempre foi um meio de reprodução do campesinato (Apud: Adant et Altafin, 1991: 113).

Sobre a profissão do pai e do avô, o questionário mostrou que os assentados são marcadamente descendentes de agricultores, com 93% de incidência para o primeiro caso⁹⁷ e 97% para o segundo. O questionário indagou também sobre a profissão do próprio parceleiro, antes de chegar ao assentamento, e 73% deles responderam que eram agricultores. Alguns poucos ofícios pulverizados, como marceneiro, pedreiro, operador de máquinas, funcionário público, motorista de caminhão, pedreiro, disputaram os 17% restantes⁹⁸. Em vários dos casos, esse ofício anterior deveu-se à circunstância da passagem forçada pela cidade. Os dados indicam, portanto, que ser agricultor é a ocupação e a experiência de vida dos parceleiros, desde os avós. E é assim que os ocupantes de fazendas costumam se apresentar. Numa carta ao então Delegado Regional do MIRAD, Lázaro Vilela, solicitando vistoria para efeito de desapropriação, datada de 07 de abril de 1988, os ocupantes das Fazendas Retiro e Velha escreveram:

“As famílias ocupantes são formadas de trabalhadores rurais sem terra que necessitam da terra para morar, plantar, colher e criar seus filhos e contribuir com a produção de alimentos para o Brasil⁹⁹.”

São pois, pelo menos três gerações que se juntam na formação da consciência e do compromisso desses agricultores com o resgate da terra para cultivo, criação e moradia. Na perspectiva de Bourdieu, toda essa trajetória e, sobretudo, a experiência de exclusão social vivida pelos sem-terra e ocupantes concorrem para a formação do "habitus" ou das "disposições internalizadas"¹⁰⁰ dos ocupantes e assentados, imprescindíveis para a compreensão das suas formas de produção de alimentos e de significados. Na mesma perspectiva, Luiz Inácio Gaiger trabalha com a idéia de ethos ou "sistema de disposições sócio-culturais" (Gaiger, 1994: 184). O item seguinte tenta fazer essa reconstituição, ou seja, uma pré-história individual da Revanche.

⁹⁷Esse índice corresponde a uma amostra representativa dos sem-terra no Brasil. Em pesquisa do DataFolha que ouviu 578 acampados em quatro estados (PA, SP, RS, MG), 86% deram a mesma resposta. Folha de São Paulo, 30/06/96, Caderno Especial "Sem-Terra", 2.

⁹⁸Dados semelhantes foram encontrados por José Carlos Leite no Assentamento Mirassolzinho, Sudoeste de Mato Grosso. Lá, antes de chegarem ao assentamento, 80% eram agricultores (juntando as atividades "lavrador", "meeiro" e "diarista"); 2,35% motoristas, 2,35% comerciantes e 1,17% funcionários públicos. As demais atividades mapeadas obtiveram percentuais insignificantes (Leite, 1993: 119).

⁹⁹Carta encontrada nos arquivos da CPT - Centro-Sul de Goiás.

¹⁰⁰Bourdieu, 1983: 60-61; Woortmann, 1990: 50. Para Maffesoli a noção de "habitus" foi apenas "vulgarizada" por Bourdieu. Na verdade ela tem uma "longa história", que começa por Aristóteles, Santo Tomás, passando por Goethe e Spengler, no sec. XIX, e por Schütz e Marcel Mauss, no sec. XX (Maffesoli, 1985: 224-225).

5.2 Sertão, trabalho, memória

*"Hoje tenho as mãos calejadas
De um trabalho duro e cruel
Só me restou uma sorte malvada
Boi de canga do coronel.
Faço parte dessa manada
Na cidade tonta e perdida
Me vem na garganta um nó de laçada
E no peito uma saudade doida".
(Juráildes da Cruz, "Memória de Carreiro").*

Em 1981, Helion de Barros, o "Chané", iniciava a grilagem da Fazenda Estiva ou São João do Bugre, a 42 km da sede do município de Goiás. Em torno de um dos posseiros (Antônio Alves de Sousa, o "Antônio Baiano"), formou-se uma resistência que, em 1987, geraria o Assentamento Estiva, com nove famílias (4.2). Indagado sobre sua trajetória pessoal de vida e trabalho, Antônio Baiano disse:

"No tempo dos nossos pais a nossa vida era fácil. Todo mundo tinha terra pra morar e trabalhar e a terra toda foi tomada. Tomaram a terra, retirou o povo. O povo trabalhador, que trabalhava na terra, eles tomavam aquela área de chão - dois mil alqueires, três mil alqueires - e falava: essa área aqui é minha. Não quero trabalhador nenhum aqui dentro dessa terra. Cês se afasta daqui que aqui é meu". E nós tomamos a atitude através do sofrimento"¹⁰¹.

Apesar da alcunha, é um septuagenário goiano (de Anápolis), lembrando-se do tempo de seus pais, do qual ele fez parte. É o tempo em que o Estado de Goiás ainda estava sendo efetivamente povoado. Tudo era sertão, ermos de fazendas. E, n'algum canto sossegado de sua memória, o velho agricultor se depara com as condições de trabalho daquela época. Reinava a calma. Depois tudo virou mercadoria e o trabalhador foi tangido da terra. Mas, antes disso, o que é mesmo o sertão ?

Para Manuel Borjas, o sertão é uma categoria de muitas dimensões geográficas e ideológicas; é, genericamente, equivalente ao "interior". Nas referências que faz a Guimarães Rosa, Bernardo Élis e Euclides da Cunha, o sertão é nuançado como lugar de imensidões, distâncias, matas, lugares ainda não devidamente atingidos pela racionalidade da produção

¹⁰¹ Antônio Alves de Sousa, em depoimento, em sua casa, no dia 19/05/94.

(Borjas, 1995: 65-67). Na concepção de agricultores paulistas do Alto Paraíba, o sertão se refere a matas, mas não qualquer mata. É mata densa e de bichos. Por isso não está associado à fazenda e ao trabalho do homem. Essas duas situações servem até para uma distinção das classes de sujeitos do campo. A fazenda é lembrada como o lugar de homens "de posse", enquanto que o sertão é lembrado como lugar que sobra para a vida de "homens pobres" - os "sertanejos" (Brandão, 1995: 62-66).

Os ermos são lugares distantes, tristes, feios, onde se chega somente por estradas intermináveis e sinuosas. Nos contos de Hugo de Carvalho Ramos e Bernardo Élis, as regiões do Rio Bugre, da Estiva e do Ribeirão Mosquito são assinaladas como terras do sertão. São regiões distantes, cheias de perigos e fantasmas. Nas reminiscências de Carmo Bernardes, o sertão é a distância da cidade. Dá a entender que quanto mais distante ("mais afundado no sertão, distante das cidades"- Bernardes, 1985: 78), mais sertão é. E, para Bariani Ortêncio, o "sertão sem fim" é um mundo onde a jagunçama resolve para os coronéis, em última instância, as desavenças amorosas e as rixas devidas aos roubos e limites mal definidos das fazendas (Ortêncio, 1965: 163-261). É também levar queijo, requeijão e outros produtos no cargueiro do animal, para vender no patrimônio e padecer a exploração dos vendeiros. Pagam pouco pelos produtos do sertanejo, e sempre na troca pelos produtos de sua bodega (Idem, 15-32).

Borjas cita Martins para dizer que o sertão é apenas um modo de conceber o mundo rural utópico. Nesse sentido, o sertanejo não é só um sujeito distante, no isolamento quase absoluto, mas vive também na cidade (Borjas, 1995: 68-72). Ou seja, sertão é todo o Estado de Goiás antes da chegada da Estrada de Ferro (2.3), ou a maior parte dele, mesmo depois do trem. A idéia de sertão é evocada, inevitavelmente, a partir da idéia generalizada de isolamento e despovoamento de nosso Estado nesse período.

"...É difícil imaginar o território goiano do período pós-mineratório sem as imagens seqüenciais de hectares infinitos de terras desabitadas e lugares ermos, de aridez e abandono. O sertão está para o goiano como o deserto para o árabe e as florestas para os britânicos" (Chaul, 1995: 40).

Mas, nessa outra perspectiva apontada por Borjas, o sertanejo pode estar também nas ruas de um bairro de Goiânia, como vi recentemente. Era um soberbo carroceiro que pôs nas

duas extremidades traseiras de sua carroça, dois azeiteiros¹⁰². A carroça de hoje, em um novo contexto de condições e de relações de trabalho, é o choroso carro de bois das estradas poeirentas do sertão. Pena que sua vida de carroceiro e de carreiro, que estou a supor que foi, seja tão somente para ser vivida e revivida e não para ser descrita. Senão, ele poderia dizer com Riobaldo Tartarana: “Sertão: é dentro da gente”. Assim, penso que o sertão está muito presente na reconstituição da vida pretérita de agricultores hoje assentados (feita por eles mesmos), ainda que uma parte dessa experiência tenha se dado nas periferias de grandes cidades ou em pequenas cidades do interior de Goiás.

O “tempo dos nossos pais” do depoimento de Antônio Baiano é ainda um tempo impreciso. Na fala do agricultor, ele não obedece a uma contagem de tempo (Brandão, 1986: 133). É apenas um “tempo antigo” que, inevitavelmente emerge na fala de um trabalhador rural quando ele tenta descrever as condições atuais de vida e trabalho (Idem, 128-129), sempre numa oposição às condições dos “dias de hoje”(Brandão, 1981: 45). Outra imagem, também sem uma precisão lógica, que se associa a esse tempo pretérito, é de que era um “tempo de fartura”, em que as fazendas eram habitadas por muita gente. Havia muitos agregados, quase que como parte da propriedade (Ramalho, 1986: 91). A unidade econômica básica eram as fazendas de gado, habitadas por muitas famílias (Lisita, 1992: 365). Era muita gente, mas distribuída apenas entre duas categorias de sujeitos sociais, os fazendeiros e os peões. É ainda Carlos Brandão quem o mostra bem:

“As pessoas do passado de sua região - as do começo de um “tempo antigo” - vieram atrás das primeiras boiadas e foram os construtores das primeiras grandes fazendas. Os fazendeiros, então poucos e donos de grandes extensões de terra, e a sua “peonada”, são as categorias de sujeitos que fazem maior volume nas pequenas sagas locais das histórias da região” (Brandão, 1981: 27-28).

Uma dessas sagas pode ser o conto “Quadra de São José”, de Bernardo Élis. É a narrativa de um milagre: o coronel ter passado de madrugada, a cavalo, não se sabe se bêbado ou dormindo, sobre a única viga que havia sobrado de uma ponte que caiu com a enchente de

¹⁰²O azeiteiro é uma ponta de chifre que o carreiro pendura na extremidade traseira da mesa do carro, chamada recavém. Dentro do azeiteiro vai o azeite de mamona ou óleo queimado para untar o eixo e os cocões do carro. O efeito esperado com esse tratamento é a cantiga do carro, quanto mais grossa melhor (Ortêncio, 1983). Gregório Bezerra, no seu livro Memórias, reconstitui momentos de sua infância de “candieiro”(menino que vai à frente, chamando os bois de carro) no engenho, falando da função do azeiteiro. “Fiquei saltitando de alegria. Ia andar em cima de um carro de boi, chamar boi com uma vara de ferrão. Ia passar muito sebo e azeite nos eixos das rodas e nos mancais. Isso para o carro ranger e cantar bonito” (Apud. Zenir Campos Reis, O mundo do

São José, no Rio Corumbá. No conto só aparecem os dois vaqueiros do diálogo, o patrão/coronel e a patroa (Élis, 1974: 47-54).

Esse passado remoto ou de localização difusa, imprecisa, e que é sempre idealizado entre os “caipiras” (Cândido, 1979: 197) ou entre agricultores em situação de crise (Gehlen, 1991: 151), é cada vez mais passado, difuindo-se na memória dos trabalhadores rurais, pela ação de um passado mais recente, o pós-“paraíso perdido”. Um longo itinerário seria percorrido até o reencontro com a terra. Primeiro veio a peregrinação de fazenda em fazenda, como podemos ver nas palavras de um goiano cuja obra mais importante foi escrita no Rio de Janeiro e de um carioca cujas primeiras obras foram escritas em e sobre Goiás.

“Um a um, valendo-se de novos contratos com fazendeiros do arredor, os camaradas do sítio se tinham ido, numa passividade fatalista de rebanho, das ferropéias dum jugo para as do outro, quem sabe, mais duro e cruel” (Ramos, 1964: 166).

“Lavradores eram errantes crônicos no passado e o são, mais ainda, hoje em dia. Alguns adultos com quem conversei (em Catuçaba) passaram por vários sítios e fazendas, como camaradas empregados e/ou parceiros, durante a infância e a adolescência” (Brandão, 1990: 37-38).

Depois, esgotado o período da migração circular, de fazenda em fazenda, veio o período da migração rumo à cidade, ainda assim, conservando-se o métier, em condições adversas. Foi o que constatou ainda Carlos Brandão:

“Assim, ou porque não consegue se imaginar fora do trabalho agrícola, ou porque não consegue se ocupar como um trabalhador urbano, o lavrador migrante redefine-se profissionalmente dentro dos limites do trabalho rural e, como um assalariado, passa de empregado de um fazendeiro a diarista de vários, ocupado intensamente durante os períodos de preparo do terreno, plantio e colheita; sub-ocupado durante períodos de entre-safra” (Brandão, 1981: 29).

E finalmente veio o período da saturação dos dois anteriores, e o esforço por retornar à terra, que já não existia mais. Era necessário fazer com que ela existisse. Toda essa trajetória de vida e de trabalho parece estar sintetizada numa pequena fala do Zé Tiago, mineiro de 59 anos, do Assentamento Retiro e Velha em Itapirapuã.

“A minha vida sempre foi assim trabalhando de ameia, por mês, de empreita, de bóia-fria. Ai a coisa não deu mais pra continuar porque a

trabalho e seus avessos: a questão literária, in: BOSI, Alfredo(Org.). Cultura Brasileira: Temas e Situações. São Paulo, Editora Ática, 1987: 55).

gente viu que a picada tinha terminado. E a solução que aconteceu foi isso, que a gente se entendeu de ocupar uma área de terra pra ver se consegue sobreviver melhor”¹⁰³.

Japão, um militante do MST que se tornou assentado na Fazenda Rancho Grande, recorda o quanto é sinuoso o caminho que tem levado muitos agricultores ou seus filhos de volta à terra. Ele fez parte do acampamento às margens da BR-153, saída de Goiânia para Anápolis e, de lá, depois de fracassarem as esperanças do cadastramento junto ao INCRA, planejaram a ocupação. Mas, antes disso, ele foi migrante e "pau pra toda obra".

“Nasci em Ituiutaba-MG, fui pra Patos de Minas com cinco anos de idade, perdi minha mãe. Morei em Patos até os 14 anos. Trabalhava fazendo tijolo. Aos 16 eu fui pra Brasília onde morei dois anos, trabalhando de chapa. Voltei pra Minas e vim pra Goiânia em 83. Em Goiânia trabalhei na Coca, depois me transferiram pra Goiás Velha. Depois, teve um problema na firma, que acabou, mandou todos os funcionários embora. Aí eu morava na casa de um ex-cunhado e ele foi pra Itapuranga. Comprou um bar em Itapuranga e eu fiquei trabalhando no bar”¹⁰⁴.

Depois de uma saudável mistura de falas literárias e antropológicas, podemos colocar mais alguns números percentuais, mostrando que essa redefinição urbana do trabalhador rural, de que fala o parceleiro do Rancho Grande, é uma realidade não apenas brasileira, mas, mundial. Alberto Passos Guimarães diz mesmo tratar-se de uma "lei geral da economia agrária de todos os países, capitalistas ou socialistas, desenvolvidos ou subdesenvolvidos" (Guimarães, 1979: 232). Na primeira metade do presente século, a mão-de-obra agrícola, em relação à população economicamente ativa, caiu, por exemplo, de 38 para 23% nos Estados Unidos e de 40,2 para 15,8% no Canadá. No Brasil, com dados menos abrangentes, ela caiu de 64% em 1940 para 58% em 1950, indicando a mesma tendência decrescente (Idem, 233), mesmo estando entre os países com a mão-de-obra ocupada na agricultura mais numerosa do mundo (Idem, 237).

E o tempo da ocupação, da vida nas barracas, da repressão policial, também já é memória. Memória às vezes pitoresca, jocosa, mas que dá bem a idéia da esperteza muitíssimo necessária para quem está numa verdadeira batalha. Zé Tiago e Abelardo, os dois presidentes das duas associações do Assentamento Retiro e Velha contaram juntos uma dessas

¹⁰³José Teodoro da Silva, Zé Tiago, em depoimento em sua casa, na ocasião seu rancho, no Assentamento Retiro e Velha, no dia 22/04/94.

¹⁰⁴Delcídio da Silva Moreira, o Japão, em depoimento em sua casa, ainda um rancho, no Assentamento Rancho Grande, no dia 17/04/94.

histórias. Certo dia, surgiu um recado no acampamento, durante a primeira ocupação. Era um capataz da fazenda invadida, pedindo socorro. Os cachorros acuaram uma onça que subiu em uma árvore. Ele pedia que os acampados fossem lá para ajudar a matar a onça. Foram vários com espingardas. O tiro de uma "doze" derrubou a felina vermelha, que foi logo em seguida para as panelas dos acampados. No dia seguinte, chegou um destacamento inteiro de policiais fazendo um cerco permanente ao acampamento e tomando a maioria das armas. A caçada da onça foi uma armadilha eficaz.

Às vezes é memória realística também, reconstituindo com simplicidade a precariedade da vida no acampamento. No mesmo assentamento, Manoel Carneiro Leite, que também é chamado de "Ti Mané" pelo respeito de todos às suas benzeções, quando perguntado sobre o que havia de mais marcante nessa história, disse:

"A gente lembra de várias coisas. A gente guarda no sentido que foi uma luta difícil, uma luta sofrida, a gente lembra da gente nessas guardas, sofrendo, pelejando pra adquirir essas terras. A gente lembra de ver essas crianças igual nós via, num rancho, ali todo mundo sofrendo, guentando até a veis muita humilhação, porque a gente guenta mesmo, de pessoas falando, mal-dizendo. Então a gente tem isso tudo pra pensar na vida da gente, aquele passado"¹⁰⁵.

Mas, o que é e a que serve a memória? Qual é o seu estatuto social? Roberto Da Matta diz que a dialética das representações e das identidades sociais se funda no "jogo de lembrança e esquecimento, memória viva e lembrança morta, dado explícito e fato implícito (e, às vezes, reprimido)"(Da Matta, 1993: 36). E foi exatamente nesse "jogo" que Manoel Santana, o "Manezão" da Fazenda Estiva, diz ter tomado a decisão de ficar na resistência à grilagem. Primeiro foi a lembrança, já meio ofuscada, de um tio que se suicidara, na década de 60, quando sofria igual ação de grileiros. Disse Manezão: "E aí, antes, a gente tinha uma revolta, que a gente, na época, a gente até já tinha esquecido". Depois, foi a morte de um cachorrinho, na queima do rancho do Antônio Baiano. O pequeno animal estava amarrado no esteio do rancho, os jagunços atearam fogo e não houve tempo de libertá-lo. Ao final de toda a história, Manezão resume:

"Foi o que mais me firmou aqui nessa terra: foi a morte do meu tio e a morte do cachorrinho. Porque, até o dia da morte do cachorrinho aqui, queimado, eu tava aqui meio indeciso. Mas quando eu vi o cachorrinho morto, algumas mulheres contando que bala passava

¹⁰⁵Manoel Carneiro Leite, em depoimento em sua casa, no dia 24/04/94.

queimando o cabelo delas, falei: a gente não pode sair daqui mais.
Vamos ficar pro que der e vier"¹⁰⁶.

Tomar esse tipo de material em uma argumentação pode parecer a sua própria fragilização. São pequenas informações, difusas no tempo, carregadas de subjetividade. Pode parecer muito mais um inventário de lamúrias e de expressões do senso comum, do que um objeto científico. Bourdieu, certamente não passou por esse drama. Para ele, a verdade completa sobre o mundo social, está em que ela seja dupla, objetiva e subjetiva (Bourdieu, 1989: 53). E José de Souza Martins não recusa o senso comum como caminho para se chegar ao conhecimento do real. Diz Martins:

"A Sociologia tem que pôr um fim na briga tradicional com o senso comum. Ele é uma das matrizes de referência na construção de um pensamento sociológico mais próximo da diversidade do real" (Martins, 1993: 30).

Martins tem toda razão, pois, em termos epistemológicos, é exatamente no senso comum que começa a atitude científica. Leônidas Hegemberg, que prefere utilizar o termo "bom senso" ou "saber comum", diz que não há um divisor nítido entre as duas formas de conhecimento. O "saber comum" se transforma em ciência. Como diz ainda Hegemberg, "muitas ciências nasceram das preocupações diárias do homem"¹⁰⁷.

Também Roberto Da Matta é oportuno nessa justificação metodológica. Não se nega a importância heurística de grandes sistemas sociais, analisados testados por grandes teorias científicas. Mas, na fala entrecortada de nossa gente (via-de-regra) iletrada e na rusticidade de suas casas e objetos, está também uma importante fonte de conhecimento do que é ser brasileiro. Apresentando *A Casa e a Rua* aos leitores/"visitantes", dizendo tratar-se de uma antropologia não muito "bem-comportada", Da Matta diz:

"Quem escreve sobre a sociedade sem querer perder de vista as relações sociais e seus paradoxos não pode construir casamatas mas cabanas, barracos e choças" (Da Matta, 1985: 10).

Voltemos à memória. Para o filósofo Henri Bergson, a memória é memória em si, atividade do espírito. Maurice Halbwachs, como discípulo direto de Durkheim e aplicando

¹⁰⁶Manoel Santana da Mata, em depoimento na casa do Antonio Baiano, no dia 19/05/95.

¹⁰⁷Leônidas Hegemberg. Explicações Científicas: Introdução à Filosofia da Ciência. São Paulo, HERDER/EDUSP, 1969: 13-24.

seus princípios do determinismo do social ao estudo da memória, em 1925, contrapôs-se a essa idéia. Para ele, o passado não é revivido mas reconstruído. Essa reconstrução expressa nosso interesse aos olhos do grupo de que fazemos parte. É a nossa visão de mundo emprestada da sociedade do nosso tempo - representação do mundo e da sociedade. Eu não posso reconstituir o passado, mas reconstruí-lo a partir de minha visão presente, a partir daquilo que o grupo guarda daquele tempo passado (Halbwachs, 1994: 83-113). Analisando histórias de velhos em São Paulo, na perspectiva de Halbwachs, Ecléa Bosi diz que recordar é fazer algo, é um trabalho, é “repensar, com as idéias de hoje, as experiências do passado” (Bosi, 1987: 17-27). Manoel Borjas considera a perspectiva Halbwachiana “infinita e ambigualmente constituída”. Para ele, é preciso distinguir entre “memória social” e “memória coletiva”. A primeira é um repertório amplo de experiências acumuladas, resultado de múltiplos processos, especialmente os que geram mudanças de comportamento. A segunda só existe entre aqueles indivíduos conectados entre si, que por isso mesmo constituem uma “comunidade de memória específica” (Borjas, 1995: 22-26).

A classificação de Borjas é sugestiva, mas para aplicá-la às falas dos assentados, seguindo o seu exemplo, é necessário fazer ainda uma outra distinção: entre o que se recorda e se narra sobre o período do pré-assentamento e o que se recorda e se narra sobre o período pós-imissão na posse. É bem verdade que, retomando Halbwachs, o passado que se reconstrói é afetado pelo presente que se vive. Mas, antes do assentamento, ainda não existia a “comunidade de memória”, os indivíduos conectados entre si. Logo, não cabe falar aí de “memória coletiva”. Já para o período do assentamento, como os dez anos do Assentamento Mosquito, o conceito é pertinente. Existe aí um grupo de indivíduos “conectados entre si”, passíveis de serem reconhecidos, objetivamente, por um conjunto de direitos e deveres expressos no estatuto da associação e, subjetivamente, por exemplo, pelo dever mais ou menos encampado por todos de demonstrar a viabilidade da pequena produção própria. Aí sim, pode-se dizer que a ocupação da terra, a organização político-produtiva do assentamento reorganizam o próprio passado dos assentados. Não se trata, portanto, de se contar uma longa trajetória de vida sertaneja, povoada de filhos, de fazendas onde se trabalhou, de riquezas que se produziu e que nunca se teve, mas de se contar a história de um agricultor que hoje é parceleiro em um “projeto de reforma agrária”¹⁰⁸.

¹⁰⁸Como se verá no depoimento de um assentado a seguir, eles costumam relacionar o conjunto das suas ações, desde o acampamento ou ocupação, até a produção material de hoje, no assentamento, como ações de efetivação da reforma agrária. Isso faz parte até mesmo de momentos de descontração do trabalho no eito. Uma brincadeira

Um parêntese com Emília Pietrafesa de Godoi é aqui bastante enriquecedor. Segundo seu estudo dos Zabelê, uma comunidade camponesa piauiense, os dois elementos fundamentais da memória são: a territorialidade e o filtro genealógico - ser ou não da descendência do "véio Vitorino". Diz Godoi:

"No trabalho incessante da memória do grupo camponês do qual nos ocupamos, dois elementos se asseveraram fundamentais: a territorialidade e o filtro genealógico. Entre o relato de origem e meados deste século, um único acontecimento, além das secas, é claro, foi retido na memória episódica da coletividade: o boom da maniçoba, que, trazendo gente de fora, veio a ativar a ideologia da consanguinidade e da aliança; e, mais tarde, nos meados do nosso século, a divisão, separação e demarcação de suas terras. Se a origem e a história deste grupo foram fortemente retidas, é porque estão inscritas no solo do lugar e aquilo do qual não se dispõe no espaço, é recuperado na sucessão das gerações" (Godoi, 1993: 185).

A formação do assentamento determina uma nova situação para o tratamento da memória coletiva desses agricultores. Mas, não se trata aqui da mesma memória do grupo estudado por Emília, pois falta aos assentados o dado genealógico da consanguinidade.

muito comum entre os parceiros da Lavrinha, era, em momentos de trabalho duro, na canícula do meio dia, alguém gritava troçando: "reforma agrária"! Nessa hora os outros respondiam em coro: "nunca mais"! Por isso a referência aqui, mas com o cuidado das aspás. Não me pareceu ser questão fundamental, nos contornos do presente trabalho, uma análise conceitual para definir se se trata de reforma agrária ou não. Mesmo sem essa verticalização conceitual, arrisco-me a dizer que os assentamentos nada têm a ver com reforma agrária, como aparece, por exemplo, na tese de doutoramento de Jalcione Pereira de Almeida - "assentamentos saídos da reforma agrária" (Almeida, 1993: 223) ou "nascidos da reforma agrária" (Idem, 224-225). Aliás, as ocupações aconteceram, exatamente porque os trabalhadores rurais já haviam se cansado de esperar pela própria. Na sua essência, os assentamentos são soluções pontuais para a crise fundiária do país ("uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo..." - Bergamasco e Norder, 1996: 9), inclusive, com o ganho, para o sistema capitalista, da incorporação de mais alguns milhares de brasileiros às regras do mercado. Para haver reforma agrária, é preciso haver uma "modificação da estrutura agrária de um país ou região, com vistas a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola". (Veiga, 1982: 7; Andrade, 1995: 11). Isso aparece também na legislação agrária recente. O Estatuto da Terra - Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 - relaciona reforma agrária a uma melhor distribuição da terra e a modificações no seu regime de posse e uso. Diz o texto, no seu Art. 1º, parágrafo 1º: "Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade". Mas essa confusão conceitual não aparece somente na base dos trabalhadores rurais sem terra. Frequentemente os próprios dirigentes do movimento também incorrem nela. Na entrevista que Neuri Rosseto concedeu aos franceses Philippe Adant e Lara Altafin, ela pode ser percebida. A uma certa altura ele diz: "O grande número de projetos de reforma agrária que foram realizados pelo governo da "Nova República" são devidos somente à pressão do MST e às ocupações". E logo depois se contradiz: "Praticamente, o Plano Nacional de Reforma Agrária é um fracasso total. Ele não atingiu nem 6% do objetivo inicial que ele havia proposto" (Apud: Adant et Altafin, 1991: 106-107). Enfim, podemos concluir que "A reforma agrária ainda está por ser feita. Os assentamentos já instalados representam apenas uma conquista parcial, a formação de algumas ilhas entre enormes latifúndios" (Bergamasco e Norder, 1996: 81).

Do Assentamento Mosquito vem um bom exemplo dessa distinção e ao mesmo tempo de síntese de períodos da memória. O então presidente da associação, Milton Duarte, quando perguntado sobre sua história de vida antes da ocupação, disse concisamente:

“Eu sou filho de arrendatários do próprio município. É um orgulho fazer a reforma agrária no próprio lugar onde nasci”¹⁰⁹.

Fica claro que ele não é um ex-arrendatário qualquer. Sobre o tempo de arrendatário não há nenhuma glória a ser lembrada. O que faz a sua auto-identificação agora, efetivamente, é ter “feito a reforma agrária”. Entretanto, a convicção que norteia o presente trabalho é a de que o assentamento não é ou não consegue ser uma instância homogeneizante de condutas e concepções (8.4). Soma-se a isso o fato de que o presente estudo não se prende exclusivamente ao período posterior à formação do assentamento. Por isso, o mais prudente é dizer que há, entre os assentados, intensidades variadas quanto à determinação da experiência atual, nos relatos do passado.

Há que se fazer ainda considerações finais neste item, condizentes com a escolha da interface entre movimento social e cotidiano de significados, para a análise das ocupações de fazendas em Goiás. A primeira é que as memórias selecionadas e aqui apresentadas, grosso modo, tratam de dois momentos distintos: o agricultor tinha terra para trabalhar, depois perdeu essa terra e se refugiou na cidade. O trabalho de memória dos assentados tem um primeiro momento (sofrido, como no depoimento do Antônio Baiano no início do item) de desestruturação ou de desconstrução, para depois chegarem a uma etapa onde se torna possível alguma reconstrução que é o assentamento consolidado. No todo ela é, portanto, um trabalho de desconstrução/reconstrução, como me sugeriu a Professora Maria de Nazareth B. Wanderley, no Exame de Qualificação.

Essas lembranças não são cronologicamente precisas, mas é perfeitamente possível localizar, na história contemporânea do Brasil, esse ponto de estrangulamento. Trata-se da “modernização conservadora” que afetou toda a sociedade brasileira, mas, em particular, o mundo rural, conforme pôde-se ver no capítulo 2, num processo que culminou no Estatuto do Trabalhador Rural, ainda no governo Goulart, e no Estatuto da Terra, no início do governo militar. É a década de 50 mais a primeira metade da década de 60. O Estatuto da Terra

¹⁰⁹Milton Duarte da Costa, em depoimento na sede da FETAEG, no dia 23/03/94.

promoveu a associação entre o grande capital e a propriedade da terra. Os grandes capitalistas passaram a receber subsídios para se tornarem também grandes proprietários de terra. Martins diz que com isso os militares inverteram a teoria clássica, incluindo aí o marxismo. Para a teoria clássica, a propriedade da terra seria uma contradição no desenvolvimento do capitalismo, uma irracionalidade. Com os incentivos fiscais e a não-realização da reforma agrária, os militares compensaram o pagamento da renda da terra e deram aos capitalistas a possibilidade de se tornarem latifundiários (Martins, 1993: 86-87). Esse mesmo peso explicativo de uma memória de exclusão do trabalhador rural tem o Estatuto do Trabalhador Rural. Os fazendeiros, sobretudo os que eram empregadores rurais, reagiram violentamente a ele, negando as novas obrigações patronais e expulsando os trabalhadores rurais de suas propriedades (Panini, 1990: 65), o que já era previsto desde o início de sua vigência (Wanderley, 1979: 96). Estendendo aos trabalhadores rurais os benefícios conquistados pelos trabalhadores urbanos (salário mínimo, pagamento de férias e de repouso semanal remunerado, previdência social e, especialmente, a indenização no caso de ser forçado a abandonar a propriedade¹¹⁰), porém sem que os trabalhadores rurais dispusessem de poder para garantir o seu cumprimento, o Estatuto dos Trabalhadores Rurais, resultou mais em prejuízos do que em ganhos. Os informantes de Afranio Garcia (Garcia Jr., 1983: 50), chamando o advento dessa lei de "os direitos", localizam aí o ponto de estrangulamento das relações entre patrões e trabalhadores rurais, com o aumento da exclusão dos últimos. Assim diz o seu texto:

¹¹⁰Em estudo de antropologia jurídica junto a camponeses excluídos da condição de agregados - "morada de favor"- no Vaie do Jequitinhonha, Margarida Maria Moura documenta uma rescisão de contrato, implicando indenização do agregado com base no Estatuto do Trabalhador Rural: "Pelo presente termo de rescisão de contrato de trabalho, S.R.N.F., brasileiro, casado, fazendeiro, residente na Fazenda, F., município de CF., onde é proprietário, desfaz o vínculo empregatício que mantinha com o Sr. C.F.C.M., brasileiro, casado, lavrador, residente em C.N., seu empregado, admitido na referida fazenda em 1959, enquanto prestava serviços na lavoura e que hoje é dispensado. Pra tanto, o empregador indeniza o empregado pelo tempo de serviço prestado, pagando-lhe a quantia de Cr\$ 2.611,50 (dois mil seiscentos e onze cruzeiros e cinquenta centavos), correspondentes aos onze anos de serviços, contados em dobro, tudo de acordo com os artigos 78, 80, 95 e o parágrafo único do artigo 97, todos da Lei 4.214 de 02.03.63 (Estatuto do Trabalhador Rural). Por sua vez, o empregado recebe, no presente ato, a importância acima referida, bem como dá plena, geral e irrevogável quitação da parcela recebida, desde que não há outras a reclamar, provenientes de suas relações de trabalho rural, declarando-se satisfeito e renunciando expressamente a quaisquer direitos que porventura efetiva ou presumidamente declarasse ter na fazenda F. E as ações correspondentes que haja proposto ou pretenda propor por si ou por outrem a quem já houvesse outorgado poderes ou constituído legalmente e transferindo-se com seus familiares da fazenda do empregador, dentro do prazo que lhe for concedido, tudo em respeito à lei (1971)" (Moura, 1988: 66). Para o arquiteto da política agrícola do governo militar, incluindo-se aí o Estatuto da Terra, Roberto Campos, o escasseamento do acesso à terra a partir da década de 60, com seus desdobramentos sociais, como o surgimento dos "bóias frias", tem como causa o Estatuto do Trabalhador Rural, do governo anterior. Diz Campos: "Nossos problemas de falta de acesso à terra são em parte consequência do demagógico Estatuto do Trabalhador Rural, de Goulart (1962). Este, ao equiparar o trabalhador do campo ao da cidade (ignorando o salário in natura sob a forma de casa, horta e galinhas) inventou o bóia-fria" (Folha de São Paulo, 30/06/96, 1-4).

"Os direitos vão assinafar, também para o pequeno proprietário, um corte na relação entre patrão e morador. A partir dos direitos, "os pagtrões ficaram ruins" e não assistem mais seus moradores nas horas em que estes necessitam. É também a partir dos direitos que os patrões não querem mais moradores" (Idem, 84).

Na região goiana aqui estudada, os fazendeiros, via-de-regra, não dispostos a reciclar suas relações de trabalho, passaram a usar essa situação de "direitos" como arma para a eliminação de trabalhadores nas propriedades, tanto os agregados como os que eram simplesmente arrendatários. A expressão "levar no sindicato", num misto de "fantasma real" e de álibi, passou a ser a justificativa fundamental para a transformação definitiva das terras cultiváveis em pastagens. É que, principalmente, no caso dos sindicatos ligados à Diocese de Goiás e à Oposição Sindical, os STRs passaram a ser a âncora segura e amplamente utilizada para a denúncia e interpelação judicial nos casos de agricultores lesados por fazendeiros (Pessoa, 1990: 122-142).

Numa última consideração, tento renovar para o leitor um certo fio condutor do presente trabalho, ou seja, dizer onde se situa a memória em relação à questão teórica da tese. Para isso retomo Agnes Heller na introdução e já antecipo a questão central da conclusão, que é a capacidade de projetar. A "condução da vida" é a categoria central da vida cotidiana para Agnes Heller. Só os indivíduos que dirigem a sua vida, fazendo uma "síntese" do que se passa em sua volta, vivem uma cotidianidade não-alienada, ou seja, são capazes de inserir a sua vida cotidiana no processo de transformação da vida como um todo. Jogando isso para os termos da conclusão, pode-se dizer que somente esses indivíduos são capazes de fazer projetos. Mas, não faz projeto, quem não tem memória.

5.3 Parceleiros "virtuais"

Nas contas das entidades de defesa da reforma agrária, há sempre alguns milhões de famílias de trabalhadores rurais à espera da terra de vida e de trabalho¹¹¹. "Muitos são

¹¹¹"Segundo o MST, até outubro de 1995, existiam cerca de 20 mil famílias acampadas nas margens de estradas de todo país" (Folha de São Paulo, 10/03/96, 1-8). O número total de famílias sem terra no Brasil, ainda segundo o MST, é de cerca de 5 milhões (Neuri Rosseto, Apud: Adant et Altafin, 1991: 105). Ou ainda, segundo dados do MST, são 4,8 milhões de famílias ou 12 milhões de sem-terra em todo o país (Folha de São Paulo, 19/04/96, 1-8). Bergamasco e Norder também falam em 5 milhões de famílias e 20 milhões de brasileiros (Bergamasco e Norder, 1996: 81).

chamados, mas poucos escolhidos”, é o versículo bíblico (Mt. 22,14) que aqui parece se aplicar e que, com certeza, já terá sido lembrado em centenas de reuniões e celebrações nas barracas de "lonas pretas" dos acampamentos. Muitos fatores concorrem para esse processo de seleção, nem sempre muito "natural".

Do ponto de vista jurídico-institucional, o expediente fundamental é o Decreto Federal Nº 59.428, de 27 de outubro de 1966. Seu Artigo 64 diz o seguinte:

BOX 01

“As parcelas em projetos de colonização federal serão atribuídas a pessoas que, sendo maiores de 21 e menores de 60 anos, preencham as seguintes condições:

- I - não sejam: a) proprietários de terreno rural; b) proprietários de estabelecimento de indústria ou comércio; c) funcionários públicos e autárquicos, civis e militares da administração federal, estadual ou municipal;
- II - exerçam ou queiram exercer atividades agrárias e tenham comprovada vocação para seu exercício;
- III - comprometam-se a residir com sua família na parcela, explorando-a direta e pessoalmente;
- IV - possua (sic) boa sanidade física e mental e bons antecedentes;
- V - demonstre (sic) capacidade empresarial para gerência do lote na forma projetada”.

Essa “forma projetada” nem sempre acontece. Muitos assentamentos são constituídos sem qualquer projeto técnico (Freitas, 1994: 137/138).

Aí está um bom exemplo de ambigüidade da lei. Os agricultores têm que se adequar a ela para receberem a terra, mas às vezes respaldam-se nela para a denúncia da entrega de lotes a falsos agricultores. Assim reagiram acampados das ocupações das Fazendas Rio Paraíso (Jataí), Retiro e Velha e Vereda Bonita (Goiás), em carta dirigida ao Presidente da Assembléia Legislativa, em 17 de agosto de 1989, denunciando a triagem do INCRA, especialmente referente ao Rio Paraíso. A reivindicação era de 11.900 ha e só ganharam 5.600 ha. Diante disso, das 286 famílias cadastradas, 141 foram excluídas pelo INCRA. O que denunciam é que em lugar dessas famílias, a listagem do INCRA incluía gente que morava em Goiânia e que era proprietária de dois caminhões e de um comércio e era funcionária pública; famílias de "alto poder aquisitivo", que possuíam tratores, colheitadeiras, carros e caminhão e eram "arrendatárias de lavouras de soja”; família que tinham fazenda em Caiapó, apartamento

em Goiânia e casa em Rio Verde; família que tinha cinco casas em Jataí, dois pontos de comércio e 100 cabeças de gado¹¹².

BOX 02

ESTATUTO DO ACAMPAMENTO

Nós trabalhadores Sem Terra despejados da Faz. Pedregulho ou Três Pontes em Perolândia Mun. De Jataí-Go, reunidos em Assembléia decidimos e concordamos com o seguinte ESTATUTO.

Assim será a lei do grupo

1. A Comunidade deve e tem de lutar pela terra para trabalhar nela. Tanto a Comunidade como a Comissão tem deveres e obrigações de obedecer esse ESTATUTO.
2. Nós constatamos que a nossa luta deve ser mantida pelo nosso esforço, desde que essa luta seja em benefício para conquistar a terra (ou seja, recurso financeiro de viagem ou doença).
3. Nós não podemos pertencer a nenhum Partido Político e que apoiaremos o Político que nos ajudar.
4. Que o grupo seja Livre, Autêntico e Autônomo, que não aceitamos interferências.
5. Que a segurança do grupo tenha guarda de 4 em 4 horas, que os companheiros sejam escolhidos de acordo com a decisão da Comissão e da Comunidade. E se o companheiro não aceitar ou se recusar, terá que se justificar perante a comunidade e será julgado pela mesma, em Reunião.
6. Que tenhamos cuidado com pessoas estranhas em nosso ambiente e em nosso trabalho enfim em nosso Movimento dos Sem Terra. Que os guardas barrem as entradas de pessoas estranhas no acampamento.
7. Cada companheiro tem que respeitar as famílias dos outros para que possamos permanecer juntos.
8. Em caso de roubo o companheiro será levado perante a comunidade e será julgado e destituído do grupo, ficando sem direito à legalização de novo no grupo.
9. É proibido a entrada de bebidas alcoólicas e bêbados no acampamento.
10. Que todas as reuniões seja por todos assistidas para que não haja reclame e nem decepções e que não faremos reuniões sem participação a todos.
11. Que não haja mais divergência no grupo, depois de tomada uma decisão pela comunidade e a comissão.
12. Que a comissão passe para a comunidade o que vai fazer e o que se tratou em caso de viagem.
13. Que todos nós tenhamos um só pensamento, sobre o tanto de terra de acordo com sua vontade. Constatando que aquele que pegar menos não venha reclamar de quem pegou mais.
14. Que todos os acampados tenha o máximo sigilo sobre os assuntos das reuniões, é proibido comentar assuntos do acampamento fora do mesmo.
15. Que a partir de agora o grupo pegará serviços coletivamente e o dinheiro será dividido também coletivamente com o grupo. Com um caixa para o grupo atender viagens e doenças.
16. Quem não obedecer qualquer item deste ESTATUTO, será julgado pela comunidade em conjunto com a Comissão e será espulso do grupo se assim for a decisão da maioria em assembléia.

Do ponto de vista político, além das ocupações fracassadas (Anexo 05), há sempre também uma leva de milhares de famílias de "assentados" em algum plano mediúnico desse imenso território. O PNRA de Sarney prometia o assentamento de 1,4 milhões de famílias e só foram assentadas 84.852¹¹³. Fernando Henrique anunciou ter promovido o assentamento de

¹¹²Arquivos da CPT-Centro-Sul de Goiás.

¹¹³Folha de São Paulo, 15/10/89, A-7. Para Bergamasco e Norder, apenas 82.000 famílias ou 5,85% do programa. Em termos de área, apenas 15 milhões de hectares ou 2% do que havia sido prometido. 45% desse total se referem a assentamentos feitos na região Norte (Bergamasco e Norder, 1996: 33), numa "clara tentativa de deslocar a luta pela terra para os locais mais afastados e desabitados do país, sobretudo em áreas de fronteira

42 mil famílias no ano de 1995 e o MST disse que ele só atendeu 12.263¹¹⁴. Para Jânio de Freitas, essa "mentira oficial", pela criação de uma expectativa, que depois se frustra, é a causa imediata do massacre dos sem-terra de Eldorado de Carajás-PA, no dia 17 de abril de 1996, quando morreram 19 trabalhadores rurais¹¹⁵.

BOX 03

MOVIMENTO SEM TERRA - GOIÁS
ACAMPAMENTO - BR 153, Saída para Anápolis
ESTATUTO

A. ORGANIZAÇÃO DO ACAMPAMENTO

1. Não aceitamos pinga (bebidas alcoólicas), nem alguém entrar bêbado no acampamento.
2. O jogo só é permitido das 18 às 22 horas.
3. Não vamos passar debaixo das cordas de isolamento.
4. Ao sair ou entrar no acampamento vamos nos identificar com o porteiro
5. Só podemos deixar o acampamento de 15 em 15 dias. 5 por dia.
6. A saída será no máximo de quatro dias.
7. Se dormir fora do acampamento, será descontado um dia nos quatro de direito.
8. Depois de três faltas a pessoa recebe um alerta.
9. Medicamentos e problemas de (saúde) doença, vamos procurar a Comissão de saúde. Não a coordenação.
10. Todas as comissões de serviço devem se reunir todos os dias.
11. O trabalho e as decisões das Comissões deve ser respeitado e obedecido.

B. FAMÍLIA

1. Devemos ter respeito entre todos nós.
2. Não deve haver brigas nem discussões.
3. Os pais devem repreender suas crianças, na hora oportuna, nunca DIANTE DO GRUPO.
4. É proibido qualquer tipo de fofoca.
5. Cada família faz a limpeza ao redor da barraca.
6. Brigas e roubos são casos de expulsão imediata do acampamento.

ELABORADO... LIDO E APROVADO EM ASSEMBLÉIA

O próprio movimento, entretanto, tem um considerável grau de auto-seleção. E, como sempre acontece no cotidiano de agricultores, a moralidade é fator determinante (Woortmann, 1990). No acampamento constituído durante a ocupação da Fazenda Pedregulhos ou Três Pontes em Jataí, foi elaborado um "Estatuto do Acampamento". O Estatuto, como se pode ver aqui, trata de alguns detalhes da organização, segurança, proíbe bebida alcoólica, exige respeito às "famílias dos outros", etc. O artigo final (16) diz: "Quem

agrícola, o que, mesmo assim, não evitou a concentração fundiária nem os conflitos pela posse da terra" (Idem, 21).

¹¹⁴Folha de São Paulo, 09/01/96, 1-10.

¹¹⁵Folha de São Paulo, 19/04/96, 1-5.

não obedecer qualquer item deste estatuto, será julgado pela comunidade em conjunto com a Comissão e será expulso do grupo se assim for a decisão da maioria em assembléia”. No artigo 8 há um caso à parte como critério de exclusão sumária de componentes do grupo. Diz o texto: “Em caso de roubo o companheiro será levado perante a comunidade e será julgado e destituído do grupo, ficando sem direito à legalização de novo no grupo”. O acampamento montado às margens da BR-153, saída de Goiânia para Anápolis, em 1986, que gerou os assentamentos Rancho Grande, São Felipe e Acaba Vida, também fez o seu “Estatuto”, com o cabeçalho “Movimento Sem Terra - Goiás”. São apenas tópicos em uma página, sem a linguagem de lei, nos quais predomina a organização geral da vida no acampamento: distribuição das comissões, horário de chegada, horário de jogo, tempo máximo permitido para se ausentar do acampamento, etc. Mas, há também as suas exigências de ordem moral: não aceitação de bebida alcoólica, proibição de fofoca, não repreensão de crianças diante do grupo, etc. E no número 6 do item B, o documento é taxativo: “Brigas e roubos são casos de expulsão imediata do acampamento”¹¹⁶.

Muitas dessas situações já saltaram das páginas “da lei” para se encarnarem em pessoas muito concretas. Ou, muito provavelmente, o movimento seja muito mais no sentido oposto. Uma mulher da cozinha de um acampamento estava desviando sortimentos da dispensa para sua casa. Houve flagrante, assembléia e expulsão. Já houve também casos amorosos, e, com as promessas de morte feitas pelo marido traído, a expulsão do casal. Em outro caso um embarracado chegava bêbado, batendo na mulher e “dando uma de bravo”; também houve expulsão. Evidentemente, os nomes dos grupos e dos informantes devem ser resguardados, cuidado que até mesmo os meios de comunicação, que se interessam muito por esses aspectos morais, às vezes têm. Em matéria detalhada da revista *Veja* sobre um assentamento em Itaquiraí, no Mato Grosso do Sul, o jornalista fala, sem nominar ninguém, de uma tentativa de estupro durante a noite. Os guardas da ronda “ouviram os gritos, prenderam e expulsaram o agressor”¹¹⁷.

A forma de encaminhamento da luta pela terra, no acampamento, é mesmo uma escolha difícil, em vários sentidos. Japão, assentado do Rancho Grande, apesar de antigo militante do MST, não gasta muita tinta na idealização do acampamento. Para ele há muita

¹¹⁶Documentos encontrados também nos arquivos da CPT-Centro-Sul de Goiás.

¹¹⁷*Veja*, 21/09/94, 70.

coisa boa nessa fase de sua vida, mas tem também muita coisa, segundo ele, difícil de ser tolerada. Vejamo-lo na franqueza do seu depoimento.

“O processo de acampamento é um processo sofrido. Muitas vezes cê almoça e não tem jeito de jantar, às vezes cê come só feijão, às vezes não come nem feijão. No nosso acampamento, por exemplo, cada pessoa era obrigada a ficar 15 dias no acampamento e tinha 4 dias pra visitar a família. Mas muitos, por vários problemas não ficavam. Agora cê imagina onde tem 120 famílias de trabalhador sem terra, que trabalha hoje pra comer amanhã. Ficar 15 dias parado, o que que esse cara vai comer ? Então, na verdade, foi a sociedade que se mobilizou e ajudou a gente. E o dia que essa sociedade não oferecia nada, aí o problema entrava, né. Além desse sofrimento, muitos outros. Por exemplo, quando nós ocupamos aqui, a ameaça de despejo. Aqui tem um outro fator que é muito interessante. Enquanto nós tava na BR, tava com 120 famílias. Quando nós ocupamos, nós ocupamos com 66. Praticamente nós perdemos a metade das famílias na BR. Perdemos por desistência da luta. Dois companheiros morreram de acidente lá, saindo pro trabalho”¹¹⁸.

Todos garantem, no entanto, que após a implantação do assentamento, as incertezas e inseguranças se dissipam, o começo da produção adquire sabores de conquista dos objetivos alimentados durante o processo de acampamento. Com isso, o índice de evasão, malgrado o problema das vendas de lotes (6.2), passa a ser insignificante em relação ao período imediatamente anterior. Mas isso ainda não é garantia absoluta, conforme se pode ver na fala de dirigentes classistas. Em reunião com presidentes de associações de assentados, Divino Goulart, da FETAEG, disse, enquanto noticiava com elogios uma promessa de cadastramento nacional do INCRA sobre a real aplicação da lei para a distribuição de lotes, provocada pelas constantes notícias de venda de lotes pela televisão:

“Se não é agricultor não deveria ter entrado, mas, se entrou, tem que sair”¹¹⁹.

Mas, "entrar" ou "sair", referindo-se a uma listagem de trabalhadores rurais que passariam a integrar um grupo de assentados e que, posteriormente, deixariam de sê-lo, é

¹¹⁸Delcídio da Silva Moreira, o Japão, em depoimento em sua casa, em 17/04/94. Ainda que Corumbiara e Eldorado dos Carajás não sejam situações paradigmáticas, o caminho para se chegar à terra contém inevitavelmente a morte. Além do depoimento de Delcídes, a literatura também o confirma. No romance de John Steinbeck, *As Vinhas da Ira*, de 1939, a família Joad fogia da perda das casas e roças de algodão no Leste, rumo à Califórnia, com os anúncios milagrosos de emprego para todos da família nas colheitas de frutas. Logo no primeiro dia da longa viagem, "Avô", o patriarca do clã, não resistiu e morreu. Foi enterrado pela família, à beira da estrada, numa vaia que, ao final, foi coberta de capim para não ser tão depressa descoberta. O autor diz que o pobre velho já havia morrido na partida, tendo sido obrigado a deixar a terra que ajudara a desbravar ainda menino (Steinbeck, 1982, Vol 1: 177ss).

¹¹⁹FETAEG, reunião de 30/11/95.

sempre um processo complicado. As condições ou aptidões, bem como as carências dos postulantes são sempre os requisitos mais expressivos. Mas, nem sempre eles ganham essa expressividade se apresentados pelos próprios trabalhadores. Pesa muito também uma apresentação dessas características quando feita e sustentada por outrem. Isso é sempre um jogo em que se é preciso angariar força política para se fazer apresentar. Nesse jogo há um razoável peso da fala de outros trabalhadores e há também o importante peso da condução dos mediadores. Esses têm uma atuação mais abrangente. Ela não se restringe à composição do grupo e à solução de seus problemas corriqueiros. Eles expressam exatamente a ligação do grupo com as instituições da sociedade envolvente. E essa ligação tem meandros que justificam uma tentativa de detalhamento, como farei a seguir.

5.4 Mediadores e ocupantes: o jogo (re)velado

“Os movimentos e as lutas locais são o único grande passo político das classes subalternas nas últimas décadas”.
(Martins, 1989b: 135).

Quando visitei pela primeira vez o Assentamento Retiro e Velha, em Itapirapuã, em abril de 1994, procurei logo o rancho de um dos presidentes das duas associações, Zé Tiago. Cheguei de tardezinha. Houve banho de represa e boa janta. Ainda naquela noite, com a preocupação do cumprimento de uma certa quota de entrevistas, pedi a gravação de uma conversa e o Zé Tiago, educadamente, aceitou. Sobre a pergunta quanto aos locais de reuniões para a preparação do grupo que faria a ocupação, ele respondeu:

“Olha, era, nós reunia na Igreja, no sindicato, mas assim, não que nós era chamado pra fazer reunião lá. Apenas nós é que pedimos local. Igreja nunca convidou nós pra ir pra igreja pra fazer reunião sobre isso aí, nem também sindicato”.

No dia seguinte, andando comigo pelos ranchos dos demais parceleiros, ele pediu para corrigir uma resposta dada na gravação da noite anterior. Disse que antes não estava confiando plenamente nas minhas intenções. E complementou:

“A verdade é a seguinte: a Igreja através do Pe. Isac, Irmã Zenaide, o próprio bispo e os agentes, é que foram os incentivadores e organizadores do grupo. Sem a mobilização da Igreja o acampamento jamais teria acontecido”¹²⁰.

Já no caso do Assentamento da Lavrinha, que teve uma outra história de formação do grupo de ocupação, especialmente porque não contou inicialmente com a atuação da Igreja, CPT e MST (4.3), não há esse tipo de prevenção. Depois que eles sobraram órfãos, na beira da estrada, foram assumidos pela CPT, Diocese de Goiás e MST. Quanto ao apoio recebido, Jorge Carrlos, um dos líderes, disse abertamente:

“Eu gostaria também de frisar sobre a igreja lá, Dom Tomás, sobre a ajuda deles foi e tá sendo de fundamental importância - tudo por tudo: apoio moral, apoio jurídico, financeiro, tudo. Quando nós chegamos pra cá nós não tínhamos condições de comprar comida, comprar nada. Eles nos ajudaram. A caminhonete da diocese, com o Pedroso dirigindo, saía nos outros assentamentos já mais antigos, trazia comida pra gente. A CPT lá em Goiânia fazia da mesma forma, mandando comida, mandando agasalho. Mesmo pra gente fazer o primeiro plantio, pra nossa primeira colheita, foi eles que fizeram o projeto, nos mandou o dinheiro, aí possibilitou a compra de insumos, de sementes. O terreno aqui precisou ser arado, foi arado com o trator da diocese. Então a igreja participou ativamente e participa até hoje. Então, com isso, só fez fortalecer mais a nossa fé e a nossa gratidão a toda a igreja, não só de Goiás, mas de Goiânia, que nos auxiliaram e nos auxilia até hoje. Isso é uma coisa que a gente nunca tem como pagar. É uma gratidão que vai passar de pai pra filho. Essa história nunca vai apagar das nossas mentes”¹²¹.

De qualquer forma, quais são então e por que existem as estratégias de dissimulação das ações dos diversos aliados na defesa da terra para os agricultores? Pode, eventualmente, parecer que aqui se faz uma repetição dos itens 3.4 e 4.4, o que desejo fazer crer que não é verdade. Toda a primeira parte tem como tarefa a tradicional “constituição do objeto” das pesquisas visando a teses e dissertações. Com isso, os dois itens anteriores são menos pretensiosos. Querem apenas fazer com que falem a “nova Igreja” e o MST. Aqui, além da necessidade de um pouco mais de análise, o eixo é diferente. Tenta-se entender um fenômeno muito presente na fase inicial da trajetória dos assentados, que é a ambigüidade do discurso

¹²⁰José Teodoro da Silva, Zé Tiago, em depoimento no dia 22/04/94. Essa reação de autoproteção ou, no caso, de proteção de terceiros, é chamada por Teresa Maria Haguete de uma “fonte de viés”, plenamente possível na entrevista, desde que a “situação interacional entre entrevistador e entrevistado” não atinja um nível de plena segurança e naturalidade para o último (Haguete, 1987: 75-79). Há muitos casos semelhantes. Quando o jornalista Silvio Ferraz pleiteou junto ao MST a realização de uma matéria em um acampamento, diz que foi “sabatinado”. “Qual nossa garantia de que você não vai escrever contra?”, perguntou o líder João Pedro Stédile. E complementa dizendo que foi investigado durante dez dias até receber o sinal verde para ir a Itaquiraí-MS (Veja, 21 de março de 1994, 67).

dos próprios agricultores: são mobilizados por entidades de apoio à reforma agrária e têm que se apresentar como autônomos nesse processo.

Uma primeira razão parece estar intrinsecamente ligada à nossa cultura, em que os pobres são sempre perdedores. Michel de Certeau, analisando falas de lavradores de Pernambuco, diz, sem meias palavras, que num espaço sócio-econômico de perpétuas vitórias dos ricos e da polícia, os pobres se defendem na mentira - “ali nunca se diz uma verdade, a não ser em voz baixa e na roda dos lavradores”. É “uma arte brasileira” (Certeau, 1994: 76). Mas uma segunda razão, mais palpável e reconhecida por seus próprios sujeitos, talvez por causa da proximidade ainda do período das restrições democráticas do Governo Militar, é a tensão na qual todos se sentem mergulhados. Cyro Lisita diz que a concentração de terras é a origem dos conflitos sociais no campo. Disso, Lisita retira suas duas grandes preocupações em nível teórico, de seu estudo: a violência¹²² e a relação entre os diversos atores sociais nesse quadro de violência, especialmente os latifundiários, representados pela UDR, e os camponeses e Igreja Católica. Complementa que este último, agia sempre com a sua “vocaçãõ evidente à mediação” (Lisita, 1992). Por isso será o primeiro a ter as suas motivações aqui explicitadas.

Mas antes, a idéia de mediação ou mediadores, para as ações de organismos de apoio direto à luta pela posse da terra, como igrejas, sindicatos, CPT, etc., não é uniformemente empregada. Maria da Conceição D’Incao e Gérard Roy, por exemplo, chamam-lhes de “agentes externos”. E os classificam segundo três concepções de sociedade. As CEBs participam do movimento pensando na construção de sua comunidade e na transformação dos trabalhadores em homens iguais, fraternos e solidários. O MST, ou militantes políticos de esquerda, pensam em construir o socialismo, transformando os trabalhadores em revolucionários. Para os técnicos estatais, o objetivo de seu apoio é associá-los ou cooperá-los para sua integração ao mercado (D’Incao e Roy, 1995: 27, 30). O respaldo para o emprego que aqui se faz do termo “mediadores”, vem sobretudo de José de Souza Martins, Vera Ferrante e Henri Mendras.

¹²¹Em depoimento no rancho do Pedrinho, no dia 12/04/94, quando ainda estavam aglomerados na beira do Rio Vermelho, bem antes do sorteio dos lotes, que veio a ocorrer dia 27 de abril de 1995.

¹²²Sobre a questão da violência, ver também Gehlen, 1991: 178-208.

Para a análise dos poderes e mediações, Mendras tem como ponto de partida a distinção entre “sociedade camponesa” e “sociedade envolvente”, ou “pequena tradição” e “grande tradição”. A sociedade camponesa, que tem como características essenciais a homogeneidade e a autonomia, frente à sociedade envolvente, mantém em relação a esta última, uma especificidade clara, por exemplo, em termos de religião, de economia, do direito de propriedade e de herança e até de idioma. Sendo, portanto, duas sociedades distintas, a relação entre elas necessita de “mediadores”, ou “intermediários entre dentro-do-grupo e fora-do-grupo”.

“Todas as relações entre a sociedade envolvente e a sociedade camponesa criam papéis e funções de intermediários. Porque é necessária a existência de um mecanismo para assegurar os contatos, transformar os conflitos em negociação, encontrar as soluções, regatear vantagens, defender interesses” (Mendras, 1978: 119).

Cita, como exemplos de mediadores, os agentes legais, o padre e o político (Idem, 125). Nas atuais condições do desenvolvimento capitalista, sobretudo em eras de globalização, é muito difícil considerar esses dois mundos assim tão distintos e com especificidades tão seguras. Particularmente no que se refere às ocupações de fazendas, soma-se o fato de que a quase totalidade dos assentados é oriunda do universo rural, mas vivenciou por certo tempo também o mundo urbano. Assim, fica muito difícil aceitar a existência, entre eles, de uma religião ou de uma linguagem específicas (Idem, 115-117)). Por isso, a caracterização da “função social” dos mediadores, de Henri Mendras, é questionável, é problemática, pelo menos em dois pontos. Primeiro, a separação tão convicta entre esses “dois mundos”- sociedade camponesa e sociedade envolvente. Depois, pela impressão que ele passa de que os mediadores estão em um ponto virtual, intermediário e equidistante desses mesmos dois pontos.

Em Souza Martins, essa mesma territorialidade e equidistância parecem não estar presentes. Martins fala de “grupos de mediação”, como CPT e sindicatos, não no sentido de negociação, mas como “canal de expressão, que dá alguma direção e algum significado mais amplo a uma luta determinada” (Martins, 1993: 103/104). Mas critica duramente os mediadores. Primeiro, porque eles reduziram a luta no campo a uma luta econômica. Depois, diz que eles esvaziaram os movimentos sociais. Considerando-os como espontâneos, transitórios, passaram a defender o primado da organização, por exemplo, do partido político. Desse modo, “a única e significativa manifestação de vitalidade política das populações

pobres do Brasil”, os movimentos sociais, passaram a ser vistos com desdém pelo discurso organizacionista, incluindo-se aí os setores da Igreja (Idem, 90-92).

Vera Lúcia Ferrante, que também emprega para a atuação da CPT e dos STRs o termo mediadores, critica-os pela ambigüidade. Estudando o ingresso dos bóia-frias da cana, da região de Ribeirão Preto, na luta pela terra, diz que essa luta não foi encampada por nenhum dos dois. A CPT se mantinha no esforço de conscientização sobre a necessidade da melhoria dos salários e das condições de trabalho. O STR, apresentava um complicador a mais, porque segundo a FERAESP, sua base não poderia ter qualquer relação de posse com a terra, por isso o sindicato também não encampava a luta. Mas, em seguida, o presidente do STR esteve no comando da organização de pelo menos três assentamentos, e a CPT buscava uma reaproximação (Ferrante, 1994: 131-132).

Nas situações de conflito de um modo geral ou no caso específico de luta pela terra, os agentes dessa Igreja que se propõe a unir "fé e vida" sempre procuram dizer que sua ação é complementar, é de apoio e solidariedade.

“Alguns andam dizendo que a Igreja está jogando estes lavradores contra o fazendeiro. Que eles estão sendo comandados e usados pelo Padre. Na Delegacia os posseiros foram interrogados se a Igreja os mandou ocupar a terra. A bem da verdade devemos dizer que esta ocupação da terra é de exclusiva iniciativa destes lavradores. Eles mesmos tiveram a idéia de entrar na terra e a executaram. Agora, que foram despejados, eles mesmos decidiram fazer este acampamento. E eles mesmos estão constituindo seus advogados. Estão portanto, pensando com a própria cabeça e caminhando com as próprias pernas. Qual é então a participação da Igreja neste caso? É a mesma participação que estão tendo muitas pessoas de nossa cidade. A Igreja está solidária com estes lavradores. Damos a eles todo apoio naquilo que eles nos pedem”¹²³.

Além de se empenharem em garantir a autonomia dos agricultores no processo de ocupação, como fica evidente nesta carta, os militantes católicos sempre fazem um bem articulado exercício de explicação da sua nova identidade, imbricadamente religiosa e política. Essa explicação é, por vezes, perfeitamente reproduzida nas falas dos ocupantes, como é o caso do depoimento de Zé Tiago acima. Mas, para os trabalhadores rurais envolvidos nas ações concretas, já se tornou quase que uma cultura própria da luta pela terra o recurso a alguma entidade religiosa católica, desde que seja identificada como Igreja Progressista. É, sem dúvida, o "principal mediador" e fonte de legitimidade e

de orientação na luta pela reforma agrária¹²⁴. Às vezes a Igreja é uma presença que fortalece o grupo na fé para que o grupo se encorage na hora do enfrentamento, como recorda Damázio Rodrigues, da Fazenda Mosquito:

“Eu alembro o dia que nós veio cá pro acampamento, pra ocupação, quando na porta do sindicato de Itapuranga, nós entrando dentro do caminhão, o pessoal com medo de entrar, um vinha outro não vinha, com medo de chegar aqui e morrer. Quando nós subiu no caminhão eu ainda falei com o Pe. Isac: Oh Isac, vamos fazer uma oração de saída e você dá a bênção pra nós aqui pra nós sair. Então eu acho que é uma passagem muito marcante, que não sai nunca da mente porque é a fé, é com a fé e a união que nós consegue chegar. Tudo isso que nós passou se nós não tivesse a fé nós não conseguia ter chegado em lugar nenhum”¹²⁵.

Em outras vezes, a Igreja é um "instrumento" na mão dos próprios trabalhadores rurais, quando têm ações concretas a encaminhar. Milton Duarte, também do Assentamento Mosquito, ao narrar o começo da história do grupo, disse:

“Com o apoio ao pessoal da Estiva surgiu a idéia de ocupar essa área que era improdutiva. Foi a primeira ocupação do Estado de Goiás. Acionamos a Igreja e o sindicato. Conseguimos advogado...”¹²⁶.

Acionar a Igreja para conseguir advogado, refere-se principalmente ao papel da CPT junto às ocupações e acampamentos. Ela é freqüentemente citada e reconhecida como responsável pela ação da Igreja goiana no campo (Lisita, 1992: 338). Portanto, na fala de Milton Duarte, indiretamente, aparece a inadiável pergunta pela existência ou não de uma certa ambigüidade no trabalho da CPT. Ivo Poletto, o primeiro secretário-executivo, explica que a CPT tinha uma motivação nascida da fé cristã, portanto deveria ser evangelizadora. Por

¹²³Trecho de uma “carta aberta”, datada de 19 de maio de 1985, que tem como autoria “A Equipe de Agentes de Pastoral da Cidade de Goiás”. O fato histórico que a motiva é o acampamento dos ocupantes da Fazenda Mosquito, no intervalo entre a primeira e a segunda ocupações.

¹²⁴Lisita, 1992: 40; 314. Aqui tenho uma discordância considerável em relação ao texto de Cyro Lisita. Ele diz que a CPT, como “a mais ampla e ativa organização da Igreja no mundo rural”, apresenta-se como um serviço à tomada de consciência e à organização dos trabalhadores rurais. E que isso se dá através de uma “simbiose”, produzida pela Teologia da Libertação, entre religiosidade popular e essa conscientização política. Na minha perspectiva não houve essa “simbiose”, mas, ao contrário, um processo de silenciamento, de exclusão da religiosidade popular, operado pela Igreja Popular como um todo. Salvo algumas tentativas já a partir do final da década de 80, decorrentes do reconhecimento dos equívocos cometidos, a Igreja Popular, em geral, nunca tratou a religiosidade popular como sujeito, como expressão religiosa legítima. Em vez de “simbiose” o que foi genericamente feito foi uma manipulação da reza do terço e de outras práticas, no propósito de fazer o trabalho de conscientização. O texto que Cyro Lisita cita para falar da sua “simbiose” (O Caminhar da Igreja Com os Oprimidos, de Leonardo Boff), é exatamente um dos que eu cito em minha dissertação de mestrado, para falar do processo de manipulação e silenciamento (Pessoa, 1990).

¹²⁵Damázio Rodrigues da Silva, depoimento em sua casa, no Assentamento Mosquito, no dia 11 de março de 1994.

isso não poderia ser assistencialista. Também não poderia ser confundida com sindicato ou partido político. Daí o acréscimo do termo "pastoral", não constante dos primeiros esboços. Fazendo essa explicação, Ivo Poletto diz também:

"O trabalho a realizar tinha uma dimensão e objetivos políticos razoavelmente claros: apoiar os camponeses em suas lutas, estimulando sua organização para que pudessem ser os sujeitos da conquista de seus direitos, alcançando o que seria sua condição básica: a terra, por meio da reforma agrária" (Poletto, 1985: 39).

Isidoro Revers, o "Galego", falando sobre o método de trabalho da entidade junto aos trabalhadores rurais, define-o como um colocar-se no mesmo nível deles. A questão fundamental é quebrar as barreiras para que o trabalhador chegue aos militantes da CPT e conversem em pé de igualdade; e daí, sintam-se com coragem de discutir, também dessa forma, com representantes do INCRA e de outros órgãos do governo. Galego resume assim a "pedagogia de trabalho" da CPT:

"Você não chega pra injetar consciência, pra injetar teoria, discurso político na cabeça e na boca do trabalhador. Você tem que ser um instrumento que o capacite. Primeiro que ele se sinta como cidadão. A hora que eles tomam consciência eles conseguem enfrentar a discussão de igual pra igual"¹²⁷

Vista assim, a CPT tem um método que procura estimular os agricultores a tornarem-se sujeitos das suas próprias ações. Eles é que vão ter que se fazer ouvir e, para isso, precisam perder o medo da própria fala. Esse seria o fulcro essencial do método ou de uma "pedagogia da CPT": a perda do medo de falar. Carmela Panini diz tratar-se de um "método participativo", assim chamado por

"...permitir e mesmo incentivar os camponeses a descobrirem seu próprio caminho de libertação e suas próprias formas de luta na conquista de seus direitos" (Panini, 1990: 157).

Ainda na fala de Ivo Polleto, assessor e fundador da CPT, sua atuação parece ter um caráter mais passivo. Quem conduz todo o processo são os trabalhadores rurais. A CPT não tem um projeto próprio de reforma agrária, mas

¹²⁶Milton Duarte da Costa, em depoimento na sede da FETAEG, no dia 23 de março de 1994. Retomo com o leitor, os itens 4.2 e 4.3, para dizer da minha discordância em relação a esta caracterização.

¹²⁷Isidoro Revers, o Galego, em depoimento na sede da CPT-Centro Sul de Goiás, no dia 09/03/94.

"procura fazer suas as práticas, as tendências e as aspirações dos trabalhadores rurais entrando, assim, como um organismo de apoio"¹²⁸.

Para Cláudio Perani, entretanto, não é convincente a afirmação de que a CPT não leve "propostas prontas". Seu questionamento, de forma interrogativa, é no sentido de saber se, por trás dessa preocupação em ouvir os trabalhadores rurais, não existem "serviços predeterminados". Ele diz, por exemplo, que na ação das várias CPTs regionais é clara uma priorização das situações de "conflito aberto", como queimas de casas e roças, assassinatos, etc. Diz Perani:

"Devemos, porém, levantar uma suspeita: será que consciente ou inconscientemente não existe uma orientação que privilegia esses momentos, por serem mais 'visíveis e violentos' ou por apresentarem um sucesso imediato?" (Perani, 1985: 77).

Outro exemplo, para dizer dos "serviços predeterminados", é a focalização quase que exclusiva do sindicato em detrimento de outras formas comunitárias de organização, em várias regionais. "Isso é serviço aberto ou, ao contrário, significa levar propostas?", pergunta ainda Cláudio Perani (Idem, 80). Nessa mesma perspectiva crítica, coloca-se Carmela Panini, dizendo mesmo haver uma prática contraditória da CPT, especialmente na constante preocupação em realizar cursos de capacitação, encontros de formação, etc., sempre com o objetivo de conscientizar os camponeses. Segundo ela, isso supõe que os camponeses estão destituídos de conhecimento sendo-lhes destinada uma bagagem de conhecimento teórico e de informação sobre a realidade político-econômica do país. Assim não é possível haver "troca de saberes partindo da existência de um conhecimento subjacente nos camponeses" (Panini, 1990: 157-158).

A mesma discussão aparece na pesquisa de José Geraldo Poker, para quem, o apoio da CPT aos movimentos rurais não pode ser visto como "desinteressado". Como instrumento da Igreja ela vai além do "evangelizar". O mundo rural é o espaço adequado para a edificação das "utopias cristãs", como o "Reino de Deus". Por isso, Poker também fala de uma certa ambigüidade dos católicos no campo, ao afirmar que

"A CPT propõe-se respeitar o projeto "popular", mas isso não quer dizer que ela o incorpore e o aceite como é. Antes disso, "purifica-o" nos preceitos de fé cristã, retirando-lhe os elementos inoportunos -

¹²⁸O Popular, Goiânia, 22/06/86.

como exemplo a individualidade da produção camponesa - e acrescentando outros mais coerentes com uma "consciência de classe" aprimorada - apropriação comunitária, socialismo" (Poker, 1994: 180).

Ou seja, ainda que todas essas críticas sejam lógicas e bem fundamentadas, elas não destituem completamente de sentido os depoimentos de Isidoro Rivers e de Ivo Poletto. Quer dizer: não se pode ser exageradamente empirista ou ingênuo a ponto de acreditar que a CPT chegue aos seus grupos de base absolutamente como uma "tábula rasa". Ela tem, sim, um corpus programático que compreende, por exemplo, formação sindical, formação bíblica, formação técnico-agronômica, assessoramento jurídico, etc. Mas há uma contrapartida. Os assessores e monitores são também "afetados" pelo desdobramento dos acontecimentos no campo e na conjuntura político-econômica. Em termos teóricos, afirma-o bem o sociólogo alemão George Simmel. Mesmo nos casos em que parece haver uma total dominação de um indivíduo sobre outro ou sobre um grupo - "superordenação e subordinação" (chefe político e seguidores, jornalista e multidão, hipnotizador e hipnotizado) - esta dominação nunca é total e é também recíproca. A autoridade pressupõe a liberdade da pessoa subordinada, e nunca existe "pura unilateralidade". A pessoa ou grupo aparentemente dominado exerce também poderosa influência. A "superordenação e subordinação" é para Simmel, sempre, uma "interação" (Simmel, 1983).

Sejam as críticas pertinentes ou não, para os integrantes da maioria dos acampamentos e assentamentos hoje em Goiás, há uma latente ou confessada convicção, alheia a preocupações conceituais: a Igreja, especialmente através da CPT e da Diocese de Goiás, fez e faz parte da sua história de luta pela terra, ainda que ela queira passar a idéia de que é o próprio povo quem está falando e agindo. Pequenas e corajosas nuances em relação a esse reconhecimento, somente são notadas junto aos pentecostais, como foi o caso do depoimento do Lourenço, do Rancho Grande, que advertiu:

"O meu ponto de vista é valorizar o trabalho das entidades que ajuda na luta. Há uma interferência que a gente gosta de esclarecer, que essa alimentação que a gente pega na ocupação, não vem do salário de padre. É recolhido do povo. A gente não pode ficar cativo e nem devendo essa homenagem assim não. A gente deve valorizar o apoio. Mas esse apoio tem os intercâmbios de outros países que ajudam também. Com os projetos, como esse trator que veio, isso é um intercâmbio que veio de outros países. Agora a gente valoriza e tem que agradecer"¹²⁹.

¹²⁹Lourenço Bueno, em depoimento em sua casa, no dia 18/04/94.

Quanto à organização sindical rural, seu órgão superior, a FETAEG, teve uma primeira fase de total atrelamento aos setores dominantes, ausentando-se completamente da perspectiva de amparo aos agricultores na luta pela terra. Isso deveu-se a dois fatores: primeiro, seu fundador Antônio Bueno era ele próprio um fazendeiro; depois, sob a hegemonia do PC do B, a FETAEG esteve muito atrelada ao Governo Estadual (3.5). Na década de 90, a situação passou a ser outra, sobretudo devido a alterações no quadro de alianças das esquerdas em nível nacional. A diretoria da FETAEG tem sido composta de comunistas e petistas e já incorporou também assentados que foram ocupantes. Nas bases, os STRs, ao lado das paróquias, têm sido o principal suporte, por seu estatuto jurídico, atuando desde a formação e organização dos grupos, até as campanhas de alimentos e roupas para que os acampados suportem os tempos de inatividade. Há casos específicos em que, faltando o apoio direto da Igreja, como ocorreu nas duas ocupações de Jataí, em que o bispo local não assumiu o movimento, o STR passa a ser o “carro chefe” da retaguarda institucional.

O MST se auto-define como um movimento dentro do movimento sindical, propondo-se a articular os trabalhadores rurais para a conquista da terra de trabalho¹³⁰. Possui plataformas de lutas bastante arrojadas como o teto de 500 ha para as propriedades rurais; a erradicação absoluta de todo latifúndio, como expressa o dirigente nacional Neuri Rosseto (Apud: Adant et Altafin, 1991: 105). Tem também uma bandeira bastante nacionalista, que é a expropriação (desapropriação sem pagamento) de todas as terras que estão nas mãos das multinacionais. O Encontro Nacional anual e a Executiva Nacional representam a condução organizativa do movimento. Mas a condução político/ideológica, mais prática e ramificada, é vivida pela “Direção Política”. Ela é escolhida pela Executiva Nacional, por consenso absoluto, numa perspectiva de um elitismo e essencialismo políticos dos seus membros. Uma verdadeira brigada ideológica e ascética, pondo as atividades do movimento muito acima da vida pessoal e familiar. Eles devem ser indicados

“entre os melhores e mais preparados militantes do Movimento, independente da região e função. Devem ser os companheiros exemplares e mais capacitados. Devem dar prioridade às atividades nacionais”¹³¹.

¹³⁰As palavras de ordem “Ocupar, Resistir e Produzir”, extraídas do terceiro Encontro Nacional e reafirmadas no segundo Congresso Nacional em 1990, são o coroamento das ações do MST até então (Gehlen, 1991: 500).

¹³¹MST, segundo seu documento intitulado “Normas Gerais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, de 15 de julho de 1988, assinado pela Executiva Nacional.

Do lado dos agricultores, há também uma motivação para se colocarem nessa relação. Como entendê-la ? É certo que eles estão sempre na condição de quem recebe favores, ou dons, que, inevitavelmente, põem em questão a necessidade dos contradons. O contradom, às vezes, é expresso na perspectiva da gratidão, como apareceu aqui em vários depoimentos. Mas, como entre agricultores, de um lado, e padres, agrônomos ou advogados, do outro, há sempre uma relação desigual, fica muito difícil esconder que essa relação se caracterize também como uma relação de dominação. Retomo aqui essa questão, numa abordagem muito próxima à de Simmel anteriormente exposta, já que os dois sociólogos clássicos foram contemporâneos, amigos e colaboradores. Mas há nuances importantes. Para Weber, dominação é a “probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato”. Ele classifica em três os tipos de “dominação legítima”, dois dos quais fazem a finalização deste item. A política fundiária do Estado, a legislação agrária, o judiciário, etc, tudo isso materializado na condução concreta do INCRA, poderia ser caracterizado como “dominação legal”, que supõe algum tipo de contrato, sendo seu “tipo tecnicamente mais puro” a burocracia. Já a relação dos trabalhadores acampados, ocupantes e assentados com a Diocese de Goiás, CPT, sindicatos, MST, etc. poderia ser caracterizada como “dominação carismática”. Ela se dá pela devoção afetiva à pessoa do “senhor” e seus dotes sobrenaturais ou carismas. Também as faculdades mágicas, revelações ou heroísmos, poder intelectual ou de oratória criam sobre os “súditos” esse tipo de dominação. Seus “tipos puros” mais perfeitos são o profeta, o herói guerreiro e o grande demagogo (Weber, 1982: 128-141).

Por último, a atuação dos mediadores não é retilínea. Tem altos e baixos. Se representássemos com duas coordenadas (cronologia e mobilização) de um diagrama o movimento social rural em Goiás nas últimas décadas, particularmente em relação à luta pela posse da terra, teríamos a seguinte situação. Com o golpe militar, a curva teria tocado a coordenada horizontal, indicando um hipotético ponto zero (ou quase) de mobilização. Depois do golpe, reinicia-se a sindicalização, e a linha começaria uma subida constante, passando pela resistência à grilagem do final da década de 70, e chegaria a um ponto máximo em meados da década de 80 com o recrudescimento das ocupações. No entanto, no início da década de 90, essa curva imaginária estava novamente em queda constante. Em 1994, as “ações” (como se refere o MST sobre as ocupações) eram quase inexistentes. Divino Goulart reconhecia que o sindicalismo passava a ser um “sindicalismo de resultado”. Seu então colega de diretoria da FETAEG, Nelson Teles, falava de uma “decepção com o movimento sindical”. A entidade de nível superior do sindicalismo rural, da qual era diretor, não tinha um

departamento sindical. Isidoro Revers, o “Galego”, da CPT, também fazia um “mea culpa”: no âmbito religioso da luta pela terra, houve uma extremada racionalização e os militantes não encontraram mais “o alimento da força da luta”¹³². Também pudera! A conjuntura eclesial que dera origem à CPT já não existia mais. Cyro Lisita constata que, depois de 1987, a CNBB teve um claro recuo. Seus documentos têm uma forma de denunciar cada vez mais nuançada e prudente (Lisita, 1992: 319). Não se havia enganado Cyro Lisita. Em 1995, a direita episcopal arrematava um projeto de pelo menos uma década, que era a tomada da direção da CNBB, com a eleição de Dom Lucas Moreira Neves. O MST que já fora tão cioso da sua eficácia logística e da sua rapidez na mobilização das “ações”, achava-se literalmente isolado. Não encontrava assento nem mesmo nas reuniões das entidades religiosas que o trouxeram para o Estado. Para muitos agricultores dos assentamentos aqui estudados, na sua “reivindicação de autonomia”, os militantes do MST passaram a insistir exageradamente na tecla na não-existência de Deus. “A terra se conquista é com a organização”, teriam dito inúmeras vezes. Ou seja, “a dimensão política desta luta se sobrepôs à dimensão religiosa”, explica João Carlos Torrens (Torrens, 1994: 155). O poder natural de intervenção sobre o mundo deslocasse da religião para o indivíduo, imbuído de discernimento e de organização (Gaiger, 1994: 188-189)¹³³. Nas falas dos demais mediadores sobre o MST, estão a mesma “auto-suficiência, vanguardismo e desconfiança no trabalho das entidades agora denominadas como de apoio”, apontados ainda por João Carlos. Para ele, é muito paradoxal que, num momento de retrocessos institucionais no que se refere à reforma agrária, com a organização de entidades ligadas aos interesses dominantes no campo, o MST se invista dessa autonomia toda, passando a desenvolver uma política de alianças cada vez mais estreita (Idem, 151-152). As demais entidades, antigas aliadas, passaram a reproduzir também esse distanciamento do MST, como tentei mostrar em nota do capítulo 4, na trajetória da “folhinha de parede” dos mediadores (4.2). Durante vários anos, foi importante, para elas, falar de uma conquista do MST, e hoje já não o é mais. É exatamente nesse quadro que o próprio movimento passou a

¹³²Estas falas do Galego, do Divino Goulart e do Nelson Teles foram extraídas dos respectivos depoimentos já citados.

¹³³Nas entrevistas que realizei com Altair Fidélis, Milton Duarte (Mosquito) e Japão (Rancho Grande), não há a menor referência religiosa. São absolutamente ausentes as metáforas bílicas (“terra prometida”, “paraíso”) - bastante recorrentes nas demais entrevistas - e até mesmo as expressões típicas do catolicismo popular (“graças a Deus”, “se Deus quiser”). Há apenas uma incidência na entrevista do Altair, referindo-se a “uma filosofia cristã”, da terra como “dom de Deus”. No mais, as três falas são marcadas por uma bem articulada retrospectiva histórica do grupo e por lampejos de articulação sócio-econômico-política dessa mesma história. Altair e Japão, mesmo como assentados, ainda continuam no MST. Milton Duarte já foi da direção estadual do movimento.

sofrer divisões no seu interior. A tendência “Brasil Socialista”, ex-PCBR, do PT, criou em 92 o “Movimento por Terra, Trabalho e Liberdade”¹³⁴.

¹³⁴O coordenador Renato Carvalho diz que o objetivo é o mesmo do MST: ocupar terra e lutar por uma ampla reforma agrária, mas assinala diferenças metodológicas. “Criamos o novo movimento por não concordar com a forma autoritária como atua o MST...O MST muitas vezes se aproveita da ignorância das pessoas sem-terra e os leva para ocupar fazendas sem prestar nenhum esclarecimento. Nós preparamos os trabalhadores com muita antecedência para as ocupações, mostrando didaticamente o que significa aquele fato” (Folha de São Paulo, 03/07/94, 1-10).



Núcleo do Assentamento Mosquito: missas, cultos, festas e reuniões.



"Fábrica de queijo" (Jan. 1996), a primeira experiência de transformação.



Festa dos 10 anos. Missa, com a participação dos pentecostais.



Era preciso haver também muita fartura na comemoração.

6. O DIFÍCIL APRENDIZADO

"Se eu tiver que fincar um pau, então eu vou fincar uma aroeira".

(Dorvalino, do Mosquito, 05/02/96, em Goiás; um assembleano fazendo uma crítica ao adventismo dos pentecostais).

Para avaliar a eficiência das diversas formas de uso da terra nos assentamentos, seria necessário considerar o uso anterior ao assentamento, o uso atual e o uso almejado da parcela (Beze Júnior, 1994: 155). Nos limites da presente pesquisa, somente este segundo momento poderá ser contemplado, com alguns momentos de aceno para o terceiro. Também não se propõe aqui fazer uma análise político-econômica dos assentamentos, mesmo que o "campo econômico" exerça efeitos especialmente poderosos (Bourdieu, 1992: 85). Os elementos de cunho econômico, predominantes neste capítulo, são muitíssimo importantes, mas não em si mesmos e sim no seu cruzamento com as representações, com os conteúdos simbólicos constatados junto aos assentados. Por mais que esse recurso a um conjunto de dados o aproxime de um estudo de economia, não é esta sua pretensão. Trata-se muito mais de uma etnometodologia, pois, para a antropologia, entender como as pessoas organizam o seu dia-a-dia, - também em termos de produção e de comercialização - é fundamental para a compreensão da realidade que as cerca.

A realidade pesquisada não contém uma vinculação direta entre agricultura e indústria, de setores tradicionais como o setor açucareiro do Nordeste (Wanderley, 1979: 117). Mesmo tratando-se de assentamentos rurais, também não apresenta agricultores cooperados e integrados à agroindústria, como são muitos assentados da Região Sul (Almeida, 1993). O uso do solo nos assentamentos goianos, de modo geral, tem as seguintes características: faz-se pecuária mista e agricultura (com forte tendência à pecuarização), com técnicas ainda tradicionais (com incidência localizada de mecanização) e uso de mão-de-obra predominantemente familiar. Segundo questionário desta pesquisa, 60% dos informantes usam mão-de-obra externa, mas somente em momentos de atividade intensa como colheitas e, mesmo assim, com a predominância da troca de jornadas de trabalho, mais especificamente a "troca de dias". É uma forma de organização do trabalho que se sustenta nas redes de solidariedade locais (Garcia Jr., 1983: 70), ao mesmo tempo que as reproduz e revitaliza. O

agricultor empresta sua força de trabalho - não é uma venda - a um vizinho ou parente ou compadre, em um momento de exigência de um maior estoque de mão-de-obra, para receber o equivalente, em igual circunstância, em data combinada entre os dois. É de costume que o trabalhador que "empresta" dessa forma sua força de trabalho fique submetido ao controle do dono do serviço (o "patrão"), que tem o poder de organizar aquela jornada de trabalho, incluindo-se aí o tipo de serviço a ser realizado, os horários de início, refeição e término, etc. É tácito também que ele vai trabalhar "por conta" do patrão, isto é, toda a alimentação do dia devendo lhe ser servida. Em geral, é uma refeição um pouco mais cuidada do que no dia-a-dia de trabalho do grupo doméstico. Isso implica, por exemplo, nunca faltar algum tipo de carne, especialmente se há mais de um "peão" a ser alimentado. Ao final, o empregador "ganhou o dia", que lhe será depois retribuído, numa operação chamada "pagar o dia". E aí, a relação patrão/peão é simetricamente invertida.

O adubo químico é utilizado em parte ou em toda a plantação por 80%, devido à baixa potencialidade da terra. Ninguém (até o final de 1995) havia feito uso de inseminação artificial. 60% dos informantes nunca fizeram uso dos serviços de agrônomo ou veterinário, e, no caso dos que já o fizeram, isso se deu em situações de emergência como grave doença de algum animal. No geral, há também uma inteira dependência dos créditos oficiais do Programa Nacional de Reforma Agrária, como crédito habitação, implantação e custeio.

No Rancho Grande e no Mosquito, no final de 1995, já se iniciava o aprendizado para a primeira experiência com inseminação artificial, sob a orientação da EMATER. O órgão público parecia estar, na verdade, cedendo às pressões dos assentados para o início da experiência. Seus técnicos não reconheciam ainda a existência de condições mínimas de incorporação dessa tecnologia. Na alegação dos técnicos, duas razões norteavam a pouca convicção: falta de instalações físicas adequadas e falta de pré-requisitos básicos como condições gerais de alimentação do rebanho a ser supostamente melhorado. Sem isso, diziam, havia um risco muito grande de se "queimar a tecnologia". Quer dizer, ela iria fracassar não por sua ineficiência, mas pela precariedade da sua implantação.

Trata-se de um processo de absorção de novas tecnologias, portanto esse embate é inevitável. A cultura externa, expressa pelos técnicos, dificilmente irá reconhecer a existência efetiva de um conhecimento produtivo na comunidade de agricultores. É um saber que fala em nome da racionalidade econômico-produtiva e sempre tentará se sobrepor a um saber gestado

na experiência cotidiana, numa visão de mundo muito própria do trabalhador rural (Darre, 1985). O que os aproxima, e que poderá reduzir as tensões, é que os próprios assentados estão declaradamente em busca do aprendizado de novas fórmulas de produção e de comercialização.

6.1 Tornar-se dono

“Nada é mais universal e universalizável do que as dificuldades”.
(Bourdieu, 1989: 18).

Dois sentimentos parecem ter perpassado todos os chegantes à terra, pela qual tanto se bateram. O primeiro é o significado econômico-administrativo da inclusão do nome numa lista de sorteio de lotes do INCRA, após sua imissão na posse. Deixam-se como “página virada” os longos anos de trabalho numa terra que não possuíam e sobre a qual, portanto não tinham nenhum controle. Na nova situação, o agricultor poderá ter esse controle e dele poderá auferir maiores receitas. Mas, isso ainda não é tudo ou até, é uma parte menor no quadro global da conquista realizada. O que moveu tantos agricultores, expondo inclusive a si mesmos e a suas famílias aos riscos de vida, não são razões unicamente econômicas. O que verdadeiramente os conduziu ao resgate da terra foi o desejo de liberdade, de viver melhor, de poder controlar o próprio tempo, ou, como disse um sindicalista de Araraquara a Vera Ferrante: “É o desejo de independência, é um negócio de raiz” (Ferrante, 1994: 136-138).

Mas, além dessa perspectiva representativa, há um componente histórico nessa relação com a posse da terra. O exercício autônomo da atividade agrícola supõe a propriedade da terra. Sem ela, é muito difícil os agricultores serem reconhecidos como produtores autônomos (Wanderley, 1995: 125). É que a propriedade da terra é um instrumento jurídico indispensável no Brasil para o exercício da agricultura. Ela não só confere essa autonomia necessária para as tomadas de decisões, como é uma exigência irremediável para o acesso ao crédito, como garantia hipotecária (Lamarche, 1993: 188).

É por isso que o que deve nortear a tentativa de reconstituição desse momento do aprendizado dos assentados não pode ser a idéia de "proprietário", categoria econômica, que trata a terra como mercadoria. Na mesma ordem de representações, o proprietário é quem tem muita terra e não necessariamente trabalha nela. Já "dono", uma categoria tida por Klaas Woortmann como mais moral do que econômica, refere-se à terra como patrimônio, transmitida de geração em geração (Woortmann, 1990: 28). É exatamente a idéia de patrimônio que organiza a reconstituição desse momento inicial, na fala de um parceiro do Assentamento Mosquito:

“Passar a administrar um patrimônio seu é uma dificuldade. Isso foi até um atraso. Tinha companheiro que não sabia nem encavar uma enxada”¹³⁵.

Na explicação de Damázio Rodrigues, um dos líderes do mesmo assentamento desde a ocupação, há mesmo um aprendizado real dentro do lote, mesmo se todos os parceiros tenham uma efetiva origem na agricultura. Passar a ser dono de uma parcela e ser responsável pela organização do espaço e do trabalho dentro dela é passar, literalmente, do sonho à realidade. Ou, como ele mesmo diz, da teoria para a prática.

“Quando a gente tem uma luta de teoria pra pegar um lote, a gente é um. Quando a gente tem o lote é outro. Eu acho que eu agora aprendi mais a conviver com uma maneira administrativa de bens. Porque,

¹³⁵Milton Duarte da Costa, em depoimento na sede da FETAEG, no dia 23/03/94. O verbo "encavar" utilizado por Milton pede uma pequena explicação. A unidade familiar de produção agrícola tem a capacidade de preparar os principais instrumentos e ferramentas de trabalho. Alguns são integralmente produzidos, de maneira artesanal, num aprendizado de geração a geração, como são os casos de balaíos, peneiras, cochos, cabaças de barro ou vegetal (*Lagenaria vulgaris*) para o transporte de água. Outros instrumentos têm uma parte metálica, industrial, que o agricultor tem que adquirir no comércio, como machado, enxada, foice, cutelo, martelo. É aí que se situa o verbo "encavar". O agricultor toma a parte metálica comprada e coloca um cabo de madeira para tornar o instrumento pronto para o trabalho. O agricultor experiente e "sistemático" no preparo de suas ferramentas tem uma espécie de madeira apropriada para cada tipo de cabo. Para o machado, é a guapeva ou andiroba (*Carapa Guaianensis*). Para a enxada, é o guatambu (*Aspidosperma sesiliforum piquiá*). Tal é essa relação, que guatambu significa genericamente a própria enxada, como aparece em uma citação de Bernardo Élis: "...e as quatro moças que também puxavam o guatambu tão bem quanto os homens..." (Ortêncio, 1983: verbete: guatambu). Por ser leve e firme, o guatambu também é apropriado para cabo de chicote, como registra ainda Bariani Ortêncio: "Espanhol muniu-se de um chicote, couro longo, com cabo de guatambu..." (Ortêncio, 1965: 123). Um personagem urbano de Carmo Bernardes, mas muito cioso da vida no campo, exclama também: "Demorei muito tempo ali apreciando a fresca, relembrava passados já muito distantes, conversava em pensamento com as árvores, as que são minhas conterrâneas. Uns guatambus, que não sei porque foram plantá-los ali, qualidades de madeira que me recordam cabo de ferramentas" (Bernardes, 1986: 64). Galdino Coelho de Magalhães, um dos ocupantes da Fazenda Santa Rosa (Itaberáí), de 53 anos, nascido no Município de Goiás, deu-me a sua lista de preferências: para cabo de enxada e foice, guatambu, peroba rosa (*Aspidosperma polyneuron*) e taipoca; para cabo de machado e picareta, uvinha, guapeva (*Carapa guianensis*) e canela; para cabo de martelo, angico (*Piptodênia momosóidea*); para cabo de enxó, bálsamo, amoreira (*Morus alba*) e soita-cavalo ou açoita cavalo (*Luhea tilitácea*) (Em depoimento no próprio acampamento, em 11/01/97, com dez meses de história do grupo, já na 4ª. ocupação da mesma área).

tem o dizer que o saco da inibição não enche. Muitas vezes nós pensa: não, se eu tiver um alqueire de terra e uma vaca tá bom. Mas quando uma coisa arrasta outra e aí, é claro que tem que compartilhar também com os outros que não têm, aí você percebe que talvez não é o suficiente. Aí você começa a aprender que o que depende mesmo é do bom investimento. É facinho o caboclo olhar um com um pedaço de terra e falar que ele é preguiçoso, que ele não tá dando conta. Mas quando ele pula pra dentro, se brincar também ele não dá conta. Então eu acho que eu aprendi de verdade a administrar um lote. Naquela época eu não sabia¹³⁶.

Na fala de Damázio fica claro ainda que o que tem de administrativo nessa história não implica um decolamento burocrático entre o administrador e a coisa administrada, com prepostos, capatazes, peões e até jagunços. Para ele passar a ser dono, nesse contexto de busca da terra, é imprescindível pegar e fazer com as próprias mãos. Há um sentimento de inserção muito grande, quando ele diz “quando ele pula pra dentro”. E pular pra dentro significa todo dia acrescentar trabalho à porção de terra adquirida. Do outro lado do Rio Bugre, no Assentamento Estiva, o senhor Antônio Baiano também partilha desse sentimento. Ele conta que nas tantas conversas que foi obrigado a ter com o requerente da terra, que vinha sempre escoltado por jagunços, o argumento dele, em contrapartida, era o trabalho. Nisso ele estabelecia a diferença entre ele e o grileiro. Ele conta como era o seu argumento.

“A terra é devoluta e eu também tenho direito a ela porque eu preciso trabalhar. É o que eu sei fazer. Todo dia eu mudo a beirada do meu eito¹³⁷.”

Os próprios assentados sabem, no entanto, de um dado muito importante, como podemos ver ainda na fala acima transcrita do Damázio. O que legitima a posse do lote é o trabalho, mas não a esmo. É preciso que haja investimentos, administração. Afinal, não há mais como esconder de nós mesmos que vivemos no mundo da mercadoria, do planejamento, das escolhas abalizadas. Os bóias-frias estudados por Vera Ferrante tiveram dificuldade na passagem para a experiência de assentamento, muitas dificuldades que não podem ser confundidas com os atributos de incompetência. É que nunca tiveram no seu passado experiência de trabalho cooperativo; não tiveram oportunidades de tomar decisões e sempre trabalharam vigiados¹³⁸. Também as regras de financiamento, de crédito, e a engrenagem mercantil lhes eram desconhecidas (Ferrante, 1994: 140-141).

¹³⁶ Damázio Rodrigues da Silva, em depoimento em sua casa, no dia 11/03/94.

¹³⁷ Antônio Alves de Sousa - Antônio Baiano - em depoimento em sua casa, no dia 19/05/94. Grifo meu.

¹³⁸ A grande maioria dos assentados está chegando à propriedade da terra pela primeira vez. 79% dos sem-terra ouvidos pelo DataFolha em acampamentos de quatro estados (PA, SP, RS e MG) nunca foram proprietários de terra. Folha de São Paulo, 30/06/96, Caderno Especial “Sem-Terra”, 3.

Aí são duas lógicas que precisam ser tratadas com equilíbrio. Os assentados que se recusarem a aprender e aplicar novas tecnologias, de maneira sustentável, terão dificuldade de se reproduzirem como agricultores. É a lógica dos técnicos, governamentais ou não. Por outro lado, o assentamento não se reduz a um negócio. Se tender a recuperar e reproduzir a lógica camponesa, ele será, conjuntamente, lugar de vida e de trabalho. Eugênio Giovanardi, consultor do INCRA para o Acordo INCRA-PNUD, fala, por exemplo, em termos de desenvolvimento empresarial nos assentamentos. Diz que isso é um processo contínuo que supõe investimentos produtivos, com gerenciamento adequado, mas reconhece que o programa enfrenta dificuldades. Uma delas, diz ele, é a

“Tradição cultural de trabalho. Os assentados estavam acostumados a executar ordens e tarefas. Foram treinados para a subsistência do dia-a-dia. A administração de uma empresa inverte esses papéis e os novos proprietários terão que planejar, executar e controlar seus negócios”¹³⁹.

Posto o problema desta forma, se sobreviver o assentado, morrerá o camponês. Pois, a absorção de tecnologia forçosamente transformará o assentado em produtor de mercadorias, as requeridas pelo mercado. Quanto maior for a intensidade dessa integração às tecnologias e ao mercado, maior será, por conseguinte, o afastamento desse agricultor, de uma produção voltada para a sua própria reprodução (Rodrigues, 1991: 52).

6.2 Ocupar, resistir, vender

Com base em sua etnografia do Assentamento da Fazenda Annoni, no Sudoeste do Paraná, Aurélio Vianna faz uma importante distinção entre duas etapas inevitáveis no processo de instalação de um assentamento. A primeira é a consolidação da ocupação que supõe um desfecho favorável nas negociações, a chegada na área, a demarcação dos lotes, enfim, a apreensão do espaço físico disponível na área. Mas, isso ainda não é a redenção do trabalhador. A etapa mais importante e definidora é “o momento da garantia da permanência na área”, que pode ser, por exemplo, a realização da primeira colheita ou de várias colheitas. A garantia de permanência advirá da obtenção de recursos que realmente garantam a

¹³⁹Eugênio Giovanardi, Desenvolvimento empresarial nos assentamentos, in: Universidade Aberta, Fascículo No 11, Fundação Demócrito Rocha, Fortaleza (não contém data), pág. 7.

possibilidade de sobrevivência da família no lote, às vezes associando a venda da força de trabalho dentro ou fora do assentamento, o extrativismo vegetal, etc. (Vianna, 1990: 15-16). Sônia Bergamasco e Luiz Norder chamam esta segunda etapa de

"consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas" (Bergamasco e Norder, 1996: 10).

É nesta etapa, segundo ainda Aurélio Vianna, que aparece como alternativa de sobrevivência, a venda ou a troca de lotes. Mas, isso não constitui necessariamente um abandono da identidade camponesa, e sim uma busca de formas de capitalização para que possa vir a produzir e a se reproduzir. É que, sem os recursos necessários para tornar a terra produtiva, uma estratégia para continuar se reproduzindo acaba sendo a venda do lote (Vianna, 1990: 24-25).

Maria Antonieta da Costa Vieira, estudando o mesmo problema junto a posseiros do sul do Pará, constata várias razões para a sua existência. Alguns vendem o lote para adquirir algum bem, para montar um negócio, para comprar casa na cidade, mas a razão mais indicativa é a venda de lote, até mais de uma vez, como recurso para ir se capitalizando, para "ir melhorando", até atingir condições de se instalar produtivamente em um outro lote. Maria Antonieta resume assim a sua tese:

"Venda de terras não significa automaticamente proletarização ou abandono da condição camponesa mas antes, uma estratégia utilizada pelos lavradores para manter esta condição, na expectativa de obter melhores condições de vida. Pode ainda se constituir uma estratégia de sobrevivência do grupo familiar, o que leva, em alguns casos, à perda da condição de proprietário. Verificou-se também que os que deixam o campo após a venda de terras não o fazem necessariamente de forma definitiva. Este pode ser um momento do trânsito freqüente existente entre campo e cidade" (Vieira, 1990: 54-55).

Os assentamentos aqui estudados apresentam os seguintes percentuais de desistência das parcelas: o Rancho Grande tem o menor índice, 9,5%, com apenas duas desistências entre 21 parcelas, até o final de 1996; o Mosquito, com 43 parcelas e 14 operações de vendas de lote até o final de 1995, bate nos 32,5%; no Rio Paraíso, não se sabe ao certo o número de transferência de parcelas. O presidente da associação, em fins de 1995, falava, de forma um pouco vaga, de 40% de transferências. Rio Paraíso está no topo dos dados nacionais e

Mosquito bem acima da média. Segundo a Tabela 24 do Relatório da FAO, os maiores índices de desistência em outros assentamentos chegam exatamente a 40%, e a média nacional é de 22% (Guanziroli, 1994: 60-61).

Mas no Rio Paraíso, em várias falas, isso só aconteceu em 1989, quando houve o sorteio dos lotes, pelo despreparo e pela falta de assistência. Agora, com os benefícios que têm, não há mais necessidade de desistência das parcelas¹⁴⁰. Para os líderes do Mosquito, o problema foi muito maior no início, devido à falta de recursos. As dificuldades de produção geraram até um certo constrangimento moral, forçando a saída.

“Outra dificuldade foi a falta de recurso. Conseguir produzir em terra fraca. A única forma que o pessoal sabia era a forma dos antepassados. Mas eles trabalhavam em terra boa e nós tinha que produzir em terra fraca. O companheiro que não conseguia produzir perdia a cabeça e punha o lote à venda”¹⁴¹.

“O problema de vender as parcelas é um problema grave, gravíssimo, mas nós consegue a dar o respaldo, porque, primeiro é que o cidadão consegue uma parcela, ele não tem um investimento adequado pra produzir. Ele começa a ficar invergonhado porque ele não tá conseguindo a ter uma produção satisfatória, até ter uma vida digna, aí ele resolve a sair, a vender”¹⁴²

Para o caso dos assentamentos goianos, parece mesmo possível tomar emprestada de Aurélio Vianna e de Maria Antonieta a idéia da venda de lotes como estratégia de produção e reprodução camponesa (Vianna, 1990; Vieira, 1990). Mas, diferentemente dos casos por eles estudados, o que é estratégico aqui não é a reprodução do camponês individualizado mas a reprodução do assentamento enquanto grupo de agricultores. Ou seja, no começo os assentados, imbuídos de uma certa obrigação moral em mostrar a viabilidade do assentamento, sofriam muito com esse problema. Os primeiros casos no Mosquito, segundo conta Damázio Rodrigues, geraram até ameaça de morte. É que para a homologação do INCRA eram necessárias duas assinaturas de lideranças do grupo, além da aprovação da assembléia. E os líderes, por não estarem plenamente de acordo com as vendas, dificultavam a transação, recusando-se a assinar ou pelo menos retardando ao máximo a sua concessão. Depois, eles próprios passaram a ser embaixadores à procura de um comprador - desde que fosse do métier - para o lote que não estivesse sendo realmente cultivado. Assim diz mais uma vez Damázio Rodrigues

¹⁴⁰Assim disse, por exemplo, Wilson Hermuth Gottems, parceleiro e também tesoureiro da FETAEG, em depoimento na FETAEG, no dia 30/10/95.

¹⁴¹Milton Duarte da Costa, em depoimento já citado.

“Nós tamos conseguindo colocar companheiros que é mesmo trabalhador rural, que quer mesmo a terra para morar e produzir”¹⁴³.

Os assentamentos aqui estudados já estão na faixa de 10 anos de idade. Por isso, as falas dos seus representantes já se aventuram num olhar para o passado. E eventualmente até tenham total razão em dizer que a incidência maior do problema já ficou realmente num certo tempo passado. Mas, ele ainda não foi totalmente extinto. A 14a. operação de venda de lote do Mosquito ocorreu em 1995. Aurélio Araújo da Silva, um dos líderes do Rancho Grande, contava nos dedos, em janeiro de 1997, uns quatro ou cinco casos de venda que, segundo ele, viriam a acontecer em seu assentamento proximamente. E os dirigentes da FETAEG ainda se inquietam com essa questão. Em reunião com os presidentes de associações de assentamentos, o diretor Divino Goulart assim se manifestou, imprimindo um ar de formalidade à reunião: disse que as sucessivas matérias sobre os Sem-Terra na Rede Globo tinham o objetivo de “roer por baixo o movimento”. Chamou a atenção dos presidentes presentes, para que qualquer operação nesse sentido fosse feita “com o máximo rigor”, desmembrando sua recomendação nos seguintes itens:

“- Naqueles casos que não houver mesmo como segurar o parceleiro - doença ou ele não gosta dali; - A associação deve pegar uma carta dele justificando pr'a assembléia. Tem que fazer uma assembléia aprovando o que tá chegando; - O que tem que ser vendido é o que ele fez lá dentro; - A associação não pode de jeito nenhum (falando em tom enfático, parecendo denúncia) pegar uma parte dessa venda do lote”¹⁴⁴.

Nessa recomendação dos dirigentes da FETAEG, está um dos principais motivos da desistência de parcelas. No Rio Paraíso há casos, por exemplo, de derrame cerebral (AVC), de cataratas, que, evidentemente, inviabilizaram a continuidade do parceleiro no grupo. Às vezes, o problema da doença atingia algum outro membro do grupo familiar, sobretudo o cônjuge, como são os casos de João Marques, do Rancho Grande e Aparecido Bernardes da Silva, do Mosquito. Para Damázio Rodrigues e Altair Fidelis, ambos do Mosquito, a questão da doença, mesmo se é real, precisa ser vista de uma outra forma. Dizem que sempre fizeram uma tentativa para que o parceleiro continuasse, pois a mudança para a cidade, por si só, não é garantia da cura. Talvez até seja um agravante, provocando a perturbação da pessoa. Segundo

¹⁴²Damázio Rodrigues da Silva, em depoimento já citado.

¹⁴³Idem.

¹⁴⁴Divino Goulart, reunião da FETAEG, no dia 30/11/95.

eles, a alegação da doença, em grande parte, é porque se tratava de um excelente argumento face ao endurecimento do INCRA em relação às desistências, uma espécie de “cartada final” nas justificativas para venda do direito de uma parcela.

6.3 O que e como produzir

“O jeito goiano de plantar com a mão o que o mato dá sem mágoa e o cerrado sem cobrar: pequi, caju, mangaba, madeira, mel de abelha dados de graça, catados com a mão cheia dos repentes de amor da natureza que não cabem no arrendo nem na meia e não põem placa de “vende” na parede”.
(Carlos R. Brandão, *Diário de Campo*. 18).

Após a segunda guerra mundial, a capacidade produtiva da Europa estava totalmente destruída. Os dólares do Plano Marshall atuaram na reconstrução de monumentos e edifícios, mas também na montagem de outro sistema produtivo. A principal representação da mudança de modelo é a passagem da força física para a motorização da agricultura. É em meio à necessidade de resposta a todo esse processo de mudanças e de fazer face à “esterilidade do marxismo”, no dizer de Michel Robert, que surge a Sociologia Rural, de início com o Empirismo, embasado na “Sociologia da Inovação” americana. Num segundo momento, já no começo da década de 70, ela surge com uma retomada do pensamento marxista, através de Alexander Tchayanov (russo), Jerzy Tepicht (polonês) e Claude Servolin (francês). Construiu-se então o pressuposto de que a economia e a organização da produção no mundo camponês não se dão de acordo com as leis gerais da produção capitalista. Por exemplo, se o produtor camponês tivesse que ser remunerado pelas horas extras, a sua unidade produtiva seria altamente deficitária e ele já teria desaparecido (Robert, 1986: 37-81; Abramovay, 1992: 20-23; 250).

É por isso que, em 1972, Claude Servolin já chamava a atenção para um aspecto que é aparentemente um detalhe mas que é determinante na agricultura. Dele depende, desde o bom resultado de uma escolha entre jogar milho ou semente de capim num rebotalho de terra de uma curva do Rio Bugre, até o êxito da política agrícola, pensando-se a agricultura em todo o país. O trabalho agrícola tem uma “natureza particular”, adverte Servolin.

“A agricultura é apenas a exploração pelo homem de certos processos biológicos: a reprodução e o crescimento dos vegetais e dos animais domesticados. O essencial da operação, quer dizer, a produção da matéria nutritiva, é completada pelos próprios organismos. O papel do homem se limita em suma a fornecer a esses organismos o conjunto das condições necessárias ao seu desenvolvimento e a colher os produtos” (Servolin, 1989: 37).

O grande momento produtivo para Servolin é, portanto, o momento do crescimento celular, animal e vegetal. Sendo o eixo fundamental, o processo biológico faz com que o trabalho agrícola guarde características de um *métier*. Supõe um conhecimento vivencial com a terra e as suas aptidões naturais. Por isso, ele é refratário à absolutização da divisão do trabalho, mecanismo fundamental da produção industrial (Idem, 1972; Abramovay, 1992: 236).

Essa especificidade do trabalho agrícola em relação ao trabalho industrial também é destacada por Alberto Passos Guimarães. Embora, para este autor, o crescimento agrícola esteja sujeito às mesmas leis do crescimento industrial, ou seja, os dois passam da acumulação primitiva à acumulação capitalista e depois à concentração e à centralização de capitais, a agricultura se rege ainda por duas leis específicas. Primeiro, ele diz que na agricultura há uma dependência muito maior do que na indústria, no que se refere ao solo como meio de produção. Isso coloca a agricultura em desvantagem, pois este é, econômica e juridicamente muito sujeito ao monopólio da propriedade privada. Segundo, por suas raízes históricas, a agricultura capitalista se mantém sempre em atraso em relação à indústria. Sobre a segunda especificidade, diz Guimarães:

“As transformações tecnológicas são muito mais lentas na agricultura do que na indústria e, quando elas ocorrem, apenas beneficiam um segmento muito restrito dos produtores. Os agricultores, em sua imensa maioria, dispõem de pequenos recursos de capital; e suas forças produtivas, especialmente nos países subdesenvolvidos, correspondem, em alguns aspectos, a formações econômicas anteriores ao capitalismo” (Guimarães, 1979: 231)

Voltando a Servolin, o que surge de novo então na história dos agricultores em situação de assentamento é que agora eles têm mais liberdade para realizar essas descobertas. Muitos deles tinham sido agricultores que executavam tarefas. Agora podem fazer escolhas. Daí a dificuldade expressa por muitos deles. Para Milton Duarte, do Mosquito, a realidade do lote é que foi ditando a prática produtiva. No seu entendimento, era preciso sair do tradicional

estreitamento da produção de grãos¹⁴⁵. O que ele chama de estreitamento é uma tradicional concentração da produção agrícola em Goiás, em quatro produtos: milho, feijão, arroz e mandioca¹⁴⁶.

A fala de Milton Duarte pode ser expressa em termos percentuais. Nos assentamentos Rancho Grande e Mosquito, os parceiros estão se definindo mais como criadores do que como agricultores, o que os coloca em consonância com as orientações técnicas recebidas (5.1). Segundo informações apuradas pelo questionário já citado, em 1995, o uso agrícola no Mosquito foi de 12,8 e no Rancho Grande de 13% do lote. No Rio Paraíso, esse índice foi de 50%. Mas uma comparação das duas regiões em termos de produtividade é impossível. São opções diferentes em termos do que produzir. No Rio Paraíso, o investimento é quase todo voltado para a soja, simplesmente inexistente nos assentamentos da região de Goiás. Ainda assim, é possível tirar algumas conclusões sobre a finalidade do uso agrícola nas duas regiões, já que, pelo menos a produção de milho lhes é comum. Da safra 1994/95, o Mosquito vendeu 19% do milho produzido; o Rancho Grande vendeu 32,5%; e o Rio Paraíso vendeu 95%. O Rio Paraíso vendeu também 100% da soja produzida. Ou seja, o Rio Paraíso está muito mais próximo de uma agricultura destinada à produção de mercadorias, uma agricultura comercial, enquanto que os outros dois ainda conservam fortes resquícios de uma agricultura de autoconsumo.

Em comparação com outras formas de organização da produção e até com outros assentamentos do país, a produtividade animal dos assentamentos é acentuadamente baixa. Os dez parceiros do Rio Paraíso que responderam ao questionário têm em média 15 cabeças de gado, contra 13,6 do Rancho Grande e 22,6 do Mosquito. A média por hectare é de 0,46 cabeça no Rio Paraíso, 0,37 no Rancho Grande e 0,68 no Mosquito. Significa, segundo Zamberlam, que os assentados ainda não imprimiram nenhuma diferença de produtividade bovina em relação às criações extensivas. Nos assentamentos do RS estudados por

¹⁴⁵Milton Duarte da Costa, em depoimento já citado.

¹⁴⁶São culturas que hoje nos assentamentos da região da cidade de Goiás são cultivadas com o seguinte calendário: milho: de out/nov - mai/jun; feijão: mar - mai; arroz: dez/jan - abr/mai; mandioca: out/nov - mai/jul. Esse calendário tem sofrido nas últimas décadas um pequeno deslocamento, pois o fator principal é a chegada das primeiras chuvas. O milho antigamente era plantado até na última semana de setembro. O arroz era plantado em início de novembro. O "arroz de Santa Luzia", uma espécie de concessão da natureza para algum plantio que eventualmente fosse feito até o dia 13 de dezembro, era definitivamente o último a ser plantado. O feijão podia ser plantado em fins de janeiro e começo de fevereiro. Quanto à mandioca, que antigamente era deixada na terra por até dois anos, para se obter um bom rendimento, agora já pode ser colhida com 6 ou 8 meses, a "pontachina", conforme me disse Jorge Carlos (o "Barba"), em depoimento, em sua casa, no dia 23 de junho de 1996.

Zamberlam, a produtividade média bovina das fazendas antes do assentamento era de 0,32 cabeça por hectare. Em 1989 estes assentados possuíam uma média de 2,5 cabeças de gado por hectare (Zamberlam, 1994: 125). Para chegar a esse patamar, os assentados goianos vão ter que percorrer um longo caminho, que começa por técnicas de formação de pastagens e passa necessariamente pela questão do aprimoramento de espécie.

A conseqüência natural da baixa produtividade é uma produção leiteira ainda longe de poder ser considerada comercial, rentável. Os dez informantes do Rio Paraíso produzem uma média de 16,49 litros/dia. Os do Rancho Grande caem para 12,20, e os do Mosquito, menos ainda, apenas 8,80 litros/dia. Os informantes do Rio Paraíso fazem entrega de uma metade da produção a companhias de laticínio. Nos outros dois assentamentos, até o final de 1995, quando abordei esta questão pela última vez, não existia essa entrega. Todo o leite entrava na produção artesanal do tradicional “queijo mineiro”. A ordenha, nos três assentamentos, é totalmente manual.

Mesmo assim, é inegável uma tendente pecuarização dos assentamentos¹⁴⁷, o que já é tradicional em nossa economia. Segundo Nasr Fayad, já no momento do esgotamento do ouro - final do século XVIII - o gado se apresentou como "redentor da economia goiana" (Chaul, 1995: 69). Na reunião de novembro de 1995 da FETAEG com os presidentes de associações dos assentamentos, pediu-se uma avaliação dos presentes sobre a variação da área agrícola da safra 94/95 para a safra 95/96. No relatório do Rio Paraíso, foi dito que a área plantada para a safra 95/96 diminuiu cerca de 30% e que muitos estão passando essa área para pastagens. Wilson Gottems, integrante da Comissão Estadual do PROCERA pela diretoria da FETAEG, disse também que os projetos que têm chegado à comissão “a comissão já sabe de cor: é só vaca”. Por isso, já se cogitou fazer uma carta de sugestões aos técnicos, no sentido de mais criatividade. Segundo ele, na reunião anterior àquela data, de 80 projetos havia um para a produção de bananas. Todos os demais eram voltados para “as vacas”¹⁴⁸.

¹⁴⁷Como nota também José Carlos Leite, estudando formas de produção no Assentamento Mirassolzinho. O assentamento foi criado em 1988, e em 1990 José Leite já constatava a pecuarização - preocupação em formar pastagens e adquirir bovinos. Algumas causas: o preço do leite e derivados não tem sofrido tantas oscilações como os produtos agrícolas; “a representação que o camponês faz dos grandes criadores. Na região, quem possui carros bonitos, moradias vistosas e confortáveis, roupas novas, filhos estudados...são os pecuaristas, os fazendeiros, os grandes criadores de gado e não os posseiros, os assentados”. Mas José Leite diz ainda que essa é uma tendência de todo o Estado de Mato Grosso (Leite, 1993: 124-126).

¹⁴⁸Reunião da FETAEG, no dia 30/11/95. A abertura de pastagens em mata ou capoeirão, ou, a transformação de roça em pastagens, é expressa pelo verbo "formar", para dizer formar a pastagem. Os assentados também adotam o que é linguagem corrente na região, que é, para esse caso, a forma elíptica que transforma o verbo formar, de verbo transitivo direto em verbo intransitivo. Formar, no contexto do trabalho agrícola significa plantar capim.

Leonarda Musumeci detecta, nas representações de camponeses de fronteira, uma apreciação negativa da pecuarização, também presente em Poção de Pedras. Explicando no cotidiano dos pequenos produtores o significado do termo "fartura", diz Musumeci:

"Fartura também diz respeito à diversidade de produtos da roça e da mata, sejam valores de uso ou mercadorias; opõe-se, neste sentido, à especialização, à monocultura...A pecuária bovina também é antagonista da fartura: esteriliza a terra, uniformiza a produção e a paisagem - além de os bois serem virtuais destruidores das plantações, já que às vezes invadem as roças e pisoteiam ou devoram o produto do trabalho humano" (Musumeci, 1988: 223).

A produção de porcos, de galinhas e de ovos não apresenta grande ou constante significação comercial. Os 30 informantes venderam em média 4,3 cabeças de porco, 14 galinhas e 17 dúzias de ovos, cada um, em 1995. No Rancho Grande, a expressão comercial desses três itens da produção animal é que abaixa de vez essa média. Dos seus informantes, cada um vendeu, em média, em 1995, 0,4 porco, 4 galinhas e 4 dúzias de ovos. São produtos que em geral são comercializados quando se faz sobra da despesa¹⁴⁹, ou em necessidade emergencial de se apurar algum dinheiro. É uma pequena poupança da família, digamos. A forma de criação de animais é a de décadas de produção caipira no Estado de Goiás: o velho chiqueiro conjugado ao paiol de milho ou no fundo do quintal, onde os porcos comem milho e/ou abóbora, mangas e outras frutas que caem (Ortêncio, 1965: 37) e sobras da comida da família (a "lavagem", como é chamada comumente entre produtores familiares em Goiás). As galinhas são criadas soltas em volta da casa. Apenas 13% dos informantes, entre Mosquito e Rio Paraíso, disseram ter um viveiro apropriado¹⁵⁰.

Ainda assim, o idealismo parece ser a marca dos parceiros nos assentamentos goianos. Os assentados da região de Goiás iniciaram, já em 1994, discussões e gestões visando a criação de uma cooperativa mista dos assentados - de consumo e de comercialização da produção. À frente da gestação e da gestão da idéia, estão a CPT e a Diocese de Goiás. A formalização jurídica da mesma, incluindo constituição de diretoria eleita e quadro inicial de

Isso aparece em frases dos assentados, como: "vou formar só uma parte", "toquei roça três anos depois formei", "a terra já tá toda formada".

¹⁴⁹ Como reconstitui o regionalista Carmo Bernardes nas reminiscências de sua infância e adolescência na roça. "A casa farta, os mantimentos com sobra guardados nas tulhas, o feijão armazenado no sarrão de couro, o saco de amendoim erguido nos caibros do rancho, o milho no paiol com os capadinhos da despesa no chiqueiro. De vez em quando, sobrava um para vender, assim como frango e galinhas no terreiro, que lá em casa sempre havia com fartura" (Bernardes, 1985: 97).

¹⁵⁰ A criação de galinhas soltas pelo quintal, sem nenhum método ou seleção, é a forma usual no interior de Goiás, como registra Hugo de Carvalho Ramos, no conto "Almas das Aves" (Ramos, 1964: 56).

associados, foi concluída no mês de novembro de 1995, faltando ainda a sua efetivação física¹⁵¹. Os recursos em "quota-parte", para a formação do capital, sairão todos do PROCERA, específico para esse fim. Os sócios formadores da cooperativa deliberaram também sobre uma pauta de produtos a serem priorizados pelo trabalho da cooperativa em termos de escoamento. Foram cinco os produtos escolhidos, numa ordem de prioridade: gado leiteiro, apicultura, piscicultura, aves mais postura e porco tipo carne. Se houver, posteriormente, capacidade de expansão dessa pauta, os próximos investimentos dos cooperados terão que ser em fruticultura e transformação dos seis produtos da pauta. Ao final de 1996, a cooperativa ainda não havia saído do papel, e já se ouvia de vários parceiros que se tratava de uma idéia que "nasceu morta". Entre os assentados do Rio Paraíso, a possibilidade de criação de uma cooperativa já era aventada em fins de 1995, mas ainda de maneira vaga. Não houve, até então, nenhuma ação concreta para esse fim.

Há ainda, no trabalho dos assentados, várias outras pequenas culturas, como algodão (*Gossypium herbaceum*), amendoim (*Arachis hypogaea*), batata-doce (*Ipomoea batatas*), cará (*Dioscorea batata*), abóbora (várias espécies), quiabo (*Hibiscus esculentus*), gergelim (*Sesamum indicum*), jiló (*Solanum gilo*), mas não em escala comercial. Em geral, isso se planta em leirões de milho, nas beiradas do arrozal, ou no próprio quintal. Mesmo assim, isso predomina nos assentamentos da região de Goiás. No Rio Paraíso, é comum encontrarmos a casa do parceiro totalmente envolta por soja (*Glycine hispida*) ou melancia (*Citrullus vulgaris*), quando não rodeada de um pequeno pomar, que os sulistas de lá chamam de "alvoredado" ou "arvoredado". No Rancho Grande e Mosquito, há outras culturas destinadas também ao mercado mas ainda novas, como é o caso do talhão de guariroba, do Lourenço, no Rancho Grande.

A pesquisa da FAO sobre renda nos assentamentos incluiu, além de "renda animal líquida" e "renda agrícola líquida", a "renda consumo". Esta última aparece na Tabela 4 do relatório, com o maior índice, 37,01% em nível nacional e 32,19 na Região Centro-Oeste (Guanzirolí, 1994: 26-27). Ricardo Abramovay diz que não é o único, mas o objetivo básico

¹⁵¹A Ata de Fundação da COOMAG - Cooperativa dos Assentados de Goiás e Região - é datada de 02 de abril de 1995, quando se realizou para esse fim uma assembléia de representantes de todos os assentamentos dos municípios de Goiás e Itapirapuã. Assumiu a coordenação da assembléia a Secretaria da Produção Familiar do STR-GO, contando também com representantes da CUT, FETAEG, STR de Itapuranga, Prefeitura de Goiás, com a presença do prefeito Abner Curado e do próprio bispo, D. Tomás Balduino (O Plantador, CPT-Centro-Sul de Goiás, Nº 172, de 1 a 15 de abril de 1995, pág. 2).

da reforma agrária é exterminar a miséria rural, por isso o autoconsumo é um dos produtos importantes dos assentamentos (Abramovay, 1994: 138).

Nos dois assentamentos da região de Goiás, ainda se usa muito tração animal. 60% a usam parcial ou totalmente no Mosquito e 50% no Rancho Grande. No Rio Paraíso, é usada só por 30% dos informantes e apenas parcialmente. As explicações são simples: a diferença de área cultivada e os recursos para o cultivo. No Rancho Grande e Mosquito, há um trator da associação que trabalha num esquema de horas contratadas com os associados. No Rio Paraíso, também há esse esquema, mas apenas para os associados que não possuem os implementos. Fora essa disponibilidade, há mais de 30 tratores, há 12 colheitadeiras e outros tantos implementos particulares no assentamento. Mas, durante os dez anos de existência dos primeiros assentamentos em Goiás, a questão do uso de máquinas se resume à propriedade coletiva, através da associação ou à propriedade privada dos implementos. Apenas um dos 30 informantes (do Rancho Grande) respondeu possuir material agrícola em co-propriedade com vizinhos.

Aqui é oportuna também a advertência de Sônia Bergamasco. A melhor tecnologia é aquela que é facilmente utilizável e adequada às condições dos agricultores e da terra. O saber técnico e a existência ou não de máquinas devem ser adequados a essas condições. Um trator, por exemplo, não é, necessariamente, performante para o pequeno produtor direto (Apud: Adant et Altafin, 1991: 120-121).

Os assentados goianos ainda não se orientaram para a perspectiva de utilização de material agrícola em pequenos grupos. Na França, a experiência das CUMA, desde o pós-guerra, é simplesmente generalizada. No Departamento de Main-et-Loire, na Região Oeste, com cerca de 260 Communes, existem 250 CUMA (praticamente uma em cada município). Sem ela fica impensável a existência da agricultura familiar para os franceses. As CUMA vão desde uma betoneira adquirida por quatro vizinhos até uma encilhadeira de milho, muito mais cara, por um grupo de 20, 30 agricultores. Mas não há nenhum tipo de centralização ou de imposição, a não ser a necessidade de redução de custos. Os agricultores formam os grupos, e a cooperativa administra a compra, manutenção e utilização do equipamento. No RS, onde os assentados já começam a fazer essa experiência, caracterizada por Zamberlam como uma “socialização parcial ou total dos meios de produção”, a produtividade é superior às outras

unidades de produção e às outras regiões do município. Os reflexos vão muito além da dimensão econômica (Zamberlam, 1994: 129).

Cabe ainda uma pequena colocação sobre a diversidade de formas de uso do solo e de técnicas utilizadas para o trabalho do dia-a-dia nos assentamentos. Enquanto se podem contar até quinze implementos do trabalho mecanizado, no galpão de Albano Desanguska, no Rio Paraíso, no rancho do Luís, no Assentamento Rancho Grande, o café é “moído” no pilão. O queijo é generalizadamente feito nos assentamentos de maneira tradicional, espremendo-se a coalhada em uma fôrma, manualmente. A fôrma já não é mais feita de cabaça ou de madeira como antigamente, mas de um corte transversal em tubos de PVC de grande bitola. Não cheguei a ver nenhuma prensa rosqueada para a confecção do queijo, como já é comum, por exemplo, a muitos pequenos produtores do município de Itapuranga. No Rancho Grande e Mosquito, colhe-se o arroz batendo-se manualmente os feixes em uma “banca” de madeira, que depois serve de girau nas casas para a colocação de mantimentos. Já o feijão, depois de arrancada e secada a rama, é batido sobre um pano com os “cambitos” - um par de varas atadas por corda ou correia de couro cru. Em novembro de 1995, estando de pouso no Rancho Grande, na casa de Da. Altaíra, que trabalha sozinha no lote, acompanhei, em um dia cedo, a ordenha de suas três vacas de leite. Uma delas, sestrosa, ainda era de primeira cria. Minha presença nas imediações era um agravante. Da. Altaíra andou todo o curral atrás da vaca para lhe pôr a peia. Ela se posicionava do lado direito da vaca, jogando a corda também com a mão direita para depois pegar a ponta da corda no chão. Após a difícil tarefa da ordenha, ela passou à transformação do leite. Juntou o leite de dois dias para fazer requeijão que, costumeiramente, é vendido na cidade de Goiás. Alguns são vendidos ali mesmo, para os vizinhos ou eventuais visitantes. É a sua renda básica e mais constante ao longo do ano. Disse que o queijo era difícil de fazer porque andava inchando muito e além disso estava muito barato. Na época, o queijo e o requeijão de 1kg custavam respectivamente R\$ 1,00 e R\$ 4,00. É claro que nessa diferença de preço está a diferença de mão-de-obra e de matéria prima, a maior, no fabrico do requeijão.

A propósito, queijo, requeijão, polvilho e farinha de mandioca, dentre os produtos comercializados pelos assentados, são os principais produtos que incluem agregação de valor. A entrega de leite in natura é inviável para o pequeno produtor devido ao sistema de quotas. A mandioca é de fácil cultivo na região, mas, sem beneficiamento, só teria comercialização razoável em grandes centros distantes. Já os quatro produtos daí derivados têm

comercialização garantida, às vezes até mesmo em nível de vizinhança. Mas, para que isso aconteça, a família ou o grupo doméstico tem que se impor o que é comumente chamado de "auto-exploração da força de trabalho". Luis Eduardo Soares, por exemplo, fala sobre ela nos seguintes termos:

"A auto-exploração camponesa viabiliza a comercialização dos produtos agrícolas a custos baixos e, conseqüentemente, a transferência do sobretabalho para a sociedade, via mercado. Beneficiam-se tanto os intermediários, articulados em extensa cadeia, representantes do capital comercial, quanto os detentores do capital industrial, na medida em que os preços reduzidos dos alimentos permite (sic) o incremento da taxa de exploração da força de trabalho" (Soares, 1981: 73).

"O valor da força de trabalho é rebaixado a níveis próximos aos limites físicos da sobrevivência, em muitos casos. Os elos de dependência submetem os produtores aos pequenos comerciantes-usurários e estes ao capitalista-comerciante mais poderoso, associado aos usineiros, aos especuladores imobiliários e aos fazendeiros capitalistas" (Idem, 101).

O mercado se mundializou e se generalizou. Da matéria-prima à informação, da energia aos símbolos, tudo chega ao mercado. As cadeias de equivalência invadiram todos os domínios da vida social (Seabra, 1996: 82). Seria muita ingenuidade imaginar que a produção e a reprodução camponesas a ele permenecessem refratárias. Torna-se, portanto, indispensável incluir no presente estudo uma tentativa de compreender com mais profundidade aquilo que será sempre um capítulo inevitável na história dos assentados, ou seja, sua relação com o mercado, ainda que isso aconteça na forma de comercialização local e rudimentar de uma parte dos seus produtos.

6.4 No jogo do mercado

Está-se vendo, no caso aqui estudado, que os assentamentos não apresentam relações de trabalho assalariado, cuja predominância determina a existência ou não de uma sociedade capitalista (Bergamasco e Norder, 1996: 72). Dois deles, o Rancho Grande e o Mosquito, têm ainda uma comercialização incipiente da sua produção. Entretanto, não se pode apressadamente, por essa conta, em nenhum momento, duvidar da inserção da economia dos assentamentos no sistema capitalista. A fórmula "pequena produção + terras livres = economia de subsistência" é claramente inadequada, diz Leonarda Musumeci, a partir de

camponeses de fronteira (Musumeci, 1988: 201). A economia camponesa e, mais especificamente, a agricultura familiar estão subordinadas ao “movimento do capital” e, portanto, completamente integradas ao sistema de mercado.

“A chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente” (Graziano Neto, 1985: 27).

“Na agricultura de hoje, o comando não está com o agricultor mas sim entre as mãos de uma esfera pública que orienta e determina a conduta de cada um. A agricultura familiar é certamente a atividade econômica no capitalismo contemporâneo mais fortemente submetida a constrangimentos coletivos na organização da produção” (Abramovay, 1992: 193).

A “especificidade do campesinato”, para Luiz Eduardo Soares, está numa independência da unidade familiar de produção em relação ao mercado. Entretanto, essa independência é apenas relativa. Devido ao controle que exerce sobre os meios de produção e sobre o processo de trabalho, o campesinato tem uma capacidade de se ligar mais ou menos ao mercado, dependendo das circunstâncias. Numa situação de retração do mercado, a produção para autoconsumo pode até ser mais prolongada. Mas, a volta a uma economia fechada é pouco viável na prática, diz Luiz Eduardo, por três razões: a unidade doméstica não tem como se suprir internamente; uma retração implica perdas não negligenciáveis; a maioria dos grupos camponeses já tem a sua capacidade de reprodução comprometida com a comercialização (Soares, 1981: 205-206). E quem está em luta direta pela conquista do pedaço de chão para trabalho e moradia tem os olhos fixos na venda de pelo menos uma parte da produção. No auge da repercussão midiática dos sem-terra pelo país, o DataFolha ouviu 578 acampados de quatro estados (PA, SP, RS e MG) e constatou que 78% deles têm planos de plantar para vender¹⁵².

A maioria dos produtores diretos aqui estudados também tem essa percepção. No questionário a que já me referi, aplicado junto a 30 chefes de unidade de produção, fiz uma pergunta hipotética, tentando captar a idéia que eles têm da auto-suficiência da sua produção. A pergunta pedia para que imaginassem que, a partir daquela data, não poderiam comprar nada nem vender nada, e indagava deles quanto tempo a família poderia sobreviver no lote. As respostas foram: “Sem resposta” - 3,3%; “Algumas semanas” - 23,3%; “Alguns meses” - 36,7%; “Mais de um ano” - 16,7%; “O tempo que você imaginar” - 13,3%; e “Eu não poderia

¹⁵²Folha de São Paulo, 30/06/96, Caderno Especial “Sem-Terra”, 3.

viver aqui tempo nenhum” - 6,7%. Embora as respostas estejam um pouco pulverizadas, há uma ligeira predominância para "algumas semanas" e "alguns meses". Pode-se ainda juntar a isso o caso dos dois informantes que disseram “tempo nenhum”. Assim, eu agruparia as respostas em duas concepções dos próprios assentados quanto à auto-suficiência: alguns têm sobre ela uma visão pessimista e outros otimista. Os que não têm muita convicção sobre a auto-suficiência somam juntos 66,7%, e os que são convictos quanto a ela representam 39,6% dos informantes.

A idéia de que os mecanismos do mercado são produtores de relações igualitárias, libertárias, base e pressuposto da democracia, é uma ficção. Marília Pontes Spósito extrai da análise do Estado em Henri Lefebvre, a convicção de que o mercado, "momento das abstrações e das mediações, aparece como realizador de equivalência do não-equivalente" (Spósito, 1996: 43-44). Marie-France Garcia diz que a existência do mercado não é garantia, por si só, da liberalização ou da existência de “relações horizontais e simétricas” entre os seus atores (Garcia, 1993). No Brasil, a disseminação da mercadoria nunca gerou uma sociedade capitalista plenamente moderna. Na circulação, a mercadoria sempre revela seus conteúdos sociais e políticos antidemocráticos porque é produzida de modo antidemocrático, e de modo antidemocrático é repartida. O mercado funciona contraditoriamente - apresenta-se sempre como moderno, mas cria e recria relações sociais tradicionais. Ele se nutre delas. Exemplo, o trabalho escravo. A escravidão moderna foi fruto do capital mercantil, que viabilizou o surgimento da produção capitalista. “A escravidão moderna foi fruto do mercado” (Martins, 1993: 155-164).

Não há condições de aprofundar aqui os conteúdos filosóficos e econômicos da questão do mercado. Mas, a colocação de Souza Martins já ajuda a entender que os assentados estão em meio a um jogo difícil que não oferece igualdade de oportunidade para todos, como tenta fazer crer. A transformação de excedentes da produção em mercadoria é imprescindível para a reprodução dos agricultores. Negar o mercado, então, não é o caminho. Mas, enfrentá-lo é tarefa complexa.

Vivemos em uma "sociedade produtora para o mercado". Não se trata mais de uma produção regida pelo consumo futuro dos bens produzidos. Na realidade econômica da era burguesa, houve uma ruptura dessa relação, ou dessa "consciência". O que determina a nova realidade econômica não é mais o "valor de uso", mas o "valor de troca". Ou seja, o consumo

tem que estar implícito na produção (Goldmann, 1967: 16-17). Isso põe para os assentados uma trágica pergunta: terão eles, enquanto produtores diretos do setor primário, condições de se inserirem nesse mercado? Pois, nesses termos, o mercado mantém, com os produtores de mercadoria, uma relação irremediavelmente darwinista.

Quando estavam apenas surgindo os primeiros conflitos de terra em Goiás, dos quais derivariam mais tarde os assentamentos aqui estudados, nas reuniões setorizadas da CPT já aparecia o problema hoje enfrentado pelos assentados. Numa reunião em Córrego do Ouro, em 1982, sobre a pergunta “o que fazer com a produção”, o relatório final sintetizava assim as respostas dos participantes:

“O comércio. A compra e venda seriam coletivas. Os alimentos seriam trocados com aqueles que produzem as outras coisas que as pessoas precisam para viver na cidade e no campo, sem haver intermediário. O Governo teria o papel de distribuir a grande produção para as diversas regiões do país, de modo que não faltasse e nem sobrasse”¹⁵³.

Na imaginação dos agricultores mobilizados pela CPT, já que àquela época ainda não estavam “com a mão na massa”, há indicadores de três perspectivas de enfrentamento da questão da comercialização. A primeira é que o escoamento do excedente não visaria necessariamente ao lucro, mas ao suprimento de gêneros não produzidos pelos agricultores, através da troca. Visto assim, o projeto seria, não de uma produção agrícola rentável, mas de autoconsumação. O segundo ponto é que já se elegia, desde aquela época, o “vilão” da história - o intermediário. O terceiro é que não se nutria a crença na auto-regulação do mercado. Todo o eixo articulador da oferta e da procura, de região para região, seria o Governo.

O que foi possível constatar até agora é que esse sonho não se concretizou. Essa visão circular da economia sustentada na troca é suicida, por uma razão até simples: sem liquidez não há como comprar insumos e sementes, pagar as horas do trator e pagar as parcelas do PROCERA. Portanto, não há possibilidades de produzir. O intermediário é uma consequência quase que natural da existência de oferta de produtos. E, pelo menos para o caso dos queijos dos assentados da região de Goiás, se o intermediário não chega a ser o “anjo de

¹⁵³Arquivos da CPT-Centro-Sul de Goiás, Relatório do Encontro da Microrregião de Fazenda Nova, realizado em Córrego do Ouro, nos dias 8 e 9 de maio de 1982, assinado por Dionísio Sfredo. É importante destacar também neste extrato de relatório, a difusão, por parte das entidades, da idéia do trabalho coletivo, a ser tratada ao final do capítulo (6.6).

guarda" da produção, é assumido por todos, pelo menos, como um mal necessário. Por fim, o poder público não tem sido o "superpai" esperado para o intercâmbio dos excedentes produtivos. E todos - produtores e consumidores - sofrem as conseqüências. O mercado é incapaz de regular, por si só, a instabilidade crônica entre a demanda e a oferta de produtos agrícolas, sempre com um terceiro fator importante nessa instabilidade, que é o preço. É necessário que, como acontece nos Estados Unidos e em alguns países europeus, o Estado promova um "equilíbrio artificial" entre esses três fatores (Boussard, 1992: 47-48).

A Tabela 23 do Relatório da FAO deixa clara a precariedade da comercialização dos produtos dos assentamentos em relação aos preços médios obtidos por outros produtores rurais. Em termos globais da pesquisa essa perda é da ordem de 58,76%, sendo um pouco menor na Região Centro-Oeste, com 46,36%. Em nossa região, 47,11% das vendas dos assentados são para intermediários (Guanziroli, 1994: 56). Segundo Jurandir Zamberlam, os assentados têm três alternativas de comercialização:

"Comercializar sua produção com grupos oligopolizados onde os preços são fixados unilateralmente; Comercializar via esquema tradicional - feiras, pequenos mercados, de casa em casa, onde o produtor tem poder na fixação final dos preços de seus produtos; Iniciar um processo novo, dentro da dinâmica da "comercialização direta" com grupo de trabalhadores urbanos organizados, onde juntos definem as regras" (Zamberlam, 1994: 133).

Conforme dados do item anterior, extraídos do questionário aí citado, há apenas três produtos de comercialização regular nos três assentamentos aqui estudados: soja e milho, no Rio Paraíso; e leite, com a derivação do queijo, nos três assentamentos. Depois, há uma série de outros produtos, com extrema variação de parceleiro para parceleiro, que são também comercializados sazonalmente: milho verde, farinha de mandioca, e polvilho. Há ainda peixes e produtos não derivados do trabalho agrícola, mas da coleta de frutos nativos, como são os casos do pequi (*Caryocar Brasiliense*)¹⁵⁴, guariroba (*Syragus oleracea*), murici (*Byrsomina* sp), gabioba (*Campomanesia Rhombea*), pimenta (várias espécies), etc., que são também, emergencialmente, apresentados ao mercado. Nesse caso estão também a grande extração e a

¹⁵⁴É a espécie encontrada com maior freqüência no centro-sul de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Atinge até 6 metros de altura, tem as folhas largas e frutos com até 10 cm de diâmetro. Há ainda uma outra espécie, a *Caryocar Glabrum*, mais presente na bacia do médio Tocantins e vertente oeste do São Francisco (Oeste da Bahia e Oeste e Norte de Minas Gerais). "Em ambas as espécies, a castanha é recoberta por um invólucro rico em espinhos pretos e finos. O invólucro é revestido por uma polpa, amarelada, às vezes mais esbranquiçada, pastosa, farinácea, oleoginosa e rica em vitamina A e proteínas" (Maria do Socorro Sales Barbosa, "Comunicações", Instituto do Trópico Subúmido, Universidade Católica de Goiás, mimeo, s/d).

venda de madeira por alguns parceiros no começo dos assentamentos Mosquito, Estiva e Rancho Grande, numa clara herança da colonização brasileira pelos portugueses (Graziano Neto, 1985: 18). Em um dos dois casos de venda de lote do Rancho Grande os parceiros de hoje contam que o único trabalho do primeiro parceiro foi ter extraído a madeira do lote e entregado ao madeireiro. Em seguida começou a anunciar o desejo de deixar o assentamento.

Ao desmatarem, os assentados têm respeitado muito bem os pequizeiros e cajueiros. Os lotes do Lourenço, Valtão e Altaíra (Rancho Grande), Paulo Maleski (Rio Paraíso), Altair e Damázio (Mosquito), Braz e José Angélico (Retiro e Velha) são ótimos exemplos. Mas, dada a distância da cidade, não conseguem transformar seus frutos in natura em mercadoria. Por outro lado, não tem havido nenhuma iniciativa no sentido de se produzirem conservas desses mesmos frutos, que são sazonais, para vendê-las em outras épocas. Digo isso porque entendo (e até para manter-me coerente a uma certa lógica do presente capítulo) que o modelo de exploração agrícola e de criação dos assentamentos precisa levar em conta uma certa racionalidade, não apenas em termos de produção, como também de comercialização. Sem isso, com a pouca extensão de terra e os poucos recursos, o projeto tenderia a facassar. Mas, contra esse meu raciocínio, penso que pesa toda uma tradição camponesa da região, que é a de usufruir da prodigalidade produtiva da natureza, sem essa preocupação racional. Tudo deve ser colhido no seu tempo, e somente no seu tempo. É muito comum, por exemplo, ao fazer a minha "pregação" sobre as vantagens da conserva do pequi - dando até mesmo a receita - encontrar como resposta algo como: "só gosto do pequi no tempo dele". O pequi não só tem o seu tempo, como também marca o tempo. A primeira chuva do ano nos entornos do município de Goiás - ainda pelos finais de julho a meados de agosto - é a "chuva do pequi"¹⁵⁵.

A produção de porcos, galinhas e ovos é explicada pela maioria dos parceiros como recurso alimentar da família. O trabalho no lote é pesado, assumido por todos e requer uma alimentação ricamente calórica e protéica. Como não podem consumir com constância a carne bovina, esses três produtos são muito importantes na dieta rotineira dos assentados. Mas, a maioria diz vender esporadicamente algum capado durante o ano. Galinha e ovos não são genericamente vendidos por todas as famílias. Mas, como também não têm outra possibilidade de renda, às vezes até se raciona um pouco o consumo, para levar para cidade,

¹⁵⁵Depois seguem a "chuva do caju" e outras mais. Quando elas atrasam ou simplesmente faltam, é ano de pouca produção. Sobre isso, há outras leituras. Velhos moradores da região são sempre muito convictos em dizer que, a cada sete anos, os pequizeiros descansam um.

de vez em quando, algumas galinhas e algumas dúzias de ovos. É muito comum os parceiros irem pra cidade levando esses produtos tradicionais do seu trabalho, já com uma lista de pequenas compras na algibeira da camisa: um zíper, mais um vidro de um determinado medicamento, açúcar, sal, café, um maço de fósforos, etc. Inevitavelmente, há nessa dupla operação uma discrepância entre a regularidade nos preços do que precisam comprar e a irregularidade nas condições de venda daquilo que levam para a cidade (Cândido, 1979: 166). Mas há, sobretudo, uma significativa alteração nessa troca de produtos entre o campo e a cidade. Essa listinha de encomenda de produtos da cidade, como maço de fósforo, um zíper e um vidro de remédio, tal como presenciei sendo feita certo dia na casa do Pedro Minas, no Mosquito, indicava, antes, muito mais uma troca de produtos da roça por produtos que não se produzem na roça. Hoje isso já não é mais assim tão rígido. Incluem-se nela também os conhecidos pacotes de 5kg de arroz Tipo 2, o menos caro. No caso dos assentamentos, essa troca é também um pouco matizada. Nos assentamentos da região de Goiás que ainda preservam uma linha de produção mais tradicional, de acordo com os hábitos alimentares locais - milho, arroz, feijão - é mais comum esses itens serem produzidos de maneira suficiente para o autoconsumo. Mesmo no caso do feijão, que dizem não dar bem na região, ele é garantido à base de troca, na própria região, por arroz colhido a mais, ou por uma rez. Já no Rio Paraíso, que, conforme disse linhas acima, é um assentamento com uma dominância maior de produção de cereais comercializáveis, puxados pela soja, esses produtos básicos da alimentação não são suficientemente produzidos para o autoconsumo. E eles são com muita frequência comprados na cidade de Jataí, numa situação muito próxima do que percebeu Carlos Brandão entre os produtores diretos de Catuçaba.

"Até mesmo uma boa parte do alimento familiar cotidiano é comprado na cidade e o morador de Catuçaba reconhece que um eixo de sentido da troca se inverteu, pois agora é a "gente da roça" quem necessita dos "recursos da cidade" (Brandão, 1995: 78).

Mas esse problema não é novo nem muito menos restrito aos assentamentos rurais. Ele é constitutivo da nossa formação econômica e social, como atesta o historiador Nasr Fayad, em análise sobre os dois primeiros ciclos econômicos goianos - o ouro e a pecuária.

"Entre o campo e a cidade, o curral e o mercado, havia, porém, as cercas naturais de impedimentos à prosperidade da pecuária. Se as condições naturais favoreciam a criação pecuarística, o mercado, no entanto, era o elemento desestabilizador. Fretes altos, custos elevados do sal, distâncias dos mercados formavam um conjunto que, apesar de desestimuladores, não conseguiram impedir a ascensão da pecuária

goiana, descartando a idéia de decadência, pois em quase nada as duas épocas, a do ouro e da pecuária, se mostraram diferentes: os mesmos problemas, as mesmas dificuldades, as mesmas carências" (Chaul, 1995: 76).

Essa dificuldade de acessar um mercado consumidor foi registrada pela minuciosa observação do mundo rural goiano feita pelo regionalista Bariani Ortêncio, a partir de 1938, quando chegou a Goiás. Em um de seus contos, a fazenda dos Pereira tinha muita produção de frutas e mantimentos e grande criatório. Mas nada era vendido, pois não havia "comércio". O feijão, o milho, o arroz, o algodão, o fumo, o café - "talhõezinhos à-toa" - tudo era plantado e colhido "para a própria manutenção" (Ortêncio, 1965: 37-38).

A principal razão da fragilidade dos mercados agrícolas está no fato de que os produtores são geograficamente dispersos. Isso torna difícil a aproximação entre eles e entre eles e os compradores. O escoamento dos seus excedentes supõe sempre um deslocamento, que, por sua vez, representa um custo considerável, seja em termos do custo do transporte, seja no tempo implicado (Boussard, 1992: 41-42). Os assentados da região de Goiás em geral vendem queijo, requeijão, farinha, ovos, polvilho e frango diretamente aos consumidores, nas ruas de Goiás, e às vezes até de porta em porta. Inicialmente, fizeram tentativas na feira do Bairro João Francisco, aos domingos¹⁵⁶. No dia 06 de abril de 1996, percorri toda a feira e não encontrei ninguém dos assentados já conhecidos. É que a feira é uma forma de comercialização muito rígida para a sazonalidade dos seus produtos. Ela se compõe de bancas já estabelecidas para cada produto e supõe que, a cada domingo, o feirante tenha aquele produto a ser oferecido aos freqüentadores. E isso não é exatamente o caso dos assentados, pelo menos por enquanto.

Com maior regularidade, o pequeno excedente comercializável dos assentados da região de Goiás é vendido nos entornos do velho mercado da cidade¹⁵⁷. É uma região da

¹⁵⁶Lévi-Strauss, falando das feiras livres no Brasil, Bolívia e Paraguai, dizia nos anos 50 que "estes grandes momentos de vida coletiva trazem à luz um regime de produção que ainda é individual...a vendedeira oferece aos clientes os pequenos excedentes da sua atividade doméstica". *Tristes Trópicos*. Lisboa, Edições 70, 1986: 136-137.

¹⁵⁷"Mercado Municipal, Construído na Administração do Intendente Dr. Agenor Alves de Castro, março de 1927", conforme placa na fachada do prédio ainda utilizado pelo velho mercado. Um novo bloco de pequenas salas comerciais foi construído ao lado, há cerca de três ou quatro décadas. Como o edifício é de 1927 e os textos de Hugo de Carvalho Ramos de 1917, já falam no "mercado de Goiás", fica claro que o atual edifício representa apenas uma fase na sua história. A prática do comércio de produtos da agro-pecuária da região existe desde o sec. XIX, ou pode até mesmo remontar a origem da antiga capital, em 1727. O largo que, segundo os moradores mais antigos, era o espaço reservado pela Intendência para o repouso e a contagem das tropas (para efeito de tributação das mercadorias), abrigou durante algumas décadas a Estação Rodoviária da cidade,

cidade com freqüentadores certos em quase todos os dias da semana e, dentre eles, alguns são compradores também certos, não exigindo dos produtores o compromisso regular "do ponto", como é o caso da feira. Os produtos são oferecidos aos passantes e aos pequenos comerciantes das proximidades¹⁵⁸. Na primeira semana de novembro de 1995, vi ali em ação alguns parceiros do Mosquito, entre eles o Pedro Minas, o Altair, o Damázio e o Euler, com os produtos na carroceria da toyota. Todos reclamavam que ninguém queria mais saber de queijo. O melhor volume de queijos vendidos foi para uma intermediária que os transporta de ônibus para comercializá-los em Goiânia. Já há uma certa regularidade nessa transação. É que ela é uma ex-moradora do Mosquito. Ainda naquele dia, todos diziam que estava ótimo para se venderem ovos. Foi a primeira mercadoria a terminar. Pedro Minas reclamava que, na última vez, ninguém queria ovos, sendo que agora, ele que tinha 13 dúzias apuradas em casa, não os havia trazido.

Novamente a obra de Hugo de Carvalho Ramos é ilustrativa. Nos trechos de cartas compilados como "Nostalgias", Carvalho Ramos diz:

"Distante, na estrada da Barra, cargueiros passavam ajoujados e resfolegantes sob a carga de mantimentos, em bruacas de couro cru, rumo da cidade e do mercado".

No conto "Almas das Aves", ele fala das galinhas que eram criadas e levadas ao mercado da cidade de Goiás. Em "Gente da Gleba", Benedito dos Dourados era o portador dos carregamentos anuais do coronel ao mercado de Goiás, contendo açúcar e café (Ramos, 1964: 47; 57; 95).

Em relação a outros assentamentos do país, os aqui estudados estão ainda numa situação inicial em termos de organização da produção para o enfrentamento do mercado. Não dispendo até o momento de capacidade de transformação, ficam ainda muito mais

perfeitamente integrada à rotina do velho mercado. A Estação Rodoviária foi desativada e substituída por outra, em outra região da cidade, no dia 01/12/95. Goiás Velha, a mais portuguesa das cidades goianas, guarda nesse conjunto - mercado, largo que veio a abrigar a rodoviária e beira do Rio Vermelho - um importante traço da colonização. Enquanto na América Espanhola, reproduzia-se o retângulo das praças centrais e ruas em linha reta, do país colonizador; nas cidades coloniais brasileiras, as ruas definem um verdadeiro labirinto. E, via-de-regra, elas foram formadas desordenadamente em torno de atividades comerciais (Da Matta, 1985: 38; Sérgio Buarque de Holanda, Raízes do Brasil. 18a. ed., Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 1984: 63-65).

¹⁵⁸Nesse jogo são vivenciadas relações que são chamadas por Afranio Garcia de "relações horizontais", ou relações, basicamente, entre produtores pobres e consumidores pobres. O contrário são as "relações verticais", entre produtores e grandes cerealistas ou cooperativas (Garcia Jr., 1983: 145). O segundo caso acontece, por exemplo, no assentamento Rio Paraíso, com a venda de soja para a cerealista Coimbra, ou de soja e milho para a Cooperativa Comigo.

vulneráveis, seja em relação aos mercados informais da região, seja, principalmente, em relação aos mercados oligopolizados de maior monta e abrangência. É verdade que os problemas aqui identificados não se restringem ao Estado de Goiás. José Carlos Leite descreve, por exemplo, as tentativas de inserção dos camponeses de Mirassolzinho-MT no jogo do mercado. Para que isso acontecesse foi feita uma intervenção externa da FAO/EMATER, denominada “Projeto de Comercialização e Abastecimento da Gleba Mirassolzinho”. Em decorrência desse processo, depois de uma longa trajetória de cursos, treinamentos, etc., chegou-se à criação de uma “Central de Abastecimento”. José Leite, sistematizando as análises do “fracasso” dessa intervenção, aponta como uma das causas, que ele chama de “pontos de estrangulamento”, a “inexperiência e inabilidade no relacionamento com o mercado e seus agentes” (Leite, 1993: 158-162). Mas, nesse processo de constituição de assentamentos, nem tudo é fracasso. Há também assentamentos que podem ser considerados como muito “bem-sucedidos”, como é o caso do Assentamento “Conquista da Fronteira”, em Santa Catarina, com uma cooperativa que passou a operar um moinho de trigo e milho e até uma fábrica de calças jeans. Em setembro de 1994, já produziam 1200 calças por mês, gerando emprego para 16 pessoas e um faturamento mensal de 15 mil reais¹⁵⁹

O mercado é sempre um jogo em que se ganha ou se perde, como mostra o conto “Negociando Porco”, do regionalista Bariani Ortêncio. Tonicão e Nhô Bento são dois “vizinhos de légua”, um que tinha porco gordo para vender, necessitando muito de dinheiro apurado, e o outro que dele muito precisava. Mas nenhum dos dois podia dar demonstração da sua necessidade. O primeiro, porque, se o fizesse, rebaixaria o preço do produto. O segundo, porque correria enormemente o risco oposto. Para qualquer um dos dois, o outro era um “adversário comercial”, num jogo em que não se podia “dar o braço a torcer” (Ortêncio, 1965: 49-61).

Pode-se concluir, sobre os três casos mais aprofundados pelo presente estudo, que a reprodução econômica e social dos assentados passa tanto pela produção de gêneros requeridos pelo mercado, quanto pela produção para autoconsumo. O Rio Paraíso chega a nuançar um pouco essa afirmação, já que vários de seus parceiros produzem prioritariamente cereais comercializáveis, como é o caso da soja. Mas ainda assim, não se pode dizer que se trata de exclusividade. Mesmo que não produzam arroz para o consumo ou

¹⁵⁹Veja, 21 de setembro de 1994, 75. Segundo a CPT, a referida produção de calças jeans é de mil peças por mês (CPT, 1995: 24).

que não produzam porcos para a comercialização, produzem o leite, galinhas e dificilmente deixam de ter pelo menos um porco na engorda, como vi em dezembro de 1995 no lote do Albano. Desse modo pode-se falar de uma pequena variação sobre isso, de um assentamento a outro, ou internamente, num mesmo assentamento, de um parceleiro a outro. Mas, no geral, as duas destinações da produção são imprescindíveis. Ou, como constatou Ivaldo Gehlen, elas se constituem num "casamento eficaz" (Gehlen, 1991: 522). Ou seja, a economia camponesa é "parcialmente comercial". Não se trata do "farmer" americano, cuja produção é toda voltada para o comércio; nem de uma "economia de subsistência" (Tepicht; 1973: 27; Garcia Jr., 1983: 127). Numa unidade de produção ou num assentamento, como no caso aqui estudado, pode predominar a produção destinada ao mercado ou destinada ao consumo próprio. Mas, nunca haverá a configuração pura e simples de um dos dois casos.

6.5 A organização jurídico-política

Maurice Godelier considera que a produção material, como relação dos homens com a natureza e relação dos homens entre si, supõe e combina três categorias de realidades:

"Um conjunto de recursos, de objetos sobre os quais o trabalho atua, um conjunto de meios pelos quais os homens atuam sobre esses recursos, e por fim a atividade pessoal, ou trabalho propriamente dito, dos homens, que atua sobre os recursos por meio de instrumentos" (Godelier, 1971: 152).

É na combinação desses três fatores que está a produção, por isso chamados na economia de "fatores de produção". Essa combinação de fatores de produção é que constitui as "unidades de produção" que são "as relações sociais nas quais os homens operam o processo de produção". É nesse sentido que venho empregando o termo unidade de produção, ao falar do lote no assentamento, ou melhor, do conjunto de fatores de produção com que trabalha o grupo doméstico (Idem, 153). Convertendo um pouco mais a linguagem de Godelier para a realidade agrícola dos assentamentos, esses três fatores são o trabalho humano, a terra, e as ferramentas e implementos com os quais o homem atua sobre a terra.

No quadro dos aprendizados dos assentados, a organização jurídica e política do grupo - geralmente através da associação - também é significativa. Na história de vida

individual e na história social dos assentados de Porto Feliz-SP, Maria da Conceição diz estar a explicação para as dificuldades de comunicação interna do grupo, bem como para a sua dificuldade de solução de problemas. Nunca viveram a experiência de negociar e de decidir seu destino. Agora estão vivendo-a pela primeira vez (D'Incao, 1991: 99-100).

Na verdade, a questão da inexperiência política das camadas populares no Brasil já é discutida desde a década de 30, com Caio Prado. Paulo Freire diz que a "inexperiência democrática" é uma das nossas mais fortes e recorrentes marcas ("sempre disposta a florescer"). A colonização portuguesa não ofereceu condições de criação de um povo participante, disposto à feitura de uma sociedade. Houve apenas o interesse da exploração econômica. O Estado democrático (início da experiência constitucional, a representatividade pública nas câmaras e no senado) foi importado e foi-nos imposto, superpondo-se a essa inexperiência. E o povo continuou à margem em todos os dois momentos de nossa industrialização e em nossa desordenada urbanização (Freire, 1983: 65-83).

No Estatuto da Associação do Mosquito (Anexo 02) pode-se ver pelo Art. 1º uma preocupação do associativismo nos assentamentos com a organização da produção. No documento se diz:

"A Associação dos Pequenos Produtores do Projeto Mosquito, foi denominada pelos seus associados (parceiros) que participaram da Assembléia realizada no dia 03 de dezembro de 1987, onde foi aprovada sua fundação. E tem como objetivos: Trabalho em conjunto, Arrecadar recursos para o aumento de sua produção, Não visa fins lucrativos".

O cumprimento do segundo objetivo é uma constante a todas as associações, e quanto a ele não há grandes diferenças entre elas. Mas, quanto à preocupação de trabalho em conjunto, há diferenças significativas. Todas as deliberações do grupo passam por uma assembléia dos membros da associação. Um investimento, uma venda de um lote, uma compra de algum material para a associação, tudo é decidido em assembléia. Alguns desentendimentos e até as "artes" das crianças e adolescentes são objetos de francas reuniões. Certa vez no Mosquito, houve por essa razão uma desconfortável assembléia. Um grupo de adolescentes havia feito uma quebradeira nos vidros das janelas da escola. Entre provas e defesas, a assembléia decidiu, nominadamente, que os pais dos adolescentes envolvidos

pagariam a reposição dos vidros. Também, ir às reuniões é ainda uma prática fundamental dos assentados. Assim aprenderam nos tempos de preparação da ocupação. No Rio Paraíso e no Rancho Grande, todos os informantes do questionário aplicado disseram ir regularmente às reuniões. Dos dez informantes do Mosquito, três disseram que vão só algumas vezes e um disse que nunca vai às reuniões. É um antigo morador da fazenda, que foi beneficiado pela ocupação, recebendo também o seu quinhão, mas tem muito mais elogios a fazer ao pretenso proprietário de antigamente do que aos demandantes. Ele disse que prefere trabalhar só.

Nos assentamentos da região de Goiás, a organização e o funcionamento da associação têm registrado disputas internas sérias, culminando às vezes na existência de mais de uma associação no assentamento. No Rancho Grande, a dificuldade já começou na ocupação. A terra era insuficiente para o número de famílias ocupantes. Um grupo resolveu ocupar também a Fazenda Vereda Bonita para ampliar o estoque de terras. O grupo que ocupou a Vereda Bonita foi despejado e voltou para a Rancho Grande. Quando lá chegou já havia uma associação fundada, a ASSOGRAN. Percebendo que haviam perdido seus lotes, os componentes desse grupo fundaram uma outra associação, em 25 de Julho - que teve curta duração. A partir daí existe uma zona nebulosa, difícil de ser reconstituída. O máximo que um pesquisador conseguiria fazer seria montar duas versões. A fala dos integrantes de um dos lados é exatamente o oposto da do outro, e a sua exclusão. Interrogando o outro lado, a mesma exclusão se repete.

Essa divisão tende a ir sendo camuflada ou tolerada pelo grupo. É possível até que eles se cansem dela. Mas, ela ainda está longe de ser resolvida, inclusive porque já ganhou outros ingredientes. Nessa incorporação de novos elementos, fica até difícil de se identificar o que é causa e o que é efeito. Em 1994, essa divisão tinha todos os contornos de uma divisão apenas religiosa, entre católicos e assembleanos - uma "irlandização"¹⁶⁰ do assentamento. Um exemplo disso foi a reunião do dia 17/04/94, às 9,00 horas, à sombra do jenipapeiro (Genipa americana) em que foi montado o acampamento quando da ocupação. A reunião foi dirigida por representantes do Hospital de Caridade São Pedro d'Alcântara, da cidade de Goiás, destinada a escolher o Agente Comunitário de Saúde do assentamento. Tratava-se de um programa que teria o acompanhamento daquele hospital. Para a votação surgiram dois

¹⁶⁰Desde o Séc. XIX existe um movimento de independência na Irlanda. Com a criação de dois parlamentos em 1920, o conflito passou a se expressar em termos de guerra entre católicos e protestantes. De 1969 a 1994 morreram na Irlanda do Norte, em ataques recíprocos, 3120 pessoas (Folha de São Paulo, 01/05/94, 3-7).

candidatos: uma católica (Da. Margarida) e um assembleano (Eurípedes). Uma líder católica indicou mais uma senhora protestante, numa tentativa de dividir os votos protestantes, mas a pessoa indicada não aceitou a indicação. As defesas dos candidatos de cada lado foram nitidamente religiosas. Feita a votação, o candidato da Assembléia de Deus venceu por 27 a 24 votos.

A questão religiosa, no entanto, se não é apenas uma justificativa, é uma entre outras facetas da divisão. Na história do grupo até é possível rastrear a divisão, dispondo-se os pares de opostos, da seguinte maneira:

Pré-assentados que ficaram na Rancho Grande garantindo a terra	Grupo que ocupou a Vereda Bonita para ampliar a área
ASSOGRAN	Associação 25 de Julho
Assembleanos	Católicos
Defensores da organização individual da produção	Defensores da produção coletiva
“Partidários da situação”(apoio a quem está no poder municipal como garantia da consecução de benefícios para o assentamento)	Filiados ou eleitores do PT

Assim, todas as grandes decisões do assentamento, como eleição de diretoria, elaboração de projetos de financiamento e aplicação dos respectivos recursos, tudo tem passado inevitavelmente por essa divisão do grupo. "Tudo que vai fazer, existe a divisão", diz Da. Margarida¹⁶¹.

No Assentamento Retiro e Velha, após atritos de alguns membros com a diretoria, atritos esses somados às divergências político/partidárias municipais, o grupo também se dividiu em duas associações. As duas ainda estão em atividade, mas com bem menos animosidade. No Mosquito, sempre existiu uma única associação. Mas nem por isso são dez anos de pura calma. Em 1994, percebi no grupo uma grande insatisfação em relação à então composição da diretoria. Havia reclamação de horas de trator pagas e não-executadas, falta de manutenção da toyota e do trator e endividamento da associação. Em 1995, essa insatisfação

¹⁶¹Margarida Maria da Silva, em entrevista em sua casa, no dia 17/04/96.

culminou na destituição daquela diretoria, possibilitada pelo Art. 31 do Estatuto da Associação, onde se lê:

“Qualquer pessoa ou membro da Diretoria, Conselho Fiscal ou do Conselho Representativo poderá ser expulso do cargo eletivo quando cometer faltas irregular comprovado em assembléia”¹⁶².

Maria Conceição D’Incao e Gérard Roy falam de uma “trama das relações de dominação existentes no assentamento” que pesquisaram em Porto Feliz, bastante aplicável aos casos goianos aqui estudados, como se pode ver no início do item seguinte. O mecanismo muito comum é chamado por ela de “mecanismos de eliminação dos divergentes”, muito

utilizado pelas “lideranças” da associação. Em certos momentos da vida do grupo, ele é tão utilizado, e por todos contra todos, que os autores o chamam de “jogo da invalidação recíproca”, ou “processo de invalidação circular”, ou ainda “relações de invalidação circular” (D’Incao e Roy, 1991). Na etnografia de Jalcione Almeida junto aos assentamentos do Sul, esse mecanismo é também constatado. No assentamento "Encruzilhada Natalino Fase II (ex-Fazenda do Holandês)", ela diz que das 35 famílias instaladas coletivamente em 1986, em 1991 já havia 5 desistentes dessa forma de organização, trabalhando individualmente. Incorporando a fala de um informante, diz Jalcione:

"Os líderes do assentamento interpretam a coisa declarando que essas famílias não resistiram à ideologia individualista..." (Almeida, 1993: 229).

O Assentamento Rio Paraíso, embora com 176 parcelas, também sempre teve uma única associação. Mas, seus próprios parceleiros reconhecem que lá existe uma condução política interna e externa bem diferente dos demais assentamentos. É uma prática assumida de buscar recursos junto aos políticos, independentemente da identificação partidária. A maioria dos benefícios do assentamento se deve a uma intermediação do político natural do município, Maguito Vilela (Deputado Federal, Vice-Governador, depois Governador). Eles não se recusam a aplicar a si mesmos o ditado popular: “quem não puxa o saco, puxa carroça”. E

¹⁶²Ver: Estatuto da Associação dos Pequenos Produtores do Projeto Mosquito (Anexo 03). A possibilidade da destituição da diretoria da associação entrou em estatutos de outras associações posteriores à do Mosquito, num claro processo de transmissão de experiências. Um exemplo é a Associação dos Pequenos Produtores da Fazenda São Carlos, uma ocupação já da década de 90, que a encampou como seu Art. 21. Segundo Luiz Antônio Gomes, ela "veio de experiências de outros assentamentos, onde os trabalhadores filiados à associação, mesmo insatisfeitos e sabendo que não estavam bem conduzidos os trabalhos relativos aos objetivos do conjunto dos assentados, deveriam aguardar a próxima eleição da diretoria da associação" (Gomes, 1995: 95).

criticam abertamente os outros assentados por não fazerem o mesmo (“não têm liderança”, “são radicais”). Wilson Gottens, assentado do Rio Paraíso e diretor da FETAEG, disse que a partir de 1995 a própria federação também estaria implantando essa “linha”¹⁶³.

Em questionário próprio desta pesquisa, já citado, nota-se nos assentamentos uma variação significativa, de um para outro, quanto à participação política dos parceiros. Primeiro, em termos internos ao assentamento, 87% disseram ser membros da associação, e 13% não. Os não-filiados são todos do Mosquito, que teve nos anos de 1993/94 um período conflitivo entre associados e diretoria, culminando no *impeachment* dos então diretores. A filiação aos STRs também apresenta um quadro significativo. Todos os informantes do Rio Paraíso são sindicalizados e nos outros dois assentamentos a sindicalização é de apenas 35%. Talvez isso seja explicado pelo fato de o STR de Goiás Velha ter estado completamente desativado em 1993/94. Segundo Luiz Antônio Gomes, o STR de Goiás entrou numa “crise de identidade”. A estrutura organizativa do sindicato é muito centralizada na figura do presidente. Além disso, o órgão não dispõe de recursos suficientes para o acompanhamento das ações de luta pela terra. Para isso precisaria de pessoas liberadas, o que não acontecia. Enquanto isso, entidades como a CPT, a Diocese de Goiás e o MST, dispondo desses recursos, apresentavam muito mais mobilidade no acompanhamento, tanto das ocupações, como dos assentamentos já consolidados (Gomes, 1995: 37-38).

No Rio Paraíso, a relação com o sindicato é bem diferente. Já na ocupação, em vez de CPT, MST e bispo local, as duas entidades que sustentaram a ocupação foram o sindicato e a Câmara Municipal. O presidente do sindicato, em fins de 1995, que também exercia o mandato de vereador, era um parceiro do assentamento. Aí parece estar toda a explicação destas diferenças. Já para a filiação partidária (67% “não” e 33% “sim”), estão mais ou menos

¹⁶³Wilson Gottens, em depoimento na FETAEG, no dia 30/10/95. No dia 17/04/93, houve a inauguração das 90 casas do assentamento - uma extensão do “Mutirão da Moradia” do Governador Iris Rezende ao campo, quer dizer, àquele assentamento. Elas foram financiadas por projetos federais - INCRA e Ministério da Ação Social - mas conseguidas mediante intermediações políticas estaduais (Iris Rezende e Maguito Vilelela). A assistência técnica ficou com a EMCIDEC/GO. Estava presente também o Presidente do INCRA, Osvaldo Russo. Na ocasião foram entregues os primeiros títulos definitivos da terra (Folha do Sudeste, Jataí, 20-26/04/93, 3). Conta-se no assentamento que, em meio ao calor dos discursos, Maguito Vilela propôs a mudança do nome para “Assentamento Iris Rezende Machado”, o que foi facilmente acatado pelos presentes. No entanto, vários dos líderes, como é o caso de Wilson Gottens, disseram-me da vontade de se promover uma anulação daquela mudança. Portanto, por se tratar de uma imposição política externa, por conhecer o constrangimento que isso causa no interior do grupo, e por se tratar de um nome pouco ou nada convencido da importância da reforma agrária (4.5), estou adotando ao longo de todo o texto o nome original do assentamento de Jataí.

igualmente distribuídos entre os três assentamentos. O principal partido entre os filiados é o PT, com 70%¹⁶⁴, seguido pelo PMDB, com 20%.

6.6 O coletivo e o individual

"Não há propensão natural para o trabalho coletivo em favor do bem comum".

(M. Halbwachs, citado por Yi-Fu Tuan).

Juntando-se as etnografias a que tive acesso com as que eu próprio fiz, é possível dizer que a questão do individual e do coletivo, apesar de ser considerada "caricatural" (Abramovay, 1994: 315), tem sido um importante complicador na compreensão da realidade dos assentamentos. São tantas idéias, posições radicalizadas, que o fato social como tal - as ocupações de fazendas - está ficando acumulativamente mais confuso. Ainda assim, não se pode negligenciar a questão, pois, do ponto de vista vivencial, ela é de suma importância. Também não me parece ser percepção correta da realidade tratar a produção coletiva como a coisa mais natural e angelical da constituição de um assentamento, como já foi dito sobre a história da constituição do assentamento Mosquito:

"Dado o nível da organização dos trabalhadores, a ocupação deu-se de maneira ordenada, o que permitiu o plantio de produtos de subsistência em regime de lavoura comunitária já no ano agrícola que se iniciava, 1986/1987. Este tipo de exploração, emergencial e provisória, tem a vantagem de tornar mais fácil e econômica a atividade, desenvolvida em regime de mutirão, bastante natural numa comunidade que vivenciou problemas que só com elevado nível de entendimento, organização e de solidariedade seriam solucionados" (Freitas, 1994: 139-140).

Na minha maneira de analisar as histórias ouvidas nos assentamentos, a questão do individual e do coletivo não só não é expressão desse "elevado nível de entendimento, organização e solidariedade", como é, ao contrário, o fulcro das principais dificuldades de

¹⁶⁴Esse domínio político do PT também é registrado na grande maioria dos assentamentos em outros Estados. Ver, por exemplo: Folha de São Paulo, 04/04/94, 1-7; 03/07/94, 1-10; Veja, 21 de setembro de 1994, 76. Não é objetivo da presente pesquisa, mas uma hipótese necessária para a explicação desse fenômeno passaria pelo fator "apoio logístico e financeiro". A maioria dos projetos de financiamento externo para o MST tem o aval da Igreja(CPT), da CUT e do PT (Folha de São Paulo, 22/10/95, 1-13).

entendimento do grupo. Ela gera irremediavelmente uma divisão entre "nós" e "os outros" - os "comunitários" e os "individualistas" - que não se desfaz, mesmo depois de anos de hegemonia de uma das posições. No mesmo Mosquito, pude constatar isso e mais, que a decisão, demorada, não se deu em termos de consenso, mas de concessão, para se evitar o pior.

"Antes nós tinha uma tendência que a terra fosse um assentamento coletivo. Depois de mais de um ano de discussão, conseguimos a chegar numa vontade final e ganhamos pra que fosse coletivo mesmo. Mas aí, com a revolta de alguns companheiros que fazia parte do assentamento na época, eles não aceitaram. Aí nós mesmos vimos que tinha que ceder pra que eles vissem, se era melhor ou se era mais ruim. Nós só conseguia mostrar a verdade a hora que a mentira deles aparecesse. E nós já conseguimos. Conseguiu mostrar pra eles que o que nós queria era o melhor. Apesar que um pouco tarde. Não tem como voltar. Mas ficamos sendo verdadeiros"¹⁶⁵.

Portanto, não é possível passar adiante, desconsiderando a significação e a diversidade de abordagens dessa questão, tanto para os mediadores como para os trabalhadores rurais em questão. Quanto a isso, penso que as posições podem ser dispostas em quatro grupos, chamados aqui de quatro mediações ou abordagens abrangentes do problema.

Mediação moral. A questão do *individual e do coletivo* sempre parte da orientação dos mediadores. Zé Tiago, católico praticante, dá a entender na sua fala que ele já alimentava um pouco a idéia, mas a orientação partia sempre das entidades. Diz ele:

"Eu mesmo coloquei muito que precisava duma lavoura coletiva. Mas com a orientação das nossas entidades que sempre pedia que nós fizesse: a Igreja, sindicato, CPT"¹⁶⁶.

No caso dessa primeira mediação, as entidades mais significativas são a Igreja, através da Diocese de Goiás, a CPT, o MST na sua "infância" (ainda muito vinculado à Igreja e CPT) e, eventualmente, os sindicatos, dependendo de uma maior ou menor vinculação da sua diretoria ao campo religioso (3.5). Podemos ver, a título de exemplo, essa preocupação no documento tirado na 7a. Assembléia Nacional da CPT:

"Apoiar e estimular práticas e técnicas alternativas de agricultura e experiências comunitárias de financiamento, industrialização e comercialização"¹⁶⁷.

¹⁶⁵Damázio Rodrigues, em depoimento já citado.

¹⁶⁶José Teodoro da Silva, Zé Tiago, em depoimento já citado.

Mas, muito antes de as ocupações chegarem a ser uma realidade no Estado, nas reuniões da CPT já se fermentava o comunitarismo quanto ao uso da terra. No encontro dos militantes da CPT-Microrregião de Fazenda Nova, realizado em Córrego do Ouro, já citado, a resposta à pergunta “como deve ser a organização da terra” foi sintetizada em três propostas: - distribuir a terra em pequenas propriedades, mas sem o direito de as vender; - terras em comum e trabalho em mutirão; - terras em comum, para a grande plantação e direito de uma pequena horta para a pequena plantação, a gosto de cada família. Junto com as idéias comunitaristas, já se fecundavam também as divergências que delas decorreriam mais tarde. O relatório da reunião diz, por exemplo:

“Uns lavradores preferiam a 3a.(proposta); outros a 1a. Ficou para se discutir e aprofundar estas e outras propostas nas reuniões de base”¹⁶⁸.

Na construção discursiva dessas entidades, para os ocupantes, e em seguida assentados, está sempre uma idealização - uma “metafísica da unidade”, termo de Michel Maffesoli (Maffesoli, 1984: 30) - expressa em termos de “união”, “organização”, “cooperação” ou “produzir comunitariamente”. Ao mesmo tempo, de forma maniqueísta, os agricultores vão internalizando uma forma de avaliação das “situações-problema”, taxando a atitude dos que se opõem a esse modo de organização da produção como “falta de união, de formação, de espírito comunitário” (D’Incao, 1991: 95-96). Na pesquisa que fez no assentamento “Comunidade Nossa Senhora Aparecida”, em Promissão-SP, José Geraldo Poker também constatou essa “intolerância” em relação aos que não aderem à coletivização, especialmente na condução dos mediadores, para quem,

“Não há coletivismo porque eles não têm cooperação. Não são solidários. São egoístas, individualistas...Incorporam a ideologia dominante; são atrasados, irracionais, imediatistas” (Poker, 1994: 69).

Do lado de um dos mediadores que é a Igreja, está na raiz desse comportamento uma tentativa de reconstituição do que supostamente teria sido a vida dos primeiros cristãos, um exemplo a ser seguido, para se alcançar uma “superioridade moral” nas comunidades rurais (Idem, 85).

¹⁶⁷Item 2.4 das “Linhas de Ação”, aprovadas na 7a. Assembléia Nacional da CPT, realizada em Goiânia, de 31 de julho a 05 de agosto de 1989. “Encarte” do Boletim da CPT, Ano XIV, Nº 83, julho/agosto de 1989.

¹⁶⁸Relatório de encontro da CPT-Microrregião de Fazenda Nova, realizado em Córrego do Ouro nos dias 8 e 9 de maio de 1982, assinado por Dionísio Sfredo (Arquivos da CPT-Centro-Sul de Goiás).

No trabalho de Musumeci junto a camponeses de fronteira, essa leitura moral/maniqueísta, presente no trabalho dos agentes da Igreja, é bastante expressiva:

"Até onde nos foi possível observar, a ação eclesial na região centrava-se na tentativa de conscientizar os lavradores quanto à necessidade de uma resistência coletiva e organizada contra grileiros e fazendeiros, a partir de uma postura "comunitária" face ao problema da terra...Slides, cânticos e sermões reproduziam a imagem do lavrador como alguém interessado apenas na terra de trabalho para o sustento da família, vivendo em paz, harmonia e igualdade e subitamente atacado, encurralado e expropriado por um grande fazendeiro vindo de fora com os documentos, a cerca, o gado, o capim, a violência e a exploração" (Musumeci, 1988: 142).

O que dizem Maria Conceição e Leonarda Musumeci está presente também na fala de muitos assentados da base da presente pesquisa, partidários da organização coletiva da produção. Um exemplo disso é um extrato da entrevista de Pedro Minas, do Mosquito.

"...O pessoal que brigou por lote dividido, hoje não existe nenhum na terra. Todos eles já venderam. São individualistas. Os que tão aqui é os que queria o trabalho coletivo. Os que venderam são os da palavra EU - individualistas. Não conseguiram produzir porque não tinha administração e não tinha uma visão econômica"¹⁶⁹.

Além dos próprios agricultores envolvidos na situação de assentamento, há também analistas que caracterizam dessa forma os que recusam o trabalho coletivo, como é o caso de Carmela Panini. Isso para ela significa o paradoxo da conquista da terra, como se a constituição de um assentamento já contivesse, como dado definido e definitivo, o trabalho segundo formas coletivas. Para ela, há graus diferentes de consciência entre os assentados, estando alguns em graus inferiores de conscientização, acomodados, preferindo a propriedade privada da terra. E ela complementa com as causas dessa acomodação.

"a) o fato de que grande parte dos assentamentos é constituída de camponeses com pouca formação para desenvolver formas alternativas de produção; b) em vários casos, o Estado coopta os assentados, tornando-os política e ideologicamente dependentes; c) limitada possibilidade de, por parte do MST e dos sindicatos combativos, de acompanhar e assessorar os assentados, preparar militantes sindicais e políticos, a fim de garantir a organização e a luta política, após a conquista da terra" (Panini, 1990: 209).

Mediação ideológica. Nessa perspectiva de abordagem da questão, está a atuação de entidades como o MST (Lechat, 1993: 158) na sua auto-suficiência típica de 1992 em diante

(não mais vinculado à Igreja e à CPT), de militantes políticos de esquerda e de técnicos de programas de assentamento de governos estaduais ditos “governos democráticos”. No ideário desses agentes, está sempre alguma representação da ideologia socialista ou de coletivização¹⁷⁰, o que sempre preocupa os “agentes oficiais do Estado”, com suas políticas públicas de cunho claramente neoliberais (Almeida, 1993: 288-289). No assentamento Vitória da União, no Paraná, a questão da coletivização aparecia na assessoria de todas as entidades, mas o MST apresentava ainda uma variante, que era a “implantação do socialismo no assentamento” (Poker, 1994: 75-76). No Assentamento de Porto Feliz, Conceição D’Incao diz que as entidades estimularam a produção coletiva, para evitar a reprodução dos “espaços de miséria rural” criados por experiências de assentamentos anteriores, especialmente durante o governo militar (D’Incao, 1991: 84).

Mediação pragmática. Essa forma de contato com a questão do *coletivo e do individual* está principalmente na fala dos próprios assentados, pois “a vida cotidiana é absolutamente pragmática” (Heller, 1992: 32). Para eles, a existência ou não da experiência de organização coletiva do trabalho agrícola e os seus resultados positivos ou negativos aparecem sempre referidos a algum julgamento de ordem prática. Manoel da Mata, do Assentamento Estiva conta que a experiência de lavoura coletiva aconteceu durante um único ano, ainda no começo da resistência, por volta de 1983. Segundo ele, a motivação não partiu de nenhuma entidade, mas dos próprios demandantes, por uma questão de segurança. Como eles estavam em plena resistência à grilagem, com jagunços rondando o rancho e a roça, dando tiros a esmo, eles tinham que estar sempre em grupos e fazendo revezamentos entre o trabalho e a trincheira. Se eles se espalhassem em roças diferentes poderiam ser atacados pelos pistoleiros¹⁷¹.

Ultrapassando esse nível mais imediato, desta segurança mais miúda, tanto da comunidade iniciante como das suas plantações, os mediadores que sempre tentam sensibilizar os agricultores para o sistema de trabalho coletivo fazem-no com um argumento de defesa em nível mais abrangente. Já que a história dos agricultores é sempre uma história de expropriação da terra, e cada espaço supostamente conquistado rapidamente se transforma

¹⁶⁹Pedro Teodoro da Silva - "Pedro Minas" - em entrevista na sua casa, no dia 11/03/94).

¹⁷⁰Como no caso dos militantes do MST no seu “socialismo sergipano” da Fazenda Quissamã, município de Nossa Senhora do Socorro-SE. A matéria diz que 30% das famílias não se adaptaram ao trabalho coletivo e tiveram que ser transferidas pelo INCRA para outra região. Mas um dos militantes diz esperançoso: “Devagarzinho o MST sabe como trabalhar a cabeça do povo” (Folha de São Paulo, 16/07/95, 1-16).

em um novo ponto de partida para uma nova fronteira agrícola, o uso coletivo da terra seria, contra esse risco, uma trincheira. Agrupados e se possível coletivizados, eles estariam a salvo de grilagens, ou mesmo da capitulação recorrente em face da concentração da propriedade da terra. Com Maffesoli, pode-se acrescentar a isso que o coletivo é uma necessidade humana. É no coletivo que aparecem as "potencialidades multidimensionais (polimorfas) de cada um", diz Maffesoli, advertindo, no entanto, que isso não significa de modo algum uma defesa da organização coletivista, "uma globalidade abstrata, gerada de maneira totalitária por um homem ou um grupo de homens" (Maffesoli, 1984: 29).

Parece haver aí uma clara "lição" aos mediadores. Enquanto a produção coletiva foi uma necessidade, em todos os assentamentos, ela foi assumida ou pelo menos tolerada pelos recém-assentados (Poker, 1994: 82), até mesmo onde os mediadores eram pouco conhecidos. Quando deixou de ser uma necessidade, seus mentores não conseguiram mais assegurá-la. Essa é, aliás, a lição mais importante do fracasso do coletivismo do chamado socialismo real. É que a gestão coletiva, onde quer que ela seja aplicada, é sempre meio e não fim em si mesma, como postula a tradição lukacsiana (Heller, 1992: 82). Ela exige um estado de permanente "mobilização ideológica", incompatível com a história das famílias de agricultores que sempre tiveram uma prática de organização da produção centrada em iniciativas individuais (Lisboa, 1995: 5).

No Assentamento Retiro e Velha, a lavoura coletiva também teve a duração de um único ano agrícola. Zé Tiago diz que não funcionou porque, na organização do trabalho durante as várias fases do cultivo, muitos "escoravam". Depois se estabeleceu que a distribuição do produto seria proporcional ao número de pessoas durante a colheita. Aí, segundo ele, aqueles mesmos que "escoravam", levavam "um exército de filhos" e pegavam parte significativa do produto colhido¹⁷¹. Essa questão da organização prática do trabalho na produção coletiva já é sabidamente difícil na região. Após a Assembléia diocesana de 1972, a Diocese de Goiás incorporou efetivamente o trabalhador rural nos seus discursos e práticas religiosas por entender que ele era a porção mais explorada em toda a circunscrição eclesiástica (5.1). Na esteira dessa decisão, um grupo de católicos de Itaberaí resolveu realizar uma experiência de lavoura coletiva, numa chácara de 4 alqueires de propriedade da congregação religiosa feminina local. A experiência aconteceu em 1975 e também durou

¹⁷¹Manoel Santana da Mata, o "Manezão", em depoimento já citado.

¹⁷²José Teodoro da Silva, Zé Tiago, em depoimento já citado.

somente um ano. Na avaliação de Romário Pimentel, um dos integrantes do grupo, a equação trabalho/produto inviabilizou a sua continuidade.

"Nós tentamos essa experiência porque a gente se reunia e discutia o Evangelho e via a maneira de os primeiros cristãos viver. Eles não tinham ambição e a gente pra ver se dava um exemplo, é experimentar também aquela maneira. Então entramos a trabalhar numa chácara mas a terra não era nossa. A terra era das irmãs. Ai nós trabalhamos um ano só, combinando até muito bem. Não houve desentendimento entre nós. Mas só por um motivo, a gente viu uma dificuldade: na época que a gente colheu a gente se dividiu. A gente trabalhava e se um companheiro adoecia os outros assumia o serviço. Não era cobrado dele aquele tempo que ele faltou. Se um saía para uma viagem também de interesse do povo, também ele tava cumprindo um dever. Na época dividimos o que colhemos. Mas só que não tivemos lucro, por exemplo, assim, de bens. Tivemos de experiência"¹⁷³.

Mas, além do aspecto da organização do trabalho, Romário, já com uma década de distanciamento daquela experiência, reconhece que uma prática localizada de "coletivismo", com toda a liberalização capitalista em volta, é inviável. Assim diz Romário:

"A gente viu também que pra viver dessa maneira, aí, dentro de uma sociedade que nós vivemos, é muito difícil. É a mesma coisa de você querer viver dentro de um poço sem molhar a roupa, porque você está dentro de uma sociedade. Só um grupinho não explora um ao outro mas vai lá fora ele é explorado. Então é muito difícil de viver uma vida de comunidade mesmo"¹⁷⁴.

Damázio Rodrigues, do Mosquito, partidário convicto da produção coletiva, também admite a sua irrealidade. Seriam como que ilhas de socialismo dentro do capitalismo. Diz também que as cercas são, em certos casos, um "mal necessário". Assim se expressou Damázio:

"Eu acho que, primeiro é que nós veve num país capitalista e é difícil um socialismo com a administração pública do governo, sendo individual. E segundo, é que, mesmo dentro dos nossos lotes que são divididos hoje, cada um tem a sua cerca, sua porteira, seu corchete, tem o seu controle particular separado. Então, como as leis dá direito de cada pessoa ser individual, fica difícil alguém, verbal, conseguir controlar esse trabalho. Porque, muitas vezes até a gente concorda que, certa hora, o individualismo, a cerca até traz paz. Pra quem não sabe respeitar o direito do outro ou não sabe partir o pão de verdade, a cerca assegura que ele respeite um pouco o que é do outro. Então essa questão, ela atrapalha um pouco o coletivo"¹⁷⁵.

¹⁷³Romário Pimentel da Conceição, quando exercia seu segundo mandato como secretário do STR de Itapuranga. O depoimento é do dia 13 de janeiro de 1985.

¹⁷⁴Idem. Grifo meu.

¹⁷⁵Damázio Rodrigues, em depoimento já citado. Grifo meu.

Na mesma linha de raciocínio ou, digamos, com as mesmas premissas de Damázio Rodrigues, Ricardo Abramovay desqualifica completamente o problema. Para ele, o peso das instâncias coletivas na determinação dos modos de vida (determinação dos preços, fatores técnico-produtivos) é tão decisivo que falar em produção individual ou agricultura individual é um mito (Abramovay, 1994: 317). Esse não-controle do processo produtivo pelo camponês é corroborado por Leonarda Musumeci. Mesmo que ele o fizesse na extensão da produção, o fruto do seu trabalho não é ainda o produto final que atinge o consumidor. Há ainda agentes econômicos que dominam o beneficiamento ou a transformação desse mesmo produto (Musumeci, 1988: 302).

Mediação cultural. É a perspectiva de abordagem da questão *coletivo e individual* que mais interessa aos propósitos do presente trabalho. Ou seja: os aspectos ideológicos e militantes não trazem nenhuma contribuição para o que aqui se pergunta. Eles reproduzem modelos de pensamento pré-estabelecidos, pretensamente homogeneizantes. Em vez disso, o que interessa aqui é saber como é que as pessoas que vivem o dia-a-dia de um assentamento estão representando esse fato que as afetou ou que não as terá afetado. Como elas criam, vivem e trocam significações em torno dessa questão.

Cultura ou o cultural aqui é para dizer da maneira total de viver das pessoas em um determinado grupo social. A cultura é

“um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas”.

diz Roberto Da Matta, na mesma perspectiva holística dos fatos sociais totais de Marcel Mauss (Da Matta, 1986; Brandão, 1987).

Nos depoimentos e informações que classifiquei como representativos dessa perspectiva de enfrentamento do problema, ela já é explicitada. O economista Plínio Pereira Júnior, do IBASE, para dizer que a escolha entre produção individual ou coletiva não deve ser uma imposição dos mediadores, fala das “tradições culturais” como critério. Vejamos isso num extrato de uma entrevista que ele concedeu em 1991:

“O tipo de produção - individual ou coletiva - varia de acordo com cada região, segundo a organização dos trabalhadores rurais e dos

pequenos produtores, e segundo as tradições culturais...Não é possível dizer se a produção deve ser individual, ou se ela deve ser coletiva" (Apud: Adant et Altafin, 1991: 111).

Há também nos depoimentos uma característica recorrente e intrínseca ao ser humano ou, descontando-se alguns por centos, ao modo de ser brasileiro. Parece haver n'algum recôndito dos nossos desejos, uma inegociável vontade de poder controlar o nosso espaço, por pequeno que seja. E essa vontade às vezes se emudece, mormente em circunstâncias de contagiante emulação política, como uma ocupação de fazenda. Mas ela não se entrega.

Maria da Conceição D'Incao, ainda sobre Porto Feliz, narra uma interessante história. Os técnicos do governo desenvolveram uma experiência de produção coletiva chamada "agricultura cooperada". O agricultor só se tornaria dono depois de 3 anos de produtividade comprovada. Um dos agricultores foi perguntado sobre o que faria depois do terceiro ano e respondeu: "segredo". Com dois anos o projeto fracassou. Com isso os técnicos procuraram o mesmo agricultor, querendo passar aquele segredo a limpo. E ele respondeu:

"É que eu tenho uma casinha em Ribeirão Preto e eu pretendia vender essa casinha para fazer aqui uma criação de porcos" (D'Incao, 1991: 93-94).

O Sr. Vicente, do São João da Lavrinha, contou-me certa vez, informalmente, uma grande mágoa causada pela tal produção coletiva. Ele era do "grupo coletivo" e plantaram uma boa roça de milho. Segundo as regras do grupo, quando o milho estivesse granado, cada parceleiro receberia uma quota de espigas para fazer as tradicionais pamonhas de época. Inesperadamente ele recebeu a visita de um filho com a família, vindos de Goiânia. Nessa hora, uma pamonhada seria não só um agrado atrativo, como também uma prova da fartura na sua volta para a terra. Diz que procurou os líderes do grupo e recebeu uma negativa à sua intenção de colher o milho verde. A alegação dada foi que o grupo ainda não havia estabelecido a quota de milho, o que significava que ainda não estava aberta a temporada da pamonha. Ele concluiu dizendo que, como estava já com pouca saúde, tendo dificuldades de permanecer na roça por uma jornada inteira, como exigia o grupo para o apontamento do dia de serviço, resolveu sair do coletivo. Foi no primeiro semestre de 1994 e ele era já o 13^o, dos 28 parceleiros, a fazê-lo. O Sr Vicente não conheceu o seu lote, pois veio a falecer ainda naquele ano. A partir da safra 94/95, não houve mais lavoura coletiva na Lavrinha. A

reclamação do Sr. Vicente aparece com expressiva racionalidade, centralismo e homogeneização, na entrevista de um dos líderes do grupo "coletivo" da Lavrinha, o "Barba".

"No coletivo a gente decide plantar arroz, feijão e milho, vamos plantar arroz, feijão e milho. Não vamos plantar bananeira no meio do arroz porque não vai dar certo. Não vamos plantar cana no meio do feijão que tá fora de época. Então, ele trabalhando individual, na cabeça dele, além dele pensar que colheria muito mais, poderia plantar o que ele quisesse. Tem outra coisa, no coletivo, pra ninguém não dar prejuízo ao outro, por exemplo, no milho verde. A gente faz uma assembléia e estipula uma quantidade pra cada um pra comer pamonha. Essa quantidade é marcada no caderno, sim ou não, depende da assembléia do coletivo. Então, cada família vai pegar um balaio de milho e a gente vai descontar isso ou não. Se abate na colheita ou não. Determinado dia - não, não pode pegar. Vamos fazer uma assembléia. Porque se ocê abrir, vai tudo de uma vez só"¹⁷⁶.

A produção coletiva tem pretensões homogeneizadoras. Ela não leva em conta as singularidades (8.4) dos indivíduos dentro de um grupo. E nem poderia. Seria a sua negação absoluta. Ela só pode existir em um grupo em que todos tenham saúde perfeita, idade condizentemente produtiva, gostos uniformizados. Mesmo assim, ela ainda teria que eliminar este traço importante da nossa cultura que é a defesa de um certo espaço pessoal. Os próprios assentados têm uma suficiente percepção desse mecanismo nos agricultores. Altair Fidelis, do Mosquito, diz até mesmo que esse espaço é inegociável porque ele representa poder. Altair é, em princípio, convictamente a favor da produção coletiva. Diz que a experiência que fizeram no primeiro ano foi muito positiva, sobretudo porque o trabalho coletivo rende mais. Mas, com realismo, diz que hoje no assentamento poucas pessoas concordariam em repetir a experiência, pois houve muita dificuldade em termos de organização da mão-de-obra. Mas, o que é determinante nessa questão, é que o coletivismo não tem nada a ver com a nossa maneira de viver e de pensar o trabalho. Na entrevista que ele me concedeu durante um mutirão de "limpa de pasto", destaca-se:

"O sonho de todo ser humano é saber que ele é independente, que ele possui, ele tem poder econômico pra viver com a família. A cultura dos trabalhadores brasileiros é essa. Agora, se a gente for olhar a cultura do índio é completamente diferente. É que, pra nós aqui, em Goiás, de uma experiência comum, a gente tentou isso na época e a gente ia cometer o maior erro da história. Eu concordo plenamente que um trabalho coletivo que nem nós estamos aqui no mutirão, é um trabalho aberto, todo mundo com liberdade, mas, sabendo que vou

¹⁷⁶Jorge Carlos, o "Barba", na entrevista de 12/04/96.

chegar agora mesmo na minha propriedade, na minha casa e ter a minha independência, o meu espaço"¹⁷⁷.

A pesquisa de José Geraldo Poker fornece-nos ainda um importante raciocínio sobre essa questão. Os assentados são trabalhadores rurais sem-terra que se tornaram trabalhadores com-terra. Mas eles não podem interferir nas relações sociais e econômicas ao seu redor que, em última instância, determinam o seu próprio processo de proletarização e exclusão. Quanto a isso, não há nenhuma garantia de que se mantenham na terra, podendo, inclusive, voltar à condição anterior. Tudo vai depender da capacidade de esses trabalhadores inserirem-se no mercado e tornarem-se "empresários". Ocorre que os agricultores não chegam ao assentamento com capacidade individual para isso. Daí o apelo dos mediadores ao trabalho coletivo. Eles até justificam essa solução, com dados do crescimento da renda, dos assentados que produzem coletivamente. Porque, então, tem sido tão difícil aos mediadores "venderem" essa idéia a todos os assentados ?, pergunta Poker. É aí que reside, para ele, a questão fundamental. A vida camponesa não se explica apenas no interior das "relações objetivas" ou econômicas (Poker, 1994: 60-68). A produção camponesa tem certas "peculiaridades" ou "laços extra-econômicos", como as relações de parentesco, o compadrio e a vizinhança que, nem sempre, são subjugados pelo modo de produção capitalista (Idem, 86-87). Sobre isso, os "agentes" demonstram total ignorância (Idem, 90).

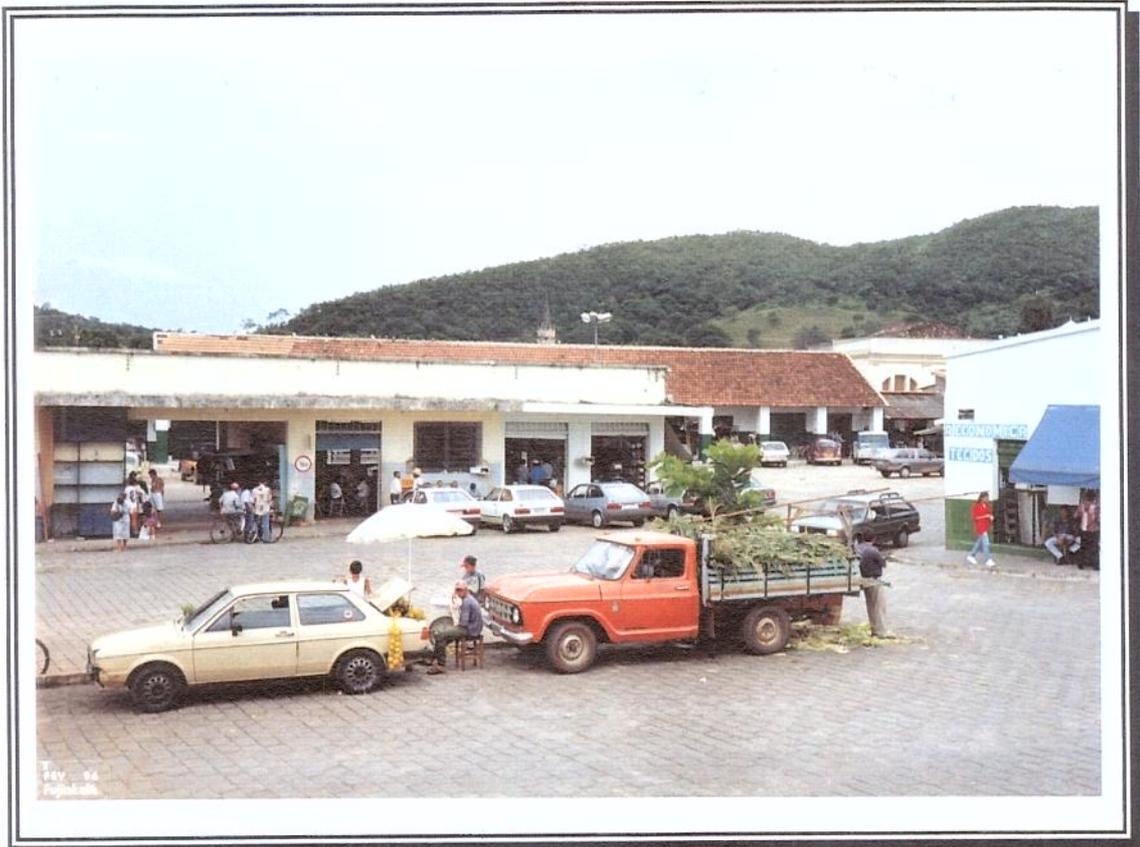
Em resumo, o modelo de produção coletivizada pretendido pela maioria dos mediadores não se configurou na história dos assentamentos brasileiros. Entre ele e o mais "individual-familiar" possível, há inúmeras outras formas e combinações (Bergamsco e Norder, 1996: 57). As diferenças regionais brasileiras e as especificidades da história de configuração de cada grupo são fatores imperativos na organização do trabalho e da produção. Com isso,

"Em cada assentamento, a forma social da produção adquire características que se fundamentam na trajetória do próprio grupo. No momento em que a luta pela terra cede espaço ao cotidiano da produção, surgem novas formas de mobilização social daqueles que de "sem-terra" se transformam em "assentados" (Idem, 58).

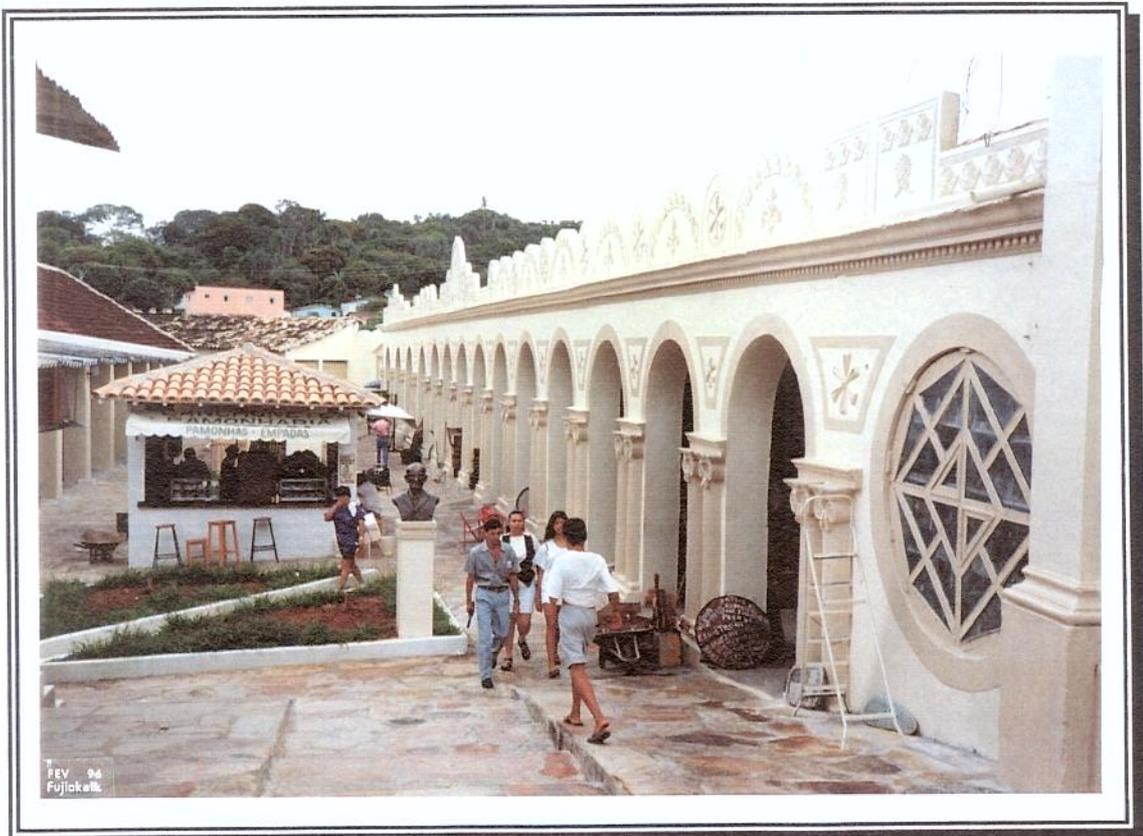
¹⁷⁷Altair Tobias Fidelis, durante o mutirão de limpeza de pasto do Sr. Francisco, o "Vô", no dia 20/03/94. O que Altair Fidelis diz ser um "sonho", essa possibilidade de cada pessoa ter a sua terra para decidir o que fazer nela, corresponde ao que constatou a pesquisa do DataFolha, que ouviu 578 sem-terra de quatro acampamentos em quatro estados (PA, SP, RS e MG). Segundo dados apurados nessa pesquisa, 75% dos que estão à espera da terra "são a favor da propriedade privada" (Folha de São Paulo, 30/06/96, Caderno Especial, "Sem Terra", 3).

Não se pode, por fim, negar que a condução do processo de constituição de um assentamento pelos mediadores e suas agências firma-se em premissas plenamente verificáveis. O agricultor sempre foi vencido porque sempre esteve isolado; a superação dessa estrutural exclusão social tem muito mais chances se levada a termo em conjunto (Lechat, 1993: 159); o sistema político, jurídico, burocrático brasileiro é reconhecidamente refratário a ações individualizadas; a relação custo/produção no setor agrícola pode ser favorável ao “trabalho engrupado”¹⁷⁸, etc., etc. O grande problema, para a “administração” dessas premissas, está na escolha de objetivos, como parecem indicar os depoimentos, puramente político-econômicos e não antropológicos: acomodar-se numa alegada “vontade da maioria”, em detrimento dos gostos e das vontades minoritárias; imaginar-se ter como material humano seres perfeitos e plenamente produtivos, esquecendo-se das pequenas “imperfeições” de cada indivíduo.

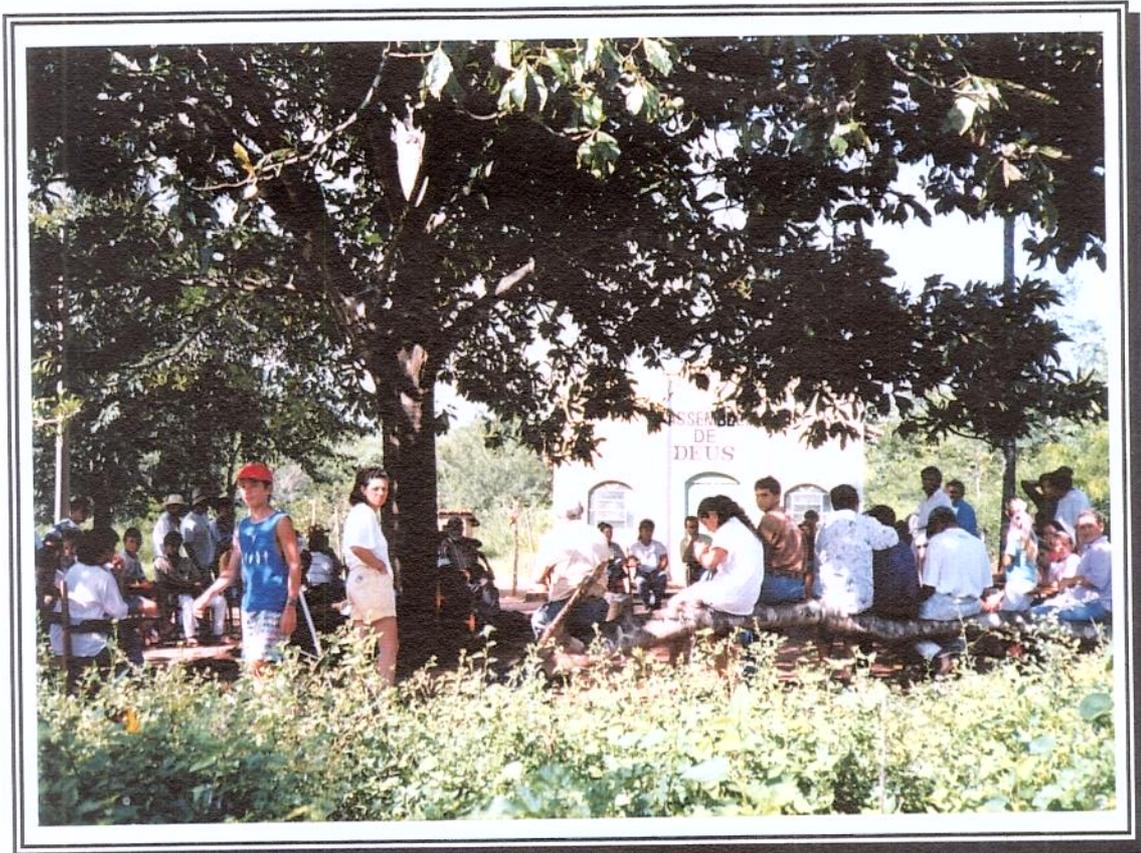
¹⁷⁸Apenas a expressão é tomada de empréstimo de Maria Antonieta, no seu estudo com agricultores do Pará. Ver: Maria Antonieta da C. Vieira, O Trabalho engrupado na organização do Divino Pai Eterno, in: ESTERCI, Neide(Org.). Cooperativismo e Coletivização no Campo: Questões sobre a prática da “Igreja Popular”. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1984: 137-159.



Cidade de Goiás. Comércio de produtos agrícolas em torno da antiga Estação Rodoviária.



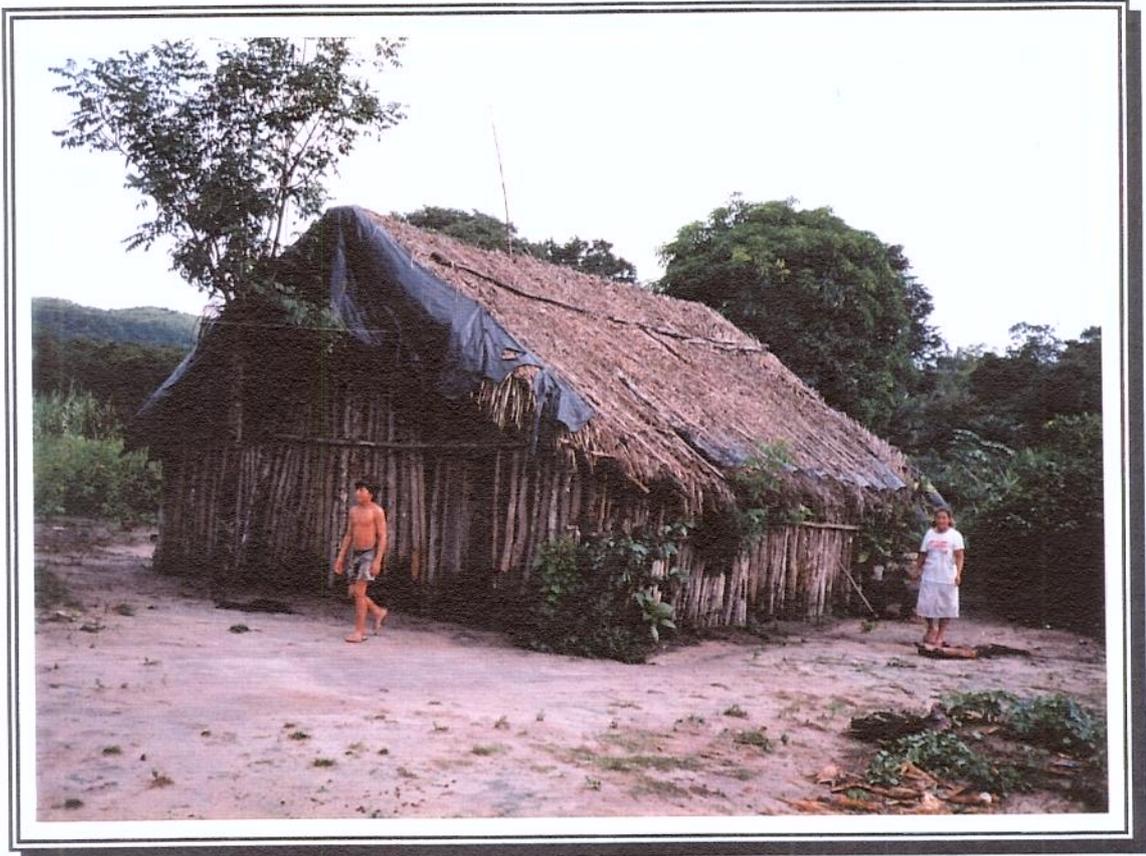
O velho mercado perdeu a rodoviária mas não perdeu a beleza septuagenária.



Assentamento Rancho Grande: do acampamento à igreja evangélica.



Da alfabetização à beira da BR-153 à escola municipal.



Da. Altaíra demorou muito a mudar de casa.

7. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DOS ASSENTADOS

“A terra, fonte de riqueza material, mostra-se também como centro de equilíbrio simbólico, nos prismas políticos e espirituais”.
(Roberto Romano, *Folha de SP*, 14/01/87).

No romance *Nunila*, do regionalista Carmo Bernardes, as décadas de 70 e 80 no Descoberto, região do Distrito Federal, são caracterizadas pela invasão das empresas agrupecuárias. Grandes tratores desmatando o cerrado e formando pastagens, onde alguns poucos capatazes passariam a vigiar milhares de hectares e de bois. A grilagem e os projetos agropecuários traziam o desrespeito completo para com a riqueza da flora e da fauna do cerrado, e, junto com ele, vinha também o desrespeito para com as tradições, os lugares e objetos de estima da gente sertaneja. O símbolo máximo dessa violação foi a passagem dos tratores por sobre um velho cemitério, indo esqueletos, crânios e cruzeiros transformar-se em leirões (Bernardes, 1984: 114-115).

Na outra “invasão” de terras, termo preferido pelos adversários da luta pela terra, os lugares, gestos e objetos simbólicos e representativos, em geral, têm recebido um outro tratamento. No centro do núcleo do Mosquito, entre a escola e o quiosque de reuniões e festas, há um belo cruzeiro fincado¹⁷⁹. Uma cruz bem menor era mantida sempre muito bem enfeitada de flores ao lado do rancho do Sr. Anísio, no Assentamento Retiro e Velha, em 1994. No frontal do paiol do Zé Tiago, no mesmo assentamento e na mesma época, havia uma cabeça de vaca ou de boi, muito usada para proteger o terreiro contra os maus-olhados. O melhor

¹⁷⁹O cruzeiro reproduz um outro que fez parte dos festejos do primeiro aniversário do assentamento, no dia 12 de setembro de 1987. Naquele ano não houve Romaria da Terra em Goiás, e a festa do Mosquito tomou ares de Romaria, reunindo, segundo os organizadores, cerca de duas mil pessoas. Houve delegações de 19 municípios do Estado (*Jornal O Plantador*, CPT-Centro-Sul de Goiás, Goiânia, Nº 9, 1 a 15/10/87). Na divisão dos lotes, a área destinada a edificações comunitárias acabou ficando em outra região do assentamento. Por isso, o primeiro cruzeiro ficou abandonado, rodeado de mato e capim, no lote que coube ao Sr. Milton Duarte, e o segundo cruzeiro foi posto no centro da nova área comunitária, chamada de “Núcleo”. Nos assentamentos de Goiás, não se pode dizer que isso seja uma constante. Mas, em muitos acampamentos e assentamentos de vários outros Estados, uma grande cruz, de madeira roliça, com um pano branco preso em seus braços (lembrando os mortos das lutas pela terra), tornou-se o principal símbolo dos trabalhadores rurais sem terra. E isso começou no acampamento da Encruzilhada Natalino, no RS, de fevereiro de 1981 a março de 1982. Trata-se de uma derivação de prática generalizada na região desde a época do Contestado. A cruz como “símbolo mais importante da fé mística e um escudo mágico contra todos os perigos”, diz Douglas Monteiro (Gehlen, 1991: 253.261; Lechat, 1993: 119).

contraste com os tratores das agropecuárias de que fala Carmo Bernardes são os vestígios de um cemitério da velha fazenda onde está hoje o Assentamento Mosquito. No traçado dos lotes, ele ficou na cabeceira do lote do Altair Fidelis. Não há mais sinal de túmulos nem cerca. Somente o cruzeiro está lá. E todo ano, no dia 2 de novembro, algumas famílias católicas do assentamento, entre ocupantes e velhos moradores da fazenda, vão àquele cruzeiro para a reza do terço.

Isso é para dizer que o que se procura neste capítulo 7, é verificar se existem, nos assentamentos, estratégias de reprodução do grupo camponês, em nível das representações. Nessa indagação incluem-se os atributos dos ocupantes dados à escola e outras formas de instrução, o imaginário do grupo através da organização do espaço, as estratégias de implantação das agências religiosas e a relação entre família e assentamento. Um assentamento não pode ser visto apenas como um projeto político-econômico, mas também como uma construção imaginária da sociedade.

7.1 O “causo” e a escola¹⁸⁰

*"A nossa professora é da comunidade e a história é da nossa comunidade".
(Altair Tobias Fidélis, Mosquito).*

Contar histórias passadas é sempre uma forma de justificação da organização presente do grupo camponês (Lagrove, 1980: 194). Isso é o que garantiam *les veillées* - os serões de família - na França rural. Em geral era uma reunião da família, subretudo durante o inverno, em volta da lareira. Em um primeiro momento se tagarelava sobre as histórias presentes. Isso tinha a função de "ajustar as opiniões e regular os desacordos". Depois se

¹⁸⁰Início esta descrição do modo de vida camponês e de suas mudanças, pelo eixo saber/educação/escola, por duas razões: primeiro porque meu interesse na relação entre saber e educação não prioriza exatamente a escola mas a produção e a transmissão de conhecimentos que se dão no próprio cotidiano do grupo (9.1). E isso começa até mesmo muito antes de o grupo se constituir, provavelmente no convite que o agricultor recebe para participar de uma reunião onde será posta a questão da ida para a terra. Segundo, porque, mesmo que a escola também seja aqui considerada, ela o é exatamente porque ela é a primeiríssima preocupação de um grupo ao constituir o assentamento. Mesmo antes, quando o grupo passa por uma longa experiência de acampamento, lá está, ainda que de modo elementar, a escola. Isso pode ser visto na entrevista do parceleiro do Mosquito, Damázio

passava para um outro momento, em que as pessoas mais velhas faziam emergir o passado em forma de "contos" ou "narrações legendárias". Desenvolvia-se toda uma arte de prender a atenção dos mais novos para as histórias contadas (Idem, 69). Mas, isso era a forma de transmissão do saber ("saber viver" e saber de modo geral) de pai para filho na *campagne* francesa do século passado. A unidade da família, a cultura oral e dialetal, a ordem moral, eram ingredientes veiculados nas longas horas de conversação dos mais velhos com as novas gerações, em volta da lareira. Na medida em que a França foi-se abrindo para a "sociedade global", a antítese da *veillée* - os cafés e os cabarets - foi assumindo essa função de transmissão de conhecimentos, com novos ingredientes como a cultura escrita, o jornal, a política de esquerda¹⁸¹.

Antônio Cândido viu também nos caipiras paulistas um "saudosismo transfigurador" que, mesmo reconhecendo a contraditoriedade da expressão, chamou também de uma "utopia retrospectiva". Principalmente os mais velhos, frente às mudanças da urbanização, eram tomados por esse movimento mental em direção ao passado. E aí aparece uma forma de instrução para a moral e para o trabalho no mundo camponês, que é a arte de contar "causos". A fé religiosa, a retidão nos costumes, a estrutura familiar, tudo era transmitido e fixado nas longas horas de causos contados pelos mais velhos. Há mais detalhes na própria fala de Antônio Cândido.

"Sabia-se muita coisa. Havia gente que começava a contar causos de manhã cedo e ainda não tinha parado à hora do almoço. Eram casos de santos, de bichos, de milagres, do Pedro Malasarte, e instruíam muito, porque explicavam as coisas como eram. Por isso havia respeito e temor: os filhos obedeciam aos pais, os moços aos velhos, os afilhados aos padrinhos e todos à Lei de Deus" (Cândido, 1979: 193-194).

Essa "pedagogia dos causos" também foi muito fecunda e largamente utilizada nos sertões goianos, como se vê nas reminiscências do escritor Carmo Bernardes.

"Antes de haver rádio e televisão, as crianças eram instruídas em casa, com os pais ensinando; os avós, os parentes mais velhos tinham sofrimento de contar os casos, nos serões de família. A gente crescia sabendo notícia dos sucessos passados, do que os mais velhos da família e da parentaiha tinham feito de bom e de mau, e cada grupo

Rodrigues da Silva, transcrita aqui na íntegra, como exemplificação das entrevistas feitas (Anexo 01). De modo que este eixo é constitutivo de qualquer grupo de sem-terra desde a sua proto-história.

¹⁸¹Duby et Wallon, op. Cit., Tome 3(De 1789 a 1914): 324-326.

familiar impava-se com seu orgulhozinho particular de um antepassado qualquer” (Bernardes, 1985: 119).

Vista assim, essa forma de instrução, legitimando-se a si mesma na recuperação de algum “herói familiar”, recupera também a idéia do “mito fundador” (Godoi, 1993). O “poder” de realizar aquela instrução não vem apenas do status de mais idosos de alguns membros da família extensa. Os contadores de causos não falavam por eles mesmos mas pelos poderes míticos dos antepassados que protagonizavam as tramas atenciosamente ouvidas e repetidas. Assim, a “pedagogia dos causos” é, também, uma “pedagogia do mito”, presente nas sociedades indígenas, mas, em alguns casos, também já em decadência como documentou Alcida Ramos. Um índio Maiongong do Noroeste da Amazônia reclama que as crianças já não andam querendo ouvir contar o mito de Wanadi, uma explicação sobre a origem do bem e do mal.

“Agora não tem mais estória, né. Antigamente todo mundo se reunia pra ouvir velho falar de Wanadi, agora não tem mais não. Mas foi todo mundo morrendo por aí. Agora rapaz não quer mais ouvir. Fica dizendo: ‘ah, eles tá mentido’. Nós fica triste e diz pra eles: ‘como você vai criar seus filho, assim como cachorro, sem pensar nada?’ Mas rapaz não quer saber mesmo”¹⁸².

Carmo Bernardes conta que, além dos causos, havia também a instrução formal, feita pelo “mestre-escola”, um professor itinerante, que permanecia em cada fazenda ou córrego por um período de cerca de três meses, ensinando as crianças do lugar. Se alguma malquerença era provocada pelo uso da palmatória, o mestre tinha que procurar outra freguesia antes de findar esse tempo. O que se exigia dessa instrução não ia além das “quatro operações” e a possibilidade de ler e escrever alguma carta para a família. Além desse “b-a-bá”, o mestre também “inculcava as tradições na cabeça da molecada”, diz Carmo Bernardes (Bernardes, 1985: 120-122). No registro literário de Bariani Ortêncio, há outros detalhes importantes sobre o mestre-escola. Ele era freqüentemente mandado vir de longe, contratado pelo fazendeiro, para lecionar ali mesmo na sede da fazenda, para os filhos do fazendeiro e dos agregados. Para os filhos - stricto sensu - pois, no dizer dos fazendeiros, “filha mulher não carecia de muitas letras nada, porque logo casava e o negócio era criar filhos, sem tempo pra ler, nenhum” (Ortêncio, 1965: 39; Brandão, 1990: 56).

¹⁸² Alcida Rita Ramos, *Hierarquia e Simbiose: Relações intertribais no Brasil*. São Paulo, UCITEC, 1980: 99-100.

O mundo moderno, com um poder de intervenção muito forte da lógica urbana sobre a lógica do mundo rural, abandonou essa forma direta e eficiente de socialização das novas gerações¹⁸³. Na transcrição feita por Carmo Bernardes, ela foi substituída pelo rádio e pela televisão. É fato inegável que a ampliação dos meios de comunicação foi um dos fatores fundamentais de mudanças na organização tradicional do mundo rural brasileiro (Camargo, 1976: 177). Em especial, a televisão passou a ocupar um espaço muito grande na organização mental das pessoas, especialmente entre as populações de menor poder de acesso a outros canais de informação¹⁸⁴. Mas, no desejo manifesto da sociedade, a família hoje delega essa função - e até se desobriga dela - à escola. O êxito e o fracasso da inserção das novas gerações no convívio social (possibilidades de ascensão social, prosperidade) recaem sobre a escola, ou sobre o ter ou não ter adquirido o "saber da escola", como Carlos Brandão percebeu em Catuçaba.

"...o saber da escola completa e requalifica a educação recebida em casa...Um saber letrado e culto que, incluído na vida cotidiana das trocas de cultura do mundo camponês através dos que aprenderam com a professora, encontra possibilidade de reprodução apenas na escola e através dela" (Brandão, 1990: 33-35).

Os assentamentos estudados, evidentemente, já nasceram nesse contexto de delegação de funções à escola e a reproduzem. Damázio Rodrigues, do Mosquito, diz que uma das primeiras coisas a ser implantada em um assentamento é sempre o grupo escolar. Como pedi que ele dissesse por que, ele respondeu:

"É que nós sabemos que a educação é o ponto mais fundamental de formação pra tudo. Porque sem educação não existe trabalho, não existe saúde e não existe produção. Porque um país de analfabetos não tem nem como conversar. Sabe que é muito difícil sem a educação"¹⁸⁵.

¹⁸³No contexto da luta pela terra e do trabalho na parcela conquistada, a idéia de socialização não pode ser pensada de maneira tão vinculada ao "ato de ensinar e aprender"(Lopes, 1991: 42). É todo um conjunto de códigos, normas e modos de se comportar e de fazer, assimilados, desde o acampamento, no convívio com o grupo familiar e com os demais grupos familiares adjacentes. Mesmo se nesse processo de assimilação exista uma docência, ela se dá de maneira integrada à convivência das pessoas, não exigindo momentos e gestos específicos de ensinar e aprender. É, pois, como em Berger e Luckmann, uma "ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela" (Berger e Luckmann, 1978: 175).

¹⁸⁴A evolução do número de aparelhos de TV em uso no Brasil pode ilustrar bem a sua inclusão nos hábitos dos brasileiros. Em 1950, eles eram 2.000; em 1960, 760.000; em 1970, 4.931.000; e em 1980, 18.300.000. A grande explosão desse crescimento, iniciada já em 1960, deu-se na década de 70 - um dos ingredientes do "milagre". Nas regiões mais carentes, o crescimento foi mais significativo. No país inteiro o aumento dos domicílios com TV na década foi de 233%; na Região Norte, de 595%; e na Região Centro-Oeste, foi de 586% (Ver: Retrato do Brasil. São Paulo, Editora Política, 1984, Vol. 3).

¹⁸⁵Damázio Rodrigues da Silva, em depoimento já citado.

Damázio fala da necessidade de um saber escolar que não é predominante entre os seus pares. Talvez por isso o valorize tanto. No questionário já citado, 60% dos chefes de unidades de produção têm apenas escola primária, parcial ou completa. Isso significa que a maior parte desse percentual é de agricultores que sabem apenas assinar os nomes. As outras alternativas, “analfabeto”, “escola ginásial” e “segundo grau”, cada uma tem 13% das incidências. Comparativamente, os sulistas do Assentamento Rio Paraíso têm uma ligeira vantagem escolar em relação aos parceiros da região de Goiás. Não há nenhum analfabeto entre eles, contra dois do Rancho Grande e dois do Mosquito (6% cada). Em contrapartida, três do Rio Paraíso são de nível ginásial (10%) e dois de nível de segundo grau (7%). Rancho Grande aparece com um de nível de segundo grau, e Mosquito com um de nível ginásial e um de nível de segundo grau (1=3%)¹⁸⁶. Apesar dessa precária educação escolar, os assentados têm convivido quase que cotidianamente com a situação de produtores de alimentos, num mundo rural subjugado pelos instrumentos do mundo capitalista urbano. Os financiamentos são sempre muito embasados em leis e decretos e exigem sempre muitos cálculos sobre a viabilidade da operação; a relação com os bancos não se faz sem os contratos e avalistas; e a participação em comissões de negociação, as discussões com os mediadores, são uma rotina de contato com boletins e cadernos de formação. É normal, portanto, que os assentados queiram para os seus filhos um manuseio mais tranquilo e eficaz desses códigos e instrumentos da cultura urbana. No plano simbólico, a presença da escola constitui, portanto, quer no futuro dos filhos, quer no próprio momento presente dos assentados uma autoafirmação do grupo frente à sociedade envolvente. A luta pela terra os coloca freqüentemente na condição de transgressores, e para eles é necessária não só a superação da velha condição de excluídos, como também a legitimação de sua ação política (Gehlen, 1991: 279). O que mais desejam e declaram é a possibilidade de cercar as suas famílias das condições necessárias de sobrevivência, educação, dignidade. “Nós temos necessidade da escola, porque a pessoa que não tem estudos vai trabalhar como um escravo”, dizem os informantes de Ivaldo Gehlen (Idem, 280). Eles sabem que a escola é a principal mediação para essa conquista que não termina na demarcação de um lote.

É por isso que a preocupação com a escola surge mesmo antes da consolidação do assentamento. No acampamento da BR-153, saída de Goiânia para Anápolis, que depois gerou

¹⁸⁶A baixa escolaridade é uma marca dos agricultores em luta pela terra. Ouvindo 578 sem-terra em acampamentos de quatro estados (PA, SP, RS e MG), o DataFolha chegou ao seguinte quadro: Analfabeto/nunca

os assentamentos Rancho Grande, São Felipe e Acaba Vida, o próprio grupo de assentados solicitou ao IBRACE um trabalho em termos de educação. De início só puderam ser atendidos quanto à alfabetização de adultos, pois, com um grande índice de analfabetos entre eles, ficava difícil de acompanhar as comunicações do MST e da CPT. Já para as crianças, o IBRACE não pôde atender o pedido, porque a transitoriedade do grupo em situação de acampamento não permitia a organização de um ensino formal ali na beira da rodovia. Mas, após a ocupação e efetivação do assentamento, o próprio IBRACE acompanhou o trabalho de preparação das professoras da escola¹⁸⁷.

Aí já começa uma história de conflitos em torno das representações sobre a escola. O ensino formal produz seus métodos e estabelece regras e tempos, exigindo também agentes especializados (Brandão, 1989: 26). Não se trata, porém, de uma autocriação. É a própria sociedade, materializada na vida urbana, que exerce esse papel criador, impondo a sua criação também ao mundo rural. A escola rural é urbana, como diz ainda Carlos Brandão.

“A rigor não existe educação rural; existem fragmentos de educação escolar urbana introduzidos no meio rural. A própria educação escolar é, em si mesma, uma instituição emissária do poder que se concentra na cidade e, de lá, subordina a vida e o homem do campo” (Apud: Rapchan, 1993: 144).

Aqui se verifica um dado novo oferecido à história da educação no Estado de Goiás, por que não dizer?, do Brasil. A rede de ensino rural é um exemplo acabado do descaso do setor público: escolas construídas às margens das rodovias (evitando prejuízo para os fazendeiros e acarretando prejuízos claros aos alunos e professores); salas de aulas na casa do próprio professor; falta dos materiais mínimos necessários para o trabalho dos professores; remuneração irrisória acrescida de descumprimento da legislação trabalhista, por parte das prefeituras. Um “arremedo de escola” (Fonseca, 1987; Bretas, 1991: 590). Mesmo se houvesse as devidas condições materiais e de qualificação, faltaria ainda um ingrediente fundamental, lembrado por Roberto Motta, que é a vinculação efetiva entre o trabalho de ensinar e aprender, e o cotidiano de produção e reprodução da comunidade por ele atingida. Apresentando Maria Cecília Teixeira, diz Motta:

estudou: 22%; 1º grau incompleto: 68%; 1º grau completo: 5%; 2º grau incompleto: 2%; 2º grau completo: 1%; superior: 0% (Folha de São Paulo, 30/06/96, Caderno Especial, Sem-Terra, 2).

¹⁸⁷Conforme informações da Profª. Regina Sueli de Sousa, da UCG e do IBRACE, em depoimento na sede do IBRACE nos dias 20 e 25/05/94. O trabalho de alfabetização de adultos na beira da BR era feito segundo o “Método Paulo Freire”, e as oito “palavras geradoras” escolhidas foram: luta, adobe, facão, cavalo, menino, panela, moça e terra.

"...a história da educação no Brasil é largamente a história de uma utopia que recusa a contaminação do cotidiano" (Teixeira, 1990: 12).

Pois bem ! Os assentados não reproduzem pura e simplesmente a histórica passividade de milhares de comunidades rurais face a esse descaso. Desde o início do assentamento exercem pressão sistemática junto à prefeitura no sentido de construção física compatível com a prática educativa. E permanecem vigilantes em relação à qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido. Os assentados também não se curvam à imposição da lógica urbana através do ensino formal. De Norte a Sul, melhor, de Nordeste a Sul, têm acontecido exemplos dessa postura. Em estudo recente em Campina Grande-PB, Severina Ilza faz um confronto entre o projeto educativo do MST e o trabalho da rede municipal de ensino. A principal indagação nesse confronto é quanto ao grau de interferência da prática educativa do MST no sistema oficial de ensino das áreas dos assentamentos. Isso porque, desde o início, os assentados e o MST perceberam que o conteúdo do que era ensinado nas escolas já vinha pronto da Secretaria Estadual, passando pelas prefeituras. E era sempre muito distante do cotidiano de luta e de trabalho das famílias das crianças (Nascimento, 1994). No Sul, desde os primeiros acampamentos de sem-terra, houve muita polêmica sobre ter ou não ter escola, vencendo sempre a opção por tê-la, mas "inserida na realidade". Decorrente dessa escolha, surge sempre um segundo conflito entre "professor de dentro" e "professor de fora" do assentamento. Por isso a necessidade de interferência na formação de professores (Caldart e Schwaab, 1991).

O problema do "de fora" e "de dentro" é que os assentados têm uma exigência de que a linguagem e o conteúdo atendam às necessidades do grupo. Mas, quem paga os professores é a prefeitura, que, também por uma questão de comodidade, prefere dar continuidade a um esquema de uma escolarização standardizada. No Mosquito, pioneiro em Goiás nessa questão, as duas posições foram radicalizadas, como conta Damázio Rodrigues.

"Nós chegamos numa época até a ser ameaçado pelo prefeito, que se nós não aceitasse a professora, que nós ficava sem professor. Aí nós decidimos: se o professor atender a reivindicação nós aceita. Se não atender nós não vamos aceitar. Porque só pra vim cá, ensinar a ler e não ensinar a vida, pra nós não serve. Então, por isso é que nós sabe que a educação e a escola é ligada à convivência da comunidade"¹⁸⁸.

¹⁸⁸Damázio Rodrigues, em depoimento já citado.

A exigência dos assentados prevaleceu, pelo testemunho de Altair Fidelis, que especifica um pouco mais os atributos dessa “escola ligada à vida”.

“As professoras nossas, elas é da nossa comunidade. Elas pertence à nossa comunidade. E a outra coisa é que nós usamos, talvez nós não temos usando esse ensino normal aí. Nós temos usando essa nova pedagogia de em vez de nós tá falando no avião que tá lá pousando no aeroporto, nós temos falando dos nossos animais, temos falando como que se dá o cruzamento do suíno, estudando as plantas”¹⁸⁹.

Um caso muito interessante de professora “de dentro” é a Professora Maria José, do Retiro e Velha, em Itapirapuã. Antes da ocupação, ela já era formada em Magistério e lecionava em Goiás, em uma escola municipal e em outra particular. Seu marido era operador de máquinas da prefeitura. Ela conta que os dois participaram intensamente da organização do grupo para a ocupação, mas sem projetos de eles mesmos virem a assumir um lote. Na última semana, chegaram à conclusão de que eles também eram “sem-terra” e resolveram participar da ocupação. Ela conta que essa formação anterior, acrescida da assessoria do IBRACE, ajudou-lhe muito a constituir uma metodologia e um conteúdo de trabalho. A metodologia, ela diz, é o “Método Paulo Freire”, somado ao Construtivismo. O conteúdo, evidentemente, é a experiência de luta pela terra e de trabalho na terra. Vejamos como ela explica isso.

“Emília Ferreiro tem a preocupação de construir e Paulo Freire tem a preocupação de formar o indivíduo, a experiência de vida, leitura do mundo. Na alfabetização aparece labuta, luta, mutirão, palavras daqui, do dia-a-dia. A partir daí a gente discute a importância, o porquê que a gente faz aquilo. A partir daí a gente vai formando as novas palavras, as famílias, as palavras, os textos. Por exemplo, labuta eu trabalho da alfabetização até à quarta série. Só que a gente vai graduando a dificuldade. Tem mato, a importância do mato, da queimada. Roça é na segunda série por causa do cedilha. De um texto às vezes a gente retira a palavra mato, a gente faz um texto coletivo. Primeiro eu planejo aqui em casa, depois a gente faz a discussão. Se hoje a gente discutiu sobre a queimada, mato, no dia seguinte a gente vai trabalhar esse texto. Às vezes a gente vai trabalhar a semana inteira, porque vai trabalhar ciências, matemática, estudos sociais, no mesmo texto, a semana inteira. A gente separa os caderninhos - português, matemática, ciências, estudos sociais - a gente fala: agora vamos anotar em tal caderninho. Mas na hora de falar eu falo tudo dentro do mesmo texto. Por exemplo, queimada, na “situação problema”, fala quantas árvores tinha, quantas sobraram, assim por diante”¹⁹⁰.

¹⁸⁹ Altair Tobias Fidelis, *idem*.

¹⁹⁰ Maria José Ferreira de Brito Costa, em depoimento na sua casa, no dia 23/04/94. O Construtivismo é uma teoria da aprendizagem que, opondo-se, principalmente às teorias do condicionamento, como no caso de Pavlov e Skinner, supõe como fundamental, o papel do “aprendiz” na relação de aprendizagem. Uma aprendizagem pela construção da resposta. Para isso é preciso que haja a capacidade de retenção de informações novas e de as tratar, construindo uma representação. Foi desenvolvido por Piaget, Bruner e Vygotsky. Na América do Sul, o principal nome é Emília Ferreiro (Ver: Philippe Champy et Christiane Étévé, *Dictionnaire Encyclopédique de*

E ela complementa, dizendo que a escola de um assentamento não pode se limitar a uma relação formal de ensinar e aprender um conteúdo, ainda que ele seja transformado. A vida do assentamento, e até mesmo o modo como as crianças devem se comportar nas démarches políticas dos assentados, tudo é objeto do trabalho escolar. Conta, por exemplo, que, em certa ocasião de visita de um secretário de governo, orientou os alunos da escola a levarem arroz branco com abóbora mal-temperada para o almoço de recepção. É que a principal reivindicação naquele dia era de cestas básicas e, para isso, precisavam convencer o representante político de que eles não tinham o que comer. Quando tinham que sair de ônibus para alguma manifestação na cidade, para alguma reivindicação, as crianças já sabiam perfeitamente como se comportar: todas para as janelas do ônibus, para demonstrar superlotação, muita gente. Também, diz que instrui rigorosamente as crianças para não cederem às pressões que normalmente são feitas para que elas contem “segredos” do assentamento. Disse-me sobre isso, inclusive, com um certo ar de desafio:

“Pode pressioná-los que eles não entregam o ouro pro bandido. Eles procuram um jeito de despistar, de fazer de bobo, desentendido. Você pode entrevistar um menino, insistir. Se é uma coisa que não pode ser falada, uma coisa de assembléia, que ele não te fala. Pode adular, pode fazer o que quiser que ele não te fala. Isso também a gente trabalha, em casa, em sala de aula com eles”¹⁹¹.

l'Éducation et de la Formation. Paris, Éditions Nathan, 1994: Verbete Aprendizagem). Para Marília Miranda, a referência teórica fundamental do construtivismo é mesmo Piaget, e esse é entendido como "processo pelo qual um indivíduo desenvolve sua própria inteligência adaptativa". Citando Terezinha Nunes, Miranda diz ainda que, nessa perspectiva epistemológica piagetiana, o construtivismo tem alguns princípios básicos, tais como: "o construtivismo constitui uma teoria sobre a origem do conhecimento, que compreende a noção de estruturas lógicas que organizam o conhecimento; essas estruturas constituem-se na interação sujeito-objeto, e não são, portanto, nem predeterminadas, nem totalmente determinadas pelo mundo empírico; essas estruturas lógicas não são produzidas por imitação, e o ambiente social tem o mesmo papel do ambiente físico, ou seja, possibilidade de interação entre o sujeito e o objeto; as estruturas passam por sucessivos estágios de equilíbrio ativados por desequilíbrios provocados por algum fator novo na interação sujeito e objeto" (Ver: Marília Gouveia de Miranda, "Trabalho, educação e construtivismo: A redefinição da inteligência em tempos de mudanças tecnológicas", in: *Educação e sociedade*, ano XVI, No. 5, agosto de 1995: 324-337). Já o Método Paulo Freire, como bem explicou Maria José, é um método que brotou das experiências de alfabetização de adultos no Nordeste, mas que impregnou toda a educação no Brasil. Isso porque não se tratava apenas de elaborar uma metodologia e materiais didáticos que ensinasse a ler e a escrever. O fundamental era que, enquanto isso acontecia, as pessoas envolvidas nesse processo de aprendizagem fossem aprendendo também a ler a realidade em sua volta. A partir da escolha das "palavras geradoras", que já supunha uma pesquisa da realidade do grupo, o monitor deveria promover discussões sobre a situação existencial dos "aprendizes", bem como as causas dos problemas sentidos por eles nessa mesma realidade. Ver texto de Carlos R. Brandão da Primeiros Passos, que já contém outras tantas indicações de leitura. Na sua página 8, Carlos Brandão diz: "Na verdade, leitor, ali não se experimentava só um novo método, mas, através dele, um novo sentimento de Mundo, uma nova esperança no Homem. Uma nova crença, também, no valor e no poder da Educação" (*O Que é Método Paulo Freire*. 16a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1990. Ver também o próprio Paulo Freire em *Educação e Mudança*. 7ª ed. Rio de Janeiro, 1983: 61ss). Aproveitando a oportunidade, é preciso aqui um registro/homenagem. Esse grande orgulho brasileiro que é Paulo Freire, nascido em 1921, veio a falecer no dia 02 de maio de 1997.

¹⁹¹Maria José F. B. Costa, Idem.

Tal como a escola, ou pequenos exercícios de ensinar e aprender, as agências e/ou práticas religiosas são congênitas ao processo de constituição de um assentamento, como, de resto, de todos os grupos humanos conhecidos até o presente¹⁹². Não raro, elas também determinam diferenças significativas no interior do próprio grupo. E, por último, coincidentemente, a dinâmica do trabalho religioso é quase que inteiramente constituída pela transmissão e fixação de conteúdos. A prática religiosa é sempre constituída de alguma docência. Quanto a isso, pode-se admitir uma gradação de religião para religião. Mas, o trabalho religioso nunca prescinde do ato de ensinar e aprender. Por isso, a vizinhança entre escola e religião, no presente trabalho.

7.2 Os deuses ocupantes

"Onde você estiver, no Brasil, encontrará a marca Coca-Cola, máquinas Singer e Assembléia de Deus".

(Pastor Eudes Martins da Silva, da Assembléia de Deus de São Paulo-SP. O Estado de São Paulo, 05/06/88, 25).

O sertão goiano de há várias décadas é maciçamente católico. Nos principais registros sobre crenças e práticas religiosas na Literatura Goiana, não havia outra alternativa de manifestação da fé. Em *Gente da Gleba*, conto de 1917, Hugo de Carvalho mostra um sertão e alguns poucos povoados inteiramente católicos. Na casa da Chica, namorada do vaqueiro Benedito que foi tomada pelo coronel, seu patrão, havia uma série de fotografias do Papa e uma moldura de Sant'Ana. Toda a gente da fazenda se juntava à família do coronel para a festa do Divino Espírito Santo, com roqueiras, rezas e procissões. Na fazenda havia também pousos de folia (Ramos, 1964: 95-105). O coronel de Veranico de Janeiro, de Bernardo Élis, "mandava e desmandava" na cidade. Mas, considerava que, quando morresse, teria o seu lugar reservado no pé do altar-mor da Igreja. Era um "quase-direito" seu, pois ali já estavam seu pai e seu avô. E seguia religiosamente os momentos de oração coordenados pelo sino da Igreja, era hábito, aliás, de toda a população da cidade, talvez, a dizer que a Igreja católica era única na tarefa de organizar simbólica e socialmente a vida das pessoas. O mundo

¹⁹²A religião é assumida pela Antropologia como um dos "universais da cultura" (Josildeth Consorte, "Perspectiva antropológica da religiosidade do povo", in: QUEIROZ, J.J. (Org.). *A Religiosidade do Povo*. São Paulo, Paulinas, 1984: 46-47).

rural era povoado pelas festas de santos, como São Benedito, o Divino Espírito Santo, São Sebastião e por folias de reis e do divino. O texto é de 1966, mas a estrutura narrativa refere-se a um tempo pretérito, quase imemorial (Élis, 1987: 28-31).

O ordenamento religioso do mundo não se dava, porém, em atividades estritamente religiosas. É típico do universo popular camponês a simbiose entre o sagrado e o profano, entre a devoção e a festa ou diversão. Isso aparece muito bem nas memórias de Carmo Bernardes sobre sua infância e adolescência vividas nos anos 20 no interior de Goiás.

“A não ser os festejos de igreja, como era o de San’Antônio, no patrimônio do Capoeirão, outra diversão o povo não tinha” (Bernardes, 1985: 20).

Pelo menos na primeira metade do século essa predominância católica tem uma lógica inegável. O segundo contingente religioso brasileiro, os pentecostais, começa a surgir timidamente no Estado de Goiás a partir de 1940. Uma distribuição dos templos pentecostais segundo as regiões do Brasil mostra que em toda a Região Centro-Oeste (que correspondia a 4 Estados de hoje: GO, TO, MT e MS) eles eram 6 em 1940, 39 em 1950, 197 em 1960 e 886 em 1970¹⁹³. Ainda assim, os pentecostais eram duramente rechaçados ou até perseguidos pelos católicos. As comunidades espíritas também sobreviviam com certo ar de clandestinidade (Pessoa, 1990: 69-72). Além dos templos, as estatísticas oficiais são expressivas quanto ao crescimento pentecostal no período. Vejamos no gráfico a seguir, a variação percentual dos três grupos religiosos mais numerosos no Brasil.

	1 9 6 0	1 9 7 0	1 9 8 0	1 9 9 1
Católicos	92,16	90,48	88,95	82,96
Evangélicos	3,07	4,85	6,61	8,98
Espíritas	3,56	3,17	1,29	1,12 ¹⁹⁴

¹⁹³ Francisco Cartaxo Rolim. Pentecostais no Brasil: Uma interpretação sócio-religiosa. Petrópolis, Vozes, 1985: 95.

¹⁹⁴ IBGE, Censo Demográfico dos respectivos anos.

A partir de 1980 o IBGE passou a especificar, no campo evangélico, os tradicionais e os pentecostais. Em 1980, aparecia a distinção entre "protestantes tradicionais" e "protestantes pentecostais" e, em 1991, "evangélica tradicional" e "evangélica pentecostal". Assim, já é possível ver, na década enfocada pelo presente trabalho, o crescimento percentual dos pentecostais.

	1 9 8 0	1 9 9 1
Tradicionais	3,37	2,98
Pentecostais	3,24	5,57 ¹⁹⁵

Em resumo, os dados estatísticos não deixam nenhuma dúvida sobre quatro importantes conclusões: decréscimo constante do percentual de católicos e dos espíritas; no sentido inverso, continua havendo crescimento do campo evangélico como um todo; apesar disso, houve redução do percentual de protestantes tradicionais; por último, acentuado crescimento pentecostal.

O crescimento estatístico dos pentecostais não atinge mais somente as massas pobres das periferias urbanas. Surgiram também confissões pentecostais de classe média, como Comunidade Evangélica e Maranatha. A Assembléia de Deus, antes reconhecidamente formada por gente "de origem humilde", fala da criação de uma "Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno" na maior cidade brasileira¹⁹⁶. A "enchente pentecostal"¹⁹⁷ "inundou" também a zona rural. Na área desta pesquisa é claramente verificável, sobretudo nos assentamentos da região de Goiás, o que Carlos Brandão diz a esse respeito: "as igrejas pentecostais literalmente invadiram o campo"¹⁹⁸.

¹⁹⁵Idem. A Assembléia de Deus contabiliza sozinha mais de 12 milhões de adeptos ou cerca de 10% da população (Folha de São Paulo, 05/06/88, 25). Os dados oficiais não confirmam isso, mas, se os pentecostais parecem estar jogando "do meio de campo para frente", a hierarquia católica tem se manifestado nitidamente em defesa do espaço conquistado em 500 anos de "América Católica". O assunto "crescimento das seitas" já foi objeto de inúmeras publicações, entrevistas, cursos e até de assembléias do seu órgão superior no Brasil, a CNBB (Folha de São Paulo, 10/04/91, 1-6).

¹⁹⁶Folha de São Paulo, 05/06/88, 25.

¹⁹⁷Francisco Cartaxo Rolim, op. Cit., 109.

¹⁹⁸Carlos Rodrigues Brandão, Ser católico: dimensões brasileiras - um estudo sobre a atribuição de identidade através da religião, in: FERNANDES, Rubem C. e DA MATTA, Roberto et alii. Brasil e EUA: Religião e Identidade Nacional. Rio de Janeiro, Graal, 1988, p. 33.

Os assentamentos da região de Goiás, desde o processo de acampamento e ocupação, tiveram um intenso acompanhamento de paróquias, congregações religiosas, dioceses e organismos como a CPT, ligados à Igreja Católica. O suporte organizativo, material e institucional de todo o processo é principalmente católico¹⁹⁹. Isso não significa que os agentes católicos monopolizem a expressão religiosa dos grupos. Em 1986, houve celebração conjunta de D. Tomás Balduino e um pastor da assembleia de Deus, de Goiás, no acampamento da beira da BR, saída para Anápolis. Em abril de 1995, houve celebração conjunta também entre D. Tomás e o evangelista da Assembleia de Deus, do Rancho Grande, Valter de Assis, no Assentamento da Lavrinha, para festejar o sorteio dos lotes. E assim se poderiam elencar inúmeros desses exemplos. Mas a quase exclusividade institucional, em termos de suporte do processo de constituição dos assentamentos, não significa também uma hegemonia católica na continuidade do assentamento.

Consoante ao que parece indicar a tendência em nível nacional, conforme os dados estatísticos citados, tem havido uma vertiginosa penetração pentecostal nos assentamentos, especialmente por parte da Assembleia de Deus. Há presenças menos numerosas nos assentamentos, da Igreja Deus é Amor, Cristã Evangélica e da Igreja de Cristo. Isso é um fato novo no campo religioso, considerando-se que, até a década de 70, os pentecostais se diziam totalmente separados das “impurezas” do mundo da política. E os próprios pentecostais, ao se inserirem nesse processo, sentem-se fazendo um aprendizado, como expressou o evangelista da Assembleia do Rancho Grande, quando perguntei se um assembleano pode participar de uma ocupação de terras.

“Pode. Muitos pastores não são favoritos(sic) a esse tipo de coisa. Eles acham que isso é uma desonestidade porque o mundo é grande e tem muito lugar deles sobreviverem. Por exemplo, no Mato Grosso. Mas eles esquece que uma pessoa que tá lá na pontinha da rua pode colocar sua mudança num caminhão e sair nesse mundo lá sem recurso. Outros pastores já não diz nem que sim nem que não. Fica a seu critério. Ore a Deus e vai à luta. Essa é a resposta. Eles era muito contra, mas agora, devido à necessidade vai mudando um pouco”²⁰⁰

¹⁹⁹Damázio Rodrigues conta os percalços de uma função que exercia na época da ocupação da Fazenda Mosquito. Ele era encarregado de angariar apoio político e material para o grupo. Conta que na Assembleia de Deus da cidade de Goiás foi escorraçado pelo pastor, que dizia jamais ajudar a quem estava roubando terra dos outros. O que Damázio diz com um certo lamento é que, depois que começaram a colher, lá estava o mesmo pastor recolhendo o dízimo dos fiéis. Damázio Rodrigues, em depoimento já citado.

²⁰⁰Valter de Assis dos Santos, o “Valtão”, em depoimento em sua casa, no dia 18/04/94.

Nessa fala, percebe-se ainda que há uma forte determinação da figura do pastor sobre a conduta dos membros e que muitos deles têm vivido uma certa crise provocada pelo processo de ocupações de terras. Muitos ocupantes eventualmente são pentecostais e, na preocupação de lhes dar assistência, os dirigentes pentecostais se defrontam com o fato social e político, forçando-os a uma revisão dos atributos da sua crença. Mas, tudo indica que os pentecostais estejam assimilando rapidamente esse processo, transformando-o em mudanças, ainda que, inicialmente, isso se deva a uma mentalidade bastante utilitarista e “etnocêntrica”. Quando perguntei ao mesmo dirigente assembleano do Rancho Grande se a experiência da qual ele está fazendo parte pode ajudar na modificação do pensamento da sua Igreja, ele disse:

“Como pode! a Igreja Assembléia de Deus tem tido um excesso de pessoas depois disso aí. Tem aumentado muito. Aqui era só eu de crente nesse lugar. Hoje nós temos aproximadamente 46 membros. Já teve beirando 50 membros mas mudaram um pouco. E foi adquirido aqui. Se não fosse isso quantas pessoas não tinha o conhecimento da verdade ? Quantas pessoas não veio ter o conhecimento da verdade através disso aí? Foi muitas pessoas. Isso nunca vai parar. Vai aumentar. Por um lado a Igreja Assembléia de Deus vai só crescendo. Porque é a que mais cresce e a que mais vai crescer, porque aonde tá esse povo (ocupantes de terras) tem crente lá no meio. E através de um e outro, vai só aumentando”.

Ao final da conversa, Valter de Assis contou que recomendou várias vezes ao pastor da Igreja em Goiás que se apressasse em ir visitar o acampamento da ocupação da Fazenda São Carlos. “Depois o senhor vai lá pra buscar o dízimo e eles não vão gostar”. Segundo ele, depois disso o pastor já foi lá duas vezes e “conquistou o povo”²⁰¹. A partir deste depoimento, pode-se-ia dizer que a inserção do pentecostalismo nesse processo de luta pela terra não resulta exatamente numa inserção social. Eles são socializados em uma visão de mundo que é pura circularidade²⁰². Sua máxima contribuição às ocupações e assentamentos, ou, lido de maneira teológica, a suprema graça de Deus que os atingiu, é o aumento do número de fiéis. Não o aumento do número de cristãos socialmente comprometidos, mas o aumento do número de assembleanos - devidamente fichados - como único caminho para se chegar ao

²⁰¹Idem. Ele disse: “Aqui era só eu de crente”, porque ele era vaqueiro na fazenda quando houve a ocupação. De modo que ele não participou da ocupação, mas foi incorporado ao grupo, recebendo também o seu lote. Sobre essa dependência da decisão do pastor, é que a Igreja Assembléia de Deus tem como princípio a “soberania da Igreja local sob seu respectivo pastor”. Esse é sempre o posicionamento da direção da Igreja, como no caso do parecer sobre “Doutrina Bíblica e Costumes Humanos”. “Que fique a cargo dos pastores e outros dirigentes das igrejas locais a observação e prática dos bons costumes...” (Ver : Jornal assembleano, “Mensageiro da Paz”, No 1220, agosto de 1988).

²⁰²Como Bourdieu e Passeron descrevem o sistema de ensino, ao discutirem a sua pretensa “autonomia relativa” em relação às exigências sociais externas, tese que eles extraem de Durkheim e Halbwachs. A sua autonomia

"conhecimento da verdade". Mesmo assim, tê-los como parceiros na luta pela posse da terra é uma novidade para o movimento social rural goiano. E isso é muito melhor do que não tê-los, pois pode significar a transformação da própria instituição religiosa, uma vez que ela fará concretamente a experiência do confronto direto com as contradições do processo.

A propósito ainda do depoimento do dirigente assembleano, é oportuno um dado extraído do questionário desta pesquisa junto a 30 chefes parceleiros de três assentamentos. Valter de Assis disse que sua religião é a que mais cresce junto aos novos com-terra e não parece estar enganado. Os católicos são a grande maioria dos informantes, cerca de 83%. Mas, dos quatro informantes pentecostais, um do Rancho Grande e três do Mosquito, três foram “convertidos” depois da instalação no lote. Se se pode falar de uma certa hegemonia católica no processo de organização da ocupação e do assentamento, no seu dia-a-dia, o fervor pentecostal parece estar mais sintonizado com as demandas simbólico-religiosas desses camponeses²⁰³.

Em geral, como tem ocorrido com os assembleanos nos assentamentos, os pentecostais realizam os “cultos domésticos” mas chegam rapidamente à construção do templo. Assim se deu no Rancho Grande. Isso causou um grande mal-estar entre os católicos, pois o templo da Assembléia foi construído exatamente no local onde foi o acampamento durante a ocupação. No templo acontecem as atividades de praxe, como o culto, a escola dominical e muitas “festas”, geralmente aos domingos, com caravanas de outras congregações vizinhas e sucessivas pregações de pastores e evangelistas convidados.

A Igreja Católica tem uma rotina um pouco mais diversificada quanto ao cotidiano de práticas religiosas. A Diocese de Goiás, através dos seus agentes, ordenados ou não, constitui, nos assentamentos, os Grupos de Evangelho. Todos os católicos do assentamento ou, se é muito extenso, os de uma região de vizinhança, reúnem-se semanalmente, às vezes

relativa consiste na autonomia relativa de sua história. Esta é uma das razões pelas quais o sistema de ensino é reprodutor das condições de classe (Bourdieu e Passeron, 1982: 206).

²⁰³Em meio ao envolvimento da questão religiosa nas Eleições Presidenciais de 1989, o sociólogo Flávio Pierucci disse: “Há uma grande tendência, no Brasil, de a Igreja explicar o crescimento dos pentecostais pelas angústias provocadas nas camadas pobres pela crise econômica. Mas essa visão é muito limitada. Afinal, não se pode dizer que os Estados Unidos vivam uma crise econômica e os pentecostais têm crescido muito lá. Crescem como cogumelos. Então, a coisa se dá num outro nível, no nível simbólico. A Igreja Católica perdeu muito da sua capacidade de satisfação das necessidades simbólicas dos indivíduos. A Igreja se esquerdizou, se secularizou, e perdeu muito a sua linguagem, seus rituais se empobreceram, com o fim das procissões...Assim você tira o encantamento que a religião traz ao mundo” (Jornal da Tarde, São Paulo, 27/11/89, 15).

quinzenalmente, para uma reflexão bíblica. E, numa periodicidade variável, dependendo da disponibilidade dos celebrantes, acontecem as celebrações eucarísticas. Essas celebrações podem ter lugar no centro comunitário, quando há; no grupo escolar; nas casas dos católicos. A construção de templo, em geral, não é priorizada pela diocese. Mas, já se percebe, de maneira latente ou já declarada, uma vontade dos católicos de terem também o seu templo. Isso está já muito presente no Retiro e Velha, no Rancho Grande e no Mosquito. Segundo o Braz, do Retiro e Velha, só falta conseguirem o material. A mão-de-obra é a deles próprios e a padroeira também já está escolhida: é Nossa Senhora Aparecida, pois o sorteio dos lotes se deu em um 12 de outubro.

Além das práticas de cunho mais ortodoxo, os assentados vão recuperando práticas do seu cotidiano católico anterior ao assentamento. Assim acontecem em rezas de terços, novenas, reza no cruzeiro para pedir chuva. Já é tradicional a Festa de São João, na Lavrinha, ou São João da Lavrinha. Fazem a fogueira, a reza do terço, batizados em volta da fogueira, forró, quentão, pipoca, etc., tudo feito e partilhado por todos. Para um pequeno grupo de homens o mais importante é passar a noite toda em volta da fogueira e, ao clarear o dia, dar um mergulho no rio. João Boleiro diz que todo ano retira um tição novo da fogueira e o leva para o seu rancho, em substituição ao do ano anterior. Para ele, é a certeza de um ano sem o perigo de raios e maus espíritos (Lagrove, 1980: 70-71)²⁰⁴. Também na Lavrinha, na Estiva e no Mosquito, já têm sido formados grupos de folia de Reis, com giro nos próprios assentamentos. Mosquito, faz-se ainda a novena de São Sebastião, nas casas, antecipando o 20

²⁰⁴Assim aconteceu no dia 23 de junho de 1994, quando ainda estavam no pré-assentamento, cujo festeiro era o Pedrão. A do ano seguinte, já nos lotes divididos, foi na casa do João Trindade. Em 1996, na casa do Sr. Jorge. A lógica da festa, em relação ao tempo do pré-assentamento, já passou por algumas modificações. A forma de definição do festeiro seguinte continua sendo o sorteio em que participam os que ainda não foram, dentre os católicos. Fazem-se os papeizinhos com os nomes e uma criança retira o papel. O nome retirado é consultado se aceita a festa do próximo ano. Se não, retira-se outro papel. A parte de comida já não é mais arrecadada e preparada coletivamente. O festeiro, literalmente, dá a festa. Assim fez o Sr. Jorge, dando uma janta, incluindo a morte de uma rês. Ele também, com a ajuda de seu grupo familiar e de alguns vizinhos, foi quem preparou a fogueira, o mastro e o rancho. Houve baile com toca-fitas e batizados em volta da fogueira, num ritual rigoroso de Da. Maria Pires, trazida pelo festeiro do Arraial da Barra. Os padrinhos seguram na mão da criança batizanda e dão três voltas em torno da fogueira, seguindo Da. Maria, que vai "puxando" Pai Nossos e Ave-Marias. Depois vão para o pé do mastro. Os padrinhos têm que dizer, cada um, três vezes: "São João dormiu, São João acordou. Vou batizar (...), foi São João que mandou". Em seguida, com um pequeno galho de flor imerso em água e sal, cada padrinho diz três vezes, acompanhando Da. Maria: "(...) eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo". O batizado termina com o juramento. Padrinho e madrinha dizem em separado: "Eu juro pra São João Batista que (...) tá batizado pelo sinal da Cruz". O juramento também é dito três vezes. Feito isso, Da. Maria parabeniza os pais e padrinhos e ordena que os pais abracem os padrinhos, chamando-os de compadres, e diz que assim deve ser a partir daquele momento. Um grupo de cerca de oito pessoas amanheceu conversando em volta da fogueira. O Sr. João Boleiro, que mora do outro lado do rio, saiu bem antes que a fogueira se queimasse, e não viu nenhuma outra pessoa retirando algum tição da fogueira para levar para casa.

de janeiro. É o padroeiro, para os católicos, devido ao nome encontrado na cadeia dominial da fazenda (Sesmaria São Sebastião do Mosquito).

No Rio Paraíso, há uma pequena variação no campo religioso. Como a área do assentamento é muito grande, desde o início ela foi dividida em quatro setores, em torno de quatro Centros Comunitários, numa refuncionalização da antiga capela no contexto católico. Os quatro são: Santa Luzia²⁰⁵, Santo Amaro, N. Sra. Aparecida e Divino Pai Eterno. Em cada centro existe uma escola e um campo de futebol. A escola do Santa Luzia tem o ginásio, e as outras só a primeira fase, ou o primário, ou até a quarta série. Em geral, em cada centro são realizadas festas, reuniões, missas e cultos (missa uma vez por mês, cada mês em um centro; nas demais semanas, o “culto”- uma celebração sem o padre). Diferentemente da capela tradicional, no centro são realizados também bailes e quermesses com finalidade de arrecadação de fundos. Só no final de 1995 é que estava sendo concluído o templo da Assembléia de Deus - no “meio” - congregando também outros pentecostais, como Presbiterianos Renovados, ainda sem congregações constituídas.

Portanto, a questão religiosa é essencial na compreensão da já considerável experiência dos assentados em Goiás. E já o era na história desses mesmos agricultores desde os tempos de migrantes, acentuando-se, quem sabe, durante o processo de ocupações e acampamentos. O migrante chega à cidade e completa um ciclo de “desenraizamento”. Passa a viver uma cultura confinada e repetitiva. O operário vive “privado de ligação com o concreto do mundo e com o transcendente”, diz Ecléa Bosi. Depois fica desempregado. Aí é desenraizamento “de segundo grau”. A religião é o espaço privilegiado de um novo “enraizamento”, sobretudo quando consegue transmitir coisas clássicas da fé de forma simples, com arte: música, dança, pintura, poesia. Para que a liturgia seja enraizadora, ela precisa “criar e reviver tradições, valores, lembranças que dão sentido à vida” (Bosi, 1987).

²⁰⁵Que fica no setor central, também chamado de “meio”. O meio é também reservado para ser a área urbana do assentamento. Por isso já abriga os serviços públicos existentes, como posto de saúde, posto telefônico, casa do técnico da EMATER, uma venda e uma borracharia.

7.3 Ócios do ofício

*"O povo em êxodo, correndo atrás do trabalho, procurando a vida às apalpadelas, esse povo antes de mais nada buscava era o prazer, estava à cata de prazeres, fabricava prazeres e sentia fome de prazeres. Às vezes, seu prazer consistia em narrativas eivadas de pilhérias. E acontecia que nos acampamentos de beira-estrada, ou sob as amoreiras, ou nos barrancos de beira-rio, surgiam narradores de histórias, e os homens se reuniam ao clarão das fogueiras para escutá-los".
(John Steinbeck, *As Vinhas da Ira*, 2vol.: 139-140).*

A vida de agricultor do "tempo antigo" não distinguia muito o trabalho do lazer. Com tanto mato cheio de caça, bastava levar a espingarda para roça e, na volta, já se fazia uma pequena caçada. O caipira paulista, de quem fala Antônio Cândido,

*"passava normalmente da enxada e do machado para o anzol ou a espingarda; da foice para o visgo, a arapuça, a zagaia, o mundéu, como quem circula na mesma atmosfera contínua de luta pela vida"
(Cândido, 1979: 175).*

Mas, além dessa pequena diversão em simbiose com o trabalho, o sertão era povoado de festas, sobretudo aos sábados e nos muitos dias santificados de um calendário camponês marcadamente católico. Nas novenas e festas de padroeiro e, sobretudo, nos casamentos, cujo cortejo ("o noivado") era seguido a cavalo, os pagodes e jogos de truco eram componentes indispensáveis. Foi assim na adolescência e juventude de Carmo Bernardes vividas na roça nos anos 20 e 30 em Goiás.

"Nossas festas eram os pagodes de pousos de folia, dos mutirões, das devoções nos dias santificados e, muito principalmente, as dos casamentos, com as idas aos patrimônios acompanhando o noivado, que se faziam com cavalhadas e muita pompa" (Bernardes, 1985: 80).

A casa do agricultor era um testemunho de que não se separava rigidamente o trabalho do não-trabalho. Como Carlos Brandão observou entre os camponeses de Catuçaba, a casa era feita em função das necessidades do trabalho (Brandão, 1990: 90). Não se fazia muita distinção entre o lugar de dormir, de comer e os espaços onde se amontoam mantimentos ou se penduram arreatas e ferramentas. A mão de um veado mateiro curtida encurvada, era o gancho preferido do sertanejo para se pendurar, na sala, a sela e os baixeiros. Entre as sacarias

amontoadas, as arreatas e cabaças penduradas, estava o pequeno orgulho do agregado ou sitiante.

Nos assentamentos, a casa tem, quase que invariavelmente, seguido a seguinte evolução. Quando sai a desapropriação, os ocupantes ainda estão aglomerados em alguma área da gleba, geralmente perto de alguma água corrente. Nesse momento, as habitações são as mais precárias possíveis. São ranchos pequenos, cobertos com folha de bacuri e/ou o plástico preto dos acampamentos. Muitos ranchos não têm divisão de cômodos ou às vezes têm apenas uma distinção do quarto, feita por uma coberta de algodão pendurada numa trave. A estrutura é toda de madeira e raramente as paredes são barreadas. Em São João da Lavrinha, ficaram assim por quase quatro anos. Alguns ranchos nem estavam resistindo tanto tempo, exigindo reforma total do madeiramento e da palha. Nessas condições, camas, ferramentas e pequenos fogões, assim como os frutos das primeiras colheitas, dividem harmoniosamente a mesma área do rancho. Os animais domésticos têm, nesse espaço, o mesmo trânsito dos donos da casa.

Quando sai a divisão dos lotes, há duas situações: receber ou não o crédito-habitação através do INCRA. Se não recebem, ou se ele demora muito a chegar, o mesmo rancho é construído no lote. Havendo o crédito-habitação, uma pequena casa de alvenaria é feita, com sala, dois quartos e cozinha²⁰⁶. O mesmo número de tijolos, telhas, vitraux e portas é distribuído igualmente a todos. Mas, as casas dificilmente saem iguais. Cada um, segundo as necessidades do tamanho da família e, é claro, segundo a disponibilidade de acréscimo de pequenas economias, faz um modelo e um tamanho de casa. Antônio do Mato, um adquirente que fez casa espaçosa e bem dividida no Rancho Grande, disse que o recurso recebido para a construção da casa não deu para a telha. Em geral, depois de algumas colheitas ou vendas de animais, fazem-se sucessivas reformas e puxados nas casas. Assim fez, por exemplo, o senhor Francisco (o "Vô") no Mosquito.

Logicamente, para os que fazem uma casa grande e bem-acabada - uma "casa de cidade" - ou que a vão remodelando depois, a casa já não é mais uma "extensão doméstica do

²⁰⁶Em São João da Lavrinha, o crédito-habitação recebido em 1995 foi de R\$ 1800,00. Os que construíram somente com esse recurso fizeram uma casa de sala cozinha e dois quartos, sem nenhum acabamento, como foi o caso de Jorge Carlos - o "Barba". As paredes não foram sequer chapiscadas, o piso estava em chão batido. Já o Sr. Valmir estava concluindo, em junho/julho de 1996, uma casa de quatro quartos, com cerâmica, toda rebocada e pintada, com mais uma casa menor ao lado, para a instalação de uma máquina de beneficiar arroz.

trabalho familiar” de que fala ainda Carlos Brandão (Idem, Ibidem). Não raro são encontradas casas com enormes varandas frontais ou laterais, salas para televisão²⁰⁷ com jogo de sofá e mesinha de centro, geladeira e freeser na cozinha. Todas as casas têm energia elétrica, o que possibilita, diversificadamente, ter na roça os confortos que já tiveram, ou que um dia foram tão sonhados, na cidade. Nessas casas, trabalho e não-trabalho vão sensivelmente ganhando entre eles uma pequena fronteira.

No questionário junto aos parceleiros, procurei saber sobre o tempo que é deliberadamente de não-trabalho, ou sobre o que, em oposição aos "momentos racionais", são, para Lefebvre, "momentos irracionais" da reprodução social (Seabra, 1996: 84). Perguntei então ao chefe da parcela se ele tira tempo para isso. À pergunta “você tira tempo para ir ver uma manifestação esportiva ou cultural”, 53% disseram "nunca". Essa média foi forçada pelo Rancho Grande que ainda não tem campo de futebol. Nos dois outros assentamentos, a distribuição entre "regularmente", "algumas vezes" e "nunca" foi mais ou menos balanceada. Considerando-se só Mosquito e Rio Paraíso juntos, 30% responderam "regularmente", 30% "algumas vezes" e 40% "nunca".

Os 30 informantes foram unânimes em dizer que não passeiam com regularidade. 46% disseram tirar tempo para passear, somente "algumas vezes", e 53% disseram "nunca" fazê-lo. Caçar e pescar são excluídos da vida de 73% dos assentados. Os 13% para "regularmente" e para "algumas vezes" referem-se somente à pesca, com predominância no Mosquito e Rancho Grande. 80% disseram tirar tempo para visitas aos amigos, "algumas vezes". Ir aos pagodes nos assentamentos é bastante diversificado. No geral, 60% disseram nunca fazê-lo e 26% responderam "algumas vezes". O peso maior do “nunca” é forçado pelo Mosquito e Rancho Grande. 80% dos informantes do Rancho Grande disseram tirar tempo para dançar, entre "regularmente" e "algumas vezes". Exatamente a mesma variação entre os três assentamentos aparece para o item “jogar cartas ou dominó com os amigos”. Os percentuais globais são 70% "nunca", 16,7% "algumas vezes" e 13,3% "regularmente".

Apesar da não-exemplar escolarização dos assentados, uma boa parte disse tirar tempo para ler. Uns disseram que tiram tempo para ler a bíblia, e outros para ler os boletins da

²⁰⁷Ao final de 1995, havia duas antenas parabólicas no Rancho Grande, cinco ou seis no Mosquito e cerca de 130 no Rio Paraíso.

Diocese e da CPT. 13% disseram fazê-lo "regularmente", 53% "algumas vezes" e 33% responderam "nunca". Ou seja, ler não é o hábito da maioria.

7.4 Reprodução camponesa e familiar

*"Zanza daqui, zanza pra acolá
Fim de feira, periferia afora
A cidade não mora mais em mim
Francisco, Serafim
Vamor embora".
(Chico Buarque, "Assentamento")*

A Sesmaria deu a infra-estrutura e a confiabilidade para o surgimento meio tardio, da família no Brasil-Colônia. A chamada "família patriarcal" surgiu, portanto, intimamente ligada ao latifúndio e à escravidão negra. Era ampla, constituída do casal, inúmeros filhos como sinal de poder e de prestígio social, parentes, filhos bastardos, todos sob o rígido poder do *pater familias*. Essa família não existe mais e, mesmo quando existiu, não foi tão absoluta como a trataram Gilberto Freyre e Antônio Cândido. É verdade que ela teve o seu importante papel, mas não existiu sozinha. Fora o grupo familiar extenso do senhor de engenho, havia também os trabalhadores livres na produção de algodão, tabaco e outros, bem como os agentes fiscais no litoral. Em decorrência sobretudo do processo de industrialização e urbanização no Brasil, surgiu a "família conjugal moderna" - reduzida ao casal e aos filhos (Corrêa, 1982; Camargo, 1976: 178-183).

Em nada parecidos aos produtores familiares franceses, dos quais 1/3 é de agricultores solteiros²⁰⁸, os assentados estudados são na maioria casados. O índice entre 30 informantes que responderam a um questionário desta pesquisa é de 83,3%. A rigor, dever-se-ia considerar mais que isso, pois apenas um (no Mosquito) nunca se casou. O lote era de seu pai, que veio a falecer. Há ainda dois viúvos e dois divorciados.

²⁰⁸Pierre Bourdieu, *Célibat et Condition Paysanne*, in: *Etudes Rurales*, No 5-6, avril-sept., 1962, 32-135. Em 1955 as trabalhadoras rurais eram 95% do número de trabalhadores masculinos e, em 1970, apenas 75%. "Não é que a mulher do chefe da unidade de produção quer se emancipar. É, em primeiro lugar, a moça que não aceita o tipo de vida que o casamento com um futuro agricultor lhe reserva, ao ponto que ela prefere um operário mesmo não qualificado" (Duby et Wallon, 1977: 282).

Quanto ao número de filhos, o questionário faz uma interessante indicação. Indaguei dos 30 informantes sobre quantos filhos têm e, algumas páginas depois, sobre quantos filhos eles pensam que um casal deve ter hoje em dia. Para visualizar melhor os resultados obtidos, coloquei os números médios em colunas, com as convenções: “N_o de filhos” e “N_o ideal de filhos”.

	N _o de filhos	N _o ideal de filhos
Rio Paraíso	2,6	2,8
Rancho Grande	4,3	3,1
Mosquito	6,1	3,4
MÉDIA nos três assentamentos	4,3	3,1

Os parceiros do Rio Paraíso têm uma prole menor, e a sua média do número ideal de filhos de um casal, aumentada de 2,6 para 2,8, permite dizer que eles até se sentem com uma certa capacidade ociosa de geração de filhos. No Rancho Grande e no Mosquito é o contrário. O número idealizado de filhos é bem menor, mas com razão. Os dois assentamentos já apresentam uma alta média de filhos por casal. A média de filhos no Mosquito é simplesmente o dobro da média no Rio Paraíso²⁰⁹.

Convém recuperar ainda um dado do questionário, já assinalado. No processo migratório brasileiro, a maioria dos parceiros do Rio Paraíso tem como lugar de origem os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os do Mosquito e Rancho Grande (como de resto, a grande maioria da população do Mato Grosso Goiano), são predominantemente de origem mineira (5.1). Considerando que, em termos de escolarização, os sulistas do Rio Paraíso têm uma ligeira vantagem em relação aos mineiros do Rancho Grande e Mosquito (7.1), não há como negar que haja um fio condutor relacionando origem migratória, escolarização e quantidade de filhos de um casal.

²⁰⁹A média de filhos no Rio Paraíso é inferior à média nacional e a dos outros dois lhe é superior. No caso do Mosquito, superior em muito. A média de filhos por mulher em idade fértil no Brasil, em 40 anos, caiu quase pela metade. Em 1960, a média era de 6,28; em 1970, 5,76; em 1980, 4,35 e, em 1990, 3,46 (IBGE, Folha de São Paulo, 08/09/91).

Como já se pôde afirmar com dados do questionário, o trabalho no lote é exclusivamente familiar. E ninguém está dispensado dele. Numa distribuição das tarefas por gêneros e idades dentro da unidade de produção, entendida como cultivo e criação, há pelo menos três grandes grupos de atividades.

Alguns trabalhos dentro da parcela são feitos exclusivamente pelos adultos masculinos. O manuseio de ferramentas agrícolas, como machado, enxada, enxada, é uma atribuição predominantemente do homem da casa. Dificilmente se verá uma carpideira, puxada a cavalo no Mosquito, e uma colheitadeira mecânica, no Rio Paraíso, sendo operadas por mulheres.

Mas, elas têm também o seu domínio exclusivo no mundo do trabalho rural. Os homens dos assentamentos estão ainda muito longe de assumirem as tarefas desse segundo grupo, tais como lavar roupas, cozinhar, passar, cuidar de recém-nascidos, enfim, da lida geral da casa (Lechat, 1993: 149). O contrário é muito fácil de ser encontrado, ou seja, algumas mulheres atuando também na roça, às vezes até mesmo na enxada ou participando da colheita do arroz e do feijão. As diferenças de origem da população dos assentamentos produzem variantes interessantes quanto ao trabalho da mulher. No Rancho Grande e Mosquito, de tradição mineira e goiana, a ordenha das vacas é um trabalho tipicamente masculino. Entre os gaúchos e catarinenses do Rio Paraíso, ele fica quase que exclusivamente sob a responsabilidade das mulheres. Trata-se de uma característica fundamental da divisão sexual do trabalho rural na Região Sul (Idem, 153).

Um terceiro grupo de atividades do lote são as que são indistintamente feitas por adultos e crianças de ambos os sexos²¹⁰. São os casos, por exemplo, do trato dos animais domésticos, limpeza de quintal e o fabrico de derivados da mandioca. Esse último requer um esforço conjunto de todo o grupo doméstico e, não raro, de vizinhos, num verdadeiro mutirão que é retribuído na semana seguinte. “Desmanchar a mandioca” é um serviço feito por todos na mesma época, ou seja “durante a seca”. Daí a necessidade da entre-ajuda em nível da vizinhança. A farinha de mandioca e o polvilho são importantes acessórios na culinária rústica goiana, mas não chegam a ser um elemento básico como o é para as populações dos estados

²¹⁰Nesse grupo, entram especialmente as mulheres e as crianças, que Leonarda Musumeci diz, referindo-se a estudos sobre a coleta do babaçu no Maranhão, serem as “forças marginais das unidades domésticas” (Musumeci, 1988: 252).

do Nordeste. Por isso mesmo, em Goiás, a sua produção não tem a especialização das "casas de farinha" (no Maranhão, "aviamentos", conforme Musumeci, 1988: 254), na maioria dos casos com rodas motorizadas, onde os nordestinos transformam a mandioca, quer para o consumo familiar, quer para a comercialização nas feiras (Meyer, 1979: 81-82). Entre os agricultores goianos, mesmo se fazem uma "sobra da despesa" para a comercialização, a transformação da mandioca é feita dentro da própria casa, com mais frequência em uma varanda. É um serviço tradicionalmente de muitos braços e pouca especialização. A primeira parte do serviço, o momento de descascar e lavar as mandiocas, é a fase mais coletiva, na qual não existe nenhuma distinção por sexo ou idade. Depois, passa-se à tarefa de ralar, que, tradicionalmente, era feita manualmente e somente pelas mulheres. Nos assentamentos, com a existência do triturador elétrico - o mesmo que é usado para a preparação de ração para os animais - pouquíssima gente mantém os velhos ralos manuais em atividade. Em seguida, a massa é prensada pelos homens e, depois de secada ao sol, vai ao forno para ser torrada. Aí as mulheres têm de novo a exclusividade do trabalho em volta das fomalhas. Mantém-se nos assentamentos uma tradição goiana. A confecção de farinha e polvilho expressa fortemente a reciprocidade camponesa. Há na vizinhança uma grande circulação de vasilhas, utensílios e ferramentas, bem como uma troca informal (não necessariamente contabilizada como no caso do serviço da roça e do pasto) de horas, pedaços de dias e, às vezes, até de dias de serviço. São muito comuns as noitadas de "cascação" de mandioca, que reúnem todos os do grupo doméstico, bem como os vizinhos de perto, em volta da "montanha" de mandioca, embalados por muitas prosas, "namoricos" (Garcia Jr., 1983: 133), "causos", cafés e outros agraços.

Participantes desse terceiro grupo de tarefas, as crianças são os polivalentes por excelência dentro do lote. No tempo que sobra da escola, estão na roça com o pai, atuam com a mãe na lida da casa e, às vezes, são inteiramente responsabilizados pelo trato dos animais domésticos. Ainda há pequenas incidências de casos em que uma criança assume com exclusividade uma atribuição de gente grande. Alex, de 12 anos, filho de Divino Oscar, no Rancho Grande, é o titular da ordenha. Todo dia bem cedo "tira" 25 litros de leite de 3 vacas. E, quando o pai precisa substituí-lo, a produção é sempre inferior a isso, reconhece Divino Oscar. O processo de aprendizado sobre os costumes da família e de aprendizado para o trabalho não é necessariamente um processo explícito de ensinar e aprender. As crianças que, enquanto aprendem, já são uma força de trabalho considerável dentro da unidade de produção vivenciam esse processo não apenas por obediência às ordens do pai e da mãe, como também pela imitação do que eles fazem.

Clóvis Caldeira mostra que, nos países desenvolvidos, a utilização do trabalho do menor na agricultura acontece em escala quase insignificante, mas, nos países menos desenvolvidos, como o Brasil, ela é muito intensa. E esclarece:

"Adscrita a baixo nível de rendimentos, a família rural vê-se compelida a utilizar todos os menores em idade de trabalhar. Nestas condições, o trabalho do menor na quase generalidade dos casos, afigura-se um meio de que se vale o chefe de família para contornar sua capacidade financeira de assalariar mão-de-obra" (Apud: Guimarães, 1979: 256).

Para Alberto Passos Guimarães, esse fenômeno é mesmo uma peculiaridade dos países menos desenvolvidos. No Brasil, por exemplo, os menores de 14 anos com participação no trabalho agrícola eram menos de 2 milhões, em 1950, e passaram para mais de 4 milhões, em 1975. Em relação ao conjunto do pessoal ocupado na agricultura, isso representou um aumento de 17,23 para 21,29% (Idem, 257).

Assim, a unidade familiar é também uma unidade de produção de conhecimento. Mas, essa relação tenderá a ser quebrada ou pelo menos reduzida na medida em que os assentamentos avançarem na absorção de novas tecnologias, se o fizerem. A intermediação da tecnologia, "quebrando a unidade entre o trabalhador e as condições materiais de seu trabalho" (Rodrigues, 1991: 55), tenderá a quebrar também a unidade entre o trabalho e essa produção natural de conhecimento no interior do grupo familiar.

Retomo aqui ainda o problema da venda de lotes (6.2), que é significativo quanto às estratégias de reprodução da condição de camponês através da família. É que essa reprodução, via de regra, requer um considerável estoque de mão-de-obra. Como o trabalho dos produtores diretos é essencialmente familiar, o aumento da capacidade produtiva e, portanto, reprodutiva, passa pela maior ou menor extensão da prole. O agricultor necessita de uma quantidade mínima de mão-de-obra disponível no interior da própria unidade de produção.

Digo isso, revendo a história das dezenove famílias contempladas com as parcelas na desapropriação da Fazenda Maria Alves, no município de Itapuranga, em 1980 (4.1). Nove delas permanecem e dez já venderam as terras. Naquele começo de década de 80, ainda não havia nenhuma política voltada para os casos de assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra. Eles contam que nunca tiveram nenhum tipo de crédito facilitado. O trabalho na parcela

era feito todo com os recursos próprios da família. Essa é, aliás, a razão da referência ao grupo da Maria Alves a essas alturas da argumentação. Pois, no caso dos outros grupos, a existência de financiamentos facilitados pode amenizar, onde for o caso, o problema do baixo estoque de mão-de-obra do grupo familiar.

Dois dos desistentes da Maria Alves, encontrados, dizem que a principal razão para a venda do lote foi a inexistência de renda, segundo eles porque perderam a força de trabalho dos filhos. Pedro Jeremias, de 68 anos, tinha 9 alqueires, a maior parte em pastagem. Diz que, com os casamentos dos filhos não conseguiu mais permanecer na terra. Ela era fraca e requeria sempre muito trabalho. Mudou-se para a cidade de Itapuranga e, durante alguns anos, ainda trabalhou na agricultura, alugando terras. Cândido de Barros, de 69 anos, também diz que os filhos não permaneceram com ele nos quatro alqueires que tinha. Alguns se casaram, e outros seguiram outros rumos. Um deles é inclusive cantor de música sertaneja. Hoje o Sr. Cândido mora em Itapuranga e é revendedor ambulante de laranja, melancia e outras frutas²¹¹.

E assim, família e assentamento harmoniosamente interagem-se, num processo de reprodução recíproca. O assentamento foi buscado com o sacrifício de toda a família, com esta finalidade, e ele não teria, em contrapartida, nenhuma viabilidade econômica se pensado em termos de assalariamento da mão-de-obra. Só o trabalho familiar pode reproduzir as condições de produção do lote. Mas, mais do que a garantia da sobrevivência econômico-produtiva do lote, a família é também a instância por excelência na formação de uma moral e de um saber produtivo camponeses. Entre famílias camponesas de São Paulo e de Minas Gerais isso é perfeitamente verificável.

“...a unidade de trabalho e convivência afetiva substantivamente formadora de um ethos e de uma ética camponesa é a família, responsável quase exclusiva pela reprodução do saber técnico necessário à prática da agricultura e do criatório” (Brandão, 1990: 172).

“É no interior das relações sociais cotidianas desses camponeses que se processa e se transmite o conhecimento para o trabalho e a vida. A família se torna o agente educativo mais importante para a transmissão ou reprodução desses diversos saberes” (Lopes, 1991: 45).

Por seu turno, o lote tem oferecido às famílias, sobretudo às que experimentaram a precariedade da subabitação urbana, um ambiente propício de auto-reprodução, do ponto de

²¹¹ Em depoimentos concedidos nas respectivas residências, em Itapuranga, no dia 04/02/96.

vista econômico, mas também representativo e moral. Para alguns agricultores, o ingresso na luta pela terra representou até mesmo um refúgio contra os “males” da vida urbana. Assim se expressou Lourenço do Rancho Grande:

“A dor de cabeça foi aumentando, porque meu filho, que eu queria tanto ver ele estudar, pegou acompanhar os maloqueiros, a gente morava naquelas vilas, porque no centro nós não dava conta de morar. Então ficava o meu filho acompanhando os maloqueiros. Nas escolas era aquela briga, com gilete, com maconha”²¹².

Isso, aliás, não confere nenhuma especificidade ou inovação aos assentamentos, em relação à lógica tradicional do mundo rural. Para Klaas Woortmann, as categorias terra, família e trabalho são categorias comuns às sociedades camponesas. Mais que comuns, elas são, sobretudo, relacionadas:

“uma não existe sem a outra. Nas culturas camponesas não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (Woortmann, 1990: 23).

A terra conquistada não é para os assentados um mero objeto de trabalho. É antes de tudo o espaço de reprodução da família. É aí que a família tem autonomia no processo de trabalho. Pode controlar o seu espaço e o seu tempo. Na agricultura patronal, o agricultor não pode “dar chão”, ou incorporar no mesmo espaço de moradia e trabalho um filho que se casa (Idem, 43). Nos assentamentos, isso tem sido usual, por exemplo, no Mosquito, com as parcelas do Jorcelino e do Geraldo. No Rio Paraíso, em 176 parcelas, conforme já foi mencionado, já se estimam habitarem 200 famílias.

É que, por tudo o que ficou assinalado sobre a recíproca importância entre família e terra, a constituição da família é o futuro próximo de todos os filhos e filhas de parceiros. Rapazes que se dirigem ao casamento depois dos 30 anos, como o José Geraldo, do Mosquito, taxativamente, são uma exceção. Todos se casam muito novos nos assentamentos. Um parceiro do Rio Paraíso, Analdo Gonçalves de Oliveira, aos 42 anos já era avô por duas vezes. E uma maioria significativa dos casamentos acontece entre rapazes e moças do próprio assentamento. Nos assentamentos da região de Goiás, como já passam de uma dezena, já ocorreram também vários casamentos “interassentamentais”. Ampliando um pouco mais os círculos concêntricos das relações sociais dos assentados, outros casamentos unem jovens do

²¹²Lourenço Bueno, em depoimento em sua casa, no dia 18/04/94.

assentamento e de fazendas vizinhas, ou da sede do município. Com Sahlins poder-se-ia dizer então que o assentamento é uma “estrutura performativa”, ou que forma constantemente relações a partir das próprias práticas (Sahlins, 1990: 47).

Um dos momentos fecundos para a estimulação das "trocas de mulheres", são as festas, religiosas ou "profanas". E é exatamente entre esses dois extremos que gravitam os maiores ou menores cuidados morais das famílias. Se a festa tende para o "pólo profano" desse par de opostos, cuja expressão maior de profanidade é a realização de um baile, ela não está imune ao surgimento de conflitos. Isso atinge também os assentados. Em um baile do pré-assentamento da Lavrinha, um rapaz do assentamento vizinho, o Rancho Grande, foi esfaqueado e transportado para Goiânia pela hora da morte. O agressor mudou-se da Lavrinha. O atingido sobreviveu e, poucos anos mais tarde, casou-se em uma família deste assentamento. Na época, sua família não apresentou nenhuma queixa à polícia, segundo explicaram, para "não prejudicar a imagem" dos dois assentamentos.

Através da linguagem romanesca, Rose-Marie Lagrave encontrou, no passado camponês da França, um outro elemento significativo. O próprio grupo camponês se encarrega de criar situações de encontros, através de festas e entre-ajudas no trabalho, para que os casamentos se dêem no seu próprio interior. É que, com a endogamia (*homogamie*), eles garantem tanto a indivisibilidade do patrimônio da família, quanto a realização das aspirações dos camponeses pela quietude. Ou seja:

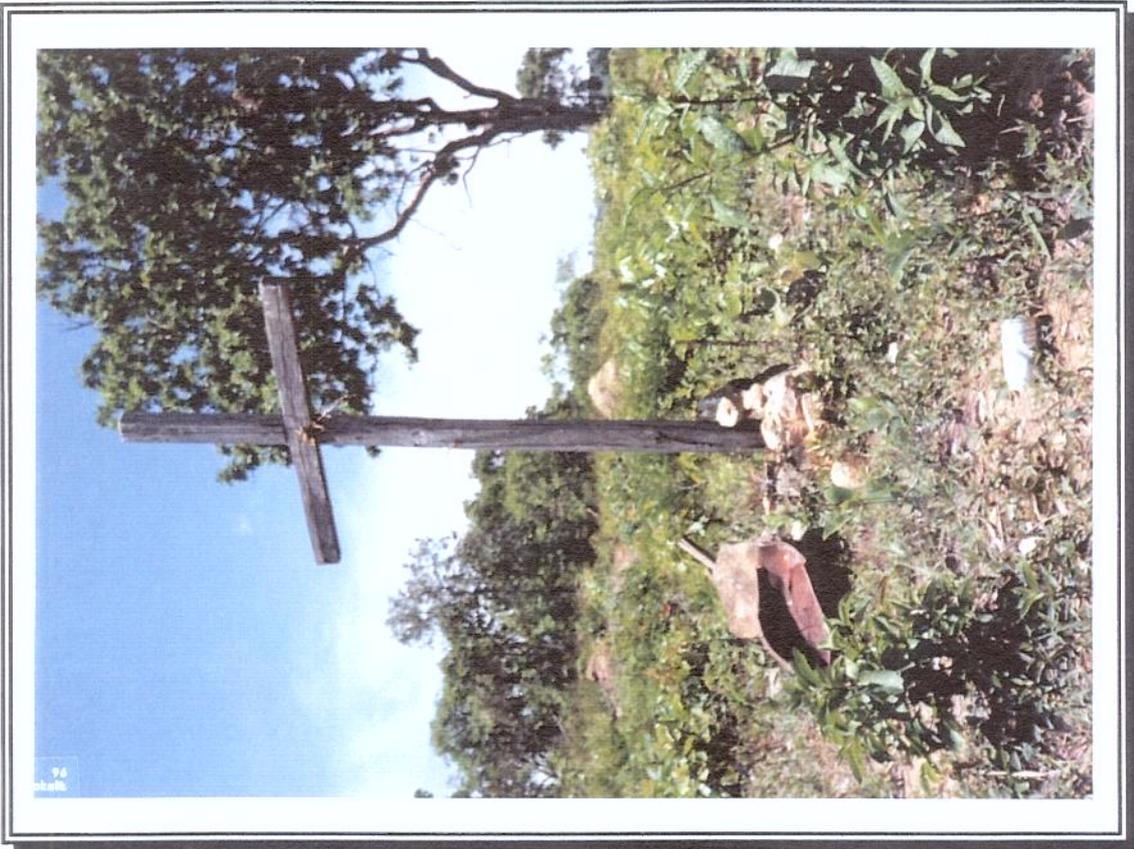
"O casamento é desde então o resultado de uma vontade social e não um desejo individual; não se casa, casa-se alguém" (Lagrave, 1980: 112-113).

A título de ilustração, pedi em dezembro de 1995 ao casal Albano e Lourdes Desanguska, do Rio Paraíso, que tentassem se lembrar do maior número possível de casamentos já havidos no assentamento, fazendo essa localização dos “noivos”, na época do casamento. Eles conseguiram lembrar-se de 23 casos. Em 8 deles, rapazes e moças residiam no assentamento. Em 10 casos um dos noivos era do assentamento e o outro da cidade de Jataí, ou de alguma fazenda vizinha. Nos outros casos, um dos nubentes era de mais distante. No Rancho Grande, essa lembrança sobre os casamentos foi feita com a ajuda do casal Delcídio da Silva Moreira (Japão) e Dorcelina Aparecida, em novembro de 1995. Teriam sido 12 os casamentos até então, inclusive o deles próprios. Só um casamento reuniu um nubente

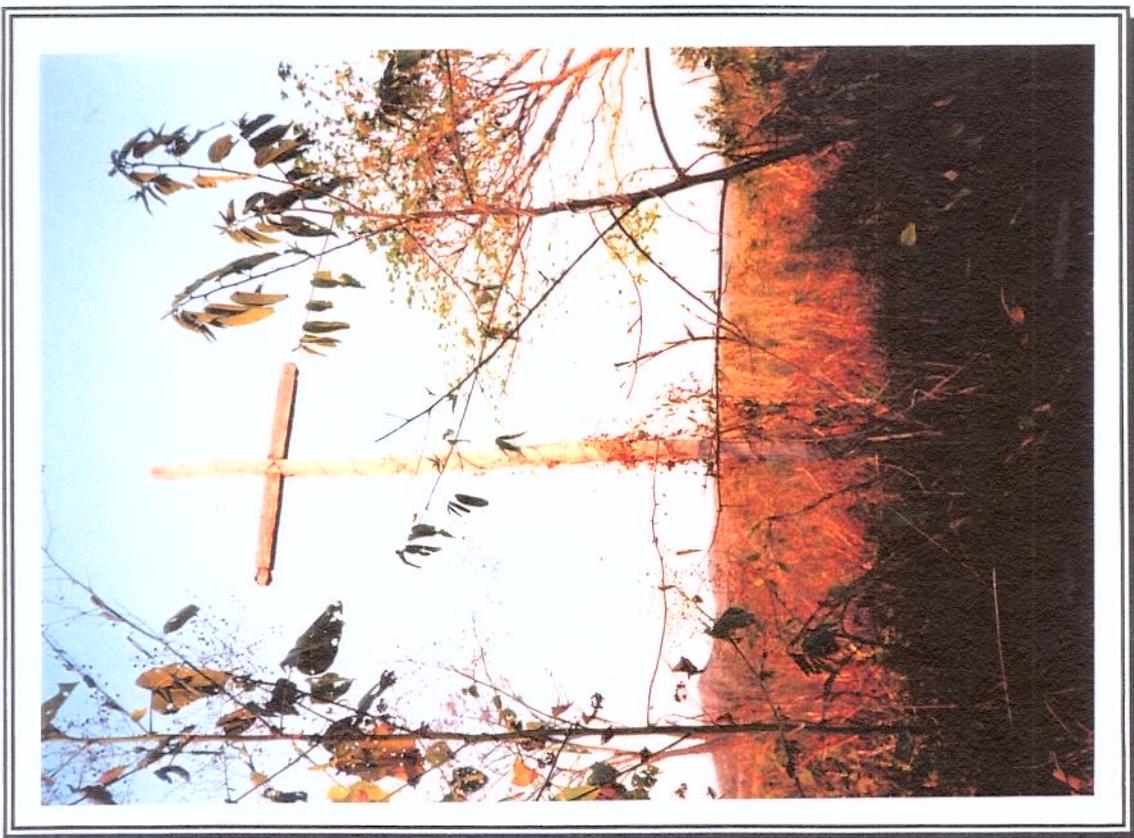
do assentamento e outro de outra região distante. Sete se deram entre jovens do próprio assentamento, e quatro reunindo jovens do assentamento com os de outros assentamentos. Nesse último caso, sobressai o Assentamento limítrofe de São João da Lavrinha. No Mosquito, Pedro Minas e Da. Maria, com a confirmação de Damázio Rodrigues, conseguiram se lembrar de 17 casamentos até outubro de 1995. Seis deles foram entre jovens do próprio assentamento; três unindo jovens do assentamento e da cidade de Goiás; três unindo jovens do Mosquito e de outros assentamentos; em cinco casos, atuou um cupido um pouco mais andejo. Resumindo: dos 52 casamentos lembrados nos três assentamentos, 21 se deram entre jovens do próprio assentamento (40,4%); 7 foram casamentos entre assentamentos (13,5%), mas se referem somente ao Mosquito e Rancho Grande, que estão em uma região de cerca de duas dezenas de assentamentos mais ou menos vizinhos em torno da cidade de Goiás; 13 foram casamentos em que o rapaz ou a moça se casou dentro do próprio município (25%); e 11 casamentos indicam um deslocamento maior para o pretendente ao casamento (21,1%).

Duas variações desse resumo merecem ainda um pequeno destaque. A primeira é o caso dos casamentos endógenos, mais os que foram buscados em outro assentamento. Eles totalizam 28 casos (53,8%). A proximidade, sobretudo no caso dos assentamentos da região de Goiás, além de geográfica é também política e de sociabilidade. Há sempre uma série de oportunidades de haver trocas de homens e mulheres, como encontros sindicais, religiosos, para formação de cooperativa, discussão sobre financiamentos, e também torneios de futebol, bailes, etc. Isso pode indicar um círculo relativamente estreito de relações sociais. A segunda é o caso de casamentos buscados fora do município, cujos 21% não podem ser negligenciados. Isso indica, por exemplo, que os assentados, ao recuperarem a terra, recuperaram também uma boa parte da coesão camponesa tradicional. Mas não completamente. Esses 21% permitem pelo menos afirmar que essa coesão está fragilizada pela ebulição e transitoriedade em que vivem os assentados. Os casos em que o “noivo retirante” é do sexo masculino (6 dos 11 casos) predominam no Mosquito, com a ida de alguns rapazes para Goiânia em busca de trabalho. Os outros cinco casos aconteceram especialmente no Rio Paraíso, indicando, entretanto, que, por lá, quem tem buscado melhores perspectivas de realização profissional fora do assentamento é a mulher. Isso coincide com um dado já conhecido na literatura sobre família no Brasil. Segundo o “padrão de relacionamento entre os sexos em relação à divisão estamental ou de classes”, é mais comum o homem de classe mais alta estabelecer relações sexuais com a mulher de classe inferior do que o contrário. Daí, embora os atrativos sobretudo da cidade sejam sedutores a todos, os homes são mais

constrangidos a permanecer no trabalho da família, enquanto que a mulher projeta um futuro melhor através de uma relação amorosa (Camargo, 1976: 183).



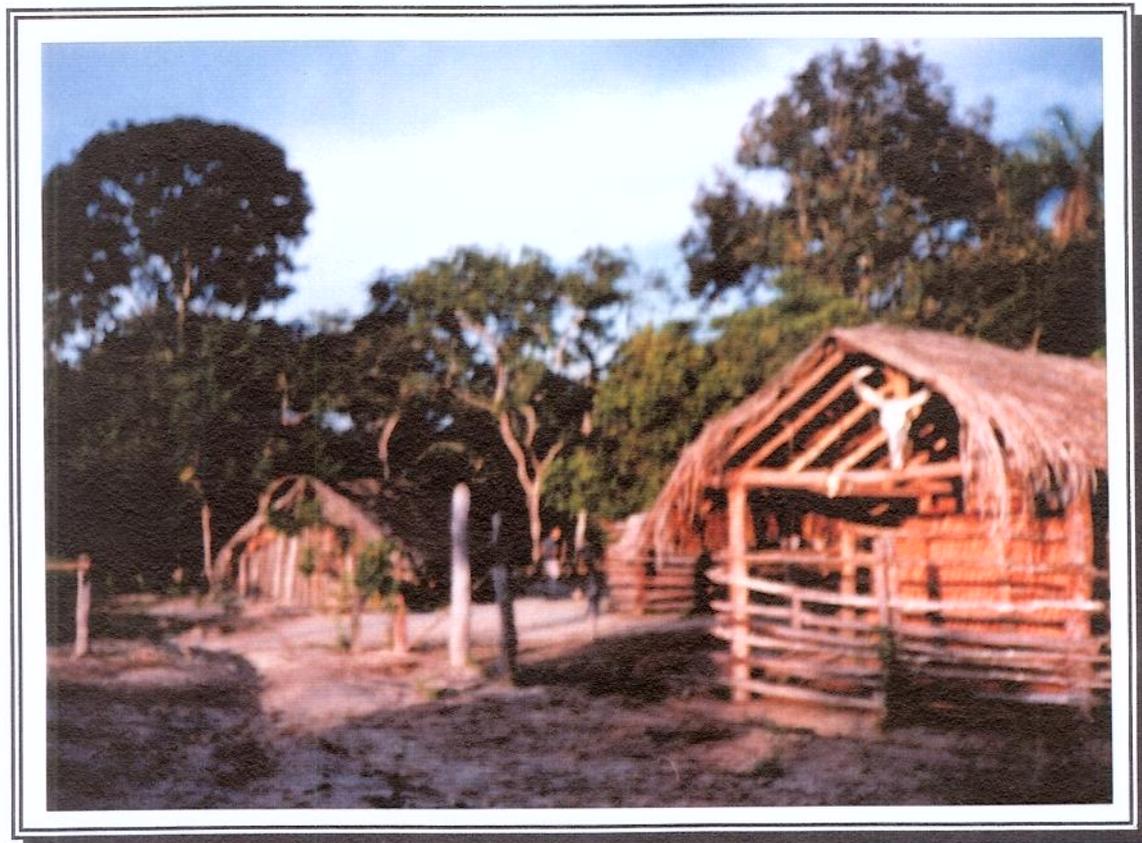
Resquícios de um velho cemitério sertanejo, conservados pelos ocupantes da Fazenda Mosquito.



O cruzeiro do primeiro aniversário foi abandonado por causa da mudança da área comunitária.

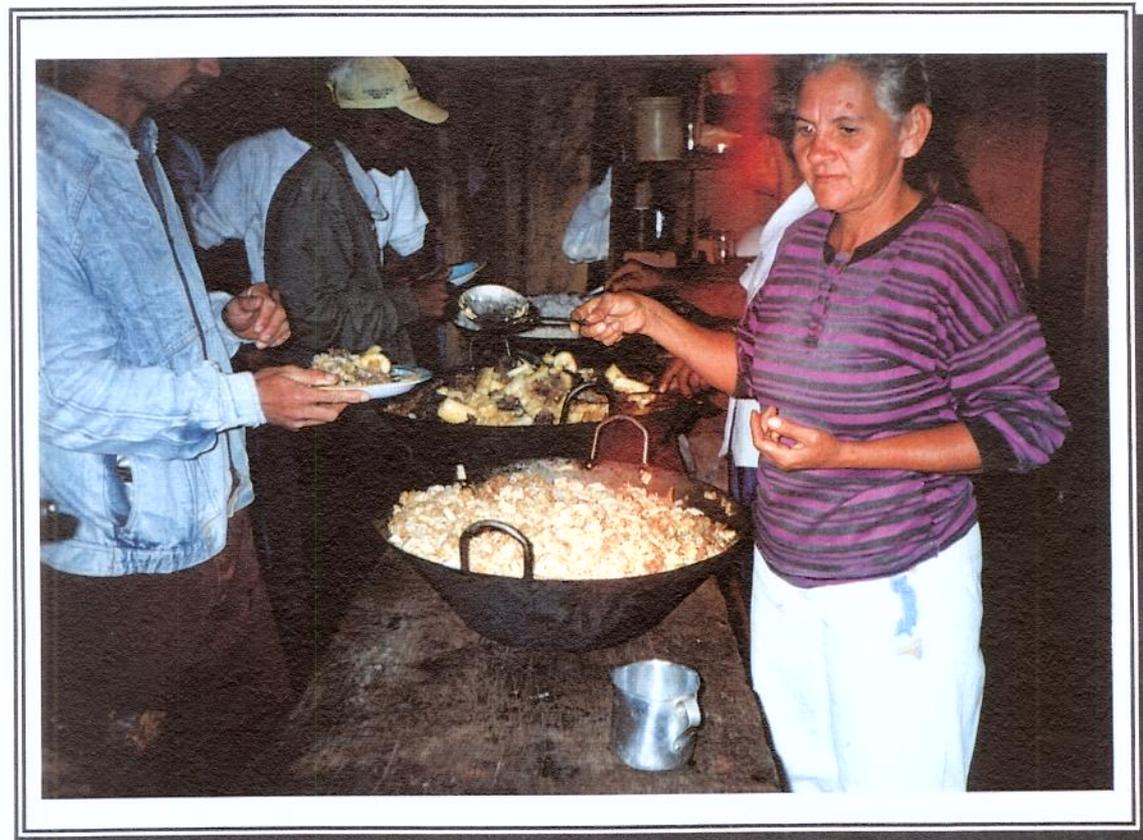


Assentamento Retiro e Velha: duas formas de crença.

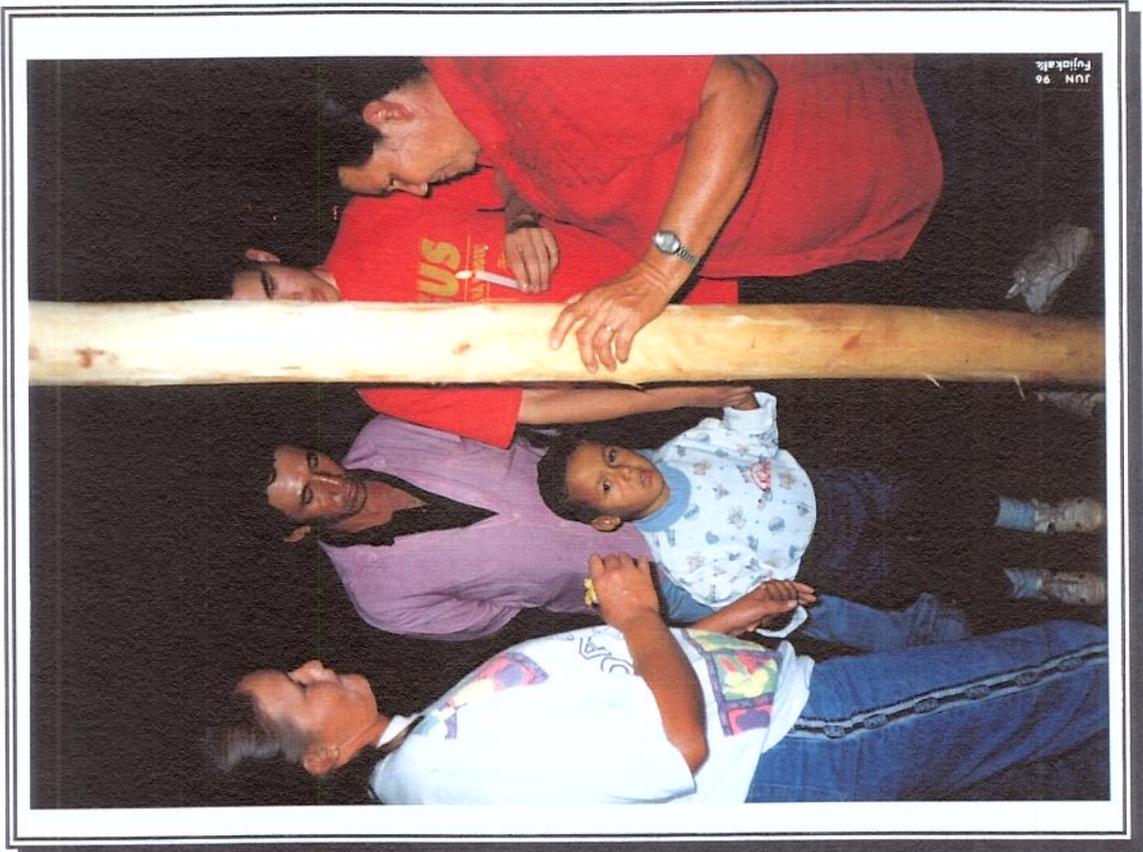




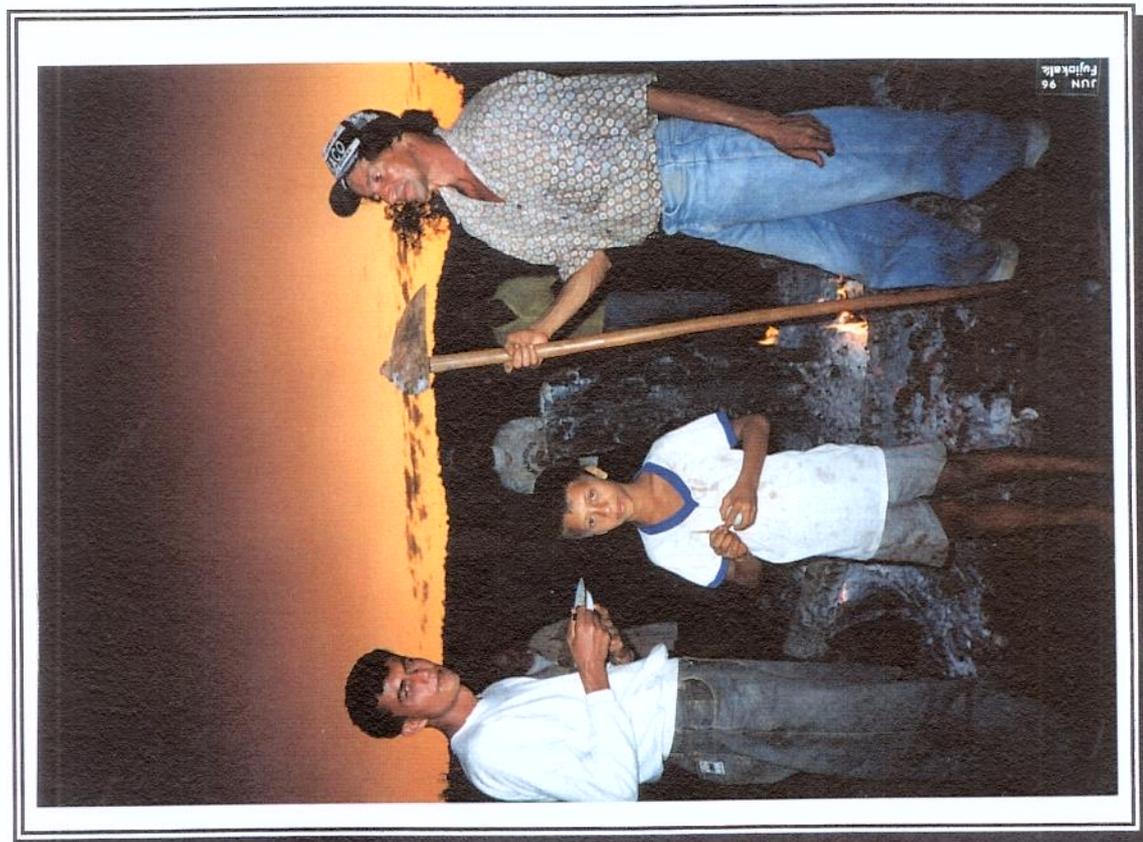
Os católicos da Lavrinha festejam o padroeiro.



Agora com muito mais fartura.



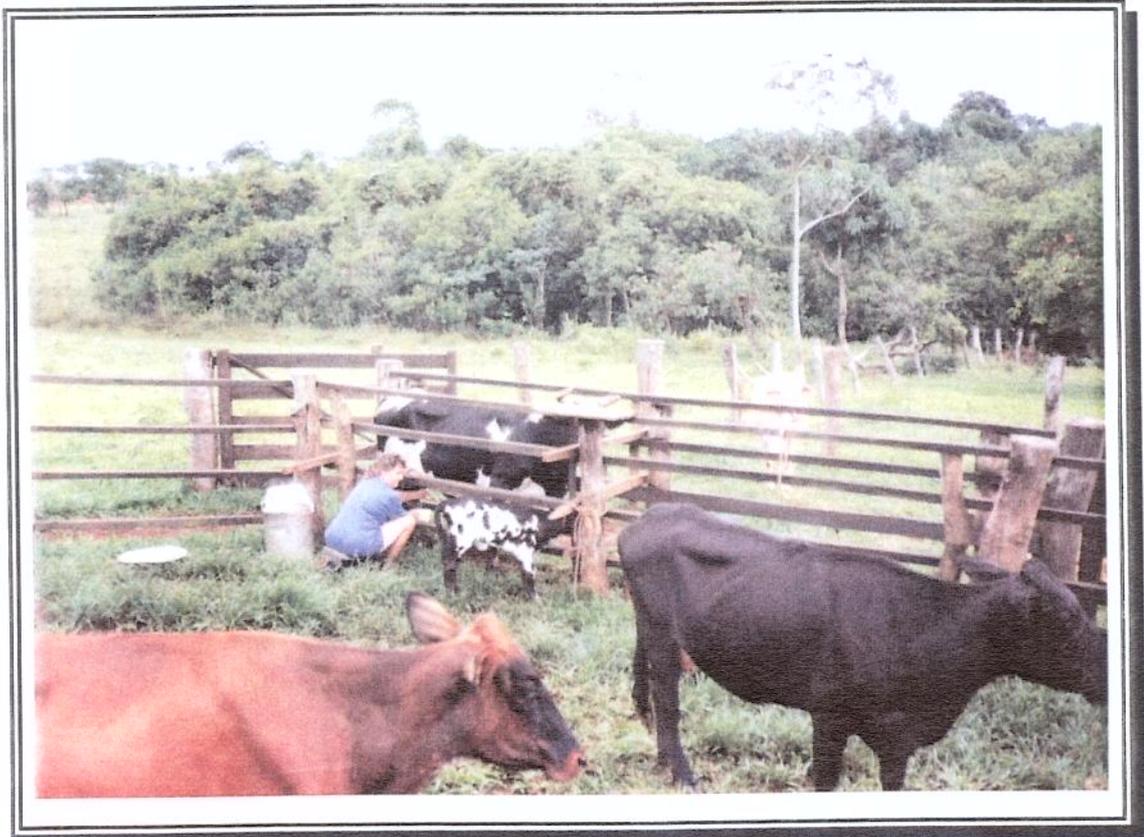
O "batizado de fogueira" termina em volta do mastro.



Há quem amanhã comendo em volta da fogueira.



Assentamento Rio Paraíso, Jataí, Dez. 1995. Até então predominava a cultura de soja.



Entre os sulistas do assentamento, a ordenha é das mulheres.

A SIGNIFICAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DAS OCUPAÇÕES

INTRODUÇÃO

Pelo trabalho, o homem busca atender às suas necessidades e, no trabalho, ele se exterioriza, expressa. Nesse trabalho ele não está só. Outras pessoas, de outras épocas passadas, que também passaram pelo trabalho e, portanto, com suas realizações, são parte importante de nossas realizações, do nosso hoje e do nosso futuro - o “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem...” do 18 Brumário. Assim, o homem como ser social, histórico, é ação e significação, como fica claro e enfático na própria fala de Octávio Ianni a seguir.

“O homem vem ao mundo inacabado. Mas transforma-se em uma espécie de pequeno deus, ainda que tenha que trabalhar para viver. É precisamente no trabalho que se exterioriza, expressa. Todo produto da atividade humana configura-se também como realidade espiritual. O homem se manifesta em coisas, fatos, acontecimentos que se apresentam como realizações com significado. Ao criar, cria-se a coisa e o sentido” (Ianni, 1988: 53).

Essa criação da coisa e do sentido acontece também no mundo rural, onde o camponês preserva um modo próprio, comunitário, de vida e de trabalho, mesmo em situações de resistência à ganância da expropriação do capital. Nesse sentido, diz ainda Ianni que o movimento camponês sempre empresta sua força, seu poder de mobilização. Mas, não se propõe a questão da conquista do poder, do Estado. Por isso, “o campesinato tem sido derrotado em muitas batalhas”²¹³. Mas, isso não é suficiente para se dizer que o camponês é “primitivo”, “pré-político”, “sem-história”, “social e culturalmente inferior”. As constantes análises evolucionistas e economicistas - ver o campo a partir da cidade - vêem, nas lutas de posseiros, índios, etc.,

apenas uma expressão da voracidade de latifundiários e empresas agropecuárias. Não levam em conta as dimensões sociais e culturais da condição camponesa. Esquecem-se dos significados das formas de vida e trabalho.

“De fato, o movimento social camponês não se propõe conquistar o poder estatal, a organização da sociedade nacional, a hegemonia camponesa...Mas isso não elimina nem reduz o significado revolucionário das muitas lutas que esse movimento realiza. Em essência, o seu caráter radical está no obstáculo que representa à expansão do capitalismo no campo; na afirmação da primazia do valor de uso sobre o valor de troca, a produção de valor, o trabalho alienado; na resistência à transformação da terra em monopólio do capital; na afirmação de um modo de vida e trabalho de cunho comunitário” (Idem, 105-106).

Não poderia ser outra a preocupação deste trabalho nesta última parte. Depois de termos visto o contexto histórico-social do qual emergiu o movimento de ocupações de fazendas; depois de termos visto o cotidiano de produção e reprodução social dos sujeitos que tomaram parte nesse processo (hoje os assentados rurais), agora é preciso nos perguntar pelo seu significado. Mas não se trata de uma avaliação meramente econômica da viabilidade das ocupações e assentamentos dentro do "processo de reforma agrária". Isso é relevante, e espero que o leitor que tenha buscado essa avaliação, em meu trabalho, não se tenha frustrado tanto. Mas, a pergunta fundamental é se o ocupante/assentado pode ser caracterizado como um novo sujeito rural no Estado de Goiás. Para isto, não basta mensurar a sua capacidade de produção e comercialização, supostamente superior ao período em que era um trabalhador rural sem-terra. É preciso somar-se a isso uma avaliação dos significados da sua nova condição social, da repercussão dessa mudança na sua vida de família, dos aprendizados vivenciados e transmitidos, dos projetos que tinha e se os mantém ou se os alterou, da dimensão simbólico-representativa incorporada nessa trajetória de vida pessoal e familiar. Enfim, é preciso nos perguntar, mesmo, se se trata de um projeto camponês ou de vários projetos e nos perguntar ainda que tipo de produtos e bens, e de significados os processos de ocupação/ assentamento estão criando no país. Esse é o convite à leitura dos dois capítulos restantes.

²¹³Ianni, 1988: 104. A frase está grifada, pois seu sentido é exatamente a premissa do título geral desta tese.

8. RECONSTITUIÇÃO BIOGRÁFICA E SOCIAL

*"A luta pela terra vai além da reforma agrária. O seu horizonte último é a reconstrução da aliança com a Terra, comunhão com todos os seres vivos, grande bem-aventurança universal, consolidação de um novo paradigma de civilização para a humanidade".
(CPT, 1995: 26).*

Segundo os representantes brasileiros da equipe da pesquisa comparativa internacional sobre Agricultura Familiar, coordenada por Hugues Lamarche, a agricultura camponesa brasileira nasceu sob o signo da precariedade:

"precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção e, especialmente, da terra; caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade"²¹⁴.

Desde os primeiros registros conhecidos, caracteriza-se pelo isolamento, pobreza e agricultura de subsistência. Foi assim nas fazendas de gado subsidiárias dos engenhos no Nordeste, entre os caboclos itinerantes em São Paulo, nos pampas e montanhas do Sul. A modernização da agricultura de meados dos anos 60 não alterou esse quadro, ou, se o fez, foi para pior (2.). A propriedade fundiária, que permanece como o elemento organizador indispensável da atividade agrícola, freqüentemente é utilizada como reserva de valor em caráter especulativo. E, do ponto de vista social, permanece a mesma marginalização da população rural, via distribuição de rendas (Idem, 179-223).

Marginalizado e isolado o camponês tinha um destino inevitável - morar nas periferias das cidades, freqüentemente nas "invasões" e fazendo biscates para sobreviver. O velho sonho de possuir um sítio para plantar e criar acabava sendo deixado de lado, como registra muito bem o regionalista Carmo Bernardes, no romance Nunila.

"Agora tenho que sossegar, me acostumar a viver na cidade, tirar do sentido os planos que sempre tive de possuir um sítio, plantar, criar um gadinho, uns porcos, tomar estado, ser chefe de família. Bem que pejei, mas não tive condições" (Bernardes, 1984: 177).

Mas, a partir da década de 80, sem nos esquecermos do longo aprendizado que a antecedeu, pode-se dizer que o camponês "já não é mais aquele". É um camponês que ocupa terras, que desafia o Conselho de Segurança Nacional e que desafia até mesmo as rígidas demarcações dos campos de estudo da Sociologia e da Antropologia (Martins, 1993: 28). É, especialmente, um camponês que, desiludido do trabalho como arrendatário, parceiro ou assalariado rural, e desiludido também das posses e resistências isoladas, buscou na organização política com outros camponeses de igual situação um outro caminho de retorno à terra. E é, finalmente, um camponês que vivenciou profundas transformações pessoais e de grupo, passando do anonimato ao reconhecimento, como diz Enyr Freitas sobre os parceiros do Assentamento Mosquito (Freitas, 1994: 159-160). É esta reconstituição biográfica e social que se pretende mostrar neste capítulo 8.

8.1 Reconciliação entre o homem e a terra

A partir da Segunda Guerra Mundial, a França tomou a dianteira europeia face à necessidade de se produzirem alimentos. Um eficiente sistema produtivo foi posto em marcha, englobando tecnificação, crédito, indústrias, etc. A década de 50 se configurou então como um período de intensas transformações. A socióloga Rose-Marie Lagrave faz uma análise pouco convencional desse processo vivido pelos franceses. Estudando os romances publicados entre 1950 e 1960, auge desta "revolução", descobriu, na descrição idílica do *Village* pleno de vida, de festa e de interação, uma repulsa à sua destruição pelo êxodo. Há um mundo em formação - a cidade - que é símbolo da deformação/depravação. O *Village* real não existe mais, sugado por um "monstro devorador". E o *Village* imaginado pelo romance é exatamente um refúgio ou uma reinvenção de um mundo perdido. Nessa reinvenção do mundo perdido, há uma reconstituição de grande valor etnográfico sobre a vida de trabalho, as festas, a religião e, especialmente, sobre o trabalho rural como uma relação amorosa entre o homem e a terra. Por isso o trabalho agrícola é masculino. As mulheres não participam dos enterros, pois ele é entendido como encontro

²¹⁴Texto de Anita Brumer, Ghislaine Duque, Fenando Antonio Lourenço e Maria de Nazareth Baudel Wanderley

amoroso definitivo entre o agricultor e a terra. Há também uma crítica à maioria dos maquinários agrícolas porque eles se interpõem nessa relação amorosa (Lagrave, 1980).

Recorrendo a M. Eliade, Lagrave diz tratar-se de um mito, de um "arquétipo piloto", pois todos os discursos, todos os objetos e personagens estão relacionados à terra, à origem sagrada de todas as coisas. Depois, a relação maternal entre o homem e a terra se transforma em uma relação amorosa, sexualizada. E os dois arquétipos continuam coexistindo (Idem, 190-192).

Na verdade, os romancistas franceses desse período estavam dando seqüência a uma tradição que remonta o "romance rústico" dos séculos XVIII e XIX. Émile Zola, por exemplo, no romance *La Terre*, a propósito do personagem Hourdequin, descreve essa relação amorosa em dois momentos. Primeiro, quando ainda se é criança ("tout jeune"), a terra é para o homem "uma mãe comum, que lhe deu a vida, sua substância, e onde ele retornaria" (Zola, 1994: 114). Depois esse filho cresce, e a paixão pela terra toma outra dimensão, como explica Zola.

"Mais tarde, quando ele tiver sucedido seu pai, ele a amará como amante, seu amor terá amadurecido, como se ele a tivesse tomado desde então em legítimo casamento, para a fecundar. E essa ternura só irá crescendo, à medida que ele lhe der seu tempo, seu dinheiro, sua vida inteira, como a uma mulher boa e fértil, a quem ele escusava os caprichos, mesmo as traições" (Idem, 114-115).

Ocorre que o *Village Romanesque* é definitivamente a lembrança de um mundo perdido, não só na França como também no Brasil. As transformações ocorridas na agricultura brasileira, inseridas num contexto de transformações mais amplas, como tentei assinalar em capítulos anteriores (2 e 3), transformaram a vida harmoniosa do campo em puro saudosismo para os trabalhadores rurais contados entre os quatro quintos²¹⁵ da população que hoje vivem nas cidades. A reconciliação entre o homem e a terra precisa ser vista, portanto, em um novo contexto. Ela se dará, se e onde for o caso, em condições outras, de necessidade de racionalização da produção e da comercialização. A terra só produz, de maneira compensatória, com técnicas, com investimentos. Coincidentemente, na mesma época da produção dos romances analisados por Lagrave, Antonio Candido já fazia esse alerta. Na memória do caipira paulista, já ia longe o tempo em que a caça e a pesca eram integradas à

(Apud: Lamarche, 1993: 180)

²¹⁵Segundo dados do PNAD/95 do IBGE, 79% da população brasileira residem nos centros urbanos do país (Folha de São Paulo, 06/09/96, 1-8 e 1-9).

vida e ao trabalho (7.3). Agora ele tem diante de si as exigências de uma produção mediatizada pela racionalização e pela técnica.

“Esta familiaridade do homem com a Natureza vai sendo atenuada, à medida que os recursos técnicos se interpõem entre ambos, e que a subsistência não depende mais de maneira exclusiva do meio circundante. O meio artificial, elaborado pela cultura, cumulativo por excelência, destrói as afinidades entre homem e animal, entre homem e vegetal. Em compensação, dá lugar à iniciativa criadora e a formas associativas mais ricas, abrindo caminho à civilização, que é humanização” (Candido, 1979: 176).

No processo vivido pelos agricultores em foco, é perfeitamente possível notar, entretanto, que a volta para a terra tem sido vivida e dita por eles não apenas como uma recomposição econômica, mas também subjetiva da vida. Em seu estudo junto aos assentados de Sumaré em São Paulo, Eliane Rapchan percebeu-o bem, introduzindo, inclusive, na sua constatação dessa subjetividade, a idéia de "desejo". Diz Rapchan:

“O assentamento significa, sim, a esperança de alguma estabilidade econômica, mas também é a possibilidade subjetiva da vida...Mais do que a satisfação das necessidades, foi, sem dúvida, o desejo de viver na terra que sustentou as esperanças e manteve as forças na medida suficiente para que diante de tantas dificuldades, os grupos não abandonassem tudo e retornassem à periferia de onde haviam saído” (Rapchan, 1993: 114).

Pelo menos a primeira parte do mito da terra mãe/amante apontado por Lagrave, aparece clara nos depoimentos desta pesquisa. A afirmação de que a terra é mãe é uma recorrência nas entrevistas formais e em outras conversas. Isso apareceu de forma muito expressiva, e com toda a sua docência, na entrevista feita com a Professora Maria José, do Assentamento Retiro e Velha, município de Itapirapuã, quando perguntei a ela sobre como é que ela fala da terra para as crianças. E ela disse:

"A gente sempre fala que a terra é como se fosse uma mãe. A mãe nunca quer mal pra ninguém. Pra filho nenhum. A terra só quer o bem pra gente. E é essa terra que vai criar a gente, vai acompanhar a gente a vida inteira. Tudo que a gente tem, quase tudo vem da terra. E a gente tem que zelar dessa terra, como se gosta de uma mãe. Pra todo mundo mãe é a pessoa mais importante. A mãe é tudo. Então pra gente a terra é tudo"²¹⁶.

²¹⁶Maria José Ferreira de Brito Costa, entrevista em sua casa no dia 23/04/94.

Toda a força (originária, geradora) do mito aparece aí. A terra é quem cria a gente. A terra é também quem nos nutre e nos dá tudo. A segunda parte da relação amorosa do mito, mesmo se não com os mesmos termos eróticos dos romances estudados por Mme. Lagrave, está também subsumida na fala da informante, quando diz que a terra nos cria e vai acompanhar-nos a vida inteira. É a fidelidade da relação amorosa. Precisamos atentar também para o seguinte: ela diz que essa é a forma de falar para as crianças. Se essa relação amorosa vai nos acompanhar a vida inteira, aquelas crianças vão crescer e passar a uma outra forma de contato com a terra, fecundando-a, por exemplo. Um sinal dessa passagem, sobretudo nos assentamentos já numerosos da região do município de Goiás, é que muitos parceiros dos assentamentos mais antigos têm liberado seus filhos, ainda jovens, do trabalho no lote, para participarem de outros acampamentos e ocupações. Assim aconteceu com Zé Tiago do Assentamento Retiro e Velha, com Pedro Minas e Milton Duarte, do Mosquito, Onaldo e Geraldo, do São João da Lavrinha, com Margarida e João Marques (ex-parceleiro), do Rancho Grande, com Antonio Baiano, da Estiva e muitos outros. É uma forma de namoro e noivado para depois, na desapropriação e imissão na posse, tomarem a terra "em legítimo casamento", como dizia ainda Mme. Lagrave. Evidentemente, com a vantagem de não ser um casamento nem pela sucessão do pai nem pela fragmentação do seu lote. É sim, ao contrário, uma expansão do estoque de terras da família.

Um outro informante, quando perguntado sobre a diferença entre a passagem pela cidade e a volta para a terra, refere-se claramente à perspectiva mítica da terra como a origem - o lugar sagrado de onde ele veio. Na cidade ele estava perdido e agora se reencontrou. É Jorge Carlos, do Assentamento São João da Lavrinha, dizendo:

"A cidade pra nós, é barriga vazia. O campo pra nós é mesa farta...Aqui é o lugar onde a gente se encontrou a si mesmo. A experiência que nós tivemos na cidade não foi boa não. Nós retornamos pra o lugar sagrado da onde a gente veio. É um filho que tava perdido e achou a estrada de casa, assim foi nós. Nós estávamos perdidos na cidade. Aqui nós realizamos o sonho que a gente sonhava. A experiência de lá a gente não quer passar mais não"¹²¹⁷

Como ele, hoje já são algumas centenas de agricultores que em Goiás estão realizando essa volta para a terra, para produzirem alimento, para fugirem do desemprego e da miserabilidade nas cidades. Mas, a volta para a terra não se define, para eles, somente pelos aspectos negativos, que eliminam de suas histórias de vida. O reatamento com a terra é

povoado de momentos de profundo prazer, de convivialidade plena com as energias vitais da natureza. Estando de novo na terra - o lugar de onde muitos saíram um dia - podem gozar da prodigalidade dos campos, rios e matas; podem usufruir copiosamente do canto dos pássaros a cada manhã e a cada entardecer²¹⁸; podem tornar a acompanhar cotidianamente a dinâmica vital das plantas e dos animais. E, estar "estritamente ligado ao crescimento, ao desenvolvimento e à morte das coisas" é ser plenamente "camponês" (Maffesoli, 1984: 89).

8.2 Saudade da lona preta

Para quem rompe as barreiras políticas, jurídicas e burocráticas e chega à condição de assentado rural, esse processo de luta pela terra, mais que a retomada de um posto de trabalho que se foi obrigado a abandonar, significa a reconstituição de uma identidade. O parceleiro pode de novo se considerar um trabalhador rural. Mas, há nessa idéia de identidade, inacabamentos e nuances.

Primeiro, como pretendo deixar claro ao final do presente trabalho, essa reconstituição não significa um retorno exato a um determinado ponto interrompido num desvio de rota. O assentamento, enquanto emergência histórico-social, deve muito às sucessivas fases do processo de exclusão por que passou o trabalhador rural goiano. Mas, o seu parceleiro não é mais o agregado, meeiro, posseiro e assalariado rural de algumas décadas atrás. Ele passou por um processo de organização coletiva de agricultores despossuídos e hoje funde a atividade agropastoril com a posse da terra.

Segundo, ao percorrer esse trajeto que o levou à terra, o agricultor vivenciou etapas, como o período de acampamento, de emulação intensa, em que ele pôde vivenciar concretamente experiências de divisão igualitária de tarefas, algumas até então muito pouco costumeiras, como homens cozinhando. Sob a extrema precariedade e transitoriedade de uma barraca de plástico preto, integrou um grupo com alto poder de organização, mas também com

²¹⁷Jorge Carlos, o "Barba", em depoimento no dia 12/04/94.

²¹⁸Que é dado também aos visitantes, como me aconteceu em um momento de puro impressionismo, em um final de tarde de novembro de 1995, estando de pouso na casa de Da. Altaíra, no Assentamento Rancho Grande. Dois papagaios faziam, por dez, uma algazarra nas grimpas de uma mangueira, com os últimos frutos ainda por caírem. Eles voaram e, perplexo, fiquei rememorando o momento fugidio.

um rígido controle moral. Quem resistiu e chegou à terra recorda-se de como foi um tempo difícil (5.3), mas que também deixou saudades. Isso é expresso sobretudo quando os embates do dia-a-dia fazem os parceiros buscarem na memória um tempo em que tais dificuldades eram muito mais facilmente conduzidas e, freqüentemente, resolvidas. Há uma reclamação quase unânime quanto ao espírito de "união", uma realidade muito mais do tempo do acampamento do que de agora, no tempo do assentamento. Damázio Rodrigues, do Assentamento Mosquito, caracteriza o tempo do acampamento com uma metáfora muito real, referindo-se a um objeto muito útil no cotidiano da barraca. Diz Damázio:

"Nós, toda vida acreditava na união. E ainda acredita, mudando um pouco, mais ainda acredita. Quando nós era acampado, comia numa panela só, que nem nós sempre fala ainda, então nós não sabia bem quem era quem. Era fácil d'a gente dizer: 'ora, nós tem condição de fazer um trabalho junto'...Depois que nós descobrimos, que na teoria era mais fácil do que na prática"²¹⁰.

É bom que se diga que um certo refúgio no passado, supostamente menos conflitivo que o presente, não é uma especificidade dos assentados rurais aqui estudados. Em estudos de trabalhadores rurais de uma realidade e de uma época bem diferentes do que o que aqui se busca compreender, esse mesmo recuo pode ser percebido. É o caso da referência de Antonio Candido a agricultores paulistas.

"Esta valorização do passado é constante. A cada conversa sobre as dificuldades presentes surge uma referência a ele, ora discreta e fugidia, ora tornando-se tema de exposição" (Candido, 1979: 195).

Mas, entre os agricultores em situação de assentamento e outros agricultores, há uma importante diferença valorativa em relação ao passado. Os agricultores dos quais fala Antonio Candido falam do passado, reportando-se ao tempo de fartura, de relações pouco contratuais e mercantilistas do campo. Já para o assentado, o passado é justamente o tempo em que se perde a terra de trabalho e de moradia, tornando-se, portanto, alvo de uma visão negativa por parte dos agricultores (Lechat, 1993: 137).

O terceiro aspecto importante desse percurso é que esse tempo quase mítico, vitorioso, dos acampamentos e ocupações não é só uma etapa difícil de ser ultrapassada e que,

²¹⁰Damázio Rodrigues da Silva, depoimento em sua casa no dia 11/03/94. Eu sublinhei. A panela do tempo da barraca à qual ele se refere foi guardada pelo Sr. Milton Duarte. Ela só é utilizada em ocasiões de festejos

mesmo assim, torna-se um período recorrente nas narrativas e reminiscências do grupo. Alguns sujeitos desse processo o continuam vivenciando, mesmo após acessar a terra e a condição de pequeno proprietário e produtor. Seja por uma certa mística organizativo/ideológica do MST, seja por um sentimento de que essa experiência tem que ser estendida a muito mais agricultores, alguns militantes do movimento - chamados de "lideranças", estaduais e nacionais - continuam sendo-o, mesmo depois de passarem a pertencer a um assentamento. Dentre vários casos, pode-se citar os de Aurélio Araújo da Silva, do Assentamento Rancho Grande e de Altair Tobias Fidélis, do Mosquito²²⁰. Altair não esconde, com o tom de militante, até um certo *savoir faire* em termos de ocupações.

"Eu acho que é esse o grande orgulho nosso. E posso dizer isso assim de cabeça erguida. Áreas de latifúndio hoje, no Brasil, organizado pelo Movimento Sem Terra é canja pra nós ocupar"²²¹.

Em questionário próprio desta pesquisa, já citado, tentei abordar também essa questão. Dentre os 30 parceiros ouvidos, perguntei aos que estavam no grupo desde a ocupação se, em seis quesitos propostos, eles preferiam o "tempo do acampamento" ou o "tempo do assentamento". Em quatro dos quesitos, a resposta "Eu prefiro o tempo do acampamento" obteve a maioria das repostas. "Eu prefiro o tempo do assentamento" foi majoritária em apenas dois quesitos. Vejamos o quadro sintético das respostas.

	"Tempo do acampamento"	"Tempo do assentamento"	"Não faz diferença"
"Organização do grupo e capacidade de resolver problemas"	61,11%	38,88%	0%
"União do grupo"	72,22%	11,11%	16,66%
"Sobrevivência da família"	27,77%	44,44%	27,77%
"Espírito de solidariedade, de colaboração"	55,55%	33,33%	11,11%
"Clareza política do grupo"	16,66%	66,66%	11,11%
"Apoio das organizações profissionais, sindicais e religiosas"	66,66%	22,22%	11,11%

comunitários, como ocorreu no almoço do dia 10 de agosto de 1996, na comemoração dos dez anos do assentamento. Segundo contam, nessa panela, chegaram a cozinhar 15 kg de arroz.

²²⁰Altair Fidélis, por exemplo, liderou, pelo MST, a ocupação da Fazenda Indio, município de Goiás, em 25/08/95, com 250 famílias (CPT, Conflitos no Campo, 1995, p. 30). Depois do despejo, ficaram acampados em uma fazenda confrontante, ainda com a liderança de Altair. O mesmo se repetiu na ocupação da Fazenda Santa Rosa em Itaberai, em março de 1996, com mobilização do Altair e acompanhamento de negociações do Aurélio.

²²¹Altair Tobias Fidélis, em entrevista no dia 12/03/94.

Nos dois quesitos em que os informantes disseram preferir o tempo do assentamento, há uma explicação bastante clara. O primeiro, "sobrevivência da família", é que o tempo da barraca é de uma indescritível precariedade. Além disso, a família, freqüentemente, tem que ficar dividida entre garantir a permanência no acampamento, condição para a inclusão do nome no esperado sorteio do lote posteriormente, e os cuidados da casa e de outros afazeres na cidade onde permanece com o domicílio. É que nem todas as famílias têm condições de se mudar completa para o acampamento. Ele é uma situação transitória, de pressão e de negociação. Mas não é o espaço de moradia da família. No segundo, "clareza política do grupo", já era até esperada uma resposta indicando a preferência pelo "tempo do assentamento", pois o mais certo seria mesmo que um grupo que já estava na casa de uma década de conquista da terra se afirmasse mais esclarecido hoje do que nos tempos da "lona preta".

Nos demais itens, fica claro que o grupo sente o peso do dia-a-dia de organização da sua produção e reprodução social. Ao falarem de um tempo de "mais união", de maior capacidade de resolver problemas, os assentados estão reconhecendo uma certa fragilidade na sua organização interna, afinal "nenhum grupo social consegue viver constantemente em estado de mobilização" (Paulilo, 1994: 196). E aí, a tolerância e a provisoriedade da etapa anterior não mais existem para atenuar os conflitos da sua organização comunitária. Isso foi muito bem percebido na história dos dois grupos de Sumaré, por Eliane Rapchan.

“O acampamento é o momento do embate, do risco, do perigo. Mas também é o momento da redenção, da união, da solidariedade, da superação dos interesses individuais em nome dos interesses coletivos. É o momento da “quase” realização de uma utopia” (Rapchan, 1993: 151).

É preciso que seja feita uma pequena diferenciação entre os assentamentos em que o questionário foi aplicado. A resposta "eu prefiro o tempo do acampamento" não foi majoritária em nenhum quesito no Assentamento Rio Paraíso, de Jataí. Todo o peso dos índices que ela obteve vem dos questionários do Rancho Grande e Mosquito, no município de Goiás. No quesito "união do grupo", por exemplo, ela obteve 100% e 75% nos questionários do Rancho Grande e Mosquito, pela ordem. Obteve ainda 100% das respostas em dois outros quesitos nos questionários do Mosquito ("espírito de solidariedade, de colaboração" e "apoio das organizações profissionais, sindicais e religiosas"). Penso que a explicação para isso já ficou clara em capítulos anteriores. Os assentamentos Rancho Grande e Mosquito tiveram

expressivos conflitos internos, no tocante à organização da produção, à organização política interna em torno da associação, e em torno de projetos de desenvolvimento do assentamento (6.5). O Assentamento Rio Paraíso sempre teve uma liderança forte; um espírito de obtenção de resultados, independentemente da questão ideológico-partidária; e sempre teve uma única associação, apesar de enormemente maior que os dois outros. Uma equação parece ser mesmo inevitável: quanto mais conflitos no presente, maior é o apego ao passado. Ricardo Abramovay o explica bem, numa perspectiva weberiana.

A passagem do acampamento para o assentamento produz um “desencantamento do mundo”. Ultrapassa-se o mundo da comunidade, da utopia, da busca da terra prometida e chega-se ao “mundo da produção”. Tem-se que estabelecer uma luta corporal com o mercado. Tem-se que falar de reforma agrária com quem não está socializado nessa linguagem. E os movimentos sociais (talvez esteja dizendo das entidades de apoio, dos mediadores - 5.4) não realizam essa passagem - permanecem no mundo encantado da luta por uma utopia, da igualdade. Daí a insistência no trabalho coletivo nos assentamentos (6.6) (Abramovay, 1994b)²²².

No dia 09 de dezembro de 1995, presenciei no Assentamento Rio Paraíso um exemplo expressivo dessa crueza do "mundo da produção". Eu acompanhava o parceiro Albano Desanguska à cidade de Jataí, pois ele me prometera apresentar-me, lá, alguns integrantes do grupo. Ele tinha alguns afazeres na cidade, sobretudo no Banco do Brasil. Recebera o recado de que já estava liberado o dinheiro do PRONAF (chamado entre eles, na época, de “Procerinha”, por ser um crédito de custeio de apenas R\$ 1.000,00) e precisava, como presidente da associação, fazer algum termo na instituição repassadora. Saiu do banco com uma tarefa espinhosa: avisar a todos os requerentes que, se estivessem com algum débito de prestações de outros créditos anteriores, não receberiam o dinheiro. O impedimento era extensivo também aos avalistas dos inadimplentes. A solução seria quitar a parcela em atraso, para depois receber o dinheiro, que já estava atrasado. O próprio Albano foi imediatamente, com todo o dinheiro do crédito, à loja de insumos, para pagar o adubo, já com cerca de quatro dias de atraso na duplicata, recebendo, por isso, delicada repreensão do comerciante. Aquele já era o tempo dos negócios, do planejamento econômico, da contabilidade cuidadosa, e não mais da vida comunitária, de cozinhar em uma única panela, como no tempo do acampamento.

²²²Ver também: Ricardo Abramovay, "Agricultura sustentável e profissionalismo", in: "Boletim Universidade Aberta, Nº 9, Curso: Reforma Agrária e Desenvolvimento, Governo do Ceará/INCRA, p. 4-5 (s/d).

É oportuna, por fim, uma diferenciação que Martins faz entre "movimento social" e "organização social". O movimento é de durabilidade muito menor, surge mais ou menos espontaneamente, em vista da solução conjunta de algum problema imediato. Por isso, é mais aberto e mais participativo. Já a organização, muito mais estruturada, tem uma durabilidade maior e tem que obedecer a uma certa legalidade. Neste último caso, Martins inclui, por exemplo, os partidos políticos e os sindicatos e diz que é impróprio dizer "movimento sindical". Trata-se, sim, de "organização sindical" (Martins, 1993: 104-105). Nessa diferenciação de categorias, vejo claramente o momento do acampamento, mais flexível e aberto à participação, na perspectiva de um "movimento". Já o assentamento, sobretudo a partir do momento em que se organiza em associação, vejo-o na perspectiva de uma "organização". E aí, a participação não é uma espécie de "dado natural" do processo, mas, um jogo político, quase que, irremediavelmente, uma disputa por posições.

8.3 Os assentados e os outros

"A vida vale tão pouco do lado de fora da cerca".

(Pedro Tierra, "O Plantador", No 186, CPT-GO, maio de 1996)

Os contos de Hugo de Carvalho Ramos fornecem preciosas informações sobre o mundo rural goiano do começo do século XX, especialmente sobre os sertões do município de Goiás e entornos. É o caso, por exemplo, de "Gente da Gleba", retratando a tradicional vida de peões e vaqueiros em torno da família do coronel, a quem devotavam dedicação e obediência absolutas. Fora desse pequeno mundo de trabalho, existiam algumas notícias da capital, mas apenas para a família do coronel. Para o grande contingente de agregados com suas famílias, que trabalhavam na fazenda sob um quadro de relações nada contratuais, o máximo que existia fora dali era o povoado. O povoado se definia ou ao povoado se ia, pelo que não existia ou não se fazia na fazenda do coronel. O povoado era o lugar de missas, de cateretês e sapateios, de fazer as compras com a lista das encomendas e de rodas de truque (Ramos, 1964: 86-96).

Na mesma região, várias décadas depois, estaria acontecendo, desde o início da década de 80, a maioria das ocupações e assentamentos do Estado de Goiás. Na segunda semana de agosto de 1996, em que se comemoravam os dez anos de instalação de um deles (o Assentamento Mosquito), numa fazenda limítrofe, houve outra ocupação por um grupo de sem-terra, que tomou o nome de "Fazenda Monjolinho"²²³. E uma década já era tempo o bastante para que o Monjolinho não fosse apenas mais um dos mais de vinte grupos da região. É que, dentre as inúmeras diferenças de encaminhamento entre uma e outra ocupações, há uma que é definidora das mudanças ocorridas. Na primeira ocupação (Fazenda Mosquito), houve dois despejos judiciais, com forte repressão policial, a mando do requerente da fazenda, que, na época, era pai do presidente da seccional da OAB. Já a segunda ocupação (Fazenda Monjolinho) ocorreu a pedido de um dos donos do imóvel.

Penso que estas duas referências sejam uma ótima ponta de conversa para se falar da imagem que os assentados, enquanto trabalhadores e moradores do mundo rural, têm de si mesmos e também da imagem que deles têm os outros sujeitos sociais ao seu redor. Ou seja, é hora de uma pequena reflexão sobre a identidade dos assentados rurais: auto-diferenciadora, especialmente em relação ao urbano, e cambiante.

Roberto Cardoso de Oliveira já o sintetizou bem. A identidade precisa ser tomada como um fenômeno bidimensional. Ela contém a dimensão pessoal e a dimensão social. A primeira é importante, sobretudo, por incorporar as contribuições de ordem individual e psicológica, necessárias para uma compreensão da identidade como processo de identificação. E a segunda, numa perspectiva durkheimiana, necessária para que se tome identidade como algo inerente ao social, portanto, "em processo". Uma não pode descartar a outra. A pergunta pela identidade é, pois, a pergunta pelo como ela "é assumida por indivíduos e grupos em diferentes situações concretas". É nessa perspectiva bidimensional que Cardoso propõe a noção de "identidade contrastiva", ou "a afirmação do nós diante dos outros". Diz Cardoso:

"Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição" (Cardoso de Oliveira, 1976: 4-5).

²²³Ocupação inviabilizada pelas fracas condições produtivas da fazenda. O grupo se juntou a outros sem-terra numa ocupação em Itapuranga.

Não podemos falar de ocupantes e assentados propriamente como etnia, grupo homogêneo, como é a aplicação mais adequada, pensada pelo próprio Cardoso, para a sua noção de identidade. Mas, é possível tomar-lhe pelo menos o sentido, que, penso, aplica-se muito bem aos grupos aqui estudados. Especialmente os assentamentos que já oferecem uma pequena diacronia, como é o Mosquito, por exemplo, já com uma década festejada, possibilitam a percepção de uma certa transformação da auto-imagem, em relação ao que os circunda. Essa transformação percorre três fases bastante distintas, iniciando por uma espécie de sentimento de eliminação por desqualificação²²⁴, passando pela superação da marginalidade e atingindo, se não uma condição de superioridade, pelo menos uma condição de referência em relação aos outros camponeses da região. Exponho-as a seguir.

Em fevereiro de 1995, indo para o Assentamento Rancho Grande, parei em uma loja de auto-peças na cidade de Goiás, para resolver um pequeno problema na condução. Quando o comerciante ficou sabendo do meu destino, disse que eu estava "louco" em procurar aquele povo. "Lá só tem malandro, pistoleiro". Somou isso a mais alguns impropérios, como: "trabalhar no duro eles não querem"; "a maioria só pega lote e depois vende", etc. Sobre essa última pecha, disse conhecer dezenas de casos, de pessoas que só vivem disso. Na mesma direção, um parceleiro do Assentamento Conquista da Fronteira, em Santa Catarina, disse à reportagem da revista Veja:

"Quando chegamos, dizer que éramos do grupo dos sem-terra era marcar encontro com a perseguição - do comércio à polícia. Hoje o tabu foi quebrado e somos vistos como cidadãos"²²⁵.

Realizar essa passagem exigiu muita paciência. No começo, as imagens construídas do exterior (Soares, 1981: 145) e impostas aos assentados eram todas na direção de uma absoluta desqualificação e desmoralização. Era preciso socializar internamente uma outra imagem.

²²⁴Pode-se perceber no regionalismo goiano que, para além do colorido das festas religiosas e das músicas e danças do sertão, o homem do campo já era desqualificado, animalizado, muito antes de aparecerem os ocupantes de terra em foco. Isidoro é levado em carro de boi pelas ruas da cidade, na procura de um abrigo para morrer em paz. Ninguém o conhece, ninguém o acolhe. E Supriano também está só, explorado até à última gota de suor e sangue, procurando desesperadamente uma enxada para fazer a plantação de arroz do seu patrão. Ninguém o ajuda, ninguém o reconhece. Depois de sua morte, a mulher parálitica e o filho bobo, feitos pedintes na cidade, continuam a saga da indiferença. O camponês é um estranho, no campo e na cidade (Élis, 1987).

²²⁵Veja, 21 de setembro de 1994: 76.

O primeiro ponto atacado por esse exercício de desconstrução/reconstrução de imagem, foi a explicação, a partir da realidade (pessoal, familiar, social), do próprio significado da ação da qual participaram. Pesava muito sobre eles a acusação de invasão ou de roubo de terras. Na fala de um assentado de Itapirapuã aparece essa explicação e o contraponto da acusação.

"Absolutamente que eu não sinto que eu sou invasor de terra. Eu ocupei essa terra, porque eu sou pai de nove filhos, trabalhando de bóia-fria, eu não dava conta de tratar deles. Então, pra não ver um filho meu crescer morando na cidade, passando farta das coisas, se tornando um bandido, assartando banco, fumando maconha, sequestrando filhos dos outros, eu achei melhor ocupar uma área de terra pra manter a vida dos meus filhos, pra livrar eles dessas coisas do mundo. Então foi por isso. Não me considero como um invasor de terra. Nem acho feio me chamarem de invasor de terra, de ladrão de terra. Quer falar, fala. Mas eu não me considero"²²⁶.

Os demais pontos da desqualificação externa, Jorge Carlos do Assentamento São João da Lavrinha diz que tinham que ser enfrentados com o testemunho de trabalho, com muita produção.

"No início a gente se sentiu um pouco constrangido, mesmo com vergonha. A gente era discriminado, era visto com maus olhos, como badermeiros, a escória da humanidade. Mas a gente não era isso que eles colocavam. E aí, o ideal nosso era mostrar pra esse povo, esse pessoal da burguesia, que a gente era trabalhador rural e a gente ia mostrar isso pra eles. Fizemos no ano de 92 a maior colheita de todo o município, mesmo trabalhando sem a ajuda de máquina, nós fizemos dos nossos braços"²²⁷.

A partir daí, os sem-terra foram gradativamente concretizando a passagem para a condição de com-terra, que significava, concretamente, deixar de estar à margem da sociedade para estar integrados nela, com a mediação da terra e do trabalho (Gehlen, 1991: 499-500). Estava, portanto materializada a saída da situação de marginalidade, em direção a uma situação de reconhecimento, como podemos ver na seqüência do mesmo depoimento de Jorge Carlos.

"Logo em seguida o pessoal já tava mudando de idéia. Tinha gente de armazém, gente de posse lá de Goiás que franqueou, abriu as portas dos seus armazéns vendendo fiado pra nós. Coisa que já era um passo muito grande, devido à situação que o ponto de vista deles já tinha mudado.

²²⁶José Teodoro da Silva, "Zé Tiago", 22/04/94.

²²⁷Jorge Carlos, o "Barba", 12/04/94.

Hoje eles respeita a gente como produtor, como trabalhador, e mais do que isso, respeita a gente como ser humano²²⁸.

O mesmo se repetia em vários outros assentamentos brasileiros, como ocorreu em Promissão, no Estado de São Paulo. Segundo o prefeito daquela cidade, Marcos Simões, a criação do Assentamento Reunidas Santa Bárbara representou um crescimento de 40% do ICMS. E complementa, dando também o seu testemunho dessa transformação da imagem dos ocupantes de fazendas:

"Quem viu o que era a fazenda e vê agora o assentamento, vai defender a reforma agrária. Na cidade, quando os trabalhadores, em sua luta pela conquista da terra, faziam suas manifestações, todos fechavam as portas com medo de assalto. Agora, todos fecham a porta em solidariedade. O dinheiro despendido para ajudar os assentamentos não é um gasto mas um investimento" (CPT, 1995: 24).

Num terceiro momento dessa mudança de imagem, além de um reconhecimento geral dos benefícios sociais decorrentes da consolidação dos assentamentos, há um ponto interessante a se destacar. É o relacionamento dos assentados com os outros proprietários rurais, especialmente aqueles que lhes são vizinhos. É nesse segmento social que sempre foram identificados os maiores adversários desse processo de ocupação e assentamento.

A propósito, Ricardo Abramovay diz que a agricultura brasileira caracteriza-se por uma estrutura "bimodal" e assim entende que ela deve ser. Ou seja: há um setor patronal, com condições de grandes investimentos, que inclusive foi fortalecido pela política agrícola do governo militar, sobretudo na década de 70. O outro setor é o setor familiar, mas que não pode ser entendido como não-capitalista, porque tem amplas possibilidades de aplicação de desenvolvimento tecnológico e de maior integração a mercados²²⁹. Mesmo que não invalidem por completo o argumento "bimodal" de Abramovay, há dados disponíveis que pelo menos minimizam enormemente a importância do setor patronal na agricultura brasileira. Ele ocupa apenas 0,5 milhão dos cerca de 7 milhões de estabelecimentos rurais. Sua eficácia social também é bastante questionada. A agricultura familiar gera sete vezes mais postos de trabalho por unidade de área que a patronal: 9 contra 60 hectares é a área que os dois setores, pela ordem,

²²⁸Idem.

²²⁹Ricardo Abramovay, "Agricultura sustentável e profissionalismo", in: Boletim Universidade Aberta, Nº 9, Curso: Reforma Agrária e Desenvolvimento, Governo do Ceará/INCRA, p. 4-5; Guanziroli, 1994: 138.

necessitam para gerar um emprego²³⁰. José Eli da Veiga também diverge de Abramovay, nessa espécie de acomodação dos dois setores. Ele diz que

"Em nenhum dos países que conseguiram superar o subdesenvolvimento prevaleceu a agricultura patronal. E é este o nosso calcanhar-de-aquiles"²³¹.

Como esse ainda não é o caso do Brasil, os dois sistemas são forçados a algumas formas de convivência. Durante as fases de acampamento, ocupação e pré-assentamento, os trabalhadores nelas envolvidos sempre contribuem enormemente com o aumento do estoque de mão-de-obra disponível na região, fornecendo trabalho para os sitiantes e fazendeiros vizinhos da área. Os acampados da Fazenda Santa Rosa, município de Itaberaí, por exemplo, resolveram todo o problema de "limpa de pasto" e "ranca de feijão" dos fazendeiros vizinhos, no início de 1996. Mas, normalmente, isso acontece sobretudo antes da efetivação das roças. Depois da divisão dos lotes, isso praticamente desaparece. Apenas alguns seriços especializados costumam ser vendidos em fazendas vizinhas, como o de pedreiro e o de carpinteiro, na construção de casas e de currais.

No Rio Paraíso, em Jataí, era comum, num sentido inverso, o empréstimo de máquinas e caminhões dos arrendatários vizinhos. E mesmo hoje dizem haver um grande entrosamento com os trabalhadores da outra parte da fazenda que não entrou na desapropriação. Naquele assentamento, o parceleiro Wilson Gottens não faz muita questão de modéstia. Diz que considera seus colegas em melhores condições que os pequenos agricultores seus vizinhos, de fora do assentamento. Mesmo em relação aos grandes produtores, estão com os mesmos níveis técnicos²³².

Por fim, os assentados já passam a exercer uma certa influência organizativa e comercial em Goiás. O Estado já conta com perto de mil associações de pequenos produtores rurais, em grande parte, criadas nesses dez anos de existência dos assentamentos. É que o acesso dos assentados a créditos mais baratos e outros benefícios advindos da organização dos assentados têm motivado outros pequenos produtores "tradicionais" a se associarem. E têm também, esporadicamente, exercido certa pressão sobre o mercado bovino. Quando sai o PROCERA, os fazendeiros da região aumentam o preço das vacas (6.3) que estão dentro dos

²³⁰Henrique Labaig, citando pesquisa FAO/INCRA/1995 (O Popular, 06/12/96, 10).

²³¹Folha de São Paulo, 11/06/91.

padrões exigidos pela Comissão Estadual. Na terceira e quarta semanas de junho de 1996, um grupo de parceiros do São João da Lavrinha estava percorrendo municípios vizinhos (Mossâmedes, Fazenda Nova, São Luis dos Montes Belos, Israelândia, Iporá), num raio de mais de 200 km, tentando escapar da majoração dos preços. No entanto, disseram que não estavam conseguindo encontrar, pois a notícia da liberação do crédito havia percorrido todos esses municípios²³³.

8.4 Distintos iguais

Alguns aspectos do item anterior se completam aqui. Um deles é o que se dizia sobre identidade. Identidade não quer dizer homogeneidade. A diferença é antes de tudo um direito, propõe Henri Lefebvre, na sua releitura de Marx, contra a tendência da equivalência, da homogeneização do mundo moderno, configurada no Estado (Nasser e Fumagalli, 1996). Por isso, todo grupo contém fracionamentos internos, como é o caso dos negros de Bom Jesus. Há diferenças internas de duas ordens: em termos de projetos de organização ("individualistas e comunitaristas") e em termos econômicos (os que progridem e os que não). Nem por isso deixa de existir o grupo (Soares, 1981: 107-112), que é constituído fundamentalmente sobre a diferença (Maffesoli, 1984: 39) e até mesmo sobre o conflito (Simmel, 1983: 122-134).

Ocorre que, anacronicamente, o processo de constituição dos grupos para ocupação e, posteriormente, a própria constituição de um assentamento, passa por momentos de clara negação dessa perspectiva da diferença. Em vários documentos e falas dos próprios sujeitos ocupantes e também dos mediadores, há sempre uma estruturação unívoca de um "nós": "nós os acampados", "nós trabalhadores rurais sem terra", "os acampados", "os agricultores", "os parceiros" (4.3). Globalmente, o processo de luta pela terra e, posteriormente, de organização da produção e da reprodução, é um processo de homogeneização dos indivíduos ou a construção de um mundo de iguais.

²³²Wilson Gottems, Assentamento Rio Paraíso, dezembro de 1995.

²³³Os requisitos são: vaca parida ou mojando, cruzada com holandesa. A Emater já havia contratado um técnico para o escritório de Goiás para fazer as análises do rebanho, inclusive mediante coleta de sangue. Só depois do exame é que o crédito poderia ser liberado. O problema maior para os compradores é que os projetos aprovados estipulavam R\$ 350,00 por cabeça e eles não estavam achando nenhuma por menos de R\$ 400,00.

Para Luiz Inácio Gaiger, isso estaria na própria prática do MST, com sua defesa intransigente de uma participação coletiva dos acampados e assentados, que tenderia a uma homogeneização das representações dos sem-terra. Sua análise é centrada na categoria "ethos", que diz respeito

"ao domínio de um conjunto de informações, de códigos e de modalidades mentais operacionais, adquiridos ao longo das experiências de vida, as quais produzem e deixam aos indivíduos, num lento processo de sedimentação, um conjunto de saberes, um senso prático determinado" (Gaiger, 1994: 179-180).

Analisando os acampamentos e assentamentos do Rio Grande do Sul, ele diz existirem aí três tipos de ethos: "ethos parcelar", com resquícios dos colonos do passado, estruturando-se em torno das referências à terra, ao trabalho e à família; "ethos militante", já atingido pela práxis coletiva, no qual "o que importa é a solidariedade, a fidelidade e a firmeza na luta"; e o "ethos trabalhador rural", característico das lideranças do MST e dos militantes sindicais e partidários, para quem a luta política não se esgota na luta pela terra, mas se amplia num "grande movimento de transformação da sociedade" (Idem, 185-187). Portanto, essa condução do MST, apesar da "intensa emulação e ativismo", é um "consenso no dissenso", mas que "não reflete um processo uniforme e linear de produção de referências". A heterogeneidade cultural existe e se manifesta em diferenças de racionalidade (Idem, 191).

Na mesma perspectiva, entende Vera Ferrante que a identidade de acampados e assentados, muito difícil de ser encontrada, tem que ser pensada nas expressões de unidade e diversidade. No momento em que se é demandante da terra, estrutura-se um espaço de iguais. Aí as trajetórias distintas dos indivíduos não podem ser determinantes. Já quanto ao momento posterior à conquista da terra, ou ao assentamento, diz Ferrante:

"Entretanto, percebe-se claramente que as dissensões e divisões internas existentes nos assentamentos provam que o anseio pela terra, compartilhado pelos demandantes da terra, não sustenta, em si mesmo, um espaço de iguais" (Ferrante, 1994: 134-143).

E assim, de modo geral, em todas as etnografias sobre os assentamentos rurais, há essa constatação de que, no momento da constituição do grupo, as "tensões" têm menor intensidade mas se alteram depois no assentamento. Essas tensões são de várias ordens, como trajetórias de vida; alinhamentos político-partidários; capacidade de trabalho; diferentes necessidades de consumo; diferenças de idade, de composição da família, de conhecimentos

agrícolas²³⁴, de possibilidades de convivência com as regras do mercado e até de sonhos e de fantasias (Esterci et alli, 1992; D'Incao e Roy, 1995: 31). Não se quer dizer, entretanto, ao mostrar esse aspecto, plenamente perceptível nos assentamentos goianos, que um assentamento é uma somatória de posições irremediavelmente inegociáveis, como num romance de Émile Zola²³⁵. Não. Há sempre muitos casos de divergências internas, conflitos até, que são enfrentados com maturidade, empenho. Mas, também não se pode pretender contar esta história, deixando como única idéia a de que os assentados são um grupo de camponeses absolutamente harmônicos, apaziguados, refratário a qualquer tipo de desentendimento, como me pareceu a dissertação de Enyr Freitas sobre o Assentamento Mosquito (Freitas, 1994).

E assim, malgrado a condução homogeneizadora dos mediadores, o retorno à terra vai aos poucos recompondo uma característica fundamental do mundo rural, em que as pessoas, por mais que se pareçam iguais, são muito distintas. As relações de vida e de trabalho no campo em Goiás sempre foram assim, como testemunha Carmo Bernardes, em passagens da sua infância vivida na roça, nas décadas de 20 e 30. Na região onde moravam - Cachoeira dos Ivos - as famílias vizinhas eram: os Ivos, os Pintos, os Véios, os Cintra e os Crioulos. O Ivos gostavam de fazer engorda de porcos para venderem em Pires do Rio, na ponta da linha. Os Pintos "definiam-se por serem bons carreiros". Muitos carros de bois para pegarem fretes. Os Véios também eram bons carreiros e eram produtores de café. Abasteciam a redondeza de café. A marca registrada dos Cintra era a roupa azul. As próprias mulheres faziam as roupas tingindo o algodão com anil. Os crioulos faziam pra comer. Tocavam roças pequenas que, mesmo assim, morriam no mato. Os Bernardes - sua família - trabalhavam com madeira. Faziam de carro de boi e roda de fiar a caixão para os enterros da região. "Cada povo daquele cuidava de um meio de vida diferente", diz o regionalista (Bernardes, 1985: 13-15. Eu sublinhei). Mas isso não se passa só com o povo da roça, como acrescenta Bernardes:

"Assim como nas cidades, que em cada uma delas os habitantes seguem um sistema próprio, também sucedia com a vizinhança da roça.

²³⁴Jorge Carlos, o "Barba", do Assentamento São João da Lavrinha, falando da questão do coletivo e do individual (6.6), fala das diferenças no seu assentamento, de como trabalhar a terra: uns buscam informações técnicas em seminários e cursos e outros ainda observam a lua (12/04/94).

²³⁵Em "La Terre", contra a idéia de um campo harmônico, de pessoas que se amam indeterminadamente, Zola põe biografias de camponeses que "se comem toda a vida" e ainda gostariam de continuar distanciados debaixo da terra. Por ocasião do enterro de um velho patriarca, diz a narração do romance: "Et, dans ce cimetière ensoleillé, c'était, de cercueil à cercueil, sous la paix des herbes folles, une bataille farouche des vieux morts, sans trêve, la même bataille qui, parmi les tombes, heurtait ces vivants" (Zola, 1994: 504-505).

Guardávamos traços próprios de conduta, sistemas, sotaques, muita diferença uns dos outros” (Idem, 20).

8.5 O real e o imaginário

Ao lutar pela posse da terra, ao tentar resistir no seu lugar de vida e de trabalho, o trabalhador rural dificulta a monopolização da terra pelo capital. Mas, diz Ianni, o movimento camponês precisa ser entendido como algo muito além da luta pela defesa desesperada de um pedaço de chão, com um documento cartorial.

“Mesmo quando essa é a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes. A cultura, a religião, a língua ou o dialeto, a etnia ou a raça entram na formação e desenvolvimento das suas reivindicações e lutas. Mais que isso, pode-se dizer que a luta pela terra é sempre, ao mesmo tempo, uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de vida e trabalho...a relação do camponês com a terra põe em jogo, também, a sua vida espiritual” (Ianni, 1988: 110).

É nesta perspectiva que pretendo fazer o fechamento deste capítulo 8. Uma condução racionalista, anti-religiosa, ou, parafraseando Ianni, "anti-espiritual" da organização pela conquista da terra, já foi largamente praticada e, em boa medida, ainda o é (5.4). Mas, o que se pretende mostrar aqui é que, numa mínima aproximação semiológica ou numa primeira observação de suas festas e reuniões, percebe-se claramente que os assentados, além da construção material da vida²³⁶, valorizam enormemente uma certa construção imaginária ou representativa. Como diz Mme. Lagrave, a realidade de um grupo é composta de uma relação dialética entre os dois registros - o real e o imaginário (Lagrave, 1980: 180-181).

O mundo rural não teria porque fugir a esta regra. Entre os caipiras paulistas, Antonio Candido percebeu uma espécie de "totalidade mágico-religiosa", assim caracterizada:

“Basta focalizar, neste sentido, o mecanismo das promessas e dos encantamentos, através do qual veremos uma religião eminentemente propiciatória, ligada a práticas de magia simpática, para obter êxito na colheita e na caça, para afastar ou curar males - numa mistura estreita de

²³⁶Em sua pesquisa no Assentamento de Mirassolzinho, José Carlos Leite diz que um dos "pontos de estrangulamento" da intervenção externa (FAO/EMATER), com a criação da "Central de Abastecimento", foi o reducionismo ao aspecto econômico. Esse reducionismo foi agravado por um rigorismo, nada compatível aos hábitos do lugar, sobretudo em relação ao controle do tempo no processo de trabalho. Em fevereiro de 1992, a Central foi dissolvida (Leite, 1993: 166-172).

reza, mezinha, talismã, onde a erva do campo se associa ao pelo de bicho e à jaculatória, onde o bentinho se prende ao mesmo fio que o dente de quati ou a unha de gato" (Candido, 1979: 175).

Por isso mesmo, embora os assentamentos tenham sido fruto de um processo racional de explicação da prática política, sindical e religiosa, no cotidiano de seus membros, vários desses símbolos e significados podem ser percebidos. A cabeça de vaca na fachada do paiol do Zé Tiago no Retiro e Velha; a cruzinha enfeitada de flores em frente ao rancho do Sr. Anísio, também no Retiro e Velha; o pequizeiro "mal-assombrado" no lote do Pedro Minas, no Mosquito²³⁷; e os benzedores que há (pelo menos um) em cada assentamento. No Assentamento Mosquito, há ainda uma história interessante, que me foi narrada em outubro de 1995 por Da. Maria, esposa do Pedro Minas. A história se refere ao cruzeiro, herança de um cemitério onde eram enterrados os antigos moradores da fazenda, antes do assentamento, e que ficou na cabeceira do lote de Altair Tobias Fidélis (Introd. do cap. 7). Segundo Da. Maria, no começo do assentamento, houve no local um "trabalho de macumba" encomendado pelo fazendeiro requerente. Ele teria encomendado vários bonecos, cada um representando um dos parceiros e ali enterrado. Quando descobriram isso, alguns dos parceiros foram lá e desenterraram os bonecos. Da. Maria diz que aí a negociação da terra pôde andar, mas parece-lhe que esse "trabalho" ainda repercute negativamente até hoje. Segundo ela, nada do que começam dá resultado. E citou como exemplo: o grupo de mulheres (12 incluindo ela) começou um apiário, com verba da LBA, e não vingou; o Pedro do Mosteiro organizou um grupo de jovens com vistas a comprar um dos lotes à venda para uma lavoura dos jovens e "não foi em frente"; o grupo de mulheres tentou fazer um viveiro de mudas de uvas com a ajuda do Fernando do IBRACE e "não deu em nada"; a lavoura coletiva dos homens já faz 3 anos que está parada. E ela se referiu, por fim, à construção da fábrica de queijo, pelo grupo de mulheres, também com verba da LBA, com muita esperança de que esse novo empreendimento venha a dar certo. Mas, não escondia um receio de que os fracassos anteriores viessem a se repetir. É uma mistrua natural entre a racionalidade econômica e uma religiosidade mágica (Woortmann, 1990: 17-18).

²³⁷Segundo os antigos sertanejos que moravam na fazenda e que foram incorporados pelo assentamento (5.1), um caçador morreu fazendo espera naquele pequizeiro. Por isso ele ficou mal-assombrado. O Fábio, filho mais novo do Pedro Minas, até por volta dos 12 anos, só aceitava buscar pequi naquela árvore, na volta do dia. Nunca ao entardecer. O lote do Pedro Minas faz fundo no Rio Bugre. Segundo o conto "À beira do pouso", que Hugo de Carvalho Ramos escreveu no começo do século, "nas alturas do Bugre", era ver assombração na certa, principalmente se fosse em "vésperas da Paixão" (Ramos, 1964: 60-63).

Um outro exemplo dessa mistura, que para Antonio Candido se dá entre "fatores de permanência" e "fatores de transformação" (Candido, 1979: 200), é a forma como se combina a rotatividade nos mutirões de limpa de pasto do Mosquito, na entressafra agrícola (6.6). Na hora do almoço, não sem algumas articulações de bastidores, o dono do mutirão daquele dia coloca uma coroa na cabeça de um dos presentes, que fica, assim, nomeado o dono do mutirão do sábado seguinte. Esta forma de definição sucessória em rituais sertanejos é tradicional nas festas de reis, em que o festeiro coroa o festeiro do ano seguinte²³⁸. É, portanto, um caso perfeito de "reavaliação funcional", de que fala Sahlins (Sahlins, 1990: 10).

Penso ser oportuno um parêntese, reportando-me ainda ao mutirão do Assentamento Mosquito, já referido (6.6). Ele fazia parte de uma rotina dos moradores do Mosquito, "durante a seca", ou, durante o período que vai do final das colheitas até a preparação das terras para a nova safra. É nessa época que são feitas as limpas de pasto, e em rodízio - cada sábado no lote de um dos parceiros. Nem todos aderem ao sistema de trabalho em rodízio. Mas os que dele fazem parte dizem que é mais animado, rende mais e é também uma ocasião de convivialidade. Em algumas casas, o trabalho do dia é complementado por baile e jogo de truco à noite²³⁹. Isso não aconteceu naquele 12 de março de 1994, em que o mutirão era no lote do Sr. Francisco Alves Carneiro - o "Vô". Ele é pentecostal. Mas, mesmo entre famílias católicas sertanejas, designação que nem sempre indica uma freqüência a um sistema oficial ou popular de uma crença, o baile não entra em qualquer casa. Isso vale também para os dias de mutirão. É o que lembra muito bem o regionalista Carmo Bernardes. No sertão goiano da sua adolescência e juventude, pagode bom era nos Pinto. Já na sua família, os Bernardes, para seu pesar, dança de "homem garrar nas cadeiras de mulher", na sala de Seo-Clemente, jamais (Bernardes, 1985: 15). Para muitos trabalhadores rurais, entretanto, mutirão sem a parte da noite é incompleto. Não houve, no mutirão aqui relatado, o convite do dono para que os vizinhos voltassem à noite. Então, os moradores de uma das extremidades do assentamento se juntaram na casa do Sr. José Nunes e jogaram truco até bem de madrugada.

²³⁸O ritual do coroamento foi percebido por Enyr Freitas, na sua dissertação sobre o Mosquito, mas não estabelece esta relação com a folia de reis, nem deixa claro que isso é uma fórmula combinada de definição da sucessão dos donos de mutirão (Freitas, 1994: 167). E tudo indica que esse ritual foi introduzido na folia de reis, a partir da cerimônia da "galette des Rois", um bolo que ainda é largamente consumido na França, mas que é considerado a mais antiga tradição da confeitaria francesa, com registros desde o século IV, ainda no período do domínio romano naquela região da Europa. Come-se o bolo em uma festa de família ou de vizinhança, e a pessoa em cujo pedaço sair a "fève" (uma estatueta de um dos Reis) é coroada por uma criança e fica encarregada de dar a festa do ano seguinte (Pessoa, 1996a).

²³⁹"Viola, sanfona e baralho, nestas reuniões de roça, estão sempre no jeito", diz o conto "O Noivado do Coronel" de Bariani Ortêncio (Ortêncio, 1965: 104).

O mutirão não é apenas um expediente econômico ou de organização do trabalho, mas também uma expressão da reciprocidade camponesa - dom e contradom, mecanismo que tem para Maffesoli uma importância fundante. Ele mesmo diz:

"...o mecanismo do dom e do contradom é justamente o que cria a vida, o que chama para a vida. É necessário que se possa trocar para existir" (Maffesoli, 1984: 38).

Por isso, acrescento ainda nesse parêntese uma certa "gramática do mutirão". Ou seja, há requisitos e funções rituais que são imprescindíveis para o bom andamento da jornada de trabalho, bem como ao seu rendimento. É necessário dizer, por exemplo, que, para quem o recebe, o mutirão não se limita ao dia previamente estabelecido. Há um antes, um durante e um depois.

No "antes", estão principalmente o convite e os preparativos. O convite exige um certo tempo para se mandarem recados "certeiros", quando não é possível ir de casa em casa. Todos os vizinhos têm que ser convidados, "para não dar malquerença". Também os compadres e parentes mais distantes são convidados. Planejar um mutirão significa, na linguagem da região, plenamente adotada nos assentamentos, "fazer uma marca"²⁴⁰. Mas um agricultor só faz uma "marca" quando ele tem as condições, sobretudo em termos de alimentação. Nesse caso, o que é muito comum, como critério, é ter um capado gordo no jeito de ser abatido, ou muitos frangos no mesmo ponto.

No "durante", primeiro deve-se dizer da figura do "patrão" (Brandão, 1995: 105; 250). Ele recebe o mutirão e tem uma ampla tarefa a desempenhar. Ele deve estar no eito como todos os outros; ele deve acompanhar também o andamento da preparação da comida, como a confecção de fornalhas, resolver problemas emergenciais de lenha, de água, etc; ele determina as chamadas para as refeições e o horário do término do mutirão, caso não se faça todo o serviço; ele controla pessoalmente a distribuição de cachaça, que nunca pode faltar em um dia desses. Mas não pode haver exageiros, sob pena de haver brigas ou pequenos desentendimentos ou, no mínimo, o trabalho não lhe sair a contento. Mas, além dessa diversidade de responsabilidades, ele incorpora efetivamente um certo patronato. Os trabalhadores estão a seu serviço, e há um reconhecimento tácito de que suas "ordens" não

podem ser contrariadas. Mas, há nesse "contrato", entre servos e senhor, uma contrapartida. O "patrão" não pode demonstrar de maneira muito incisiva, autoritária, o seu poder de mando. Ele tem que ser razoavelmente dissimulado. Por isso, existem também os "beiradeiros". Cada turma - se há mais de uma - tem os dois "beiradeiros", que realizam efetivas manobras do grupo para que o eito seja bem conduzido. Em geral se requer um verdadeiro carisma no exercício dessa função. Eles têm que ter muito tato para interpretar as vontades do "patrão" e repassá-las, com perfeita aceitação, aos membros do grupo. Seus atributos são, principalmente, boa voz de comando, com gritos às vezes jocosos e não personalizados, para manter o ritmo do serviço (como, "vamos pagar o almoço do patrão, gente"); e habilidade para "empurrar" ou "puxar" o grupo para um lado ou para outro do eito. Isso evita, por exemplo, que alguns "peões" - como todos são chamados - desviem-se de áreas mais difíceis do eito. No caso de "limpa de pasto" ou "bateção de pasto", as áreas difíceis do eito são morrotes de pedra, pedaços de mato muito crescido já formando capoeira, presença de marimbondos, etc. O desvio desses trechos não é embromação. É matreirice mesmo. Afinal, no trabalho de mutirão, o que nunca pode faltar é a demonstração de virilidade, de bravura. Ir a um mutirão significa estar disposto a trabalhar até mais e em ritmo mais acelerado do que em dias comuns do próprio serviço, ou mesmo de uma "troca de dia". O problema é que há sempre pequenos grupos, às vezes até comandados pelo próprio "beiradeiro", que sempre espreitam a possibilidade de colocar alguém em apuros. Alguém ficando para trás no eito é sempre uma situação vergonhosa e indesejável. O seu ponto extremo é dois grupos se tocarem, ilhando um ou mais trabalhadores numa "barriga" - um trecho por fazer, no meio do serviço já feito. E esse é sempre um instrumento utilizado para se manter o ritmo acelerado do trabalho. É mais uma ameaça do que uma situação passível de ser efetivada, já que é muito vexatória.

Algumas funções supletivas podem facilitar a vida do "patrão" na condução do dia. Uma delas é a função de "bombeiro". É(são) a(s) pessoa(s) que se responsabiliza(m) pelas cabaças d'água, devendo buscá-las cheias (no córrego, na bica, na cisterna, ou na torneira) e percorrer o eito servindo aos "peões". Para pesquisadores do sexo masculino, estritamente "participantes", ou mesmo pouco ortodoxos, esta é uma tarefa bastante recomendável nos mutirões. Ela é menos arriscada do que tentar empunhar uma enxada ou uma foice, como fez Carlos Brandão em um mutirão de Catuçaba (Idem, 245-246). Num mutirão de "limpa de

²⁴⁰"Vou fazê uma marca pra limpar uma capoeira e quero que ôceis vai lá me ajudá", dizia João Boleiro a alguns dos seus vizinhos do Assentamento São João da Lavrinha, no dia 22 de junho de 1996, durante a Festa de São João, realizada na casa do Sr. Jorge.

pasto" não existe a função do "boieiro"- carregador da comida - já que o serviço se desenvolve no pasto, geralmente em volta da casa. As refeições são servidas em barracas de lona ou nas varandas da própria casa. A preparação das refeições é igualmente comunitária, tanto no trabalho como nos utensílios utilizados. Quando o mutirão é para socorrer alguém muito necessitado, ou em grave doença, pode acontecer que também os gêneros alimentícios empregados sejam oferecidos solidariamente pelos vizinhos.

Quem confecciona as "trempes" ou fornalhas de adobe e/ou pedra para os tachos do cozimento do arroz e do macarrão com frango são os homens, e quem as opera são as mulheres, ao longo de todo o dia (Idem, 249). O trabalho das mulheres na lida da cozinha reproduz em grande medida o trabalho dos homens no eito. Ou seja: a "patroa" tem a última palavra sobre tudo, faz um pouco de cada coisa, mas, quase sempre, reparte a maior parte do seu trabalho e poder com algumas comadres ou vizinhas mais expeditas. E, completando o caráter familiar do trabalho em mutirão, há muito trabalho a ser feito pelas crianças, de vários tamanhos. Se são pequenas podem cuidar dos que são ainda menores, se são maiorzinhas podem perfeitamente ser encarregadas de importantes serviços. A mesma divisão sexual do trabalho dos adultos pode ser notada entre os pequenos. É, por exemplo, muito mais comum o provimento de lenhas e gravetos para o fogo das fornalhas ser pedido a um menino do que a uma menina. Por outro lado, é muito mais comum a varrição de um terreiro ser entregue a uma menina do que a um menino. Nisso aparece o caráter marcadamente social, seja da pequena, seja da grande aglomeração que supõe um dia de mutirão. Em casas de famílias camponesas, quando não há crianças dos dois sexos, esses mesmos serviços podem ser indistintamente feitos por meninos e meninas.

Por fim, há também o depois, ou então alguns elementos que favoreçam a convivência entre os participantes. Mas, mesmo se depois do mutirão não acontece a noitada de dança e de truco, o mutirão, por si só, já é uma festa. É sempre um dia de muita conversa animada. Não é raro ver, por exemplo, os rapazes se enturmarem numa parte do eito, quando sempre repõem na fala as pequenas aventuras da iniciação amorosa, ou mesmo de uma última festa na cidade. Há também espaço garantido em suas conversas sobre vitórias no futebol ou sobre brigas com rapazes de outra comunidade rural ou da cidade, em que também, evidentemente, saíram vitoriosos. No trecho do eito em que ficam os "velhos", que são os casados na designação dos solteiros, a conversa trata em geral dos negócios, dos sucessos ou insucessos na plantação e outras generalidades. Num mutirão de assentados que foram

ocupantes, é claro que se fala muito também das histórias ligadas à luta pela terra. Há sempre alguém dando notícias da mais recente ocupação de fazenda ou das dificuldades por que passam "os companheiros" de um acampamento que demora muito a ter desfecho favorável. O caso mais comentado no mutirão do "Vô" foi o despejo dos ocupantes da Fazenda Córrego do Índio.

Pela dinâmica e ingredientes expostos, o mutirão, além de um fato social e até econômico, é também entendido como um "rito do trabalho" (Idem, 162). Por isso, pode ser lido também na perspectiva das representações sociais. Ou seja, tal como os camponeses de modo geral, os assentados também dizem muito de si em um dia de mutirão. Primeiro, em termos da organização do grupo - acrescentando alguns elementos ao que já foi dito no item anterior (6.5) - o mutirão mostra uma divisão básica do grupo. Como participar da rotatividade do mutirão não é uma regra obrigatória, é um convite com adesões espontâneas, isso é significativo. Perguntei sobre isso a algumas pessoas e me disseram unanemente que havia ali uma boa metade dos parceiros e/ou seus familiares. Havia também alguns que, mesmo aderentes a essa forma de trabalho nas pastagens, ocasionalmente, não estavam ali naquele dia. Sendo assim, a adesão real ao mutirão, como uma forma organizada, mas não impositiva, do trabalho coletivo camponês, chega, no máximo a duas terças partes dos 43 parceiros. Mesmo assim, segundo dados do questionário da presente pesquisa, 83,33% dos 30 chefes de unidades de produção ouvidos disseram ter o hábito de participar dos mutirões. Considerando-se os dados dos assentamentos da região de Goiás, esse percentual é bem maior. Ele é de 100% no Rancho Grande e de 90% no Mosquito. No Rio Paraíso, em Jataí, que tem uma realidade produtiva mais tecnicizada e comercial (6.3), apenas 60% dos parceiros ouvidos disseram aderir aos mutirões. Esta foi, porém, uma resposta um pouco duvidosa, pois os demais disseram que não se fazem mais mutirões no assentamento. Na diferença entre essas duas realidades de assentamentos goianos, parece acontecer exatamente a evolução preconizada por Alberto Passos Guimarães, na qual a relação comercial com as cooperativas e grandes cerealistas do sudoeste goiano já teria suplantado a prática do mutirão. Diz o autor:

"A unidade produtiva familiar, ao evoluir da agricultura de subsistência para a comercialização dos excedentes produtivos, tende a organizar-se de tal maneira que as formas simples de cooperação sejam gradativamente substituídas por formas cada vez mais complexas de cooperação" (Guimarães, 1979: 230).

O mutirão mostra ainda que os trabalhadores rurais fazem uso de uma relativa hierarquização do trabalho. Digo relativa porque, mesmo se ela é sentida e reconhecida como necessária, ela não pode ser acintosa. Ela expressa, na verdade, um tipo de poder, do qual, em diferentes modulações, todos devem fazer parte. O mutirão fala também da divisão sexual e etária do trabalho, tanto nos pastos e roçados, como na casa e arredores. Mas, sobretudo, por sua festividade e por sua recorrente procura, o mutirão fala da dureza do trabalho dos produtores diretos no campo. É preciso temperá-lo com a alegria da "companheirada", com a partilha das notícias e informações, com as histórias jocosas, com as trocas de idéias sobre um negócio ou mudança na plantação, com os gritos de emulação comunitária do trabalho.

Para muito além dessa representação de relações sociais locais, o mutirão deve ser visto também num quadro mais abrangente de relações. O simples fato de realizá-lo ou não já supõe uma postura dos agricultores frente a esse quadro. Essa postura pode ser, por exemplo, de resistência ou de capitulação ante as vagas individualistas da lógica urbano-capitalista. A partir dos rituais dos negros de Bom Jesus, Luis Eduardo Soares diz que uma festa comunitária - como entendo ser o caso goiano do mutirão - não é apenas um ritual no sentido estrito, mas

"uma manifestação social regular e altamente dramatizada que dialoga com outros domínios da vida social do grupo e com representações ideológicas exteriores" (Soares, 1981: 152).

Ocorre que, lembrando do que disse anteriormente Altair Fidélis (6.6), isso não pode ser a rotina: é alternância. Depois do mutirão, cada um espera voltar logo para a independência do seu espaço pessoal e familiar, que lhe dá segurança e afetividade, e sobre o qual se pode ter todo controle. Estou afirmando essa "necessidade", extraída desse diálogo com alguns informantes qualificados, pensando no que Roberto Da Matta diz sobre a casa (não em oposição), mas em conexão com a rua, ou seja, duas categorias sociológicas constitutivas do ser brasileiro. E penso não ser forçada a ilação, pois, o próprio Da Matta não fala de casa e rua pensando apenas em uma planta urbana. A casa define desde o espaço íntimo de um quarto de dormir até o Brasil todo como "nossa casa" (Da Matta, 1985: 12-13). Como aqui se fala de mundo rural, a oposição social da casa e da rua passa a ser a oposição entre "meu lote" e os lotes confrontantes que formam o todo do assentamento e, mais extensamente, as fazendas vizinhas. Na fala de Damázio Rodrigues, algumas páginas atrás (6.6), ela pode definir o que está dentro da "minha cerca" e o que está fora dela. Assim, tal

como a casa para Roberto Da Matta, passar a ser dono do lote para os assentados, o que inclui também a casa, é resgatar

"...esse espaço de calma, repouso, recuperação e hospitalidade, enfim, de tudo aquilo que se soma e define a nossa idéia de "amor", "carinho" e "calor humano"(Idem, 48).

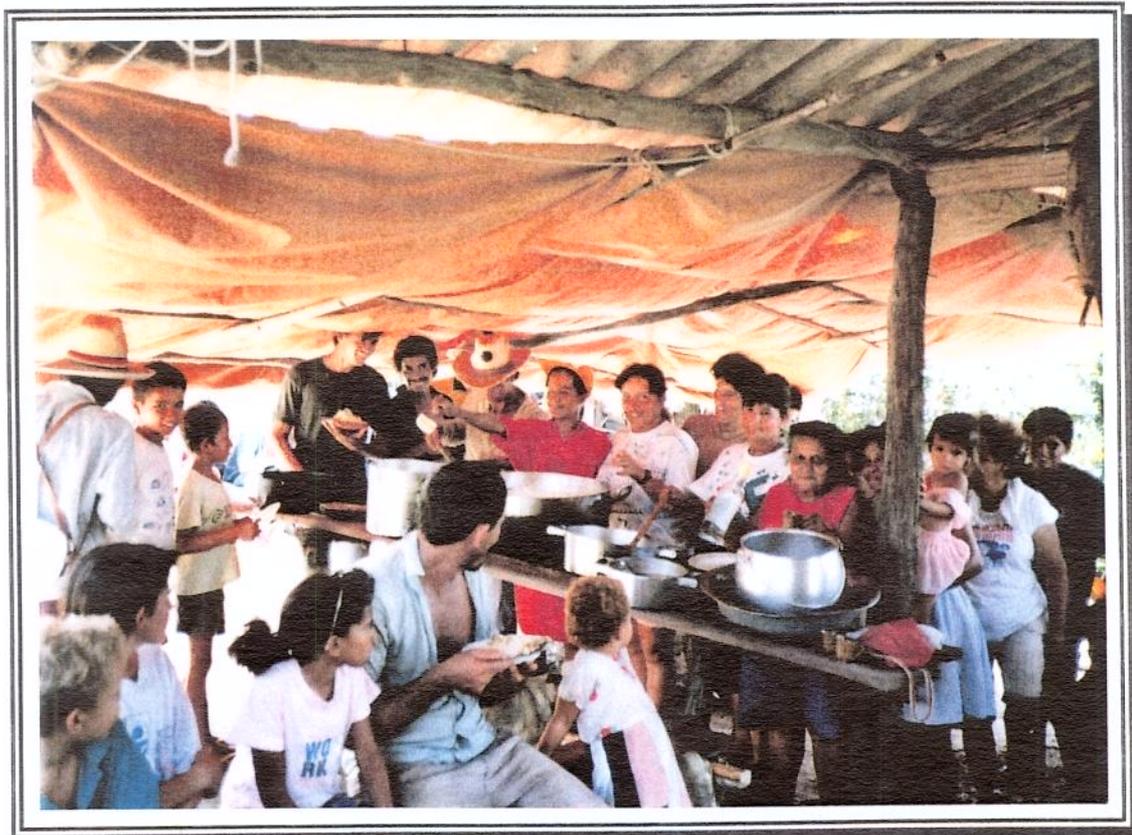
Um outro aspecto muito importante da oposição interior/exterior no mundo camponês é a sensação segurança/insegurança, dela decorrente. Tudo o que é interior, por exemplo a casa, é pleno, íntimo e seguro. E tudo o que é exterior, por exemplo, a floresta, é imenso, vazio e angustiante (Lagrange, 1980: 39).

Um último fato para encerrar o capítulo. Na festa de São João de 1994, no São João da Lavrinha, acabei protagonizando uma situação que parece deixar claro que, nesse processo de construção imaginária dos assentamentos, há, se não uma divisão, pelo menos uma reserva entre o encaminhamento dos assentados e o dos mediadores. No início da noite, três dos organizadores da festa vieram me pedir reservadamente que eu tomasse a iniciativa de rezar o terço, pois eles tinham a certeza de que eu o faria "melhor" do que os dois seminaristas do mosteiro, que também estavam na festa naquele dia. Na expressão dos solicitantes, os seminaristas certamente rezariam "o terço da diocese". E eles preferiam um terço "mais tradicional".

Em resumo, caminhando para a pergunta sobre o significado do processo de ocupação/assentamento para o campesinato goiano, no último capítulo, era necessário demonstrar antes uma realidade fundamental: o "novo camponês" em construção nesse processo é, antes de mais nada, o mesmo camponês de décadas a fio. É o mesmo trabalhador apegado à terra e aos seus mitos; que sente vontade de voltar a um passado recente de maior segurança, cada vez que os novos acontecimentos parecem ameaçadores, a si próprio e ao seu grupo; que muitas vezes se abala com a discriminação dos que estão à sua volta; e que é capaz de se agrupar a outros para as mais diversas ações e significações, mesmo que isso se dê em meio a diferenças e até a conflitos. Só é possível discutir as inovações desse processo, quando se reconhece que ele mesmo reforça todos esses aspectos tipicamente camponeses. Foi por isso que estendi um pouco mais a análise do mutirão, para utilizar de forma exemplar um dos traços importantes do campesinato tradicional goiano. Agora sim, podemos enfrentar a pergunta final.



Mosquito, março de 1994. Mutirão do Sr. Francisco Carneiro ("Vô").



É sempre dia de muita comeria.

9. UM NOVO CAMPONÊS EM GOIÁS ?

*"O senhor vá ver, em Goiás, como no mundo cabe mundo".
(Riobaldo, no Grande Sertão).*

Analisando as aquisições já havidas no âmbito da História, da Sociologia e da Antropologia, especialmente a partir das obras de Marc Bloc, de Henri Mendras e de Robert Redfield, Maria Isaura de Queiroz extrai das principais características aí abordadas, alguns "traços" que, para ela, definem o campesinato, sejam quais forem as diferenças das diversas regiões do globo. Diz Isaura de Queiroz:

"O camponês é um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel da terra quando não é proprietário; devido ao destino da produção, é ele sempre policultor" (Pereira de Queiroz, 1973: 29).

Do ponto de vista da produção de bens materiais e da destinação dessa mesma produção, é uma caracterização já clássica no Brasil e tem grande importância para o presente capítulo. Mas são aspectos parciais, tomando, pois, esta caracterização insuficiente. José de Souza Martins acrescenta um aspecto axial para a compreensão da história de camponeses ocupantes. Até os anos 50, os trabalhadores rurais - como é o caso também dos proprietários de terras - eram identificados por palavras bastante regionalizadas ao longo do país, como "caipira", "caičara", "tabaréu" e "caboclo". A partir de então, com o acirramento dos conflitos no campo, as esquerdas introduzem definitivamente a designação "camponês", como expressão de unidade das situações de classe e das lutas dos trabalhadores rurais (Martins, 1983: 21-22). Mas, o autor enfatiza que se trata da incorporação de um conteúdo político, e não apenas de um novo nome.

"...a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico" (Idem, 22-23).

Todo o esforço feito ao longo desse trabalho, especialmente nos quatro capítulos anteriores, é no sentido de mostrar que a produção material e econômica, mesmo somada pela caracterização política, não basta para a descrição de camponeses ocupantes e hoje assentados rurais. Esta é uma história camponesa que deve levar em conta também a (re)produção subjetiva da vida (8.1). É preciso, além do mais, neste último capítulo, verificar se efetivamente os assentados configuram uma nova expressão camponesa, e não apenas a reprodução de formas tradicionais do campesinato brasileiro (Almeida, 1993: 287). A partir dos assentamentos do Sul, Ivaldo Gehlen, sem ser muito categórico, defende a primeira alternativa. Ele diz acreditar que há algo de novo em gestação (Gehlen, 1991: 514), mas, por enquanto, os assentamentos ainda são uma espécie de laboratório para a emergência de um agricultor, cujo futuro ainda não sabemos claramente (Idem, 159-160). José Carlos Leite não chega nem mesmo a esse ceticismo. Ele diz que o Assentamento de Mirassolzinho no Sudoeste do Mato Grosso é apenas uma etapa na integração de setores que estavam desarticulados com o mercado, promovida pela burguesia e pelo Estado. Num futuro bem próximo, os camponeses serão eliminados enquanto categoria social e migrarão para a cidade. O único consolo que restará será a continuidade, no novo espaço de moradia, da consciência de cidadania adquirida e vivenciada no processo de luta pela terra (Leite, 1993: 187). Resta, então, fazer esta pergunta quanto aos assentamentos de Goiás. Uma avaliação prospectiva não é tão fácil, mas a relação que eles estabelecem com a propriedade, a preocupação com o aprendizado de novas formas de produção e comercialização, bem como a luta pelo estabelecimento de uma nova consciência ambiental, são elementos que, pelo menos, tendencialmente, possibilitam uma aproximação nesse sentido. Lembrando-se que é sempre uma produção de bens e de significações.

O ex-presidente do INCRA, Paulo Yokota (1979-84), entende que os assentamentos só poderão funcionar sob três condições: os assentados têm que ter família e tradição de agricultor; estarem assentados em terra de qualidade; e terem acesso a técnicas de produção²⁴¹. O primeiro requisito é perfeitamente preenchido pelos assentados aqui pesquisados, o que já não acontece com o segundo (5.1). O terceiro pode ser constatado de forma diferenciada. No Rio Paraíso, já se chegou a um nível técnico de alta produção e produtividade em termos de grãos. Na região de Goiás, a produção agrícola nunca teve grandes índices técnicos e está sendo esvaziada pela pecuarização, mas também esta, com baixos índices de produtividade

²⁴¹Folha de São Paulo, 19/05/96, 1-10.

(6.3). São aspectos que inevitavelmente incidem sobre as possibilidades ou não de estabilização camponesa, o que significa dizer, sobre as possibilidades de reprodução ou não do grupo de assentados. Sem isso, nem velho nem novo camponês.

Uma tentativa de resposta a esta questão será, portanto, trabalhada aqui, na perspectiva dialética das rupturas e continuidades, o que significa necessariamente dizer que ela comporta um sim e um não. É uma resposta que fica irremediavelmente no campo do "inacabamento social" (Teixeira, 1990: 102), que pode muito bem ser representado pela metáfora da espiral. Esse "novo camponês" é uma construção histórica, progressiva e cíclica. Além disso, é polissêmico, tanto na sua configuração quanto na interpretação sobre ele, aqui buscada. É o que tentei antecipar com a escolha da epígrafe geral do capítulo, embora o contexto da fala de Riobaldo, sobre Goiás, seja a extensão territorial, a imensidão das terras e distâncias. Como fez Leonarda Musumeci, aqui também se tenta evitar uma perspectiva homogeneizante, de uma certa "lógica camponesa". É bem pouco ou nada sustentável a idéia da existência de um "sistema camponês, homogêneo e coeso..." (Musumeci, 1988: 107-108), crítica dirigida diretamente a José de Souza Martins (Idem, 37-38). Enfim, é esta a espinhosa tarefa dos itens que seguem.

Em resumo, é um capítulo que se propõe a uma síntese, com pretensões a ser conclusiva, do trabalho apresentado até aqui, com algumas indagações substanciais, a começar pela pergunta do título. Logicamente, sem cair na tentação quase militante de conceber esse suposto "novo camponês" como um sujeito já pronto, o capítulo procura responder à questão aí exposta, a partir de alguns indicadores, subordinados ainda a outras interrogações. O assentado é conformado ao pequeno estoque de conhecimentos de que dispunham os agricultores tradicionais, ou, efetivamente os amplia, premido pelas novas exigências do seu ser-camponês ? Ele aceita como lei definitiva, especialmente em relação à propriedade da terra, aquilo que traduz o direito positivo ? Ele pensa ainda na inesgotabilidade dos recursos naturais ou, efetivamente, desenvolve estratégias de produção adequadas em termos ambientais, questão que só agora nos últimos anos, mas de forma crescentemente coercitiva, chega ao seu universo de produtor ? O assentamento representa uma nova perspectiva de fixação do agricultor no campo ? Na medida em que o trabalho etnográfico ia buscando respostas a essas perguntas, uma importante diversidade de estratégias de organização coletiva e de organização da produção, ia também se revelando. Com isso, uma última pergunta teve que ser trabalhada, a saber, se se trata mesmo de um camponês ou de "diversos camponeses",

coexistindo e interagindo, num grande projeto comum, no qual as particularidades possam ser minimamente compatibilizadas.

9.1 Depois da cerca: saberes

Na busca de compreensão dos assentamentos rurais, na sua história e cotidiano, não se poderia negligenciar a dimensão da produção e da transmissão de conhecimentos, uma das dimensões mais primitivas do existir humano. Ela é inerente à própria constituição dos grupos e das biografias. Ela está, para ficar no contexto camponês, em cada palmo de chão pisado e cultivado, na casa e nos utensílios, na roça e nos seus produtos. A perda desse espaço, como foi a experiência de vida da maioria dos assentados (5.1), significa também a perda de todo um conjunto de símbolos e significados, enfim a perda do seu próprio saber, como mostra muito bem Ivaldo Gehlen.

"A expropriação dos camponeses significa igualmente a expropriação de seu saber, do exercício de sua profissão, de sua gestão, de sua cultura, de seus valores de referência, de suas relações afetivas... porque a reconquista da terra com a possibilidade de participação ativa na escolha e na gestão do modelo de instalação representa uma condição de recuperação e mesmo de ampliação de seu saber. Nesse sentido, a reforma agrária se torna uma escola aberta..." (Gehlen, 1991: 520-521).

Por sua polissemia e significativa capacidade de reconstrução da experiência grupal e biográfica, essa dimensão da produção e das trocas de conhecimentos comportaria várias possibilidades de abordagem. Tentando sistematizar essas várias possibilidades, cheguei a três níveis de tratamento, que poderiam indicar também três encaminhamentos diferentes da reflexão aqui iniciada. O primeiro nível seria o do sistema oficial de ensino ou, numa linguagem gramsciana, o nível da instrução. Por essa via, o trabalho de saber seria desvendado através da significação, para os assentados, da criação das escolas nos assentamentos. O segundo nível, sem agências e especialistas, indagaria sobre a produção de um saber não-escolar, sobre a própria história e ideologia do grupo. E o terceiro nível buscaria entender como os símbolos, significados e princípios de comunicação se evidenciam como saber e como transferência de saber. Vejamos um pouco mais sobre cada uma dessas perspectivas e respectivas potencialidades heurísticas.

Casa de saber

A história da educação no Brasil se confunde com a história da instituição escolar (Loureiro, 1988: 19-20). E a instituição escolar ou o sistema de ensino está voltado historicamente para a sua própria reprodução, através da ação reprodutora dos agentes que ela própria produziu em série. Atuando nesta circularidade, a escola, substituindo o direito de sangue ou os privilégios religiosos do passado, passa a ser o mecanismo fundamental de controle econômico, social e político da nova ordem - "o melhor aliado do conservadorismo social e político" (Bourdieu e Passeron, 1982: 206-207; Arroyo, 1988). É por ela que se controlam os significados culturalmente legítimos e socialmente aceitos.

Os críticos do reprodutivismo não negam totalmente essa "mão", mas não admitem que ela seja única. Há uma "contramão". O processo social é contraditório e a educação está inserida nele. Não pode ficar imune à conflitividade do social. Recusam, portanto, o fatalismo da reprodução (seu pouco espaço para a mudança), acreditando que, pelo fato de já existirem no próprio processo social, perpassem também a educação forças contraditórias ou "contra-ideologias" (Gomes, 1989; Severino, 1986). Em resumo, a escola é reprodutora das desigualdades existentes na sociedade, mas é possível que, do seu próprio interior, brotem resistências a essa sua função.

Os trabalhadores rurais em luta pela terra descobriram desde o início uma inadequação da escola à sua condição e aos seus projetos na terra. A escola que eles desejariam deveria formar seus filhos na luta pelos seus direitos e não apenas nas lições já pré-fabricadas e vindas de uma secretaria municipal. Estava estabelecida a diferença entre os anseios dos acampados e assentados a respeito da educação de seus filhos e aquilo que o sistema oficial de ensino trazia já pronto (Stival, 1987; Nascimento, 1994). Na região Sul, talvez buscando quebrar a circularidade operada pelos agentes da escola, de que falavam Bourdieu e Passeron, os assentados e mediadores já estão em um processo mais avançado no enfrentamento da questão educacional. Penso na idéia de uma ruptura mesmo, pois o conflito inicial foi exatamente percebido por eles como um conflito entre "professor de fora e professor de dentro". E o "Setor de Educação" do MST passou a desenvolver uma formação específica de professores para atuarem nos assentamentos - o "professor de dentro" (Caldart e Schwaab, 1991).

Em Goiás, esse trabalho ainda levará algum tempo, pois foi apenas iniciado num seminário promovido pelo Movimento, em outubro de 1996, reunindo em Itaberaí as professoras de alguns assentamentos e "monitores" de acampamentos. O isolamento do MST em relação aos outros mediadores, especialmente os católicos e sindicalistas, pode vir a ser um embaraço nesse processo. Mas a divergência entre "professor de fora e professor de dentro" também foi sentida e enfrentada nos primeiros assentamentos, como Mosquito, Rancho Grande, Retiro e Velha. A saída mais comum foi a capacitação de uma pessoa "de dentro" do próprio grupo e o seu credenciamento junto à secretaria municipal de educação do município. Passou-se então a desenvolver uma espécie de síntese entre interesses institucionais e interesses ideológicos (7.1).

Mas, os assentados rurais estão operando uma significativa modificação na feição camponesa goiana, no tocante à educação, ainda por dois fatores. Um deles é a criação da Escola Família Agrícola, no município de Goiás (a primeira do Estado), pela Diocese de Goiás e CPT, destinada aos filhos dos assentados. Baseia-se na "Pedagogia da Alternância" das Maisons Familiales Rurales francesas²⁴². Os alunos passam um período na escola e outro com a família. Com isso se pretende que o ensino agrícola seja ligado ao trabalho produtivo da família, seja prático portanto, e que os adolescentes não se privem também do ambiente afetivo familiar. Ela começou a funcionar em 1994 e, enquanto não se credencia junto à rede oficial de ensino vem enfrentando o problema da evasão. Mas, tem tido ainda o apoio das

²⁴²Que se originaram do apelo de imigrantes a um pároco (L'Abbé Granereau) de um Village do Departamento de Lot-et-Garonne (Lauzun), no sentido de uma escola efetivamente rural ou que mantivesse seus filhos com a família. "A escola rouba nossos filhos", teriam justificado. Eles próprios se organizaram para a criação e organização da escola. Era o ano de 1935 e no ano de 1937 nascia a primeira escola. A datação é importante. Era o pós-primeira-guerra e o problema do êxodo rural já era intensamente sentido. Além disso, o contexto religioso da criação da Maison veio a influenciar o modelo de formação, na perspectiva de internato - "éducation conventuelle". Mas era um contexto religioso com uma característica determinante. Granereau era fundador e então secretário de um sindicato, o SCIR ("Syndicat Central d'Iniciatives Rurales"). A questão não era, portanto, somente criar uma escola rural, mas ajudar o mundo camponês a se organizar. Um último aspecto considerável para os historiadores e analistas das Maisons é o seu desenvolvimento ou as transformações ao longo desses 60 anos de existência. A própria "alternância estudo-trabalho" não está na origem do modelo educacional. Ela terá aparecido a partir de 1942. Também a grande expansão se deu já nos anos 50, no contexto do modelo desenvolvimentista da agricultura francesa, que requeria abundância de mão-de-obra técnica especializada em agronomia e veterinária. Ver: Daniel Chartier, "La Spécificité des Maisons Familiales Rurales d'Éducation et d'Orientation", in: *Revue Française de Pédagogie*, N^o 73, oct.-nov.-déc. 1985: 23-30; Jacques Bonniel, *L'Enseignement Agricole et la Transformation de la Paysannerie - Les Maisons Familiales Rurales*. These de Doctorat, Université Lyon II, Lyon, 1982; e todo o Número 84 da revista *Éducation et Développement*, Paris, mars 1973. As EFAs foram introduzidas no Brasil, começando pelo Espírito Santo, em 1969 e somam já 136 escolas em 21 Estados (O Plantador, CPT - Goiás, N^o 192, nov/dez 1996). A primeira EFA goiana, que é sediada no Arraial dos Ferreiras, município de Goiás, teve em 1996 seu terceiro ano de funcionamento com 67% dos alunos vindos dos assentamentos. Por não estar ainda reconhecida pela rede oficial de ensino, enfrenta constantemente o problema da desistência. Para melhores escalrecimentos sobre essa experiência pioneira em Goiás, ver a dissertação recente de João Barista Ferreira de Queiroz, "O Processo de Implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás, Mestrado em Educação Escolar Brasileira, FE/UFG, Goiânia, março de 1997.

famílias, inclusive porque não perdem totalmente a força de trabalho dos filhos. O segundo fator é o número expressivo de adolescentes, filhos de assentados, que se tem dirigido às escolas técnicas em agricultura. Do Assentamento Mosquito, por exemplo, em 1996 havia 9, distribuídos entre as escolas de Itauçu e Rio Verde.

O problema que percebo no momento é que há uma espécie de rotinização da questão educacional, na mesma medida em que os próprios assentados vão se distanciando daquele fervor militante da época da instalação do assentamento²⁴³. As preocupações com a organização da produção, a inevitável sucessão das conjunturas políticas locais e mais amplas vão produzindo constantemente uma reelaboração, pelos assentados, da sua própria história. E aí, é claro, a educação não goza de nenhuma imunidade. Mas, isso deveria ser objeto de uma pesquisa específica ("uma história dentro da história da luta pela terra..." - Caldart e Schwaab, 1991: 85) e pelo que venho expondo desde o capítulo cinco, não é o objeto que aqui se procura interpretar.

Saber sem casa

Uma fecunda e promissora reação a essa centralidade da escola vem sendo materializada, há pelo menos uma década, em estudos de casos que constataam situações francamente pedagógicas, quer na luta política de modo geral, quer no modo expropriado de se participar do trabalho e do cotidiano pessoal e familiar dos sujeitos trabalhadores (Arroyo, 1988; Loureiro, 1988; Noronha, 1986). Seu ponto de partida é uma nova concepção do papel do intelectual. Para Marx, o intelectual pertence à burguesia e, em seu nome, exerce o controle dos meios de difusão da sua ideologia. Recusando a distinção entre trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais, Gramsci entende que intelectual é todo aquele que exerce a tarefa de criação, difusão e especialmente a de organização. Assim, cada classe ou fração de classe cria organicamente seus próprios intelectuais, com a função de suscitar a tomada de consciência nos seus membros (Gramsci, 1968; Gomes, 1989; Severino, 1986). Em boa medida, pode-se ler assim a história recente dos assentados rurais. No confronto com os saberes de quem sempre manipulou os sistemas de sua produção e transmissão, os sujeitos

²⁴³Um exemplo significativo desse arrefecimento ideológico e militante é o saldo das eleições municipais de 1996. Dois candidatos a vereador, parceiros do Mosquito, tiveram menos votos dentro do assentamento, que um candidato - "de fora" - conhecidamente ligado ou pelo menos simpatizante da UDR. É claro que isso toca em outra questão cultural no Brasil, que extrapola o comportamento eleitoral dos assentados. Penso que os códigos

envolvidos com a luta pela terra também produzem e trocam, nesse mesmo processo, outros saberes sobre a história, sobre os usos da terra e sobre a sua própria reprodução social. Como diz um parceleiro do Assentamento Mosquito: "a própria luta é escola"²⁴⁴.

Mas esse segundo nível, embora esteja muito presente nas falas e tentativas de interpretação que compuseram os capítulos anteriores, ainda não é a indagação mais fecunda do presente item. Trata-se de um saber não-escolar, que acontece sem a delimitação espacial das agências de transmissão, mas esta transmissão ainda é carregada de muita formalidade. O trabalho da CPT com seus grupos de base acontece muitas vezes nas casas e ranchos dos próprios moradores ou em barracões comunitários. Mas, ele se processa em forma de cursos sobre Bíblia ou legislação trabalhista. Às vezes, já é a EMATER que precisa de uma reunião com os parceleiros do Rancho Grande ou do Mosquito, para explicar os problemas e vantagens da inseminação artificial; ou então, com os membros de uma das associações do São João da Lavrinha, para explicar os passos da cultura do mamão. E isso acontece com as explicações mais ou menos "professorais" de um técnico. Os militantes do MST também fazem seus cursos, assim como são as reuniões da FETAEG, como a que presenciei no dia 30 de novembro de 1995, com os presidentes de associações dos assentamentos. Foram distribuídas aos participantes, fotocópias do Diário Oficial da União, contendo a Lei Federal Nº 9.126, de 10/11/95, para os esclarecimentos de suas implicações quanto aos prazos de quitação dos financiamentos agrícolas. Particularmente o parágrafo único do Art. 7 foi lido, debatido e bem recebido por todos por conter um redutor de 50% (que todos chamavam de "rebate") sobre as dívidas já contraídas.

Evidentemente, o resultado de todo esse processo, não tanto informal de transmissão de conhecimentos, é um trabalhador rural portador de uma bagagem de informações e de conhecimentos absolutamente nova no contexto camponês brasileiro. Mas isso não é tudo. Há contributos muito mais sutis nessa produção e transferência de saber, como tentarei mostrar a seguir.

com que o povo transforma sua compreensão social em voto ainda não são completamente dominados e interpretados.

²⁴⁴Milton Duarte da Costa, em depoimento já citado.

Saber em casa

O que me parece ao mesmo tempo difícil (por sua fluidez e sutileza) e polissêmico na história pessoal e social de camponeses ocupantes é falar, não das formas oficiais ou oficiosas de transferência de saber, mas daquilo que Carlos Brandão chama de "situações de aprendizagem". A transferência de saber não é necessariamente algo distinto, descolado do objeto, da coisa conhecida e ensinada. Ela acontece no próprio "gesto de fazer a coisa". O autor explica ainda:

"As pessoas convivem umas com as outras e o saber flui, pelos atos de quem sabe-e-faz, para quem não-sabe-e-aprende" (Brandão, 1989: 18).

A constituição dos assentamentos não é exatamente uma história de grupos tribais que dão suporte à argumentação de Carlos Brandão, mas o mesmo raciocínio pode ser aí notado. O Assentamento Mosquito já passa de uma década de instalação. Certa vez, perguntei a um dos principais líderes, desde o tempo da ocupação, sobre a transmissão dessa história para as crianças do assentamento, ao que ele respondeu:

"Interessante! Nunca me passou pela cabeça instruir um filho meu para ele participar na luta de algum movimento. Mas se você entrevistar um dos meus meninos você vai dizer que ele sabe tudo sobre a luta. Eles estão vendo a nossa luta e aprendendo na nossa luta. Meu filho mais velho, mesmo durante a fase do acampamento, eu tinha que estar fora do acampamento nas questões de negociação, ele chegava pra mim e dizia: pai, o senhor pode ir que eu seguro as pontas aqui. E ele pegava a garrucha e ficava no meu lugar. E o pessoal tinha muita confiança nele"²⁴⁵.

Nesse nível de produção e transferência de saber ou, em outras palavras, pensando a educação como "situações de aprendizagem" que se dão nos próprios gestos e trocas de mensagens no interior de um grupo, pode-se dizer de um imbricamento fundamental entre educação e cultura. Mas, não falo de sinonímia, e sim de interpenetração e de reciprocidade de influência. O conhecimento produzido, acumulado e comunicado se constitui na cultura que, por sua vez, é a fonte do aprendizado e da socialização de novos sujeitos. Como na fala de Milton Duarte, isso acontece sem a menor necessidade de se operar um deslocamento entre o viver e a instrução sobre o viver. Numa perspectiva teórica, podemos perceber isso, colocando

²⁴⁵Idem.

juntas, uma definição de "cultura popular", de José de Souza Martins, e uma definição de educação, de Carlos Brandão.

"O conhecimento de que são portadoras as classes subalternas é mais do que ideologia, é mais do que interpretação necessariamente deformada e incompleta da realidade do subalterno. É nesse sentido, também, que a cultura popular deve ser pensada como cultura, como conhecimento acumulado, sistematizado, interpretativo e explicativo, e não como cultura barbarizada, forma decaída da cultura hegemônica, mera e pobre expressão particular" (Martins, 1989b: 111).

"Tudo o que existe disponível e criado em uma cultura como conhecimento que se adquire através da experiência pessoal com o mundo ou com o outro; tudo o que se aprende de um modo ou de outro faz parte do processo de endoculturação, através do qual um grupo social aos poucos socializa, em sua cultura os seus membros, como tipos de sujeitos sociais" (Brandão, 1989: 25).

A produção e a transferência de aprendizagem não se dão apenas na fase de luta pela terra. Também a manutenção da terra (re)conquistada é uma etapa diversificadamente pedagógica (Leite, 1993: 21). Juntando o período de luta pela terra e o período posterior, o da condição de produtores familiares, Manoel Santana ("Manezão"), do Assentamento Estiva, faz uma abrangente descrição dos aprendizados adquiridos. Vejamos seu depoimento:

BOX 04

"É como dizem: a gente é vivendo e aprendendo e morre sem saber. Mas hoje a gente já aprendeu muito. A gente já aprendeu a conviver em grupos, aprendeu a ter mais uma clareza sobre os direitos do trabalhador. Qualquer problema que existe hoje com a gente, a gente já não tenta resolver o problema sozinho, a gente tenta resolver em grupo. Aprendeu também a respeitar os companheiros. Antes a gente, quando chegava uma pessoa engravatada, um sujeito estudado na casa da gente, que a gente não conhecia, às vezes a gente não sabia nem como tratar ele. Como a gente aprendeu, tratava "o senhor". E muitas pessoas até nem gostava. Então hoje a gente trata todo mundo da maneira que sabe, mas sem esse sotaque de "senhor". O caso de "senhor" não é o tratar bem. Muitas vezes a gente tratava assim um sujeito que tava massacrando a gente de conversa e a gente achando que ele tava tratando a gente bem. Hoje a gente sabe se defender com esse tipo de demagogia que acontece em cima da gente. A gente vai pro INCRA e sabe falar com todo mundo; a gente vai pro palácio, às vezes quando eles tenta empurrar a gente com a barriga a gente já sabe. Então a gente já aprendeu a entrar e sair em vários lugares. A gente vai pra Brasília, qualquer lugar que tem que ir, a gente já aprendeu ir e voltar. E isso a gente aprendeu depois que tá na luta. Porque antes não sabia nada. Única coisa era ir em Goiás e fazer a comprinha. A gente aprendeu também como incentivar os companheiros sobre a luta, sobre os direitos das pessoas. Antes a gente respeitava as pessoas porque tinha dinheiro. Às vezes ele maltratava a gente e a gente ficava calado. Depois que tamos nessa luta a gente aprendeu que não é por aí. A gente baixava porque ele tinha poder, podia mandar matar. Mas o trabalhador organizado tem condições de fazer aquilo que ele quer também. Tendo ajuda dos órgãos que ajuda, que incentiva a gente e antes a gente não tinha essas influências".

Os nove tipos de aprendizado que eu destaquei na fala do informante merecem ainda dois breves comentários. Primeiro é que ele não se refere em nenhum momento a algum tipo de transmissão formal de conhecimentos para que ele viesse a vivenciar um novo saber. Tudo se processa na própria experiência de vida, dizendo como era antes e como passou a pensar e agir, depois da experiência de luta pela terra e de trabalho com os "companheiros" na terra. Do ponto de vista teórico, nota-se perfeitamente nessa fala a definição de John Dewey sobre educação. Para ele educação é um "processo de construção e reconstrução da experiência"²⁴⁶. O segundo comentário é remissivo. A quase totalidade dos aprendizados diz respeito a uma vivência num contexto de direitos, tanto no sentido de respeitar os direitos dos outros, como no sentido de que os trabalhadores rurais agora se sabem conhecedores dos seus direitos. Depois de décadas de subserviência, em relação aos poderes legítima ou ilegitimamente constituídos ao seu redor, eles agora se erguem e se afirmam como sujeitos sociais e políticos. E isso não basta. É preciso passar adiante ("incentivar os companheiros") esse longo e difícil aprendizado.

Pois bem! Nos três itens que se seguem, tentarei detalhar um pouco mais esses aprendizados adquiridos, como forma de discutir, sob ângulos diversos, a questão da existência ou não de um "novo camponês" em Goiás, a partir das ocupações de terra da década de 80. O primeiro deles, a partir dessa idéia de "direitos", é o confronto dos ocupantes e assentados com a questão jurídica.

9.2 Direito e avesso

*"Quarenta famílias sem as suas terras
mais um fazendeiro com terras demais
Este fato só uma verdade encerra:
a nossa justiça já não satisfaz.
Será que essa terra vai virar capim
no lugar do milho, arroz e o feijão?
A justiça injusta decretou que sim
Só o povo unido pode dizer não".
("Justiça Amiga da Onça", música
dos Lavradores de Itapuranga)²⁴⁷.*

²⁴⁶Anísio S. Teixeira, A Pedagogia de Dewey, in: Dewey. Col. Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1980: 116.

²⁴⁷Composição do médico Orlando e do lavrador e sindicalista Romário Pimentel, por ocasião da resistência à tentativa de grilagem da Fazenda Maria Alves, numa região do município de Itapuranga conhecida como "Córrego da Onça". Daí o trocadilho. As pressões do requerente começaram em 1970 (4.1).

Não nos esquecendo das contradições de toda mudança, os sujeitos rurais aqui enfocados - trabalhadores que se organizam politicamente para lutar pela posse da terra - apresentam uma mudança objetiva em relação à forma de resistência mais comum no Estado antes da década de 80, que era a posse individual de terras devolutas (4.1). Há uma diferença básica entre os posseiros e os sem-terra. Os posseiros não opõem legalidade a propriedade. Os sem-terra questionam a legalidade da propriedade. Consideram ilegítimo, iníquo, injusto o que é legal, que é a possibilidade de alguém ter mais terra do que aquela que pode trabalhar (Martins, 1993: 142).

Portanto, na linha dos aprendizados do item anterior, o que se operou nesse processo de construção de uma nova concepção do direito é o mais expressivo deles. Afinal, a propriedade da terra, rural ou urbana, agrícola ou de moradia, é "a instituição básica da sociedade brasileira" (Idem, 1989b: 61) e a principal fonte de poder político e econômico das oligarquias (Idem, 1993: 90-91) desde a Lei de Terras (1.1). No período imediatamente anterior às ocupações, houve um confronto sangrento entre a resistência nas antigas posses e o recrudescimento da grilagem (4.1). E o trabalhador rural vivenciou uma espécie de "sociedade sem Estado". Recorria ao Estado, mas este não lhe levava em conta. O regionalista goiano Carmo Bernardes o registra bem, no romance Nunila, com a sua rara sensibilidade para com os problemas do homem do campo e sua experiência jornalística. O personagem Antonino o narra no sofrimento dos moradores de Coqueiro de Galha (Bernardes, 1984: 145-150). É aí, nessa percepção coletiva do sofrimento (a passagem do "eu perdi minha terra" para o "nós perdemos nossa terra", da epígrafe geral), que está o começo da experiência pedagógica (Noronha, 1986: 198). Na medida em que essa experiência vai sendo compartilhada, socializada e transmitida, ela vai ganhando maior estatuto de conhecimento (Berger e Luckmann, 1978: 95-100). Foi isso que percebeu ainda Olinda Noronha no trabalho da mulher no corte de cana, ao dizer de um antagonismo entre "pedagogia do capital" e "pedagogia de resistência" (Noronha, 1986: 77)

Como esse antagonismo é inevitável na reconstituição da produção do aprendizado jurídico, faz-se necessária aqui uma base teórica para melhor compreendê-lo. E a categoria mais fértil e dinâmica para isso (melhor que a estática e mecânica noção althusseriana de "aparelho", por exemplo) é a noção de "campo", largamente empregada por Bourdieu. Falar de campo é falar de uma configuração de relações objetivas e de posições ocupadas por agentes - pessoas e instituições - constituídos por interesses específicos. É um jogo, um lugar

de relações de forças, cada uma delas procurando ocupar a melhor posição em relação ao objetivo principal do jogo. Os interesses em jogo em um campo não são redutíveis aos interesses em jogo em outro campo, como nos casos dos campos artístico, literário ou religioso (Bourdieu, 1992; 1984: 113-120). Assim se pode dizer do campo jurídico, ao mesmo tempo exemplificando e permanecendo no que aqui se busca esclarecer. Sobre ele Bourdieu diz:

"O campo jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (nomos) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de interpretar (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um corpus de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social"²⁴⁸.

Essa perspectiva é muito mais abrangente e aberta às transformações do direito, ao longo da história, do que a crítica marxista, do direito como instrumento da manutenção da dominação de classe. Esta leitura já havia sido criticada por E. P. Thompson, dizendo que ela está sim a serviço da classe dominante²⁴⁹, não apenas como instrumento (regras e procedimentos formais), mas também como ideologia e legitimação. Mas, como lei, ela tem uma lógica própria e submete também os fidalgos (Thompson, 1987: 348-361). Bourdieu não apenas critica a visão marxista do direito como reflexo direto da dominação econômica, como diz que ela é reproduzida pelo próprio Thompson ao criticá-la. A eficácia histórica do direito está, para Thompson, no fato de que ele está "profundamente inbricado na própria base das relações produtivas" (Bourdieu, 1989: 210-211). Para Bourdieu o que é essencial no trabalho jurídico é a "atividade de formalização". Os "agentes formalizadores e aplicadores" do direito

²⁴⁸Idem, 1989: 212. Ver ainda, do mesmo autor, sobre o "campo jurídico", "La Force du Droit: Éléments pour une sociologie du champ juridique", in: Actes de la Recherche en Sciences Sociales. No 64, septembre 1986, 3-19. Em algumas manifestações de fazendeiros goianos em ocasiões de conflitos aparece muito clara a vontade do setor, de "dizer o direito". Os fazendeiros tentam sempre impor sobre a sociedade uma imagem dos sem-terra/ocupantes como sujeitos fora da lei, bandidos. Helion de Barros, quando da invasão das Fazendas Estiva e São João do Bugre, cuja propriedade ele reivindicava, chamava-os de "invasores, incitados por Frei Marcos" (Diário da Manhã, Goiânia, 06/09/87, 13). Ronaldo Caiado, quando da ocupação da Fazenda Europa, em nome de sua tia Leonina Caiado, reagia identicamente, na condição de parente e de candidato à presidência da República. Para ele a ação se constitui em "atos de bandidagem". "Se eu for eleito, vou colocar todos esses bandidos do movimento sem-terra na cadeia" (Folha de São Paulo, 12/11/89, 8-4). De quebra, Ronaldo Caiado brinda-nos com um bom exemplo de como é abrangente o autoritarismo dos detentores da terra no Brasil. Não só a terra pertence ao privado, como também o judiciário. Presidente não prende ninguém, pelo menos em conjunturas normais de democracia.

²⁴⁹Constatação feita no contexto da reconstituição do surgimento da "Lei Negra". O enegrecimento era o disfarce empregado pelos caçadores clandestinos que atuavam nas florestas reais britânicas, especialmente em Windsor. As execuções da Lei Negra se sustentavam na preservação da caça real. Mas era nitidamente um suporte da burocracia e da corrupção governamentais a serviço da propriedade. A punição aos ladrões de cervos aconteceu

têm sua prática devedora da afinidade que une os detentores do poder simbólico aos detentores do poder político e econômico. Assim, dificilmente ele viria desfavorecer os dominantes. Mas a sua eficácia vai além. A eficácia simbólica está na cumplicidade. Portanto, a eficácia do direito depende do seu reconhecimento ou do desconhecimento do que ele tem de arbitrário (Idem, 241-243). E é justamente aí que vejo uma das principais novidades dos ocupantes de terra, muito bem expressa na fala do protagonista de um dos primeiros conflitos goianos do período estudado. Ele localiza o aprendizado, seu e do grupo, exatamente na passagem da situação de exclusão da terra para a descoberta de que isso feria um conjunto de direitos. Os agricultores brasileiros tornados sem-terra, e em luta pelo seu resgate, ultrapassaram esse nível de desconhecimento de que fala Bourdieu. Vejamos o depoimento.

"Foi uma luta sofrida, mas ela traz pra gente coisas de muita importância. Porque a gente aprendeu a viver. A gente aprendeu também a confiar nos companheiros. A gente aprendeu a conhecer as leis, as leis que são certas, as que não são. Porque existe muito tipo de leis em nosso Brasil que sempre discrimina o trabalhador. Tira o direito do trabalhador, pressiona o trabalhador a não procurar seus direitos. Através de tudo isso a gente descobriu que o trabalhador vivia massacrado, judiado, pagando arrendo nas terras que antigamente era da gente e foi tomada. Hoje nós trabalhador, de 20 anos pra cá, tomemo atitude, porque nós conheceu que já tava sofrendo, ficando sem direito dentro do nosso Brasil e nós sabia que foi deixado por Deus. Tinha um tempo que nós era de caminhar em busca dos nossos direitos"²⁵⁰

Caminhar em busca de direitos expressa um esforço pela alteração de posições dentro do campo jurídico - conservando a concepção de Bourdieu - que, no caso rural brasileiro, já tem sido prontamente respondido com muita violência, não apenas do ponto de vista físico (3.4)²⁵¹. O próprio cumprimento da lei tem sido sistematicamente objeto de violação, como ocorreu com o judiciário da cidade de Goiás, durante o processo de ocupação e desapropriação da Fazenda São Sebastião do Mosquito. Coincidentemente, Olavo Berquó,

nas duas primeiras décadas da implantação (Século XVIII). Depois o recurso a ela era para punir a resistência ao cercamento das terras comunais (Thompson, 1987).

²⁵⁰Antonio Alves de Sousa, "Antonio Baiano", Assentamento Estiva, em depoimento em sua casa, no dia 19/05/94. O processo de exclusão de que fala Antonio Baiano, localizando-o "de 20 anos para cá", coincide com a constatação de Margarida Maria Moura, quando trabalha as transformações que esse processo operou no campo do direito. "A reciprocidade cimentava as relações camponesas de uma região antes próspera de Minas. O trabalhador rural, sempre pobre e fazendo o enriquecimento do patrão, mas pelo menos tinha como morar - "de favor"- e angariar o sustento dos seus. Esse quadro de direito costumeiro é substituído pela lógica do contrato que apresenta códigos e estatutos a serviço do camponês mas que resulta invariavelmente em instrumento na mão do latifúndio para a exclusão de situantes, foreiros e agregados indesejáveis. É o mecanismo que transforma herdeiros naturais em "deserdados" (Moura, 1988).

²⁵¹Para uma leitura mais aprofundada dessa questão, remeto novamente o leitor à tese de Cyro Lisita (Lisita, 1992) e aos documentos anuais intitulados "Conflitos no Campo", da CPT Nacional.

filho do requerente Urbano Berquó, era o presidente da seccional goiana da OAB, por isso, sobre a movimentação do fórum local, a CPT Regional fez a seguinte denúncia:

“Houve um claro envolvimento do Judiciário da cidade de Goiás em favor do grileiro. Para os trabalhadores, cerceamento de defesa, morosidade nos processos de seu interesse, decisões contrárias à evidência dos fatos. Para os Berquó, interrupção das feiras forenses visando despejo dos posseiros novos, andamento célere dos processos e inobservância dos princípios de ética que marca o comportamento profissional do advogado, que aprecia a violência por si e através de prepostos”²⁵²

Subsumido a esse conluio entre fazendeiros e agentes judiciários, está algo muito próximo do terceiro tipo de "dominação legítima" de que fala Weber (os dois primeiros assinalados no item 5.4), tornado "legítimo" na sociedade brasileira, pelo mandonismo da estrutura agrária, desde a Sesmaria, mas, sobretudo, a partir da Lei de Terras, que transformou a terra em fonte de poder econômico (1.2). Trata-se da "dominação tradicional", que é exercida “em virtude da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais”. O tipo mais puro é a dominação patriarcal (do pai de família, chefe da parentela ou soberano). A tradição parece imutável. Uma característica fundamental desse tipo de dominação é a falta de direito formal. O patriarca decide, segundo seus próprios princípios (Weber, 1982: 128-141). O mundo rural goiano não escapa a esse tipo de dominação. O patriarca aqui é o grande fazendeiro, quase sempre revestido dos títulos nobiliárquicos - coronel, capitão - que não significam necessariamente recrutadores de soldados para a guarda nacional, que era o que definia esses títulos durante o Império. O título refere-se unicamente às muitas posses e aos muitos homens “ajustados” com o fazendeiro²⁵³.

A ação concreta e politicamente organizada, e, por isso mesmo, geradora dos aqui supostos “novos camponeses” (a ocupação de fazendas”), não é necessariamente uma ação contrária à lei ou ao direito formal. Ela é contrária à sua ausência, portanto, a favor de que a lei exista, mas que, acima de tudo, seja justa e equanimemente cumprida. Conforme observa

²⁵²Conforme nota da CPT de 04 de setembro de 1985 (Arquivos da CPT Regional) em resposta à nota do requerente publicada em O Popular, Goiânia, 10/08/85. A nota da CPT é assinada por seu advogado Milton Inácio Heinen.

²⁵³O suporte agrário para essa definição ou configuração de poder é tão imperativo que até faz emergirem situações pitorescas. Onde hoje é o município de Itapuranga, mas, à época (início dos anos 40) município de Goiás, o mineiro Joaquim Antonio de Oliveira comprou uma propriedade de cerca de 400 alqueires - a Fazenda Lages. A fazenda pertencia aos herdeiros do Cel. Virgílio José de Barros, título esse, outorgado pelo governo da República, como Coronel da Guarda Nacional. Adquirindo a posse da propriedade, o comprador, pela via do consenso popular, adquiriu também o título nobiliárquico. Passou então a ser chamado de Cel. Joaquim Antonio de Oliveira ou Cel. Joaquim David (Pessoa, 1993: 18-21).

Martins, desde as Ligas Camponesas, o trabalhador rural "é um legalista", movendo-se com muita dificuldade no terreno da ilegalidade. Quando luta por um direito que tem legalmente, é que ele se mobiliza com mais facilidade (Martins, 1993: 96). Por outro lado, entender a ocupação de terras como o antidireito é o mesmo que reconhecer os coronéis e seus desmandos, e reconhecer os latifundiários, os grileiros e especuladores de todas as formas, os quais, além das atrocidades, condenam o país infundavelmente ao atraso político-econômico, como os mais bem-comportados cidadãos. É dar-lhes um atestado de direito pleno. O fundamental então não é o descumprimento de uma lei vista como inadequada - com "dois pesos e duas medidas" (CPT, 1992: 31-32) - mas a sua reformulação. A questão agrária precisa urgentemente de um outro referencial para o problema da "proteção possessória". Penso até, que os sujeitos envolvidos com a luta pela posse da terra, depois de um difícil aprendizado (6.1), já o têm muito bem definido, como expressa um de seus principais líderes no Estado de Goiás.

"Eu vejo que a propriedade é uma coisa que a gente constrói. A gente faz uma casa, é a propriedade que eu tenho - uma casa. Se eu consigo um pedaço de terra e eu faço nele uma roça, um pasto, uma cerca, eu passo a ser o proprietário porque eu tive investimento próprio nele. Aí eu passo a ser dono daquela propriedade que eu beneficiei. Então eu entendo que a propriedade é uma coisa de um trabalho particular que a pessoa praticou. Passa a ser o dono porque ele pertence (possui) com o seu trabalho"²⁵⁴.

Nota-se perfeitamente aí um deslocamento do referencial jurídico para a questão agrária - da propriedade para o trabalho - como constatou José de Souza Martins ainda no momento crucial da eclosão do movimento de ocupações.

"O que efetivamente organiza as novas concepções de direito que surgem entre os trabalhadores rurais é a idéia do trabalho e não a idéia de propriedade"²⁵⁵.

Como o pensamento e a ação jurídica estão inseridos numa totalidade maior, histórico-social (uma "totalidade jurídica" - Lyra Filho, 1991: 46-47), já está claro para os pesquisadores, e até para muitos advogados, que a realidade social vai gradativamente

²⁵⁴Damázio Rodrigues da Silva, Assentamento Mosquito, no dia 11/03/94. A concepção de Damázio Rodrigues está muito próxima do que Godelier encontrou junto aos Sianes da Nova Guiné. Entre eles há dois tipos de direito. Ter direito do tipo "merafo" sobre alguma coisa é ser responsável por ela perante a comunidade e os antepassados. Aí estão por exemplo a terra, as plantas sagradas e os conhecimentos rituais. São intransferíveis. Outros objetos podem ser transferidos, como as roupas, os porcos, árvores plantadas, utensílios e armas. É o direito do tipo "amfonka". Mas o segundo está associado ao primeiro. Ou seja, uma árvore plantada só pode ser apropriada individualmente e transferida se a regra do direito "merafo" foi observada (Godelier, 1971: 174-175).

²⁵⁵José de Souza Martins, "Democracia e Participação no Brasil - Os dilemas dos trabalhadores rurais". Mimeo, 1985.

traçando os caminhos de uma nova legislação para o assunto. O conflito rural acaba gerando um conflito jurídico, ou um "conflito de verdades jurídicas" (Moura, 1988: 94), com a seguinte caracterização. Quando ocorre uma ocupação de fazenda, o proprietário normalmente ingressa na justiça com uma ação de reintegração de posse, nos termos do Artigo 499 do Código Civil (Anexo 05), que, como lembra Régis Fernandes de Oliveira, Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, tem mais de 70 anos de idade. E mais, em 1916 não havia os conflitos agrários de hoje, especialmente a "invasão multitudinária"²⁵⁶. Todo o problema se resume, então, na convivência de dois sistemas jurídicos, acarretando, no mínimo, morosidade nos processos, quando não, mortes individuais e chacinas, de que Corumbiara e Eldorado de Carajás são os mais vergonhosos exemplos. O embrião, então, de uma legislação agrária específica (como existem as legislações eleitoral e do trabalho) seria a função social da terra, ainda para Oliveira, o "requisito fundamental da disponibilidade do direito de propriedade"²⁵⁷. A função social, princípio imprescindível, portanto, para a caracterização da "posse agrária", numa combinação do Estatuto da Terra, da Constituição Federal de 1988 (especialmente Art. 186) e da Lei Federal Nº 8629 (de 25/02/93), implica a observação simultânea de quatro requisitos: aproveitamento econômico racional, equilíbrio ambiental, observação das leis trabalhistas e bem-estar social. Getúlio Targino Lima lembra que o bem-estar não pode se referir apenas ao possuidor, mas também à coletividade (Lima, 1992). E Alcir Gurcen de Miranda nos faz recordar o depoimento de Damázio Rodrigues, ao dizer que a síntese da função social da terra é o trabalho. Por isso, o que legitima o instituto jurídico da "posse agrária" é o trabalho produtivo.

"O título que legitima a posse agrária é o trabalho - cultura efetiva e morada habitual, exige a lei brasileira" (Miranda, 1992: 118).

Entretanto, Miranda parece conferir ainda mais nomenclatura jus agrarista a Damázio Rodrigues, ao dizer que a "posse agrária" - constituída, portanto, pelo trabalho - independe da, ou não está sujeita à, propriedade agrária. Ao contrário, é a sua única garantia. "...a propriedade agrária somente se perfaz com a posse agrária" (Idem, 113).

²⁵⁶Folha de São Paulo, 28/04/91. O agrarista Sérgio Sérvolo da Cunha também fala da inadequação do Código Civil no tratamento da questão agrária. As ações possessórias são aí tratadas como conflitos interindividuais: de um lado o latifundiário ou grileiro e de outro o simples posseiro. É preciso que haja uma nova "proteção possessória", que contemple os casos de ocupação coletiva, respeitando-se a função social da propriedade (Cunha, 1993).

²⁵⁷Idem.

Por último, o conjunto dos assentamentos aqui estudados possibilita até mesmo uma percepção nuançada desse "fazendo e aprendendo" em relação à posse da terra. A referência para se falar dessa diferença é a limitação do estoque de terras das famílias, face ao problema da herança ou da colocação dos filhos que vão se casando. Nos assentamentos da região de Goiás, cuja origem generalizadamente comum é a ocupação, esse problema tem sido enfrentado com a participação desses mesmos filhos, já casados ou ainda solteiros, em outras ocupações (8.1), fato verificado também em assentamentos do Rio Grande do Sul (Lechat, 1993: 146). O Assentamento Ribeirão do Meio, município de Anicuns, originou-se com a doação de terras pelo Estado, com vários investimentos posteriores, tornando-se uma espécie de vitrine do governo estadual²⁵⁸. Também aí o estoque de terras é muito pequeno para a permanência definitiva dos filhos no lote. As 42 parcelas têm uma área média de 8,00 hectares (4.5). Pois bem! No dia 07 de dezembro de 1996 uma representação dos filhos dos assentados entregou ao superintendente regional do INCRA²⁵⁹, com o aval do diretor geral do IDAGO, um ofício com abaixo-assinado, solicitando a desapropriação de uma área na região para a instalação das novas famílias constituídas durante a primeira década de instalação do grupo.

9.3 Concepção patronal da terra

*"Tive trabalhadores e roçados.
Plantei e colhi por suas mãos calosas.
Jamais ouvi de algum: "Estou cansado"(...)
Viam com prazer o paiol cheio e a tulha derramando,
Embora não tivessem parte naqueles lucros.
Sentiam o bem estar obscuro e desprendido
de todo "peão" que, trabalhando a dia,
ajudados pelo tempo,
vêem o lucro da colheita e a vantagem do patrão".
(Cora Coralina, Vintém de Cobre).*

²⁵⁸Diz o folder de apresentação do assentamento, confeccionado pela EMATER: "O Projeto de Assentamento Ribeirão do Meio é hoje orgulho para seus trabalhadores como também para o Estado de Goiás, que o tem como modelo racional a ser seguido".

²⁵⁹O ato de entrega se deu em uma recepção, no próprio assentamento, ao superintendente do INCRA, Prof. Aldo de Azevedo Soares, empossado dois dias antes. Aldo Azevedo sucedeu a Lázaro Vilela, destituído do cargo sob acusações, junto com outros 17 funcionários do órgão, de irregularidades, inclusive de beneficiamento de fazendeiros, com a superavaliação e a desapropriação de terras "com sérias limitações geológicas e geográficas para as atividades agropecuárias dos assentados" (O Popular, 17/12/96, 4B).

A relação de trabalho dominante no sertão goiano, desde a ocupação do Estado (1.1) até meados do presente século, foi a agregação (Lisita, 1991: 364). Isso definiu para o trabalhador rural goiano, em seguidas gerações, uma concepção de que a terra é um espaço alheio ao seu domínio. A terra era o espaço do fazendeiro, do coronel e, freqüentemente, por uma questão de reprodução camponesa, até do compadre. Mas, enfim, a terra era um bem do patrão, onde o agricultor, diversamente identificado (meeiro, agregado, vaqueiro, peão, camarada), "ajustava-se" numa relação de trabalho nem sempre assentada em bases contratuais seguras. Apenas o "trato" (Brandão, 1986: 153). Patrões e peões definiam, então, um "mundo dividido" e oposto pela forma como participavam da produção e da criação. O termo de comunicação entre eles era o trabalho (Idem, 152).

O que proponho neste item é a idéia de que as ocupações de fazendas constituem uma ruptura dessa concepção patronal da terra, até porque, em grande medida, também esta já lhe havia sido interdita, como tentei mostrar nos quatro capítulos iniciais. A partir dos anos 50, o mundo rural passou a ser marcado pela concentração da terra e, portanto, por um distanciamento ainda maior entre ela e o trabalhador. Para continuar a produzir e a se reproduzir, era, pois, necessário resgatá-la.

Discutir a existência ou não de ruptura numa realidade social supõe o confronto entre o como era antes e o como passou a ser depois. E não dá mais para voltarmos ao começo do século com entrevistas e questionários. Mesmo por história oral isso seria difícil. Haveria ainda a alternativa da pesquisa documental em arquivos públicos, cartórios, e outros. São estratégias importantes, mas que esbarram, quase sempre, numa debilidade crônica brasileira (talvez ainda mais grave em Goiás), em termos de registro e memória. Escolher esse caminho implicaria o risco de trabalhar com dados e informações, se encontradas, dispersas e entrecortadas. Tentando resguardar, não apenas a confiabilidade como, também, uma certa lógica do material etnográfico, o recurso metodológico aqui, então, é a literatura²⁶⁰. Isso não significa "uma tese dentro da tese", pois, para a história das mentalidades (um dos instrumentos teórico-metodológicos fundamentais do presente trabalho), a literatura é uma das fontes privilegiadas da história. Assim, diz Jacques Le Goff:

²⁶⁰Desde o início, muito mais do que falar de literatura, tenho utilizado os registros literários numa espécie de saudável e discreta contaminação do meu texto. Entendi ser esta a recomendação da Professora Maria Suely Kofes, quando do Exame de Qualificação. Entretanto, no presente item, com um certo pesar pela alteração, sinto-me constrangido a fazer uma explicitação maior de uma teoria sobre a literatura, pois trata-se de uma questão de método. A literatura está sendo assumida aqui como fonte etnográfica.

"Uma outra categoria de fontes privilegiadas para a história das mentalidades é constituída pelos documentos literários e artísticos. História não de fenômenos "objetivos", porém da representação desses fenômenos, a história das mentalidades alimenta-se naturalmente dos documentos do imaginário " (Le Goff, 1976: 76)

Mesmo que não se trate de um estudo exaustivo, além das inserções já feitas ao longo de todo o texto, buscarei no regionalismo goiano, especialmente nos contos e romances dos autores mais representativos, detectar as representações sobre a terra, através das relações de trabalho no mundo rural. Para isso, é necessária uma caracterização preliminar a respeito da sociologia da literatura.

Para Jacques Demougin, a sociologia da literatura é uma área de pesquisa da sociologia que já conta com dois séculos de modelamento, através do trabalho de pensadores e historiadores. Ela tem origem em Montaigne, Hobbes, Montesquieu, Mme. De Stael, Tocqueville, Taine e passa por Gramsci, Lukács, até à sua grande elaboração, nos anos 60, com Lucien Goldmann (Demougin, 1985: 1499-1500). Para Goldmann, é na busca de sobrevivência do indivíduo (resgate dos seus "valores autênticos"), em meio à degradação da "sociedade produtora para o mercado", que nasce o romance. Por isso a obra literária é o que há de mais vinculado à realidade. O verdadeiro criador é o grupo. O autor é apenas o intermediário da criação, quando consegue transpor para a sua obra, de forma rigorosa e coerente, o imaginário do seu grupo²⁶¹. Assim diz Goldmann:

"A forma romanesca é, entre todas as formas literárias, a mais imediata e diretamente vinculada às estruturas econômicas, na acepção estrita do termo, às estruturas da troca e da produção para o mercado" (Goldmann, 1967: 175).

"...o grupo constitui um processo de estruturação que elabora na consciência de seus membros as tendências afetivas, intelectuais e práticas, no sentido de uma resposta coerente aos problemas que suas relações com a natureza e suas relações inter-humanas formulam" (Idem, 208).

Gérard Toffin diz que o melhor exemplo dessa coerência entre realidade e criação literária é o romance naturalista do século XIX, pois os irmãos Goncourt, Balzac, Flaubert e

²⁶¹ Augusto dos Anjos viveu no início da explosão da urbanização e, descrevendo o lado mais sombrio desse processo, sua obra poética constitui-se em excelente documento desse período. Sua matéria-prima são os objetos e as imagens do cotidiano (Veja, 28 de dezembro de 1994). Adriano Schwartz diz que Guimarães Rosa costumava dizer que os aspectos metafísico-religiosos eram os mais importantes em sua obra. Sobre isso o crítico literário Roberto Schwarz diz que a postura do autor "não é de modo algum a última instância analítica". Diz ainda: "não é necessário se amarrar ao que o autor falou, é preciso ver como a obra se relaciona com o mundo contemporâneo" (Folha de São Paulo, 30/06/96, 5-4).

Émile Zola se preocupavam em fazer uma pesquisa e uma descrição detalhadas da realidade social e cultural da época. Particularizando Zola, ele diz:

"E Zola, que de todos os naturalistas é o que tem as cores mais variadas, reconstitui em seus livros uma antropologia da vida das famílias através dos trabalhos cotidianos, das maneiras à mesa, dos ritos do ciclo de vida, das festas, assim como dos elementos que formam o tecido de uma cultura em um momento dado de sua história" (Toffin, 1989: 36).

No momento em que a França encerrava definitivamente sua história rural, com o seu "modelo produtivista", período tão discutido como o da "morte do campesinato", o romance era novamente uma fonte importantíssima para a análise sociológica (8.1). Assim se pode perceber na literatura mundo a fora, com exemplos monumentais, como são os casos de *Cristo Parou em Eboli*²⁶², de *As Vinhas da Ira*²⁶³ e de *Os Sertões*, que coloca Euclides da Cunha como "um precursor da sociologia no Brasil" (Martins, 1993: 40). A exemplo de *O Nome da Rosa* de Umberto Eco, inúmeras obras literárias são não apenas documentos etnográficos, mas fontes generalizadas de conhecimento ou, como diz Roland Barthes, são uma síntese de todas as ciências.

"Se, por não sei que excesso de socialismo ou de barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto uma, é a disciplina literária que devia ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário" (Barthes, 1992: 18).

A primeira e mais importante ressonância da sociologia da literatura no Brasil parece ter sido o curso dado no Recife por Gilberto Freyre. A base do curso foi uma pesquisa comparando os "tipos sócio-antropológicos" presentes na literatura brasileira do período patriarcal (séc. XIX) e os mesmos "tipos", no período pós-patriarcal (séc. XX). Sobre essa

²⁶²Carlo Levi mistura em uma narração neo-realista, memórias, documento político e registro etnográfico. Serenamente conta, enquanto descobre, cada uma das desgraças de camponeses abandonados pelo Estado; cada uma das misérias que brotam de sua pobreza e desassistência; cada uma das construções simbólicas daquele universo de esquecimento. A culinária, as superstições, as doenças, as tergiversações sexuais e a única extensão do Estado que conhecem - a ação repressiva da polícia (Levi, 1986).

²⁶³John Steinbeck mostra o drama da migração da família Joad, do Leste para o Oeste americano. Os Joad já estavam na terceira geração, trabalhando na cultura do algodão, em posses de terras, segundo o patriarca, "tomadas dos índios". Aí vieram as empresas agrícolas, com financiamentos bancários, passando o trator sobre todas as casas e tomando todas as terras. Sem ter para onde ir e com as notícias ilusórias de que haveria serviço para todos os membros da família nas colheitas de frutas na Califórnia, a família reúne os trastes sobre um velho caminhão para a travessia do país. O casal chefe da família morre na viagem, dois membros da família desistem da viagem e desertam. Quando chegam à Califórnia, começa a peregrinação, de fazenda em fazenda, à procura de trabalho. A luta pela terra de trabalho e de moradia é uma luta de morte. Não se busca impunemente a terra. Na fragilidade da "cidadania" do trabalhador rural, sem nenhuma proteção do Estado, sobra apenas a solidariedade (Steinbeck, 1982).

comparação, em meio a "elementos não-literários misturados com elementos literários", ele chega a conclusões significativas sobre as mudanças sociais e culturais da sociedade brasileira: enfraquecimento da autoridade do pai, começo da ascensão da mulher e do jovem, e crescente liberdade dos jovens face à escolha do par para o casamento (Freyre, 1979; Pessoa, 1996b).

Esta utilização dos "textos literários como peças etnográficas (descrições de sociedades" - Da Matta, 1993: 33), ou para "dizer o indizível" (Pollak e Heinich, 1986: 18), tem em Bourdieu um crítico mordaz. Para ele, a tradição de Luckács e de Goldmann faz a relação entre o conteúdo da obra literária e as características sociais da classe ou da fração de classe. Isso subordina o escritor ou o artista aos constrangimentos do meio ou à demanda de uma clientela. Trata-se de um "finalismo" ou de um "funcionalismo ingênuo". Nessa ótica, desaparece a "lógica própria" do espaço de produção. O artista é um "criador incriado". O objeto da sociologia da literatura, portanto, não é nem o autor singular nem o grupo social, mas "o conjunto de relações entre o artista e os outros artistas e, mais ainda, o conjunto dos agentes engajados na produção da obra ou, ao menos, do valor social da obra", ou seja, "o campo (*le champ*) de produção artística em seu conjunto"²⁶⁴.

Mas, ainda que não pretenda reconciliar o irreconciliável, minha entrada na literatura, nesse momento de um texto sobre ocupantes de fazenda, penso, permanece válida e fecunda. Quer seja a obra literária uma criação do meio em que vive o escritor, ou da relação entre os dois, o que pretendo afirmar aqui é que o regionalismo goiano informa e muito sobre nosso mundo rural. Tentarei mostrar isso em dois momentos, confrontando-os: um, deixando que falem os próprios textos literários; e outro, comparando essas falas com algumas poucas, mas boas, etnografias sobre mundo rural goiano. São quatro os regionalistas goianos que, entre contos e romances²⁶⁵, oferecem material etnográfico significativo: Hugo de Carvalho Ramos, Bernardo Élis, Carmo Bernardes e Bariani Ortêncio.

²⁶⁴Bourdieu, 1984: 207-212. Sobre o "campo literário" o mesmo autor escreveu ainda "Le Camp Littéraire", in: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. No 89, septembre 1991, 4-46.

²⁶⁵Tanto o romance como a novela, a poesia lírica e o conto se configuram em dois polos equivalentes: estrutura e visão de mundo. Mas o conto tem uma especificidade em relação aos outros gêneros. Ele é uma unidade dramática, uma célula dramática. É uma narrativa unívoca. O conto é restrito a unidades de ação, de tempo, de lugar e de tom. Quer dizer, o drama se passa entre um número reduzido de pessoas, vivendo um único episódio, num único lugar, num tempo "presente" (único) e não há uma dispersão de reações, de sentimentos em relação ao drama (Massaud, 1994: 15-54).

A coletânea de contos *Tropas e Boiadas* (1917), de Hugo de Carvalho Ramos, é o primeiro livro goiano a alcançar uma importante repercussão fora do Estado, e traduz uma idéia básica sobre o mundo rural dos entornos da capital: um mundo dividido entre patrões e peões. Tudo o mais, incluindo-se aí as mulheres e as filhas dos patrões, ficava em segundo plano. A relação entre peões e patrões tinha duas marcas recorrentes: os peões praticamente faziam parte das posses dos patrões e, a esses, devotavam todo tipo de obediência e serviço, da lida com o gado aos casos de doença. Em "Nostalgias" aparece um exemplo das duas marcas: "...vaqueiro particular do Capitão José Manoel..." e "...servia ao pé do leito aos patrões devorados de febre" (Ramos, 1964: 48-49). Desta cadeia de posse, fidelidade e amplos serviços, só se sai trocando de patrão, como acontece com o Aleixo, no conto "À beira do pouso" (Idem, 60). Ou seja, nunca se sai.

Em "O poldro picasso" a trama é toda pautada pela relação vaqueiro/patrão: "neta do patrão", "patrão interpelou-me", "patrão mandando", "outro peão do sítio", "proibição da patroa" (Idem, 64-68). Em "Peru de Roda" a fusão coronel/fazendeiro/patrão é claríssima. Numa só pessoa toda a riqueza, todo o poder local e todo o autoritarismo. No conto aparecem dois tipos de coronéis/patrões em relação a seus subordinados, os vaqueiros ou empregados das fazendas. O Coronel Pedrinho, pele corada e mula bem trajada, como o "belo coronel". O arrieiro Joaquim Percevejo, além de feio era analfabeto. O Coronel Ivo, "braço direito dos chefões estaduais" era "temido nas redondezas". Tinha 40 agregados e seu sítio era o "centro das marombas politiqueiras do município". Quando chegava à cidade todo mundo se escondia pelos cantos (Idem, 73-84). Em *Gente da Gleba*, quando o Benedito dos Dourados chega do povoado, trazendo jornal e todas as correspondências e encomendas do patrão/coronel, pede-lhe a "Bênção" (Idem, 118). Hugo descreve o período da escrita de *Tropas e Boiadas* como ainda sendo período de pleno escravagismo. O negro Malaquias fugiu para escapar das dívidas e Benedito foi transformado em Capitão do Mato, com a tarefa de não descansar enquanto não o encontrasse. E o traz do Triângulo Mineiro, amarrado. Ele é posto na "casa do tronco, o antigo legado da escravatura..." O coronel ordena aos outros camaradas o açoite. Ninguém acata a ordem. Ele mesmo o faz (Idem, 151-152). Por fim, o coronel toma a namorada de Benedito e depois o castra, provocando-lhe a morte (Idem, 166). Assaltar a urna do povoado na época da eleição, a mando do coronel, era tarefa já costumeira dos camaradas (Idem, 149).

Também para Bernardo Élis, o sertão goiano é um mundo de coronéis, capitães, tropeiros e tropas (Élis, 1974: 3-9). No conto "Quadra de São José", o fazendeiro é

alternadamente chamado pelo camarada de "meu patrão" e "o coronel". Quando este chega de madrugada, o camarada Angelino está de prontidão para ajudar a "patroa" a lhe preparar um "banho esperto" (Idem, 47-54).

É no conto "A Enxada" que aparece de forma singular uma característica literária fundamental de Bernardo Élis, o seu realismo. É talvez a narrativa literária mais cruenta sobre a opressão vivida pelo agricultor sob o mando do fazendeiro, respaldado pelo poder de polícia do Estado, sempre a seu serviço. Supriano, reduzido a Piano, tem esposa e filho que são reduzidos a animais, na descrição de suas limitações físicas. Piano, de tanto se endividar, resultou num resgate do Capitão Elpídio Chaveiro junto ao delegado. Mas, sem a enxada, não tem como plantar o arroz, para pagar o seu resgate e alimentar a si e a seus dois dependentes. Sai então em busca da enxada, junto a vizinhos, outros fazendeiros, no comércio, junto ao padre. Não a conseguindo, vai se definhando. No desespero do vencimento do prazo de plantio, resolve arrancar o mato com as mãos, que vão ficando em carne viva. Mas já era tarde, já havia virado caso de polícia. Seu estado causa náusea nos policiais. Primeiro a surra, depois, um deles dá-lhe o "tiro de misericórdia". Piano não morreu em busca do alimento. Morreu em busca da única e elementar capacidade de produzir - a enxada. O camponês dá a sua última gota de suor e sangue para cumprir suas "obrigações" para com o patrão. E ele está só, nessa busca desesperada. Contra si tem tudo o mais: os outros fazendeiros, os comerciantes, a polícia. Não recebe ajuda nem mesmo da religião na qual ele é tão devoto (Élis, 1987: 37-61).

Na obra de Carmo Bernardes, entre contos e romances, há duas formas de tratar o mundo rural. Uma primeira, de que são bons exemplos o romance Nunila e o livro de memórias Quarto Crescente, é um mergulho num tempo pretérito, numa quase auto-biografia. Aí, em meio a descrições muito bem constituídas da polissemia do mundo rural, de festas e ofícios sertanejos, aparece a exploração do fazendeiro sobre os trabalhadores rurais, forçando muitos deles a uma troca constante de fazendas. Assim diz o próprio autor nas suas memórias: "Por causa de um reajuste que resolvi dar na vida, larguei um patrão e me enganchei com outro" (Bernardes, 1985: 29). O patrão não é mais o coronel, mas o poder autoritário permanece o mesmo. E os instrumentos do autoritarismo também. Assim narra, por exemplo, seu personagem Antonino:

"Toquei uma lavoura de arrendo, e na quadra que o arroz embuchava, cacheava, veio um sol brabo, a cacharia branqueou, virou palha, perdi tudo...Não colhi um bago, mas o dono da terra trepou na minha alma,

me cobrando o arrendo. Um Inspetor de Quarteirão foi me intimar e me falou que a lei dava que os azares são por conta do arrendante, e que eu tinha que pagar, rindo ou chorando. Queimamos a cara um do outro no tiro, tive que abrir a terra e entrar dentro. Girei por Jurubatuba, Rio do Peixe, Leopoldina, sem poder apresentar documento, andando de nome mudado. Fiz um protesto de nunca mais mexer com lavoura, a não ser se um dia eu der conta de adquirir um sítio, de meu" (Bernardes, 1984: 28).

O juramento final do personagem ilustra muito bem o argumento do presente item, da busca que fez o trabalhador rural, por décadas a fio, de ruptura da sua condição de sem-terra, condenado a trabalhar eternamente na terra do patrão. Mas essa busca descreve uma longa trajetória (5.2), que incluiu a desconfortável passagem pela cidade. E aí penso estar uma segunda forma de Carmo Bernardes tratar o mundo do trabalho rural. É a perda da terra de trabalho e de moradia, por causa do desmatamento e formação de pastagens dos projetos agropecuários, da grilagem (Idem, 58) e, conseqüentemente, sua subabitação na cidade. "Saíram, foram residir nas invasões e pontas de ruas nas cidades, como Anápolis, Goiânia e Brasília" (Idem, 61). Chegando à cidade grande, como mostra o romance Memórias do Vento, o que lhe sobra é a parte desassistida e desordenada dela, as "invasões" urbanas. Os antigos produtores de alimento passam a mendigá-lo. Os antigos cidadãos ordeiros, homens e mulheres, tornam-se perseguidos pela polícia. Convivem com a criminalidade e a desagregação familiar. Mas, a solidariedade de pobre para pobre, quando chegam novos expulsos da terra, entre os meninos de rua, entre as garis e entre os colegas de um gole de cachaça, esta resiste a todos os ventos (Bernardes, 1986).

O mundo do trabalho rural percebido por Bariani Ortêncio tem a mesma divisão dos três regionalistas anteriores, entre peões e fazendeiros. No conto "Os Pereiras", os agregados Rufino e Tonho moram na entrada da fazenda. Todo chegante só entra acompanhado por um deles. Esse conto expressa também, de várias formas, as diferenças entre as duas partes. Um exemplo é o combustível empregado para a iluminação das casas.

"Os agregados queimam óleo de mamona nas candeias, enquanto que na casa do patrão a lamparina e o lampeão a querosene arcam com a responsabilidade de clarear parte das noites" (Ortêncio, 1965: 38).

Também o coronel costumava encomendar um "servicinho" extra a algum jagunço, quando outros jagunços ou agregados não lhe permanecessem fiéis. Num desses casos, o cumpridor da tarefa acabou esbarrando no tabu da "Primeira segunda-feira de agosto" - nome

do conto - e protagonizou um caso malogrado. Os dois jagunços brigam, um morre e o outro sai ferido, e o encomendado não é atingido (Idem, 163ss). Também no conto "Benzendor de Cobras", Orcino comandava os jagunços do fazendeiro abastado João Galdino. Este era chamado de "seo coronel" mesmo pelos fazendeiros vizinhos. E era mestre em forçar os eleitores a votarem nos seus candidatos nas eleições (Idem, 134).

Assim entendo ser a concepção dos habitantes do mundo rural goiano sobre a terra, porque assim, invariavelmente, a literatura regionalista a reproduz. E essa mesma concepção é confirmada em etnografias recentes, a exemplo do que mostra José Ricardo Ramalho. O lavrador representa ideologicamente as conseqüências dos sistemas de posse e uso da terra e as relações de trabalho, entre dois polos: os peões (empregados rurais) e os patrões (fazendeiros).

"A versão ideológica do trabalhador rural possui um modelo próprio de interpretação dos modos como se articulam "peões e patrões" no cuidado das roças de cereais ou do gado da região" (Ramalho, 1986: 84-87).

Por isso, o próprio lavrador se torna aplicado no "trato do que é do patrão", ainda que na expectativa de ter como paga uma parte das crias (1.1; Brandão, 1977: 64). E o eixo organizador dessa bipartição do mundo rural, e das diferenças decorrentes, é sempre a terra. É nisso que reside a afirmação de que uma certa concepção patronal da terra é dominante na maior parte da história goiana. Carlos Brandão a expressa bem.

"...a medida da diferença entre os tempos demarcados da sociedade rural possui o seu núcleo de diferença nas relações entre quem era dono da terra e quem a usava ou trabalhava nela sem possuí-la" (Brandão, 1986: 143).

A ruptura com essa lógica tem um longo percurso, que começa com a ida do trabalhador rural para a cidade. Mesmo essa situação de dependência e de alheamento em relação à terra é perdida. Logicamente a organização política que agruparia as vítimas dessa ampla exclusão viria algumas décadas mais tarde. Mas, algumas outras rupturas menores e, quem sabe, importantes num processo acumulativo já foram sendo imediatamente sentidas. Quem o mostra é novamente Carlos Brandão, falando dos camponeses de Mossâmedes.

"Ao longo de uma rotina marcada por mudanças freqüentes de uma fazenda para outra, a chegada à cidade de Mossâmedes representa o

começo de uma série de rupturas e de redefinições tanto na prática econômica quanto na prática alimentar” (Brandão 1981: 11).

No final dessa "série de rupturas", viria a ruptura, com a aceitação histórica de que a terra seja do patrão e de que lá se vai apenas para vender ou trocar a força de trabalho. E o conteúdo mais significativo dessa ruptura é a concepção de que a terra não é exatamente um processo de apossamento puro e simples, de algo que era posse legítima de outrem. A questão fundamental, vivenciada pelos trabalhadores sem-terra que fizeram as ocupações, é a negação da legitimidade. Não é apenas uma transferência da titulação de uma propriedade. É a afirmação de que o processo histórico que estabeleceu a titulação anterior não tem legitimidade. Isso significa negar, no atacado, nossos cinco séculos de constituição do latifúndio (1.2). E essa convicção é generalizadamente verificável entre acampados, ocupantes e assentados. Apenas para ilustrar, vejamo-la na fala de um dos líderes da ocupação da Fazenda Mosquito, inserindo no seu raciocínio seu antigo requerente. Quando perguntei sobre o que ele pensa da propriedade, ele respondeu:

"Eu defino o seguinte. Se o Berquó tivesse 5 alqueires e trabalhasse neles igual nós estamos trabalhando, ele teria todo o nosso respeito. Se esses 400 alqueires dele tivesse produzindo pelo menos em 40% eu duvido que ela seria vista como uma área para ocupar. Segundo. A questão da invasão. Para nós ficou muito claro que aquela terra foi grilada e ninguém chamou o Berquó de invasor. Quer dizer que é só o pequeno que é invasor? A maioria das terras que ele tem lá foi tomada mas não é reconhecido como invasor. Eu caracterizo aquela terra muito mais como propriedade minha do que se eu tivesse pegado o dinheiro e comprado ela. A verdadeira propriedade é essa que nós estamos nela trabalhando e produzindo e tirando o sustento da nossa família. A partir do momento que ponho alguém dentro de uma terra para trabalhar pra mim, explorando ele, essa terra já perde a sua função social"²⁶⁶.

Penso, por fim, que, tanto o processo de latifundização, quanto a desconstrução de legitimidade aqui exposta devem-se referir à questão da terra em todo o país. Pois, com base no que afirma Maria de Nazareth, o Estado de Goiás está apenas na periferia de uma estrutura igual e mais abrangente.

"... é possível afirmar que a modernização da agricultura se efetuou sobre a base de relações sociais que cristalizaram a predominância do proprietário sobre o produtor. Dito de outra forma, a propriedade da terra constitui ainda no Brasil um elemento organizador da atividade agrícola. O caráter produtivo da agricultura é aqui subordinado à dinâmica engendrada a partir da propriedade da terra" (Wanderley, 1985: 116).

²⁶⁶Milton Duarte da Costa, em depoimento já citado.

Daí a importância da ruptura, que também ela se constitui de continuidades. Para os ocupantes/assentados, a terra continua sendo o "elemento organizador" da sua atividade agrícola e até da sua identidade. Mas, não mais a terra concentrada, monopolizada, e sim a terra sob o controle do produtor direto.

9.4 A "cor" dos assentados

*"Tirei o mato e acaricieei a terra
Boa semente eu plantei naquele chão
E fiz pedido a minha Santa Padroeira
Prá não deixar faltar a chuva no sertão".
("Oração de Camponês", Pena Branca e
Xavantinho)*

A resposta à questão da estabilização camponesa ou não, através dos assentamentos (9.5), que deverá ser dada muito mais pelas ações concretas dos próprios sujeitos envolvidos do que por um trabalho acadêmico, passará inevitavelmente pela difícil combinação de dois fatores, no sistema capitalista, quais sejam: a viabilidade econômica da terra e a sustentabilidade²⁶⁷ dos ecossistemas. Os assentamentos têm alguma chance de realizar essa combinação ou não? Não é demais lembrar que, por uma questão de competência e de abrangência do presente trabalho, ficarão excluídos dessa discussão os aspectos técnicos do plantio e criação. Isso só já daria uma tese, por quem de direito e de domínio. Aqui se busca compreender apenas o aspecto representativo e factual da significação da questão ecológica para os agricultores e criadores em situação de assentamento.

Um breve comentário sobre a referência feita à sustentabilidade dos ecossistemas. Desde os tempos mais remotos de instauração da cultura frente à dinâmica exclusiva da natureza, o homem busca seu sustento na natureza. Mas, diferentemente dos outros seres vivos, o homem passou da pura coleta para o plantio, passou do puro medo para o enfrentamento das adversidades. E não parou mais de buscar influenciar a capacidade

²⁶⁷Estou tomando sustentabilidade conforme a definição da Reunião Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1988 (FAO/ONU): "o manejo e a conservação da base dos recursos naturais e a orientação da mudança tecnológica, de maneira tal que se assegure a satisfação contínua das necessidades humanas nas gerações presentes e futuras" (Dulley e Carvalho, 1994: 146).

produtiva da própria natureza. O próprio homem, como componente intrínseco dela, passou a ser parte da lógica da produção e da produtividade, ao menor custo possível, no menor tempo possível. Esse é o imperativo do lucro no sistema capitalista, que se faz às custas de um monstruoso desperdício dos recursos naturais e da exploração dos próprios produtores (Graziano Neto, 1985: 82). Não se pode negar que o modelo produtivo industrial, expresso principalmente na lógica da produção em série, tenha sido transferido indevidamente para a agricultura. As pesquisas genéticas, a irrigação, os ciclos curtos, a hidroponia, são exemplos. Mas, nada indica que isso já esteja sendo feito com absoluto controle, muito menos que as conseqüências de tudo isso nos venham a ser mais benéficas do que prejudiciais. Francisco Graziano complementa:

"Por mais que se tenha tentado, entretanto, não se conseguiu libertar os ciclos de produção na agricultura de forças naturais ou de leis biológicas. Assim é que o clima, o regime de chuvas, a insolação influenciam ainda decisivamente as épocas de produção. O tempo de produção é ainda por demais regido pela Natureza; afinal, a semente tem de germinar, a planta crescer, florescer, frutificar e amadurecer os frutos, numa seqüência condicionada por leis biológicas. Com os animais se dá a mesma coisa" (Idem, 84).

Em 1819, quando passava perto do arraial de Anicuns com sua comitiva, Saint-Hilaire ficou muito espantado com as queimadas²⁶⁸ de pasto em uma vasta região despovoada. Encontrou depois a explicação, de que uma mulher com grande quantidade de gado se mudaria para perto de Anicuns, por isso, dias antes, enviara capatazes para porem fogo no pasto ao longo da estrada para que, quando passasse com seu gado, a brota já lhe desse comida farta. Eram meados de julho (Saint-Hilaire, 1975: 77). Portanto, já vem de longe esse

²⁶⁸Estou tomando as queimadas como um problema para sustentabilidade da agropecuária, tanto na história da agricultura do Estado de Goiás de modo geral, como na a estabilização dos parceiros nos lotes, como expressa a orientação que os assentados têm recebido da EMATER. A base didática do órgão para fazer esta orientação é o folder impresso em novembro de 1991, numa tiragem de 9.000 exemplares, onde os técnicos afirmam: "Em toda propriedade agrícola existem solos, árvores, animais, água e o ar que respiramos. Eles formam os chamados recursos naturais renováveis. São todos importantes para a vida do homem na terra. O fogo, ao queimar as matas, as pastagens e os restos das colheitas, está destruindo esses recursos que a natureza nos deu de graça. Normalmente a queimada causa os seguintes prejuízos: Facilita o trabalho da erosão. Diminui a capacidade produtiva do solo. Queima a matéria orgânica. Resseca e empobrece o solo. Contribui para o secamento dos córregos. Destroi as plantas e os animais. Polui o meio ambiente. A matéria orgânica é o produto resultante do apodrecimento dos restos dos vegetais e animais não queimados. É a matéria orgânica que dá condições para que a boa semente, o adubo, o calcário, o bom manejo e a conservação do solo proporcionem grandes colheitas ao homem do campo". O uso do fogo é também proibido pela legislação em vigor. "É proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação. Se peculiaridades locais ou regionais justificarem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais, a permissão será estabelecida em ato do Poder Público, circunscrevendo as áreas e estabelecendo normas de precaução" (Art. 27 do Código Florestal ou Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965).

costume goiano, recorrentemente anotado pelos regionalistas aqui considerados. Eis alguns exemplos.

“...pelas queimadas fumarentas e asfixiantes de agosto...”(Ramos, 1964: 38).

“Pelos dias de agosto, todo o horizonte goiano é um vasto mar de chamas...” (Idem, 127).

“...a miséria do solo resulta antes da incúria do homem, que atea fogo às derrubadas para a fertilidade da lavoura...” (Idem, 128).

“Nessa quadra do ano o povo estava ocupado em ultimar as derrubadas atrasadas, fechar as roças com cercas, acerar, queimar as derrubadas, fazer alguma planta no pó, atividades que os alongavam do comércio” (Élis, 1987: 69)

“Pelos campos queimados, arrebentavam brotinhos verdes” (Idem, 73).

A queimada se estende pelo mês de agosto, pela mesma razão, pois logo chegam as chuvas. Mas, além do motivo da brota rápida, o costume de pôr fogo nos pastos é também para eliminar a mão-de-obra com a roçagem. O mesmo se estende às palhas e ramas secas das plantações nas roças (a "palhada" ou a "soca" - Ortêncio, 1983). Tudo é amontoado e queimado para facilitar a preparação da terra para o próximo plantio²⁶⁹.

Mas as queimadas não são uma prática apenas da primeira metade do século, em que se concentra a principal referência cronológica dos textos literários. Quem anda pelos cerrados goianos nos meses de julho e agosto sabe muito bem que elas aconteceram no ano passado e acontecerão, seguramente, no próximo ano. E qual é a relação dos assentados com essa prática?

O Sr. Jamiro é um típico sertanejo que morava na Sesmaria São Sebastião do Mosquito, antes da ocupação, e foi incorporado ao grupo (5.1). Mas não se mistura muito aos chegantes. Diz que prefere trabalhar sozinho e com as práticas de há muito herdadas. Diz, por exemplo:

“Se eu tiver uma terra e num pudé fazê queimada ela num serve pra mim. A experiência que eu tenho é essa”²⁷⁰

²⁶⁹Por isso o destaque à questão das queimadas aqui. Alguns parceiros, do Rancho Grande e Mosquito, já plantam muito pouco ou quase nada; outros, do Rio Paraíso, praticamente não têm pastagem. Independentemente da atividade, a queimada pode ou não ser um recurso. Outras estratégias produtivas dificilmente unificariam assim as posturas dos parceiros. Por exemplo, quem se concentrou na formação de pastagem, muito dificilmente, na cultura produtiva goiana, iria aplicar adubo químico ou calcário de forma corretiva.

²⁷⁰Depoimento em sua casa, em novembro de 1995, durante a aplicação de um questionário.

O informante é um caso extremo. O que predomina, ainda conforme dados de questionário desta pesquisa, é uma negação da queimada como prática. 60% dizem nunca fazê-la, 26,6% dizem fazê-la algumas vezes e 6,6% dizem fazê-la regularmente. Desse modo, ele pode ser um caso extremo, mas não exatamente uma exceção. Uma terça parte dos assentados informa recorrer às queimadas, seja nos pastos ou nas palhadas. Mas ainda há nuances. O peso maior para esse um terço vem dos assentamentos Rancho Grande e Mosquito. No primeiro, 40% dizem fazê-la, contra 60%. No segundo, onde está o Jamiro, 50% dizem fazê-la e apenas 30% dizem que não a fazem. Já no Rio Paraíso, 90% dos informantes disseram que "nunca" fazem queimadas.

Paradoxalmente, uma boa parte dos informantes tem subsumida a idéia da sustentabilidade. No mesmo questionário criei a seguinte suposição, dirigindo-me aos parceiros: suponhamos que você concorde com a idéia de que é necessário respeitar a natureza, ou seja, explorá-la sem destruí-la, então, qual é o argumento mais importante para defendê-la? Vejamos a seguir as alternativas de respostas propostas e os percentuais obtidos.

- 1 - (é necessário respeitá-la) para continuar a produzir amanhã - 53,3%
- 2 - (é necessário respeitá-la) para conservar a beleza da paisagem - 3,3%
- 3 - (é necessário respeitá-la) porque foi Deus quem a criou - 26,6%
- 4 - (é necessário respeitá-la) para preservar os pássaros e plantas - 10,0%
- 5 - (é necessário respeitá-la) para permitir o desenvolvimento do turismo. 0,0%

Além de mostrar a idéia da sustentabilidade com ligeira maioria, as respostas merecem dois destaques. O primeiro é uma certa surpresa. Eu esperava que a terceira resposta viesse com um percentual maior, uma vez que a questão religiosa é fortemente constitutiva dos grupos de assentados (7.2). Duas explicações podem ter definido isso. Os sujeitos envolvidos com o processo de ocupação e assentamento fazem parte de um contexto de máxima racionalização, inclusive da questão religiosa. Por acréscimo, na década de 90, o discurso ambientalista tem sido uma tônica nos movimentos sociais e nos meios de comunicação. O segundo comentário das respostas é que coloquei entre as alternativas a questão do turismo, para verificar se ela tem alguma repercussão entre os agricultores, como ocorre em países de agricultura moderna, como é o caso da França (com seus "Gîtes" e "Chambres d'Hôte"). Evidentemente aí não houve nenhuma surpresa, pois, se, mesmo no contexto urbano, o setor turístico brasileiro ainda carece de estruturação mais eficiente, no

contexto rural, pelo menos em Goiás, é uma atividade econômica ainda absolutamente impensável.

Também, a relação com a fauna da região é definidora da incompletude desse "novo camponês" em construção, ou da consciência ambiental dos assentados. Um personagem de Bernardo Élis representa muito bem a pachorrenta vidinha de caboclo que plantava muito pouco ou quase nada, e vivia mergulhado na fartura. Assim diz o autor em um de seus contos:

“Januário todo ano derribava um taco daquele mato diabolicamente ameaçador e fazia sua rocinha. No mais, era só armar mundéu para pegar quantos caititus, quantas pacas, quantos bichos quisesse” (Élis, 1974: 10-16).

Os animais de caça já são muito poucos nos assentamentos e arredores. Mas, muito poucos também sãos os que os poupam, embora não faltem as explicações das lideranças de que os antigos hábitos de caça já vão sendo abandonados. Alguns contam até com a tristeza de quem perde um animal do próprio quintal. Zé Tiago do Retiro e Velha contou-me certa vez que quase chorou quando percebeu que, dos antigos dois casais de seriema (*Cariama cristata*) que andavam muito por seu lote, o pequeno bando agora só passa em três animais. O Barba na Lavrinha também diz que apreciava muito os passeios do casal de catingueiros (*Cervus simplicicornis*) nos finais de tarde em seu lote. Um dos animais agora (junho de 1996) os faz solitariamente. E ele complementa dizendo que não sabe por quanto tempo ainda. No Mosquito a quase totalidade dos lotes tem fundo para o Rio Bugre e o Córrego Mosquito. A grande maioria dos parceleiros complementa a alimentação com alguns pequenos peixes, como papa-terra (*Menticirrhus americanus*), piau (*Leporino bimaculatus*) e mandi (da família dos Pimeloididae). Mas poucos têm paciência com anzol. Quase todos que gostam de ir ao rio para "buscar uns peixinhos", fazem-no com a tarrafa. No Rancho Grande também se pesca com tarrafa e rede. Nas primeiras enchentes do ano, quando sobem o Rio Vermelho os cardumes de pintados e jiripocas (ou jurupoca - *Hemisorubin platyrhynchos*), a pesca é intensificada.

Em todas as casas dos assentamentos onde há crianças e adolescentes, é fatal: há sempre alguns periquitos de asa cortada, tirados do ninho durante a seca, quando ainda filhotes. Eles andam pela casa e geralmente dormem em gaiolas. É costume antigo em Goiás, como mostra Hugo de Carvalho em seu conto "Ninho de Periquitos". Janjão, o filho de

Domingos, que lhe encomendara os filhotes, estava exatamente completando 10 anos naquele domingo de vésperas de colheita (Ramos, 1964: 69).

A exigência do Código Florestal, de preservação de 20% em vegetação nativa, compreendida como "reserva legal"²⁷¹, nem sempre é observada, pois, em muitos casos, quando os assentamentos são constituídos, as áreas já estão em processo avançado de devastação. Assim aconteceu por exemplo no Rio Paraíso, em Jataí. Com uma área média de 32,7 ha por lote, há uma média de apenas 2,15 ha de mata, ou 6,6%. No Mosquito também não se pôde observar esse requisito em todos os lotes. Com um lote médio de 32,78 ha, seus parceleiros declaram haver hoje uma média de 2,5 ha de mata por lote, ou 7,6%. Mas há uma área, de mais de 700 ha, de pouco proveito para cultivo e pastagens, que foi mantida como área de preservação (5.1). Os dois estão, portanto, muito aquém da exigência legal. Já o Rancho Grande, seguindo o mesmo raciocínio, pode se considerar muito próximo da exigência legal. Para um lote médio de 35,8 ha foram declarados 6,45 ha de mata por lote, ou 18%²⁷². Mas, considerando-se a baixa potencialidade produtiva do assentamento (5.1), isso não indica necessariamente uma prática ambientalista dos parceleiros. Em mais da metade dos lotes, há morros de pedras sem nenhuma possibilidade de aproveitamento produtivo, não compensando, portanto, a derrubada. Entre Mosquito e Rancho Grande, verifica-se a mesma dificuldade de exploração rentável da terra. A diferença é que no Mosquito se pôde fazer a "reserva legal" em uma área concentrada.

Em nenhum assentamento, eu vi observância rigorosa da mesma legislação quanto às áreas de "preservação permanente", de um mínimo de 30m em cada margem dos cursos d'água²⁷³. Muitos lotes têm pastagens ou roças, literalmente, nos barrancos dos córregos e rios. Sobre isso também a história pretérita da área tem muito a dizer. Os assentamentos das margens do Rio Vermelho, por exemplo, convivem com um acentuado processo de assoreamento do mesmo, em consequência de intensa prática de garimpos das décadas que antecederam a ocupação.

²⁷¹Parágrafos 2º e 3º do Art. 16 da Lei Federal Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.

²⁷²Dados de questionário próprio desta pesquisa, já citado.

²⁷³Na mesma Lei 4.771, Art. 2º, com as alterações feitas pela Lei 7.803, de 1989.

9.5 Assentamento e estabilização

*"Que ocê pensa ? a maior parte das grandes famílias aqui do Goiás vem é de pais assim, pais rodados!"
(Bernardes, 1984: 37).*

A frase do regionalista lembra uma realidade histórica goiana, a de ser o Estado uma das últimas fronteiras agrícolas brasileiras que, depois de descortinada, passou de "lugar de destino" para "lugar de origem" de novos fluxos migratórios. A Região do Mato Grosso Goiano, onde está situada a maior parte dos assentamentos aqui pesquisados, é a que teve a maior incidência desse processo, na primeira metade deste século (Pessoa, 1990: 94). Isto é fundamental para se pôr aqui uma incômoda pergunta: os assentamentos rurais fazem parte de um processo de construção da estabilização camponesa ou representam apenas uma reedição dessa condição de fronteira agrícola, dentro de uma região com áreas ainda precariamente exploradas ?

Entre o desligamento temporário e o desligamento definitivo do camponês, de sua identidade, mais do que apenas da sua profissão, vem o nomadismo, com raiz clara no processo de acumulação pré-capitalista ou capitalista (Guimarães, 1979: 270-171). Sua afirmação histórica está no período das "ocupações livres" (1822-1850). Os trabalhadores rurais nômades são os verdadeiros desbravadores das novas fronteiras agrícolas (Gehlen, 1991: 140-141). Tudo isso aconteceu com todos os matizes no Estado de Goiás. Carlos Brandão percebeu, nas falas dos seus informantes de Mossâmedes uma certa "sucessão de fronteiras agrícolas", numa seqüência de Minas Gerais, passando por Goiás e indo para o Mato Grosso (Brandão, 1986: 133-134). Na história de vida dos assentados antes da atual condição, percebe-se realidade semelhante (5.1). Resta saber se eles darão seqüência a esta vida nômade ou se virão a se estabilizar na terra. A expulsão do homem de sua "terra de trabalho" acontece também pela refuncionalização da terra, tornando-se "terra de gado". Isso foi paradigmático em todo o Brasil dos anos 60 (Garcia Jr., 1983: 216-229). A tendência forte à pecuarização verificada nos assentamentos (6.3) é exatamente o mesmo fenômeno? Inicialmente se poderia dizer que não. Os agricultores em assentamentos têm o controle da

terra, em condições muito mais vantajosas de produção, e não vendem trabalho como no caso estudado por Afrânio Garcia.

Na fala dos assentados, a disposição é de permanecerem na terra. Eu perguntei no questionário se eles venderiam a terra por alguns dos motivos seguintes: "para comprar outra maior"; "para comprar outra melhor"; "para mudar de profissão"; "para pagar dívidas"; "para ajudar os filhos a se instalarem"; "para investir fora da terra". O menor "não" foi "para comprar outra melhor", com 70%. Nas demais alternativas de resposta, ele ficou sempre acima disso. Os casos de negação mais enfáticos foram "para investir fora da terra" - 96,6% - e "para mudar de profissão" - 100%. Ou seja, o "desligamento" da profissão, de que falava acima Passos Guimarães, pelo menos nos propósitos dos assentados, está fora de cogitação.

No mesmo questionário indaguei também quanto à expectativa dos assentados a cerca dos filhos de ambos os sexos. Primeiro, quanto à profissão que o parceleiro desejaria para seu(s) filho(s) homem(ns). Juntando "agricultor" e "técnico agrícola", as respostas atingiram 56,6%. Quer dizer, o horizonte maior de preferência do pai é pela continuidade do filho na profissão, até mesmo de forma mais qualificada do que ele próprio. Mas há dois destaques. No Mosquito, a resposta "agricultor" não teve nenhuma incidência. Em seu lugar, houve três respostas para a alternativa "comerciante" (10% dos informantes do assentamento). No rio Paraíso, apareceram duas respostas para o item "engenheiro ou advogado ou médico". Isso indica uma linha interessante de diferenciação em relação aos outros assentados. Os do Rio Paraíso são preponderantemente vindos da Região Sul, têm maior índice de escolarização (7.1), menor número de filhos (7.4) e desenvolvem uma produção muito mais mecanizada e destinada à comercialização (6.3). No final dessa linha, está o desejo e até, porque não, a possibilidade imaginada de que seus filhos venham a ter acesso a uma profissão liberal.

A mesma pergunta feita com relação às filhas mulheres já produziu um quadro de respostas um pouco mais diversificado. O maior percentual foi para "professora" - 26,6% - indicando ainda a sua alta cotação no imaginário camponês. A resposta "agricultora" obteve 6,6%, e a "técnica agrícola" 20%. "Engenheira ou advogada ou médica" foi engrossada por uma resposta no Mosquito e passou para 10% das respostas.

Na mesma esfera de indagação de expectativas, fiz outra pergunta: "o que você pensa que hoje é melhor para o futuro dos filhos e das filhas ? As alternativas de respostas

eram: "fazer os estudos e procurar emprego na cidade"; "fazer o máximo de estudos possível"; "fazer os estudos e voltar para a agricultura"; "casar-se e continuar na agricultura". O maior volume de respostas ficou com a terceira e quarta alternativas, indicando a expectativa de que os filhos estudem, ou se casem e voltem para a agricultura²⁷⁴. Mas há nuances interessantes. A primeira alternativa, "fazer os estudos e procurar emprego na cidade", não obteve nenhuma resposta no Rancho Grande, nem para filho nem para filhas. No Mosquito, obteve uma para filhos e duas para filhas. No Rio Paraíso, uma para cada um dos sexos. A segunda, "fazer o máximo de estudos possível", também não teve nenhuma incidência no Rancho Grande, nem no Mosquito. Já no Rio Paraíso, teve uma incidência para os filhos e três para as filhas. Ou seja, no quadro das expectativas para os filhos, Rancho Grande e Mosquito apresentam uma tendência a uma escolarização básica, e a uma continuidade dos filhos na agricultura. O Rio Paraíso, em contrapartida, apresenta uma considerável expectativa de máxima escolarização e até de uma certa "urbanização" para os filhos.

Em tempo, ainda que o presente trabalho se negue a uma profissão de fé economicista²⁷⁵, há que se dizer que a definição pela estabilização camponesa passa por uma somatória de fatores endógenos (sua capacidade de reprodução física e social) e exógenos. Como chamam à atenção agraristas franceses, a demanda de produtos alimentares é limitada. Ela aumenta de acordo com o poder de compra. Mas, quando todas as categorias da população já estão suficientemente satisfeitas, esse aumento da demanda passa a ser apenas proporcional ao próprio crescimento da população. Há um complicador: a inovação tecnológica e o progresso industrial podem significar um aumento da produção, portanto uma baixa de preços. Conseqüentemente, a renda agrícola baixa. Esse "desequilíbrio" só é compensado pelo êxodo rural, que é constitutivo do crescimento econômico (Gervais, Servolin e Weil, 1965: 15-20).

"Nesse equilíbrio dinâmico, ou nesse encaminhamento histórico, que chamamos desenvolvimento econômico, o volume da produção e o da população agrícola, as técnicas praticadas, as estruturas agrárias e, mais amplamente, dos mercados, são fatores intimamente ligados; de sua combinação resulta a evolução das rendas agrícolas; enfim e sobretudo, basta que um dos fatores seja bloqueado para que o conjunto seja comprometido" (Idem, 21).

²⁷⁴Uma pesquisa realizada pela Emater-GO em 1996 indica que os filhos dos agricultores goianos estão afinados com essa expectativa dos parceleiros para os seus filhos. A empresa ouviu 2.036 jovens entre 12 e 23 anos em 126 municípios do Estado. Dentre os dados destacam-se: 95% dos entrevistados afirmaram que não querem deixar o campo. Menos de 50% deles concluíram o 2º Grau (O Popular, 02/04/97, 4).

²⁷⁵Lembro-me aqui da frase de Eduardo Giannetti: "...uma aberração quase inexplicável a preponderância do valor econômico na conduta humana" (Eduardo Giannetti da Fonseca, economista, USP, Folha de SP, 24/11/96, 1-17)

Ou seja, a possibilidade da estabilização dos assentados, como produtores familiares de alimentos (além dos aspectos educacionais, religiosos, representativos, colocados em capítulos anteriores), vai depender muito de uma organização da produção no interior dos assentamentos, de forma sustentável: ecológica e, ao mesmo tempo, economicamente viável. Estarão sempre em jogo, portanto, fatores simbólicos e materiais, internos e externos, abrangentes.

9.6 Camponês: camponeses

"...no Brasil, mais importante do que os elementos em oposição, é a sua conexão, a sua relação, os elos que conjugam os seus elementos...juntar a família com a classe social, a religiosidade popular com a economia capitalista, as lealdades aos amigos com a lealdade ideológica. Descobrir essas conexões é ter que estudar a sociedade brasileira de modo aberto, sendo capaz de captá-la em seu movimento. E o seu movimento é sempre no sentido da relação e da conexão".

(Roberto Da Matta, 1985).

A reflexão do final do item anterior, em torno da questão da expectativa dos parceiros sobre o futuro dos filhos, é um bom ponto de partida para este item final. Nos assentamentos da região de Goiás, há um leve acento na continuidade de uma agricultura camponesa (Introdução deste capítulo), tradicional, vislumbrando a sucessão dos atuais agricultores por seus filhos. No Rio Paraíso, em Jataí, que já pratica uma agricultura mais comercial (e, em boa medida, já empresarial), uma boa parte do futuro dos filhos é imaginada na máxima escolarização e na ocupação urbana. É um indício de que, nos casos dos assentamentos, prevalece o que já caminha para um certo consenso em estudos de campesinato de modo geral, ou seja, o questionamento de uma certa "lógica camponesa", unívoca. Há "vários camponeses" em ação, ou o campesinato é sempre uma situação social que precisa ser vista na perspectiva da diversificação (Musumeci, 1988: 138; Soares, 1981: 139-141). Também, por isso se explica o recurso aos registros literários, especialmente ao regionalismo goiano, ao longo de todo o texto. Michael Pollak e Nathalie Heinich, analisando o trabalho de memória de judeus que viveram a experiência do campo de concentração, inclusive através de romances, dizem que o "distanciamento literário" cria um espaço

discursivo que permite uma pluralidade de vozes. O momento histórico expresso de forma romanesca emerge em toda a sua diversidade e ambivalência (Pollak e Heinich, 1986: 20).

Nesse sentido, é muito mais seguro falarmos não tanto de camponês, mas de uma certa "campesinidade", da qual nem todos os pequenos produtores partilham (Woortmann, 1990: 13). Como se trata de uma categoria moral e não político-econômica, a "ética da campesinidade" é definida pela noção de reciprocidade, e não pela noção de troca (Idem, 57). De acordo com o que entendi ser a metodologia de Woortmann (Idem, 69), a questão que nos resta agora não é exatamente nos perguntar se o assentado é um camponês. Isso daria um caráter estático à caracterização do trabalhador rural em questão. É muito mais fértil, a partir de alguns aspectos que, espero, sejam sintetizadores do estudo feito, verificar a maior ou menor incidência desta "campesinidade". Para isso, serão consideradas as falas dos próprios sujeitos em questão, bem como suas estratégias de produção e reprodução social. É o que segue.

Níveis de exploração da terra

O Assentamento Mosquito já completou uma década de instalação, e um de seus parceleiros ainda não fez efetivo beneficiamento em seu lote. O lote é ocupado em períodos intermitentes do ano pela esposa e filhos. Em contrapartida, um grupo de mulheres do mesmo assentamento já colocou em operação uma produção comunitária de queijo mussarela. É a primeira unidade de transformação que conheci em assentamentos goianos. Tanto no Mosquito quanto nos assentamentos vizinhos da região de Goiás, não se planta feijão, pois o volume de investimentos em calcário e insumos, com um cultivo manual ou no máximo com tração animal, torna o produto final muito mais caro que o encontrado no mercado. Em compensação, os parceleiros do Ribeirão do Meio, em Anicuns, e do Rio Paraíso, em Jataí, trabalham anualmente com muitas toneladas de calcário.

Os exemplos nessa direção, além das descrições em capítulos anteriores, poderiam multiplicar-se. Mas já são o bastante para dizer que os agricultores chegam à terra mobilizados por uma motivação comum, mas, com o passar dos anos, vão imprimindo níveis diversificados no trato com a terra. As causas são, evidentemente, inúmeras. A observação ou não da dinâmica própria da natureza, estoque de mão-de-obra, maior ou menor performance no trabalho e até incidência de alcoolismo. E isso fatalmente determina também crescimentos

diversificados do padrão de vida da família, embora, de modo geral, todas as famílias apresentem melhoria significativa (Feitas, 1994: 145).

De assentamento para assentamento, a produtividade do trabalho humano também expressa diferenças de níveis de exploração da terra. Com base nos dados do questionário aplicado em três assentamentos, pela relação entre UTH (Unidade de Trabalho Homem) e SAU (Superfície Agrícola Util) (Lamarche, 1993: 122-123), é possível determinar a pressão do trabalho humano por hectare cultivado. Os três assentamentos possuem assalareamento zero. A compra de mão-de-obra é esporádica ou apenas em troca de jornadas (6.). No Rio Paraíso, onde vários parceleiros têm mecanização própria, a pressão do trabalho humano é bem menor. Vejamos os dados.

	U T H/Parcela	S A U	PRESSÃO
Rio Paraíso	2,42	32,7	0,074
Rancho Grande	2,98	35,8	0,083
Mosquito	2,8	32,78	0,085
Média	2,73	33,76	0,080

Capacidade de investimento

Evidentemente, o que era efeito torna-se causa. Se a pressão do trabalho é menor, a produtividade do trabalho é maior. Portanto, o custo do trabalho também é menor, resultando em maior disponibilidade de recursos para maiores investimentos. Isso significa que, nos assentamentos da região de Goiás, a capacidade de assimilação de tecnologias é bem menor que no Rio Paraíso. Esse dado é importante para os mediadores e para os próprios parceleiros, no sentido de se evitar a busca de alteração de formas de produção, de maneira desordenada. Isso resultaria em uma ainda maior descapitalização do produtor direto.

Do ponto de vista estritamente econômico, esse equilíbrio será crucial para a desejada estabilização dos assentados, pois, com o processo de modernização da agricultura vivido pelo Brasil, a partir de meados da década de 60, os agricultores de subsistência, cuja principal determinação da produção é o consumo próprio da família, têm dois caminhos

alternativos: dão lugar ao surgimento das empresas rurais, capitalistas, ou então, dão lugar a empresas familiares, que não usam trabalho assalariado, mas se relacionam com o mercado, ou seja, produzem mercadorias (Graziano Neto, 1985: 26-27). A etnografia de Carlos Brandão junto a agricultores paulistas comprova que esse processo tem sido mesmo impositivo. A diferença de constatação entre ele e Graziano é que essa perspectiva de uma agricultura modernizada, familiar ou empresarial, não parece estar muito próxima no horizonte dos sitiantes dos bairros rurais de São Luís do Paraitinga. Por isso, as alternativas vislumbradas são outras. Em oposição à alternativa de permanecer numa agricultura tradicional (um "modo de vida tradicional, da ética camponesa fundada sobre a submissão do tempo e do corpo ao trabalho direto"), a opção que resta à maioria das pessoas é o "trabalho fora da roça e da atividade camponesa" (Brandão, 1995: 218).

Luta pela terra e reforma agrária

Antes de tomar posse no Ministério Extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann visitou o Assentamento Rio Paraíso, e o "Fantástico" (da Rede Globo de Televisão) noticiou: "ministro visita assentamento modelo". O que significa ser um "assentamento modelo" ? A caracterização não indicaria exatamente uma certa confiabilidade para o capital ? Se é isso, os assentamentos representariam um ótimo mecanismo que, seja por sua capacidade de solução de conflitos agrários, seja por sua capacidade de integração de agricultores ao mercado (a montante e a jusante), impediria a efetivação da reforma agrária (5.2).

De qualquer forma, os assentamentos já estão instalados, apresentando significativos resultados econômicos, sociais e culturais. Aquela emulação dos tempos da constituição do grupo, que, para uns passou pela atividade religiosa, para outros pela via sindical e para outros, ainda, pela pura pressão pauperizante das periferias urbanas, apresenta-se hoje apenas de forma residual entre os grupos. Mas, não deixa de gerar diferenças. Alguns muito poucos ainda permanecem mobilizados (e mobilizadores) pelo MST, mesmo como parceleiros, como são os casos do Altair, no Mosquito, e do Aurélio, no Rancho Grande. Outros tantos mantêm com os grupos que ainda lutam pela terra um vínculo solidário e de ajudas específicas. Damázio, do Mosquito, e Zé Tiago, do Retiro e Velha, são bons exemplos. Um outro grande grupo transformou a inicial "ideologia da reforma agrária" em defesa, também com ímpeto militante, da organização da produção familiar dentro dos assentamentos. Pedro Minas, do Mosquito, Japão, do Rancho Grande, e Jorge Carlos e Pedrão, da Lavrinha, encabeçariam um

boa lista de parceiros aí classificados. Já houve também várias tentativas não muito bem-sucedidas (9.1) de transformação partidária/eleitoral do capital angariado nesse processo de luta pela terra e de organização da produção. Esses dois últimos casos dizem respeito à maioria dos parceiros do Rio Paraíso. Mas, em todos os assentamentos há inegáveis exemplos de pessoas que se acomodaram nos seus lotes, até com certa produção satisfatória para a reprodução familiar, mas sem nenhum resquício da atividade grupal que lhes garantiu o acesso à terra. Como já assinali, a mobilização permanente seria inimaginável.

Ou seja, ainda que essas posturas pareçam meras idiossincrasias, elas são determinantes na reprodução dos grupos de assentados, por conseguinte na estabilização camponesa na terra, ainda que isso venha a passar pela constituição de uma agricultura empresarial de tipo familiar. São elas que vão determinar, em último caso, o desenvolvimento ou não de formas conjuntas de organização da produção, como cooperativas; são elas que vão determinar a motivação para as descobertas de novas formas de produção e de investimento. Se nada disso acontecer, estará reeditado o produtor direto isolado, de antes dos anos 60, muito mais vulnerável à concentração da terra.

Essa é, em grande medida, a tradição brasileira. A afirmação da existência de um campesinato passa pela sociedade colonial, pelas grandes propriedades e pela recente modernização da produção agrícola, via grandes projetos do governo militar. Vários estudos têm mostrado o jogo ambíguo do Estado, excluindo fatias importantes do campesinato, no sentido inverso, efetivando uma prática clientelista e assistencialista para entreter a miséria rural e urbana. Restam ao trabalhador rural brasileiro uma identidade profissional vinculada ao trabalho manual, pouco contato com técnicos, pouca sociabilidade e desconfiança face a um mercado de dimensões mundiais (Lamarche, 1994).

Estratégia familiar

O caráter familiar da produção camponesa encontra um certo consenso entre os estudiosos de campesinato - seu "traço distintivo fundamental" (Soares, 1981: 208). E não teria por que ser diferente nos assentamentos²⁷⁶. Ao contrário, ele está intrinsecamente ligado à

²⁷⁶A FETAEG e a EMATER não têm tido dificuldades em encaminhar os projetos de financiamento dos assentados, uma vez que eles se enquandram bem no que está definido nas políticas públicas como agricultura familiar. Segundo a Resolução Nº 2.191 do Banco Central, de 24 de agosto de 1995, que instituiu o PRONAF,

própria reprodução dos grupos de assentados (7.4). Por isso, uma das mobilizações iniciais de qualquer assentamento é quanto à escolarização dos filhos, se possível no próprio assentamento ou, se na cidade, mediante um sistema de transporte diário que não os tire do convívio da família. Apoiam em geral o trabalho da Escola Família Agrícola, e vários filhos de assentados estudam em escolas técnicas agrícolas de outros municípios. Isso confirma o que dizem: a realização dos filhos, homens e mulheres, está na terra, aprendendo com a família e dando continuidade, depois, à conquista que fizeram.

Mas, a família camponesa não é a família "da televisão" - pai, mãe e um casal de filhos. A constituição da família que chegou ao assentamento é diversificada em termos numéricos, definindo estoques de mão-de-obra também diversificados. No desenvolvimento do assentamento, os filhos vão crescendo e vão assumindo o trabalho no lote ou buscando trabalho na cidade. A não ser num horizonte ainda longínquo de agroindustrialização, os assentamentos vão ter muita dificuldade de desenvolver programas específicos de instalação dos jovens. Algumas tentativas já foram feitas com a ajuda de mediadores, mas ainda com pouco ou nenhum resultado, a não ser a natural instalação dos filhos no próprio lote da família (8.5). Casos especiais como doenças ou morte, sobretudo do cônjuge masculino, redefinem a relação dos parceiros com o assentamento, muitas vezes pelo desligamento (6.2). Desse modo, a família é um elemento constitutivo fundamental do assentamento, e as formas diversificadas de vivência dessa dimensão do humano definem formas também diversificadas de apropriação do espaço e, portanto, de participação na composição do grupo de parceiros.

Dinâmica grupal interna

Um parceiro do Mosquito era considerado no grupo um "caso perdido" pelo alcoolismo. O trabalho no lote já estava comprometido, assim como a sua vida conjugal. Em 1995, foi "convertido" pelo grupo local da Igreja de Cristo. Agora, atua efusivamente nos cultos e outras atividades pentecostais no assentamento e é um dos líderes da construção do primeiro templo religioso local. Entre os testemunhos constantes dos "irmãos", está o seu próprio, de reconstrução da vida pessoal e familiar; e, por extensão, da sua contribuição para

os critérios para a caracterização da agricultura familiar são: "a) explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; b) não mantenha empregado permanente, sendo admitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir; c) não detenha a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor. d) no mínimo, 80%

um bom desempenho do grupo de assentados. Ao final de 1996, passou a compor a nova diretoria da associação, ao ser eleito para a função de secretário. No entanto, na constituição do assentamento, a única mediação religiosa foi católica, através da ajuda das paróquias identificadas como Igreja do Evangelho, da Diocese de Goiás.

São muitos os fatores de agrupamento dentro de um assentamento. As afiliações religiosas definem, por exemplo, a participação ou não em um baile ou numa roda de truco. As diferenças políticas definem a participação ou não em determinada reunião partidária. As diferenças de concepção sobre a organização da produção definem a participação ou não em um grupo de produção comunitária. As composições internas de poder definem em qual das associações do assentamento participar ou não participar, quando ela é única. Estar ou não ligado à facção hegemônica do poder municipal também define formas de acesso a determinados benefícios do poder público.

E assim seria possível enumerar outros tantos fatores constitutivos das diferenças inevitáveis dentro de um assentamento. E elas definem também a renda familiar e, por conseguinte, a capacidade de investimento dos parceiros. Num horizonte maior, tudo isso tem a ver com a perspectiva da estabilização dos assentados. Vejamos dois exemplos. Uma das duas associações do Assentamento São João da Lavrinha iniciou, em 1996, um trabalho coletivo em torno da produção de mamão e da piscicultura. Se chegarem a bom termo, seus integrantes poderão apresentar, em um futuro próximo, uma apropriação da renda da terra diversa daqueles que estão na outra associação e não integram o projeto. Da mesma forma, as mulheres do Mosquito que criaram a fábrica de queijo definem para suas famílias uma renda diferenciada, na somatória da venda do produto, na entrega do leite e na utilização do soro para a engorda dos suínos.

Relação com o Estado

Dez anos ainda é um tempo limitado para se fazer uma avaliação segura de um fato social. Ele ainda está em curso. Exige ainda verbos conjugados no gerúndio. Por isso, as conclusões mais seguras têm que ser postas em termos de perspectivas, de tendências. Assim, a diversidade precisa ser entendida não apenas numa relação interior ao assentamento, mas

de sua renda bruta anual seja proveniente da exploração agropecuária ou extrativa; e) resida na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos".

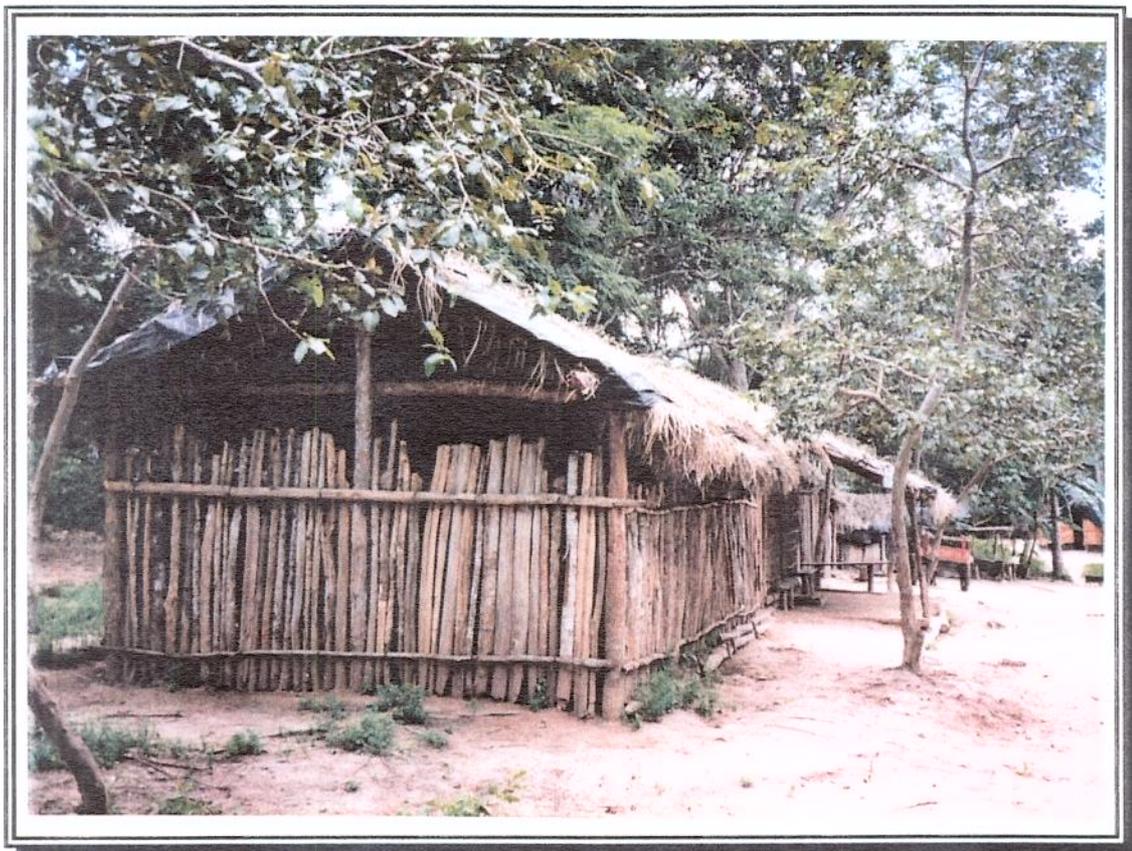
numa relação também entre assentamentos. Os já consolidados, em termos de relação institucional e de suporte econômico, dividem-se em dois grupos: os do INCRA, e os do governo estadual, já comentados (4.5). Os do primeiro grupo apresentam uma diversificação interna significativa. São assentamentos assistidos por programas nacionais de distribuição de terras e de recursos que sempre oscilam de acordo com as conjunturas. A história desses assentamentos também é muito diversificada, a maior parte passando por ocupações e acampamentos. Mas, aí é que está uma complicação. Na promoção e acompanhamento dessas ações, entram principalmente três grupos de mediadores: de um lado o setor sindical (sindicatos e FETAEG) e religioso (CPT e dioceses de Goiás e de Rubiataba) e de outro o MST. Essas duas realidades definem diferenças em relação a recursos mínimos como alimentação e acompanhamento jurídico.

Pois bem! Esse pequeno mapa, que repete dados e raciocínios postos ao longo do texto, volta aqui para dizer que entre os assentamentos há diferenças significativas. Uma delas, objeto já de duras críticas a gestões passadas da Superintendência Regional do INCRA, é que muitos desses assentamentos foram criados em áreas absolutamente imprestáveis para o cultivo. O INCRA teria atuado como um proveitoso instrumento dos fazendeiros, na desova de terras impróprias para qualquer atividade econômica. Já os assentamentos criados pelo governo do Estado estão em terras férteis e mecanizáveis. Isso imprime entre eles uma diferença gigantesca em termos de capacidade de geração de renda e de reinvestimento.

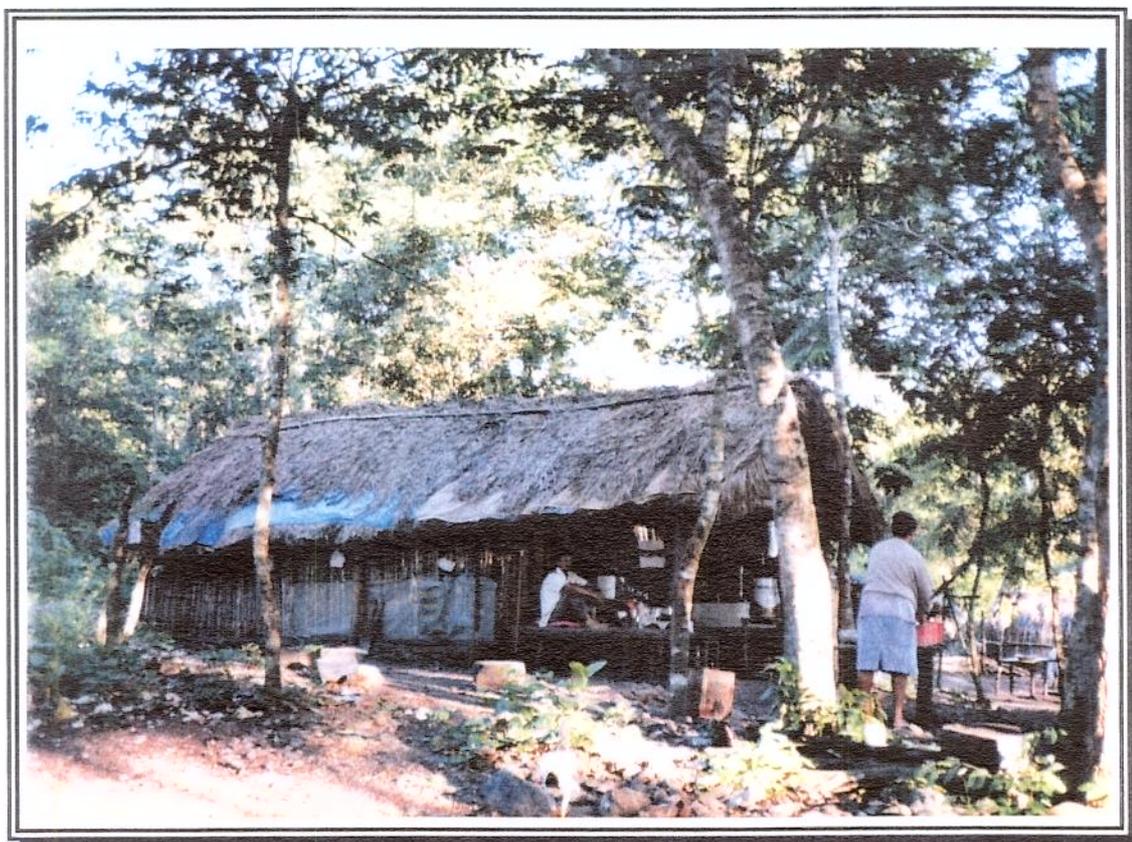
Um bom referencial para se pensarem essas diferenças, e o significado delas em relação à produção familiar no Brasil, é a pesquisa comparativa internacional sobre a agricultura familiar, coordenada pelo Prof. Hugues Lamarche. A partir de dados da Polônia, Canadá, Tunísia, França e Brasil, a equipe elaborou uma proposta para o futuro da agricultura familiar, chamada de "Exploitation Familiale Moderne". Ela deve ser semi-intensiva. Deve permanecer o peso da família na organização do trabalho, mas não de maneira absolutizada. É um modelo ancorado nas relações de localidade, sem se fechar à sociedade global. E deve manter uma relativa independência em relação ao Estado.

Ainda que pareça estranho, dos cinco países, o que parece mais próximo desse modelo é o Brasil. Perto de 45% das unidades produtivas pesquisadas no Brasil, apresentam essas características. Esse percentual se refere a Leme e Ijuí. Essas características estão totalmente ausentes no Cariri (Lamarche, 1994).

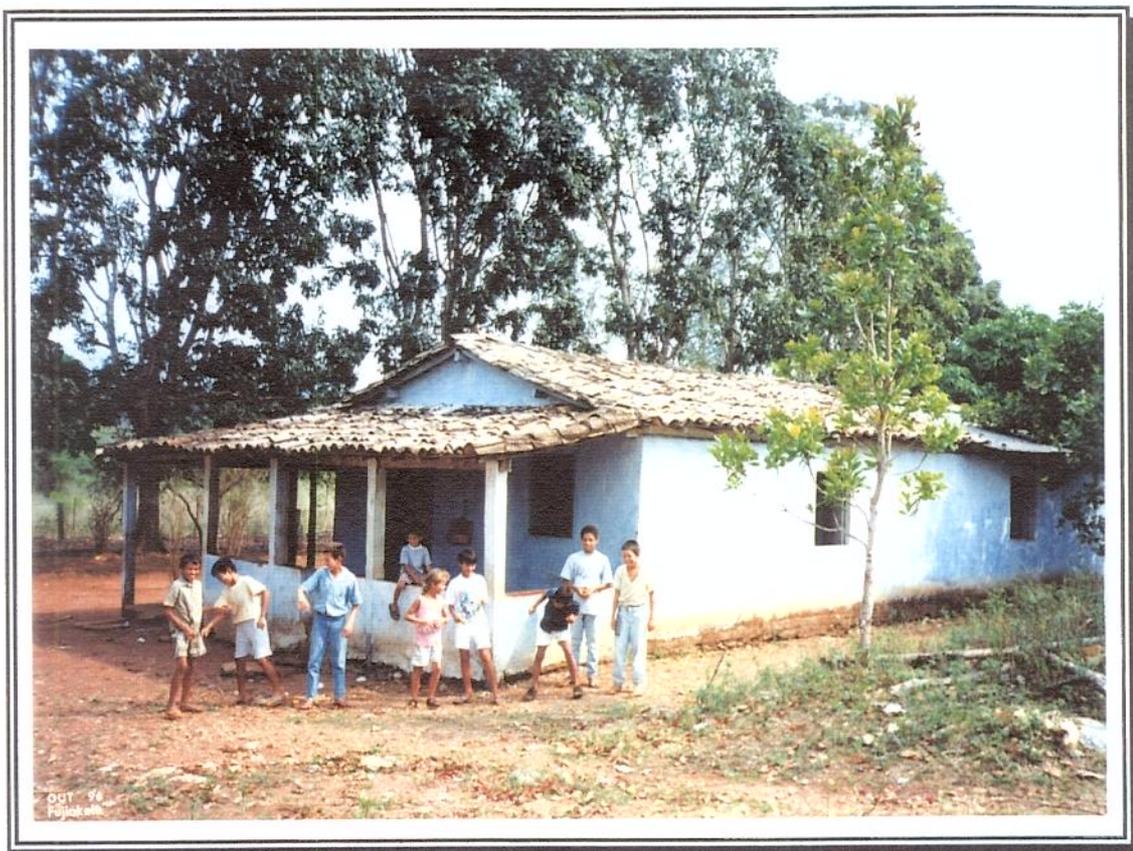
Os assentamentos goianos aqui estudados estão bastante nuançados em relação às características do modelo pensado. A preponderância da soja, no Rio Paraíso, torna-o um assentamento com uma dominância, na maioria dos lotes, de uma produção intensiva. Os da região de Goiás ainda estão aquém do "semi" dessa característica. Portanto, ela tem uma aproximação precária com os casos goianos. Quanto ao trabalho familiar e às relações de localidade, o modelo pensado pela pesquisa se aproxima mais do Rio Paraíso. Não existe assalariamento em nenhum deles. Mas, a mecanização já bem mais avançada no Rio Paraíso tende a resultar em uma maior liberação dos filhos e da esposa para a escola e outras atividades. Nos outros, a pressão atual do trabalho humano é maior, e também a sua dependência. Já com relação à relativa independência face ao Estado, o Rio Paraíso está mais comprometido. Todo o desenvolvimento desse assentamento deveu-se ao habilidoso aproveitamento por parte das lideranças, em relação ao clientelismo político em várias esferas. Feitas as contas, o assentamento de Jataí é o que apresenta uma aproximação mais expressiva em relação ao modelo pregado pela equipe do Prof. Lamarche. Os da região de Goiás, para chegarem a esse nível, vão depender ainda de um longo percurso em termos de organização da produção e da sua comercialização. Outras pesquisas futuras poderão dizê-lo melhor.



Casa de escola, no pré-assentamento de São João da Lavrinha (maio de 1994).



Aqui terminou para o Sr. Vicente, o sonho de chegar à terra.



Lavrinha, outubro de 1996. A casa da fazenda ocupada torna-se casa de escola.



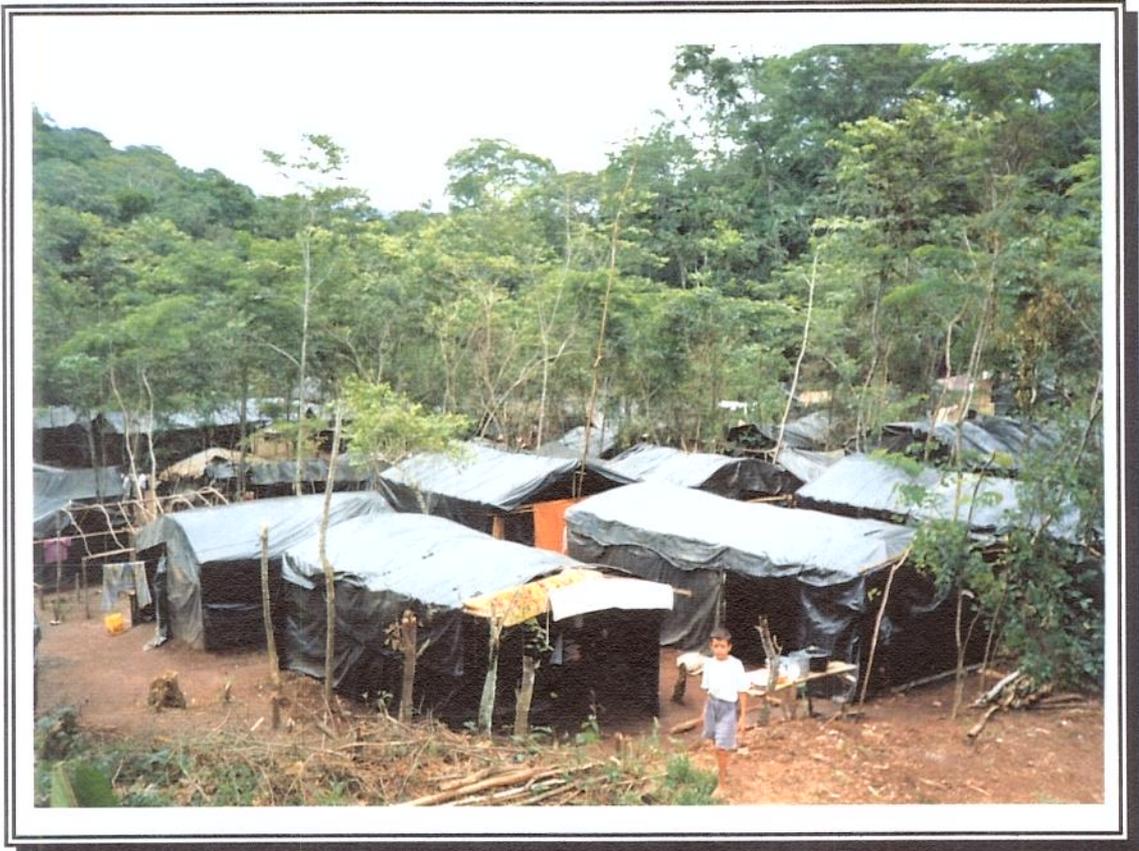
Depois da casa pronta, o "Barba" começa a formar o pasto em volta.



Uma história em aberto.



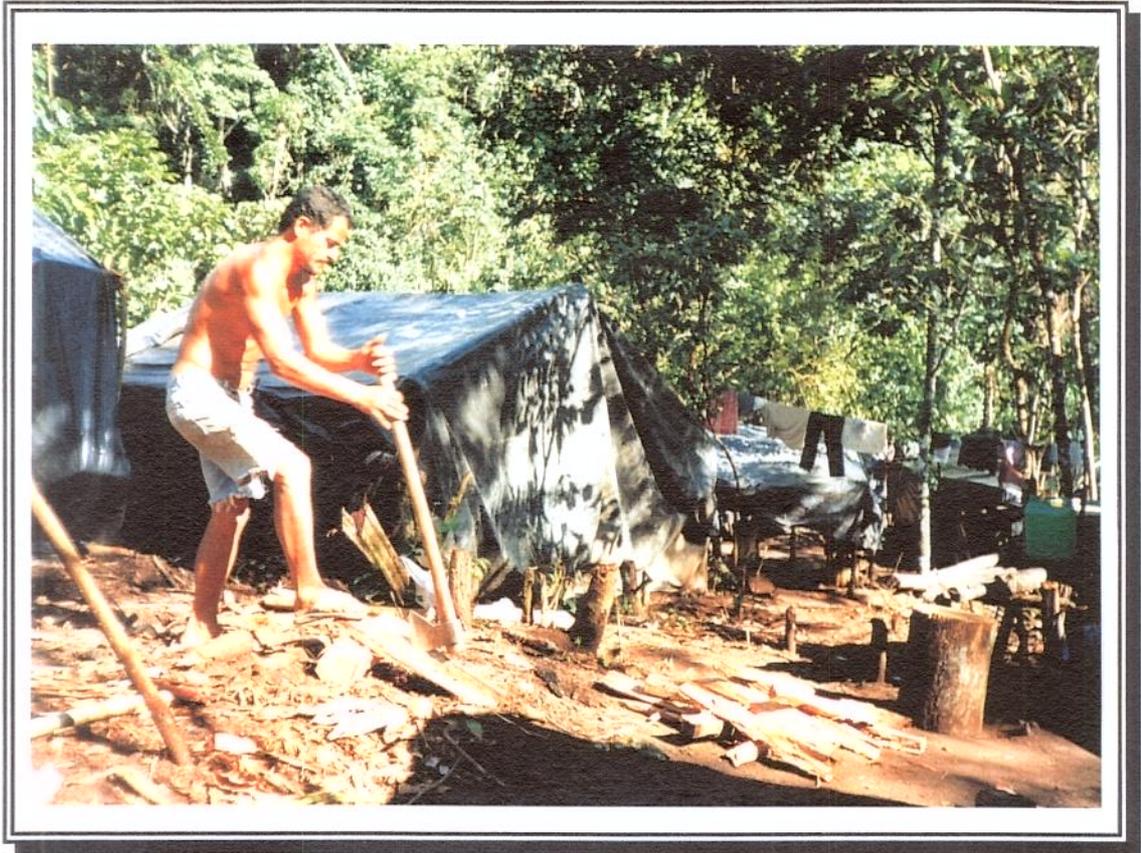
Acampamento dos sem-terra da Fazenda Santa Rosa, Itaberai, à beira do Rio Uru (maio de 1996).



Janeiro de 1997: acampamento dentro da fazenda, na quarta ocupação.



Enquanto espera a terra, o Sr. Galdino prepara cunhas e cabos de enxada.



Há sempre muito trabalho no rancho.



E também na preparação da terra para o plantio.

RETROSPECTIVAS E PROSPECTIVAS

Uma Antropologia do Projeto, como quem conclui

"O que eu queira. Os fatos passados obedecem à gente; os em vir, também. Só o poder do presente é que é furiável? Não. Esse obedece igual - e é o que é. Isto, já aprendi" (Riobaldo, no Grande Sertão).

Na literatura sobre o rural brasileiro contemporâneo, já se vão avolumando, felizmente, os estudos sobre ocupações, acampamentos e assentamentos. Vários desses estudos nos acompanharam no presente trabalho. Penso que se pode afirmar sem muita margem de erro que, em todos eles, há, velada ou explicitamente, uma recorrência no sentido de dizer que os trabalhadores rurais que se tornaram sujeitos desta história fizeram-no por terem ou por se identificarem com um projeto de vida e de trabalho, para si próprios e para os seus familiares. Isso significa dizer, entre outras, que esses trabalhadores passaram da utopia a um projeto concreto de atuação no campo. Penso que muitos aspectos dessa história camponesa poderiam ser melhor explicados e compreendidos a partir desse fator. Um exemplo disso é a questão do coletivo e do individual (6.6). A insistência dos mediadores na produção coletiva não ocorre, por estarem eles ainda muito presos à utopia (camponesa, comunitária)? O que ocorre é que, até agora, muitos autores têm se referido à idéia de projeto, sem precisá-la. Então, mesmo que esteja abusando um pouco da paciência do leitor, resolvi incluir aqui uma discussão teórica dessa questão. Em termos formais, penso que minha análise sobre os assentamentos goianos poderia muito bem se encerrar com o último parágrafo do capítulo 9. Mas não resisti à tentação desse acréscimo, quase que um pós-fácio.

Às vezes as referências à idéia de projeto, mesmo se são suficientemente convincentes do seu conteúdo afirmativo, aparecem em forma de pergunta. Evocando o papel dos assentamentos do Sul como elemento complexificador da organização rural, como fonte de novas formas de solidariedade, como fator de recrudescimento das lutas sociais e como fator de democratização da organização camponesa, Ivaldo Gehlen pergunta:

"Não está aí a evidência da gestação de um projeto que acumula os resultados das lutas e da reflexão dos atores, e que carrega um

conteúdo social, político, econômico e cultural ?" (Gehlen, 1991: 514).

Na mesma perspectiva, pude recortar o texto de Vera Lúcia Ferrante.

"Entre começar a se reunir no sindicato em discussões - não individualizadas - sobre a inserção da terra no processo de lutas dos bóias-frias e sua própria decisão de cadastrar-se, esperar ser selecionado, ou decidir-se a invadir uma das muitas áreas de terra prometida e não concedida, há expressões de unidade e diversidade...Marcas de singularidade de cada um, traços de diversidade, manifestações de desconfiança de uns em relação aos outros, vontade de se sentar junto, a sensação de se estar só e a expectativa de se encontrar com outros iguais. Matizes a revelar um projeto ?" (Ferrante, 1994: 134).

Lembrando que essa preocupação com as singularidades na diversidade praticamente embasou todas as páginas precedentes, explicitando-se mais objetivamente no item 8.4, observo ainda que, em outros textos sobre ocupações e, a idéia de projeto aparece de forma decididamente afirmativa. É o que pude notar no mesmo texto de Ivaldo Gehlen, algumas páginas depois.

"...a luta pela terra é portadora de um projeto que ultrapassa os interesses imediatos dos atores engajados, entre os quais a destruição das forças oligárquicas é apenas o primeiro passo" (Gehlen, 1991: 519).

Numa perspectiva ainda mais incisiva, os assentamentos chegam a ser vistos como a operacionalização de um "projeto" importante para o Brasil, a "agricultura familiar moderna", pela qual conclui o grupo do Prof. Lamarche numa pesquisa internacional (9.6). É o que podemos ver em texto recente de Sônia Bergamasco e Luís Antônio Norder.

"Os assentamentos são, desta forma, considerados como espaços onde os problemas sociais poderão ser encaminhados de forma sustentável e permanente, base para um modelo de desenvolvimento rural socialmente mais equitativo, sem estar completamente vinculado às exigências comerciais impostas às empresas rurais" (Bergamasco e Norder, 1996: 68).

O que significa perguntar ou afirmar algo sobre a existência de um projeto camponês ? (Soares, 1981: 214; Tavares dos Santos, 1984: 135-170). E de forma ainda mais específica, como convém aqui, o que significam essas inferências, quando se está falando de camponeses ocupantes e assentados ? É preciso, para isso, tentar formar uma compreensão básica do que é um projeto, do que seja projetar, ou do que seja uma certa "mentalidade de projeto", - uma

"*culture à projet*" (Boutinet, 1990: 2) ou uma "*progettualità*" (Bodei, 1981: 34). Em resumo, é uma tentativa de iluminar estas considerações finais com uma certa "antropologia do projeto" que, em última análise, significa nos perguntar como os indivíduos e os grupos, especialmente os em luta pela terra, vivem o tempo (Boutinet, 1990: 15). Buscaremos isso a seguir.

De início, há que se estabelecer uma referência histórica. O fato social aqui estudado, sem qualquer casualidade, emerge no Estado de Goiás e em quase todo o país, na década de 80. Naturalmente, é uma conjuntura histórica, enormemente mais abrangente. A modernidade (o pós-revolução industrial) negou a comunidade tradicional e em troca prometeu a comunidade universal dos iguais, pelo formalismo dos direitos. Essa promessa, entretanto, esbarrou no Estado burocrático e em sistemas econômicos excludentes. A emergência dos assentamentos se dá num contexto de crença na possibilidade da pessoa, de espaços comunitários, de "laços sociais". Essa possibilidade atingiu uma certa maturidade (de novo a metáfora da "gravidez histórica") nos anos 80, com um certo crescimento democrático, a partir dos movimentos sociais que acumularam forças em décadas anteriores. Só essa perspectiva é portadora de projeto (Barcelona, 1992).

Tudo indica que o termo surgiu em meio ao desenvolvimento arquitetural no Quattrocento italiano. No Francês antigo (Sec. XIV e XV), *pourjet* ou *project* tinha exatamente essa conotação de elementos arquiteturais. Significava qualquer parte de uma construção projetada para frente - "*jetée en avant*" - como uma sacada. Mas, o sentido atual do termo se impôs na cultura ocidental somente em meados do nosso século (Boutinet, 1990: 24-25).

Para Alfred Schutz, o ato de projetar subsume-se ao agir. Só pode ser chamada de ação, a conduta que é prevista, "que é baseada num projeto preconcebido" (Schutz, 1979: 123; Velho, 1981: 107). Assim se deve compreender, por exemplo, o trabalho, como "ação no mundo exterior" (Idem, 124). É essa compreensão da ação que, para Schutz, faz a distinção entre comportamentos "consciente" e "inconsciente":

"uma ação é consciente no sentido em que, antes de a realizarmos, temos em nossa mente uma figura do que vamos fazer. Esse é o "ato projetado" (Idem, 126).

Seu argumento é reforçado com outra metáfora, além da "figura" a que se deve consultar. Uma ação é consciente quando, antes de a realizarmos, consultamos um mapa. "Comportamento sem mapa ou figura é inconsciente" (Idem, 127). Se o projeto é uma ação consciente, preconcebida, o projetar supõe a imaginação, a fantasia. "Todo projetar consiste numa antecipação da conduta futura por meio da fantasia". Mas nem toda fantasia é projeto. Para sê-lo, é preciso que haja a possibilidade prática de desenvolver a ação projetada (Idem, 138).

Os trabalhadores em luta pela terra também têm fantasias. Eles também falam de seus ideais, de seus sonhos. E, como adverte Schutz, seus sonhos são expressos através de elementos muito concretos e de passos muito bem definidos em vista da realização dos mesmos. Vejamos isso nos depoimentos de dois assentados, respondendo sobre o que esperam do futuro dos seus assentamentos.

"A minha imaginação é que politicamente, é de ser todo mundo ter um padrão de vida adequado, ter seus carrinhos na porta, ter suas lavouras com base de agricultura alternativa"²⁷⁷.

"Eu vejo o seguinte. Num futuro mais próximo a gente já tenha concretizado nossos ideais, nossos sonhos, sonhos um tanto quanto altos. Mas a gente aprendeu que a gente não deve sonhar pobre não. Tem que sonhar alto. E a gente tá com um assentamento, eu não digo modelo a nível de estado, mas, pelo menos perto de modelo. E industrializando nossos produtos, com as tulhas cheias, com o assentamento bonito, tudo organizadinho e mostrando, dando o troco pra burguesia que chamava a gente de marginais, de invasores de terra. Procurando conscientizar e levar a reforma agrária adiante"²⁷⁸.

Diz ainda Schutz que o ato de projetar depende muito da memória, da retrospectiva. No ato de projetar não há distinção de tempos passado e futuro. Em ambos os casos vemos o evento como tendo ocorrido em retrospectiva, no passado. O projeto é uma retrospectiva antecipada. Mas, Schutz coloca uma diferença fundamental.

"O que constitui diferença decisiva é o fato real de que a retrospectiva genuína não deixa nada em aberto e indeterminado. O passado é irrevogável e irremediável. A previsão, uma retrospectiva antecipada, depende do nosso estoque de conhecimento à mão antes do evento e, portanto, deixa em aberto o que só vai ser irrevogavelmente preenchido através da concorrência real do evento antecipado" (Idem, 142).

²⁷⁷Lourenço Bueno, Assentamento Rancho Grande, em depoimento já citado.

²⁷⁸Jorge Carlos, o "Barba", Assentamento São João da Lavrinha, idem.

É assim que entendo as falas de muitos assentados ao explicar as razões de sua inserção na luta pela terra, sempre contando as suas próprias histórias, como o "no tempo dos nossos pais" do Antônio Baiano (5.2). E foi assim também que procurei desenvolver o presente texto. Não se pode pretender explicar um fato social tão polissêmico pela ação de um movimento ou nos limites cronológicos de uma década. O "estoque" de conhecimentos dos sujeitos aí envolvidos supõe também suas histórias de vida, a memória do "tempo antigo" de fartura, povoado de símbolos e significados. E o "estoque" de conhecimentos dos mediadores (5.4) precisa supor também, num processo acumulativo, as décadas precedentes de exclusão do trabalhador rural e de atuação de outros agentes sociais. No "projeto" de (re)conquistar a terra, num tempo proximamente futuro, está também a retrospectiva de um modo de vida que se espera recobrar ou que não se quer jamais repetir. Por isso, participar de uma ocupação de fazenda, com muita razão, pode ser caracterizado como uma "ação consciente". Assim pensam também Maria Conceição e Gérard Roy sobre assentados paulistas.

"Cada um se queria autônomo, livre em seu tempo e em seu esforço. Eles não queriam mais depender senão deles mesmos. E elaboravam a partir daí seus projetos. Projetos de auto-reprodução familiar pelo caminho da agricultura familiar experimentada - direta ou indiretamente através de seus pais - no passado" (D'Incao e Roy, 1995: 28-29).

Na mesma perspectiva fenomenológica de Schutz, Boutinet encontra em Heidegger uma dimensão fundamental do projeto, ligada à própria comunicação, ao desvelamento do ser. O ser é compreendido no seu projeto, ao que Boutinet parafraseia: "o projeto constitui a revelação do ser" (Boutinet, 1990: 45). Na perspectiva empírica aqui trabalhada, D'Incao e Roy parecem dizer, então, que o assentamento revela a própria identidade camponesa, materializada na auto-reprodução familiar (9.6), mas que não se encerra em si mesma. A participação do campesinato na revolução social não se dá de modo necessariamente revolucionário, conforme já citei um texto de Octávio Ianni. Nem sempre ele desenvolve uma luta pensando na sociedade nacional (5.1). Entretanto, em que pese ser um movimento ainda no tempo presente, logo, difícil de ser totalmente compreendido na sua significação histórica, a ação dos ocupantes e assentados reclama por mudanças mais abrangentes. Ela se dá, portanto, num cotidiano que não se reduz à localidade e aos tempos mínimos da "vida de todos dias", mas projeta-se numa historicidade ampla, é um cotidiano micro e macroestrutural, como se pôde ver no início deste texto.

Voltando ao mesmo texto de Ianni, ele diz que o movimento camponês freqüentemente se torna um ingrediente básico da revolução.

"O caráter das suas reivindicações econômicas, políticas, culturais, religiosas ou outras implica no questionamento da ordem vigente...A sua prática social como um todo, compreendendo a luta pela preservação, conquista ou reconquista de suas condições de vida e trabalho, acaba por tornar-se um componente das lutas sociais que se desenvolvem no âmbito da sociedade como um todo" (Ianni, 1988: 103).

Voltando ao começo da reflexão, um aspecto inevitável, salientado por vários autores, é a questão da previsão ou da antecipação. O projeto é uma determinação fundamental do "ser-lançado" - "*l'essere gettato*" (Cacciari, 1981: 88-90). Mas, o tempo futuro que é antecipado no projeto é já quase um presente. Tudo o que está no intervalo (*frattempo*), entre a palavra originária ou a determinação da ação e a realização do seu tólos ou a ação propriamente dita, tem uma função secundária, puramente instrumental, é "simples explicação da idéia". O ideal do projeto é a superação desse intervalo (Idem, 90-92). Portanto, a teleologia do projeto é apenas parcial ou passageira, como é o caso dos ocupantes de fazenda que buscam a terra com a convicção de quem já a têm por direito (9.2 e 9.3).

Jean-Pierre Boutinet faz ainda uma distinção entre previsão e antecipação. A previsão é um suporte do projeto antes que ele seja efetivamente definido (Boutinet, 1990: 86). Mas, como o projeto, na sua preocupação com a eficácia, busca transformar as coisas, mais que conhecê-las (Idem, 85), a antecipação tem uma certa motivação para a sua (das coisas) modificação. Antecipar é evitar que o presente se imponha a nós de forma coercitiva.

"Nesta ótica, antecipar é mostrar esta capacidade de suspender momentaneamente o curso das coisas para procurar saber como esse curso vai evoluir, logo, para tentar a oportunidade de influenciar a seqüência dos acontecimentos" (Idem, 68).

Gilberto Velho reporta-se a Schutz em vários aspectos do projeto. Um deles é também a questão do projeto como antecipação do futuro. Mas, toca também em um outro aspecto imprescindível, que é a relação entre indivíduo e grupo. Projeto está imbricadamente associado à idéia de "indivíduo-sujeito". Ou seja, "é indivíduo-sujeito aquele que faz projetos" (Velho, 1994: 101). Também destaca a questão da memória, da retrospectiva.

"A consistência do projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos" (Idem, Ibidem).

Aí se percebe que a posição do indivíduo não é uma mera oposição ao coletivo ou ao social. A memória é uma memória social porque o indivíduo existe numa interação com o social e, como tal, define a sua identidade. Diz ainda o autor:

"O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade. Ou seja, na constituição da identidade social dos indivíduos, com particular ênfase nas sociedades e segmentos individualistas, a memória e o projeto individuais são amarras fundamentais. São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória" (Idem, Ibidem).

Ou seja, a memória e o projeto tanto ordenam como dão significado a essa trajetória (Idem, 102; 1981: 31). Nesse sentido, a memória e o projeto têm o mesmo caráter nômico, ordenador das biografias ou da vida em sociedade, atribuído por Berger e Luckmann aos universos simbólicos²⁷⁹. Por isso, o mundo do projeto não é o do isolamento do indivíduo, mas o "mundo da intersubjetividade". Como Boutinet dizia acima, citando Heidegger, o projeto é a manifestação, a comunicação do ser. Assim diz Gilberto Velho.

"Por mais velado ou secreto que possa ser, ele é expresso em conceitos, palavras, categorias que pressupõem a existência do outro. Mas, sobretudo, o projeto é o instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos. Assim ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo" (1994, 103). "Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes" (1981: 27).

Ainda sobre a biografia, Dilthey diz que esse é o fato histórico fundamental²⁸⁰, mas a biografia não é uma abstração da história ou da sociedade.

²⁷⁹"O universo simbólico também ordena a história. Localiza todos os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro. Com relação ao passado, estabelece uma "memória" que é compartilhada por todos os indivíduos socializados na coletividade. Em relação ao futuro, estabelece um quadro de referência comum para a projeção das ações individuais" (Berger e Luckmann, 1978: 140).

²⁸⁰"O singular da existência humana interessa mais fortemente que qualquer objeto ou qualquer generalização" (Dilthey, 1966: 79).

"O homem, como um fato que precede a história e a sociedade, é uma ficção da explicação genética; o homem que a ciência analítica sã tem como objeto é o indivíduo como um elemento da sociedade" (Dilthey, 1966: 77).

Assim também se manifesta Remo Bodei. Ele diz que *progetto* tem algo a ver com projétil, uma bala ou flecha lançada intencionalmente numa direção para atingir um alvo. Mas, ele não está nem no "individualismo metodológico" (o agir do indivíduo como único dotado de sentido e intenção), nem no determinismo comteano e durkheimiano do social (o sujeito singular como mera função do sistema de interação social). A *progettualità* é dialética (Bodei, 1981).

Um outro aspecto importante do projeto é a sua dinâmica. Diz Gilberto Velho que o projeto é permanentemente reelaborado. É um processo permanente de des e de reconstrução (Velho, 1994: 104). Os assentados sabem, não exatamente com esses códigos acadêmicos, mas com as exigências que lhes põe constantemente o cotidiano de produção e de reprodução, que isso é uma realidade a um palmo dos seus olhos. A conquista da terra jamais é tida por eles como um fim, mas como uma etapa na sua trajetória de vida familiar e de trabalho agrícola. Uma parceleira do Assentamento Rancho Grande o expressou bem, quando também respondia sobre o que pensa do futuro do seu assentamento.

"Eu não sei não. A gente pensa coisa de todo jeito. Eu penso que, com a organização do sindicato, com a organização da cooperativa, que a gente tá pelejando aí pra ver se funda, talvez eu acho que vai tá melhor. Porque se a gente ficar do jeito que tá nessa terra, cada um pra si e pronto, eu acho que a gente não consegue nada. Se vier alguma melhoria, daqui a oito anos isso aqui vai tá melhor. Mas se não acontecer, do jeito que tá aqui, vai acontecer que o povo vai mudar daqui pra cidade de novo. Largar seus pedacinhos de terra, aqueles que puder mais, compra. E os outros vai pra cidade, ficar lá na periferia da cidade"²⁸¹.

A fala um tanto melancólica da informante salienta a necessidade da constante atualização do projeto dos ocupantes/assentados. Mas, enfatiza também o aspecto, já visto aqui, da relação entre projeto individual e projeto coletivo. Essa é uma questão, a um só tempo, vital e conflitiva na história da constituição dos assentamentos (6.6), o que tem muito a ver com a possibilidade de estabilização do trabalhador rural na terra (9.5), ou seja, com a possibilidade de se considerarem as ocupações e os assentamentos como momentos da

²⁸¹Margarida Maria da Silva, em depoimento em sua casa, no dia 17/04/94.

emergência de um "novo camponês" em Goiás. Penso que, para Gilberto Velho, a discussão sobre a questão do projeto, aqui entabulada, também tangencia essa problemática. Vejamos.

"A possibilidade da formação de grupos de indivíduos com um projeto social que englobe, sintetize ou incorpore os diferentes projetos individuais, depende de uma percepção e vivência de interesses comuns que podem ser os mais variados, como já foi mencionado - classe social, grupo étnico, grupo de status, família, religião, vizinhança, ocupação, partido político, etc." (Velho, 1981: 33).

Penso que a inclusão dessa visão crítica, ou pelo menos interrogativa, sobre a possibilidade ou não de consideração dos assentamentos como uma etapa do processo de estabilização camponesa, antes de tudo, é um esforço por respeitar o material etnográfico ao qual eu tive acesso. Por mais inovador que seja o fato social aqui estudado, ele sempre me apareceu mesclado com colunas rígidas e fissuras, rupturas e continuidades. E trabalho acadêmico não tem por que ser apologético. A despeito de tudo isso, as ocupações de fazendas e os assentamentos, daí derivados, constituem-se em um importante projeto de transformação social, de indivíduos e de grupos. Isso já é o bastante para o credenciar junto à história e junto às ciências sociais de maneira geral. O projeto é talvez a característica mais fundamental do humano, a expressar o seu poder e a sua finitude (Boutinet, 1990: 278). Mas, o fato social das ocupações e assentamentos reveste-se de maior significação, ainda, quando se constata ser um projeto de um segmento social, às vezes, considerado incapaz de fazer projetos. Como diz o autor francês,

"As sociedades de dominação tradicional e rural marcadas por um forte consenso, favorecem a interiorização ao nível individual de regras bem definidas, encorajando muito pouco os indivíduos a se dotarem de projeto" (Idem, 269).

Penso, então, que é essa mistura de fantasia e convicção sobre o que viria a ser a vida pessoal e familiar, depois da conquista da terra, que explica a discrição dos desempregados e subempregados urbanos que se arriscaram a participar de uma reunião cercada de mil segredos; que desvenda a coragem dos agricultores que entraram em um caminhão de madrugada para ocuparem uma fazenda; e que penetra no âmago da tolerância de um pai de família, que passou meses sob uma "lona preta", desconfortavelmente agasalhado, com outras tantas pessoas. Sonho! Certeza! Projeto!

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas, HUCITEC-ANPOCS-EDITORA DA UNICAMP, 1992.
- Comercialização e Clientelismo, in: ROMEIRO, A., GUANZIROLI, C. e LEITE, S. (Orgs.). Reforma Agrária. 2a. ed. Rio de Janeiro, Vozes/IBASE/FAO, 1994, 313-320.
- O Mundo desencantado dos assentamentos, in: MEDEIROS et alii (Orgs.). Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar. São Paulo, Editora da UNESP, 1994b, 127-144.
- ADANT, Philippe et ALTAFIN, Iara. Agricultures Paysannes au Brésil: Enquête sur en jeu national. Paris, Fondation Por Le Progrès de l'Homme, 1991.
- ALMEIDA, Jalcione P. Agriculteurs de la Deixième Chance: Un regard sur les (re)actions contestataires et la mouvance alternative dans l'agriculture du Brésil méridional. Thèse de Doctorat, Université de Paris-X Nanterre, sous la direction de Marcel JOLIVET, octobre de 1993.
- ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Redescobindo a Família Rural, in: Revista Brasileira de Ciências Sociais. No 1 - Vol 1, ANPOCS, São Paulo, junho de 1986, 66-83.
- AMADO, Wolmir T. A Igreja Católica e a Questão Agrária no Centro-Oeste do Brasil, 1950-1968. Goiânia, Editora da UCG, 1996.
- ANDRADE, Manoel Correia de. Sociedade e reforma agrária no Brasil, in: Universidade e Sociedade, Ano V No 9 outubro de 1995: 712.
- ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades, in: LE GOFF, J. (Org.). A História Nova. São Paulo, Martins Fontes, 1995: 153-176.
- ARROYO, Miguel. Educação e exclusão da cidadania, in: BUFFA, E., ARROYO, M. e NOSELLA, P. Educação e Cidadania: Quem educa o cidadão? 2a. ed. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1988: 31-80.
- AZEVÊDO, Fernando A. As Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- BARCELONA, Pietro. Le Retour du Lien Social. Castelnau le Lez, Éditions Climats, 1992.
- BARREIRO, Iraíde Marques de F. Educação Rural Capitalista: A contradição entre a educação madernizadora e a educação de classe popular na Campanha Nacional de Educação Rural. Dissertação de Mestrado, Fac. de Educação, UNICAMP, 1989.
- BARTHES, Roland. Aula. 6a. ed. São Paulo, Cultrix, 1992.
- BASTOS, Élide R. As Ligas Camponesas. Petrópolis, Vozes, 1984.
- BERGER, P.I. e LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade. 4a. Ed., Petrópolis, Vozes, 1978.
- BERNARDES, Carmo. Quarto Crescente. Goiânia, Editora da UFG, 1985.
- Nunila. Rio de Janeiro, Record, 1984.
- Memórias do Vento. São Paulo, Marco Zero, 1986.
- BERGAMASCO, Sônia M. e NORDER, Luiz A. C. O Que São Assentamentos Rurais. Col. Primeiros Passos, São Paulo, Brasiliense, 1996.
- BEZE JÚNIOR, Zeke. Assentamentos Rurais e Aproveitamento do Espaço Agrário, in: ROMEIRO, A., GUANZIROLI, C. e LEITE, S. (Orgs.). Reforma Agrária. Rio de Janeiro, Vozes/IBASE/FAO, 1994, 154-159.
- BODEI, Remo. Fenomenologia e logica del progetto, in: Laboratorio Politico, No 2, 1981, 33-64.
- BORGES, Barsanulfo G. Expansão da Fronteira Agrícola em Goiás, in: Estudos (Rev. da UCG), Goiânia, 22(3/4): 159-170, jul/dez de 1995, 159-170.

- BORGES, Mauro. O Golpe em Goiás: História de uma grande traição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- BORJAS, Manuel Chavez. Comunidade de Memória: Memória metafórica de uma localidade em el sertão brasileiro. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UNB, Brasília, 1995.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. 2a. ed. São Paulo, Edusp, 1987.
 ---- Cultura e desenraizamento, in: BOSI, Alfredo (Org.). Cultura Brasileira: Temas e situações. São Paulo, Editora Ática, 1987, 16-41
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil S.A, 1989.
 ---- Esboço de uma teoria da prática, in: ORTIZ, Renato(Org.). Pierre Bourdieu. Col. Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Editora Ática, 1983, 46-81.
 ---- Questions de Sociologie. Paris, Les Éditions de Minuit, 1984.
 ---- (avec Loïc J.D. Wacquant), La logique des champs, in: Réponses. Paris, Éditions du Seuil, 1992: 71-90
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J-C. A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2a. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.
- BOUSSARD, Jean-Marc. Introduction à L'Économie Rurale. Paris, Éditions CUJAS, 1992.
- BOUTINET, Jean-Pierre. Antropologie du Projet. Paris, PUF, 1990.
- BRANDÃO, Carlos R. Peões, Pretos e Congos: Trabalho e Identidade Étnica em Goiás. Goiânia, Editora Universidade de Brasília, 1977.
 ---- Plantar, Colher, Comer. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
 ---- Representações do Trabalho Entre Lavradores de Mossâmedes, in: BRANDÃO, Carlos R. e RAMALHO, José Ricardo. Campesinato Goiano. Goiânia, Editora da UFG, 1986, 119-156.
 ---- A Antropologia Social, in: MARCELINO, Nelson C.(Org.). Introdução às Ciências sociais. Campinas, Papyrus, 1987, 41-50.
 ---- O Que é Educação. 25a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1989.
 ---- O Trabalho de Saber: Cultura camponesa e escola rural. São Paulo, FTD, 1990.
 ---- Partilha da Vida. Taubaté, Cabral Editora, 1995.
- BRETAS, Genesco F. História da Instrução Pública em Goiás. Goiânia, CEGRAF, 1991.
- BRUNO, Regina. O "agribusiness" e a reforma agrária, in: Universidade e Sociedade, Ano V No 9 outubro de 1995: 13-16.
- BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica, in: LE GOFF, J. (Org.). A História Nova. São Paulo, Martins Fontes, 1995: 125-152.
- BURKE, Peter. A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo, Editora da UNESP, 1991.
- CACCIARI, Massimo. Progetto, in: Laboratório Politico, No 2, 1981, 88-119.
- CALDART, Roseli S. e SCHWAAB, Bernadete, A Educação das Crianças nos Acampamentos e Assentamentos, in: Assentamentos: A resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis, Vozes, 1991, 85-114.
- CAMARGO, Aspásia de A. A Questão Agrária: Crise de poder e reformas de base (1930-1964), in: FAUSTO, Boris (org.). História da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano. Vol. 3, T. III, São Paulo, DIFEL, 1981: 121-224.
- CAMARGO, Cândido P. F. de. Família e religião na sociedade rural em mudança, in: SZMRECSÁNYI, T. e QUEDA, O. Vida Rural e Mudança Social. 2a. ed. São Paulo, Editora Nacional, 1976, 177-189.
- CAMPOS, Francisco Itami. Coronelismo em Goiás. Goiânia, CEGRAF, 1987.
 ---- Questão Agrária: Bases sociais da política goiana(1930-1964). Tese de Doutorado, Depto. de Ciências Sociais, FFLCH/USP, São Paulo, 1985.
- CÂNDIDO, Antônio. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo, Pioneira, 1976.
- CARNEIRO, Maria Esperança F. A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas. Col. Teses Universitárias, Goiânia, CEGRAF, 1988.
- CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano. Petrópolis, Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: Entre práticas e representações. Col. "Memória e Sociedade", Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand Brasil S.A, 1990.
- CHAUL, Nasr N. F. Caminhos de Goiás: Da construção da "decadência" aos limites da modernidade. Tese de doutoramento em História, FFLCH/USP, 1995.
- CIRNE LIMA, Ruy. Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas. 2a. ed. Porto Alegre, Livraria Sulina, 1954.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira: Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil, in: Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982, 13-38.
- COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República: Momentos Decisivos. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977.
- CPT, Conflitos no Campo. Goiânia, 1992.
 ---- Conflitos no Campo. Goiânia, 1995.
- CUNHA, Sérgio S. "A Nova Proteção Possessória", in: Reforma Agrária. Revista da ABRA, No 3, Vol. 23, Campinas, set/dez de 1993.
- CURADO, Fernando Fleury et alii. A Pequena Produção em Goiás: Elementos para a sua compreensão. Mimeo, 1993.
- DA MATTA, Roberto. A Casa e a Rua. São Paulo, Brasiliense, 1985.
 ---- Você tem cultura?, in: Explorações: Ensaios de Sociologia Interpretativa. Rio de Janeiro, Rocco, 1986, 121-128.
 ---- Conta de Mentiroso: Sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.
- DARRE, Jean-Pierre. La Parole et la Technique: L'univers de pensée des éleveurs du Ternois. Paris, L'Harmattan, 1985.
- DELGADO, Nelson F. et alii. Libre-échange, ajustement structurel et agriculture: le cas du Brésil, in: ZYLBERBERG, J. et DEMERS, F. (Orgs.). L'Amérique et les Amériques. Saint-Foy(Québec), Les Presses de l'Université Laval, 1992, 449-470.
- DEMOUGIN, Jacques (Dir.). Dictionnaire des Littératures Françaises et Étrangère. Paris, Larousse, 1985.
- D'INCAO, Maria Conceição e ROY, Gérard. Nós, Cidadãos: Aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- DILTHEY, Wilhelm. Las ciencias de los hombres individuales como las de los elementos de esa realidad, in: Introducción a las Ciencias del Espíritu. Madrid, Revista de Occidente, 1966, 73-81.
- DUBY, G. et WALLON, A. Histoire de la France Rurale. T. 4(Depuis 1914), Paris, Editions du Seuil, 1977.
- DULLEY, Richard D. e CARVALHO, Yara M. C. Uso do Solo e Meio Ambiente nos Assentamentos, in: ROMEIRO, A., GUANZIROLI, C. e LEITE, S. (Orgs.). Reforma Agrária. Rio de Janeiro, Vozes/IBASE/FAO, 1994, 145-153.
- ÉLIS, Bernardo. Veranico de Janeiro. 6a.ed. Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 1987.
 ---- Seleta. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1974.
 ---- André Louco. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1978
- ESTERCI, Neide et alii, "Assentamentos rurais: um convite ao debate", in: Reforma Agrária. Rev. da ABRA, se/dez de 1992: 4-15.

- FAISSOL, Speridião. O Problema do Desenvolvimento Agrícola do Sudeste do Planalto Central do Brasil, in: Revista Brasileira de Geografia, No 1, Ano XIX, jan/mar. de 1957, 3-65.
- FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. 8a. ed., São Paulo, Editora Globo, 1989.
- FERES, João Bosco. Propriedade da Terra: opressão e miséria - o meio rural na história social do Brasil. Holanda, CEDLA, 1990.
- FERRANTE, Vera Lúcia B. A aventura de pesquisar assentamentos de trabalhadores rurais, in: Universidade e Sociedade, Ano II No 4, dezembro de 1992, 105-112.
- Diretrizes Políticas dos Mediadores: Reflexões de Pesquisas, in: MEDEIROS et alii (Orgs.). Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar. São Paulo, Editora da UNESP, 1994, 127-144.
- FONSECA, Maria Teresa Lousa da. A Extensão Rural no Brasil: Um projeto educativo para o capital. São Paulo, Edições Loyola, 1985.
- Pensando o Ensino Rural, in: Inter-Ação, Rev. Da FE/UFG, Vol. 11, No 1/2, Goiânia, janeiro/dezembro de 1987, 113-122.
- FRANCO, Mariana Pantoja. Xagu: Sobre a construção de identidades sociais em processos de luta por terra e assentamento. Mimeo. PIPSA, dezembro de 1992.
- FREIRE, Paulo. Educação Como Prática da Liberdade. 17a. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- FREITAS, Enyr A.G.de. O Assentamento "Mosquito": Um registro para a história da reforma agrária em Goiás. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, ICHL/UFG, Goiânia, 1994.
- FREYRE, Gilberto. Heróis e Vilões no Romance Brasileiro. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1979.
- GAIGER, Luiz I. A Práxis Coletiva dos Sem-Terra: Rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural?, in: Cadernos de Sociologia, PPGS-IFCH/UFRGS, v. 6, Porto Alegre, 1994, p. 177-203.
- GARCIA, Marie-France. Espace du marché et mode de domination, in: Etudes Rurales, No 131-132, Paris, Juillet-décembre 1993, 57-72.
- GARCIA JR, Afranio R. Terra de Trabalho: Trabalho familiar de Pequenos Produtores. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- GEHLEN, Ivaldo. Terres de Lutte et lutte por la terra: étude sur le mouvement social pour la terre et la réforme agraire au sud du Brésil. Thèse de Doctorat en Sociologie, à l'Université de Paris-X, Nanterre, sous la direction de Nicole EIZNER, 1991.
- GERVAIS, M., SERVOLIN, C. e WEIL, J. Une France Sans Paysans. Paris, Éditions du Seuil, 1965.
- GODELIER, Maurice, A Antropologia Econômica, in: COPANS, J. et alii. Antropologia, Ciência das Sociedades Primitivas? Lisboa, Edições 70, 1971, 141-189.
- GODOI, Emília P. de. O Trabalho da Memória: Um estudo antropológico de ocupação camponesa no sertão do Piauí. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, IFCH/UNICAMP, 1993.
- GOLDMANN, Lucien. Sociologia do Romance. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- GOMES, Cândido A. A Educação em Perspectiva Sociológica. 2a. ed. São Paulo, EPU, 1986.
- GOMES, Luiz Antônio L. A Dolorosa Transformação: De trabalhadores sem terra a trabalhadores com a terra. Dissertação de Mestrado em História, ICHL/UFG, Goiânia, dezembro de 1995.
- GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 2a. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

- GRAZIANO NETO, Francisco. Questão Agrária e Ecologia: Crítica da moderna agricultura. 2a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- GUANZIROLI, Carlos E. Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária, in: ROMEIRO, A., GUANZIROLI, C. e LEITE, S. (Orgs.). Reforma Agrária. Rio de Janeiro, Vozes/IBASE/FAO, 1994, 13- 68.
- GUERRA, Gutemberg A.D. A Identidade do Possreiro: Elementos de caracterização social trabalhados pelo movimento sindical do sudeste do Pará. Dissertação apresentada ao Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém, UFP, 1991.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. 3a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1968.
- A Crise Agrária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- GUIMARÃES, Maria Teresa C. Formas de Organização Camponesa em Goiás. Col. Teses Universitárias, Goiânia, CEGRAF, 1988.
- HAGUETE, Maria T. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis, Vozes, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. Les Cadres Sociaux de la Mémoire. Paris, Albin Michel, 1994.
- HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. 4a. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- La Revolución de la Vida Cotidiana. 2a. Ed. Barcelona, Ediciones Península, 1994.
- HELLER DA SILVA, Osvaldo. Genèse et Transformation du champ Syndical Rural Brésilien. Mémoire, DEA, EHESS, Paris, 1990
- IANNI, Octávio. Didadura e Agricultura. 2a. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.
- Dialética e Capitalismo. 3a. ed. Petrópolis, Vozes, 1988.
- JAVEAU, Claude. Sur le Concept de Vie Quotidienne et sa Sociologie, in: Cahiers Internationaux de Sociologie. Paris, Presses Universitaires de France, Vol. LXVIII, 1980: 31-45.
- LAGRAVE, Rose-Marie. Le Village Romanesque. Le Paradou, Actes Sud, 1980.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). Agricultura Familiar. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.
- (Coord.) L'Agriculture Familiale: Comparaison Internationale. T. 2 (Du Mythe à la Réalité). Paris, L'Harmattan, 1994.
- LECHAT, Noëlle Marie P. A Questão de Gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST): Estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul. Dissertação em Antropologia Social, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo, Ática, 1991.
- LE GOFF, Jacques. As Mentalidades: Uma história ambígua, in: LE GOFF, J. e NORA, P. (Org.). História: Novos Objetos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, 68-83.
- A História Nova. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- LEITE, José Carlos. Resistência e Transformação do Campesinato no Sudoeste Mato-Grossense: Aspectos educativos da luta pela terra. Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação, UFMT, Cuiabá, 1993.
- LEVI, Carlo. Cristo Parou em Eboli. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- LÉVI-STRAUSS, C. "História e Etonologia", in: Textos Didáticos, No 24, IFCH/UNICAMP, Campinas, maio de 1996.
- LIMA, Getúlio Targino. A Posse Agrária Sobre Bem Imóvel. São Paulo, Saraiva, 1992.
- LIMA, Antônio Carlos de S. e VIANNA, Adriana de Resende B. História, Antropologia e Relações de Poder - Algumas considerações em torno de saberes e fazeres sobre o social, in: MALERBA, Jurandir (Org.). A Velha História: Teoria, método e historiografia. Campinas, Papius, 1996, 127-152.
- LISBOA, Apolo Heringer. Tópicos de uma abordagem crítica da proposta de reforma agrária, in: Universidade e Sociedade, Ano V No 9 outubro de 1995: 4-6.

- LISITA, Cyro. *Latifundiários, Violência e poder: As relações com a agricultura e a igreja no Estado de Goiás-Brasil*. Tese de Doutorado em Sociologia (2 tomos), à Escola das Altas Estudos em Ciências Sociais, sob a direção de Michel WIEVIORKA, Paris, 1992.
- LOPES, Raquel Miranda. *Socialização e organização familiar rural*, in: Cadernos do CEDES, Nº 11, 3a. Ed., Campinas, Papyrus, 1991, 42-49.
- LOUREIRO, Walderês Nunes. O Aspecto Educativo da Prática Política. Goiânia, CEGRAF, 1988.
- LÖWY, Michael. Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise. 7a. Ed. São Paulo, Cortez Editora, 1985.
- LYRA FILHO, Roberto. O Que é Direito. 12a. ed. Col. Primeiros Passos, São Paulo, Brasiliense, 1991.
- LUZ, Maria Amélia de A. *Estrutura Fundiária em Goiás: Consolidação e Mudanças (1850-1910)*. Dissertação de Mestrado, ICHL, UFG, Goiânia, 1982.
- MAFFESOLI, Michel. A Conquista do Presente. Rio de Janeiro, Rocco, 1984.
 ---- La Connaissance Ordinaire: Précis de sociologie compréhensive. Paris, Librairie des Méridiens, 1985.
- MARINI, Luciano. *A Luta Contra os Deuses*, in: MARTINS, J. S. (Org.). Henri Lefevre e o Retorno à Dialética. São Paulo, HUCITEC, 1996, 135-146.
- MARTINS, José de S. Os Camponeses e a Política no Brasil. 2a. ed. Petrópolis, Vozes, 1983.
 ---- *Desencontros Políticos da Igreja Católica no Campo*, in: Tempo e Presença, CEDI, Nº 243, Rio de Janeiro, julho de 1989a, p. 26-29.
 ---- Caminhada No Chão da Noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo, HUCITEC, 1989b.
 ---- A Chegada do Estranho. São Paulo, HUCITEC, 1993.
 ---- (Org.). Henri Lefevre e o Retorno à Dialética. São Paulo, HUCITEC, 1996, 135-146.
- MARX, Karl. O Capital. Livro Primeiro, Vol. II. 6a. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- MASSAUD, Moisés. A Criação Literária: Prosa. 9a. ed. São Paulo, Cultrix, 1994.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *Questões Sobre o Sindicalismo rural*, in: Tempo e Presença, CEDI, Nº 243, Rio de Janeiro, julho de 1989a, 7-9.
 ---- História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro, Fase, 1989b.
 ---- *Le Statut de la Terre et les Luites des Paysans Brésiliens*, in: Cahiers du Brésil Contemporain. Numéro Spécial, Paris, Maison des Sciences de L'Homme, 1995: 61-78.
- MENDRAS, Henri. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- MEYER, Doris Rinaldi. A Terra do Santo e o Mundo dos engenhos: Estudo de uma comunidade rural nordestina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MIRANDA, Alcir G. O Instituto Jurídico da Posse Agrária. Belém, CEJUP, 1992.
- MOREIRA, Ruy. Formação do Espaço Agrário Brasileiro. Col. Tudo é História, Nº 132, São Paulo, Brasiliense, 1990.
- MOURA, Margarida M. Os Deserdados da Terra. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1988.
- MUSUMECI, Leonarda. O Mito da Terra Liberta. São Paulo, ANPOCS/Vértice, 1988.
- NASCIMENTO, Severina I. *Education et Mouvements Sociaux Ruraux au Brésil: Le rôle de l'éducation dans les enjeux de la lutte pour la terre au Brésil et spécifiquement dans la Paraíba*. Tese de Doutorado em Ciências de l'Education, sob a direção de Guy BERGER, Université de Paris VIII - Vincennes à Saint-Denis, 1994.
- NASSER, Ana Cristina A. e FUMAGALLI, Marlene, *A Opressão da Equivalência, as Diferenças*, in: MARTINS, José de S. (Org.). Henri Lefevre e o Retorno à Dialética. São Paulo, HUCITEC, 1996: 25-37.
- NORONHA, Olinda M. De Camponesa a "Madame": Trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo, Loyola, 1986.
- OLIVEIRA, Marisis Cunha de. *Questão Agrária em Goiás: Governo Mauro Borges, 1961-*

1964. Dissertação de Mestrado, ICHL/UFG, Goiânia, 1987.
- ORTÊNCIO, Bariani. Dicionário do Brasil Central: Subsídios à Filologia. São Paulo, Ática, 1983.
- Sertão Sem Fim. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1965.
- PALACIN, Luís. Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O Padre João e as três revoluções de Boa Vista. São Paulo, CEGRAF/LOYOLA, 1990.
- PALACIN, Pe. Luiz e MORAES, Maria Augusta S. História de Goiás. 3a. ed. Goiânia, Livraria e Editora Cultura goiana, 1981.
- PANINI, Carmela. Reforma Agrária Dentro e Fora da Lei. São Paulo, Edições Paulinas, 1990.
- PAULA CARVALHO, José C. De. Derivas e Perspectivas em Torno de Uma Sócio-Antropologia do Cotidiano: das organizações às atitudes coletivas, in: Revista da Faculdade de Educação. São Paulo, USP, 12(1/2), 1986: 85-105.
- Antropologia das Organizações e Educação: Um ensaio holonômico. Rio de Janeiro, Imago, 1990.
- PAULILO, Maria Ignez S. Os assentamentos de reforma agrária como objeto de estudo, in: ROMEIRO, A., GUANZIROLI, C. e LEITE, S. (Orgs.). Reforma Agrária. Rio de Janeiro, Vozes/IBASE/FAO, 1994,
- PENIN, Sônia. Cotidiano e Escola: A obra em construção. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1989.
- PERANI, Cláudio. Comissão Pastoral da Terra: Novidades e questionamentos, in: CPT(Org.). Conquistar a Terra. Reconstruir a Vida: CPT - dez anos de caminhada. Petrópolis, Vozes, 1985, 67-90.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. O Campesinato Brasileiro. 2a. ed. Petrópolis, Vozes, 1973.
- PESSOA, Jadir de Moraes. A Igreja da Denúncia e o Silêncio do Fiel: Um estudo antropológico sobre as relações entre uma Igreja Católica pós-conciliar e os diferentes grupos e práticas do catolicismo popular na região de Ceres, em Goiás. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1990.
- (Org.). Meu Senhor Dono da Casa: Os 50 anos da folia de reis das Lages. Goiânia, O Popular, 1993.
- Desenvolvimento econômico e privatização da festa: O ciclo natalino na Faça, in" Fragmentos de Cultura. Rev. Do IFITEG, Goiânia, 6(19), 1996a: 71-80.
- Sertão-Saber: Aprender e ensinar na literatura goiana, in: Universidade e Sociedade. Rev. da ANDES-SN, Ano VI, Nº 11, São Paulo, junho de 1996b: 163-167.
- PETERSEN, Sílvia Regina F. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana, in: MESQUITA, Zilá e BRANDÃO, Carlos R. (Org.). Territórios do Cotidiano: Uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, Ed. Univ.UFRGS/UNISC, 1995.49-66.
- POKER, José Geraldo A. B. A Prática da Vida e os Desencontros da "Libertação". Dissertação apresentada ao Depto. de Ciências Sociais do IFLCH/USP, 1994.
- POLETO, Ivo. A CPT, a Igreja e os camponeses, in: CPT(Org.). Conquistar a Terra, Reconstruir a Vida: CPT - dez anos de caminhada. Petrópolis, Vozes, 1985, 29-56.
- POLLAK, M. e HEINICH, N. Le Témoignage, in: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Nº 62/63, Paris, juin 1986, 3-29.
- RABÊLO, Francisco C.E. O "Programa Forte" em Sociologia da Ciência: Um estudo de caso. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, São Paulo, 1993.
- RAMALHO, José Ricardo. Posse e Uso da Terra e Relações de Trabalho em Mossâmedes, in: BRANDÃO, Carlos R. e RAMALHO, José Ricardo. Campesinato Goiano. Goiânia, Editora da UFG, 1986, 83-118.
- RAMOS, Hugo de Carvalho. Tropas e Bojadas. Goiânia, Livraria e Editora Cultura Goiana, 1964.
- RAPCHAN, Eliane S. De Identidades e Pessoas: Um estudo de caso sobre os sem-terra de Sumaré. Dissertação de Mestrado junto ao Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, São Paulo, agosto de 1993.

- ROBERT, Michel. Sociologie Rurale. Col. Que Sais-Je?, No 2.297, Paris, PUF, 1986.
- RODRIGUES, Otávia Fernandes de S. A relação entre trabalho e conhecimento camponês: Unidade e ruptura, in: Cadernos do CEDES, No 11, 3a. Ed., Campinas, Papirus, 1991, 50-56.
- ROVANI, Pressentino. "Seu" Felix e a História dos 21: Verdade da terra ociosa e a luta pela vida. Petrópolis, Vozes, 1992.
- SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de Goiás. Belo Horizonte, Itatiaia/EDUSP, 1975.
- SCHUTZ, Alfred. Fenomenologia e Relações Sociais. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- SEABRA, Odete C de L. A Insurreição do Uso, in: MARTINS, J.S (Org.). Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo, HUCITEC, 1996, 71-86.
- SERVOLIN, Claude. L'Absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste, in: TAVERNIER, Y; GERVAIS, M. et SERVOLIN, C. (Orgs.). L'Univers Politique des Paysans Das la France Contemporaine. Paris, Armand Colin, 1972, 41-47.
 ---- L'Agriculture Moderne. Paris, Éditions du Seuil, 1989.
- SEVERINO, Antonio J. Educação, Ideologia e Contra-Ideologia. São Paulo, EPU, 1986.
- SIMMEL, G. "Superordenação e subordinação - Introdução" e "A natureza sociológica do conflito", in: MORAIS FILHO, Evaristo de (Org.). Simmel. Col. Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática, 1983: 107-114; 122-134.
- SMITH, Roberto. Propriedade da Terra e Transição. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- SOARES, Gláucio A.D. A Questão Agrária na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- SOARES, Luiz Eduardo. Campesinato: Ideologia e Política. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- SPÓSITO, Marília P. A Produção Política da Sociedade, in: MARTINS, J.S (Org.). Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo, HUCITEC, 1996, 39-49.
- STEINBECK, John. As Vinhas da Ira. 2 Vol. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- STIVAL, David. O Processo Educativo dos Agricultores Sem Terra na Trajetória da Luta Pela Terra. Dissertação de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 1987.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2a. ed. São Paulo, HUCITEC, 1984.
 ---- Formes de Domination et Syndicalisme rural au Brésil, in: Cahiers du Brésil Contemporain, No 18, Paris, 1992, 35-68.
- TEIXEIRA, Maria Cecília S. Antropologia, Cotidiano e Educação. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1990.
- TEPICHT, Jerzy. La nature de l'économie paysanne, in: Marxisme et Agriculture: Le paysan polonais. Paris, Armand Colin, 1973: 13-46.
- THOMPSON, Edward P. Senhores e Caçadores: A origem da Lei Negra. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- TOFFIN, Gérard. Écriture romanesque et écriture de l'ethnologie, in: L'Homme. 111-112, XXIX(3-4), Paris, juillet-décembre, 1989, 34-49.
- TORRENS, João Carlos, O Processo de Construção das Linhas Políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, in: MEDEIROS et alii(Orgs.). Assentamentos Rurais: Uma visão multidisciplinar. São Paulo, Editora da UNESP, 1994, 145-156.
- VASCONCELOS, Lauro de. Santa Dica: Encantamento do mundo ou coisa do povo. Goiânia, CEGRAF, 1991.
- VEIGA, José Eli da. O Que é Reforma Agrária. Col Primeiros Passos, São Paulo, Brasiliense, 1982.

- VELHO, Gilberto. Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas. Jorge Zahar Editores, 1994.
- VIANNA, Aurélio. Assalariamento, extrativismo e venda(ou troca) de lotes: alternativas para a consolidação de uma ocupação de terras no sudoeste do Paraná, in: ESTERCI, Neide (Org.). Terra de Trabalho e Terra de Negócio: Estratégias de reprodução camponesa. Rio de Janeiro, CEDI, 1990, 13-36.
- VIEIRA, Maria Antonieta da C. A venda de terras do ponto de vista dos lavradores: a venda como estratégia, in: ESTERCI, Neide (Org.). Terra de Trabalho e Terra de Negócio: Estratégias de reprodução camponesa. Rio de Janeiro, CEDI, 1990, 37-55.
- VITA, Álvaro de. Sociologia da Sociedade Brasileira. São Paulo, Editora Ática, 1989.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Capital e Propriedade Fundiária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- Les Impasses de l'Agriculture Moderne au Brésil, in: Cahiers du Brésil Contemporain. Numéro Spécial, Paris, Maison des Sciences de L'Homme, 1995: 115-137.
- WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima, in: COHN, Gabriel. Weber. Col. Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática, 1982.
- WOORTMANN, Klaas. "Com Parente não se Negueia": O campesinato como ordem moral, in: Anuário Antropológico 87. Brasília, Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990, 11-73.
- ZAMBERLAM, Jurandir. Produção e Comercialização nos Assentamentos Rurais: Questões para o Debate, in: ROMEIRO, A., GUANZIROLI, C. e LEITE, S. (Orgs.). Reforma Agrária. Rio de Janeiro, Vozes/IBASE/FAO, 1994, 123-135.
- ZOLA, Émile. La Terre. Manchecourt, Maury-Eurolivres S.A, 1994.

A N E X O S

O leitor acabou de percorrer um texto que deve muito à riqueza do material etnográfico encontrado ou produzido ao longo da pesquisa. Tentei expressar em citações, análises e cruzamentos de informações, o significado profundo contido em cada peça aí utilizada. Entretanto, muitos documentos são tão expressivos e valiosos, que os recortes, citações e comentários sobre eles não só são insuficientes, como, às vezes, são até inadequados para dizerem o que realmente são. Tentando respeitar, então, essa expressividade é que incorporo ainda ao meu trabalho, alguns desses documentos, com uma evidente seleção forçada pelas limitações em termos de espaço.

01. O primeiro documento é a transcrição da entrevista realizada com Damázio Rodrigues da Silva, do Assentamento Mosquito, exemplar no conjunto das 31 entrevistas realizadas e bastante requerida ao longo do texto. Damázio Rodrigues é um dos líderes de um dos principais assentamentos goianos, de fala simples mas abrangentemente articulada. O leitor pode notar ainda na estrutura da entrevista, uma considerável mudança de rota. Meu projeto inicial estava muito contaminado pela idéia de analisar os assentamentos a partir de uma indagação quanto à viabilidade da produção familiar no sistema capitalista. Tal perspectiva foi abandonada depois de ter sido desaconselhada pela Profa. Nazareth Wanderley.

02. O segundo é uma cópia do "Estatuto da Associação dos Produtores do Assentamento Mosquito". É um texto de caráter jurídico ("jurídico popular"), muito valioso por ter sido elaborado pelos próprios agricultores (com alguma assessoria, evidentemente), no momento da instalação do assentamento, quando, certamente, tiveram que decidir sobre alguns valores e princípios organizativos que o grupo deveria proteger.

03. O terceiro é um gráfico do INCRA mostrando o conjunto dos assentamentos do Estado de Goiás até o final de 1996.

04. O quarto documento é um recorte de jornal, mostrando alguns dados da precariedade dos serviços públicos no Estado de Goiás. Isso tem muita importância na história

das ocupações de fazendas, pois, a volta para a terra significa, também, uma busca de superação das condições desumanas em que a família vivia anteriormente.

05. O quinto documento é a cópia da Ação de Reintegração de Posse, que gerou o despejo de uma das fazendas ocupadas no Estado. Ela ilustra bem a frieza do recurso à lei, a despeito dos problemas sociais e de qualquer projeto de desenvolvimento para o país.

06. Por último, apresento também uma cópia de um dos instrumentos de coleta de dados utilizados. Trata-se de um questionário aplicado em três assentamentos (Rancho Grande, Mosquito e Rio Paraíso), perfazendo um total de 30 questionários. O mesmo foi elaborado sob a orientação do Prof. Hugues Lamarche, da Universidade de Paris X, Nanterre.

01

Entrevista concedida por Damázio Rodrigues da Silva,
do Assentamento Mosquito

ENTREVISTA

DAMÁZIO RODRIGUES DA SILVA, 44 anos, 5 filhos, natural de Carmo do Rio Verde-GO.

- Como era a sua vida antes do assentamento ? O que motivou a buscar a terra ?

Primeiro é que eu era um trabalhador assalariado. Eu, em Itapuranga eu trabalhei em duas fazendas, uns 7 anos, ganhando um salário mínimo e chegou um ponto que o próprio salário mínimo já não dava pra mim viver. Tava pouco. Fui pra cidade mas ficou pior. Lá, como carroceiro, eu não chegava a atingir quase nem isso. E vi também que eu, como um trabalhador rural, meu lugar não era na cidade. Meu lugar era na roça mesmo. Se a agricultura e a pecuária parar, o Brasil para, não para? Então, aonde eu sempre levo em frente esse trabalho de produção. Foi o que me fez voltar pra roça. Pra dar continuidade num programa de reforma agrária, num programa que nós sabe que é a única solução pra resolver o problema da crise do país, e também pra resolver a minha questão familiar, financeira, de alimentação.

- Você fez parte da primeira turma que veio no caminhão para ocupar a terra. O que é que mais marcou para você naquela época ? Que lembrança forte você tem dessa luta?

Nós tem muitas coisas que marcou nossa história. Se a gente fosse falar tudo daria um jornal. Mas tem algumas que elas ficou bem mais marcante. Eu alembro um dia que nós tava lá na Praça Cívica lá em Goiânia, que o próprio governador Íris Rezende, ele tinha autorizado uma tirada nossa da praça. Quando o policial cercou a praça toda com os cassetetes, também até as mulheres ficava revoltadas, achando que ia apanhar naquele dia. Aí eu saí pegando apoio e fui num comício onde tava o Aído Azevedo que era o Presidente do IDAGO, o Durval Mota e desci eles de cima do caminhão e nós voltamos e fomos negociar com a polícia. Foi uma coisa marcante. É difícil você pegar um político, um diretor de um órgão pra fazer ele voltar e desfazer de uma coisa que eles tinha feito. No dia do despejo aqui foi também marcante, aquelas passagens com a polícia. Que teve também que foi muito marcante foi um dia que o jagunço atacou nós aqui, mandado pelo "Bebé", e nós conseguimos a reter eles e recolher uma arma que eles trazia. Graças a Deus eles não feriram nenhum de nós. Então foi uma hora muito marcante, saber que ocê tava correndo o risco de morrer e não aconteceu nada. E outra coisa também muito marcante é que tudo isso, a vitória que nós tinha é através da fé. Todas as vezes, quando nós ia tomar qualquer decisão, a primeira coisa que nós fazia era a nossa oração pra nós partir. Eu alembro o dia que nós veio cá pro acampamento, pra ocupação, quando na porta do sindicato de Itapuranga, nós entrando dentro do caminhão, o pessoal com medo de entrar, um vinha outro não vinha, com medo de chegar aqui e morrer. Quando nós subiu no caminhão eu ainda falei com o Pe. Isac: Oh Isac, vamos fazer uma oração de saída e você dá a bênção pra nós aqui pra nós sair. Então eu acho que é uma passagem muito marcante, que não sai nunca da mente porque é a fé, é com a fé e a união que nós consegue chegar. Tudo isso que nós passou se nós não tivesse a fé nós não conseguia ter chegado em lugar nenhum.

- Eu tenho um recorte de jornal da época do acampamento na praça cívica, em que você responde à jornalista, dizendo que a terra não vai ter um dono. A terra vai ser de todos, vai ser plantada coletivamente. Porque é que você pensava daquela forma ? Quais eram os elementos formadores desse ponto de vista? Porque é que você acreditava na terra sendo cultivada coletivamente ?

Primeiro é que nós, toda vida acreditava na união. E ainda acredita, mudando um pouco mais ainda acredita. Como nós era acampado, comia numa panela só que nem nós sempre fala ainda, então nós não sabia bem quem era quem. Era fácil d'a gente dizer: 'ora, nós tem condição de fazer um trabalho junto'. E segundo, é que nós toda vida teve um apoio muito bom das entidades: órgãos de classe, entidades de apoio, CPT. Então, como eles também defendiam esse trabalho, porque se nós não for unido, nós não consegue nada. Depois que nós descobrimos, que na teoria era mais fácil do que na prática. Hoje nós tem um grupo de companheiro que ainda dá conta de trabalhar assim. Mas nem todo mundo naquela época. Algum deles não era bem que nem nós via na teoria. Por isso é que nós defendia um trabalho em que a terra fosse comum. Porque a própria Bíblia fala na partilha, na comunidade. Então é por isso que eu defendia, ainda defendo ainda, mas um pouco diferente agora, esse trabalho da terra em comum, sem cerca, sem divisão.

- E agora, no cotidiano de trabalho de vocês, nesses oito anos de trabalho na terra, o que é que você acha que mais contribuiu para essa mudança de pensamento ?

Eu acho que primeiro é que nós veve num país capitalista e é difícil um socialismo com a administração pública do governo, sendo individual. E segundo é que, mesmo dentro dos nossos lotes, que são divididos hoje, cada um tem a sua cerca, sua porteira, seu corchete, tem o seu controle particular separado. Então como as leis dá direito de cada pessoa ser individual, fica difícil alguém, verbal, conseguir controlar esse trabalho. Porque, muitas vezes até a gente concorda que, certa hora, o individualismo, a cerca até traz paz. Pra quem não sabe respeitar o direito do outro ou não sabe partir o pão de verdade, a cerca assegura que ele respeite um pouco o que é do outro. Então essa questão, ela atrapalha um pouco o coletivo.

- Como é que vocês decidiram isso ?

Antes nós tinha uma tendência que a terra fosse um assentamento coletivo. Depois de mais de um ano de discussão, conseguimos a chegar numa votação final e ganhamos pra que fosse coletivo mesmo. Mas aí, com a revolta de alguns companheiros que fazia parte do assentamento na época, eles não aceitaram. Aí nós mesmos vimos que tinha que ceder pra que eles vissem, se era melhor ou se era mais ruim. Nós só conseguia mostrar a verdade a hora que a mentira deles aparecesse. E nós já conseguimos. Consegui mostrar pra eles que o que nós queria era o melhor. Apesar que um pouco tarde. Não tem como voltar. Mas ficamos sendo verdadeiros.

- Qual foi o critério para se estabelecer o tamanho de cada lote ?

Aqui, no começo, nós não entendia bem desse negócio de módulo rural, mínimo e máximo. Então o INCRA acabou lesando nós. Porque o INCRA falava que o mínimo aqui era 25 ha. E aí como nós sabia que 25 ha. era um pedacinho muito pequeno, aí nós negociamos com eles. Olhe, 25 ha. só se for pra quem tiver a terra melhor. É, então fica assim. Combinamos. Quem tiver o lote num lugar bom ia ser 25 ha. E o lugar mais fraco ia ser maior. Mas aí eles mediram a região e acabou enganando nós. Tem lote bom de 25 ha. e tem lote ruim de 25 ha. E como o meu lote também foi um dos derradeiro que foi medido e também um pouco mais fraco, foi aonde ele saiu maior. Mas tem vários lotes também do tamanho do meu, até melhor do que o meu. Não foi um critério estabelecido assim rigoroso. Pode ser mais e pode ser menos.

- Nesse processo de chegar à terra, quem é que você considera mais aliado ?

Olha, eu acho que, em termos de entidade, quem aliou mais nós foi a Igreja com os órgãos de fé que ela tem. Foi os maiores aliados nossos.

- E quem é que foi mais adversário ?

Olha eu acho que na época, quem foi mais adversário nosso foi a UDR. Ela tava sendo recém-criada, ela foi uma grande adversária nas pessoas dos latifúndios. Ronaldo Caiado, que na época tava tentando fazer o nome, pra defender os fazendeiros, ou sei lá, os grandes invasores de terra, os grandes tomadores de terra. Na verdade, é o latifúndio em geral. Eu tenho a cópia dos mandados judiciais, dos despejos, tem um nome de um cidadão, que o despejo saiu em nome dele, que nós nunca vimos ele. Ninguém conhece e nós tivemos que cumprí a ordem em nome dele. Então, prova que o despejo foi ilegal. O juiz mandou despejar um cidadão que nós nunca conhecemos ele. Então prova que até o judiciário foi comprado pelos fazendeiros.

- O que é que você acha que você aprendeu nesse período ?

Ah, aprendi muita coisa. Muitas vezes, eu sempre converso com os companheiros que estão lutando pra pegar uma terra, a diferença que tem da luta na teoria e depois da luta na prática. Quando a gente tem uma luta de teoria pra pegar um lote, a gente é um. Quando a gente tem o lote é outro. Eu acho que eu agora aprendi mais a conviver com uma maneira administrativa de bens. Porque, tem o dizer que 'o saco da injeção não enche'. Muitas vezes nós pensa - não, se eu tiver um alqueire de terra e uma vaca tá bom. Mas quando uma coisa arrasta outra e aí, é claro que tem que compartilhar também com os outros que não têm, aí você percebe que talvez não é o suficiente. Aí você começa a aprender que o que depende mesmo é do bom investimento. É facinho o caboclo olhar um com um pedaço de terra e falar

que ele é preguiçoso, que ele não tá dando conta. Mas quando ele pula pra dentro, se brincar também ele não dá conta. Porque é difícil hoje ter uma boa administração sem ter uma boa contribuição. Então eu acho que eu aprendi de verdade administrar um lote. Posso dizer isso, diante do meu trabalho, da minha família, dentro da minha parcela. Naquela época eu não sabia.

- Como é hoje a sua visão de fé ? Esse tempo de luta e de trabalho na terra mudou alguma coisa na sua maneira de pensar sobre Deus, a religião, a fé ?

Olha, eu acho que houve. Pra melhor. Porque, pro cê ver, por exemplo, tem o dizer que 'a pessoa ele só chora quando tá doendo'. Mas vamos fazer uma comparação um pouco diferente. Muitas vezes, quando a pessoa tá no acampamento, ou com a situação difícil, ele é humilhado. Depois, quando ele pega uma situação melhor, ele já começa a ficar arrepiado, já começa a modificar o jeito de agir. Naquela época que eu não tinha um lote, a minha fé, muita coisa que eu tenho, eu tenho um lote, eu acho que eu tenho mais fé. E até na questão da partilha. A gente tendo e olhar junto com quem não tem, tem que ter mais fé. Então eu acho que a minha fé ela aumentou. É igual eu ter um pé de árvore esperando um fruto. Hoje a minha luta tá sendo concretizada através da fé.

- Que sensação você sentiu quando vocês, de madrugada, entraram na terra para ocupá-la ?

Eu lembro que nós mesmos perguntava pra nós: 'será que nós conseguia ou não conseguia' ? E aí nós falava: 'nós vamos conseguir, se Deus quiser'. Alembro demais de nós perguntar pro outro: 'será que nós vai conseguir essa terra ou não vai ?' Então, parece que a gente alembra assim, parece um sonho que a gente teve e que passou e agora aconteceu. Quando nós decidimos atravessar pro lado de cá, que o pessoal, o seu Antônio, os outros falava que o jagunço tava na beirada do rio, como de fato tava mesmo, era muita coragem, sei lá, muito dóido, saber que tinha deixado a família em casa e ninguém sabia o que que tava ocorrendo por cá e nós decidimos enfrentar essa batalha. Agora, uma das sensação que eu vejo é que nós enfrentava isso mas pra sair da escravidão de num ter aonde morar, de não ter salário, de não ter alimentação. Então, é uma sensação muito grande, de saber que nós venceu e hoje tem aonde morar, tem alimentação. Num tem salário mas tem o que gasta com salário. Então é uma sensação muito grande que nós tem hoje porque conseguimos isso.

- Aquele gesto de vocês, daquela madrugada, perante a lei brasileira, é um gesto polêmico. O que é lei pra você ?

Eu entendo lei de três jeito. Eu entendo a lei de Deus, que é a que nós defendemos. Se fosse por mim num precisava nem ter escritura de terra, mas infelizmente nós tem que ter pra mode controlar os meios. Também como a terra é um dom de Deus e nós somos filhos de Deus, então essa lei de Deus é a mais sagrada pra que nós seja dono dessa terra. Mas também tem a lei dos homens, a constituição, que limita a propriedade, os civis e também tem a lei do dinheiro, que talvez é uma das piores. Foi o que aconteceu aqui. Que aqui, pela lei de Deus nós tava certo, pela lei dos homens, nós também tava, porque na verdade, quem se dizia dono aqui não tinha um documento legal. O próprio INCRA provou que ela foi grilada. A cadeia dominial dela não fechou a documentação. Mas, infelizmente, o que prevaleceu por uns dias, foi a lei do dinheiro, até que a lei dos homens provou a verdade. Então eu vejo esses três tipos de lei da terra.

- Você acha que vocês estão conseguindo passar para os jovens e adolescentes do assentamento essa nova visão de lei ? Como é que está sendo essa passagem ? Vocês têm conversado com eles sobre isso ?

Tem. Nós tamo conseguindo. Mas, na teoria, porque, na prática tá sendo meio difícil. O nosso jovem, primeiro é que ele acaba se ausentando de nós pra estudar um pouco fora. Segundo é que nós num tem um incentivo adequado nos lotes, nas parcelas pra que eles permaneçam trabalhando. Acaba tendo que procurar um serviço fora, mesmo sabendo, com a consciência que num tá certo mas tem aquele dizer que 'quem não tá com a barriga cheia num guenta parar em pé'. E nós como pai, como amigo, como vizinho, tem que atulerar e aceitar porque nós tamos em busca de dias melhores. Por exemplo, um dos meus filhos tá estudando técnica agrícola em Rio Verde. Eu tenho um sonho que um dia ele ainda volte. Mas sou obrigado a deixar que eles vai porque aqui não tem o curso que eles pretende fazer. E se quando eles terminar o estudo eles pretender voltar pra cá, que nem é o nosso sonho, que eles também tenha um bom incentivo, uma política agrícola mais voltada ao produtor rural pra que possa dar respaldo pra mão-de-obra do trabalho da teoria que eles aprenderam. Então aí, como é difícil por em prática.

Mesmo nós sabendo mas a matéria prima que vai gerar essas condições de mostrar que o trabalho nosso tá sendo aprovado não tem ela completa no assentamento.

- Você estava dizendo que aqui no Mosquito já aconteceram treze vendas de lotes e alguns deles já foram negociados mais de uma vez. Esse é o principal problema de vocês ou no dia-a-dia está tendo alguma outra dificuldade ?

Tem uma porção de problema. O problema de vender as parcelas é um problema grave, gravíssimo, mas nós consegue a dar o respaldo, porque, primeiro é que o cidadão consegue uma parcela, ele não tem um investimento adequado pra que ele produza. Ele começa a ficar invergonhado porque ele não tá conseguindo a ter uma produção satisfatória, até ter uma vida digna, aí ele resolve a sair, a vender. E, como, toda vida, a terra foi um meio de especulação no Brasil, pra que as pessoas ficasse mais rico através de especular ela, então nossos companheiros que já tá com a cabeça branca de ver isso, ele não vai fazer diferente tão fácil. Ele pega sua terrinha e quer vender pra comprar uma maior, sei lá, também porque o governo não dá um bom apoio financeiro. Quando o recurso chega já chega atrasado, ele não consegue ter uma produção adequada, ele resolve a sair. Mas nós tamos conseguindo a dar um respaldo que quase num dá problema. Que sempre os que sai nós tamos conseguindo companheiro que quer a terra mesmo. Já teve uns dois ou três casos que o caboclo comprou e vendeu, mas esse que comprou e tornou vender, não foi apoiado por nós. Comprou escondido, o INCRA assentou ele aqui e agora ele saiu. Os que nós mesmos alumiemos (do verbo nomear) pra por aqui, ele num vendeu não. Um outro problema sério que nós temos aqui no assentamento é a falta de incentivo do INCRA.. Porque, muitas coisas que eles começou num terminou. Por exemplo, as estradas. Aqui era um lugar deixado, não tinha estrada nem nada. Começou as estradas e não terminou de fazer, não intercede junto à prefeitura pra fazer as estradas. Então, pra nós comercializar o nosso produto na cidade e até o nosso dia-adia é difícil sem estrada.

- E o trabalho da associação: você já foi presidente e membro da diretoria e agora você se desvinculou dela. Como é que você descreve a associação ?

Nós trabalhamos com a associação verbal - sem um registro. Depois agora ela já tá indo pro sexto ano de vida. Eu vejo que a associação é um órgão bom, representativo e é necessário que tenha ela. Mas o que é mais necessário é que os diretores seja mais compreensivo. Que o trabalho dela seja mais compartilhado, com mais honestidade. Muitas vezes, aquela passagem da Bíblia que fala que a gente vê o cisco no olho do outro e não vê o pedaço de pau no olho d'a gente. Eu acho que assim tá acontecendo com a associação.

- Na minha pesquisa estou colocando o Mosquito como o primeiro ponto de uma virada de mesa. Mas vocês surgiram por causa da resistência na Estiva. Como é a história da Estiva ?

Na época que eu morava em Itapuranga, quando seu Pedro Teodoro teve aqui e chegou lá em Itapuranga contando que o "Chané", com os jagunços dele, tinha queimado os ranchos da Estiva, dos posseiros da Estiva. Naquela época era uma região de posse, os posseiros tinha uma posse que morava aí uns dez ou quinze anos numa terra do Estado, que o Chané organizou os jagunços e foi pra lá pra tirar eles a ponto de bala - queimar os ranchos e tirar eles e botar pra fora. Então lá é um pouco diferente daqui, porque já era uma resistência de quem tinha direito de posse. Porque o direito de posse é um e fazer reforma agrária é outro. Naquela época lá na Estiva era uma resistência de posse. Eu tive lá por um ano, junto também, mas foi um pouco diferente daqui. Na época existia seis posseiros. Com a resistência aumentou. Lá chegou até a ser contado 25 famílias. Só de apoio pra eles pegar lote. Eles mesmos considerava a terra perdida, se não fosse a união. Eles falava: 'olha, quem entrar junto aqui tem o mesmo direito nosso'. Mas, como nós que tava lá também pra pegar um pedaço de terra, vimos que era impossível tirar um alqueire, dois pra cada um, depois, nenhum nem outro. Aí vimos que não tinha condição de ficar mais que uns dez lá, de tirar mais que uns dez lote. Aí cedemos, dividimos. Portanto, que hoje lá tem nove famílias contadas. Até dava pra por mais uma ou duas, mas chegou a esse tanto.

- Como é que eles estão organizando a produção, cada um no seu lote ?

Lá não tem nada coletivo como foi tentado aqui. Lá ainda não tem nem o grupo escolar, que normalmente é uma das primeiras coisas a ser implantada no assentamento e lá não conseguiram ainda construir. Tem a área do núcleo comunitário, pra escola, campo de futebol e tal, mas ainda não tem.

Então em termos de trabalho social eles não tem. Tem a associação, tem trabalho religioso, o coordenador de evangelho.

- Aqui no Mosquito vocês têm a presença de pessoas de outras religiões também. Como é essa convivência ?

É interessante. O pessoal até admira o trabalho nosso. As outras religião que tem aqui, nós até comunga bem junto. Um pessoal bem compreensivo, que participa junto com nós. Muitas vezes o pessoal fica até pensando que, mesmo de outras igrejas, vai na missa, nos mutirões, tá sempre junto. Só, talvez algum dia que nós vai pra missa e eles vai pro culto. Mas, mesmo assim, sem perseguir um ao outro. O interesse mais fundamental nosso é a organização junto e a fé. Se nós tá seguindo um Deus só, então nós pode seguir um caminho de luta só. As outras religião que tem aqui, não tem gerado problema. Nos grupos de evangelho, nas celebrações nossas, quando nós vai fazer a nossa prece, cada um faz a prece como ele vê que dá certo, sempre. Até abre espaço pra que as pessoas de outra religião também faz a sua prece como ele vê que tá certo. Então aqui pra nós é muito bom, saber que nós tamos praticamente na luta comungando junto.

- Você disse que uma das primeiras benfeitorias é a construção de uma escola. Porque isso ?

É que nós sabemos que a educação é o ponto mais fundamental de formação pra tudo. Porque sem educação não existe trabalho, não existe saúde e não existe produção. Porque um país de analfabetos não tem nem como conversar. Sabe que é muito difícil sem a educação.

- Mas o Íris Rezende passou pela escola, o Quércia também passou pela escola.

Agora aí vem a questão de dom. Esses dia eu tava assistindo um programa do Sílvio Santos na porta da esperança. Aí quando uma mulher pediu umas coisas e chegou uma empresa e fez a doação das coisas. Aí, a empresa fez a doação e o Sílvio Santos ainda bateu nas costas do empresário e falou assim: ainda bem que nossos pais souberam fazer para que nós tenha hoje. Então eu pergunto pra mim mesmo assim: o pai do Íris Rezende foi outro, a escola que o Íris Rezende estudou não foi dum assentamento. Nós tem uma luta grande aqui pra que a professora nossa seja do assentamento, seja pessoa ligada à luta, seja ligada à Igreja, pra que ensine com as normas de mudança. Se por acaso nossos filhos for estudar numa escola capitalista, sei lá, como a família do pai do Íris Rezende, pode até que eles mude a cabeça. Agora nós não queremos isso.

- Quer dizer, o ideal da escola pra vocês é que a escola ensine dentro do espírito do assentamento, da luta pela terra, da defesa da terra ?

É assim que nós quer a educação.

- E vocês têm conseguido isso ?

Tem. Aqui nós já enfrentamos muita coisa. Nós chegamos numa época até a ser ameaçado pelo prefeito, que se nós não aceitasse a professora que ele impusesse, que nós ficava sem professor. Aí nós decidimos: se o professor que você por atender a reivindicação ou aceita nossa comunidade, nós aceita. Se não atender nós não vamos aceitar. Porque só pra vim cá, ensinar a ler e não ensinar a vida, pra nós não serve. Então, por isso é que nós sabe que a educação e a escola é ligada à convivência da comunidade.

- Vamos fazer um exerciciozinho de imaginação. Como é que vai estar o Mosquito, por exemplo, no ano 2.000 ?

Olha, eu vou ser sincero com você, sem ser muito otimista - por as coisas tudo fácil. Eu, pela mudança que nós teve nesses anos, principalmente nesses últimos quatro anos, eu posso dizer que com mais dez anos, aqui já tá 70% melhor. Porque a política partidária tá mudando e a consciência nossa de produção tá mudando e tornando realidade. Quando eu citava o exemplo pra você que os companheiros que sai daqui, que vende e vai embora, nós tamos conseguindo colocar companheiro que é mesmo trabalhador rural, que quer mesmo a terra pra morar, produzir. Então, com um determinado tempo aí de dez anos, já teve um avanço bem maior na consciência deles e até na prática de trabalho nosso. Então eu posso dizer que vai melhorar. A gente vê no olho de cada companheiro que ele não vende, não dá e nem troca sua terra nem sua experiência por dinheiro nenhum. Se ele trocasse ele tinha lutado pra ser diferente, antes de vir pra cá. Depois que ele veio pra cá a gente viu que ele não vai mudar. Ele não vai vender sua

consciência por dinheiro nenhum. Baseado nisso é uma força muito grande que nós temos pra falar, pra garantir que vai melhorar.

- Você está dizendo em termos de consciência. E em termos de organização ?

Em termos da associação, eu vejo que muitas vezes tenho até uma comparação a dizer. Quando eu vejo uma coisa assim que tá muito ruim eu penso comigo assim: não, ainda não tá bão porque não chegou o fim. Tudo enquanto há, tem um fim. Se tem uma coisa rui, a hora que a bondade chegar ela acaba. Aí eu vejo que, baseado nisso, um dia muda. Um dia melhora. Porque é difícil você ficar consertando uma casa, arrumando a telha, arrumando as paredes sem arrumar o alicerce. Então nem tudo que é ruim é só ruim. A ruindade às vezes tem hora que ela contribui pra que a bondade chegue. Então eu vejo com o espaço de tempo a própria associação pode ficar pior e depois melhorar de uma hora pra outra. Ela não vai ficar só ruim. Vai ter um fim da ruindade. Nós temos que contribuir pra que ela defina mais o seu trabalho honesto. Agora, em termos de assentamento, de bondade de todo mundo, eu vejo que a associação é um pouco responsável nessa questão. Porque, tem um dizer que 'o rebanho sem pastor, não sabe pra onde vai'.

- Como é que você define propriedade ?

Eu vejo que a propriedade é uma coisa que a gente constrói. A gente faz uma casa, é a propriedade que eu tenho - uma casa. Se eu consigo um pedaço de terra e eu faço nele uma roça, um pasto, uma cerca, eu passo a ser o proprietário porque eu tive investimento próprio nele. Aí eu passo a ser dono daquela propriedade que eu beneficiei. Então eu entendo que a propriedade é uma coisa de um trabalho particular que a pessoa praticou. Passa a ser o dono porque ele pertence (possui) com o seu trabalho.

- Quer dizer que o que define a propriedade pra você é o trabalho ?

É o trabalho. Cê vê: É fácil o caboclo que tem dinheiro comprar dois, três mil alqueires de terra e dizer que é propriedade dele, mas eu acho isso injusto. Porque eu acho que a propriedade é aquilo que a gente constrói.

- Você acha que essa luta de vocês é uma luta anti-capitalista ou é uma luta dentro do próprio sistema capitalista ?

Eu acho que ela é, se brincar, baseia as duas coisas. Porque, primeiro, eu acho que ela é anti-capitalista porque tem companheiro que dedica a luta por interesse próprio. Então ela pertence um braço do anti-capitalista. E um outro lado, ela também não é só anti-capitalista, porque tem companheiro que dedica a luta em busca dum trabalho coletivo, por exemplo, eu se eu quisesse, sei lá, cuidado só da minha vida financeira, eu deveria tar pra outro lado. Se eu fosse trabalhar só por conta de dinheiro e não por conta de uma mudança na sociedade, eu nem taria aqui. Pelo meu gesto de vida eu não precisava...mas o que eu quero é uma mudança de sociedade, uma mudança de geração melhor. Tem muito jeito da pessoa viver sem ele praticar um tempo grande de trabalho de conscientização.

(Entrevista concedida em sua casa, em 11/03/94)

02

Estatuto da Associação dos Pequenos Produtores,
do Assentamento Mosquito

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES
DO PROJETO MOSQUITO

ESTATUTO DOS PEQUENOS PRODUTORES - ASSENTAMENTO
PROJETO MOSQUITO - GOIÁS - GOIÁS

Aprovado pela Assembléia da Fundação realizada
em 03 de dezembro de 1987.

ESTATUTO DOS PEQUENOS PRODUTORES - ASSENTAMENTO
PROJETO MOSQUITO - GOIÁS - GOIÁS

Aprovado pela Assembléia da Fundação realizada
em 03 de dezembro de 1987.

C A P Í T U L O - I

SEDE, DENOMINAÇÃO, PATRIMÔNIO E DURAÇÃO

- ART. 1º - A Associação dos Pequenos Produtores do Projeto Mosquito, foi denominada pelos seus associados (parceiros) que participaram da Assembléia realizada no dia 03 de dezembro de 1987, onde foi aprovada sua fundação. E tem como objetivos:
- . Trabalho em conjunto;
 - . Arrecadar recursos para o aumento de sua produção;
 - . Não visa fins lucrativos.
- ART. 2º - A Sede da Associação será no Núcleo dos Pequenos Produtores de Assentamento do Projeto Mosquito no Município de Goiás.
- ART. 3º - Ficará eleito no FORUM do Município de Goiás na Comarca da Cidade de Goiás - Goiás, para qualquer eventualidade de pendente do mesmo.
- ART. 4º - A Associação terá duração por tempo indeterminado. O Estatuto poderá ser modificado de acordo com decisão tomada em Assembléia.
- ART. 5º - O Estatuto poderá ser modificado a partir de suas necessidades e aprovação por maioria absoluta em Assembléia Geral por seus associados.
- ART. 6º - O Patrimônio da Associação constituirá de Bens Móvel e Imóvel e de Doações Particulares ou Entidades.
- ART. 7º - A receita prevista e as despesas fixadas para cada exercício financeiro constituirão o orçamento próprio

elaborado pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Fiscal. - D *contra de todos os artigos - 05*

C A P Í T U L O - II

ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS

PARÁGRAFO ÚNICO:

A Associação constitui-se dos seguintes Órgãos: Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Representativo.

C A P Í T U L O - III

ASSEMBLÉIA GERAL

- ART. 8º - A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária serão os Órgãos máximos da Associação dentro do limite deste Estatuto.
- ART. 9º - A Assembleia Geral tomará toda e qualquer decisão de interesse da Associação e suas deliberações vinculada a todos os associados ainda que ausente ou discordante.
- ART. 10º - A Assembleia Geral será convocada e dirigida pelo Presidente, após deliberação da mesma poderá também ser convocada pelo Conselho Fiscal, se ocorrer motivos graves e urgentes ou também por 20% dos associados que estiverem quites com a Associação após uma solicitação formal não atendida ou ainda por uma ou mais pessoas que forem admitidas do quadro social que esteja em defesa na justiça ou com testemunha conforme Capítulo VI Artigo 5º.
- ART. 11º - Não poderá participar da Assembleia Geral o associado que tenha sido admitido após a sua convocação e que esteja na infringência de qualquer disposição.

- ART. 12º - A Assembléia Geral dessa primeira convocação com a presença de dois terços do número de associados em pleno gozo de seus direitos e em segunda, convocação uma hora mais tarde com a presença da metade mais um dos associados e ainda em terceira e última convocação duas horas após a segunda, com no mínimo de 20% dos associados presentes.
- Art. 13º - A convocação da Assembléia Geral dar-se-a com antecedência mínima de dez dias por escrito e entregue a todos os associados em dia com a associação.
- ART. 14º - A Diretoria em exercício, deverá convocar uma assembléia de acordo com a avaliação para estudar os critérios de reajustagem da contribuição dos associados.

C A P Í T U L O - IV

DEVERES DOS ASSOCIADOS

- ART. 15º - Pagar sua contribuição para com a associação dentro do prazo legal.
- ART. 16º - O associado que atrasar mais de sessenta (60) dias com sua contribuição, não terá benefícios conseguidos pela associação.
- ART. 17º - Toda e qualquer decisão aprovada por dois terços dos associados deverá ser rigorosamente obedecida.
- ART. 18º - O associado não poderá vender a Terra, podendo somente ser vendida suas benfeitorias se estiver quites com todos os débitos da associação.
- ART. 19º - Cumprir as disposições da associação, bem como deste Estatuto e do Regimento Interno.
- ART. 20º - Desempenhar com dedicação as atribuições de cargos para o qual for eleito.

ART. 21º - Zelar pelo patrimônio da associação e seu nome perante a opinião pública.

ART. 22º - Saldar pontualmente seus compromissos para com a associação.

C A P Í T U L O - V

DIREITOS DOS ASSOCIADOS

ART. 23º - São direitos dos associados: votar e ser votado para os cargos eletivos, desde que estejam em dias com a associação.

ART. 24º - Requerer por escrito da Diretoria executiva apuração de quais quer irregularidade na administração da associação.

ART. 25º - Requer prestação de contas quando for necessário e no final de ano letivo; Avaliação em conjunto dos planos de trabalho que serão desenvolvidos pela associação no decorrer do ano de sua execução.

ART. 26º - A Diretoria, Conselho Fiscal e o Conselho Representativo tem autonomia em decidir qualquer assunto que venha beneficiar a associação e também em caso de defesa da mesma case pode-se contra atacar.

ART. 27º - Os benefícios que vierem em nome da associação será dividido pela força de trabalho ou necessidade do associado.

C A P Í T U L O - VI

MISSÃO E DEMISSÃO

ART. 28º - A Associação dos Trabalhadores Rurais do Perjeito Mesquita só aceita entrada de novos sócios até o dia 03 de dezembro de 1989, que será 15 dias após a elaboração deste Estatuto, após esta data, todos os novos sócios deverão passar em avaliação pelo quadro social da associação.

- ART. 29º - Não aceitamos sócios que não moram no Projeto Mosquito bem como quem não tem uma parcela no Projeto (mera de agregado).
- ART. 30º - A demissão dos associados se dará quando qualquer associado ou membro da Direção estiver infringindo as leis deste Estatuto ou regimento interno.
- ART. 31º - Qualquer pessoa ou membro da Diretoria, Conselho Fiscal ou do Conselho Representativo poderá ser expulso de cargo eletivo quando cometer faltas irregular com provado em assembléia.
- ART. 32º - Qualquer membro expulso de cargo ou do quadro social terá trinta (30) dias para recorrer a justiça se for falsa a acusação, devendo também apresentar por escrito ou com testemunhas pessoais.
- ART. 33º - Se o associado for demitido não terá nenhum direito nos bens que for doado, bem como se o associado pedir demissão, se terá direito se ainda não foi beneficiado.
- ART. 34º - Caso de Expulsão para associados:
- a. ter praticado rebo comprovadamente
 - b. ter sido condenado pela justiça crimes cometidos
 - c. ter atitudes que atentam ao quadro social e contra a moral da comunidade.
- ART. 35º - Nenhum associado poderá se admitir sem antes saldar seu crédito ou débito com a associação.

C A P Í T U L O - VII

FORMAS DE ELEIÇÕES

- ART. 36º - As eleições para Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Representativo será voto secreto e terão um mandato de tres (3) anos após a posse.
- ART. 37º - A posse da Diretoria e dos Conselhos será sessenta (60) dias após a eleição.

ART. 38º - A divulgação das eleições será num prazo mínimo de noventa (90) dias de antecedência.

ART. 39º - A esposa de cada associado terá direito votar e ser votada.

ART. 40º - Só poderá votar e ser votado os associados que estiverem saldaos seus débitos para a associação.

C A P Í T U L O - VIII

DIRETORIA

ART. 41º - A Diretoria Executiva, será composta de nove(9) membros, todos os associados eleitos em assembléia geral, na forma de eleições contida no capítulo VII.

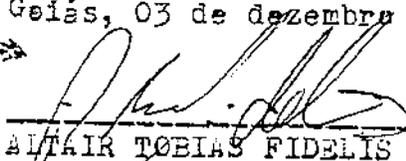
ART. 42º - A Direção é composta de Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Representativo.

ART. 43º - A Direção eleita terá um mandato de dois(2) anos com as funções na qual foi eleito: Presidente, Vice -Presidente, Secretário e Tesoureiro.

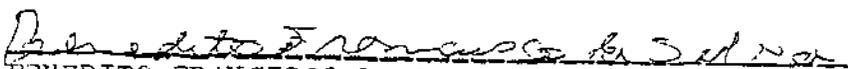
O presente Estatuto foi lido e aprovado em Assembléia dos seus sócios por unanimidade, nesta data.

20 (20/10)

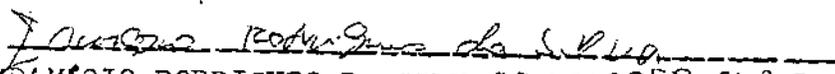
Goiás, 03 de dezembro de 1987.


 ALTAIR TOBIAS FIDELIS CI. J. 046.639-SSP-60

Presidente


 BENEDITO FRANCISCO DA SILVA CI. J. 650.030-SSP-60

Secretário


 DAMÁSIO RODRIGUES DA SILVA CI. J. 333.959-SSP-60

Tesoureiro

Cidade de Goiás
 RECONHECIMENTO
 por semelhante a...

NOME E NATURALIDADE DO ASSOCIADOS

01. ALTAIR TOBIAS FIDELES	ANICUNS - GOIÁS
02. BENEDITO FRANCISCO DA SILVA	URUANA - GOIÁS
03. DAMÁSIO RODRIGUES DA SILVA	CARMO DO RIO VERDE-GO.
04. VALDOMIRO BARBOSA FERNANDES	JANUÁRIO - MG.
05. JUVERCINO CAIXETA DE SOUZA	CAIÇARA - GO.
06. AMADO CORCINO BATISTA	GOIÁS - GO.
07. FRANCISCO ALVES CARNEIRO	SÃO DAZIDEIRO-BA.
08. JOSÉ DE SOUZA FILHO	ITAGUARÚ-GO.
09. MANOEL INÁCIO RODRIGUES TAVARES	ITAPURANGA - GO.
10. JOSÉ NUNES PINTO	
11. EFRAIM RAFAEL VIEIRA	CERES - GO.
12. ADOLFO FERREIRA SIMÃO	CATALÃO - GO.
13. MÁRIO SILVA DOS SANTOS	ABASTÁ - MG.
14. APARECIDO BERNARDES DA SILVA	
15. MILTON DUARTE DA COSTA	GOIÁS - GO.

03

Relação dos Projetos de Assentamento,
de acordo com o INCRA

INCRA SR-04 - RELAÇÃO DOS PROJEIOS DE ASSENIAMENTO - ESIADO DE GUIAS

Nº	NOME DO PROJETO	MUNICIPIO	CAP.	FAM. ASSENT.	AREA	Nº DEC. - DATA	DATA IMISSÃO	PORT. CRIAÇÃO - DATA
1	ACABA VIDA II	GOIAS	4	4	271,8076	97.867 - 23.06.89	02.04.91	RESOL. Nº 84 - 03.09.91
2	ACABA VIDA	NIQUELANDIA	250	71	46.742,1089	93.556 - 07.11.86	03.02.87	INCRA/PI/Nº 292 - 01.04.87
3	ARANHÁ*	NIQUELANDIA	40	36	1.228,4859	20.07.96	27.12.96	INCRA/SR-04/Nº75 - 30.12.96
4	ATALAIA*	MONTE ALEGRE DE GOIAS	86	36	6.060,0000	24.03.95	08.02.96	INCRA/SR-04 Nº 21 de 09.04.96
5	AZES DO ARAGUAIA*	DOVERLANDIA	107	93	4.071,4788	09.11.94	13.06.95	INCRA/SR-04/Nº 53 - 15.09.95
6	BARRO AMARELO	ABADIANIA	35	35	1.208,7713	96.342 - 14.07.88	12.12.88	INCRA/MA/Nº 159 - 08.03.89
7	BELO HORIZONTE*	GUARANI	44	1	2.715,0000	02.12.94	28.06.95	INCRA/SR-04/Nº 54 - 15.09.95
8	BOA ESPERANÇA	PIRACANJUBA	51	51	1.547,1665	21.01.94	02.06.95	INCRA/SR-04/Nº 33 - 12.07.95
9	BOA VISTA	ITAPIRAPUA	21	21	1.228,6594	93.554 - 07.11.86	13.09.88	MIRAD/Nº 1673 - 19.02.88
10	BURITI QUEIMADO*	GOIAS	28	28	1.202,1341	21.05.96	17.10.96	INCRA/SR-04 Nº 58 de 07.11.96
11	CAFE BELHA*	DOVERLANDIA DE GOIAS	57	57	1.141,8770	Port Nº 263 -18/10/96	Aquisição-Dec Nº433	INCRA/SR-04/Nº 67 - 12.12.96
12	CAMPO FORMOSO*	DOVERLANDIA	40	40	2.414,0275	25.03.95	14.12.95	INCRA/SR-04/Nº 94 - 27.12.95
13	CANTONEIRAS*	BOM JARDIM DE GOIAS	55	49	3.322,5949	08.02.96	28.08.96	INCRA/SR-04 Nº 46 de 19.09.96
14	CAPIM DE CHEIRO*	NOVA CRIXAS	29	25	2.016,1138	25.04.94	26.04.94	INCRA/SR-04/Nº 06 - 07.02.95
15	CEU AZUL	MIMBAU	21	21	2.420,6200	20.12.93	24.07.94	INCRA/SR-04/Nº 04 - 07.02.95
16	CIGANO*	AGUA FRIA	43	30	1.311,6400	24.06.96	22.10.96	INCRA/SR-04 Nº 62 de 18.11.96
17	COLONIA	PADRE BERNARDO	24	24	598,4660	13.01.95	26.07.94	INCRA/SR-04/Nº 52 - 15.09.95
18	CONTAGEM	PLANALTIMA	42	42	922,2076	08.12.93	18.03.94	INCRA/PI/Nº 353 - 23.05.94
19	DIADEMA*	TEREZINA DE GOIAS	55	51	2.223,0000	25.04.94	21.06.95	INCRA/SR-04/Nº 63 - 22.09.95
20	ENGENHO DA PONTINHA*	BARRO ALTO	21	21	742,0000	04.10.95	06.03.96	INCRA/SR-04 Nº 19 de 02.04.96
21	ESUSA*	ALTO PARAISO	39	39	9.680,9913	21.12.93	28.06.95	INCRA/SR-04/Nº 36 - 02.08.95
22	HOLANDA*	GOIAS	19	57	1.357,4368	19.08.96	27.12.96	INCRA/SR-04/Nº76 - 30.12.96
23	IRIS RESENDE MACHADO	JATAI	176	176	5.565,0930	92.819 - 25.06.86	10.08.89	RESOL. Nº 114 - 27.12.89
24	JOAO DE DEUS	SILVANIA	19	19	335,1234	Herança, Jacente	-	INCRA/PI/Nº 375 - 12.05.87
25	LAGOA SECA	BARRO ALTO	27	27	1.106,1766	-	22.03.91	RESOL. Nº 073 - 03.09.91
26	LAVRINHA	GOIAS	28	28	706,7039	20.12.93	22.09.94	INCRA/SR-04/Nº 08 - 07.02.95
27	LEBRE	DOVERLANDIA	103	103	3.892,4082	98.150 - 18.09.89	21.11.91	RESOL. Nº 189 - 13.12.91
28	LIMOEIRO*	FAINA	46	23	1.229,9806	30.05.96	17.10.96	INCRA/SR-04 Nº 61 de 18.11.96
29	MACACOS*	URUAÇU	44	26	2.618,2381	08.02.96	17.09.96	INCRA/SR-04 Nº 43 de 09.10.96
30	MAMBAI*	MAMBAI*	32	25	2.017,8943	26.04.94	08.06.95	INCRA/SR-04/Nº 37 - 02.08.95
31	MAMONEIRAS	FAZENDA NOVA	53	53	2.620,6706	93.986 - 29.01.87	04.06.87	INCRA/PI/Nº 693 - 14.08.87
32	MATA DO BAU*	GOIAS	63	63	1.575,7868	04.09.95	28.02.96	INCRA/SR-04 Nº 22 de 09.04.96
33	MINGAU*	SAO JOAO D'ALIANÇA	80	80	2.611,3252	19.08.96	27.12.96	INCRA/SR-04/Nº73 - 30.12.96
34	MOSQUITO	GOIAS	42	42	1.786,2397	92.445 - 06.03.86	12.08.86	INCRA/PI/Nº 781 - 17.10.86
35	MUCAMBÃO	MINAÇU	41	41	3.543,6500	20.12.93	21.12.93	INCRA/SR-04/Nº 07 - 07.02.95
36	MUCAMBO FIRME	SAO DOMINGOS	47	47	4.089,2753	97.566 - 09.03.89	13.11.91	RESOL. Nº 190 - 13.12.91
37	N. SENHORA APARECIDA*	DOVERLANDIA	54	54	1.090,0000	Port Nº 351- 22/12/95	Aquisição-Dec Lei Nº433	INCRA/SR-04 Nº 15 de 25.03.96
38	NOITE NEGRA*	MINAÇU	110	77	9.443,4800	20.12.93	14.09.94	INCRA/SR-04/Nº 09 - 07.02.95
39	NOVA PIRATINGA*	FORMOSA	92	92	2.210,4134	19.08.93	19.08.94	INCRA/SR-04/Nº 15 - 18.04.95
40	NOVO HORIZONTE*	GOIAS	42	42	986,8545	29.02.96	29.02.96	INCRA/SR-04/Nº 26 - 17.05.96
41	ORFAOS*	CAVALCANTE	121	18	4.852,6000	06.09.96	27.12.96	INCRA/SR-04/Nº72 - 30.12.96
42	PARAISO*	GOIAS	50	44	1.241,7492	08.02.96	25.09.96	INCRA/SR-04 Nº 52 de 14.10.96
43	PARANA*	MAMBAI	77	33	6.349,0912	10.11.94	08.06.95	INCRA/SR-04/Nº 62 - 17.09.95
44	RANCHO GRANDE	GOIAS	21	21	800,1473	97.867 - 23.06.89	02.04.91	REOL. Nº 075 - 03.09.91
45	RETIRO	GOIAS	23	23	736,4457	97.757 - 18.05.89	21.12.90	RESOL. Nº 076 - 03.09.91
46	RETRO VELHO	ITAPIRAPUA	20	20	609,7663	97.757 - 18.05.89	24.08.89	RESOL. Nº 045 - 20.10.89
47	RIACHÃO	SITIO D'ABADIA	49	49	2.685,7516	24.11.93	25.04.94	INCRA/SR-04/Nº 03 - 07.02.95
48	RIO VERMELHO	NIQUELANDIA	59	59	3.995,8262	95.821 - 11.03.88	16.04.91	RESOL. Nº 82 - 03.09.91
49	SANTA CRUZ	FORMOSA	90	90	2.695,7323	Doação	-	RESOL. Nº 340 - 03.12.84
50	SANTA JULIA*	MONTEVIDIU DO NORTE	232	180	9.685,5786	09.05.96	17.10.96	INCRA/SR-04 Nº 63 de 18.11.96
51	SANTA TEREZA*	PORANGATU	64	64	3.221,6187	24.03.95	14.02.96	INCRA/SR-04 Nº 20 de 02.04.96
52	SAO CARLOS	GOIAS	156	152	5.834,5958	24.11.93	31.05.94	INCRA/SR-04/Nº 05 - 07.02.95
53	SAO FELIPE	GOIAS	13	12	674,4915	97.867 - 23.06.89	02.04.91	RESOL. Nº 072 - 03.09.91
54	SAO JOAO DO BUGRE	GOIAS	9	9	4.844,8221	94.755 - 10.08.87	12.11.87	MIRAD/Nº 544 - 25.04.88
55	SAO JOSE*	MAMBAI	17	25	1.885,0000	24.03.95	13.09.95	INCRA/SR-04/Nº 71 - 18.10.95
56	SAO JUDAS*	NOVA CRIXAS	84	49	3.322,5948	09.05.96	27.11.96	INCRA/SR-04/Nº 66 - 12.12.96
57	SAO MANOEL*	NOVO MUNDO	108	75	3.259,5221	06.09.96	27.12.96	INCRA/SR-04/Nº74 - 30.12.96
58	SAO PEDRO	ARAGARÇAS	27	27	2.065,7105	94.217 - 14.04.87	31.07.87	MIRAD/Nº 309 - 03.12.87
59	SAO SALVADOR*	MINAÇU	270	250	8.115,2500	Port Nº 193 -08/08/96	Aquisição-Dec Lei Nº433	INCRA/SR-04 Nº 53 de 14.10.96
60	SERRA NEGRA*	BOM JARDIM DE GOIAS	19	19	564,2835	02.12.94	24.10.96	INCRA/SR-04/Nº 65 - 18.11.96
61	SUMIDOURO*	GUARANI	33	33	2.099,9105	02.12.94	28.06.95	INCRA/SR-04/Nº 55 - 15.09.95
62	TRES BARRAS	CRISTALINA	182	182	11.208,0722	96.245 - 30.06.88	21.03.89	INCRA/MA/Nº 347 - 26.10.89
63	UNIAO BURITI*	GOIAS	32	29	776,6000	30.05.96	17.10.96	INCRA/SR-04 Nº 60 de 14.11.96
64	VALE DA ESPERANÇA*	FORMOSA	234	234	8.820,9000	30.05.96	23.10.96	INCRA/SR-04 Nº 64 de 18.11.96
65	VIRGILANDIA*	FORMOSA	209	184	10.453,3472	30.12.94	26.12.96	INCRA/SR-04/Nº77 - 30.12.96
66	ZEBULANDIA*	MARA ROSA	39	39	1.500,0000	25.11.93	29.09.94	INCRA/SR-04/Nº 73 - 23.10.95
Total			4.448	3.820	239.715,3083	-	-	-

(*) PA's não parcelados, portanto as famílias estão em fase de pré-assentamento

Anteriores a 95

Criados em 96

Alguns indicadores sócio-econômicos do Estado de Goiás



Sinais da pobreza

Pessoas com rendimento mensal familiar per capita até 1/2 salário mínimo (em %)

Fonte: IBGE 1990

Dados do IBGE (1990), constantes da matéria "Os Excluídos", de Maria José Braga e Marcio Fernandes, O Popular, Goiânia, 19/05/96, 4-5B

Indicadores de condições de vida

	Em % da população					Goias
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Goias
Analfabetos de 10 anos ou mais	11,3	35,8	10,2	10,4	15,6	18,2
Crianças de 7 a 14 anos que não frequentam escola	11,6	22,8	10,9	13,1	14,4	15,2
Crianças de 10 a 14 anos que já trabalham	10,7	21,8	12,2	20,5	17,8	21,1
Residentes em domicílios sem esgoto adequado	49,0	73,8	25,0	44,7	66,2	76,8
Residentes em domicílios sem abastecimento de água adequado	31,9	58,0	11,4	16,4	30,1	35,9
Empregados sem carteira assinada	47,6	58,8	33,9	33,0	52,3	59,3
Trabalhadores que não contribuem para a previdência	50,3	67,3	34,7	42,5	53,8	60,9

Fonte: IBGE 1990

Maria José Braga e Marcio Fernandes, Idem.

Ação de Reintegração de Posse,
da Fazenda Europa, município de Goiás

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE GOIÁS - GO.

LEONINA DI RAMOS CAIADO, BRASILEIRA,
SOLTEIRA, FUNCIONÁRIA PÚBLICA FEDERAL
APOSENTADA, PORTADORA DA CI. Nº 696.643 SSP-
SP., E DO CPF Nº 020.456.807-20, RESIDENTE E
DOMICILIADA NA RUA MARIZ E BARROS, ED.
IBITURUNA, TIJUCA, RIO DE JANEIRO-RJ., VEM,
MUI RESPEITOSAMENTE PERANTE VOSSA EXCELÊNCIA,
ATRAVÉS DE SEUS ADVOGADOS, INFRA FIRMADOS,
ESTABELECIDOS PROFISSIONALMENTE NA RUA P.16,
852, SETOR DOS FUNCIONÁRIOS, FONE 233.77.27,
EM GOIÂNIA-GO., ONDE RECEBERÃO AS NOTÍCIAS
FORENSES DE PRAXE, COM AMPARO NO QUE DISPÕEM
OS ARTIGOS 926 E SEGUINTE DO CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL, C/C ARTIGO 524 DO CÓDIGO
CIVIL, PROMOVER A PRESENTE

AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE.

EM DESFAVOR DE

SANDALO BUENO DO NASCIMENTO
Advogado - OAB-GO 6536

Rua P-16 nº 852 - Setor dos Funcionários
Fone: 233-7727 - CEP 75.120 - Goiânia - Goiás

SEBASTIÃO COELHO E COUTINHO DE TAL, AMBOS COM QUALIFICAÇÃO IGNORADA, E OUTROS, CUJA IDENTIFICAÇÃO NÃO FOI POSSÍVEL, OS QUAIS PODERÃO SER ENCONTRADOS NA FAZENDA EUROPA, SITUADO NESSE MUNICÍPIO, ALEGANDO PARA TANTO AS RAZÕES DE FATO E OS FUNDAMENTOS DE DIREITO QUE A SEGUIR EXPÕE:

1 -

DO IMÓVEL.

A REQUERENTE É PROPRIETÁRIA, SENHORA E POSSUIDORA, DE UMA GLEBA DE TERRAS RURAIS, DENOMINADA FAZENDA EUROPA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE GOIÁS-GO., DISTRITO DE ITAIÚ, CONSTITUÍDA PELO QUINHÃO Nº 2, COM ÁREA DE 618.51,43 HECTARES, CIRCUNSCRITA DENTRO DOS SEGUINTE LIMITES E CONFRONTAÇÕES:

"Começa no marco "A", cravado na barra do córrego da FARTURA, veio d'água acima, confrontando com terras do espólio de Brasil de Ramos Caiado e depois com terras do imóvel SANTA TEREZA até a barra do córrego ANTONIO ALVES e por esse veio d'água acima, confrontando com terras do imóvel SANTA TEREZA até a barra do córrego ANTONIO ALVES e por este veio d'água acima, confrontando ainda com terras do imóvel SANTA TEREZA até a barra das MANGUEIRAS e por esse acima, em seu veio d'água, até o marco nº 5, cravado na sua cabeceira, deste, segue com o rumo magnético de 27º00'SW na distância de 890,00 metros, confrontando com o quinhão nº 4 de Leonino Di

Ramos Caiado, até o marco nº 6, cravado numa encosta à margem esquerda do córrego MANUEL DA SILVA, deste segue com o rumo magnético de 00º00'SV na distância de 2.600,00 metros, confrontando com o quinhão nº 3 de Leonice Caiado Cunha e Cruz, até o marco nº 2 da divisão, deste, segue com o rumo magnético de 89º30'NE e na distância de 1.500,00 metros, confrontando com terras de Gil Magno Wolker de Medeiros até o marco nº 4, cravado à margem direita do córrego SECRETÁRIO, veio d'água abaixo, confrontando com terras vendidas a Dr. Giuseppe Peixoto, até encontrar o marco "A", cravado em sua barra com o córrego FARTURA, onde teve início."

O IMÓVEL SUPRA DESCRITO ENCONTRA-SE DEVIDAMENTE MATRICULADO NO REGISTRO IMOBILIÁRIO DE GOIÁS-GO., SOB Nº 4.888, ÀS FLS. 185, LIVRO 2-Q, DATADO DE 16 DE ABRIL DE 1.980, EM NOME DA SUPPLICANTE, CONFORME SE VÊ DA INCLUSA CERTIDÃO (DOC. 01).

A PROPÓSITO, POSSUE O IMÓVEL DIVERSAS BENFEITORIAS, DENTRE OUTRAS: TODO CERCADO EM ARAME FARPADO; DIVISÕES INTERNAS DE PASTOS; APROXIMADAMENTE 70 ALQUEIRES EM PASTOS; PEQUENA LAVOURA DE SUBSISTÊNCIA COM ÁREA DE (+ OU -) 4 ALQUEIRES; DUAS CASAS DE MORADA, SENDO UMA EM ALVENARIA; CURRAL, POMAR COM DIVERSAS FRUTEIRAS CENTENÁRIAS; APROXIMADAMENTE 250 (DUZENTAS E CINQUENTA) RESES, "GADUM VACUM E CAVALAR", ERAS DIVERSAS.

CUMPRE AINDA À AUTORA ESCLARECER QUE OS PASTOS DO IMÓVEL FORAM CEDIDOS EM COMODATO VERBAL AO DR. GIUSEPPE

PEIXOTO, HÁ MAIS DE 3 (TRÊS) ANOS, ONDE MANTÊM PARTE DE SEU GADO, INCLUÍDO DENTRE AS RESES SUPRA MENCIONADAS, SENDO SUA A RESPONSABILIDADE PELA PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS PASTOS E ANIMAIS.

2 -

DOS FATOS.

NA MADRUGADA DO ÚLTIMO DIA 25 PARA 26 DE AGOSTO (SEXTA P/ SÁBADO) OS REQUERIDOS, AGINDO EM CONCURSO, COMANDARAM A INVASÃO PARCIAL DO IMÓVEL SUPRA DESCRITO, POR MAIS DE 100 (CEM) PESSOAS, DENTRE ADULTOS, CRIANÇAS, HOMENS E MULHERES, NUMA AÇÃO RÁPIDA, SORRATEIRA E EFICAZ, CONSEGUIRAM BURLAR A VIGILÂNCIA DO CAPATAZ DA FAZENDA E SE INSTALARAM ÀS MARGENS DO CÔRREGO FARTURA, NO INTERIOR DO IMÓVEL, ONDE PERMANECEM ATÉ O MOMENTO OCUPANDO ÁREA DE APROXIMADAMENTE 1 (HUM) ALQUEIRE, COM "ANIMUS REM SIBI HABENDI".

A INVASÃO SE DEU À NOITE, CLANDESTINAMENTE, DE FORMA VIOLENTA, POSTO QUE, DERRUBARAM CERCAS, AGIRAM A "MANU MILITARI", POIS ENCONTRAVAM-SE ARMADOS DE FACÕES, FOICES, FACAS, MACHADOS E OUTRAS.

E MAIS, SEGUNDO COMENTÁRIOS NA REGIÃO, TRATA-SE DE MOVIMENTO POLÍTICO, INSTIGADO POR SETORES RADICAIS, DESTINADO A INFLUIR NA CAMPANHA ELEITORAL À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, OBVIAMENTE PORQUE O IMÓVEL INVADIDO PERTENCE À FAMÍLIA DE UM DOS CANDIDATOS. NOTE-SE QUE, OS INVASORES HASTEARAM UMA FLÂMULA VERMELHA E BRANCA, NO LOCAL ONDE SE ENCONTRAM REUNIDOS, AGUARDANDO O DESENROLAR DOS FATOS.

APÓS A INVASÃO, OS RR, NOMINADOS, CABEÇAS DO MOVIMENTO, PASSARAM A DILIGENCIAR NO SENTIDO DE SENSIBILIZAR

AUTORIDADES E ÓRGÃOS PÚBLICOS, EM ESPECIAL O INCRA NO INTUITO DE ENQUADRÁ-LO NO ROL DE PROPRIEDADES DESTINADAS À REFORMA AGRÁRIA, EM RAZÃO DO CONFLITO, QUE ORA COMEÇARAM.

3 -

DO DIREITO.

EM ASSIM AGINDO, OS RR., ALÉM DE INFRINGIR A NORMA DO INCISO II, DO ART. 161, DO CÓDIGO PENAL, VIOLARAM O DIREITO DE PROPRIEDADE, CONSAGRADO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 5º, XXII) E REGULADO NO ARTIGO 524 DO CÓDIGO CIVIL, QUE ASSIM DISPÕE:

"A lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua."

POR OUTRO LADO, CONFORME ARTICULADO EM LINHAS PRETÉRITAS, NOS TERMOS DO ARTIGO 489 DA LEI SUBSTANTIVA CIVIL, TRATA-SE DE POSSE INJUSTA, PORQUE VIOLENTA E CLANDESTINA, CONSEQUENTEMENTE, PRECÁRIA E RECENTE.

O ARTIGO 927, DO C.P.CIVIL, EM SEUS INCISOS, IMPÕE À QUEM INVOCAR PROTEÇÃO POSSESSÓRIA, O ÔNUS DE PROVAR:

A) A SUA POSSE;

B) A TURBAÇÃO OU O ESBULHO PRATICADO PELO RÉU;

C) A DATA DA TURBAÇÃO OU DO ESBULHO; E,

06

Questionário próprio da pesquisa

QUESTIONÁRIO

___/___/___

A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NOS ASSENTAMENTOS EM GOIÁS

I - Dados de identificação (o chefe da unidade de produção)

1. Sexo:

- O - SR
- 1 - M
- 2 - F

2. Idade: /___/___/ anos

3. Estatuto familiar:

- O - SR
- 1 - solteiro
- 2 - casado
- 3 - viúvo
- 4 - divorciado
- 5 - viúvo ou divorciado, em 2a. união

4. Escolarização:

- O - SR
- 1 - nenhuma/analfabeto
- 2 - escola primária
- 3 - escola ginásial
- 4 - segundo grau

5. Onde você nasceu ?

- O - SR
- 1 - aqui (região do assentamento)
- 2 - neste município
- 3 - em um município vizinho
- 4 - em outra região do Estado de Goiás
- 5 - em um outro Estado - Qual ? _____

6. Se 5 (questão 5), após deixar seu Estado de origem, você morou em um segundo Estado, antes de chegar a Goiás ?

- O - SR
- 1 - não
- 2 - sim - Qual ? _____

7. Qual é/era a profissão de seu pai ?

(deixar aberta e codificar)

- O - SR
- 1 - agricultor
- 2 - motorista de taxi
- 3 - comerciante
- 4 - operário
- 5 - professor
- 6 - funcionário público
- 7 - motorista de caminhão
- 8 - outra

8. E de seu avô ?

(a mesma coisa)

- O - SR
- 1 - agricultor
- 2 - motorista de taxi
- 3 - comerciante
- 4 - operário
- 5 - professor
- 6 - funcionário público
- 7 - motorista de caminhão
- 8 - outra

9. Antes de vir para o assentamento, qual era a sua profissão ?

(a mesma coisa)

- 0 - SR
- 1 - agricultor
- 2 - motorista de taxi
- 3 - comerciante
- 4 - operário
- 5 - professor
- 6 - funcionário público
- 7 - motorista de caminhão
- 8 - outra

10. Quanto a religião, você é:

- 0 - SR
- 1 - católico
- 2 - pentecostal
- 3 - protestante histórico
- 4 - espírita
- 5 - testemunha de Jeová
- 6 - adventista
- 9 - não se aplica

(Se 0 ou 9 na Q.10, passar para 13)

11. Nessa religião, você tem uma prática

- 0 - SR
- 1 - cotidiana
- 2 - semanal
- 3 - mensal
- 4 - indefinida
- 9 - não se aplica

12. Você começou a participar dessa religião:

- 0 - SR
- 1 - antes de chegar ao assentamento
- 2 - depois de chegar ao assentamento

(Você é filiado)

13. À associação ?

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim

14. Ao sindicato ?

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim

15. A algum partido político ?

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim - Qual ? _____

II - DADOS SOBRE A UNIDADE DE PRODUÇÃO

16. Área total _____ ha.

17. Área agrícola em 1995 _____ ha.

18. Área em mata _____ ha.

19. Sua instalação no assentamento se deu:

- 0 - SR
- 1 - por sorteio no começo do assentamento
- 2 - por compra, de um parceleiro anterior

20. Você utiliza tração animal ?

- 0 - SR
- 1 - totalmente
- 2 - parcialmente
- 3 - não
- 9 - não se aplica

21. Você tem material agrícola em co-propriedade ?

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

22. Se sim, com:

- 0 - SR
- 1 - a família
- 2 - os vizinhos
- 3 - a associação
- 4 - a família e vizinhos
- 5 - a família e associação
- 6 - vizinhos e associação
- 9 - não se aplica

23. Você utiliza material agríc. alugado?

- 0 - Sr
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

24. Se sim, de quem ?

- 0 - SR
- 1 - da família
- 2 - dos vizinhos
- 3 - da associação
- 9 - não se aplica

25. Você aluga material agrícola que você possui ?

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

26. Você utiliza mão-de-obra externa ?

- 0 - SR
- 1 - regularmente
- 2 - somente para a colheita
- 3 - nunca
- 9 - não se aplica

27. Se 1 ou 2 (Q. anterior)

- 0 - SR
- 1 - em trocas de dias
- 2 - pagando em dinheiro
- 3 - pagando em espécie
- 9 - não se aplica

28. Você usa adubo químico ?

- 0 - SR
- 1 - regularmente, em toda a roça
- 2 - regularmente, em uma parte da roça
- 3 - somente algumas vezes
- 4 - nunca
- 9 - não se aplica

29. Você faz queimadas ?

- 0 - SR
- 1 - regularmente
- 2 - algumas vezes
- 3 - nunca
- 9 - não se aplica

30. Você recorre regularmente à inseminação artificial ?

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 3 - não sei do que se trata
- 9 - não se aplica

Você utiliza os serviços ?

31. De um veterinário ?

- 0 - SR
- 1 - regularmente
- 2 - só quando um animal está doente
- 3 - nunca
- 9 - não se aplica

32. De um técnico ou agrônomo?

- 0 - SR
- 1 - regularmente
- 2 - algumas vezes
- 3 - nunca
- 9 - não se aplica

Produção vegetal e venda em 1995

Erro! Indicador não definido.	Área (ha)	Produção total (1)	Quantidade vendida (1)	Formas de comercialização (2)
33. milho em grãos				
34. arroz				
35. feijão				
36. soja				
37. tomate				
38. melancia				
39. milho verde				
40. farinha de mandioca	//////////			
41. polvilho	//////////			

1. 1 - em kg

2 - em sacas

3 - em balaços

4 - em caixas

5 - em quartas

6 - em mãos

7 - em toneladas

2. 1 - venda direta ao mercado

2 - venda à cooperativa

3 - venda a compradores particulares

9 - não se aplica (sem vendas)

Produção animal em 1995

Erro! Indicador não definido.	Quantidade	Quant. Vendida	Formas de comercialização(1)
42. Plantel bovino total (cabeças)			
43. Leite de vaca (litros/mês)			
44. Plantel suíno total (cabeças)			
45. galinhas	//////////		
46. Queijo (Kg/mês)	//////////		
47 ovos	//////////		

1. 1 - venda direta ao mercado

2 - venda à cooperativa

3 - venda a compradores particulares

9 - não se aplica (sem vendas)

58.Fabri cação de queijo									
59.Lida da casa									
60.cuida r de crianças									
61 fabrica ção de farinha e polvilho									
%									
						TOT.	%		

62. Você emprega assalariados permanentes fora da família ?

0 - SR

1 - não

2 - sim - Quantos ? _____

63. Você emprega assalariados temporários fora da família ?

0 - SR

1 - não

2 - sim - _____ dias/ano

64. Sempre que acontecem, você participa dos mutirões do assentamento ?

0 - SR

1 - não

2 - sim

Você tira tempo para:

65. Ir ver uma manifestação esportiva ou cultural ?

0 - SR

1 - regularmente

2 - algumas vezes

3 - nunca

9 - não se aplica

66. Passear ?

0 - SR

1 - regularmente

2 - algumas vezes

3 - nunca

9 - não se aplica

67. Caçar ou pescar ?

0 - SR

1 - regularmente

2 - algumas vezes

3 - nunca

9 - não se aplica

68. Visitar os amigos ?

- 0 - SR
- 1 - regularmente
- 2 - algumas vezes
- 3 - nunca
- 9 - não se aplica

69. Dançar ?

- 0 - SR
- 1 - regularmente
- 2 - algumas vezes
- 3 - nunca
- 9 - não se aplica

70. Jogar cartas ou dominó com os amigos ?

- 0 - SR
- 1 - regularmente
- 2 - algumas vezes
- 3 - nunca
- 9 - não se aplica

71. Ler ?

- 0 - SR
- 1 - regularmente
- 2 - algumas vezes
- 3 - nunca
- 9 - não se aplica

72. Ouvir rádio ?

- 0 - SR
- 1 - regularmente
- 2 - algumas vezes
- 3 - nunca
- 9 - não se aplica

73. Ver televisão ?

- 0 - SR
- 1 - regularmente
- 2 - algumas vezes
- 3 - nunca
- 9 - não se aplica

74. Ir a reuniões ?

- 0 - SR
- 1 - regularmente
- 2 - algumas vezes
- 3 - nunca
- 9 - não se aplica

IV- ESTRATÉGIA PRODUTIVA

Você pensa que para vencer na agricultura,

75. Investir constantemente

- 0 - SR
- 1 - é muito importante,
- 2 - pouco importante
- 3 - mais ou menos importante?
- 4 - não sei

76. Diversificar a produção

- 0 - SR
- 1 - é muito importante,
- 2 - pouco importante
- 3 - mais ou menos importante?
- 4 - não sei

77. Ter uma boa formação técnica
agrícola

- 0 - SR
- 1 - é muito importante,
- 2 - pouco importante
- 3 - mais ou menos importante?
- 4 - não sei

78. Utilizar cada vez mais
máquinas

- 0 - SR
- 1 - é muito importante,
- 2 - pouco importante
- 3 - mais ou menos importante?
- 4 - não sei

79. Acompanhar os preços do
mercado

- 0 - SR
- 1 - é muito importante,
- 2 - pouco importante
- 3 - mais ou menos importante?
- 4 - não sei

80. Participar de organizações
profissionais (Assoc.Sindicato)

- 0 - SR
- 1 - é muito importante,
- 2 - pouco importante
- 3 - mais ou menos importante?
- 4 - não sei

81. Ter muitos filhos
0 - SR
1 - é muito importante,
2 - pouco importante
3 - mais ou menos importante?
4 - não sei
82. Ter muita terra
0 - SR
1 - é muito importante,
2 - pouco importante
3 - mais ou menos importante?
4 - não sei
83. Fazer financiamentos
0 - SR
1 - é muito importante,
2 - pouco importante
3 - mais ou menos importante?
4 - não sei
84. Se organizar com outros agricultores
0 - SR
1 - é muito importante,
2 - pouco importante
3 - mais ou menos importante?
4 - não sei
85. Depois da sua instalação no assentamento, você considera que a ajuda do governo foi:
0 - SR
1 - muito importante
2 - pouco importante
3 - mais ou menos importante
4 - não sei

(De 86 a 91, só para quem assinalou 1 na Q.19)

Fazendo uma comparação entre o período do acampamento (período da lona preta, da praça ou da beira da estrada) e o tempo que vai da criação do assentamento até hoje,

qual é a resposta sobre a qual você está mais de acordo, em relação a:

86. Organização do grupo e sua capacidade de resolver problemas
0 - SR
1 - eu prefiro o tempo do acampamento
2 - eu prefiro o tempo do assentamento
3 - não faz diferença
87. União do grupo:
0 - SR
1 - eu prefiro o tempo do acampamento
2 - eu prefiro o tempo do assentamento
3 - não faz diferença
88. Sobrevivência da família
0 - SR
1 - eu prefiro o tempo do acampamento
2 - eu prefiro o tempo do assentamento
3 - não faz diferença
89. Espírito de solidariedade, de colaboração
0 - SR
1 - eu prefiro o tempo do acampamento
2 - eu prefiro o tempo do assentamento
3 - não faz diferença
90. Clareza política do grupo
0 - SR
1 - eu prefiro o tempo do acampamento
2 - eu prefiro o tempo do assentamento
3 - não faz diferença

91. O apoio das organizações profissionais, sindicais e religiosas

- 0 - SR
- 1 - eu prefiro o tempo do acampamento
- 2 - eu prefiro o tempo do assentamento
- 3 - não faz diferença

V - ESTRATÉGIA FUNDIÁRIA

Você venderia sua terra por uma das razões seguintes ?

92. Para comprar outra maior

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

93. Para comprar outra melhor

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

94. Para mudar de profissão

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

95. Para pagar dívidas

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

96. Para ajudar os filhos a se instalar na vida

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

97. Para investir fora da terra, se parecer mais vantajoso

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

Vamos supor que você tenha algumas economias. Você as utilizaria para:

98. Comprar máquinas e ferramentas

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

99. Melhorar a moradia

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

100. Ajudar os filhos a se instalar

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

101. Comprar um carro

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

102. Por na poupança

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

103. Comprar terra

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

104. Comprar lotes na cidade

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

105. Fazer uma viagem

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

106. Comprar gado

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

107. Pagar dívidas

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

Da Q. 98 à Q. 107

108. Escolha, entre as respostas anteriores, a resposta mais importante, quer dizer, aquela que você faria primeiro (uma única resposta)

- | | |
|-----------------|------------------|
| 1 - Questão 98 | 6 - Questão 103 |
| 2 - Questão 99 | 7 - Questão 104 |
| 3 - Questão 100 | 8 - Questão 105 |
| 4 - Questão 101 | 9 - Questão 106 |
| 5 - Questão 102 | 10 - Questão 107 |

109. Qual é a área ideal, que você gostaria de cultivar ? _____ ha

110. Você acha que uma pessoa precisa necessariamente ser dono da terra para ser agricultor ?

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim

Como é que você avalia o comportamento dos agricultores de fora do assentamento, em termos de:

111. Conservação do solo

- 0 - SR
- 1 - incorreto
- 2 - correto
- 3 - não sei

112. Conservação da água

- 0 - SR
- 1 - incorreto
- 2 - correto
- 3 - não sei

113. Preservação das áreas de mata

- 0 - SR
- 1 - incorreto
- 2 - correto
- 3 - não sei

114. Respeito aos pássaros e

- 0 - SR
- 1 - incorreto
- 2 - correto
- 3 - não sei

E quanto ao comportamento dos agricultores dentro do seu assentamento ? (de novo, a maneira de fazer agricultura, em termos de:)

115. Conservação do solo

- 0 - SR
- 1 - incorreto
- 2 - correto
- 3 - não sei

116. Conservação da água

- 0 - SR
- 1 - incorreto
- 2 - correto
- 3 - não sei

117. Preservação das áreas de mata

- 0 - SR
- 1 - incorreto
- 2 - correto
- 3 - não sei

118. Respeito aos pássaros e animais selvagem

- 0 - SR
- 1 - incorreto
- 2 - correto
- 3 - não sei

119. Se diz muito hoje em dia que é necessário respeitar cada vez mais a natureza. Quer dizer: é necessário explorá-la sem a destruir. Suponhamos que você concorde com essa idéia. Qual é o argumento mais importante para defendê-la?

(Uma única resposta)

- 0 - SR
- 1 - (é necessário respeitá-la) para continuar a produzir amanhã
- 2 - (é necessário respeitá-la) para conservar a beleza da paisagem
- 3 - (é necessário respeitá-la) porque foi Deus quem a criou
- 4 - (é necessário respeitá-la) para preservar os pássaros e plantas
- 5 - (é necessário respeitá-la) para permitir o desenvolvimento do turismo.

120. Se você não ficou satisfeito com uma única resposta, escolha uma segunda

- 0 - SR
- 1 -
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -

VI - ESTRATÉGIA FAMILIAR

121. Você é mais de acordo que seus filhos (homens) vivam na cidade ou na zona rural?

- 0 - SR
- 1 - na cidade
- 2 - na zona rural
- 3 - não faz diferença
- 9 - não se aplica

122. E suas filhas, onde você prefere que elas vivam ?

- 0 - SR
- 1 - na cidade
- 2 - na zona rural
- 3 - não faz diferença
- 9 - não se aplica

123. Qual é a profissão que você gostaria para seus filhos ? (os homens)
(deixar a resposta em aberto e codificar)

- 0 - SR
- 1 - agricultor
- 2 - técnico agrícola
- 3 - comerciante
- 4 - engenheiro ou advogado ou médico
- 5 - professor
- 6 - operário (trabalho em fábrica)
- 7 - padre ou pastor (no caso protestante)
- 8 - funcionário público
- 9 - não se aplica

124. E para suas filhas ? (a mesma coisa)

- 0 - SR
- 1 - agricultora
- 2 - técnica agrícola
- 3 - comerciante
- 4 - engenheira ou advogada ou médica

- 5 - professora
- 6 - operária (trabalho em fábrica)
- 7 - religiosa (freira) ou pastora (no caso protestante)
- 8 - funcionária pública
- 9 - não se aplica

125. O que você pensa que hoje é melhor para o futuro dos filhos ? (homens)

- 0 - SR
- 1 - fazer os estudos e procurar emprego na cidade
- 2 - fazer o máximo de estudos possível
- 3 - fazer os estudos e voltar para a agricultura
- 4 - casar-se e continuar na agricultura

126. E para o futuro das filhas ?

- 0 - SR
- 1 - fazer os estudos e procurar emprego na cidade
- 2 - fazer o máximo de estudos possível
- 3 - fazer os estudos e voltar para a agricultura
- 4 - casar-se e continuar na agricultura

127. Na sua opinião, hoje em dia, quantos filhos deveria ter um casal ?

_____ filhos

VII - RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO FAMILIAR E A SOCIEDADE GLOBAL

128. Onde, na sua opinião, as pessoas vivem melhor no Brasil ?

- 0 - SR
- 1 - na cidade
- 2 - na zona rural
- 3 - não faz diferença
- 4 - não sei

129. Qual é, na sua opinião, a situação da maioria dos agricultores brasileiros?

- 0 - SR
- 1 - muito boa
- 2 - boa
- 3 - mais ou menos (não propor esta alternativa)
- 4 - ruim
- 5 - péssima
- 6 - não sei

Na sua opinião, é melhor a cidade ou a zona rural,
para:

130. Atendimento médico

- 0 - SR
- 1 - a cidade
- 2 - a zona rural
- 3 - não faz diferença

131. Educação dos filhos

- 0 - SR
- 1 - a cidade
- 2 - a zona rural
- 3 - não faz diferença

132. Moradia

- 0 - SR
- 1 - a cidade
- 2 - a zona rural
- 3 - não faz diferença

133. Diversão, lazer

- 0 - SR
- 1 - a cidade
- 2 - a zona rural
- 3 - não faz diferença

134. Fazer amigos

- 0 - SR
- 1 - a cidade
- 2 - a zona rural
- 3 - não faz diferença

135. Dê uma olhada nesta escala. Suponhamos que na parte dos números maiores estejam as pessoas que vivem melhor em nosso país e que na parte dos números menores estejam as pessoas que mais vivem mal. Em que lugar você se colocaria ?

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

- 0 - SR
- 11 - não sei
- 12 - não compreendi

136. Suponhamos que na parte dos números maiores estejam as profissões que vivem melhor e na parte dos números menores, as profissões que mais vivem mal.

Onde você colocaria a profissão de agricultor ?

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

- 0 - SR
- 11 - não sei
- 12 - não compreendi

137. Suponhamos que nesta escala estejam unicamente os agricultores brasileiros. Na parte dos números maiores se encontram os agricultores que vivem melhor e na parte dos números menores, os agricultores que mais vivem mal.

Onde você se colocaria ?

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

- 0 - SR
- 11 - não sei
- 12 - não compreendi

138. Suponhamos que você não possa mais comprar nada nem vender nada. Quanto tempo você ainda poderia permanecer no seu lote ?

- 0 - SR
- 1 - algumas semanas
- 2 - alguns meses
- 3 - mais de um ano
- 4 - o tempo que você imaginar
- 5 - eu não poderia viver aqui tempo nenhum

139. Se alguém lhe oferecesse em outra região, uma terra melhor e em melhores condições de trabalho, em troca desta sua, você faria o negócio ?

- 0 - SR
- 1 - não
- 2 - sim
- 9 - não se aplica

140. Se não, porquê ? (uma única resposta)

- 0 - SR
- 1 - já estou muito velho
- 2 - sou muito apegado a este lugar
- 3 - sou muito apegado à minha vizinhança
- 4 - eu não gostaria de ir para um lugar que não conheço

- 5 - onde eu estiver, é a mesma coisa
- 6 - outra
- 9 - não se aplica

141. Em relação ao trabalho da associação do seu assentamento, como você o avalia ?

- 0 - Sr
- 1 - sou inteiramente de acordo
- 2 - sou parcialmente de acordo
- 3 - sou totalmente contra
- 4 - sou indiferente ("tanto faz como tanto fez")

142. Se 2 ou 3, porquê ?

- 0 - SR
- 1 - a direção não é muito organizada
- 2 - a direção só defende seus próprios interesses
- 3 - a direção não nos traz nenhum benefício
- 4 - a direção só beneficia alguns
- 5 - a direção só escuta as entidades (CPT, MST) e nunca escuta os
- 6 - outra.